

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO
TERRITÓRIO

DOS CANAVIAIS À “ETANOLATRIA”: o (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP

Joelma Cristina dos Santos

Uberlândia – MG

2009

Joelma Cristina dos Santos

DOS CANAVIAIS À “ETANOLATRIA”: o (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientadora: Prof^ª Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa

Uberlândia – MG

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237d Santos, Joelma Cristina dos, 1979-
Dos canaviais à “Etanolatria”: o (re)ordenamento territorial do
capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro da Microrregião
Geográfica de Presidente Prudente - SP / Joelma Cristina dos Santos.
-2009.
375 f.: il.

Orientadora: Vera Lúcia Salazar Pessôa.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Pro-

grama de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui bibliografia.

1. Geografia agrícola - Presidente Prudente (SP) - Teses. 2. Agro-
indústria canavieira - Teses. 3. Trabalhadores rurais - Presidente Pru-
dente (SP) - Teses. 4. Trabalho - Efeito de inovações tecnológicas -
Brasil - Teses. 5. Relações trabalhistas - Presidente Prudente (SP) -
Teses. I. Pessôa, Vera Lúcia Salazar. II. Universidade Federal de U-
berlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 911.3:631.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

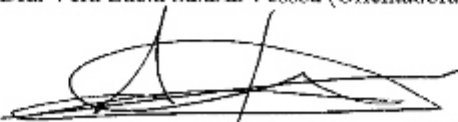
Programa de Pós-Graduação em Geografia

JOELMA CRISTINA DOS SANTOS

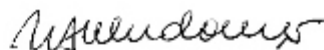
DOS CANAVIAIS À "ETANOLATRIA": o (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho
no setor sucroalcooleiro da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente-SP



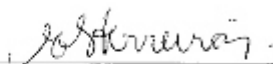
Profa Dra. Vera Lúcia Salazar Pessoa (Orientadora) – (UFU)



Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior (UNESP)



Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça – (UFG-Campus Catalão)



Profa. Dra. Eliane Schmaltz Ferreira - (UFU)



Prof. Dr. João Cleps Junior - (UFU)

Data: 9 / 3 de 2009

Resultado: Aprovada com "distinção"

A todos os cortadores de cana espalhados pelos canaviais do Brasil;

Ao meu pai João, a quem devo muito por ter chegado até aqui;

À minha mãe Edeilza, por tudo...

À minha irmã Bianca, desejo que possa trilhar seus caminhos, ir muito longe, sem nunca
deixar de sonhar...

AGRADECIMENTOS

A realização dessa pesquisa foi possível graças à colaboração de muitas pessoas a quem gostaria de registrar meus agradecimentos.

Em primeiro lugar, à minha orientadora, Prof^ª. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessoa, que aceitou o desafio de me orientar em um tema tão novo para nós duas, a quem devo muito pela conclusão deste trabalho. Seu empenho, disciplina, dedicação, organização e seriedade são exemplos a serem seguidos. Na verdade, não tenho palavras para expressar o quanto sou grata pela sua orientação e paciência. Meu muito obrigada!

À CAPES, pela concessão de bolsa de estudos, de meados de 2006 ao início de 2008.

Ao Prof. Dr. João Cleps, pela acolhida em Uberlândia, desde quando prestei a prova para o doutorado, posteriormente, como professora substituta. Sou grata pela sua plena disposição em ajudar sempre que precisei.

Ao Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça, pesquisador e pessoa por quem tenho muita admiração que, em conversas formais e informais esclareceu muitas dúvidas referentes à minha pesquisa e fez-me crer que o caminho escolhido estava correto, e que eu realmente tinha uma tese a defender em uma fase de muitas dúvidas. Registro meu carinho e admiração.

Ao Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior, pelas discussões (re)afirmadas de uma Geografia do Trabalho. As conversas não foram muitas, porém, valiosas e seus estudos, base para os meus em todo o desenvolvimento da presente pesquisa.

À Prof^ª Dra. Eliane Schmaltz Ferreira, pelas contribuições na qualificação do projeto e da tese.

Ao Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão, pelo aprendizado sobre Antropologia, Geografia, Psicologia, dentre outros, pois seu conhecimento não é mensurável. Pela excelente convivência e incentivo na pesquisa, pessoa a quem admiro muito.

Ao Prof. Dr. João Edmilson Fabrini, que talvez não saiba, mas a nossa convivência em Marechal Cândido Rondon e sua forma de ver a realidade, o que se traduz nas suas pesquisas, plantaram as sementes para que eu pudesse tomar uma mudança de “rumo” nas minhas pesquisas. Agradeço pela sua contribuição como geógrafo, como pessoa e pela amizade e muitas risadas...

Ao Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol, primeiro orientador de iniciação científica e orientador do Mestrado, que me ensinou os primeiros passos na pesquisa, sua seriedade acadêmica é também exemplo a ser seguido.

De um modo geral, a todos os professores do curso de Geografia, da FCT/UNESP, pois ali me foram fornecidas as primeiras bases do conhecimento e a compreensão do que é curso universitário sério.

Aos professores do Instituto de Geografia da UFU pela acolhida, em especial às Professoras Dra. Beatriz Ribeiro Soares e à professora Marlene Teresinha de Munoz Colesanti.

Agradecimentos especiais a amigos do Mestrado e Doutorado em Geografia na UFU, Marcelo Cervo Chelotti, Edione Raquel Fockink e Marcelo Venâncio, cada um desses, com quem dividi residência teve uma contribuição específica e particular no desenvolvimento dessa pesquisa e, também, em minha vida de um modo geral.

Assim, agradeço a Marcelo Chelotti, cuja disciplina e organização muito me serviram como exemplo nos momentos que dividíamos angústias, trancados, “enclausurados” em um apartamento na Rua Izau Rangel de Mendonça, em Uberlândia. Também pelas risadas, dúvidas, incertezas, discussões sobre nossas pesquisas e nossas vidas. E o chimarrão sempre presente, claro.

Ao Marcelo Venâncio, um agradecimento muito especial. Embora tenha trilhado outros caminhos em suas pesquisas, contribuiu muito na discussão da Geografia do Trabalho, mesmo discordando ou não entendendo. Pessoa especial, de excelente convívio, que discutia, dava risadas, emprestava-me livros que prometo agora devolver, pois avisei, devolveria quando defendesse a tese.

À Edione Raquel, pela alegria, amizade, e companheirismo. Pessoa que sempre vou lembrar. De um modo geral, são todos alegres, gosto da alegria dos meus amigos.

À Paula, Joyce, Andréa, Graça e a todos de Pirapora. Ao Ronaldo da Silva, de Catalão, impossível esquecer do seu brilho...e pelo abstract.

A todos os meus antigos monitores das disciplinas ministradas no curso de Geografia do IG/UFU, Aline, Raphael Medina, Leonardo Portilho, Renata, Daniela Belo, Lucimeire, Elida. Perdoem-me se faltou alguém, mas foram todos muito importantes ao me auxiliarem nas disciplinas ministradas, em momentos que eu precisava dividir-me entre as disciplinas do doutorado, a pesquisa propriamente dita e as disciplinas ministradas.

A todos os membros e ex-membros do LAGEA, em especial a Lucimeire, Paulo, Gilberta, Murilo e Raphael Medina.

Ao Celso Locatel, convívio iniciado na UNESP, em Presidente Prudente e reencontro em Uberlândia. Ao Fransualdo, também curto convívio em Uberlândia, mas ambos merecem meu respeito pela seriedade como pessoas e profissionais.

Aos amigos da graduação da UNESP, Patrícia, Wadson e Solange. Ao Adriano Rodrigues de Oliveira, de quem não poderia esquecer, pois muito ajudou quando eu ainda “engatinhava” na iniciação científica. E, também, ao Robson Munhoz de Oliveira.

Ao GEDRA, pelo crescimento intelectual propiciado nas discussões na graduação e no mestrado.

Aos amigos da Pós da UNESP, especialmente, Karina e Zé, de quem sinto saudades.

Ao José Roberto Nunes de Azevedo que, desde o início na escrita do projeto, sugeriu-me bibliografias, pelas suas pesquisas que muito me ajudaram a compreender o meu objeto de estudo e que, mesmo à distância sempre se dispôs a me auxiliar nas ocasiões em que precisei.

Em Ituiutaba (MG), nova morada na etapa final do Doutorado. Agradeço a algumas pessoas.

Ao Prof. Dr. Roberto Castanho pela amizade (re)descoberta. Sérioo, dedicado e ao mesmo tempo de uma alegria imensa. Muitas angústias são divididas cercadas pelo Rio Tijuco. Coisas que só nós entendemos ou tentamos entender.

À Jussara, não direi professora, ela não gosta de ser chamada assim (risos), amiga reencontrada depois de tantos encontros e desencontros. Muito obrigada pela amizade e companheirismo.

Aos professores do curso de Geografia da FACIP/UFU, um agradecimento especial, acadêmico e pessoal, à Nágela e Gerusa, pela compreensão nas minhas ausências em algumas atividades, devido à dedicação ao Doutorado, pela seriedade com que ambas vêm a universidade e pela amizade.

À professora Maria Beatriz, de quem sinto falta, o convívio foi curto, porém, sempre me lembro de suas palavras de incentivo e fé de que devemos acreditar no que desejamos.

Aos monitores das disciplinas ministradas em Ituiutaba, Emerson e Renata, em especial ao Emerson, que muito contribuiu ao auxiliar-me nas disciplinas em momentos finais da escrita da tese.

Ao Rogério Gerolineto Fonseca, meu primeiro orientando de iniciação científica, cuja pesquisa contempla também a expansão da cana na região de Ituiutaba.

Aos amigos Edigar, Romilda, Denner, Adriano, David, Paulinha pela amizade e pelos momentos necessários de descontração.

A todos os trabalhadores entrevistados, em especial, aos cortadores de cana, sempre receptivos, mesmo com todo o seu cansaço, após um dia ou uma semana de trabalho, ou mesmo antes de iniciarem “o batente”, como eles dizem.

A todos os dirigentes sindicais entrevistados, aprendi muito sobre a organização sindical no momento das entrevistas.

Às agroindústrias canavieiras que me receberam.

A todos, que porventura não mencionei, ou que podem achar que foram citados de forma superficial, o meu perdão, pois estes agradecimentos foram escritos em um momento de muito cansaço, que só quem chega a uma reta final de uma tese pode entender.

[...] – Muito bem – Disse eu a eles. – Eu sei. Vocês não sabem. Mas por que eu sei e vocês não sabem?

[...] – O senhor sabe porque é doutor. Nós, não.

– Exato, eu sou doutor. Vocês não. Mas por que eu sou doutor e vocês não?

– Porque foi à escola, tem leitura, tem estudo e nós, não.

– E por que fui à escola?

– Porque seu pai pôde mandar o senhor à escola. O nosso, não.

– E por que os pais de vocês não puderam mandar vocês à escola?

– Porque eram camponeses como nós.

– E o que é ser camponês?

– É não ter educação, posses, trabalhar de sol a sol sem direitos, sem esperança de um dia melhor.

– E por que ao camponês falta tudo isso?

– Porque Deus quer.

– E quem é Deus?

– É o pai de nós todos.

– E quem é pai aqui nessa reunião?

Quase todos de mão para cima, disseram que o eram.

Olhando o grupo todo em silêncio, me fixei num deles e lhe perguntei: – Quantos filhos você tem?

– Três.

– Você seria capaz de sacrificar dois deles, submetendo-os a sofrimentos para que o terceiro estudasse, com vida boa no Recife? Você seria capaz de amar assim?

– Não!

– Se você – disse eu –, homem de carne e osso, não é capaz de fazer uma injustiça desta, como é possível entender que Deus o faça? Será mesmo que Deus é o fazedor dessas coisas?

Um Silêncio diferente, completamente diferente do anterior, um silêncio no qual algo começava a ser partejado. Em seguida:

– **Não. Não é Deus o fazedor disso tudo. É o patrão!** (FREIRE, 2008, p. 49-50, grifos nossos)

RESUMO

O universo do mundo do trabalho passou por significativas transformações a partir do processo de reestruturação produtiva do capital, estratégia deste último diante de sua crise estrutural. Assim, o trabalho passou, cada vez mais, a ser precarizado em suas diferentes formas – temporário, subcontratado, terceirizado. Há uma maior *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora. É nesse contexto, que capital e trabalho se (re)ordenam a partir das últimas décadas do século XX. A Geografia do Trabalho, que envolve a leitura das transformações espaciais, da relação sociedade x natureza pelo viés do trabalho, atende à necessidade de se pensar o trabalho, como processo de liberdade e não de aprisionamento. É nesse contexto, que a expansão do setor sucroalcooleiro na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente provocou o (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho nesta porção do território paulista que consideramos um “território em disputa”. As disputas ocorrem entre o capital sucroalcooleiro, os movimentos sociais de luta pela terra, visto ser uma região, considerada palco histórico de terras griladas. Logo entra em cena o poder latifundiário, além dos camponeses, considerados por nós, integrantes da classe trabalhadora. Assim, neste movimento, como consequência da reestruturação produtiva do capital, está presente a flexibilização das relações sociais de produção e de trabalho. Nas agroindústrias do setor sucroalcooleiro da área dessa pesquisa, a precarização do trabalho é nítida e se expressa por meio das mais diversas formas de desrespeito aos trabalhadores, como seres humanos. Além disso, a relação *trabalho vivo x trabalho morto*, sofre alterações, como em praticamente todos os setores produtivos, pois seja na parte industrial, como nas atividades no campo, a presença das máquinas e da automação é cada vez mais frequente, ocasionando o desemprego e deixando os trabalhadores sem qualquer opção, pois as atividades exercidas, principalmente, no corte da cana, já eram consideradas pela maioria deles, a última opção. Os sindicatos dos trabalhadores, em sua maioria, optam por acordos com o capital, além de lidarem com uma dificuldade presente no movimento sindical e na classe trabalhadora em todo o país, como reflexo de um fenômeno mundial, a dificuldade de unir os trabalhadores e fazê-los se entenderem enquanto classe. Daí a grande urgência deste início de século, tanto para os sindicatos, como para a classe trabalhadora como um todo, de compreender e concretizar ações para toda uma classe e não apenas para determinados segmentos, primeiro passo rumo à conquista de ações políticas emancipatórias.

Palavras-chave: Capital. Trabalho. (Re)ordenamento Territorial. Agroindústria Canavieira, Trabalhadores.

ABSTRACT

The labor world has gone through significant transformations in the current productive restructuring of capital, this is of course, capital changes self inflicted so it can face its own structural crisis. Thus, the employment has come under ever more precarious forms in different ways – short-time, undercontracted, contracted out - system. So, the working class has become more heterogeneous, fragmented and increasingly complex. In this context, notably in the last decades of the XX century, capital and labor has been reoriented. The Geography of Labor, in which a reading of spatial changes and the relation society x natures through the lens of labour is involved, addresses the necessity of conceiving the labor as liberation opposed to imprisonment. In this set of circumstances, the alcohol industry complex in the geographic Microregion of Presidente Prudente caused a territorial reconfiguration of capital and labor in this particular areas of the Paulista territory, which for its turn, we consider a “disputed land”. The disputing process is between the sugarcane-based industry, social movements in quest for land, given this region has long been a historic stage of illegal farmers (landowners holding forged documents/titles). Soon came into this scenery powerful big landowners against small farmers (campesinos), the last ones regarded in this research as working class. Therefore, in this process, as a productive restructuring of capital, flexibilization of social relations of production and working conditions is a clear result. In the sugarcane agri-industries in the area where this research was conducted, precarious working conditions is sharp and expressed in many ways in which workers are not regarded as human beings. Besides, the relation between living x dead labor, has come through changes likewise every productive sector, for both in industry and the farming activities, machines and automation process is in surge, so jobless rate increases leaving the workers with no other option, because sugarcane hand harvesting was their last chance indeed. So, the worker’s unions, in general, opt out for dealings with capital holders, for, the are in a situation in which, unionized workers and workers as whole, face demobilization in world scale, in this sense it is very hard to bring them together as a working class. That’s why understanding and carrying out actions for all workers united as a social class more than fragmented/segmented groups is urgent, and in addition, is a first step toward conquering more political emancipation.

Key words: Capital. Labor. (Re) configuration. Sugarcane Industry, workers.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 - Estado de São Paulo: produção das principais lavouras - 1960-2006..... | 113 |
| Tabela 2 - Brasil: cana moída própria, de fornecedores e total em toneladas – safra 1980/81-2005/2006..... | 117 |
| Tabela 3 - Estado de São Paulo: cana moída própria, de fornecedores e total em toneladas - safra 1980/81-2005/2006..... | 118 |
| Tabela 4 - principais países produtores, consumidores e exportadores de açúcar - 2005.. | 123 |
| Tabela 5 - Brasil: principais estados produtores de açúcar - produção (t) - safra 2005/06..... | 124 |
| Tabela 6 – Brasil: consumo de álcool combustível - 1990 - 2005..... | 134 |
| Tabela 7 - Brasil: principais estados produtores de álcool anidro, hidratado e total - em m ³ - Safra 2005/06..... | 135 |
| Tabela 8 - Principais países produtores de etanol – 1997-2005..... | 137 |
| Tabela 9 - Principais países produtores de cana-de-açúcar – 2005..... | 141 |
| Tabela 10 - Brasil: principais usinas - cana moída, produção de açúcar e álcool - safra 2006/2007..... | 143 |
| Tabela 11 - Brasil: principais estados produtores de cana - cana moída própria, de fornecedores e total - Safra 2005/06..... | 145 |
| Tabela 12 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP) e principais municípios: área colhida (ha) e quantidade produzida (t) de cana-de-açúcar - 2007..... | 153 |
| Tabela 13 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): estrutura fundiária 1980-1996 | 183 |
| Tabela 14 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): utilização das terras 1980-1996..... | 185 |
| Tabela 15 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): produção das principais lavouras - 1980-2007..... | 186 |
| Tabela 16 – Pontal do Paranapanema: assentamentos rurais por município – 1983-2005 | 200 |
| Tabela 17 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP) e principais municípios: área colhida (ha) com cana-de-açúcar - 1990-2007..... | 208 |

| | |
|---|-----|
| Tabela 18 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP) e principais municípios: quantidade produzida de cana-de-açúcar (toneladas) - 1990-2007..... | 209 |
| Tabela 19 - Usina Atena - Martinópolis (SP): medidas apontadas por cortadores de cana visando à melhoria de suas condições de vida e trabalho..... | 232 |
| Tabela 20 – Usina Alvorada d’ Oeste: medidas apontadas por cortadores de cana visando à melhoria de suas condições de vida e trabalho..... | 264 |
| Tabela 21 – Usina Alto Alegre Presidente Prudente - SP: medidas apontadas por cortadores de cana objetivando a melhoria das condições de vida e trabalho..... | 265 |
| Tabela 22 – Usina Santa Fany Regente Feijó - SP: medidas apontadas por cortadores de cana visando a melhoria das suas condições de vida e trabalho..... | 266 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1 - Estado de São Paulo: evolução da área plantada (ha) e produção (toneladas) de cana-de-açúcar - 1960-1985..... | 112 |
| Gráfico 2 - Brasil: exportações de açúcar - 1990-2006..... | 121 |
| Gráfico 3 - Brasil, Norte-Nordeste e Centro-Sul: evolução da produção de açúcar (em toneladas) - Safra 90/91 - 06/07..... | 122 |
| Gráfico 4 - Brasil: exportações de álcool - 1990-2006..... | 130 |
| Gráfico 5 - Brasil, Norte-Nordeste e Centro-Sul: evolução da produção total de álcool (m ³) - safra 90/91 - 06/07..... | 131 |
| Gráfico 6 - Brasil, Norte-Nordeste e Centro-Sul: evolução da produção de álcool anidro e hidratado (m ³) - Safra 90/91 - 06/07..... | 133 |
| Gráfico 7 - Brasil e regiões geográficas: evolução da área colhida (ha) de cana-de-açúcar - 1990-2006..... | 139 |
| Gráfico 8 - Principais estados brasileiros em área colhida com cana-de-açúcar – 1990-2006..... | 139 |
| Gráfico 9 - Brasil e Regiões Geográficas: evolução da produção de cana-de-açúcar (toneladas) - 1990-2006..... | 141 |
| Gráfico 10 - Principais estados produtores de cana-de-açúcar: evolução da produção em toneladas -1990-2006..... | 142 |
| Gráfico 11 - Estado de São Paulo e Microrregião Geográfica de Presidente Prudente: evolução da área colhida (ha) de cana-de-açúcar - 1990-2005..... | 146 |
| Gráfico 12 - Estado de São Paulo e Microrregião Geográfica de Presidente Prudente: evolução da produção (toneladas) de cana-de-açúcar - 1990-2005..... | 147 |
| Gráfico 13 - EDR de Presidente Prudente: valor da terra nua (R\$/ha) - 2002 - 2006..... | 195 |
| Gráfico 14 - EDR de Presidente Prudente: arrendamento em dinheiro (R\$/ha/ano) - 2002 – 2006..... | 196 |
| Gráfico 15 - EDR de Presidente Prudente: arrendamento em espécie (toneladas/ha/ano) - 2002 - 2006..... | 197 |
| Gráfico 16 - Estado de São Paulo e Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): evolução da área colhida com soja (em ha) - 2000 - 2006..... | 207 |

| | |
|--|-----|
| Gráfico 17 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): denominação apresentada pelos entrevistados sobre como se identificam e se reconhecem a partir de suas atividades laborativas..... | 248 |
| Gráfico 18 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): idade dos cortadores de cana entrevistados empregados pelas usinas..... | 250 |
| Gráfico 19 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): divisão por sexo dos trabalhadores entrevistados empregados no corte de cana pelas usinas..... | 250 |
| Gráfico 20 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): procedência anterior dos entrevistados ao trabalho nas usinas (campo/cidade)..... | 254 |
| Gráfico 21 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): procedência das terras dos entrevistados que moraram no campo..... | 255 |
| Gráfico 22 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): trabalhadores entrevistados que já trabalharam anteriormente em uma ou mais usinas..... | 257 |
| Gráfico 23 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): trabalhadores entrevistados que já sofreram acidente de trabalho..... | 259 |
| Gráfico 24 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): trabalhadores entrevistados que receberam ou não equipamentos de proteção individual para o corte. | 260 |
| Gráfico 25 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): rendimentos mensais dos cortadores de cana entrevistados..... | 262 |
| Gráfico 26 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): cortadores de cana registrados e não registrados pelas usinas..... | 262 |
| Gráfico 27 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): cortadores de cana entrevistados que já participaram de greves ou paralizações..... | 269 |
| Gráfico 28 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): entrevistado ou alguém da família já foi integrante do MST..... | 270 |
| Gráfico 29 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): posição dos trabalhadores entrevistados sobre os movimentos de luta pela terra..... | 271 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 - Pontal do Paranapanema: movimentos sociais no campo criados a partir de 1995..... | 204 |
| Quadro 2 - Brasil, Estado de São Paulo e Microrregião Geográfica de Presidente Prudente: ocupações e número de famílias envolvidas - 2003-2006..... | 205 |

| | |
|---|-----|
| Quadro 3 - Brasil, Estado de São Paulo e Microrregião Geográfica de Presidente Prudente: ocorrências de conflitos no campo e número de famílias envolvidas - 2003-2006..... | 206 |
| Quadro 4 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente: agroindústrias canavieiras..... | 215 |
| Quadro 5 – Estado de São Paulo: Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs): volume de cana cortada/dia/trabalhador..... | 220 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|---|-----|
| Mapa 1 - Estado de São Paulo: área colhida (ha) com cana-de-açúcar por Microrregião Geográfica - 2005..... | 148 |
| Mapa 2 - Estado de São Paulo: produção de cana-de-açúcar (t) por Microrregião Geográfica - 2005..... | 149 |
| Mapa 3- Estado de São Paulo: distribuição por região administrativa das áreas cultivadas com cana-de-açúcar – safra 2008/2009..... | 150 |
| Mapa 4- Estado de São Paulo: porcentagem da área das regiões administrativas ocupadas pelo cultivo de cana-de-açúcar – safra 2008/2009..... | 151 |
| Mapa 5 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente: divisão municipal e localização no Estado de São Paulo..... | 174 |
| Mapa 6 - Estado de São Paulo: unidades de produção de bioenergia por Microrregião Geográfica..... | 192 |
| Mapa 7 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente: unidades de produção de bioenergia..... | 216 |

LISTA DE FOTOS

| | |
|---|-----|
| Foto 1 - Teodoro Sampaio (SP): Destilaria Alcídia, 2007..... | 217 |
| Foto 2 - Martinópolis (SP): Usina Atena de Açúcar e Álcool: trabalhadores no plantio da cana..... | 226 |
| Foto 3 - Martinópolis (SP): Usina Atena de Açúcar e Álcool - corte manual nos canaviais: cortador de cana (de boné) à frente, e fiscal da usina ao fundo..... | 228 |
| Foto 4 - Presidente Prudente (SP): Usina Alto Alegre..... | 233 |

| | |
|--|-----|
| Foto 5- Santo Anastácio (SP) : Usina Alvorada do Oeste..... | 236 |
| Foto 6 - Caiuá (SP): Destilaria Decasa – vista externa à portaria..... | 238 |
| Foto 7 – Regente Feijó (SP): Destilaria Santa Fany: alojamentos desativados de trabalhadores rurais..... | 241 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 21 |
| 1 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A CONSTITUIÇÃO DE UM NOVO MUNDO DO TRABALHO | 40 |
| 1.1 Evolução histórica do capitalismo e reprodução do capital..... | 41 |
| 1.2 Os diferentes períodos técnicos e a mundialização do capital..... | 47 |
| 1.3 Capitalismo mundializado x mercado mundial do etanol..... | 63 |
| 1.4 A crise estrutural do capital..... | 65 |
| 1.4.1 A racionalidade das técnicas e seu papel diante dos limites estruturais do sistema do capital..... | 69 |
| 1.4.2 Trabalho e lei do valor no capitalismo contemporâneo..... | 72 |
| 1.4.3 A crise estrutural propriamente dita: crise de dominação?..... | 75 |
| 1.5 (Re)afirmando a centralidade do trabalho e a influência “(des) civilizatória” do capital na atualidade..... | 80 |
| 1.6 A constituição de um novo universo do trabalho..... | 91 |
| 2 A TERRITORIALIZAÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR: os cenários brasileiro, mundial e a inserção da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP na “onda da etanolatria” | 106 |
| 2.1 Da cana, ao açúcar, ao álcool - uma trajetória da atividade canavieira no Brasil..... | 107 |
| 2.2 O Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) - primeiro capítulo das alternativas à crise energética..... | 114 |
| 2.3 A agroindústria canavieira no período pós 1990 e início do século XXI..... | 119 |
| 2.3.1 A produção brasileira de açúcar e a relação com o mercado açucareiro mundial.. | 119 |
| 2.3.2 O novo modelo energético mundial e a demanda pelo etanol brasileiro..... | 124 |
| 2.3.3 O cenário da produção do etanol no Brasil no período pós-1990..... | 127 |
| 2.3.4 A “etanolatria” propriamente dita..... | 129 |
| 2.4 A distribuição territorial da atividade canavieira em São Paulo e a expansão da cana-de-açúcar na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP)..... | 142 |

| | |
|--|------------|
| 3 O (RE) ORDENAMENTO DOS “TERRITÓRIOS EM DISPUTAS” PELA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP)..... | 155 |
| 3.1 Leituras do território para entender o reordenamento territorial do capital e do trabalho..... | 156 |
| 3.2 O processo de formação territorial da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP..... | 173 |
| 3.3 O (re) ordenamento territorial do capital na agroindústria canavieira: as fusões e aquisições..... | 187 |
| 3.4 Territórios em disputa: a expansão dos canaviais..... | 193 |
| 3.5 Territórios em disputa: os movimentos sociais no campo no Pontal do Paranapanema e a expansão da cana-de-açúcar..... | 201 |
| | |
| 4 O (RE) ORDENAMENTO TERRITORIAL DO CAPITAL E DO TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA: a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP)..... | 212 |
| 4.1 Usineiros: de “bandidos a heróis” ou “bandidos que matam heróis”? A territorialização das usinas de açúcar e álcool na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente..... | 213 |
| 4.1.1 A Destilaria Alcídia S/A..... | 216 |
| 4.1.2 A Usina Atena de Açúcar e Álcool..... | 224 |
| 4.1.3 A Usina Alto Alegre - Unidade Floresta..... | 232 |
| 4.1.4 Destilaria Paranapanema S/A – Unidade I..... | 234 |
| 4.1.5 Destilaria Alvorada do Oeste..... | 235 |
| 4.1.6 Destilaria Decasa..... | 237 |
| 4.1.7 Destilaria Santa Fany..... | 239 |
| 4.2 A degradação das condições de trabalho no campo brasileiro: superexploração, trabalho escravo e desrespeito trabalhistas..... | 242 |
| 4.3 O (re) ordenamento do trabalho no setor sucroalcooleiro: a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP..... | 246 |

| | |
|--|------------|
| 4.3.1 A força de trabalho nos canaviais: entre a sua “forma de ser” e a exploração do seu “ser”..... | 246 |
| 4.3.2 A nova morfologia da classe trabalhadora no eito: de camponês a trabalhador ou camponês trabalhador? De onde vieram e onde estão os trabalhadores explorados no corte da cana-de-açúcar..... | 252 |
| 4.3.3 O controle do capital sucroalcooleiro e a intensificação do trabalho precário..... | 258 |
| 4.3.4 O potencial de luta dos trabalhadores explorados/precarizados e o sonho com um pedaço de “chão”..... | 266 |
| | |
| 5 A RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO E OS SINDICATOS NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP..... | 272 |
| 5.1 Problematizando a discussão: o papel dos sindicatos na relação capital x trabalho | 273 |
| 5.2 A crise do sindicalismo contemporâneo..... | 279 |
| 5.3 Novos rumos do sindicalismo e da precarização do trabalho no Governo Lula – 2003-2010..... | 290 |
| 5.4 O sindicalismo rural no Brasil: o conflito FETAESP x FERAESP e a (des)representabilidade dos trabalhadores no campo paulista..... | 295 |
| 5.5 A ação dos sindicatos na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP..... | 303 |
| 5.5.1 A Atuação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) de Presidente Prudente, Regente Feijó e Santo Anastácio - SP..... | 305 |
| 5.5.2- O STR de Presidente Venceslau e Marabá Paulista – SP..... | 316 |
| 5.5.3 Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química, Farmacêutica e da Fabricação do Álcool de Presidente Prudente e Região..... | 322 |
| 5.5.4 O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Presidente Prudente e Região..... | 325 |
| 5.5.5 Sindicato dos Condutores de Veículos de Presidente Venceslau | 329 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 334 |
| | |
| REFERÊNCIAS..... | 342 |

| | |
|---|-----|
| ANEXOS | 357 |
| ANEXO A – Roteiro de Entrevistas: Agroindústrias canavieiras da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente..... | 358 |
| ANEXO B – Roteiro de Entrevistas: Trabalhadores das agroindústrias canavieiras da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente..... | 362 |
| ANEXO C - Roteiro de Entrevistas: Trabalhadores das agroindústrias canavieiras da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente..... | 364 |
| ANEXO D - Roteiro de Entrevistas: Cortadores de cana da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente..... | 367 |
| ANEXO E - Roteiro de Entrevistas: Sindicatos..... | 373 |

INTRODUÇÃO

É evidente que a renovação de uma ciência está em linha de relação direta com a consciência que os seus intelectuais têm das questões que a história a ela está pondo, colocando-a em crise. Todavia, nem sempre o movimento começa pela localização, arrolamento e identificação, o mapeamento, enfim, das questões que lançam os intelectuais, consistente e objetivamente, ao seu enfrentamento. Mas a possibilidade real da transformação da ciência, tal como de uma sociedade, é a consciência das coisas postas. (MOREIRA, 2000, p. 28).

Inicialmente, a idéia desta pesquisa surgiu a partir de alguns questionamentos que despontaram quando finalizávamos o mestrado no ano de 2004, momento que residíamos na cidade de Marechal Cândido Rondon (PR), onde lecionávamos como professora substituta na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Conforme ressaltamos em nosso relatório de qualificação da presente tese de doutorado (SANTOS, 2007), juntamente com a escolha da temática da pesquisa, optamos pelo *caminho mais difícil*, com o nosso projeto inicial apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU, intitulado “A relação capital x trabalho na agroindústria canavieira na região de Presidente Prudente – SP”. Estudar esta temática deriva de uma mudança de visão de mundo, de conceber a realidade de outra forma, ou seja, de tentar desvendar as tramas que perpassam a relação capital x trabalho, com o olhar voltado para o (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho, diante das múltiplas formas de precarização que este último passa a ser exposto diante da reestruturação produtiva do primeiro. Quando dizemos *caminho mais difícil* nos referimos ao fato de que na graduação e no mestrado tínhamos um outro olhar para a realidade, o que se refletia em nossas pesquisas até então desenvolvidas, e com a nova opção adotada no doutorado, percebemos que toda mudança implica desafios, pois o nosso referencial teórico passou a ser outro e, ao contrário daqueles que no doutorado aprofundam as discussões realizadas no mestrado, para nós, foi tudo ou quase tudo absolutamente novo.

Retrocedendo ainda no tempo e no tema, cabe ressaltar que as aulas assistidas durante o curso de graduação em Geografia na FCT/UNESP, especialmente no tocante à disciplina Geografia Rural, levou-nos a uma identificação com as transformações ocorridas no campo, pois revia a trajetória da minha família, avós paternos e maternos, meus pais, tios, dentre outros, inseridos no processo de territorialização/desterritorialização/reterritorialização, uma vez que muitos foram expulsos do campo durante o processo de modernização da agricultura, tanto como antigos proprietários, alguns passando à condição de arrendatários, ou

vivenciando experiências de proletarização no campo ou na cidade, em um movimento de ir e vir, na trajetória entre ser camponês e operário, como foi abordado por Thomaz Jr (2006a, 2006b).

Dessa forma, voltando ainda um pouco mais no tempo, mais especificamente à nossa infância nos idos dos anos 1980, na cidade de Martinópolis, mais uma pequena cidade do interior do Estado de São Paulo, observávamos por muitas tardes, vários cortadores de cana chegando do trabalho árduo, inclusive dois tios expulsos da terra, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Nessas ocasiões, ainda me lembro que meu pai reforçava que somente com os estudos eu poderia fugir da trajetória da nossa família.

Sendo assim, cremos que essas foram as primeiras sementes plantadas e germinadas para que, quase 20 anos depois, optássemos por desenvolver uma tese de doutorado que contemplasse as experiências de precarização vivenciadas pelos trabalhadores empregados nas agroindústrias canavieiras da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, associadas ao olhar pela paisagem, onde víamos as pastagens ou áreas destinadas à produção de outros gêneros alimentícios sendo substituídas pelos canaviais e pela vinda de novas usinas para a região.

Nesse ir e vir, talvez estejamos desrespeitando regras acadêmicas, mas acreditamos que isso seja possível nessa parte, apenas com o intuito de reforçar nossas vivências que contribuíram, tanto para a escolha do objeto a ser pesquisado, como a conclusão do trabalho.

Dito isto, ao defendermos nosso projeto de pesquisa, em setembro de 2005, juntamente com a nossa orientadora optamos por uma mudança no título. Assim, o projeto foi defendido com o seguinte título: “O TRABALHO NOS CANAVIAIS: a precarização dos trabalhadores da agroindústria canavieira na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP)” e após novas reflexões e com o desenvolvimento dos capítulos apresentados no relatório de qualificação, a pesquisa já se encontrava intitulada “DOS CANAVIAIS À “ETANOLATRIA: o (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP”, o que não altera objeto e objetivos, apenas permite maior aprofundamento da discussão.

Dessa forma, passemos ao que interessa! Às contradições existentes no interior da relação capital x trabalho e como isso se manifesta no território, território construído, vivido, em disputa, (re)ordenado, (re)inventado. A leitura hegemônica que se faz a partir do capital não nos basta e é justamente aí que a Geografia do Trabalho vem somar junto às leituras/ações dos trabalhadores rumo a ações emancipatórias, que podem redefinir o processo social e o próprio espaço.

Assim, pensar a Geografia no início do século XXI exige um (re)pensar das leituras do espaço geográfico, pois velhas configurações são redefinidas a partir de novas relações sociais, que engendram um reordenamento do território, enquanto desdobramento da relação espaço-tempo que se concretiza pela ação humana. Sendo o território, expressão do espaço transformado pelo trabalho, urge que a Geografia incorpore a categoria trabalho com mais veemência, ao interpretar o espaço e o território, este enquanto concretização espacial de lutas e relações de poder.

A importância da “leitura” espacial a partir do trabalho não pode ser considerada recente, pois desde o início da história da humanidade, o trabalho sempre regulou a mediação sociedade x natureza, de forma que Engels (2004) afirma que até certo ponto o trabalho criou o próprio homem. Aqui, não estamos nos referindo ao trabalho estranhado, alienado, mas, sim, o trabalho que distingue os homens dos animais, pelo seu ato consciente, que originou a sociedade.

É por meio da subsunção do trabalho ao capital que o trabalho se (des) realiza, intensificando o fenômeno social do estranhamento e as diversas formas de alienação. Dessa forma, sob o domínio do trabalho assalariado no capitalismo, ocorre a negação do trabalho, com a afirmação da sociedade do trabalho.

À medida que se intensifica a evolução das técnicas, das tecnologias, a relação sociedade x natureza sofre novas determinações, uma vez que o espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através de seu trabalho (SANTOS, 1978). Assim, a espacialidade construída nos processos sociais concretiza-se em manifestações territoriais, que são produto do trabalho e das lutas que se travam devido às relações de poder estabelecidas no espaço.

Moreira (1985) atenta para o fato de que a reprodução das relações sociais de produção no capitalismo deve ser pensada no sentido de produção do espaço e não reprodução das coisas no espaço.

Dessa forma, ao discutir o espaço orquestrado pelo modo de produção capitalista, deve-se atentar, também, para o fetiche capitalista do espaço, em que alienação e estranhamento são pressupostos para a reprodução do capital e, conseqüentemente, do espaço capitalista. É justamente diante deste contexto, que defendemos que a Geografia neste início de século XXI, aprofunde-se em questões referentes às tramas que permeiam essas relações, visando a uma real apreensão do espaço geográfico.

A Geografia do Trabalho deve ser regida pela razão ontológica do ser social que trabalha e que transforma a natureza, ao mesmo tempo em que transforma a si próprio. O

trabalho e sua razão ontológica é categoria fundante da existência da sociabilidade humana, é o trabalho que, mesmo com a superação do capitalismo, continuará a existir na produção de coisas socialmente úteis. Nessas condições, o trabalho precisa passar pelo desestranhamento, não pode ser apropriado pelo outro, tem que pertencer a si próprio.

Diante dessa conjuntura, o trabalho na Geografia deve ser apreendido, levando-se em conta o processo histórico, que no seu decorrer subordina os valores de uso aos valores de troca, e o valor, como produção-realização concretiza-se a partir do trabalho, que, no contexto atual, se encontra aprisionado, embora demonstre várias manifestações de clamor por sua liberdade, por meio das lutas que se travam como resultado da não aceitação das contradições do capitalismo.

Em nosso esforço de contribuir para a Geografia do Trabalho, vislumbramos a necessidade de um novo olhar por parte da Geografia para compreender os processos espaciais, a espacialidade, a incessante produção de territórios, no constante movimento de territorialização/desterritorialização/reterritorialização. Referimo-nos a um olhar por dentro, para o interior das contradições vigentes na relação capital x trabalho que produz o espaço. Defendemos que a Geografia precisa olhar o espaço pelo trabalho, pois os olhares, as investigações que têm apenas como perspectiva o capital e suas múltiplas estratégias de reprodução prestam um desserviço no tocante a novas contribuições para a Ciência Geográfica, diante de constantes e intensas transformações da realidade.

Dessa forma, o trabalho, em sua mediação sociedade x natureza, produz territórios, que sob domínio do capital são apropriados, aprisionados, porém, é também no território que as lutas dos trabalhadores são engendradas nos “territórios em disputa”. Assim, entendemos que território e trabalho estão intimamente ligados no ato do fazer-se homem, bem como no processo de apropriação do espaço.

Dito isto, o trabalho deve ser apreendido no interior de suas relações, o que nos leva a pensar o universo do trabalho no início do século XXI, como complexificado, fragmentado, polissêmico, capturado em sua subjetividade, mas ainda que ameaçado cotidianamente ocupa posição central na produção de valor, como elemento fundamental da produção social, decorrente das relações de trabalho. Cabe ainda destacar que, ao ser excluído da possibilidade de se reproduzir subordinado ao processo capitalista, o potencial emancipatório do trabalho é maximizado e crescem as lutas, criando novos territórios, a exemplo dos movimentos sociais.

Em 1978, durante o movimento de Renovação da Geografia, Santos destacou que “a Geografia é viúva do espaço”, pois para o autor, ao destemporalizar o espaço desumanizando-o, a Geografia dera as costas ao seu objeto. “Acabamos, por isso, tendo uma multiplicidade

tão grande de geografias que justificaria a um espírito irônico dizer que, nos dias de hoje, há muitas geografias, mas nenhuma geografia” (SANTOS, 1978, p. 92). O autor enfatiza ainda que a identificação do objeto será de pouca significação se não formos capazes de definir-lhes as categorias fundamentais.

Assim, decorridos 30 anos do Movimento de Renovação da Geografia, Moreira (2000) destaca que desde aquele momento, a construção do espaço apareceria como um processo de alienação do trabalho e que a discussão teórica ganharia o contorno da indagação da ontologia do espaço. É nesse contexto que a incorporação da categoria trabalho se torna fundamental para entender a ação do sujeito-objeto para compreender a realidade e, por sua vez, a totalidade.

Thomaz Jr (2002b) destaca que a Geografia do Trabalho tem a tarefa de apreender o mundo do trabalho a partir do espaço geográfico, uma vez que na construção da tecitura da sociedade, o trabalho redefine, de forma contraditória e constante, o processo social e o próprio espaço. É nesse contexto que o autor assevera:

[...] a Geografia pode contribuir sobremaneira para o desvendamento das manifestações territoriais do processo social, possibilitando-nos o entendimento das transformações no mundo do trabalho a partir dos rearranjos espaciais que dão formas e conteúdos sociais diversos, ou seja, enquanto processo histórico de construção e transformação, que por sua vez, substantiva-se em ordenamento territorial diferencial. (THOMAZ JR, 2002b, p.17).

Partindo do pressuposto de que a diferença é a variação (MOREIRA, 1999), podemos entender que Thomaz Jr (2002a), ao tratar espacialidade diferencial, refere-se à variação de um mesmo fenômeno, a partir de um determinado ordenamento territorial, resultante da processualidade social, substantiva-se nos lugares, o que deve ser entendido como um processo de construção social permanente, em que o espaço não é um receptáculo de fatos isolados.

Dessa forma, compreender a relação capital x trabalho implica em enxergar a diferencialidade espacial no processo de (re) construção da sociedade, que está em constante movimento. Sendo assim, as categorias não são inertes diante das manifestações do capitalismo, ao contrário, há um constante movimento, produto da interação sujeito-objeto, em que os sujeitos merecem a nossa atenção, pois devido ao movimento (espaço-tempo), regido pelas diversas manifestações do conflito capital x trabalho há um conteúdo (espaço-temporal), onde o ordenamento territorial – produto dos sujeitos – permite compreender a

dinâmica interna do que a Geografia do Trabalho busca desvendar por meio das manifestações territoriais do processo social.

É nesse contexto que Mendonça (2004) destaca que

[...] uma pesquisa acerca de qualquer fenômeno geográfico carece da compreensão das diferencialidades espaciais – síntese de múltiplas determinações – concretamente espacializadas a partir da forma espacial de ser do fenômeno pesquisado. Isso implica em se despir das análises empíricas, da simples observação e descrição, sem, contudo abandoná-las, com o intuito de agregar na reflexão, questões de ordem epistemológica e teórico-metodológica. (MENDONÇA, 2004, p.118).

Dessa forma, é pelo ordenamento e (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho que buscamos apreender as tramas que envolvem a espacialidade da agroindústria canavieira na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. A delimitação territorial, e, também, o tema dessa pesquisa não se fizeram ao acaso e, por isso, concordamos com Cruz (2008).

Entendemos que os recortes que o pesquisador faz do espaço a ser estudado podem ser guiados por questões pessoais. Em uma investigação de cunho geográfico, não devemos escolher, aleatoriamente, um determinado território, uma paisagem, um lugar ou uma região para estudos sem antes refletirmos sobre algumas questões motivadoras. Pois entendemos que o sujeito, ao pretender estudar algo da realidade, não está alheio às condições espaciais em que vive, visto que ele possui uma cultura e um modo de vida. (CRUZ, 2008, p. 27).

Assim se deu a motivação pelo tema e o interesse pela área de estudo. Questões pessoais nos moveram, tais como afetividade e “paixões”, pois conforme aponta Cruz (2008), o investigador tem o direito de ser conduzido por propósitos pessoais que guiem suas opções de pesquisa. Cabe, porém ressaltar que esta motivação não nos impediu de observar e discutir as diversas relações sociais e contradições averiguadas no decorrer da pesquisa. Diríamos até que as primeiras sementes para o tema e recorte territorial surgiram nos anos 1980, período que nos recordamos dos carros de som que circulavam pelas ruas da pequena cidade de Martinópolis (SP), anunciando que havia trabalho nas usinas, nas cidades vizinhas esta cena também se repetia. Outra situação que, desde aquela época nos chamava a atenção, é o fato de estes trabalhadores terem as mãos calejadas, “endurecidas”, as unhas sujas da lida com a terra, facão, cana ..., além de carregarem mochilas com a “boia” ainda quente pela manhã, porém fria no seu horário de almoço - em alguns casos, conforme verificamos nos canaviais visitados em pesquisa de campo mais de 20 anos depois das cenas que temos na memória, o horário de

almoço pode ser às 10 h da manhã, incrível como só de andar “atrás” dos trabalhadores, para entrevistar ou simplesmente conhecer um pouco mais de perto seu trabalho, também sentíamos fome cedo, isto porque não carregávamos um facão e sim uma prancheta, uma caneta e uma câmera fotográfica. Porém, aquelas mãos calejadas, que não as nossas, desferiam aproximadamente 9.700 golpes de facão por dia, média para se atingir 10.000 toneladas diárias, conforme aponta Silva (2004).

Assim, ao nos deparar com a possibilidade de cursar o doutorado, já em mente desde quando cursávamos o curso de graduação em Geografia na UNESP de Presidente Prudente e refletindo que deveríamos estudar algo que mostrasse um pouco da realidade presenciada/vivenciada em nossa história de vida, optamos por entender o mundo do trabalho, a partir dos trabalhadores da agroindústria canavieira, principalmente, dos envolvidos no corte da cana e no território a que outrora pertencíamos.

Almeida (2006) destaca que:

[...] o interesse pela luta contém ainda o desejo de intervir no objeto. E é essa talvez a razão de ser da pesquisa e também a fonte de polêmicas, como **paixão versus ciência. Enfim, o fazer pesquisa comporta um paradoxo, o de estabelecer uma relação objetiva, um sair do “jogo” para se ter uma visão ampla; quando na verdade, a escolha já pressupõe uma relação subjetiva, um envolvimento com o objeto.** (ALMEIDA, 2006, p. 35, grifos nossos).

Foi neste contexto, que nos desafiamos a desvendar e (des)velar o ordenamento territorial da processualidade social inserida nesta porção do território paulista e a compreender o interior das contradições das relações estabelecidas entre o capital e o trabalho, vinculações que, embora “caducas”, mascaram-se em novas estratégias, devido às relações de poder que intensificam a precarização do trabalho no contexto da produção/reprodução desse território.

Entender o (re)ordenamento do capital e do trabalho na agroindústria canavieira no início do século XXI exige uma leitura da conjuntura mundial do capitalismo, diante da ameaça de uma crise energética nos próximos 30 anos. Exige também um (re) pensar do (re) ordenamento que ocorre no território brasileiro, diante do interesse internacional pelo etanol coadunado com a disponibilidade de terras para o plantio da cana no Brasil. Estas terras poderiam ser destinadas a milhares de trabalhadores *desterreados*, por meio de Programas de Reforma Agrária e ao cultivo de alimentos, mas é com o apoio do governo brasileiro que se transformam em canaviais.

Dessa forma, alguns elementos são importantes para entender este (re)ordenamento, tais como o movimento de fusões, aquisições e parcerias dentre as agroindústrias canavieiras, inclusive por grupos não ligados a atividades canavieiras, além da disputa por terras, que gera especulação em diversas regiões do país, inclusive na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente - SP, palco histórico de terras griladas, que passam a ser disputadas por usineiros, pecuaristas e movimentos sociais envolvidos na luta pela terra. Assim, se configura o (re)ordenamento dos “territórios em disputas” pela agroindústria canavieira nesta região no início do século XXI.

Na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, a expansão da cana-de-açúcar e a instalação de novas agroindústrias canavieiras são constantes no início deste século. A implantação das primeiras unidades nesta porção do território paulista ocorreu em meados dos anos 1970. Deste período até 2007, ocorreram alguns (re)ordenamentos do capital sucroalcooleiro nesta microrregião, como por exemplo, o fechamento de algumas unidades, com ou sem a sua (re) abertura, a construção de novas unidades, as fusões e aquisições por outros grupos, além de alianças com outros setores da sociedade.

Atualmente, se encontram instaladas as seguintes unidades do na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente: Destilaria Alcídia, no município de Teodoro Sampaio; Usina Alto Alegre, em Presidente Prudente; Destilaria Paranapanema Unidade I e Usina Cocal II, ambas no município de Narandiba; Destilaria Decasa, instalada no município de Caiuá; Usina Alvorada d’Oeste: no município de Santo Anastácio; Destilaria Santa Fany, no município de Regente Feijó; Atena Tecnologia em Energia Natural LTDA, instalada no município de Martinópolis, Destilaria Paranapanema S/A Unidade II, no município de Sandovalina e ETH Unidade Conquista do Pontal no município de Mirante do Paranapanema.

Nos últimos anos, verifica-se um (re)ordenamento territorial do capital na agroindústria canavieira que ocasiona um (re)ordenando territorial do trabalho, uma vez que, o aumento da produtividade do trabalho, aumenta a quantidade produzida e, conseqüentemente, a mais-valia, ao mesmo tempo em que ocorre o barateamento da força de trabalho.

No caso dos trabalhadores empregados no corte da cana-de-açúcar, o pagamento por produtividade expressa uma das formas mais terríveis de controle sobre o trabalho, pois o próprio trabalhador interioriza esta cobrança em relação ao aumento da produtividade.

É em meio a essas transformações que o conflito capital x trabalho urde no setor canavieiro, haja vista os usineiros usarem diversas formas de coerção para a força de trabalho, além do mais, a introdução da cultura mecanizada faz com que uma lei geral do capital se

aplique, à medida que se intensifica a produtividade do trabalho. Nesta microrregião, os trabalhadores chegam a colher 12 toneladas de cana por dia.

Com o intuito de se compreender as transformações efetuadas na agroindústria canavieira na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, delimitou-se o período compreendido entre o final dos anos 1980 e o início do século XXI, pois desde este período inicial vem ocorrendo o aumento da área ocupada com cana de açúcar na região.

Para compreendermos o (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho na agroindústria canavieira, adotamos alguns procedimentos metodológicos, visando analisar a realidade e dialogar com a teoria existente sobre a temática central da nossa pesquisa.

D’Incao (1976) destaca que a pesquisa inicia-se no momento em que se delinea o campo teórico que se pretende trabalhar. Para a autora, a teoria pode ser considerada como consciência humana da realidade percebida.

Assim entendida, a teoria passa a ter com a pesquisa propriamente dita uma relação dialética. Ela projeta e antecipa a pesquisa, ao mesmo tempo que reflete e registra seus resultados. Ela é, em síntese, elemento de mediação na busca do conhecimento. (D’INCAO, 1976, p. 18).

Pessôa (2005) afirma que o ponto de partida para a pesquisa é a formulação do problema e que a elaboração de perguntas sobre o tema a que se pretende estudar é um dos caminhos para a problemática da pesquisa. Dessa forma, na elaboração do projeto de pesquisa que deu origem à tese, pretendíamos focar a precarização dos trabalhadores da agroindústria canavieira na região. Porém, no desenvolvimento da mesma, nos demos conta que a questão é mais ampla, sendo a precarização, desdobramento do processo de reestruturação produtiva do capital. Todavia, esta preocupação inicial se manteve e foi verificada em todo o decorrer da pesquisa, em que buscamos investigar como a agroindústria canavieira se portou frente à crise estrutural do capital e como os trabalhadores reagem frente a este processo. Constatamos que a expansão da cana-de-açúcar na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente provocou um (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho na agroindústria canavieira na referida porção do território paulista.

Conforme já destacado por Mendonça (2004), a Geografia brasileira possui como uma de suas principais referências em suas pesquisas, a questão agrária. Sobre as leituras geográficas dessa questão tão importante e que marca também a nossa pesquisa, concordamos com o autor no fato de que

Certamente não é possível numa única pesquisa captar as capilaridades que formatam o desenho societal do espaço agrário brasileiro, mas a partir de um recorte territorial, é possível pensar apontamentos metodológicos que agilizam essa interpretação geográfica. (MENDONÇA, 2004, p. 99).

Dessa forma, a nossa interpretação do espaço geográfico e o desvendamento da relação capital x trabalho na agroindústria canavieira estão centrados na categoria trabalho, para as respostas em relação à realidade. Assim, as nossas leituras do território resultaram na presente tese, considerada por nós uma pesquisa que contempla a Geografia Agrária, porém, com ênfase no trabalho como categoria central. Teórica e empiricamente, defendemos que as páginas que seguem constituem uma tese que se pretende como estudo da Geografia do Trabalho, pois entendemos que não é possível compreender o espaço geográfico e as transformações ocorridas no campo brasileiro - atentando para a relação cidade x campo - se não for pelo viés do trabalho.

Thomaz Jr (2002b) afirma que a Geografia pode contribuir no entendimento no mundo do trabalho, visto que,

[...] a Geografia do Trabalho se põe em cena, assim como as demais disciplinas do conhecimento científico, para responder as perguntas em relação à realidade, sabendo-se, pois, que a temática trabalho, assim como a sociedade de maneira geral não é exclusiva ou restrita a nenhuma delas. Inicialmente focado na dimensão do território, recorte de domínio do espaço, é possível reconhecemos por dentro da dinâmica da sociedade as diversas faces e interfaces do mundo do trabalho. Em outros termos, intentamos, num só movimento, a partir da ordenação territorial do fenômeno, movimentar-nos tanto do ponto de vista da escala territorial (e as generalizações daí decorrentes), quanto da escala categorial, isto é, do que entendemos ser o “jogo” das determinações. (THOMAZ JR, 2002b, p. 17).

A importância do tema trabalho, para a Geografia foi também enfatizada por Mendonça (2004), ao afirmar que não se trata de uma nova corrente do pensamento geográfico, mas de um outro olhar para a realidade, “[...] enxergando ‘por dentro’ a contradição fundada na relação capital x trabalho.” (MENDONÇA, 2004, p. 49, grifo do autor).

Daí a relevância do tema proposto nesta pesquisa que objetiva compreender o (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho na agroindústria canavieira na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, focando a precarização das relações de

trabalho no setor e as transformações espaciais acarretadas por todo esse processo, visto tratar de uma pesquisa geográfica.

Dessa forma, defrontamo-nos com alguns desafios teóricos e metodológicos para entender a realidade, pois a “leitura” geográfica do trabalho requer mediações necessárias para uma efetiva análise geográfica do trabalho. Adotamos um referencial teórico que nos direcionou e que condiz com a nossa interpretação da realidade. Realizamos levantamento bibliográfico sobre a temática capital x trabalho, bem como agroindústria canavieira e as transformações que vêm sendo efetuadas neste setor produtivo e sobre o olhar da Geografia sobre todo esse processo. De todo o referencial adotado, alguns autores foram determinantes para nossas interpretações, a exemplo de Marx (1979, 1980a, 1980b, 2004a), dentre outras obras do autor, também importantes para entendermos o processo de produção e reprodução do capital e exploração da força de trabalho. As obras de Mészáros (2002, 2004), dentre outras, muito contribuíram para o entendimento do metabolismo societal do capital. Antunes (2003, 2004, 2005) e outras também foram fundamentais para compreendermos as atuais transformações no mundo do trabalho.

Por sua vez, a contribuição de Harvey (2005a, 2005b, 2005c, 2006) e sua leitura geográfica de todos os processos recentes pelos quais vem passando o mundo capitalista e as transformações espaciais daí decorrentes nos auxiliaram a entender os mecanismos de dominação e as conseqüências da reestruturação produtiva do capital.

Para pensar o território, utilizamos Raffestin (1993), Deleuze; Guattari (1997), Haesbaert (2001, 2002, 2007) e Santos (2007), dentre outras obras do autor.

A discussão epistemológica da Geografia e apropriação do espaço foi realizada com base em Moreira (1982, 1999, 2000, 2001, 2002a, 2003, 2006). Cabe ressaltar que esse autor foi muito importante durante a elaboração de toda a pesquisa, por ser um geógrafo que entende o trabalho como relação metabólica homem x meio, que leva a sociedade a se transformar permanentemente, por isso a importância da Geografia do Trabalho. Esta tese aspira fortalecer também este discurso. Foram igualmente de grande relevância, as obras de Santos (1978, 2001, 2002, 2007).

A respeito da discussão sobre a categoria trabalho pensada na Geografia foram fundamentais as obras de Moreira, já citadas acima, assim como as obras de Thomaz Jr (2002a, 2002b, 2003, 2006a, 2006b), dentre outras. Nos atentamos muito para as obras desse autor, principalmente, Thomaz Jr (2002a), em que o autor estudou a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista, no intuito de atingir os nossos objetivos. Com Thomaz Jr (2002b), aprendemos a reafirmar ainda mais a

importância da Geografia do Trabalho para responder as perguntas em relação à realidade. Outro autor de grande relevância e referência para os nossos estudos e para a temática Geografia do Trabalho é Mendonça (2004), pois dá continuidade aos estudos de Geografia do Trabalho, porém com foco no Sudeste Goiano, analisando a urdidura espacial do capital e do trabalho nessa porção do território brasileiro. Podemos citar também na mesma linha de pensamento: Carvalhal (2000), Azevedo (2008), Oliveira (2003) e outros.

Importante ainda destacar os trabalhos de Silva (1999, 2004, 2005) para o entendimento da exploração e as condições de vida e trabalho dos trabalhadores migrantes empregados no corte da cana nos canaviais do estado de São Paulo.

É salutar a afirmação de Venâncio (2008, p. 44) de que, “[...] evidentemente, ao realizar uma investigação científica, é necessário que o pesquisador tenha uma bagagem teórica, mas essa teoria não pode ser concebida como algo pronto e acabado”. É justamente por isto que buscamos avançar na temática da nossa pesquisa, destacando a importância da categoria trabalho nas pesquisas geográficas.

Dessa forma, elencamos apenas alguns autores do referencial teórico adotado. Cabe ressaltar que os autores mencionados, em sua maioria, são os que nortearam toda a pesquisa. Independente de alguns serem citados mais ou menos vezes, a sua importância é visível na tese por comungarmos semelhantes interpretações da realidade.

Assim, a metodologia da pesquisa está relacionada à perspectiva teórica adotada, com o intuito de atingir os objetivos propostos, principalmente no que tange à compreensão sobre a intensificação do trabalho precarizado na agroindústria canavieira da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. O período estabelecido estende-se do final dos anos 1980 até o início do século XXI, a partir do (re) ordenamento territorial do capital e do trabalho na agroindústria canavieira.

As leituras realizadas - em grande parte novas para nós, conforme já destacamos, visto que até o mestrado, embora realizássemos pesquisa em Geografia Agrária, o nosso enfoque não era o entendimento da realidade pela categoria trabalho, conforme se objetivou nessa pesquisa - contribuíram sobremaneira para os procedimentos, os caminhos trilhados para a compreensão do objeto de estudo.

É nesse contexto que concordamos com Whitaker (2002)

Além do sólido embasamento teórico, que ajuda a desvendar os processos ideológicos e torna clara a natureza do processo social, é preciso utilizar procedimentos rigorosamente controlados e experimentos que possibilitem

confirmar as teorias, mas que principalmente permitam sua reformulação. Assim avança a ciência. (WHITAKER, 2002, p. 37).

Dessa forma, além da revisão bibliográfica, realizamos levantamento de dados de fonte primária e secundária. O levantamento de dados de fonte secundária foi realizado junto às publicações da FIBGE (Censos Agropecuários), Instituto de Economia Agrícola (IEA), União dos Produtores de Bioenergia (UDOP), União da Agroindústria Canavieira (UNICA) além de pesquisas através da Internet em diversos sites. Estas fontes foram utilizadas devido à facilidade de obtenção dos dados disponibilizados.

Quanto às informações de fonte primária, partimos do pressuposto de que a pesquisa de campo é instrumento necessário e indispensável para realização de investigações de quaisquer natureza e, ao se tratar da pesquisa de campo geográfica, a sua importância é ampliada, pois é neste momento que o pesquisador entra em contato direto com a realidade a ser estudada, interagindo com seus sujeitos/objetos, obtendo as condições para entender como os entrevistados se percebem, estabelecendo uma análise coerente, ao diferenciar a sua percepção sobre os entrevistados, respeitando principalmente como estes se percebem, inseridos em suas próprias dinâmicas de vida e trabalho.

A respeito da importância da pesquisa de campo, partimos do princípio de que o pesquisador não se difere dos indivíduos a serem pesquisados, porém tem suas responsabilidades multiplicadas, pois num primeiro momento é ele (o pesquisador) que detém o conhecimento científico, mas necessita conhecer o fenômeno, por meio da pesquisa de campo, e em contato com o meio social que pretende investigar para elaborar suas teorias.

Kayser (2006) destaca que os geógrafos não têm o monopólio do “terreno” quando se trata da pesquisa de campo, pois muitos pesquisadores de outras áreas também o fazem. Dessa forma, as pesquisas de campo lidam com um campo extremamente vasto, se diferenciando umas das outras por suas doutrinas, métodos e objetivos. Nesse contexto, o autor afirma que:

[...] A pesquisa de campo é um meio e não um objeto em si mesma. É a pesquisa indispensável à análise da situação social. Trata-se repetimos, de situação social e não de situação espacial. O espaço não pode ser estudado pelos geógrafos como uma categoria independente de vez que ele nada mais é que um dos elementos do sistema social. (KAYSER, 2006, p. 97).

O pesquisador tem uma grande responsabilidade ao realizar uma pesquisa de campo e, por isso, vemos a necessidade de nos questionar até que ponto somos sujeito ou objeto da pesquisa, pois há uma interação, em que, em muitos casos, o pesquisado não tem o

conhecimento acadêmico detido pelo pesquisador, mas tem um conhecimento que é essencial para que, em uma outra escala, possa contribuir para o processo de construção do conhecimento.

Acreditamos que não há um único procedimento a ser seguido, algo a ser encontrado nos livros de metodologia científica, pois os universos pesquisados não são únicos, mas oferecem uma multiplicidade de situações e de relações, em que o pesquisador deve construir a sua forma de pesquisa.

Dessa forma, ao pensar a presença do pesquisador no seu universo de pesquisa, consideramos importante que o grupo social a ser pesquisado demonstre confiança no pesquisador e vice-versa.

Santos (1999, p. 114), destaca que “[...] na vida cotidiana, sujeitos e objetos, agem e reagem continuamente uns sobre os outros, tornando-se assim, um desafio separar o sujeito da pesquisa.” Daí a importância em identificar, observar e conseqüentemente conhecer o grupo social que estudamos.

A nossa presença e inserção no universo a ser pesquisado pode ser receptiva, mas também podemos enfrentar resistência pelos mais diversos motivos, seja pelo fato do pesquisado não entender o objetivo da nossa pesquisa, ou ainda ter receios de que suas respostas possam ser usadas contra ele, conforme observamos junto a alguns trabalhadores das empresas sucroalcooleiras da área de pesquisa. Um trabalhador pode ter medo de “reclamar” de suas condições de trabalho e vir a sofrer uma repressão por parte de seu patrão. Também podemos enfrentar situações - e no nosso caso enfrentamos - em que não há tempo para nós e, por outro lado, podemos criar nos entrevistados, uma expectativa do que podemos fazer algo por eles, ou, ainda, eles podem se sentir cansados de responderem pesquisas que não lhes trarão retorno.

As lembranças resgatadas pelos entrevistados, muitas vezes, demonstram expectativas que o pesquisado deposita no pesquisador, esperando um retorno, que se configuraria na melhoria de suas condições de vida.

Nesse contexto, Leite Lopes (1976) reconhece que embora o discurso dos entrevistados, muitas vezes, não tenha clareza e coerência formal, possuem um conhecimento interiorizado das reais condições do mercado de trabalho e da correlação de forças, o que segundo o pesquisador, poderia passar despercebido para um observador externo. Constatamos este fato ao entrevistar trabalhadores analfabetos ou com pouca escolaridade que revelavam duas situações antagônicas: a primeira é que a captura de sua subjetividade era clara, e a segunda, que tinham consciência de sua exploração, porém esbarravam na

dificuldade do seu entendimento como classe. Antunes (2003, p.119) destaca, “[...] a classe é a mediação que particulariza os seres sociais que vivenciam condições de similitude em sua existência concreta, no mundo da produção e reprodução social”.

Lacoste (2006) aborda o problema da responsabilidade do pesquisador e das relações que deveriam se estabelecer entre o intelectual e a população que é seu centro de interesse científico.

[...] Quando um pesquisador fala de seu terreno (o possessivo por si só deveria ser comentado) quer seja geógrafo, sociólogo ou etnólogo, do que se trata? É somente uma topografia que se percorre, que se mede, uma paisagem que se descobre ou se admira, um espaço social que se apropria intelectualmente. São também homens e mulheres do qual se tira partido, não somente para satisfação de os compreender, mas também para obter prestígio político e notoriedade. (LACOSTE, 2006, p. 82).

Acreditamos que a observação é muito importante para que possamos enxergar além do que nos é dito: “[...] Penetrar e compreender os hábitos, as maneiras de pensar dos moradores do lugar, sejam eles tradicionais ou migrantes, torna-se ainda mais necessário, pois é a partir deles que elaboraremos os nossos diagnósticos” (SANTOS, 1999, p. 123).

Leite Lopes (1976), por sua vez, destaca que “[...] em uma situação de pesquisa envolvendo antagonismo latente de classe, o privilegiamento de um grupo social pode ‘neutralizar’ o grupo oposto enquanto informante potencial” (LEITE LOPES, 1976, p. 15). Em nossa pesquisa de campo, o que pudemos constatar é que os usineiros, obviamente, fortaleciam o discurso do capital, em relação a seu discurso de preocupação com o meio ambiente e saúde do trabalhador, este foi desconstruído na fala de vários trabalhadores entrevistados, outros, se sentiam retraídos ao expressar suas reais interpretações e outros, ainda sequer tinham noção de sua condição de explorados.

Com o intuito de compreender o universo estudado e para fins de levantamento de informações/dados de fonte primária, consideramos as entrevistas de grande relevância. Por isto, adotamos este recurso e constatamos que surgiram elementos de grande contribuição para a nossa investigação, pois foi um momento em que se misturaram o olhar que tínhamos da área e do tema da pesquisa, a teoria sobre o objeto e a fala dos entrevistados que se descobriram como sujeitos da história e nos permitiram confirmar ou refutar uma dada teoria.

Almeida (2006) tece importantes considerações sobre o uso das fontes orais,

Uma das premissas mais importantes no trabalho com fontes orais é a de que essas têm ainda se constituído no caminho por excelência da história das classes oprimidas, uma vez que as entrevistas permitem que as “pessoas comuns” contem fatos que, na maioria das vezes, são inéditos no tocante à história de classes não-hegemônicas, verdadeiras “áreas inexploradas”. Isso significa dizer que as classes dominantes têm uma tradição escrita que permite deixar um abundante registro, ao contrário das demais classes. Entendemos ainda que, embora o trabalho com fontes orais não seja para nós um instrumento de “conscientização política”, ele permite a superação da pretensa prática da neutralidade da pesquisa. (ALMEIDA, 2006, p. 42).

Dessa forma, realizamos entrevistas com os trabalhadores rurais, que trabalham com o corte da cana e nas atividades industriais e, também, na direção das agroindústrias canavieiras. Na época do início da pesquisa (2005), esse número correspondia a quase 5% dos trabalhadores nas usinas na região, de um total de 2400 trabalhadores. Porém, com a expansão da atividade canavieira e com a construção de novas unidades e ampliação das já existentes, em 2007, estimava-se, quase 16 mil cortadores de cana em toda a região de Presidente Prudente, conforme apontou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Venceslau e Marabá Paulista, Rubens Germano, em entrevista concedida em janeiro de 2008. Porém, independente dos números, Turato (2003) já destacava que um pesquisador pode interromper a coleta de dados no momento em que ele determina, uma vez que os elementos colhidos já foram suficientes para realizar a discussão e alcançar os objetivos propostos.

Enfim, dos 113 entrevistados, totalizaram 51 trabalhadores da Usina Alto Alegre, 42 da Usina Atena, 16 da Destilaria Santa Fany e 4 da Usina Alvorada d'Oeste. Cabe destacar que estas entrevistas se deram a partir de 3 roteiros diferenciados, ou seja, aos trabalhadores entrevistados na primeira etapa do trabalho de campo, em maio de 2006 foi aplicado um roteiro de entrevistas (anexo B); na segunda etapa, em outubro de 2006, incorporamos novos questionamentos ao roteiro inicial (anexo C) e; na terceira etapa, em maio de 2007, novamente incorporamos questões ao roteiro, conforme consta no D.

Cabe ressaltar que durante todo o período de realização do trabalho, residíamos em Uberlândia (MG), cidade que se situa a aproximadamente 600 km da área de pesquisa e que o trabalho de campo foi realizado nos momentos que conseguíamos nos deslocar para a região de Presidente Prudente (SP), pois ministrávamos aula na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A nossa pesquisa foi facilitada devido ao fato de a área estudada ser por nós conhecida, por lá residirmos mais de 20 anos, mas cada vez que retornávamos lidávamos com novas situações.

É importante destacar que as entrevistas foram manuscritas e, em boa parte, gravadas. Estas são mais interessantes do que a simples aplicação de questionários. Para Venâncio (2008, p. 47), “[...] a entrevista é uma conversa orientada para um objetivo definido: recolher através do interrogatório aplicado ao informante, dados para pesquisa permitindo-nos registrar observações sobre a aparência, o comportamento e as atitudes do entrevistado”.

A iniciativa de ampliar o roteiro de entrevistas ocorreu à medida que espontaneamente os entrevistados apontavam algumas questões que julgávamos pertinentes de serem questionadas aos trabalhadores que seriam entrevistados posteriormente. Por meio das entrevistas pudemos compreender um pouco mais as condições de intensificação da precarização vividas pelos trabalhadores da agroindústria canvieira.

As entrevistas com os trabalhadores foram muito interessantes, cabendo ressaltar que os locais onde foram realizadas variavam, desde as residências dos trabalhadores, muito humildes em sua maioria, mas muitos faziam questão de mostrar suas televisões novas, aparelhos de DVDs, som, celular, dentre os mais jovens, comprados com seus salários. Também entrevistamos trabalhadores no interior das usinas, nessas situações geralmente íamos nos mesmos ônibus que os trabalhadores. Outra situação de realização das entrevistas aconteceu nos pontos de ônibus das diversas cidades da região de Presidente Prudente, de onde às 4 horas e 30 minutos da manhã começam a chegar os primeiros trabalhadores à espera dos ônibus que os levariam até o local de trabalho. Interessante ressaltar que no caso dos trabalhadores de Martinópolis, a Prefeitura fornece em uma creche da cidade, um café da manhã, que inclui pão com margarina, café e leite e entrevistamos as pessoas enquanto tomavam café. A presença de moças e rapazes muito jovens, entre 18 e 20 anos, chamou-nos a atenção, alguns com ensino médio completo, assim, como presença de trabalhadores acima dos 55 anos. De um modo geral, à medida que os trabalhadores têm mais de 30 anos apresentam terem, no mínimo 10 anos a mais que sua idade, devido ao trabalho árduo sob sol escaldante.

Antes de iniciarmos as entrevistas, tínhamos receio de como seríamos recebidos e, também, não sabíamos como os entrevistados reagiriam ao serem abordados por uma pesquisadora do sexo feminino, com vinte e poucos anos. Dessa forma, os entrevistados, em sua maioria, homens, foram escolhidos aleatoriamente, 82 homens e 31 mulheres. Mas, de um modo geral, fomos bem recebidos, embora muitos, mesmo que explicássemos diziam aos demais que deveria ser alguém do sindicato dos trabalhadores que os entrevistava. A receptividade foi boa, apenas observamos retraimento em vários trabalhadores, quando os questionávamos sobre as condições de trabalho, se julgavam adequadas.

Outrossim, realizamos entrevistas junto às seguintes unidades agroindustriais do setor implantadas na área de pesquisa: Destilaria Alcídia, Usina Alto Alegre, Destilaria Paranapanema Unidade I, Destilaria Decasa, Usina Alvorada d'Oeste, Destilaria Santa Fany e Atena Tecnologia em Energia Natural LTDA. Estas entrevistas foram realizadas com o intuito de compreender as transformações operadas e, nesse caso, o discurso de que a cana traz o progresso para a região e gera empregos ficou latente, além de que predominou o discurso da preocupação com os trabalhadores e que a multa que algumas unidades deveriam pagar era culpa dos trabalhadores “desobedientes”.

As entrevistas nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) visavam compreender a atuação dos sindicatos junto aos trabalhadores das agroindústrias. Algumas foram muito interessantes, a exemplo das realizadas com os STRs de Presidente Prudente, Regente Feijó e Presidente Venceslau e Marabá Paulista. Foram interessantes para entender um pouco mais como funciona ou não funciona um sindicato na prática, pois até então não tínhamos qualquer contato com sindicatos, mas não necessariamente afirmamos que fossem interessantes pelas suas ações, isto será discutido no capítulo 5 desta pesquisa.

Assim realizamos a pesquisa de campo que nos possibilitou fazer “leituras” do território, à luz dos meandros que permeiam a relação capital x trabalho. Uma vez realizada a pesquisa de campo, as informações obtidas, juntamente com os dados de fonte secundária que foram tabulados e analisados e, com base no referencial teórico, estruturamos a tese em cinco capítulos, além da Introdução e Considerações Finais.

No primeiro capítulo discutimos a crise estrutural do capital e a constituição de um “novo” mundo do trabalho. Apresentamos uma evolução histórica do capitalismo e o processo de reprodução do capital. Ainda é ressaltado o papel das técnicas diante dos limites estruturais do capital. Também discutir trabalho e lei do valor no capitalismo dos dias atuais, além de (re)afirmarmos a centralidade do trabalho e discutir o processo de constituição de um “novo” mundo do trabalho.

No segundo capítulo, discutimos a territorialização da cana-de-açúcar, contemplando desde o histórico da cana-de-açúcar no território brasileiro, chegando ao final da segunda metade do século XX, destacando o papel do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), como alternativa à crise energética. Contemplamos também a produção brasileira de açúcar e sua relação com o mercado mundial. Discutimos o que denominamos de “etanolatria”, ou seja, a “febre” pela produção do etanol, os incentivos, a busca do mercado internacional. E, a partir deste cenário mais amplo, discutimos a distribuição da atividade canavieira no estado de

São Paulo e sua expansão na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, “território em disputa” por usineiros, movimentos sociais/camponeses, latifundiários e trabalhadores.

No terceiro capítulo – O (re)ordenamento dos “territórios em disputa” na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente - SP – destacam-se as “leituras” ou abordagens teóricas do território para entender o (re)ordenamento do capital e do trabalho na agroindústria canavieira. Ainda é apresentado o processo de formação territorial da área de pesquisa, além do (re)ordenamento territorial do capital na agroindústria canavieira com as fusões e aquisições. Enfocamos os territórios em disputa e a relação entre expansão da cana-de-açúcar e movimentos sociais na área de pesquisa.

No quarto capítulo, discutimos como se dá o (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho na agroindústria canavieira na área de pesquisa. Destacamos a territorialização das usinas na área estudada, tratando de cada uma das usinas visitadas. Neste capítulo, também, discutimos a degradação das condições de trabalho e os desrespeitos trabalhistas no país. E, mais especificamente ao abordar o (re)ordenamento do trabalho na agroindústria canavieira, procuramos entender quem são os trabalhadores, como se percebem e, principalmente, constatar como se dá a intensificação do trabalho precário sob o controle do capital e, também tratar do que se pode denominar de potencial de luta dos trabalhadores.

No quinto e último capítulo, a atenção é voltada para a discussão da relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores da agroindústria canavieira. Iniciamos com uma discussão teórica sobre o papel dos sindicatos historicamente, até a crise do sindicalismo moderno e os rumos do sindicalismo no atual governo. Contextualizamos o sindicalismo rural no Brasil, a partir do conflito entre a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP) e a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) e, com as entrevistas realizadas junto aos sindicatos dos trabalhadores ligados à agroindústria canavieira, foi possível verificar a atuação dos sindicatos e as lacunas que não conseguem preencher, por se tratar de um movimento mais amplo que abalou todo o sindicalismo, diante do processo de reestruturação produtiva do capital.

**1 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A CONSTITUIÇÃO DO
NOVO MUNDO DO TRABALHO**

1 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A CONSTITUIÇÃO DO *NOVO* MUNDO DO TRABALHO

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a livre vontade; não a fazem sob circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. As tradições de todas as gerações mortas oprime o cérebro dos vivos como um pesadelo. (MARX, 1987, p. 15).

1.1 Evolução histórica do capitalismo e reprodução do capital

O capitalismo, entendido como categoria de interpretação histórica, constitui um sistema em que a força de trabalho transforma-se em mercadoria, sendo comprada e vendida como qualquer objeto de troca. Esta situação viabiliza-se pela concentração dos meios de produção nas mãos de uma classe – os capitalistas – que reproduzem o seu capital, com a exploração da outra classe – a dos trabalhadores, que destituídos dos meios de produção, vendem sua força de trabalho, como fonte de sua subsistência.

A discussão proposta por nós parte do princípio da compreensão de que o modo de produção capitalista só pode se dar à luz da relação capital x trabalho, visto que o trabalho é o elemento fundante de toda a vida humana. Cabe uma diferenciação quanto à dupla dimensão atribuída ao entendimento do trabalho. Para Antunes (2003),

O trabalho entendido enquanto *work* expressa então uma atividade genérico-social que transcende a vida cotidiana. É a dimensão voltada para a produção de valores de uso. É o momento da prevalência do trabalho *concreto*. Em contrapartida o *labour* exprime a realização da atividade cotidiana, que sob o capitalismo assume a forma de atividade *estranhada*, fetichizada. (ANTUNES, 2003, p. 87-88, grifos do autor).

Nessa conjuntura, quando se fala em crise do trabalho, ou crise da sociedade do trabalho, deve-se ter em mente a qual trabalho nos referimos: se concreto, enquanto dispêndio de força humana que produz valores de uso ou abstrato, que cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. Dessa forma, estamos diante da crise da sociedade do trabalho abstrato, visto que nestes termos, o trabalho assume um caráter desrealizador e desefetivador da atividade humana.

Com o modo de produção capitalista, o trabalho, essencial no fazer-se homem, passa a ser apropriado, objetivando a valorização e a acumulação do capital. Dobb (1983) ressalta que

[...] o homem pré-capitalista era um “homem natural” que concebia a atividade econômica como o simples aprovisionamento de suas necessidades naturais; e, em épocas pré-capitalistas, “no centro de todo esforço e preocupação estava o homem vivente, medida de todas as coisas: *mensura omnium rerum homo*”. Ao contrário, o capitalista “desarraigando o homem natural”, com sua “visão primitiva e original” e “revirando todos os valores da vida”, vê na acumulação de capital o motivo dominante da atividade econômica; e numa atividade de racionalidade sóbria e por meio dos métodos de cálculo quantitativo preciso subordina tudo o mais na vida para este fim. (DOBB, 1983, p. 6, grifos do autor).

Entendemos que a relação capital x trabalho constitui a mola propulsora das transformações ocorridas no espaço e, conseqüentemente, das transformações vivenciadas e produzidas por um conjunto de indivíduos que vivem num determinado território. Nesse sentido, Engels (2004), ao discutir o papel do trabalho na transformação do macaco em homem destaca o surgimento de um novo elemento que se configura com o aparecimento do homem acabado: a sociedade. E, essa mesma sociedade, por sua vez, deve ser entendida em sua unidade e pertencimento à natureza, embora seja modificada e até mesmo dominada pelo homem. Para Carvalho (1991, p. 23), “natureza é um conceito que exprime uma totalidade abstrata, que os homens só concretizam na medida em que preenchem com suas visões de mundo”.

O domínio sobre a natureza se deu por meio de diferentes formas em todos os modos de produção que existiram até o presente e a evolução/aprimoramento das técnicas foi de grande importância para a organização histórica dos distintos modos de produção, uma vez que são medidas do tempo e participam da produção do espaço.

Discutir a gênese do capitalismo força-nos a deixar claro que há diferentes temporalidades e diferentes espacialidades para um mesmo fenômeno, pois não estamos lidando com uma homogeneização do espaço, mas sim partindo das diferenças e contradições existentes no interior da sociedade, bem como de um modo de produção. Não há uma linha demarcatória, um tempo rígido, uma data precisa para se demarcar o surgimento do capitalismo ou de qualquer outro modo de produção. A esse respeito, Dobb (1983, p. 10) destaca que “elementos importantes de cada nova sociedade, embora não forçosamente o embrião completo da mesma, acham-se na matriz da anterior e as relíquias de uma sociedade antiga sobrevivem por muito tempo na nova”.

Para pensarmos a origem do capitalismo, é necessário remontar a um período anterior. Um elemento importante que nos ajuda a pensar em condições propícias ao seu surgimento é a propriedade comunal da terra e sua superação, pois “ao esgotar o excedente de terras livres, começou a decadência da propriedade comunal” (ENGELS, 2004, p. 32).

Durante a vigência desta forma de organização agrária na Europa, havia um excedente de terras livres, o que fornecia algumas possibilidades de conter adversidades nessa economia primitiva. Porém, lentamente foi introduzida a propriedade privada da terra e, como sabemos, a apropriação privada de um meio de produção o transforma em mercadoria. Esse processo se estendeu pelos séculos XII, XIII e XIV impulsionando uma diferenciação social, com a existência de servos, pagadores de corvéia, arrendatários e, dessa forma, parte do campesinato tornou-se proprietária e outra parte foi obrigada a vender sua força de trabalho.

Assim, estava criada uma das condições para o surgimento do capitalismo no campo, por meio da apropriação privada da terra como meio de produção, um dos pilares de sustentação do capitalismo. Ressaltamos que estamos falando em uma condição de existência do capitalismo, ainda embrionário nesta fase e, portanto, não estamos justificando a consolidação neste período do modo de produção capitalista, o que só ocorreria alguns séculos depois.

A retomada da urbanização e do comércio foi importante para a desestruturação do modo de produção feudal, embora mesmo durante a vigência do feudalismo já se materializassem algumas condições que seriam propícias ao seu sucessor, o tão famigerado capitalismo.

Para Singer (1977), o surgimento do capitalismo ocorreu no seio da sociedade feudal, passando por longa luta para se desenvolver, e seu triunfo final seria uma etapa histórica do desenvolvimento das forças produtivas urbanas, a partir do século XIII. Ainda a respeito da importância das cidades nesse processo, Spósito (1994) tece o seguinte comentário:

[...] podemos dizer que a cidade teve seu papel neste processo, na medida que ali se reuniam os comerciantes e as riquezas por eles acumulada, ali se concentravam os artesãos ocupados com a produção necessária à atividade comercial, e nesta medida ali se dava a ruptura da economia feudal. Tanto assim que a servidão ia aos poucos sendo minada pela comercialização do excedente alimentar e pelo surgimento dos arrendatários capitalistas (a partir do século XIV), apontando para a transformação da terra em mercadoria. (SPÓSITO, 1994, p. 33-34).

Na sociedade feudal, a fonte de riqueza consistia no trabalho obrigatório dos servos, ou seja, no trabalho excedente. Entretanto, a produtividade do trabalho era baixa. Já na Inglaterra do século XVI, algumas medidas foram introduzidas, o que se deu por meio de inovações técnicas e mudanças nas relações de trabalho, que conduziram ao aumento da produtividade do trabalho.

Este processo deu origem ao que Mendonça (2004, p. 61) denomina de “desterritorialização de milhares de camponeses que, expulsos pelos cercamentos, se amontoavam nas áreas urbanas em crescimento como força de trabalho disponível para quaisquer atividades”. Esse estágio de desenvolvimento foi então caracterizado pelo crescimento do comércio e dos mercados urbanos, o que exerceu influência desintegradora sobre a estrutura do feudalismo. O crescimento da economia monetária levou à intensificação da servidão, contribuindo para o declínio feudal.

Essa economia monetária que se desenha, a partir dessa fase, tem a terra como possibilidade de lucro, o que é viabilizado pelo aprimoramento das técnicas e se configura uma relação cidade-campo permitindo a acumulação de riquezas. A esse respeito, Lefebvre (2001) enfatiza que

[...] a partir do sobreproduto crescente da agricultura, em detrimento dos feudos, as cidades começam a acumular riquezas, objetos, tesouros, capitais virtuais. Já existe nesses centros urbanos uma grande riqueza monetária obtida pela usura e pelo comércio. Nesses centros, prospera o artesanato, produção bem distinta da agricultura. As cidades apóiam as comunidades camponesas e a libertação dos camponeses, não sem se aproveitarem disso em seu próprio benefício. (LEFEBVRE, 2001, p. 4).

Essas comunidades urbanas favoreciam o comércio e criavam condições para o surgimento do capital mercantil. Esta fase foi marcada pela formação de um mercado mundial, o que se tornava possível graças às Grandes Navegações. O capital, que até este momento se concentrava na circulação de mercadorias e valores, a partir daí penetra também na produção.

Este período de desenvolvimento do capitalismo manufatureiro se estende do século XVII ao século XVIII, é marcado pela subordinação da produção ao capital, ocorre o aparecimento da relação de classe entre capitalista e produtor. É nesse contexto que emerge uma nova classe, a burguesia, cuja fonte principal de riqueza, naquele momento, era a exploração pelo comércio.

A emergência e o enriquecimento da burguesia podem ser entendidos como “acumulação primitiva”, expressão marxiana que compreende acumulação de valores de capital, ou seja, propriedade de bens e uma transferência de propriedade com a separação do produtor dos meios de produção, a exemplo do ocorrido com a expropriação dos camponeses. Dobb (1983) atenta para o fato de que não se trata apenas da transferência de propriedade de uma classe antiga para uma nova, ou seja, da transferência de propriedade dos pequenos

proprietários para a burguesia. Assim, o autor destaca: “no entanto, não bastava apenas o enriquecimento. Tinha de ser o enriquecimento por modos que acarretassem o desapossamento de pessoas diversas vezes mais numerosas que as enriquecida” (DOBB, 1983, p. 133).

A separação dos produtores dos meios de produção é fundamental para o surgimento do proletariado¹, que se vê obrigado a alienar sua força de trabalho como garantia de sua sobrevivência. Se pensarmos em um sentido histórico, os trabalhadores foram expulsos de suas terras e para sobreviver nas cidades, inicialmente com a manufatura, realizaram suas operações com o auxílio de ferramentas. Com o advento do capitalismo industrial, fruto da Revolução Industrial da segunda metade do século XVIII, os trabalhadores passaram a operar máquinas. É a maquinofatura, inaugurando a mecanização do trabalho.

Essa passagem do capitalismo manufatureiro para o industrial demonstrou que o crescimento do modo de produção capitalista desenvolveu seu próprio mercado, com a obtenção dos lucros, dos empregos que necessitava e também de um mercado de bens para os novos assalariados.

Essas diferentes manifestações/fases do capitalismo são partes do processo de circulação do capital, cujo processo total se concretiza com a unidade do processo de produção e do processo de circulação. Para Marx (1980a), o processo de produção serve de meio para o processo de circulação e vice-versa.

O autor também nos dá elementos para compreender o sistema de sociometabolismo do capital, compreendido por Mészáros (2005) como um complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho que subordina suas funções vitais ao capital. Este por sua vez, para assegurar sua reprodução penetra no domínio da circulação. A respeito do processo total de circulação, Marx (1980a) enfatiza que

[...] o processo cíclico do capital é interrupção contínua, abandono de um estágio para entrar no próximo; rejeição de uma forma, passando a existir noutra; cada um desses estádios é condição do outro e ao mesmo tempo o exclui. Mas, o cunho característico da produção capitalista é a continuidade, determinada pela base técnica dessa produção, embora nem sempre seja alcançável incondicionalmente. (MARX, 1980a, p. 104-105).

¹ Por ora, utilizaremos a expressão proletariado para nos referir aos trabalhadores que vendiam sua força de trabalho ao capital manufatureiro e industrial. Posteriormente, introduziremos o conceito de classe trabalhadora com o intuito de apreender as metamorfoses dos universos do trabalho contemporâneos.

O processo de circulação do capital está presente em todos os períodos do modelo histórico mundial, sendo intensificado à medida que o sistema do capital lança mão de novas artimanhas para manter a sua estrutura totalizadora de controle. O trabalho, porém, deve ser apreendido como potenciador de uma nova sociedade, pois constitui a alternativa estrutural viável para a superação do capital, condição que só pode ser atingida não por meio da subordinação do trabalho, mas por sua emancipação.

Esse modelo histórico mundial diferencia-se no espaço-tempo e de acordo com Moreira (2002a), pode ser dividido em três diferentes segmentos de espaço-tempo. Assim, o primeiro, se estende do renascimento no século XIV ao iluminismo no século XVIII, é o período da acumulação primitiva européia, dominada pela acumulação mercantil. O segundo, estende-se, do século XVIII ao surgimento do capitalismo tardio nos meados do século XX, é o período da acumulação industrial. O terceiro, estende-se, do capitalismo tardio do século XX ao capitalismo globalizado do final do século XX e início do século XXI, é dominado pela acumulação financeira.

Estas situações ocorridas na Europa nos séculos XVI, XVII e XVIII só foram verificadas efetivamente no Brasil a partir do século XIX e sua consolidação em pleno século XX. Estamos nos referindo à acumulação primitiva nacional e à formação de uma sociedade regida por um novo modelo, o urbano-industrial.

Está claro que existem diferenças no espaço-tempo. E nesse contexto é importante entender a reestruturação produtiva, enquanto uma estratégia do capital que, em uma nova fase de acumulação, busca solucionar a crise vivida pelo capitalismo. Nos anos 1960-1970, nos países desenvolvidos, passam a ocorrer mudanças nos padrões de produção social. A reestruturação produtiva surgiu como um conjunto de transformações técnicas, econômicas e sociais que se efetivaram, associadas à flexibilidade da produção e às reformulações na esfera financeira estavam coadunadas com a desregulamentação estatal e dos sistemas de proteção social públicos.

Harvey (2008) destaca que diante da reestruturação, o capital tem seu poder ampliado no que diz respeito à flexibilidade e à mobilidade, o que por sua vez, permite que o capital exerça pressões cada vez mais fortes no tocante ao controle do trabalho sobre uma força de trabalho cada vez mais enfraquecida. Assim, o autor salienta:

O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiravam proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra

excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho cada vez mais flexíveis. (HARVEY, 2008, p. 143).

Torna-se importante esclarecer que a reestruturação pode ser produtiva, industrial e espacial. A produtiva está ligada à passagem do regime de acumulação fordista para a acumulação flexível, apoiada no toyotismo. A reestruturação industrial remete-se à introdução das inovações tecnológicas da terceira revolução industrial (microeletrônica, informática etc) e, “a reestruturação espacial é o novo ordenamento territorial que emana disso tudo” (MOREIRA, 2002a, p. 12).

Dessa forma, antes de mergulharmos nas transformações mais atuais do capitalismo e das capilaridades dos novos universos do trabalho, que incluem uma quantidade crescente de trabalhadores desempregados, subempregados, terceirizados, subcontratados, trabalho em tempo parcial, dentre outras formas, julgamos necessário estender a discussão sobre como o capital cumpre sua função histórica que, mesmo presente em outras formas pretéritas, só pôde se consolidar no capitalismo, principalmente em sua fase industrial e, posteriormente financeira.

1.2 Os diferentes períodos técnicos e a mundialização do capital

Para Moreira (1998), cada tempo da história é marcado por um período técnico, ao qual correspondem formas de organização e gestão do trabalho. Assim, as três revoluções industriais vivenciadas pela sociedade, em diferentes períodos técnicos, contribuíram sobremaneira para redefinições no universo do trabalho e também para a constituição de novos (re) arranjos espaciais.

A primeira revolução industrial tem a indústria têxtil como ramo principal, ao lado da siderurgia. Os aglomerados urbanos crescem, assim como o setor industrial. Todavia, longe das cidades industriais, no campo também se materializa uma nova dinâmica. Há uma imediata mercantilização da produção rural, uma rápida conversão da produção do valor de uso em valor de troca, o que se acelera com a proletarianização do campesinato.

Dobb (1983) destaca que o proletariado tem uma qualidade valiosa, de não se reproduzir a cada geração, mas de fazê-lo numa escala sempre crescente. Esse proletariado nascente da Primeira Revolução Industrial caracteriza-se pelo trabalho assalariado e pelo trabalho por ofício, além de que havia grande tempo de interrupção entre pegar uma ferramenta e outra, o que era determinante no custo e na produtividade.

O desemprego era punido na Inglaterra já no século XVI. Assim, os mendigos, as pessoas consideradas ociosas eram chitoteadas, agredidas ou levadas a hospícios. “Açoitamento, prisão e deportação eram os castigos para as greves” (DOBB, 1983, p. 168). A violência do Estado e dos patrões levou a classe trabalhadora ao ludismo (movimento de quebra das máquinas) na Inglaterra do século XIX, mais especificamente em 1830, e à criação dos sindicatos que, na concepção marxiana, têm a função primeira de oferecer ao proletariado uma educação de classe.

O proletariado de hoje – subcontratado, terceirizado, em tempo parcial, temporário, precário – embora capturado em sua subjetividade, ainda possui ações de grande relevância no eterno embate capital x trabalho, a exemplo do ocorrido nas greves de Guariba em 1984, quando as usinas de açúcar da região de Ribeirão Preto (SP) alteraram o sistema de corte de 5 para 7 ruas. A repressão dos usineiros e do Estado apresentava semelhanças, embora com “armas” diferentes, “mais modernas” que as utilizadas na repressão inglesa dos séculos anteriores. Em Guariba um boia-fria morreu e várias pessoas ficaram feridas. Porém, com o Acordo Coletivo do Trabalho assinado em 17/5/1984, foi fixado o sistema de corte de 5 ruas, conforme aponta Graziano da Silva (1997).

Embora o movimento ludista tenha ficado no passado, lembremos que em pesquisa realizada por Silva (2004), na mesma região de Ribeirão Preto, uma frase proferida por uma ex-cortadora de cana, desempregada e na miséria, nos lembra as manifestações ludistas: “se eu pudesse eu quebraria todas as máquinas”.

Os movimentos operários modernos são historicamente novos, assim como o desenvolvimento da classe trabalhadora moderna, que é também fruto do metabolismo societal do capital. Para Marx (2004a), o aumento do proletariado e o crescimento do capital são produtos simultâneos e opostos a um mesmo processo.

De modo que não é apenas o trabalho que, em antítese consigo mesmo e numa escala cada vez mais ampla, produz as condições de trabalho enquanto capital; também o capital produz numa escala cada vez maior os assalariados de que tem necessidade. O trabalho produz suas condições de produção enquanto capital, o capital produz o trabalho enquanto trabalho assalariado como meio de realização enquanto capital. (MARX, 2004a, p. 134-135).

Dessa forma, o século XIX presenciava um aumento das transformações técnicas, o que elevava a produtividade do trabalho, concomitantemente a um aumento expressivo do proletariado, além do crescimento do mercado de bens de consumo. Cabe destacar que essas mudanças são fruto da primeira revolução industrial e estão diretamente ligadas ao emprego

da maquinofatura, onde os produtos, embora produzidos em escala não eram barateados, mas sim encarecidos na medida de seu próprio valor. Todavia, é importante frisar que “o emprego das máquinas não cria valor, mas transmite seu próprio valor ao produto que ele contribuiu para criar” (BORCHARDT, 1975, p.85).

Esse movimento de organização da produção, que se refletiu em uma determinada forma de organização do espaço completou-se na Inglaterra, e atingiu o continente europeu. Em meados do século XIX, chegou aos EUA e, no final deste mesmo século, à Alemanha, Itália e Japão. Ao chegar nesses países, somou-se ao sistema industrial dos mesmos. Estava criada a combinação de elementos que daria origem à segunda revolução industrial. Essa forma de organização espacial iniciou-se por volta de 1870, mas foi no início do século XX que ela se consolidou.

O sistema de técnicas e de trabalho desse período é o paradigma fordista, cuja data inicial simbólica é 1914, quando Henry Ford criou na sua indústria de automóveis uma nova regulação da técnica e do trabalho. Harvey (2005a) destaca que Ford racionalizou velhas tecnologias e uma divisão do trabalho já existente, conseguindo com isso elevados ganhos de produtividade. O fordismo desenvolve-se com a ação do Estado e dos monopólios e, já no início do século XX, uma forte concentração do capital podia ser verificada, com uma produção de massa que significava padronização do consumo, resultando em um consumo de massa. O Estado teve importância fundamental para atender aos requisitos da produção fordista, principalmente após a depressão de 1929².

Na realidade, a atuação do Estado, naquele momento, visava garantir a estabilização do capitalismo, que foi afetada pelas alterações na produção, na circulação, na própria estrutura da força de trabalho, revelando que nenhuma reprodução sociometabólica pode subsistir indefinidamente (MÉSZÁROS, 2002).

Essas diferentes estratégias criadas pelo capitalismo representam a criação de novos paradigmas como resposta às crises, que são resultantes de sua incapacidade de se auto-gerir, garantindo, dessa forma, as condições necessárias para sua reprodução.

O sistema de sociometabolismo do capital, conforme Mészáros (2002) é composto pelo tripé Capital, Trabalho e Estado, e a aliança entre fordismo e keynesianismo, cujo resultado foi um surto de expansões internacionalistas, entendidas como fenômenos históricos, com condições para a acumulação capitalista, ocasionando a expansão do mercado.

² Caracterizada principalmente pela queda do índice geral da Bolsa de Valores em 1929, motivada pela superprodução agrícola, pela diminuição do consumo e pelo livre mercado. Esta crise só foi superada com o início da Segunda Guerra Mundial, considerada a pior crise da história do capitalismo, teve dimensão mundial.

A respeito das três dimensões do sistema do capital, Mészáros (2002) afirma ser impossível emancipar o trabalho sem superar o capital e o Estado. Assim, a formação do Estado Moderno seria uma exigência para proteger a produtividade do sistema.

Em todas essas questões, o papel totalizador do Estado moderno é essencial. Ele deve sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômica, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo. Além do mais, o Estado deve também assumir a função comprador/consumidor direto em escala sempre crescente [...] atenuando assim, ainda que não para sempre, algumas das piores complicações e contradições que surgem da fragmentação da produção e do consumo. (MÉSZÁROS, 2002, p. 110).

No fordismo do pós-guerra, o Estado assumiu algumas obrigações, tanto no que diz respeito ao controle dos ciclos econômicos, como também no que diz respeito ao investimento público, proporcionando uma infraestrutura que garantisse crescimento da produção, consumo de massa e emprego pleno. Era inaugurado o *Welfare State*, ou Estado do bem-estar social, em que os governos buscavam fornecer complemento ao salário com gastos em seguridade social, assistência médica, educação, habitação e o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores, conforme Harvey (2008).

Um novo sistema de reprodução da força de trabalho foi inaugurado no fordismo e o trabalhador teve de se adaptar a um sistema de linha de montagem de alta produtividade. Convém ressaltar que a concentração dos trabalhadores nas fábricas contribuiu para que estes se organizassem e os sindicatos conquistassem poder político, o que não era determinante na conquista de benefícios sociais e, na prática, houve uma adesão às estratégias corporativas para atingir o objetivo das empresas de aumento da produtividade e, conseqüentemente, a reprodução ampliada do capital.

A força de trabalho, a partir deste momento, passou a adquirir traços de fragmentação e os interesses e anseios que eram de uma única classe ganharam contornos de uma luta também fragmentada, embora como luta merecesse o seu destaque na história da classe trabalhadora. Podemos mencionar a luta das mulheres assalariadas e mal remuneradas, que culminou no movimento feminista, dentre outros movimentos de excluídos que, além de terem como foco a luta contra o capital, em muitos momentos, atacaram inclusive os sindicatos, à medida que não se sentiram representados.

A insatisfação passou a ser verificada em vários segmentos da sociedade e, desde os anos de 1960, ocorreu uma sucessão de problemas no interior do fordismo que colocaram em xeque este padrão de acumulação. A partir daquele momento, a competição internacional intensificou-se e a Europa Ocidental e o Japão passaram a desafiar a hegemonia estadunidense. Nesse contexto, o fordismo mostrou-se insuficiente para conter as contradições do capitalismo.

O final dos anos 1960 e o início dos anos 1970 foram marcados pela crise do fordismo que indica a crise de um paradigma. O fordismo representou uma manifestação da crise estrutural do capital, uma vez que as crises são inerentes ao processo capitalista de produção. Harvey (2005b) destaca que as crises devem ter o efeito de expandir a capacidade produtiva e renovar as condições de acumulação. Cada crise representa uma mudança no processo de acumulação para outro nível, mais eficiente que o anterior.

No sistema capitalista, as muitas manifestações de crise [...] podem, desse modo, remontar à tendência básica da superacumulação. Como não há outras forças compensatórias em ação dentro da anarquia competitiva do sistema econômico capitalista, as crises possuem uma função importante: elas impõem algum tipo de ordem e racionalidade no desenvolvimento econômico capitalista. Isso não quer dizer que as crises sejam ordenadas ou lógicas; de fato, as crises criam as condições que forçam a algum tipo de racionalização arbitrária no sistema de produção capitalista. (HARVEY, 2005b, p. 46-47).

As rápidas mudanças operadas na economia mundial, juntamente com a profunda recessão de 1973, representam uma crise do modelo de regulação capitalista. Dessa forma, os anos que se seguem são marcados por uma reestruturação produtiva. Seria inaugurada a mundialização do capital, ou globalização, ou ainda a terceira revolução industrial, também podendo ser chamada de “acumulação flexível” (HARVEY, 2005a), ou “produção destrutiva” (MÉSZÁROS, 2002), como novo método de gestão da produção³.

Cabe esclarecer quanto à polêmica a respeito da “mundialização” ou “globalização” que, embora, muitas vezes, essas palavras sejam utilizadas como sinônimos, apresentam conotações conceituais ideológicas diferenciadas, ainda que ambas possam ser utilizadas para explicar a última etapa verificada até o presente do processo de internacionalização da economia.

³ Durante a caracterização dessa fase, seguem argumentos no texto referentes à nossa opção em trabalhar com a “mundialização do capital”.

Para Chesnais (1996) esses termos não são neutros e são revestidos de grande importância, à medida que ajudam a entender a nova configuração do capitalismo mundial e dos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação. O autor nos explica que

[...] o termo “mundialização” tem o defeito de diminuir, pelo menos um pouco, a falta de nitidez conceitual dos termos “global” e “globalização”. A palavra “mundial” permite introduzir com muito mais força do que o termo “global”, a idéia de que, se a economia se mundializou, seria importante construir depressa instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento. [...] Tanto mais que, no tocante ao “progresso técnico”, a globalização é quase invariavelmente apresentada como um processo benéfico e necessário. (CHESNAIS, 1996, p. 24-25).

Diante desses argumentos, registra-se como opção teórico-político-ideológica ao longo desse trabalho, o fato de que optarmos por entender o processo em questão, como mundialização do capital em função do reducionismo/conformismo dos termos global e globalização que, de acordo com Chesnais (1996) exigem a adaptação às novas exigências e obrigações, justificando a atuação das “forças de mercado”.

Dessa forma, os agentes do capital, a partir deste momento, aperfeiçoam e criam novos mecanismos de produção e novas formas de controle sobre o trabalho, tendo como consequência direta o enfraquecimento da resistência dos trabalhadores. Esse novo paradigma é regido pela flexibilidade, que se estende desde os processos de trabalho, passando pelos mercados de trabalho e pelos padrões de consumo.

Como já mencionamos, o paradigma da terceira revolução industrial é o toyotismo, que possui características determinantes responsáveis pela reestruturação da produção, que, além de revolucionar a distribuição dos produtos, impacta diretamente os trabalhadores. São exemplos o *just-in-time*, o *CCQ* (Círculos de Controle de Qualidade) e o *Kanban*. No *just-in-time*, a produção é regulada pela demanda do consumo, evitando-se a superprodução e a formação de estoques. O *just-in-time* cria o trabalho polivalente, a elevação da produtividade entre os trabalhadores e o aumento da concorrência entre os mesmos. É também a partir dele que surgem a terceirização e a subcontratação, artimanhas do capital diretamente ligadas à precarização do trabalho.

Com esse novo paradigma, ocorreram mutações na produção, a partir da incorporação da automação e da robótica. Essas transformações contribuíram para que parte do arcabouço teórico que discute capital e trabalho na atualidade valorizem de maneira demasiada o trabalho imaterial e cheguem ao extremo de se falar em fim do trabalho. Equívoco de grandes

proporções à medida que o trabalho, ou melhor, a força de trabalho é condição fundamental para a geração de mais-valia, um dos pilares de sustentação do capitalismo.

Outra característica desse período técnico na tentativa de tergiversar a atual crise do capital é o *kanban*, um sistema no qual o *just-in-time* se apoia, funcionando como um controle de reposição de mercadorias. Há uma redução drástica dos estoques, em que a instrumentalização visual ordena a produção, ao mesmo tempo em que controla o ritmo de trabalho e o tempo de operação das funções dos trabalhadores.

Por fim, temos o CQQ (Círculo de Controle de Qualidade) que está diretamente ligado à redução de custos, determinando o movimento do sistema até a produção. Os trabalhadores são incentivados a discutir o trabalho e seu desempenho, visando aumentar a produtividade e o lucro da empresa. A submissão do trabalho ao capital aumenta e essa servidão ao objeto, àquilo que ele exterioriza intensifica o estranhamento.

Dessa forma, o toyotismo pode ser considerado o momento áureo da reestruturação produtiva na era da mundialização do capital. Essa nova base técnica do capitalismo exige uma redefinição da força de trabalho, uma nova formatação de sua subordinação ao capital, que é atingida pela flexibilidade e pela captura da subjetividade operária, pois o capital não só explora a parte física, mas, também, a parte subjetiva do trabalho para produzir mais-valia.

A processualidade histórica do modo de produção capitalista mostra-nos que o capital necessita constantemente de reajustes e de novas formas de organização da produção e circulação de mercadorias, à medida que surgem as crises, revelando a racionalidade da sua natureza.

Dessa forma, a mundialização representa uma fase específica do processo de internacionalização do capital. Cabe destacar nos interstícios da mundialização - até por uma questão de abrangência espacial e temporal do capitalismo - que a internacionalização pode ser vislumbrada no desenvolvimento dos fluxos de exportação, incluindo o comércio exterior, o investimento externo direto e os fluxos internacionais de capitais. A transnacionalização, por sua vez, pode ter o seu entendimento abreviado pelos fluxos de investimentos e implantação no estrangeiro, sendo as transnacionais, agentes da internacionalização do capital.

A respeito da concepção que entende o progresso técnico como um processo benéfico, temos a seguinte interpretação proposta por Santos (2000a):

[...] é a primeira vez na história do homem que o mundo se tornou realmente conhecido, o mundo no seu conjunto, e no progresso técnico. Os

progressos na informação – que é outro elemento fundamental do nosso tempo – permitiram que o acontecer do mundo fosse conhecido por toda parte, o que antes também não existia. O mundo tornado conhecido é, por si só, um momento revolucionário na história do mundo. (SANTOS, 2000a, p. 28).

Diante do exposto e de outras leituras do referido autor, cuja contribuição para a Geografia Brasileira é de grande relevância, especialmente em obras como *Por uma Geografia Nova* (1978), *Por uma outra globalização* (2000) e, em *A natureza do espaço* (2002), o autor destaca a importância dos sistemas técnicos, do meio técnico científico informacional, das redes, para compreender os (re) arranjos espaciais verificados na contemporaneidade.

À importância das obras e dos conteúdos discutidos pelo autor, acrescentamos que o fenômeno histórico e a sociedade, só podem ser entendidos, por meio da história das classes, ou seja, da história das lutas de classes.

De acordo com a interpretação de Santos, a história é toda mediada pelas idéias e pelo meio técnico-científico-informacional. Acrescentamos que no nosso entendimento, o saber e a ciência são importantes na interação com o trabalho junto ao processo de valorização do capital. Esse fato, todavia, é insuficiente para elevar a ciência à categoria de principal força produtiva, pois ela não se sobrepõe ao valor, mas é inerente ao seu mecanismo. O denominado meio técnico-científico não pode ser negado, à medida que existe uma uniformidade da técnica no espaço, embora isto ocorra de forma desigual e combinada. Não podemos, porém, reduzir a história da humanidade, ainda que tenhamos como recorte temporal os últimos 20-30 anos em um emaranhado de sistemas técnicos, negando a relação homem-natureza.

Ao pensarmos as transformações recentes do capitalismo contemporâneo, não podemos perder de vista que a reestruturação produtiva desdobra-se em uma reestruturação espacial, consequência da atual fase do processo de internacionalização do capital e é justamente como desdobramento em reestruturação espacial, que se constitui uma questão central a ser analisada por nós geógrafos.

Com o intuito de apreender esse processo, reafirmamos a opção por entendê-lo a partir do movimento de mundialização do capital. Não se trata apenas de um jogo de palavras “globalização x mundialização”, e nem mesmo de ideologia - embora também o seja - mas porque consideramos algumas interpretações que lidam apenas com a significação da globalização impregnadas do discurso de um mundo único, do ponto de vista da homogeneização através das técnicas. Todavia, a opção escolhida por nós não nos impedirá de

utilizar referenciais teóricos que compreendem a atual fase do capitalismo, adotando esse entendimento.

Dessa forma, elegemos a mundialização como um dos elementos de nossa posição teórica, e não pretendemos subestimar-lhe o caráter global, para entender as rápidas mudanças operadas na “ordem capitalista” contemporânea que, dialeticamente, produz e é produto de uma desordem estabelecida, com tentativas temporariamente sustentáveis de preservar e garantir sua existência, diante da iminência da “barbárie se tivermos sorte”⁴.

Para Benko (1996), a mundialização não representaria o ponto final, intransponível do aprofundamento histórico-geográfico da divisão capitalista do trabalho.

[...] a mundialização seria o processo de expansão global da relação social de produção capitalista (relação que se deve compreender em sua valência múltipla e em suas inumeráveis ramificações), que em seu impulso histórico-geográfico seria doravante coextensivo ao planeta inteiro, a ponto de dar lugar à configuração [...] de “espaço mundial do capitalismo multinacional. (BENKO, 1996, p. 42).

Diante do exposto, e pensando o toyotismo como um paradigma e modelo de sustentação da reestruturação sob a mundialização do capital é importante destacar que a centralidade deixa de ser na produção e passa a ser na circulação. Assim, o poder coordenador da acumulação flexível passa a se localizar na esfera financeira. Sob a dimensão financeira, o capital adquire uma hipermobilidade, sustentada em uma existência nômade e numa pluralidade de estratégias de exploração.

Cabe ressaltar que embora o capital atualmente se valorize por causa das finanças, a sua origem está na produção, porém, em nenhuma outra esfera, o processo de mundialização é mais acentuado que na financeira. Assim, Marx nos explica a partir do ciclo global do capital, posto que o capital financeiro não foi teorizado por ele: “para cada forma funcional do capital, o ciclo global apresenta-se como seu ciclo específico e cada um desses ciclos é condição da continuidade do processo global” (MARX, 1980a, p. 106). Assim, há interações entre os deslocamentos da composição do capital e, neste período de reestruturação produtiva, o capital constante cresce na medida inversa do capital variável, indicando o aumento da produtividade do trabalho e da acumulação do capital, afetando de forma gritante o universo do trabalho que se torna cada vez mais complexificado.

⁴ Expressão utilizada por Mészáros (2007), ao se referir a outra expressão de Rosa Luxemburgo: “Socialismo ou barbárie”.

Dessa forma, na configuração do capitalismo contemporâneo, o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais (CHESNAIS, 2008). Para que isso ocorresse, os países centrais do capitalismo mundial liberaram o movimento dos capitais, levando à desregulamentação e desbloqueio de seus sistemas financeiros. Nessa conjuntura, estavam lançadas as bases da dívida do Terceiro Mundo, e foi justamente nesses países que as consequências foram as mais dramáticas. “A dívida levou a um forte crescimento da dominação econômica e política dos países do centro sobre a periferia” (CHESNAIS, 2008, p. 40). Assim, há uma necessidade permanente de recorrer ao financiamento mediante empréstimos.

Sob a mundialização financeira, uma série de crises financeiras se sucede e seus efeitos econômicos e sociais crescem cada vez mais. A esse respeito, Chesnais (2008) enfatiza que é impossível falar dos efeitos das finanças mundializadas sem destacar os efeitos no Terceiro Mundo. Para o autor, as dívidas do Terceiro Mundo constituem-se em forças motrizes desse processo.

A ‘dívida do Terceiro Mundo’ foi uma alavanca poderosa que permitiu impor as políticas energéticas de ajuste estrutural, austeridade fiscal, liberalização e privatização. [...] o número de países que atraem os investimentos é restrito porquanto as necessidades do capital são limitadas pela fraqueza geral da acumulação. Os demais são marginalizados. Então assistimos ao reaparecimento, nos países pobres, dos piores flagelos de desnutrição, até mesmo de fome, doenças e, sobretudo de epidemias devastadoras. Esses flagelos não são mais “naturais” do que o aumento de desempregados, de precarizados e dos sem-teto dos países da OCDE. Eles não podem ser considerados exteriores ao processo [...] (CHESNAIS, 2008, p. 67, grifos do autor).

Nessa perspectiva, sob a hegemonia do capital financeiro, a relação capital x trabalho passa por redefinições e o crescente uso das técnicas e de novas tecnologias, bem como a qualificação são requisitos para a participação nesse processo. As empresas, cada vez mais, investem em tecnologia e em qualificação para manter o novo padrão de acumulação capitalista. O universo do trabalho que se forma a partir daí é fragmentado, composto de trabalhadores subempregados com baixos salários, desempregados e também por uma pequena parcela de trabalhadores qualificados e bem remunerados para atender aos novos imperativos do capital, logo não há uma identificação como classe, o que revela extrema fragilidade, inclusive de organização no atual momento de reestruturação produtiva do capital.

Claramente, se percebe que o novo regime de acumulação capitalista implica uma reestruturação espacial, e é o que a Geografia não pode perder de vista. Não podemos fazer

uma leitura isolada e meramente histórica, econômica ou sociológica, ainda que a Geografia dialogue diretamente com estas áreas do conhecimento. Não se trata de medir períodos históricos por escalas geográficas, ou dizer que tempo e espaço são inseparáveis, ou ainda que os processos econômicos são responsáveis por novos desenhos espaciais da sociedade. Tudo isto é válido, mas devemos considerar que as leituras do capital e do capitalismo, suas crises, assim como suas artimanhas de tergiversá-las devem ter como ponto de partida e de chegada o espaço, uma vez que a reestruturação espacial é produto desse processo que leva à criação de novos territórios ou novas formas de organização territorial.

Dito isto, é importante destacar que quando falamos em reestruturação produtiva não a entendemos apenas pelo viés do capital, mas igualmente e, principalmente, pelo viés do trabalho, como ontológico ao homem e, como apropriação pelo capital, desde períodos pretéritos até o presente, em sua crise estrutural, visando ao objetivo máximo de geração de mais-valia, motivo de ser do capitalismo.

A destruição dos direitos dos trabalhadores, o aumento do trabalho informal, o trabalho parcial, contratado, domiciliar, e as diferentes formas de trabalho precarizado, revelam que, ao lado da crise do capital, existe também uma crise da sociedade do trabalho. Referimo-nos, a uma crise da sociedade do trabalho abstrato que, conforme já destacado no início deste capítulo, cumpre papel decisivo na criação dos valores de troca. Isso significa o reconhecimento do papel central do trabalho assalariado de caminhar para além do capital. *“Portanto, trata-se de uma crise da sociedade do trabalho abstrato cuja superação tem na classe trabalhadora, mesmo fragmentada, heterogeneizada e complexificada, o seu pólo central”* (ANTUNES, 2003, p. 88, grifos do autor).

Dessa forma, a dificuldade de superação da sociedade do trabalho abstrato reside na contradição de que, ao mesmo tempo em que o capital se compreende como universal, os trabalhadores se compreendem como fração territorial. Assim, as disputas por frações de território, a divisão em categorias profissionais, legitimadas pela CLT e de um modo geral, por todo o novo ordenamento sindical contribuem para as armadilhas preparadas pelo capital. Urge, pois, a necessidade de um projeto universal e da compreensão dos territórios do trabalho como um todo, e não fracionados em categorias.

A mundialização do capital intensifica o fenômeno do estranhamento à medida que reorganiza a sociedade do trabalho e, mesmo diante de premissas de que os mundos viram um só, o capital cria mecanismos que, embora concretamente sejam aplicados em escala local, ao mesmo tempo, atingem uma escala planetária, haja vista que o sistema implantado pela Toyota no Japão é o mesmo responsável pela captura da subjetividade operária no Brasil, bem

como pela superexploração do trabalho, tanto no país, como em outras partes de um mundo dito globalizado.

Esse deslocamento de condições estruturais - do local ao global - dificulta uma ação mundializada da classe trabalhadora rumo à emancipação, à medida que o capital busca uma adesão dos trabalhadores ao projeto do capital por meio de uma interiorização, manifesta-se não mais em simplesmente incentivar os trabalhadores a vestir a camisa da empresa, mas em se tornar “colaboradores”, a partir do ideário de que são a própria empresa.

As condições de exercício da atividade laboral obedecem a uma ordem que é global, embora possam se manifestar de formas diferenciadas nos diferentes lugares, porém sob a influência do todo. Assim, Moreira (2002a) destaca que

[...] o que era sensivelmente diverso, vai se enquadrando na racionalidade conceitualmente uniforme da verdade em sua escala geográfica, até que, por fim, os mundos viram um só. Então, o que se entendia por bem, ordem, natureza, tempo e espaço num lugar, torna-se o mesmo para todos os lugares. (MOREIRA, 2002a, p.8).

Dessa forma, a mundialização do capital redefine a divisão internacional do trabalho e os lugares. Os novos territórios hegemônicos do capital mundializado convivem com territórios de resistência, como os movimentos antiglobalização, os governos de esquerda na América Latina, o Fórum Social Mundial, além de fóruns de atuação local, como o Fórum Social do Triângulo Mineiro⁵. Nessa perspectiva, as relações espaciais e a sua totalidade organizam-se e o capital encontra-se num contexto em que já atingiu os limites extremos de ocupação dos territórios, num movimento incessante de produção e (re) produção do espaço.

O presente é marcado pela aceleração da mobilidade do capital, que possui como um de seus atributos a recusa em se prender a determinada localidade ou setor de atuação. Essa mobilidade do capital é acompanhada pela mobilidade da força de trabalho, cuja precarização que lhe é imposta localmente, leva as pessoas a migrarem, mas ao migrarem, ainda que com melhores salários que em seus locais de origem, via de regra, estão envolvidas pelo movimento geral de precariedade social. Dessa forma, são necessários alguns esclarecimentos referentes à precarização e precariedade do trabalho.

A precariedade é condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria. Dessa forma, é inerente a todo trabalho assalariado. A precarização, por sua vez, é um

⁵ O Fórum Social do Triângulo Mineiro foi idealizado após a 3ª edição do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre (2003) e reúne entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e/ou qualquer forma de imperialismo e dominação. A 3ª edição do FSTM ocorreu entre 20 e 22 de julho de 2007, na Universidade Federal de Uberlândia.

processo social que atinge o mundo do trabalho e que tem seus efeitos multiplicados ao longo do desdobramento do processo de reestruturação produtiva do capital.

A esse respeito, Alves (2007) esclarece que

O capital como relação social tornou-se agente da *racionalização do mundo*, aparecendo como um processo social contraditório, cujo cerne essencial caracterizou-se por um lado, pela constituição do *processo de precarização* como forma de desenvolvimento civilizatório e por outro lado pela instauração da *precariedade social* como “condição humana”. (ALVES, 2007, p. 112, grifos do autor).

A precarização torna-se mundial durante o desdobramento do processo de reestruturação produtiva do capital. Mesmo nos casos de imigração de países subdesenvolvidos para os países que comandam a economia mundial, a precarização se autorreproduz em seu incessante movimento, haja vista as condições de trabalho, de vida e de discriminação, que os imigrantes enfrentam principalmente nos Estados Unidos, Europa e Japão.

Nesse novo regime de acumulação predominantemente financeiro, os trabalhadores que exercem as mais diferentes modalidades de atividades precarizadas, convivem a todo momento, na iminência de uma situação de horror, com o medo de virem a fazer parte do já elevado desemprego estrutural, característica da mundialização do capital. Outras características dessa fase destacadas por Alves (1999) são: taxas de crescimento do PIB muito baixas, deflação, sobressaltos monetários e financeiros, marginalização de regiões inteiras em relação ao sistema de trocas e concorrência internacional cada vez mais intensa.

Diante da mundialização do capital, a concentração e a centralização do capital adquirem novos contornos. A concentração é a tendência fundamental do capitalismo e Singer (1996, p. 76) a define como “o crescimento da empresa média em função da procura de maior produtividade, mediante a acumulação de capital, ou seja, pela transformação de uma parte dos lucros em novo capital”. A partir da concepção marxista de concentração, entendemos que o crescimento dos capitais individuais ocorre à medida que os meios de produção são transformados em propriedade privada. Todo capital individual é uma concentração maior ou menor dos meios de produção, que comanda um número maior ou menor de trabalhadores.

Por sua vez, a centralização resulta da luta da concorrência em busca do barateamento das mercadorias que, por sua vez, depende do aumento da escala e da produtividade, ocorrendo por meio de rearranjos e mudanças na distribuição de capitais existentes, crescendo em uma mão até formar massas grandiosas, porque é retirado de muitas mãos individuais. A

centralização funciona como um complemento à acumulação, ao permitir a expansão das operações industriais.

A respeito da concentração e centralização do capital, Sotelo Valencia (2003) destaca que

[...] este fabuloso proceso de concentración y centralización de capital, de las empresas, de los recursos humanos (fuerza de trabajo), naturales y financieros, y de activos empresariales (como bienes muebles e inmuebles, edificios, instalaciones, etcétera), em los Estados-nación de los países imperialistas “globales”, es el responsable de la reestructuración de la economía mundial em los años ochenta y noventa. Además, es particularmente responsable de la refuncionalización de ley del valor y, com ella, del mundo del trabajo, cuya organización queda, de esa forma, estructurada y expuesta a las características de esta nueva fase de la economía mundializada. (SOTELO VALENCIA, 2003, p. 31-32).

O crescente processo de concentração do capital implicou a elevação do tamanho médio da unidade produtiva e a crescente oligopolização da produção industrial, cuja exigência para que os oligopólios não sejam ameaçados, é que consigam manter a rivalidade num cenário mundial, sendo premissa para isto a capacidade de mobilidade do capital sem se prender a apenas um determinado setor ou mesmo a uma única localização geográfica.

Na atual fase capitalista, há um aumento da competição mundial entre os grandes grupos e as empresas da tríade hegemônica (EUA, Europa Ocidental e Japão) que se integram e centralizam com maior frequência por meio de fusões e aquisições, visando ao controle da produção e do mercado mundial.

Esse processo tem um desdobramento espacial e uma repercussão no mundo do trabalho, pois intensifica a desigualdade entre países e regiões, nos locais cuja conjuntura seja mais atraente para as empresas, sem que isso implique compromissos de ali se manterem, pois atualmente a localização da produção industrial se dá à medida que a autovalorização é garantida. O interesse das multinacionais em garantir a produção combina baixos salários e aumento dos contratos temporários e de terceirização, contribuindo para isto a liberalização do comércio exterior e as facilidades impostas pela tecnologia da informação.

Alia-se a esse processo, a apropriação da sociobiodiversidade – que deveria apenas significar a complementaridade entre a diversidade cultural e a produção de bens e serviços gerados a partir de recursos naturais, respeitando os povos e comunidades tradicionais – adquire uma re-significação, visto que a sociobiodiversidade passa a ser apropriada para outros fins, contribuindo para a concentração econômica, por exemplo, por meio das patentes,

monopólio de sementes, perda da soberania alimentar, choques culturais, com reflexos para as comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas, etc⁶.

Podemos ainda citar o interesse que os países do centro e suas empresas têm nos agrocombustíveis e em recursos como a água, por exemplo. Dessa forma, Gonçalves; Alentejano (2008) ressaltam que

[...] a qualidade dos territórios dos diferentes estados joga aqui um papel fundamental, sobretudo quando se considera a disponibilidade de águas e terras agricultáveis (fertilidade e topografia, esta última qualidade sobretudo pela economia de energia relacionada aos relevos planos, o que é extremamente relevante quando se trata de um modelo agrário/agrícola energívoro, isto é, baseado no grande consumo produtivo de energia) [...] onde o Brasil se apresenta numa posição de destaque. (GONÇALVES; ALENTEJANO, 2008, p. 3)

Verificamos que o capital atinge um alcance geográfico supranacional, apropriando-se dos mais diversos recursos, causando degradação do meio ambiente e da sociedade humana.

Diante desse processo, verifica-se que a concorrência adquire caráter também mundializado. Com o intuito de apreender essa integração mundial, Chesnais (1996) discute as “indústrias globais”, que oferecem suporte a essas estratégias mundiais de produção, circulação e consumo.

Dessa forma, a indústria global seria uma indústria cuja posição concorrencial de uma companhia seria influenciada por sua posição em outros países e vice-versa. O autor destaca também a desverticalização das grandes companhias em redes de empresas especializadas e o agrupamento das empresas-rede como resposta a pressões econômicas e financeiras. A tecnologia da informação possibilitaria uma forma de organização alternativa e superior às hierarquias. É nesse contexto que o autor enfatiza:

[...] nessa dupla perspectiva, a empresa-rede apresenta-se então, não como uma ‘ruptura’ com as hierarquias e a internacionalização, mas antes como uma forma de organizar e gerenciar essas hierarquias, bem como de maximizar as possibilidades de ‘internalizar as externalidades’ (isto é, as vantagens externas [...] proporcionadas pelo funcionamento em rede. (CHESNAIS, 1996, p. 109).

⁶ Esse tema foi debatido pela Rede Norte de Propriedade Intelectual, Biodiversidade e Conhecimento Tradicional que congrega instituições sem fins lucrativos que atuam na região amazônica em seminário intitulado “As encruzilhadas das modernidades: das lutas dos povos indígenas no Brasil ao destino da CDB”. A título de esclarecimento CBD é a Convenção de Diversidade Biológica, resultante da ECO 92 que congrega 175 países, inclusive o Brasil. Sobre o Seminário está disponível em: www.cesupa.br/redenorte/nov_evento.asp?Cod=49

Ao discutir empresas-rede, sabemos que as novas tecnologias da informação são importantes para garantir o seu funcionamento. Todavia, não podemos esquecer que integram mecanismos do capital com o intuito de tirar o foco de sua lógica destrutiva na contemporaneidade. De acordo com o papel conferido à informação que surgem teorias questionáveis, como a de que a centralidade se transferiu da esfera do trabalho para a esfera da ação comunicativa, o que será mais bem discutido mais adiante no item 1.5.

Voltando à discussão do caráter mundializado da concorrência, reflexo de uma atuação mundializada do capital, não podemos deixar de mencionar as relações dos bancos e do sistema financeiro com a indústria, pois constituem instrumentos importantes de proteção aos investimentos. Chesnais (1996) destaca que com a mundialização financeira, os bancos podem servir de anteparo para o aumento da privatização e desregulamentação, contra as aquisições estrangeiras, assim, como os mercados de capitais, podem contribuir para financiamentos de inovações e investimentos às empresas do país.

O capital financeiro não se restringe apenas ao capital industrial nas mãos das corporações internacionais ou ao capital financeiro nas mãos dos bancos. Embora as multinacionais tenham posição importante, outras instituições financeiras centralizam parcelas importantes de capital-dinheiro, como os grandes fundos de pensão por capitalização e fundos de aposentadoria; grandes fundos de aplicação coletiva privados; grupos de seguros e bancos multinacionais. Os mecanismos que permitem a transferência do setor produtivo para os mercados financeiros apontados por Alves (1999) são os títulos de dívida pública, o capital dinheiro de empréstimo, em que o juro, embora seja apenas parte do lucro, aparece como o primeiro fruto do capital e o lucro fica na posição de acessório no processo de reprodução. Quanto às ações, por meio das bolsas de valores é possível desfazer-se de títulos a qualquer momento e detê-los em função de seu rendimento.

Assim, na atual fase de desenvolvimento do capitalismo, a mundialização do capital deve ser apreendida pelo capital financeiro, que subsidia o capital industrial e comercial. Tomando por base essa interpretação ocorre o que Marx entendia por dinheiro produzindo dinheiro, valor que valoriza a si mesmo, sem que nenhum processo de produção sirva de mediação aos dois extremos.

Cabe destacar também que a mundialização não suprime a atuação dos Estados Nacionais. Mészáros (2002) destaca uma contradição que não apresenta possibilidade de reconciliação entre os Estados Nacionais rivais do sistema e o impulso das grandes corporações em direção ao monopólio transnacional. Para o autor, isso significa que o sistema do capital tentou ir além de suas possibilidades. Assim, o autor aponta que

[...] como estrutura de comando político do capital, o Estado não pode ser autônomo em nenhum sentido, em relação ao sistema do capital, pois ambos são um só e inseparáveis. Ao mesmo tempo, o Estado está muito longe de ser redutível às determinações que emanam diretamente das funções econômicas do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 119).

Dessa forma, no momento em que o capital passa por um processo de acumulação internacional e que o comprometimento de atuação do capital em um país ou região tem um caráter contingente, também os setores, os ramos de investimentos se tornam vulneráveis, dependendo da rentabilidade. Assim, assistimos o Estado brasileiro, ao contrário de apoiar os trabalhadores, apoiar incondicionalmente os capitais transnacionais. A origem dessa conduta do Estado vai de encontro à sua própria consolidação como Estado moderno. Ao recorrer a Engels, verificamos que o declínio da estrutura familiar primitiva tornou o comércio necessário e a propriedade tribal passa por diferentes etapas, até chegar à propriedade privada e ao Estado moderno. Nesses termos, Engels (2006) esclarece que,

[...] até chegar ao capital moderno, condicionado pela grande indústria e pela concorrência universal, que é a propriedade privada pura, que se despiu de toda aparência de comunidade e excluiu toda a influência do Estado sobre o desenvolvimento da propriedade. A essa propriedade privada moderna corresponde o Estado moderno, o qual, comprado pouco a pouco pelos proprietários privados [...], termina por ficar completamente sob o controle destes pelo sistema da dívida pública. (ENGELS, 2006, p. 98).

É nesse contexto que assistimos o Estado brasileiro, diante de um projeto neoliberal e dos influxos da nova divisão internacional do trabalho favorecer a entrada dos capitais financeiros transnacionais e os interesses do agronegócio, declarando-se apoiador dos interesses privados.

1.3 Capitalismo mundializado x mercado mundial do etanol

No contexto da mundialização do capital, o Governo Lula, em janeiro de 2007, consolidou acordo com o presidente estadunidense George Bush, por meio da aliança pelo etanol, negando que a produção de agrocombustíveis venha a interferir na preservação ambiental. Assim, o presidente Lula parece esquecer-se de sua trajetória de luta em defesa do trabalho e, ao voltar sua atenção para a produção de etanol, demonstra não se incomodar com as condições dos trabalhadores da agroindústria canavieira.

Os EUA estabeleceram cooperação com o Brasil, com a participação da iniciativa privada, em projetos de expansão da produção de etanol, que contemplam, além do Brasil, a América Central e o Caribe. De acordo com Lima (2007b), EUA e Brasil já são responsáveis por 70% do mercado mundial de etanol. A diferença é que lá o álcool é produzido a partir do milho, enquanto no Brasil, a matéria-prima é a cana-de-açúcar.

Ainda tratando da relação com o capital internacional, assistimos a uma nova submissão às transnacionais, com a medida provisória 327/06, que afrouxa as regras para a produção de transgênicos, o que significa conferir poder à Monsanto e à Bayer. Dom Tomás Balduino, na reportagem “Submissão às transnacionais”, de Brasilino (2007, p.4), tece a seguinte crítica: “elas [Monsanto e Bayer] querem se tornar hegemônicas não só na nutrição animal, mas, pretensamente, para suprir todo o alimento do país, obtendo o controle da produção e da comercialização”.

O governo brasileiro que já trabalhava com a perspectiva de aumentar as exportações do agronegócio caminha para atingir seu objetivo, pois até 2012 devem ser construídas mais de 70 usinas no país, sendo que atualmente existem 363 usinas no Brasil. Em São Paulo, são 205 unidades, conforme a União dos Produtores de Bioenergia (UDOP).

Pensando o Brasil no cenário de uma economia mundializada, citaremos na seqüência alguns acontecimentos no setor sucroalcooleiro que legitimam sua submissão ao capital transnacional.⁷

A região Centro-Oeste apresenta potencial para a expansão da cana-de-açúcar, principalmente, os estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, sendo que o governo desse último estado fechou acordo em 7/12/2006 com o governo belga para a instalação de duas fábricas para a produção de biodiesel e álcool. Os investimentos serão de 110 milhões de euros, sendo que desse total, 55 milhões provêm da empresa belga Emergy, conforme Anselmi (2007).

Atraídos pelos altos preços de açúcar e álcool no mercado internacional e pelo interesse mundial em biocombustíveis, a Odebrecht e a Mitsubishi já anunciaram investimentos no setor, o que confirma a tese de que, com a mundialização do capital, os investimentos não têm mais fidelidade a um único setor, pois estamos em uma fase em que a infidelidade parece ser permitida e até estimulada e justificada.

Ainda sobre o assunto, cabe destacar que os investidores sem experiência no setor sucroalcooleiro já representam 27% dos novos projetos de usinas que entrarão em

⁷ Os exemplos citados têm por objetivo corroborar a discussão sobre os mecanismos do capital em sua fase de mundialização e, não aprofundaremos a questão aqui, já que a discussão a respeito de uma conjuntura mais completa sobre a agroindústria canavieira será realizada nos capítulos 2 e 3.

funcionamento no país nos próximos 5 anos e que dos 147 projetos, apenas 107 possuem a participação de usinas e produtores já estabelecidos no setor (NOVATOS..., 2007, n/p).

De um modo geral, intensificaram-se as aquisições, incorporações e participações acionárias de grupos internacionais nas agroindústrias canavieiras no Brasil, como demonstram Azevedo e Thomaz Jr (2005, p. 63), “[...] tal como o Grupo Francês Dreyfus, que nos últimos quatro anos, por ocasião do seu interesse em operações com açúcar no Brasil, adquiriu três usinas, sendo duas no Estado de São Paulo e uma em Minas Gerais”. Como a atual fase da mundialização é marcada pela versatilidade e dinamismo do capital, o mesmo Grupo Dreyfus, que mantém atividades também na área de grãos, suco de laranja e algodão, adquiriu em 15/2/2007, 4 usinas brasileiras do grupo pernambucano Tavares de Melo (GRUPO..., 2007, n/p).

Conforme ressaltamos em nota de rodapé, esses exemplos apenas têm o intuito de corroborar a discussão sobre a mundialização do capital. As relações estabelecidas com a agroindústria canavieira justificam-se por ser este parte integrante de nosso objeto de estudo. Esses exemplos confirmam um processo de (re) ordenamento territorial do capital que, por sua vez implica um (re) ordenamento territorial do trabalho, o que será resgatado ao longo de toda essa pesquisa. Esse (re) ordenamento territorial do capital e do trabalho é produto da reestruturação produtiva do capital, como alternativa diante de sua crise estrutural, que merece ser melhor compreendida no interior das contradições do sistema metabólico do capital.

1.4 A crise estrutural do capital

A busca incessante do capital pela obtenção de riquezas exige que ele (o capital) dê respostas imediatas, ainda que paliativas à sua crise estrutural. À medida que o capital se mundializa, o desenvolvimento das forças produtivas atinge também uma escala global e o trabalho, por sua vez, sem o qual o capital não poderia se reproduzir, também sofre alterações no interior de suas relações.

É nesse universo que surgem novas configurações para a relação capital x trabalho que podem ser pensadas em diferentes aspectos. Sabemos que os grandes conglomerados do capitalismo mundial instalam-se em diferentes pontos do planeta, por causa de uma série de atrativos e, com o apoio dos Estados Nacionais, ocasionam (re)ordenamentos do território e rebatimentos nas relações sociais de trabalho.

Ao observarmos os incentivos ao consumo, bem como as necessidades supérfluas, produto dos valores de troca, que adquirem a característica de valores de uso, além da urgência que as pessoas sentem em adquirir bens com vida útil muito curta, pois logo serão substituídos pelo último modelo, são sentimentos presentes em pessoas de diferentes partes do mundo. Esse processo que passa de modo despercebido e é concebido como algo natural, constitui um dos mecanismos do capital em resposta à sua crise, ou seja, o fato de os produtos terem vida curta, a partir do período caracterizado por Harvey (2005a) de acumulação flexível, indica um incentivo à produtividade que revela o poder de destrutividade do capital (MÉSZÁROS, 2002).

O capital necessita do consumo para sua autorrealização. Dessa forma, o trabalhador que dispõe apenas da venda de sua força de trabalho para sobreviver metamorfoseia-se na figura do consumidor, mas não somente um consumidor de gêneros essenciais à sua sobrevivência, mas um consumidor em potencial, ávido pela aquisição de novos produtos. Assim, o incentivo ao consumo, com várias facilidades de pagamento – em muitos casos, leia-se endividamento – dentre outras formas, constitui uma das estratégias do capital, contando com a expansão do mercado capitalista, no intento de driblar sua crise estrutural.

A existência de um mercado de consumo é viabilizada através do esforço em conseguir melhoria nos níveis de preços, tanto de matérias-primas, como de custos do trabalho. Em uma sociedade ainda regida pelos padrões e ideais do capitalismo, a facilidade que a ditadura do consumo encontra em se divulgar e em se fazer necessária por meio dos veículos da tecnologia da informação, traz uma nova valorização ao fetichismo da mercadoria.

O fetiche da mercadoria é, em primeira e última análise, decorrente do caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias, em que Marx nos explica ser misteriosa por encobrir as características sociais do trabalho humano, sendo apresentadas apenas as características materiais e propriedades sociais apenas do produto do trabalho, em que a forma-mercadoria, mercadoria equivalente da forma simples do valor é premissa para a forma-dinheiro. A esse respeito, Marx (1980b) destaca:

[...] uma relação social definida, estabelecida entre os homens assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença. Aí os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos, no mundo das mercadorias. (MARX, 1980b, p. 81).

Esse quadro nos ajuda a entender o universo de intensa precarização, do exercício de tarefas insalubres e em condições subumanas, que atinge diretamente os trabalhadores da agroindústria canavieira da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, visto que o espaço geográfico atua tanto na formação econômico-social, como no controle de suas instituições e relações de classe. No caso dos cortadores de cana, o preço da cana cortada chega a variar diariamente à medida que no final do dia anterior obtiveram aumento da produtividade, além de serem transferidos para outras áreas do canavial onde pelas características da cana, a dificuldade de se atingir a mesma produtividade é maior.

Dessa forma, esse processo pode ser apreendido a partir das estratégias de controle social, pois em uma sociedade de controle, os mecanismos de domínio visam naturalizar a ordem espacial e territorial burguesa, pois os indivíduos são controlados como territórios de apropriação e dominação. Moreira (2007) atenta para o fato de que as instâncias supraestruturais mobilizam o espaço como via de controle. Mondardo, por sua vez esclarece que,

[...] o controle espacial se dá pelo controle dos corpos enquanto territórios que comportam vida e que devem ser “adestradas” e disciplinadas para uma maior produtividade e domínio, além, de se manter uma determinada forma de organização e projeção espacial dotada de normas, regras [...] (MONDARDO, 2009, p. 9)

O que podemos observar é que o consumo, o fetiche da mercadoria e dos salários, em sintonia com a captura da subjetividade do trabalho, é capaz de desviar a atenção dos trabalhadores de questões centrais, como a precarização a que são submetidos, além de tirar o foco de sua organização, das lutas, rumo a uma emancipação do trabalho e pelo trabalho.

A classe trabalhadora, comprando mercadorias e vendendo a única mercadoria que possui (sua força de trabalho), entraria também na circulação geral de mercadorias e, em meio à crise do capital, o consumo e todo o seu jogo de seduções apresentam-se como um desafio, um percalço que não pode ser minimizado no velho e atual embate capital x trabalho, ainda mais quando o capital necessita de novas estratégias para garantir o seu *controle sociometabólico* (MÉSZÁROS, 2002).

O autor aponta as duas principais estratégias que o capital encontrou para enfrentar a ameaça de atingir seus próprios limites estruturais. Primeiro, a intensificação permanente e acirrada de seu domínio interno e, posteriormente, a expansão e multiplicação de seu poder em escala global. O significado da auto-expansão do capital no espaço geográfico inicialmente era mais visível nos territórios hegemônicos, o que se estendeu aos territórios

hegemonizados, onde os trabalhadores passaram a ser explorados como produtores e também como consumidores, reproduzindo o que se passava nos territórios hegemônicos, mas é justamente nesses que o crescimento do consumo adquiriu força cada vez maior. É por meio dessa dinâmica (produção-consumo) que o processo adquire alcance mundial, pois tanto nos territórios hegemônicos como naqueles hegemonizados, completa-se a transição de um consumo limitado para um consumo ampliado e administrado.

O capital, em sua fase de reestruturação produtiva pós 1970, entendida por Harvey como acumulação flexível, acelera os ritmos da produção e, conseqüentemente da inovação dos produtos, intensificando a circulação e o consumo. A esse respeito o autor enfatiza que

[...] a acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artificios de indução de necessidades de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais. (HARVEY, 2005a, p. 148).

Os imperativos do consumo não são a única forma que o capital encontra enquanto subterfúgio à sua crise, mas o que deve ficar claro é que a transcendência do fetichismo da mercadoria e do salário, aliada ao desestranhamento, seria o primeiro passo para a emancipação e para o advento de uma nova forma histórica. No momento atual, a flexibilidade da produção e dos mercados de trabalho merece igual preocupação, à medida que sua missão, além de contribuir para a acumulação, é de administrar os limites do capital, não de superá-los, pois isto implicaria na superação do capitalismo.

Quando falamos em produção e circulação de mercadorias deve ficar claro que isto não é um processo que ocorre apenas no capitalismo, pois isto também foi verificado em outras formações econômicas, cuja organização espacial era completamente diferente da verificada no modo de produção vigente, onde a mercadoria adquire a forma universal do fetiche, criando a necessidade de uma contínua expansão do mercado.

O capital, sob o capitalismo, transformou a produção de riquezas na finalidade da humanidade, logo a produção é destinada à multiplicação de riquezas. A inversão dos papéis entre valor de uso e valor de troca e o fato deste último ter assumido o papel do primeiro, revela o quanto não é apenas a mercadoria que é revestida de fetiche, mas as relações sociais estabelecidas estão igualmente fetichizadas em várias dimensões.

O papel exercido pela técnica é importante na materialização dessas relações. Santos (2000b, p. 23) ressalta: “[...] as técnicas são oferecidas como um sistema e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso. É isso que fez a história”. Todavia, priorizá-las na compreensão das realidades geográficas implica colocar o trabalho em posição secundária na construção dos territórios. A esse respeito, Mendonça (2004) faz uma importante consideração:

[...] a técnica não é o sujeito do processo de produção social, os sujeitos são os homens, porém os homens estão divididos em classes sociais, onde a matriz que os torna diferentes é a apropriação dos meios de produção por uma pequena parcela, enquanto a maioria possui apenas a força de trabalho. Essa distinção é fundamental para investigar qualquer realidade geográfica, uma vez que as diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais são de natureza de classe e se expressam na organização espacial das sociedades. (MENDONÇA, 2004, p. 122).

Embora não assumam papel prioritário em nosso estudo, cabe destacar que as técnicas juntamente com as tecnologias agudizam a diferencialidade espacial e impactam o universo do trabalho. É assim que Thomaz Jr (2002a) destaca que o seu desenvolvimento não está contra o trabalho, mas a favor do capital. Porém, devido ao papel que cumprem junto à objetivação e alienação do trabalho, julgamos necessário compreender as diferentes interpretações que lhe são conferidas.

Dessa forma, torna-se importante discutir a racionalidade das técnicas e seu papel diante dos limites estruturais do capital, bem como entender que a esfera comunicacional, as novas tecnologias da informação, as redes não substituem a lei do valor, mas a reafirmam. A partir dessa discussão, teremos elementos para compreender que a crise estrutural do capital revela sua incapacidade de conter as contradições entre as relações sociais de produção e as forças produtivas sociais, à medida que o capital, nas palavras de Mészáros (2002, p. 96), *é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico* (grifos do autor).

1.4.1 A racionalidade das técnicas e seu papel diante dos limites estruturais do sistema do capital

A racionalidade das técnicas implica um domínio sobre a natureza, de forma que evoluindo as técnicas, os mecanismos que efetivam tal dominação são expandidos e aprimorados. Este movimento não é espontâneo, mas sim aperfeiçoado pelo capital, uma vez que se converte em meios para a realização e incremento do capital existente.

Para Santos (2002), a técnica é irreversível e a tecnologia atual também se impõe como irreversível dada sua factibilidade. O autor destaca que a sua irreversibilidade deve-se ao fato de ser produto da história, participando diretamente desse processo, porém Santos reconhece que a atuação das técnicas encontra limites, inclusive territoriais.

Se os atuais sistemas técnicos são invasores, sua capacidade de invasão tem limites, esses limites são dados pela divisão do trabalho e pelas condições de criação e densidade. Quanto mais forte, numa área é a divisão do trabalho, tanto mais há tendência para que esses sistemas técnicos se instalem. Nesses lugares, é mais eficaz a ação dos motores da economia mundializada, que incluem as instituições supranacionais, as empresas e bancos multinacionais. (SANTOS, 2002, p. 179).

As técnicas podem ser entendidas em duas dimensões: primeira dimensão: como facilitadora de nossas vidas e realmente o são. Se pensarmos nas inovações que surgiram desde a máquina a vapor, passando pela eletricidade, meios de transportes, rádio, televisão, satélite, computador, dentre outros e nos atermos apenas ao produto final e no valor de uso que esses valores de troca carregam, vemos o seu lado benéfico. Segunda dimensão: as técnicas estão a favor do capital, pois se pensarmos em todo o processo, em todas as contradições, verificamos as inovações surgindo para garantir a reprodução do capital, pois estas, juntamente com o encurtamento do tempo decorrente não foram criadas como valores de uso, portanto não se cria um tempo criativo, mas sim destrutivo, à medida que se criam meios para que o tempo livre seja revertido em tempo do e para o capital. Para percebermos como isto se concretiza basta ir a um *shopping center* num final de semana e, constatamos como a imposição do modo capitalista de pensar, deixa as pessoas ávidas pelo tempo e prazer do consumo.

A partir do desenvolvimento de novas técnicas e novas tecnologias as redes também ganham um novo significado. Santos (2002) admite três momentos na produção e vida das redes: 1) império dos dados naturais: o engenho humano era limitado e às vezes subordinado às contingências da natureza; 2) desenvolvimento das técnicas; 3) a chamada pós-modernidade e o desenvolvimento do período técnico-científico-informacional.

As redes são produzidas a partir das forças naturais associadas ao desenvolvimento das técnicas. Para o autor supracitado, o meio técnico-científico-informacional cria condições para sua reprodução no território. Dessa forma, as redes têm papel de destaque na constituição da nova divisão territorial do trabalho, adquirindo um novo sentido com a possibilidade da intensificação da atuação perversa do capital sobre o trabalho, que cada vez mais se

precariza, pela subcontratação, terceirização e flexibilização, originando uma força de trabalho fragmentada, com potencial minimizado de reagir às novas investidas do capital.

Com a nova divisão territorial do trabalho e com a mundialização do capital, as redes buscam mundializar-se e fisicamente o fazem. As empresas se organizam em redes, isoladamente ou associadas, e são estabelecidas redes privadas, cujo funcionamento e alcance dependem de seu próprio poder mercantil. É por onde circulam com exclusividade dados, especializações e ordens que estruturam a produção.

O espaço permanece diferenciado e as redes que se instalam são igualmente heterogêneas. É importante refletir que nem toda organização espacial se dá por intermédio das redes e onde elas se instalam não são uniformes. Assim, as redes constituem apenas parte do espaço e espaço de alguns.

A redefinição das matrizes produtivas nos países hegemônicos reflete nos territórios periféricos, sendo a existência das redes inseparáveis das relações de poder, a própria estrutura do espaço constitui uma condição fundamental ao exercício do poder e seu alcance territorial.

O final do século XX foi marcado pelo crescente desenvolvimento tecnológico e por alterações na relação espaço-tempo. Acentuaram-se as inovações tecnológicas nas comunicações. A facilidade em estabelecê-las gerou redes, encurtando as distâncias e aparentemente um encolhimento do planeta.

Para Castells (1999), as novas tecnologias da informação difundiram-se sob uma lógica característica desta revolução tecnológica, que é a aplicação imediata do próprio desenvolvimento da tecnologia gerada, conectando o mundo.

Cabe destacar que, com as redes, a circulação é redefinida a serviço do capital e, independente da continuidade territorial, as empresas estruturam-se em redes, que geram fluxos de informação e conhecimento possíveis por meio das tecnologias da informação e comunicação. Viabiliza-se, assim, a expansão das atividades das empresas em busca de novos mercados e amplia a demanda por serviços tecnológicos mais avançados.

A criação da Internet⁸, nas três últimas décadas do século XX, foi consequência de uma fusão entre estratégia militar, grande cooperação científica e inovação contracultural. A Internet é a espinha dorsal da comunicação global, é a rede que liga a maior das redes. A respeito das comunidades virtuais serem comunidades reais, Castells (1999) ressalta:

⁸ A Internet é a principal, dentre as novas tecnologias da informação e se constitui um imenso sistema de redes e de computadores permanentemente interligados entre si em nível mundial. Funciona como emissora e receptora de informações, permitindo interligar sistemas informáticos de todo o mundo, possibilitando a comunicação e a troca de informações de uma forma fácil e rápida, instantânea.

[...] sim e não. São comunidades, porém não são comunidades físicas e não seguem os mesmos modelos de comunicação e interação das comunidades físicas. Porém não são reais, funcionam em outro plano da realidade. [...] Transcendem a distância, a baixo custo, costumam ter natureza assíncronica, combinam a rápida disseminação da comunicação de massa com a penetração da comunicação pessoal, e permitem afiliações múltiplas em comunidades pessoais. (CASTELLS, 1999, p. 445-446).

As redes poupam tempo, principalmente tempo de trabalho, sendo que para gerar e comunicar informação é necessário um certo tempo de trabalho, porém é justamente no recebimento destas informações que se poupa tempo.

Marx (1988) já atentava que é uma lei do capital criar trabalho excedente, tempo disponível a partir do trabalho necessário, cuja tendência é ser reduzido ao mínimo, ao mesmo tempo em que cria tanto trabalho quanto possível.

O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou. Se o trabalhador consome seu tempo disponível para si, então rouba ao capitalista. (MARX, 1988, p. 180).

É o que vivenciamos com o avanço das técnicas e das redes de informação, que agilizam a circulação. Em nossa compreensão as redes não substituem os territórios, mas condizem com as novas necessidades do capital para se sustentar diante de sua crise estrutural.

Dessa forma, na atual fase do capitalismo, a esfera comunicacional ou as redes de informação não negam a vigência da lei do valor - que somente pode ser destruída a partir da transcendência para outro modelo de sociedade - apenas lhe imprimem uma re-significação, assunto que trataremos no item que segue.

1.4.2 Trabalho e lei do valor no capitalismo contemporâneo

Trabalho e valor estão intimamente ligados no interior das relações capitalistas de produção, pois o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho gasto durante sua produção. O valor de uso é determinado pela sua utilidade e, ao mesmo tempo, é o veículo condutor do valor de troca, necessidade reprodutiva do capital que se materializa na relação entre valores de uso de diferentes espécies. Embora o valor de troca adquira novamente a qualidade de valor de uso, é ele que, a partir da subordinação imposta ao valor

de uso é voltado ao mercado, para a acumulação do capital, destruindo e ignorando as reais necessidades e os valores essenciais à humanidade, criando outros desnecessários e fúteis que assumem, como uma ilusão de ótica, porém real, a posição dos verdadeiros valores de uso, estes sim essenciais à humanidade.

Marx (1980b) destaca que as mercadorias se expressam em valores de uso e valores de troca, assim como “o trabalho também possui um duplo caráter, quando se expressa como valor não possui mais as mesmas características que lhe pertencem como gerador de valores de uso” (MARX, 1980b, p. 48). O autor também aponta que “[...] o valor só se realiza através da troca, isto é, por meio de um processo social” (MARX, 1980b, p. 93). Assim, o valor das mercadorias varia na razão inversa da produtividade do trabalho, o mesmo ocorre com o valor da força de trabalho, que é determinado pelo valor das mercadorias. Dessa forma, a mais valia relativa cresce na medida em que ocorre o desenvolvimento da produtividade do trabalho, assim como o inverso também é válido. Isso explica a busca incessante do capital em elevar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, conseqüentemente, o próprio trabalhador.

Considerando o trabalho em suas dimensões abstrata e concreta, cabe destacar que o trabalho concreto cria coisas socialmente úteis, sendo vital no universo da sociabilidade humana, não podendo ser superado, mesmo com a superação do capitalismo. Por sua vez, em sua dimensão abstrata, o trabalho é criador de valores de troca.

Antunes (2005) apresenta importante argumento em relação ao fato de o trabalho abstrato não negar a lei do valor.

A redução do tempo físico de trabalho no processo produtivo, e tampouco a redução do trabalho manual direto e a ampliação do trabalho mais intelectualizado não negam a lei do valor, quando se considera a totalidade do trabalho, a capacidade do trabalho socialmente combinada, o trabalhador coletivo, como expressão de múltiplas atividades combinadas. (ANTUNES, 2005, p. 214).

Para o autor, o aumento do trabalho intelectualizado abstrato e mesmo o trabalho terceirizado que passa a se destacar no interior das empresas com a reestruturação produtiva do capital seriam exemplos da vigência da lei do valor, porém, a partir de novas exigências.

A redução do proletariado estável, herdeiro do taylorismo/fordismo, a ampliação do trabalho intelectual abstrato no interior das plantas produtivas modernas e a ampliação generalizada das formas de trabalho precarizado, *part time*, terceirizado, desenvolvidas intensamente na “era da empresa

flexível” e da desverticalização produtiva, *são fortes exemplos da vigência da lei do valor*. (ANTUNES, 2005, p. 218-219, grifos do autor).

A ampliação do uso do trabalho mais intelectualizado ou trabalho imaterial na nova base de produção de mercadorias no capitalismo contemporâneo tende a explicar a desmedida do valor, pois a forma-mercadoria, com a crise estrutural do capital, esfacela-se, realçando a contradição entre valor de uso e valor de troca. Assim, é o trabalho abstrato, fundamento do valor de troca que se encontra em crise, no sentido de sua desmedida.

Alves (2006a) aponta que há um desmanche do valor, em que a forma-mercadoria explicada pela fórmula geral do capital (D-M-D') é substituída por (D-D'), o que se explica a partir da financeirização. Nesse contexto, a instabilidade financeira é considerada pelo autor uma valorização problemática, pois contém elementos de desmedida do valor.

Na relação capital x trabalho, é a valorização problemática que explica os ataques aos direitos dos trabalhadores. A produção do valor no setor de serviços, que se concretiza como forma de trabalho imaterial, que por sua vez pertence à categoria de trabalho concreto, também é um exemplo de desmedida do valor, estando presente também na indústria.

Entretanto o trabalho imaterial pode ser considerado não apenas trabalho em serviços propriamente ditos, mas também trabalho reflexivo inserido no processo de produção de mercadorias ou no trabalho industrial que utiliza de tais atributos da comunicação e inteligência. (ALVES, 2006a, p. 59).

O trabalho imaterial tende a se expandir com o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e a produção de valor tende a ser “negada”. Assim, o trabalho imaterial tende a “desmanchar a forma-mercadoria”, o que é resultado das novas determinações da produção do capital em meio à sua crise estrutural. No entendimento de Alves (2006a, p. 65), “[...] o que se constata é que **a produção de valor sob a terceira modernidade é tão expansiva quanto problemática. Eis o verdadeiro sentido da crise estrutural do capital**” (grifos nossos).

Dessa forma, o trabalho imaterial, que é um componente da produção material, interage com a produção ainda que esteja centrado na circulação e, juntamente com o aumento da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, a força de trabalho é reduzida, atingindo a produção de valor.

O cenário que agudiza essas transformações é o processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas de dotar o capital do instrumental necessário para repor os patamares anteriores, diante da lei geral da queda tendencial da taxa média de lucro.

A lei do valor também é de grande importância para compreender as transformações espaciais, conforme destaca Mendonça (2004):

Para apreender as transformações no espaço, centra-se na lei do valor, qual seja, a lei do movimento da transfiguração do valor (produção-realização) baseado na articulação trabalho-territorialização. A complexidade do espaço geográfico, precisamente a partir da intervenção do Estado, está diretamente vinculada ao movimento de territorialização da transfiguração do valor, ou seja, o espaço é a territorialidade da totalidade economia-política, em grande parte viabilizada pelo Estado. (MENDONÇA, 2004, p. 113).

Assim, o valor se realiza pelo trabalho (lei do valor trabalho), e as mercadorias são produzidas de acordo com o tempo necessário para sua produção (em uma relação tempo-espaço-produção-circulação). Dessa forma, com o aumento do trabalho imaterial e as novas formas de trabalho intelectualizado, ocorre a objetivação de atividades subjetivas que dão novas configurações à lei do valor. O valor também se materializa em qualquer sociedade fundada na propriedade privada dos meios de produção e consumo e na exploração da força de trabalho, e as crises apenas alteram, mas não anulam a lei do valor, independente de serem cíclicas, ou estruturais.

1.4.3 A crise estrutural propriamente dita: crise de dominação?

A crise do capital, enquanto uma crise social é, portanto, uma crise ideológica e de dominação. Porém, a ideologia dominante, como destaca Mészáros (2004), tem a vantagem de se afirmar em todos os níveis, de legitimar a avaliação de um conflito, uma vez que exerce o controle das instituições da sociedade. Assim, as ideologias constituem a consciência prática necessária para que as classes se relacionem e/ou se confrontem.

Diante desse quadro, não se pode estar livre da ideologia no mundo contemporâneo, principalmente porque hoje ela penetra por meio de diferentes meios, fazendo uso e se afirmando, inclusive, no novo meio técnico. A ideologia tem um alcance que vai além da esfera da consciência, pois é a própria consciência prática das sociedades de classe. Ela intervém na própria organização espacial, a partir da imposição do que se deve consumir, na busca da imposição dos padrões e ideais do Ocidente, ocultando a precariedade da força de

trabalho que a multinacionalização e a privatização acarretam e as novas relações de poder que se configuram na construção de novos territórios. Enfim, vários são os exemplos que poderiam ser citados para afirmar o poder que a ideologia tem sobre a sociedade. Em momentos como o atual, que afloram contradições estruturais, é importante lembrar que a ideologia é capaz de tirar o foco da crise e movê-lo para as respostas que o capital vem dando à sua crise, o que passa a ser visto como mudanças positivas na reestruturação do capitalismo na atualidade.

Quando nos referimos à crise estrutural do capital, deve ficar claro que o significado da crise não é o de incapacidade de crescimento e expansão, pelo contrário, pois o crescimento de economias como a chinesa e a japonesa, dentre outras, demonstram o crescimento da economia capitalista. O que caracteriza a crise é a incapacidade que o capital encontra de se desenvolver – o desenvolvimento é entendido como o processo de transformações qualitativas no sistema econômico, ou seja, o crescimento não implica em desenvolvimento social e se intensificam as contradições entre as relações sociais de produção e as forças produtivas. Na década de 1970, o avanço das técnicas e o surgimento de novas tecnologias tiveram um desdobramento no plano do desenvolvimento social, o que pôde ser percebido com nitidez por meio do aumento do desemprego estrutural e da precarização do trabalho, fenômenos criados pela reestruturação produtiva do capital.

Dessa forma, a crise estrutural do capital implica em limites quanto à sua capacidade de dominação, não a dominação por meio da expansão ou mesmo da ideologia, mas do ponto de vista de que o capital não consegue realizar as novas possibilidades do homem, diante dos limites “naturais” criados pela nova materialidade sociotécnica, conforme destaca Alves (2006a).

É neste contexto sócio-histórico que surge, nos pólos não-desenvolvidos (e desenvolvidos) da civilização do capital, o que podemos denominar de sócio-*metabolismo da barbárie*, ou seja, formas de “regressão” social, a partir dos elementos de desemprego de massa, crise do *Welfare State* e da capacidade de regulação estatal, precarização e constituição de uma nova precariedade da força de trabalho (que possuem agudos conteúdos de dessocialização), novas formas de estranhamento social, incremento do fetichismo da mercadoria e crise sócio-ecológica que minam as próprias bases da reprodução social. (ALVES, 2006a, p. 51, grifos do autor).

Essas transformações podem ser visivelmente identificadas no interior das relações que se processam com a expansão da agroindústria canavieira no Brasil, pois há o apoio do governo brasileiro à “indústria da cana”, passando pela produção, circulação e consumo. A

circulação e o consumo também estão envolvidos no apoio governamental ao setor, exemplo disto é a força política dos empresários do setor, principalmente de São Paulo, uma vez que o governo atende às suas reivindicações, haja vista as flutuações nos preços do açúcar e do álcool, que são pagos em última escala pelos consumidores.

Assim, o tripé Capital-Estado-Trabalho que, conforme já mencionado, compõe o sociometabolismo do capital, pode ser explicado também na agroindústria canavieira, pois o apoio do governo aos empresários do setor revela a relação de sustentação que o Estado oferece ao capital. Por fim, e ao mesmo tempo no início de todo o processo vemos a força de trabalho chegar a um ponto que não consegue sequer manter sua existência, pois entre 2004 e 2007, 21 trabalhadores morreram em canaviais de todo o Brasil, conforme afirma Silva (2007).

Esse quadro desolador ainda contrasta com opiniões de que não há crise, além de outras de igual ou pior teor de que “não há alternativa”. Nesse contexto, pensamos que a “função” de um trabalho acadêmico transcende o caráter da obtenção de título. Bernardo (2007), em mesa de abertura do I Seminário Internacional “Trabalho, Política e Sociedade”, realizado na Universidade Federal de Uberlândia (24-4-2007) ressaltou que diante deste contexto, “a função do intelectual crítico é mostrar que certas portas estão fechadas [...] Há confusão quando se diz que a função da universidade é produzir conhecimento, sua função é reproduzir conhecimento, formar força de trabalho qualificada”.

Mészáros (2004) atenta para o fato de que aqueles que tentam articular os interesses das classes subordinadas têm que assumir uma postura negativa não apenas em relação à ordem estabelecida, mas também às suas determinações objetivas e às instituições políticas e culturais, pois a negatividade pura e simples é insuficiente para contrastar com o discurso ideológico dominante.

No entanto, deve-se reconhecer também que a história não pode terminar no ponto simples da negatividade. Nenhuma força social pode apresentar suas reivindicações como uma *alternativa hegemônica* sem também indicar, pelo menos em linhas gerais, a dimensão positiva e afirmativa de sua negação radical. Isto é verdadeiro para milhares de anos de história, não apenas para os últimos séculos. Via de regra, as ideologias que se esgotam na negação pura e simples fracassam em pouco tempo e não conseguem sustentar qualquer reivindicação real de constituírem uma alternativa viável. (MÉSZÁROS, 2004, p. 328, grifos do autor).

O autor ressalta também que nenhum contramovimento ideológico pode corrigir as coisas se o fundamento material ficar intacto. Lukács (2003) enfatiza que o proletariado ainda

está preso às formas de pensar e agir capitalistas, uma vez que foi educado sob as formas de vida burguesas. Assim, o proletariado também estaria numa crise ideológica, que deve ser superada antes de se encontrar uma solução para a crise econômica.

Esta reflexão confirma que a crise do capital é também uma crise do trabalho. É nesse contexto que Kurz (1996, p.174) entende esse processo a partir do colapso da modernização, “[...] uma vez que o mercado mundial, em sua totalidade, pode gerar cada vez menos capacidade aquisitiva, em virtude do nível de produtividade “demasiadamente alto” que corresponde à sua própria lógica”.

Ainda de acordo com essa lógica, Mendonça (2004) afirma que a compreensão linear e mecanicista da história impossibilita os intelectuais da esquerda e os próprios trabalhadores de perceberem os interstícios da contradição capital x trabalho.

Muitos reformistas, acalentados pela social democracia brasileira, acreditam no capitalismo humanizado, contrariando a lógica perversa do capital que não consegue, não quer e não pode abraçar as necessidades dos trabalhadores, a não ser pontualmente com a finalidade de fragmentar a luta política e expressar o efetivo controle social do capital sobre o trabalho. (MENDONÇA, 2004, p. 79).

Concordamos com o autor, pois não há qualquer possibilidade de existência de um capitalismo mais humanizado, uma vez que por sua própria lógica ele é desumano, ao se apropriar do trabalho, um elemento de autorrealização da humanidade e o transformar em trabalho subordinado à troca e à propriedade privada. Na própria Geografia, encontram-se interpretações de um mundo em que seria possível um capitalismo humano - ironia - pois sua lógica destrutiva está presente em todo o espaço, destruindo, expropriando e criando novos territórios de acordo com os interesses do capital.

Nessa perspectiva, ocorre uma intensificação da produtividade do capital tanto nos países capitalistas hegemônicos como nos países periféricos, pois a mundialização do capital permite e necessita dessas realidades para se reproduzir, reforçando a espacialidade diferencial a partir das territorialidades diferenciadas que são hegemônicas por este modo de produzir. Essa lógica apropria-se das diferencialidades regionais, o que pode ser verificado com as empresas que se instalam no Sudeste Asiático, Índia e China, cuja instalação é facilitada pelo pagamento de baixos salários e ausência ou fraca sindicalização (ALVES, 2006a). Essas empresas conseguem impor altas taxas de exploração à força de trabalho.

A crise do capital na atualidade atinge todas as dimensões fundamentais do capital – produção, circulação/distribuição, realização e consumo – não atinge apenas uma dessas dimensões, mas reside e se origina no interior de todas elas.

Uma crise em si não é um problema ao capital, posto que as crises sejam de certo modo naturais ao funcionamento do sociometabolismo do capital, pois ao remover os entraves, o capital garante a sua expansão espacial, financeira, enfim sua dominação. A questão é que na atual conjuntura, a crise já está dentro dos últimos limites, não há mais para onde remover as contradições, pois elas se dão nas estruturas de sustentação do sistema.

A crise de 1929, por exemplo, não foi uma crise estrutural, foi uma “crise de realização, devido ao nível absurdamente baixo de produção e consumo se comparado ao período pós-guerra.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 798). Foi assim que a crise de 1929 contribuiu para o desenvolvimento das potencialidades do sistema. Para o autor, a novidade histórica da crise de hoje apresenta 4 novos aspectos principais: 1) seu caráter é universal, não afeta apenas uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial); 2) seu alcance é global (não é mais como no passado que se limitava a um conjunto de países); 3) sua escala de tempo é extensa, não mais cíclica; 4) seu desdobramento é rastejante, a partir de sua complexa maquinaria empregada na administração da crise e no deslocamento apenas temporário das contradições.

Diante desse quadro, o capital optou pela linha de menor resistência, ou seja, diante da configuração global, mantém o controle que já exerce, pois lançar mão de novas estratégias implica o abandono das práticas já estabelecidas. A acumulação por meio da mais-valia absoluta e relativa indica que os limites da expansão do capital são ampliados, porém não em definitivo, apenas representa o retardamento de mais uma contradição interna.

Acreditamos que a crise instaurada, por ser estrutural é também uma crise econômica, social, política, ideológica, enfim, trata-se de uma crise de dominação e não há perspectivas de soluções positivas que sejam definitivas.

Para aqueles que pensam diferente seria interessante encontrar uma resposta plausível à questão sugerida por Mézáros (2002, p. 800). “Quem acha que tudo isto soa dramático deveria olhar à sua volta, em todas as direções. É possível encontrar qualquer esfera de atividade ou qualquer conjunto de relações humanas não afetadas pela crise?”.

Diante da crise estrutural, as condições de reprodução social foram alteradas com severos impactos para o mundo do trabalho, como por exemplo, a intensificação de diversas formas de trabalho imaterial e as novas formas de precarização, que fragmentaram, heterogeneizaram e complexificaram a classe trabalhadora. Torna-se, pois, importante refletir

sobre a centralidade do trabalho e sobre os questionamentos que surgem a respeito da posição que o trabalho ocupa na atualidade.

1.5 (Re)afirmando a centralidade do trabalho e a influência “(des) civilizatória” do capital na atualidade

A crise que o mundo capitalista atravessa hoje é como já vimos uma crise que afeta a totalidade das contradições do capital, atingindo uma escala global. Assim, a crise de reprodução do capital é também uma crise do trabalho. A premissa da crise do trabalho tem gerado algumas polêmicas nos últimos anos que são plausíveis de discussão nessa pesquisa, visando a refletir sobre a centralidade do trabalho num momento em que o capital teria consolidado a sua grande influência civilizadora, com sua expansão, visto por uma perspectiva marxiana.

Mendonça (2004) afirma que a realização capitalista a partir da grande influência civilizadora do capital, destacada por Marx, ocorreu durante a dinâmica de expansão do capital, no entanto, não ocorre mais, devido à destrutividade inerente às ações autoexpansionistas do capital na contemporaneidade. Assim, para Mendonça, diante da perversidade do capitalismo, na atualidade a sua realização concretiza-se a pelo consumo perdulário e pelo desperdício.

É diante deste contexto que surgem teses sobre o descentramento ou fim do trabalho, embasadas na concepção de que a ciência seria a principal força produtiva e que o valor-trabalho teria perdido o sentido. A pós-modernidade e a concepção do fim da história viriam a legitimar essas idéias, a partir do ideário de que se a história é a história da luta de classes, a história teria chegado ao seu fim com o fim da luta de classes, o fim do socialismo e o império absoluto do capitalismo. Idéias como estas seriam propagadas por aqueles que Kurz (1996) denomina de antiutopistas e coveiros da teoria marxista.

Todavia, conforme já discutimos no item anterior, o valor que se realiza pelo trabalho ainda é o fundamento da sociedade, mesmo diante do crescimento do trabalho imaterial. É claro que ocorrem novas exigências para a lei do valor, mediatizadas pela nova divisão territorial do trabalho, em um espaço que ao mesmo tempo é concebido por alguns como único, pela unicidade das técnicas, quando por outros, torna-se fragmentado, diferenciado, é a espacialidade diferencial, em constante movimento de territorialização/desterritorialização/reterritorialização.

Antunes (2005) ressalta que não se trata de desconhecer o papel crescente da ciência, mas sim de que esta não pode superar a base material das relações entre capital e trabalho, pois estaria tolhida em seu desenvolvimento no interior dessas relações.

Ontologicamente prisioneira do solo material estruturado pelo capital, a ciência não poderia tornar-se a sua *principal força produtiva*. Ela *interage* com o trabalho, na necessidade preponderante de participar do processo de valorização do capital. *Não se sobrepõe ao valor, mas é parte intrínseca de seu mecanismo*. Essa interpenetração entre as atividades laborativas e ciência é mais complexa; o saber científico e o saber laborativo mesclam-se mais diretamente no mundo contemporâneo sem que o primeiro se sobreponha ao segundo. (ANTUNES, 2005, p. 219-220, grifos do autor).

Contrapondo-se a essa compreensão, Habermas (1987) defende que ciência, técnica e revalorização do capital confluem um único sistema, em que o progresso técnico e científico tornaram-se fontes independentes de mais-valia, logo a força de trabalho dos produtores imediatos teria cada vez menos importância. “Deste modo, a ciência e a técnica transformam-se na primeira força produtiva e caem (sic) assim as condições de aplicação da teoria marxiana do valor-trabalho” (HABERMAS, 1987, p. 72).

As idéias de Habermas colocam em xeque não só o valor-trabalho, mas a própria teoria marxiana, ao enfatizar que a luta de classes e a ideologia não podem mais utilizar-se, pois para o autor no capitalismo tardio há uma política de compensações que “[...] assegura lealdade das massas dependentes do trabalho, ou seja, por uma política de evitação do conflito” (HABERMAS, 1987, p. 76).

É possível observar que Habermas, como outros intelectuais, parece apoiar a estratégia do capital de seguir uma linha de menor resistência, o deslocamento das contradições, visando a adiar o colapso, destino inevitável da crise estrutural. É importante destacar também que, para o autor, o progresso técnico e científico independe da mais-valia, quando, na verdade, a extração de mais-valia relativa sempre teve e tem como suporte a mais-valia absoluta, o que confirma a centralidade do trabalho e não o seu descentramento.

Porém, com o intuito de dialogar sobre centralidade x descentramento apresentamos algumas defesas do descentramento, seguidas da idéia da centralidade do trabalho, a qual partilhamos, e não o seu fim, pois isto invalidaria a nossa pesquisa, uma vez que este debate pôde se verificar empiricamente em diferentes territórios em diferentes segmentos produtivos, o que inclui a agroindústria canavieira. Este setor combina extração de mais-valia relativa e intensificação da extração de mais-valia absoluta, com superexploração, semiescravidão e

escravidão da força de trabalho, confirmando que não estamos diante do fim do trabalho, mas da intensificação de todas as formas de sua precarização, em um universo extremamente complexificado.

Nesse debate, outro autor cujo pensamento vai de encontro ao de Habermas no sentido de questionar a luta de classes e a centralidade do trabalho é Gorz (2006) ao afirmar que não é no plano da classe e sim da não-classe dos não trabalhadores que surgiriam os elementos de uma alternativa de autonomia possível. Assim, as lutas sociais contemporâneas não se dariam a partir das lutas de classes. O autor confunde os trabalhadores precarizados, fragmentados, engrossando as fileiras do desemprego, subemprego, sejam eles permanentes, temporários, parciais, como se não pertencessem à classe trabalhadora nem a nenhuma outra.

Para Gorz (2006, p. 55), “com a informatização e a automação, o trabalho deixou de ser a principal força produtiva [...]”. Contrariando esse princípio, recorreremos a Mészáros (2002), pois para o autor a expropriação desumana da mais-valia absoluta é ponto de partida e fundamento necessário da exploração capitalista e mesmo no estágio mais avançado do capitalismo não se pode falar em predominância da mais-valia relativa. Entretanto, Gorz insiste que inteligência viva tornou-se a principal força produtiva e que os fundamentos da economia política teriam desmoronado. Para o autor, “a economia do conhecimento é a crise do capitalismo” (GORZ, 2006, p.63).

É oportuno fazer referência, durante a fase de acumulação flexível, à permanência da mais-valia absoluta, principalmente nos países periféricos, que se manifesta na extensão da jornada de trabalho com relação ao salário necessário para garantir a reprodução da classe trabalhadora num dado padrão de vida (HARVEY, 2008). Convém ressaltar que isto também ocorre nos países centrais, pois a precarização do trabalho é vivenciada, nesse caso, principalmente pelos trabalhadores migrantes. Sobre a mais-valia relativa, assiste-se à mudança organizacional e tecnológica, colocada em prática tanto nos países centrais como periféricos, para gerar os lucros necessários à acumulação do capital.

É importante destacar que o saber pode ser transformado em conhecimento e este, por sua vez, pode ser apropriado pelo capital, tendendo a criar novas técnicas e tecnologias para substituir o trabalho vivo diante da crise estrutural do capital. Todavia, é impossível se pensar em uma soberania da ciência sobre o trabalho, pois no máximo ocorre uma contraditória unidade entre a tecnologia e trabalho vivo para produzir valores de troca.

Ainda de encontro a essa perspectiva, a ciência não passou a ocupar a posição de principal força produtiva, que é conferida ao valor-trabalho, pois ciência e tecnologia não possuem existência autônoma. O que ocorre é que na sociedade atual, tal como está

estruturada e, ao mesmo tempo desestruturada pela inversão e subordinação dos valores de uso aos valores de troca, a ciência se adequa às necessidades do tempo necessário para produzir valores de troca. Acreditamos que aí esteja o cerne de entendimentos discordantes a respeito de quem ocuparia a posição de principal força produtiva, pois o fato do progresso científico ser importante aliado na lógica de reprodução do capital leva a interpretações equivocadas que conduzem à defesa de sua primazia.

Com a mundialização do capital e com o progresso da ciência e da tecnologia, os seus frutos são visíveis em praticamente todos os lugares. Embora como o espaço se torne um campo de forças atravessado pela disputa da hegemonia (MOREIRA, 2001), as suas manifestações serão diferenciadas, dada a posição hegemônica ou hegemonzada, onde espaço e contraespaço se conflitam. Para o autor, o valor costura a unidade do espaço e a razão técnica seria um veículo do valor, “um imaginário que simboliza o poder do homem como a força que unifica e totaliza o espaço universal da modernidade” (MOREIRA, 2001, p. 6).

A força do valor intensifica a circulação através dos valores de troca e, conforme já mencionamos, adquire novas dimensões, cuja manifestação mais inquietante promovida pelo capital é o imediatismo da circulação do capital fictício, cujo processo de reprodução é direto. Assim, o capital penetra em diferentes territórios, criando um reordenamento territorial e mesmo diante de sua expansão, ainda que se leve em conta a modernização dos países subdesenvolvidos⁹, há um comprometimento no que diz respeito ao desenvolvimento, considerando-se a subordinação aos grandes centros capitalistas.

Marini (2005), ao discutir a teoria da dependência, enfatiza que diante das transformações da economia internacional, com os avanços na microeletrônica, informática, telecomunicações, biotecnologia, dentre outras, não participar dessa transformação aumentaria o subdesenvolvimento e a distância com o mundo desenvolvido. Todavia, a concepção de desenvolvimento do autor está longe de ser o que ocorreu com a modernização dos países subdesenvolvidos.

Desenvolvimento e dependência, tanto para a Cepal quanto para a teoria da dependência, eram questões ligadas à elevação do nível de vida das maiorias. A defesa da democracia e das liberdades cidadãs e à luta da soberania nacional. As idéias que tomaram seu lugar preocupam-se principalmente com a competitividade empresarial, com a liberdade de ação dos capitais privados e com a integração subordinada a algum dos blocos econômicos que estão construindo os grandes centros capitalistas. (MARINI, 2005, p. 223).

⁹ A modernização nos países subdesenvolvidos representou a aliança entre interesses do capital transnacional e as elites locais.

A interpretação do autor nos permite fazer uma ponte com o que Kurz (1996) denomina de “colapso da modernização” que possui severos desdobramentos para o universo do trabalho. Dessa forma, nem a modernização é capaz de cumprir uma etapa civilizatória diante da crise do capital, pois há uma “dependência precária dos países ocidentais”. Deve-se atentar para o fato de que não se trata de uma crise dos países subdesenvolvidos, mas que sua extensão é global, conforme estamos demonstrando no decorrer dessa pesquisa.

Pode-se entender a modernização como parte integrante, porém não prevista do *projeto* da modernidade, pois em um momento que tanto se discute a pós-modernidade, verificamos que sequer a modernidade cumpriu todas as etapas que se previra.

Harvey (2008) ressalta que o pensamento iluminista, ao abraçar a idéia do progresso, se desdobrou em enorme esforço intelectual para desenvolver a ciência objetiva, visando romper com a história, para desmistificar o conhecimento, engendrando uma organização social que libertasse os seres humanos.

A idéia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bom como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. (HARVEY, 2008, p. 23).

Verificamos que esse processo não se cumpriu na sua íntegra e, em pleno século XX e, “[...] há a suspeita de que o projeto do Iluminismo estava fadado a voltar-se contra si mesmo e transformar a busca da emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana” (HARVEY, 2008, p. 23).

Foi nesse contexto que se engendrou a modernização das estruturas produtivas dos países subdesenvolvidos que, conforme Mendonça (2004), se constituiu um projeto voltado a atender às necessidades de acumulação do capital, não permitindo o desenvolvimento voltado às necessidades de cada sociedade

Como as relações de dependência são construções históricas que expressam o poder da força, ainda centrado nos países desenvolvidos, os subdesenvolvidos não conseguem autonomia, tampouco estender o controle e o domínio de outros territórios, sofrendo as ações que potenciam a acumulação do capital. (MENDONÇA, 2004, p. 76).

É diante desse contexto que acreditamos que o capital na contemporaneidade, principalmente diante de sua crise estrutural, após cumprir um caráter civilizatório, hoje estaria diante de um processo (des) civilizatório, já que é incapaz de promover o desenvolvimento, o que é confirmado pelo seu poder de destrutividade, além das estratégias de deslocamento de suas contradições.

Essa reflexão vai de encontro aos posicionamentos de Mészáros (2006), ao enfatizar que diante do desemprego estrutural e dos graves conflitos políticos, econômicos e militares internacionais, somente uma alternativa radical poderá oferecer uma saída para a crise estrutural do capital e o século XXI será decisivo, pois poderá vir-a-ser do “socialismo ou barbárie. Para os que esperam um capital globalizante ou governo global segue a ressalva do autor: “[...] O capital não vai ajudar nem fazer tamanho ‘favor’ à classe trabalhadora pela simples razão de que é incapaz de fazê-lo” (MÉSZÁROS, 2006, p. 99).

Uma vez posto esse quadro de inversão de prioridades, o consumo é que passa a despertar uma sensibilidade global e as lutas de classe, diante do (re) ordenamento territorial do capital, que engendra um (re) ordenamento territorial do trabalho, adquirem novas formas. “As lutas de classe não são mais exatamente idênticas às de ontem. A exploração e as alienações que atingem outras camadas, além da classe operária, fazem com que as lutas de classe assumam outras formas: as modernas” (AJZENBERG, 2005, p. 17).

Dessa forma, há uma maior dificuldade em mobilizar o interesse geral da classe trabalhadora, mesmo considerando sua ampliação, em direção a uma tomada de consciência rumo à emancipação e, por sua vez, há um despertar de uma sensibilidade global que aprisionada pelo sociometabolismo do capital e pelo poder da ideologia torna o consumo um objetivo de todas as classes, diante da já mencionada “inversão de valores” ocorrida a partir das relações capitalistas entre valor de troca e valor de uso.

Seguindo essa perspectiva, Kurz (1996) discorre a respeito do fato de que a humanidade criou de forma errada e negativa, o consumismo das coisas como um laço global na reprodução humana. Ainda a respeito da “força produtiva ciência” tão polemizada por Habermas, Kurz enfatiza que esta foi gerada cegamente pelo próprio capitalismo e a consequência é a transformação das forças destrutivas em poderes destrutivos. Porém, mesmo diante das críticas à crise estrutural, Kurz comunga da tese do fim do trabalho.

Uma vez que essa crise consiste precisamente na eliminação tendencial do trabalho produtivo e, com isso, na supressão negativa do trabalho abstrato pelo capital e dentro do capital, ela já não pode ser superada a partir de um

ponto de vista ontológico do “trabalho”, da “classe trabalhadora”, ou da “luta das classes trabalhadoras”. Nessa crise, e em virtude dela, revela-se todo o marxismo da história como parte integrante do mundo burguês da mercadoria moderna, sendo por isso atingido ele próprio pela crise. (KURZ, 1996, p. 227).

Assim, para o autor, o movimento operário teria conduzido à emancipação capitalista dos trabalhadores, mas não seria o sujeito capaz de conduzi-lo à emancipação social. Ora, isto é negar a contradição viva entre capital e trabalho, pois o capital se defronta com sua negação, ao se colocar diante da necessidade/incapacidade de ultrapassar os limites impostos por ele mesmo.

Nesse contexto, uma vez que defendemos a centralidade do trabalho e, a emancipação social do trabalho e pelo trabalho, somos levados a entender que é necessário unir o que o capital fragmentou, ou seja, é necessário resgatar a unidade e identidade da classe trabalhadora, o ver-se trabalhador no outro trabalhador, pelas ações que transcendam a esfera local e também interesses particulares, fragmentados e específicos. Na esfera do embate, ao observarmos os movimentos de luta pela terra no Brasil, preocupados com a expansão da cana-de-açúcar, enxergamos, embora num contexto específico, uma identificação como classe trabalhadora, pois a Reforma Agrária representa um resgate da dignidade perdida e desterritorializada do trabalho e, também, a possibilidade de reprodução social no próprio lote e não por meio da venda da força de trabalho para as usinas, mas, também, implicaria um contexto propício a novas relações de trabalho.

Para Kurz, a tendência de eliminação do trabalho produtivo obstaculiza a superação da crise a partir do trabalho ou das lutas das classes trabalhadoras. No entanto, considerando o trabalho produtivo como aquele que produz diretamente mais-valia e improdutivo aquele que não é um elemento vivo do processo de valorização de capital e de geração de mais valia, uma noção ampliada da classe trabalhadora hoje, incluiria tanto os trabalhadores produtivos, cujo núcleo central está no operariado industrial, como os improdutivos, estes por sua vez, representam de acordo com Antunes (2005), amplo leque de assalariados, a exemplo dos trabalhadores inseridos no setor de serviços, bancos, comércio, turismo, serviços públicos, até aqueles que realizam atividades nas fábricas, mas não criam diretamente valor. Dessa forma, se contraria a idéia do fim do trabalho a partir de uma tendência de eliminação do trabalho produtivo e mesmo do aumento do trabalho imaterial.

Antunes (2005), no intuito de compreender uma noção ampliada de classe trabalhadora, introduz a noção de classe-que-vive-do-trabalho que, de acordo com o autor, inclui

[...] todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho em troca de salários*, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o *proletariado precarizado*, o *subproletariado moderno*, *part time*, o novo proletariado dos Mc Donalds, os *trabalhadores hifenizados* [...], os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas *liofilizadas* [...], os trabalhadores *assalariados* da chamada “economia informal, que muitas vezes são diretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiam o exército industrial de reserva na fase de expansão do *desemprego estrutural*. (ANTUNES, 2005, p. 103-104, grifos do autor).

Ainda de acordo com esse autor, a expressão classe-que-vive-do-trabalho tem como principal objetivo conferir validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora, diante das formulações que defendem a perda da noção de classe. Dessa forma, “[...] a expressão *classe-que-vive-do-trabalho* pretende dar contemporaneidade e amplitude *ao ser social que trabalha*, à classe trabalhadora hoje, apreender sua *efetividade*, sua *processualidade e sua concretude*”. (ANTUNES, 2005, p. 101, grifos do autor).

Compreender e discutir a noção ampliada da classe trabalhadora hoje, ou seja, a composição da classe-que-vive-do-trabalho, ou classe que vive da venda da força de trabalho, significa reconhecer que ela vem sofrendo mutações e que, dessa forma, novos desafios surgem no universo do trabalho. O resgate do sentido de pertencimento de classe é o desafio mais urgente diante da fragmentação imposta pelo capital é, uma questão crucial para se atingir uma sociedade emancipada, a partir da contradição viva, presente na produção/reprodução do espaço geográfico e maximizada diante do (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho.

A noção ampliada da classe trabalhadora hoje contribuiu para a compreensão da complexidade da nova conformação da classe trabalhadora hoje e também gerou contribuição ao debate centralidade x descentramento do trabalho, colaborando na legitimidade da centralidade do trabalho¹⁰. Antunes (2008) atenta para o fato de que:

[...] a classe trabalhadora hoje, também incorpora o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital, de que são exemplos os

¹⁰ A nova conformação da classe trabalhadora será mais bem sistematizada mais adiante no item 1.6.

assalariados das regiões agroindustriais e incorpora também o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril e de serviços, *part time*, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Inclui, também, além dos trabalhadores materiais, aqueles que exercem formas do trabalho imaterial. E abarcam, ainda, a totalidade dos trabalhadores desempregados. Por isso se trata de uma concepção ampliada de classe trabalhadora. (ANTUNES, 2008, p. 12).

A tendência de crescimento do trabalho imaterial, que se realiza através da expansão do trabalho dotado de maior intelectualidade, em atividades industriais mais informatizadas, como no setor de serviços e comunicações também se constitui argumento de autores como Lazzarato (1991), que entendem que o trabalho não se dá mais pela relação homem x natureza e sim por meio das redes e fluxos. Assim, não caberia mais pensar em trabalho/circulação/consumo ou trabalho x capital, pois as novas tecnologias demandariam novas formas de ver e sentir.

Porém, esta interpretação carece da observação da imbricação e da interdependência entre trabalho imaterial e trabalho material, pois mesmo atuando em esferas não diretamente produtivas, o trabalho imaterial está articulado ao trabalho produtivo, sendo absorvido como mercadoria pelo capital.

Antunes (2003) destaca que a interpenetração entre trabalho imaterial e trabalho material permite a leitura de uma noção ampliada do trabalho para entender sua forma de ser no capitalismo contemporâneo.

Desse modo, o trabalho imaterial expressa a vigência da esfera informacional da forma-mercadoria: ele é expressão do conteúdo *informacional* da mercadoria, exprimindo as mutações do trabalho operário no interior das grandes empresas, e do setor de serviços, onde o trabalho manual direto está sendo substituído pelo trabalho dotado de maior dimensão intelectual. Trabalho *material* e *imaterial*, na imbricação crescente que existe entre ambos, encontram-se, entretanto, centralmente subordinados à lógica da produção de mercadorias e de capital. (ANTUNES, 2003, p. 162, grifos do autor).

Dessa forma, ao invés de se falar no fim do trabalho, ou no fim da centralidade, defendemos que os intelectuais comprometidos com a emancipação do trabalho, devem refletir sobre a ampliação da classe trabalhadora, que se torna mais complexificada, ampliada pelo e para o capital. Neste contexto, no momento em que se fala em substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, cabe destacar que há uma transferência das capacidades intelectuais para as máquinas, porém estas não se autorregulam. Assim, se cria a necessidade da interação

entre o homem e a máquina, aumentando ainda mais o estranhamento e a alienação do trabalho.

Esse processo é que deve ser o foco das atenções e não o descentramento do trabalho, que não se confirma quando se apreende a ampliação da classe trabalhadora e sua nova forma de ser. Ora, o estranhamento, a alienação intensificados distanciam cada vez mais o homem da possibilidade da existência de uma sociedade voltada para os valores de uso, a partir de sua emancipação social.

Nesse contexto, cabe ainda destacar que essas novas formas de ser são produto da reestruturação produtiva do capital que, lutando contra sua insustentável crise, reordena o espaço, não só sob o prisma dos lugares hegemônicos e hegemonzados, mas pensando na nova morfologia da classe trabalhadora, que se redesenha na luta pela sobrevivência. Assim, ela se requalifica, pois o capital a acusa de ser desqualificada, mas também migra para os polos que lhes poderiam oferecer mais dignidade, o que não parece ser possível, pois ao observarmos trabalhadores nordestinos e mineiros vindo para São Paulo trabalhar no corte da cana-de-açúcar, o que encontram é algo muito diferente do conceito de dignidade, já que se deparam com a superexploração do trabalho. E mesmo pensando na fragmentação do trabalho, ao discutir o trabalho imaterial, este geralmente é desenvolvido por meio de um trabalho mais intelectualizado, que não se enxerga nas outras atividades, faltando-lhes a percepção de classe, por meio da identidade. São apenas alguns dos desafios que se colocam para a classe trabalhadora moderna, o que não diminui ou provoca o descentramento da categoria trabalho, mas, pelo contrário, o confirma.

Cabe-nos, entretanto, demonstrar, que esse entendimento não é único. Offe (1984) argumenta sobre o trabalho reflexivo em serviços, denominado-o de trabalho imaterial, porém o autor identifica uma contradição que, sob determinadas condições, o trabalho concreto tende a criar obstáculo à própria lógica do trabalho abstrato.

Enquanto que a maior parte do trabalho realizado no setor secundário na produção industrial de bens, pode realmente ser levado ao denominador comum abstrato, pode ser regido pelo mesmo regime de produtividade técnica e organizacional, assim como pela decisiva rentabilidade de cada unidade econômica, tais critérios do processo de trabalho e da valorização perdem sua (relativa) nitidez quando o próprio trabalhador torna-se reflexivo, isto é, na maior parte do setor terciário do trabalho em serviços. [...] Uma característica essencial daquele trabalho reflexivo em serviços me parece consistir em que ele mesmo elabora e mantém o próprio trabalho, e produz a produção mental e organizatoriamente. (OFFE, 1989, p. 22-23).

Enfatizando a centralidade do trabalho, é importante reforçar mais uma vez que o trabalho abstrato cumpre papel decisivo na criação de valores de troca e que a dimensão concreta do trabalho, embora em expansão, está subordinada à dimensão abstrata. Dessa forma, mesmo com a intensificação do uso da maquinaria informatizada, a força de trabalho é reduzida, mas não pode ser eliminada no processo de criação de mais-valia.

Outro elemento importante e que reafirma a centralidade do trabalho parte da seguinte premissa: a sociedade do capital se reproduz a partir dos valores de troca, que se convertem em valores de uso. Só que no tocante a esse último, ele é inerente à sociabilidade humana, jamais será eliminado, mesmo com a superação do capitalismo, logo é ele que faz a mediação homem x natureza e, com o trabalho concreto, trabalho útil produz coisas socialmente úteis no *fazer-se homem*, logo é um elemento central.

Antunes (2003) destaca também que devido ao do mundo do trabalho se encontrar heterogeneizado, fragmentado e complexificado, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana são possíveis “a partir de revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho e pelo trabalho” (ANTUNES, 2003, p. 94). Assim, a nova conformação da classe trabalhadora é central quando se trata das transformações que contrariam a lógica da acumulação do capital e do sistema produtor de mercadorias.

Nesse contexto, a emancipação é possível, sob o advento de uma nova forma histórica, o que não se confunde com uma perspectiva de retorno ao antigo regime vivenciado na Ex-União Soviética, pois o mesmo enfrentou problemas internos que levaram ao seu fracasso (MÉSZÁROS, 2005; KURZ, 1996), mas falamos de uma sociedade fundada no trabalho útil, no trabalho social emancipado.

Uma dificuldade que se defronta dada a heterogeneidade da classe trabalhadora refere-se ao fato de que os setores mais qualificados estão subjetivamente mais envolvidos pelo capital e Antunes (2003) destaca que, muitas vezes, são responsáveis por ações neocorporativas. Por sua vez, o subproletariado, na concepção do autor, compreende os trabalhadores precários, parciais, temporários, juntamente com os desempregados, teriam maior relevo nas lutas anticapitalistas, pois, contraditoriamente, a sua condição de despossuídos, os levaria a assumir ações mais ousadas, já que uma vez despossuídos não teriam nada a perder. Dessa forma, todo o conjunto desses segmentos que configura a totalidade do trabalho social.

Por fim, tem-se a necessidade do desestranhamento, pois a concepção de perda da centralidade se contradiz com a realidade do fenômeno social do trabalho estranhado, alienado, transformado e subordinado em elemento de troca. Aqueles que defendem a perda

da centralidade do trabalho deveriam se recordar que a exteriorização não pode ser eliminada, porém a alienação sim. É nesse contexto que constatamos em Antunes (2003) a seguinte consideração:

[...] as mudanças em curso no processo de trabalho, apesar de algumas alterações *epidémicas*, não eliminaram os condicionantes básicos desse fenômeno social, o que faz com que as ações desencadeadas no mundo do trabalho, contra as diversas manifestações do *estranhamento*, tenham ainda enorme relevância no universo da sociabilidade humana. (ANTUNES, 2003, p. 101, grifos do autor).

É a partir dessas conclusões e da contestação das teses que defendem o fim do trabalho e do partilhar da concepção que defende a centralidade do trabalho, que entendemos que no capitalismo contemporâneo há um reordenamento territorial do capital e do trabalho. Dessa forma, nos propomos a entender um pouco mais o universo do trabalho na virada do século XXI, a nova morfologia da classe trabalhadora.

1.6 A constituição de um novo universo do trabalho

Pensar o universo do trabalho neste início de século nos exige compreender a nova conformação da classe trabalhadora, que, conforme já adiantamos, é heterogênea, fragmentada e complexificada, haja vista as transformações operadas em seu interior, devido ao seu antagonismo histórico-econômico com o capital.

Partindo do princípio de que as lutas históricas em qualquer tempo e em qualquer fração do espaço, expressam sempre as lutas entre as classes sociais, mediadas pela organização política podemos citar a Comuna de Paris, como o mais importante movimento operário do século XIX, visando à expropriação dos expropriadores e a emancipação do trabalho. Por sua vez, Kautsky (2003) afirma que a Revolução Russa seria um acontecimento mais importante que a Comuna, sendo esta obra de todo o proletariado e de todas as correntes socialistas. Já na Revolução Russa, o Partido Socialista tomou a direção de um país lutando contra outros partidos socialistas. Cabe destacar que o nosso objetivo não é fazer um levantamento histórico das mais importantes lutas de classe da história do capitalismo, mas apenas destacar a força histórica da classe trabalhadora frente ao capital e remeter à sua validade atual, uma vez que, para nós, o contexto atual não representa o “fim da história”.

Com o intuito de apreender um pouco o significado de uma concepção ampliada de trabalho, que engloba a totalidade dos trabalhadores que vivem da venda da força de trabalho

e sua relação com o sistema produtor de mercadorias estabelecido, é importante destacar que ela incorpora a totalidade do trabalho social, sendo que o trabalho produtivo ocupa posição determinante em sua composição, cujo núcleo principal é o proletariado industrial, “já que só a troca por trabalho produtivo constitui uma das condições de reconversão da mais-valia em capital” (MARX, 2004b, p. 171).

Porém, a classe trabalhadora hoje é composta também por trabalhadores improdutivos, os trabalhadores nos serviços, seja público ou privado, não criam diretamente valor, o que confirma a tese de que “todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é trabalhador produtivo” (MARX, 2004b, p. 159).

Antunes (2005), ao repensar a nova forma de ser da classe trabalhadora e ao se referir à classe-que-vive-do-trabalho sinaliza um grande avanço na compreensão do mundo do trabalho, pois mesmo diante da vigência das idéias de Marx, o próprio ser que vive do trabalho metamorfoseou-se e hoje as noções de proletariado, classe trabalhadora e os assalariados são obviamente válidas, porém merecem ampliação para se compreender a complexidade do novo mundo do trabalho. Em outro momento (MARX, 2004a, p.133), afirma, “o operário vendeu sua força de trabalho [...], quando na seqüência usa o termo assalariados, “[...] o capital produz numa escala cada vez maior os assalariados de que tem necessidade” (MARX, 2004a, p. 134-135) e, ainda no mesmo parágrafo, “Ao mesmo tempo expande-se a massa desses meios vivos de produção do capital: o proletariado laborioso” (MARX, 2004a, p. 135). Assim, observamos que Marx tratava essas noções como sinônimas, embora nessa mesma obra, o termo proletariado seria utilizado para identificar a produção de mais-valia na subsunção real do trabalho ao capital que, de acordo com o autor, “a subsunção real do trabalho ao capital desenvolve-se em todas aquelas formas que produzem mais-valia relativa, ao contrário da absoluta” (MARX, 2004a, p. 104).

Assim, embora ampliado o conceito de proletariado, para dar conta da complexidade de relações que compõem o mundo do trabalho hoje, superando a classificação proposta por Marx, constituído, essencialmente pelos produtores de mais-valia, ainda assim, a classe trabalhadora moderna não inclui os gestores do capital, pois mesmo assalariados, obtêm rendimentos elevados. Desse modo, essa “aristocracia operária” contribui para a reprodução do capital no interior das empresas. O sentido ampliado da classe trabalhadora também não contempla aqueles que vivem da especulação ou juros, ou ainda os pequenos empresários ou pequena burguesia rural e urbana, pois mesmo pequena é proprietária.

Dessa forma, esse novo desenho da classe trabalhadora deve ser apreendido a partir do conjunto de estratégias do capital, que em sua busca natural e incessante de gerar mais-valia,

cada vez mais o faz com a extração da mais-valia relativa, porém, a mais-valia absoluta é, ainda que diante da crescente utilização do trabalho morto, condição para sua realização, porém, em níveis cada vez mais desumanos, num movimento intenso de (des) realização do trabalho.

O espaço é o pano de fundo dessas transformações, mas não inerte e, justamente por isto, ali se produzem, também, os territórios de luta, em contrapartida ao espaço do capital. Assim, os territórios são criados e (re) criados, valorizados e desvalorizados, de acordo com os interesses do capital. Esse processo se intensifica com a reestruturação produtiva, pois o momento histórico é propício, por meio da difusão de novas técnicas, novas tecnologias, redes. A rapidez das transformações é intensa e, no caso brasileiro, podemos observar essas transformações tanto no campo como na cidade, basta atentar para a necessidade do processo de substituição de importações nas décadas de 1950 e 1960 e para a própria teoria desenvolvimentista da CEPAL¹¹ para constatar a política de industrialização assegurada pelo apoio estatal, que deveria resolver os problemas sociais, porém este objetivo não seria atingido, devido à lógica perversa do capital.

Pensando na espacialidade diferencial, nos territórios de valorização do capital, observamos que, internamente, a região Sudeste, tendo São Paulo como centro num primeiro momento, se constituiria na matriz produtiva nacional, pois os trabalhadores vinham do Nordeste já nas décadas de 1950, 1960 e 1970 esperançosos, e o capital necessitava de seus braços, embora aos poucos suas esperanças fossem minando, assim como seus braços. Dessa forma, diante da formação de uma sociedade urbano-industrial, o êxodo rural, expulsão dos trabalhadores do campo, intensificava-se, pelo processo de modernização conservadora da agricultura.

A agricultura, a partir daquele momento, contava com uma nova base técnica que contribuía para a intensificação da expropriação dos camponeses, num processo de desterritorialização. Na década de 1980, os movimentos sociais de luta pela terra, tentavam reverter esse processo. Deve-se levar em conta que esses movimentos expressam-se como forma de luta de classes, haja vista que a luta não é apenas luta pela terra, contra o latifúndio, mas, também, contra o capital e, dessa forma, há um empenho em sua reterritorialização.

Quando citamos os movimentos sociais de luta pela terra e os inserimos em um contexto de lutas de classes, referimo-nos, como dito no parágrafo anterior, a uma luta contra o capital. Em “O Dezoito Brumário”, Marx se defronta com uma contradição ao falar sobre os

¹¹ CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina.

camponeses, pois para o autor, à medida que suas condições econômicas, seu modo de vida, seus interesses e sua cultura se opõem aos de outra classe, estes se constituiriam em uma classe. Porém, à medida que a igualdade de seus interesses não cria elos, comunicação, ligação nacional, ou organização política, “nessa exata medida não formam uma classe” (MARX, 1987, p. 137). Em “Crítica ao Programa de Gotha”, Marx classifica os camponeses como “povo trabalhador”, logo nos dá um entendimento de classe, “em primeiro lugar, o ‘povo trabalhador’ na Alemanha compõe-se de uma maioria de camponeses e não de proletários” (MARX, 2004c, p. 145).

Embora não seja nosso objetivo teorizar sobre a questão camponesa, no momento em que estamos tratando da nova morfologia da classe trabalhadora não podemos deixar de mencioná-la, haja vista que no interior do sistema sociometabólico do capital há uma teia de contradições, é justamente no interior dessas contradições que o capital necessita de relações não-capitalistas. Esse é o ponto de partida para pensar o campesinato imerso no metabolismo societal do capital.

Ao se pensar a questão camponesa, deve-se levar em consideração que a (re)criação do campesinato é parte contraditória do modo de produção capitalista, pois ao se permitir a acumulação do capital, contém também sua negação, tanto no que se refere à luta contra a transferência da renda da terra, como a luta pela terra. Assim, o campesinato é recriado no próprio processo de desenvolvimento capitalista e a contradição reside no fato de que se trata de uma relação não-capitalista, porém sua recriação não é espontânea, mas se realiza por meio da luta.

A reprodução do campesinato, em uma relação não-capitalista, desenvolve-se como contradição do desenvolvimento desigual do capital, sendo, dessa forma, uma contradição e não uma articulação dos modos de produção. Nesse contexto, a especificidade camponesa, “[...] reside no fato de os camponeses não constituírem uma classe “pura” do modo capitalista de produção, já que são, ao mesmo tempo, proprietários de terra e trabalhadores, acrescido ao fato de que a organização do campesinato se funde numa relação não-capitalista”. (ALMEIDA, 2006, p. 84-85).

Marx (1987) atenta para o fato de que os camponeses não formam uma classe, porém à medida que sua reterritorialização ocorre com os movimentos de luta pela terra, o cenário por trás e à frente, que move a sua luta é sim o da luta de classes, pois se trata de uma luta contra o latifúndio, contra o modelo expropriatório e exploratório do agronegócio, que intensifica a exploração dos trabalhadores e, portanto, contra o capital e suas artimanhas de se apropriar do território e do trabalho.

Considerando as teorias de Marx, as três classes fundamentais do modo de produção capitalista, os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terra, temos que o campesinato não se inclui nesta classificação, pois ainda que fosse considerado parte da classe dos proprietários de terra, isso não se justificaria, visto que os camponeses não auferem renda fundiária.

Para Almeida (2006), o campesinato constitui-se em classe *sui generis* do capitalismo.

No caso do campesinato, portanto, essa separação dos instrumentos de produção não é pura como a das outras três classes. O campesinato não vive exclusivamente da renda fundiária, porque a produção é seu meio de subsistência imediato; logo, apenas uma parte do produto de seu trabalho (excedente) assume a forma de mercadoria. Primeiro, para que houvesse apropriação da renda por parte do campesinato, esse teria que produzir para o mercado e, sobretudo, conseguir escapar da sujeição da renda. Contudo, nesse caso, temos dois problemas: parte do que o camponês produz fica para o consumo interno e, quando consegue, em conjunturas favoráveis, produzir para o mercado, o capitalista intermediário fica com a renda. [...] o camponês só em situações excepcionais consegue auferir renda. Mesmo assim, [...] é, remuneração do seu trabalho contido no produto. (ALMEIDA, 2006, p. 98-99).

Não se trata do camponês se tornar burguês ou operário, como suscitado por Engels, ou de dizer que não há lugar para o camponês, pois a própria história e empiria do espaço geográfico nos provam o contrário. Ora, mesmo diante do processo de desterritorialização, há uma reterritorialização que se concretiza no âmbito das lutas de classes, com os movimentos de luta pela terra e, mesmo diante de sua sujeição ou subordinação, o camponês se reproduz a partir da sujeição da renda da terra ao capital.

É mister mencionar, diante do exposto sobre a nova forma de ser da classe trabalhadora – heterogênea, fragmentada, complexificada - que o campesinato uma vez imerso no metabolismo social do capital também se metamorfoseia¹², o que não nega a sua essência, mas declara que a heterogeneidade também o atinge. O camponês e a nova forma de ser do campesinato demonstram que, embora a sua forma pareça ser alterada, o seu conteúdo e a sua essência permanecem, e o campesinato se sustenta como criação das relações contraditórias do capitalismo.

Para Oliveira (1996), o processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo revela que ocorre, particularmente, no campo, a sujeição da renda da terra ao capital, o que não significa que o capital destrói o trabalho camponês:

¹² O sentido conferido à metamorfose do campesinato não se relaciona ao debate em torno da agricultura familiar a partir dos anos 1990, mas, sim, ao sentido das transformações de sua reprodução interna.

[...] o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo o canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível e com ela possa haver também a criação de novos capitalistas. (OLIVEIRA, 1996, p. 20).

Assim, quando nos referimos à heterogeneidade do campesinato, atribuímos ao fato de que este não é homogêneo e sim composto de diversas identidades, que contraditória e simultaneamente se sustentam, movidas por uma unidade que perpassa a reprodução cultural, histórica e social. Essas diversas formas de recriação do campesinato são apropriadas pelo debate teórico e têm força na disputa político-ideológica de manutenção do campesinato.

A respeito da diversidade de formas de existência camponesa, que estamos denominando de heterogeneidade do campesinato, Thomaz Jr (2006a) refere-se às identidades diversas que se constroem na luta social, tais como:

[...] os assentados, produto da luta pela terra no Brasil, após meados dos anos 1980, que inauguram um novo capítulo na história do campesinato e da classe trabalhadora deste país; os povos da floresta; os posseiros; os ribeirinhos; os pescadores artesanais lavradores; os foreiros; os parceiros; os castanheiros; açazeiros; os arrendatários não capitalistas; os cessionários; os quilombolas; os povos indígenas camponeizados. (THOMAZ JR, 2006a, p. 33).

Considerando terra, trabalho e família como valores e princípios norteadores na unidade camponesa, tanto do ponto de vista da organização familiar e política, como do universo moral, o surgimento nos anos 1990 de posicionamentos em defesa das metamorfoses no interior do campesinato - nos referimos mais especificamente à agricultura familiar - vai além do fato de não se ter mais a família como elemento nucleador da unidade, uma vez que houve a incorporação de práticas semelhantes às adotadas na gestão de uma empresa, subsumidas à lógica do capital, e o que é pior, com o apoio das políticas agrícola e agrária adotadas pelo governo brasileiro¹³.

Thomaz Jr (2006a), em breve análise do debate teórico que prega o fim do campesinato, destaca que o conceito de pequena produção ganha visibilidade e substitui o camponês por representar a difusão do campo moderno. É essa difusão, que a nosso ver, foge à questão central de expropriação e desterritorialização do campesinato, assim como o

¹³ Não é nosso objetivo travar o debate agricultura camponesa x agricultura familiar, apenas mencionamos no texto, pois não podemos negar as diferentes interpretações sobre a diversidade das formas de existência camponesa. Mas convém mencionar que estamos partindo do princípio de que todo camponês é agricultor familiar, dada a existência da família como elemento nucleador, porém, nem todo agricultor familiar é um camponês.

agronegócio, como forma de inserir o campo no sistema produtor de mercadorias, voltado para o mercado externo que, contraditoriamente, pode inclusive afetar a soberania alimentar. E, ainda, no que estamos denominando de heterogeneidade do campesinato, a agricultura familiar, com base em Thomaz Jr (2006a, p. 21), “[...] estaria se efetivando como alternativa para fortalecer as fileiras do desenvolvimento das práticas capitalistas, ou seja, uma aposta contra o fim do campesinato”.

São esses elementos que, uma vez no plano teórico, podem ser identificados como desenvolvimento do campo, concepção que encontra um entrave, inclusive do ponto de vista das formas geográficas, pois se a sociedade é o espaço e o espaço é a sociedade, a relação sociedade x natureza só pode ter sentido a partir do trabalho social. Assim, o que se entende por desenvolvimento do campo a partir da compreensão do fim do campesinato não pode ser desenvolvimento, pois o capital, ao promover o (re)ordenamento territorial de sua própria reprodução, diante de sua crise estrutural é incapaz de promover o desenvolvimento do ser genérico do homem, logo compromete também o espaço, obstaculizando de forma estrutural o desenvolvimento social.

É nessa perspectiva de entender a nova forma de ser da classe trabalhadora, as contradições do metabolismo social do capital, que nos debruçamos para entender um pouco mais o campo brasileiro e suas respectivas formas de reprodução, considerando que ali se processam boa parte das tramas que norteiam essa pesquisa, a partir do desenvolvimento desigual das forças produtivas verificadas no contexto da agroindústria canavieira, consequência do (re)ordenamento territorial do capital no setor.

A respeito do desenvolvimento das forças produtivas na formação social capitalista, Oliveira (1996) destaca que

[...] o desenvolvimento das forças produtivas, quer na direção da lógica do capital que produz e reproduz o trabalhador nu, o assalariado, o volante, o “bóia-fria, etc., quer na contradição intrínseca dessa lógica produzindo e reproduzindo o camponês, reflete concretamente o seu desenvolvimento desigual”. (OLIVEIRA, 1996, p.13).

Pensando o trabalho numa perspectiva geográfica, o movimento de territorialização/desterritorialização/reterritorialização deve ser entendido como processo contínuo, pois o camponês ao ser desterritorializado, se (re) territorializa de forma imediata, mas, não necessariamente como camponês, pois via de regra, passa a vender a sua força de trabalho, proletarizando-se. A compreensão desse processo é histórica e geográfica, pois a

reterritorialização do camponês nessa mesma condição no campo pode levar anos, décadas e gerações depois de ter percorrido diversos lugares, migrando em busca de empregos e, mesmo envolvido na luta pela terra, há uma dinâmica geográfica constante que o envolve, seja na cidade, vendendo sua força de trabalho, seja atuando nos movimentos sociais.

Os movimentos sociais alteram o desenho societal e territorial, pois a modernização conservadora da agricultura impôs a expulsão e a desterritorialização dos camponeses, bem como daqueles que trabalhavam na terra, implicando o engrossamento das fileiras do trabalho precarizado no campo e na cidade ou, conforme destaca Mendonça (2004), resta-lhes a opção política de lutar pela terra ou seguir adiante no processo de reterritorialização e desterritorialização nas áreas de fronteira.

É importante atentar para o conteúdo de (re)Existência implícita nos movimentos sociais, pois estes incorporam o universo simbólico e cultural às ações políticas transformadoras; todo movimento social é portador de uma nova ordem. “Movimento é mudança de lugar. [...] Os movimentos sociais nos mostram caminhos possíveis a partir de situações vividas, concretas, solo fértil para a construção de utopias.” (GONÇALVES, 2007, p. 405).

Em outro momento, o referido autor aponta que os movimentos sociais pressupõem novas posições e relações no espaço. “Enfim, os movimentos sociais re-significam o espaço e, assim, com os novos signos, grafam a terra, geografam, reinventando a sociedade”. (GONÇALVES, 2006, p. 17).

Diante do exposto, observamos que a classe trabalhadora, desde os anos 1980 e, mais especificamente no final dos anos 1990 e início do século XXI, passou por muitas mudanças e o interior das suas relações foi alterado, tanto no que diz respeito ao atendimento dos imperativos do capital em sua reprodução, como em sua resistência, nos referimos à sua resistência ao projeto hegemônico do capital.

Assim, o campesinato é também parte integrante da nova morfologia da classe trabalhadora e, dessa forma, elemento importante para a emancipação do trabalho. Como o universo do trabalho se encontra heterogêneo e fragmentado, o que sabemos dificulta a unidade como classe, as articulações entre os elementos dessa classe tornam-se importantes. O campesinato, mesmo diante da sujeição e subordinação, tem um diferencial que é de grande relevância para uma sociedade emancipada que, contrariamente à lógica prevalescente dos valores de troca, no momento em que não transfere renda ou se proletariza, produz valores de uso, não se aliena, mas se afirma.

Thomaz Jr (2006b) destaca que é no interior das contradições da ordem metabólica do capital e de seus impactos para o universo do trabalho, que o campesinato pode ser entendido no interior da classe trabalhadora.

Imerso no metabolismo societal do capital e, conseqüentemente, no ambiente da organização das disputas e das alianças político-ideológicas do trabalho, numa clara tomada de consciência de pertencimento de classe, o campesinato é sim parte integrante da classe trabalhadora, todavia emancipadas das predeterminações e dos pressupostos engessados a priori. (THOMAZ JR, 2006b, p. 141).

Assim, juntamente com a reestruturação produtiva do capital e considerando o trabalho em sua dimensão espacial, há que destacar que a produção de territórios intensificasse seguindo a lógica constante de territorialização/desterritorialização/ reterritorialização e, embora em alguns lugares, à primeira vista, possa parecer apenas um território do capital é, também, um território do trabalho em sua unidade dialética, visto que se constituem territórios em disputa. O que pode ocorrer em determinados lugares é que dada à hegemonia do capital, as lutas do trabalho sejam mais dificultadas, por sua vez, em outros lugares, pode-se observar conjuntamente a atuação e o conflito entre ambos e, há ainda lugares em que a luta contra o capital é mais intensa e se constituem territórios de resistência ou contraespaço ou novos territórios em conflito.

Para Paulino (2008), a análise do processo de recriação camponesa na atualidade implica em

[...] entender o campesinato brasileiro no contexto dos **territórios em disputa** e que, neste momento, reafirma a sua capacidade de recriar-se, a despeito dos bloqueios oriundos do pacto hegemônico e sua vinculação com o agronegócio. (PAULINO, 2008, p. 213, grifo nosso).

A discussão a respeito de o camponês ser compreendido no interior da classe trabalhadora, em grande parte, foi motivada pelas últimas reflexões desenvolvidas por Thomaz Jr (2006a, 2006b) a respeito da temática. Assim, entendemos que ser camponês e ser operário pode variar, dependendo de sua condição, do lugar e das experiências territoriais de luta. Dessa forma, embora integrante da classe trabalhadora, pode ser forçado a transitar entre ser camponês e ser operário, dependendo também do nível de sua imersão no sistema do capital e do potencial de lutas que se possa travar em seu (re)ordenamento territorial, enquanto classe.

Moreira (2003) já destacava a importância de se recuperar o trabalho como categoria chave da compreensão da história, assim como resgatar o papel e o projeto da classe trabalhadora como sujeito. Assim, ao relacionar trabalho e movimentos sociais no Brasil, o autor afirma: “[...]o surgimento e o aumento da capacidade de luta dos trabalhadores contra o capitalismo, dentro da relação capital x trabalho, isso vai se traduzir para o capital num custo crescente do trabalho. A força de trabalho vai se tornando cada vez mais cara para o capital”. (MOREIRA, 2003, p. 44). Daí a importância de se pensar na unicidade orgânica do trabalho, diante de um capitalismo mundializado.

A noção ampliada da classe trabalhadora deve ser entendida não apenas no plano nacional, mas dado ao crescente processo de internacionalização do capital, à fragmentação e à complexificação que também atinge essa escala. Um desafio para a classe trabalhadora é uma ação política também mundializada. Observamos que a Via Campesina já cumpre este papel, ao coordenar organizações no mundo todo, constituindo-se no movimento social mais representativo da atualidade. Ainda que tenha que lidar com a espacialidade diferencial, já observamos formas que denotam o rumo a uma unicidade orgânica do trabalho, é necessário ainda o amadurecimento de outras.

Antunes (2005) penetra no interior desse universo complexificado e demonstra um panorama da ampliação e, ao mesmo tempo da fragmentação da classe trabalhadora, partindo da escala local, setorial à global. Para o autor, este universo fragmentado manifesta-se em: um grupo particular ou segmentos do trabalho; entre diferentes grupos de trabalho de um mesmo país; entre trabalhadores de diferentes países, entre a força de trabalho de países do capitalismo avançado, em contraposição à força de trabalho relativamente mais explorada nos países periféricos, entre trabalhadores empregados e os não assalariados ou desempregados.

A complexidade não para por aí. Há uma tendência crescente do que o autor denomina de liofilização organizativa, atendendo a lógica da empresa “enxuta”, com a crescente eliminação de “substâncias vivas”, além do aumento de transferências, terceirização e enxugamento de unidades produtivas. Mesmo no tocante à redução formal dos horários, há um aumento real do tempo de trabalho dispendido durante o período. Como forma de apropriação, mesmo do tempo disponível, este passa a ser explorado para a própria valorização do capital.

Algumas inversões são verificadas no universo do trabalho contemporâneo, como a desproletarização do trabalho industrial, ou seja, diminuição dos operários tradicionais da indústria e expansão do assalariamento no setor de serviços. Assim, se configura um quadro preocupante de expansão do desemprego, cuja escala é global. Ao lado da diminuição do

número de empregos, há um aumento da subproletarização, com a expansão dos trabalhadores parciais, temporários, subcontratados. É inerente à subproletarização, a precarização do emprego e do salário, além da desregulamentação das condições de trabalho.

No tocante ao incremento da força de trabalho, Antunes (2003) destaca que atualmente um contingente expressivo é formado por mulheres, comportando a contradição entre o indivíduo e sua classe e entre classe e gênero, articulando identidade e heterogeneidade. A nosso ver, pensar em uma sociedade liberta do capital implica também romper com a reprodução de relações internas de dominação, inclusive de gênero. Assim, pensar em emancipação do trabalho e reprodução da repressão da mulher constitui uma prática contraditória que obstaculiza a superação do capital, pois se libertar deste implica também se libertar de suas amarras e de suas relações de dominação internas.

O novo desenho da classe trabalhadora é caracterizado também por aumento expressivo do setor de serviços, além do mais, há uma tendência que caminha rumo a uma maior qualificação ou intelectualização do trabalho, tanto nas atividades industriais mais informatizadas, como no setor de serviços e comunicações, dentre outros. Assim, para Antunes (2003, p. 161), “[...] utiliza-se do trabalho intelectual do operário que, ao interagir com a máquina informatizada, acaba também por transferir parte dos seus novos atributos intelectuais à máquina que resulta desse processo”.

É importante destacar que esse novo modelo de acumulação não é hegemônico, bem como as tecnologias e formas de gestão que o caracterizam, pois podemos afirmar que há uma gestão flexibilizadora combinada com um fordismo reinventado. Para tanto, nos embasamos em Harvey (2008):

[...] As tecnologias e formas organizacionais flexíveis não se tornaram hegemônicas por toda parte – mas o fordismo que as precedeu também não. A atual conjuntura se caracteriza por uma combinação de produção fordista altamente eficiente (com frequência nuançada pela tecnologia e pelo produto flexível) em alguns setores e regiões (como os carros nos EUA, no Japão ou na Coreia do Sul) e de sistemas de produção mais tradicionais (como os de Singapura, Taiwan ou Hong Kong) que se apóiam em relações de trabalho “artesaniais”, paternalistas ou patriarcais (familiares) que implicam mecanismos bem distintos do controle do trabalho. (HARVEY, 2008, p. 179).

Nesse contexto, Bihl (1998) demonstra que há uma crescente fragmentação do proletariado ocidental que se dividiria em 3 grandes conjuntos, classificados pelo autor como: a) os proletários estáveis e com garantias; b) os proletários excluídos do trabalho; c) a massa flutuante de trabalhos instáveis que se divide em diferentes categorias: proletários das

empresas que operam por subcontratação (terceirização) e encomenda; trabalhadores em tempo parcial; temporários; estagiários e trabalhadores da “economia subterrânea” que tentam escapar ao desemprego “trabalhando ‘clandestinamente’ (sendo, além disso, frequentemente colocados em situação de subcontratação em relação à economia oficial), ou empregando-se à pequena produção mercantil (principalmente no setor de serviços prestados a particulares)” (BIHR, 1998, p. 85).

Assim, o contexto mais amplo que intensifica a precarização é o (re) ordenamento do capital e, conseqüentemente, do trabalho que permite às empresas reduzir o quadro funcional, subcontratar parte do trabalho, utilizar mão-de-obra temporária, automatizar tarefas e funções e, dessa forma, os trabalhadores deparam-se com condições mais rígidas de trabalho.

A reestruturação produtiva do capital recria um mundo do trabalho precarizado no Brasil, além da crise no sindicalismo. Na década de 1990, o processo de reestruturação surgiu como consequência das empresas brasileiras buscarem inserção internacional, e como resposta à competitividade internacional e ao avanço do sindicalismo no período pós 1978.

No que diz respeito à terceirização, verifica-se que esta apresenta algumas implicações para o movimento sindical. Neste contexto, Martins (1994, p.13) mostra “a degradação das condições de trabalho, a redução das conquistas sindicais, a diminuição do número de empregos e a ‘guerra de conhecimentos’ em torno da organização do processo industrial”. A terceirização passa a ser vista como inevitável, pois é consequência das transformações do sistema produtivo, e os sindicatos assumem o papel de criar e interferir nas formas como a terceirização está se processando.

Há um aumento da exploração do trabalho vivo, “[...] pois o trabalhador foi esvaziado de seu conteúdo de conhecimento e submetido a uma nova forma de subordinação ao capital” (JÚLIO, 2003, p. 129).

Dessa forma, a mundialização do capital contribuiu para a constituição de um novo mundo do trabalho. Uma das conseqüências é a debilitação do poder sindical, com intervenção organizacional e política do sindicalismo cada vez menores.

Thomaz Jr (2002a), ao analisar a relação capital x trabalho na agroindústria canavieira, desenvolve a seguinte reflexão sobre os sindicatos:

[...] o sindicato, instância coletivo-corporativa do trabalho alienado, expressa-se territorialmente como ordenação territorial resultante do fracionamento do trabalho em categorias, assentando por fora do embate da relação capital x trabalho, quando se limita ao cenário do conflito vivo e imposto pelo Estado. A este respeito, mesmo que lhe sirva de referência a territorialidade das empresas e a elas esteja materialmente ligado, nelas está

alienado, culminando com a corporificação categoria-território. (THOMAZ JR, 2002a, p. 233-234).

O autor enfatiza que os sindicatos dos trabalhadores da agroindústria canavieira sucroalcooleira não representam exclusivamente os trabalhadores deste setor, mas diversos outros segmentos de trabalhadores da mesma categoria profissional, que possibilitam demandas específicas, configurando uma extrema alienação do trabalho.

Esse processo revela o papel defensivo do sindicalismo diante das novas estratégias do capital, a exemplo da descentralização das unidades produtivas e de prestação de serviços, que também são mecanismos de fragilizar a organização dos trabalhadores.

Para Santos (2003), “as dificuldades na garantia dos direitos se tornou mais acentuada na medida em que o capital se internacionalizou enquanto os trabalhadores procuraram nacionalizar as relações entre o capital e o trabalho” (SANTOS, 2003, p. 220).

Eis o grande grande desafio para a emancipação da classe trabalhadora, pois assim como a idéia de que o socialismo em um só país é uma impossibilidade, como destacou Mészáros (2002), mas só pode ocorrer com a transformação global, sendo um processo longo e complicado. Da mesma forma, a organização isolada também compromete qualquer alcance mais amplo, pois o (re)ordenamento territorial do capital atinge uma escala global. Logo o trabalho, através das diferentes manifestações de lutas para efetivar ações políticas emancipatórias, não pode concebê-las de forma isolada, pois o impacto seria irrisório diante do poder destrutivo do capital.

É nesse contexto, que identificamos as ocupações de áreas destinadas à cultura canavieira na região de Ribeirão Preto (SP), com maior expressão e, também durante o “Abril Vermelho”¹⁴, ocorreram ocupações de canaviais na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP), confirmando que os trabalhadores não lutam apenas por melhores salários ou por terras, mas por profundas alterações sociais de trabalho e produção, além de demonstrar seu potencial emancipatório.

Thomaz Jr (1984) trata da recriação de formas adotadas e incorporadas pelo capital para exercer seu poder de exploração sobre o trabalho. Ao abordar as formas de utilização da mão-de-obra mineira na agroindústria canavieira na região de Jaboticabal, nas proximidades de Ribeirão Preto e Guariba, relata que os trabalhadores eram alojados em “barracões” sem as

¹⁴ Refere-se ao fato de o MST realizar todos os anos, desde 2003, uma série de manifestações para reforçar sua luta, sempre no mês de abril. A manifestação ficou conhecida como “Abril Vermelho”. Essa jornada de ocupações promovida pelo MST surgiu para exaltar a resistência daqueles que perderam a vida lutando por dignidade no Massacre de Eldorado dos Carajás (PA), em 17 de abril de 1996.

mínimas condições de higiene e acomodação. Assim, esse (re)ordenamento do capital sucroalcooleiro, ao adotar esta forma de aliciamento, exerce um controle direto sobre o trabalhador, pois o tem à disposição até mesmo aos domingos e feriados, para executar uma jornada especial de trabalho, além do mais as usinas retêm parte do salário do trabalhador que rescindir o contrato antes do término da safra.

Além dessa forma de controle do capital sobre o trabalho, verificamos que a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto também se dá no campo. Na cultura da cana-de-açúcar, as colhedeiças vêm substituindo os cortadores. Cada colhedeira tem capacidade de colher até oitocentas toneladas de cana por dia, o que equivale ao trabalho de cem homens (SILVA, 2004).

Segundo cálculos existentes, para cada cem demissões, são abertas doze vagas para funções especializadas, dentre elas, aquelas referentes aos condutores dessas máquinas, pois elas operam durante as 24 horas do dia, subvertendo, portanto, totalmente os limites impostos pela natureza no que tange ao trabalho na agricultura. (SILVA, 2004, p. 31).

Esse trabalho vivo, ou seja, os trabalhadores empregados no corte da cana são responsáveis pela circulação do capital, pela manutenção do trabalho e, no entanto, se vêem indiferentes como trabalhadores. Esta circulação da força de trabalho produz outra circulação que, como afirma Silva (1999), é a circulação do controle e da dominação.

No universo da pesquisa, a territorialização das agroindústrias canavieiras iniciou-se no final dos anos 1970 e se deu com mais veemência nas décadas seguintes. Aí estão presentes trabalhadores desterritorializados, boias-frias, muitas vezes migrantes, antigos pequenos proprietários ou arrendatários expulsos do campo, além daqueles que nunca tiveram a posse da terra, cuja possibilidade de reterritorialização pode se dar por meio da Reforma Agrária.

Esses trabalhadores são empregados nessas usinas, juntamente com outros trabalhadores, em meio à intensificação da precarização das condições de trabalho, em condições de subemprego, terceirização, tornando-se mais fragmentados, o que reforça o sentido de despertamento de classe, que coaduna com os sindicatos enfraquecidos e acuados, assim como os trabalhadores.

Diante dessa conjuntura, é importante ressaltar que essa nova realidade está longe de significar a possibilidade do fim do trabalho, ou mesmo do fim dos empregos, pois estes estão sendo modificados de acordo com as novas exigências do capital, constituindo um universo

heterogêneo, fragmentado e complexificado, porém, a centralidade do trabalho se confirma, sendo essencial no processo de geração do valor, condição para a manutenção no sistema sociometabólico do capital, ainda que diante de seu potencial destrutivo.

Seguindo essa perspectiva, Antunes (2003) destaca que, se de um lado há uma tendência de intelectualização do trabalho manual que condiz com o avanço tecnológico, contraditoriamente, a desqualificação está integrada à lógica destrutiva e à sua taxa decrescente de bens e serviços. Dessa forma, o reordenamento do capital, o seu impacto na formação de uma nova classe trabalhadora e a sua ampliação têm provocado a intensificação da precarização do trabalho. Assim, no campo, intensificam-se as diversas formas de exploração, subordinação, desqualificação, desemprego, apropriação e controle do trabalho.

Dessa forma, o ponto principal que nos interessa é pensar o capital e sua lógica destrutiva que consiste no seu (re)ordenamento por meio das diferenças produzidas no espaço, com o desenvolvimento das forças produtivas que, por sua vez, redefinem as relações sociais de produção e trabalho. Há um (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho que, nessa pesquisa, buscamos compreender no interior das contradições que regulam a relação capital x trabalho na agroindústria canavieira na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, bem como a intensificação da precarização das relações sociais de trabalho.

No próximo capítulo discutiremos a territorialização da cana-de-açúcar no Brasil, no Estado de São Paulo e na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, tentando entender a formação de “novos territórios” canavieiros, motivados pela crise de abastecimento do petróleo e pela busca de energia limpa. É nesse contexto que o mundo vê no etanol brasileiro a salvação para a crise energética, ignorando que a produção deste combustível se dá às custas da exploração e superexploração de milhares de trabalhadores.

2 A TERRITORIALIZAÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR: os cenários brasileiro, mundial e a inserção da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP na “onda da etanolatria”

2 A TERRITORIALIZAÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR: os cenários brasileiro, mundial e a inserção da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP na “onda da etanolatria”

[...] O capitalismo não pode sobreviver sem “ajustes espaciais”. O capitalismo tem recorrido repetidas vezes à reorganização geográfica (tanto em termos de expansão como de intensificação) como solução parcial para suas crises e seus impasses. Assim, ele constrói e reconstrói uma geografia à sua própria imagem e semelhança. Constrói uma paisagem geográfica distintiva, um espaço produzido de transporte e comunicações, de infra-estruturas e de organizações territoriais que facilita a acumulação do capital numa dada fase de sua história, apenas para ter de ser desconstruído e reconfigurado a fim de abrir caminho para uma maior acumulação num estágio ulterior. (HARVEY, 2006, p. 80-81).

2.1 Da cana, ao açúcar, ao álcool: uma trajetória da atividade canavieira no Brasil

A cana-de-açúcar é cultivada no Brasil desde o início do século XVI, com objetivos de atender às demandas do mercado externo. Inicialmente cultivada na Zona da Mata Nordestina, teve seu auge no período colonial ainda no século XVI e início do século XVII, quando em meados deste século, a economia açucareira passou um período de crise, devido à concorrência de outras áreas coloniais e do açúcar de beterraba.

Furtado (1963) enfatiza que nos três primeiros séculos da formação econômica do Brasil, a produção de açúcar esteve ligada ao crescimento extensivo com a incorporação de terras e mão-de-obra, o que não implicava em modificações estruturais, portanto não repercutiam nos custos de produção e na produtividade.

O rápido desenvolvimento da indústria açucareira, malgrado as enormes dificuldades decorrentes do meio físico, da hostilidade do silvícola e do custo dos transportes, indica claramente que o esforço português se concentrara nesse setor. O privilégio, outorgado ao donatário, de só ele fabricar moenda e engenho de água, denota ser a lavoura do açúcar a que se tinha especialmente em mira introduzir. Favores especiais foram concedidos subsequente àqueles que instalassem engenhos: isenção de tributos, garantia contra a penhora dos instrumentos de produção, honrarias e títulos, etc. As dificuldades maiores encontradas na etapa inicial, advieram da escassez de mão-de-obra. (FURTADO, 1963, p. 55).

Portanto, o período que se estende de meados do século XVII até o início do século XIX foi marcado por instabilidade dos preços do açúcar, predominando as tendências de queda. Nesse período, a força de trabalho era constituída por mão-de-obra escrava que, próxima ao seu declínio, às vésperas de se constituir mão-de-obra assalariada, passou a

participar do início de uma economia semicamponesa, voltada para a produção de gêneros alimentícios, a princípio para própria subsistência. Para Oliveira (1977), a escravidão nesse período já era uma forma específica do capitalismo, visto que separava, desde o início, produtores e meios de produção.

O que se está querendo afirmar é que a forma da divisão social do trabalho, concretizada em certa forma de divisão técnica, presente na produção do açúcar, não poderia nunca sustentar-se num extrativismo nem num primitivismo de reprodução do tipo da economia camponesa. A produção do açúcar exigia investimentos, inversão e reinversão de capital, aumento de produtividade, enfim uma forma de re-posição dos pressupostos da produção, que continha em si mesma a circularidade própria de reprodução do capital. (OLIVEIRA, 1977, p. 52).

É importante destacar que a forma com que a economia açucareira foi introduzida no Brasil revela, desde o início, um modelo concentrador de terras e de propriedades imposto pelo Estado português. Este modelo integrava parte das transformações no próprio modo de produção capitalista, em sua passagem do capitalismo mercantil para o industrial e das conseqüentes mudanças na divisão internacional do trabalho.

Ainda a esse respeito, Oliveira (1977) enfatiza que

[...] historicamente, tanto a forma como penetrou o capitalismo mercantil nas colônias quanto, no caso especial do Brasil, a forma especial que o Estado português imprimiu a essa penetração, prepararam de antemão certas condições que, no caso clássico do capitalismo europeu, somente ocorreram mediante a destruição da economia feudal. Referimo-nos aqui, sobretudo, à concentração de terras e de propriedade, [...], transformou-se em riqueza concentrada quando a própria passagem do capitalismo mercantil para industrial, em escala internacional, forçou a redefinição do papel das colônias e, já agora, dos países independentes na divisão internacional do trabalho movida pela produção de mercadorias. (OLIVEIRA, 1977, p. 52).

Na segunda metade do século XIX, tanto o custo da produção, como a má qualidade do açúcar, colocaram o país em situação delicada em relação ao mercado externo. A solução apontada foi a idealização dos engenhos centrais em 1875 por meio da concessão da exploração a empresas nacionais e estrangeiras, fundamentadas na modernização da lavoura canavieira. A partir daí, a produção de cana-de-açúcar no Brasil debuta como atividade caracteristicamente capitalista, pois com o desenvolvimento das forças produtivas criam-se as condições para os processos de reprodução ampliada.

Observamos que a proteção do governo aos usineiros não é recente, pois já neste período em que ocorrera o financiamento dos engenhos centrais, muitos financiamentos jamais foram pagos e alguns engenhos nunca se modernizaram. O objetivo era modernizar a produção e, dessa forma, viabilizar a exportação. Pretendia-se subsidiar inovações tecnológicas, visando ao aumento da produtividade associado à redução dos custos de produção (RAMOS, 1991).

Este processo se estendeu de 1870 a 1930, conforme aponta Ramos (1991), e foi caracterizado pelo fracasso dos engenhos centrais, porém o crescimento do mercado interno estimulou o incremento de área dos canaviais para áreas até então destinadas à agricultura de subsistência pelos moradores dos engenhos/usinas. Em meio a estas transformações socioespaciais, ocorreu o incremento do número de usinas do país, saltando de 187 em 1912/13 para 233 em 1919/20, sendo que em 1929/30 o país possuía 302 usinas. O estado de São Paulo que em 1920 possuía 12 usinas saltou para 30 no ano de 1930.

Os canaviais expandiram-se de forma desordenada por todo o país e, em 1933, o governo federal criou o Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool (IAA) para fomentar e controlar a produção de açúcar no país, estabelecendo uma divisão regional do trabalho da atividade açucareira em todo o país, em que foram estipuladas quotas de produção por estado e por usina. A direção mais alta do IAA esteve ligada, desde o princípio, a membros da burguesia açucareira do Nordeste, sobretudo de Pernambuco, estado que de 1870 a 1930 se constituiu o maior produtor de açúcar do país, contando com 71 usinas em 1930 e já, neste período, havia uma preocupação de conter a expansão da produção paulista.

Essa intervenção caracterizava-se por estabelecer um mecanismo de quotas de produção para cada uma das “regiões” açucareiras do país, garantir preços mínimos, relações entre fornecedores de cana e as usinas, e financiamento da produção. [...] A ironia da História consiste aqui precisamente no fato de que foi sob a direção *nominal* de membros da burguesia açucareira do Nordeste que o eixo da produção do açúcar passou do Nordeste para a “região” industrial comandada por São Paulo. (OLIVEIRA, 1977, p. 59, grifos do autor).

Foi também sob os desígnios do IAA que o álcool assumiu maior importância no cenário nacional, pois havia a preocupação de assegurar o equilíbrio interno entre as safras anuais de cana e o consumo do açúcar, pois problemas como prejuízos causados pela especulação sobre os estoques desse produto, além do excesso produzido para exportação poderiam ser contornados com a destinação de uma parte obrigatória da cana à fabricação do álcool.

O governo estimulou a construção de destilarias para a produção de álcool anidro, inicialmente por meio do Decreto n. 22.789, que assumiu forma definitiva em outro Decreto, o de n. 22.981, de 25/7/1933, que abrangia desde incentivos à instalação de grandes destilarias centrais, até o monopólio da comercialização do álcool anidro e a possibilidade de fixação de quotas de entrega de álcool para destilarias particulares, além dos preços de compra e venda do produto no país (SZMRECSÁNYI, 1979).

Os usineiros expandiam os canaviais, concentravam terras, poder e centralizavam capitais, concomitante à perda da propriedade fundiária por ex-senhores de engenho. Assim, em 1936, foi criada uma lei que obrigava os usineiros a receber cana dos fornecedores e, em 1941, foi criado o Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC) que determinava que deveriam ser moídas 40% de cana dos fornecedores (RAMOS, 1991). Imaginava-se que seria possível separar atividades agrícolas e industriais quando, na verdade, manteve-se no Brasil a aliança entre a burguesia agrária e a industrial, processo consolidado pela modernização da agricultura, a partir dos anos 1950 e vigente até os dias atuais, porém muito mais complexificado.

Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), houve retração do comércio internacional, ocorrendo redução tanto do volume das exportações brasileiras, tanto de açúcar como outras, e, também, retração dos fluxos de importação. Foi em meio a este contexto que ocorreu o processo de substituição de importações e o desenvolvimento do parque industrial nacional. Com a escassez dos derivados do petróleo, houve uma valorização da produção do álcool, especialmente o anidro, cuja mistura à gasolina, ainda durante a Segunda Guerra passou de 5% para 20% em 1941 (SZMRECSÁNYI, 1979). Assim, o IAA consolidou as normas para financiamentos de destilarias de álcool anidro e para a concessão de facilidades para importar máquinas e equipamentos voltados às destilarias.

A década de 1950 foi marcada pela expansão da agroindústria canavieira, sobretudo em São Paulo, ocupando terras anteriormente destinadas ao cultivo do café, mantendo a estrutura fundiária vigente e, aos poucos reforçando sua concentração. A partir desta década, o estado de São Paulo tornou-se o maior produtor de açúcar do país e, pela primeira vez desde o período colonial, Pernambuco perdeu a sua primazia.

Sobre a conjuntura de expansão da cana-de-açúcar em São Paulo e a atração de capitais acumulados no comércio e em outras atividades industriais, Andrade (2004) aponta que

[...] nas décadas de 1940 e 1950, foram numerosas as usinas implantadas no Oeste de São Paulo, na região do Paranapanema, e no Norte do Paraná por proprietários de terra que iniciavam a cultura da cana com vistas à implantação de destilarias de aguardente e depois as transformavam em usinas e em destilarias de álcool autônomas. Muitas vezes esses industriais associavam-se a capitais de origem comercial, industrial e agrícolas de outras áreas, participando até de empreendimentos, de empresas metalúrgicas, como a Dedini. Convém salientar que o grupo Dedini tinha ligações estreitas com o grupo Ometto, dono de mais de vinte usinas em São Paulo, além de interesses em Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. (ANDRADE, 1994, p. 59-60).

Na década de 1960, segue a expansão da agroindústria canavieira em São Paulo, sendo criada a Usina Vale do Rosário na região de Ribeirão Preto, atualmente uma das cinco maiores do país. Esta usina era totalmente autossuficiente, seus sócios e acionistas eram todos produtores rurais, na maioria cafeicultores (RAMOS, 1991). Em 1968, surge uma resolução do IAA que infringiu o ELC, ao estipular como fornecedores, os acionistas, os sócios e os parentes dos usineiros.

A partir deste momento, o estado de São Paulo consolida-se como o maior produtor de cana-de-açúcar do país, com crescimento expressivo na década de 1960, tanto da área plantada, como da produção, conforme pode ser constatado no gráfico 1¹⁵.

A área plantada com cana-de-açúcar no Estado de São Paulo em 1960 somava mais de 291 mil ha e a produção foi de pouco mais de 14 milhões de toneladas. Em 1975, início do PROÁLCOOL, a área plantada mais que dobrou em relação ao período anterior, atingindo mais de 689 mil ha, com uma produção de 34,6 milhões de toneladas e, 10 anos depois em 1985, foram plantados quase 1,7 milhão de ha de cana-de-açúcar e produzidas 125 milhões de toneladas de cana em São Paulo.

A estrutura fundiária de São Paulo seguiu concentrada no período, haja vista que os grupos de área com 1000 ha e mais totalizavam 5.245.758 ha e em 1975, totalizavam 6.117.850 ha, embora tenham apresentado pequena redução nas décadas seguintes. Por sua vez, os grupos de área com menos de 10 ha em 1970, somavam 675.215 ha e em 1995/6, podemos constatar uma redução drástica, pois recuaram para 307.645 ha. O número de estabelecimentos segue uma dinâmica semelhante, pois em 1960, havia 1.760 estabelecimentos com 1000 ha e mais, saltando para 2.680 em 1975, as décadas seguintes apresentam pequenos recuos, semelhante ao que ocorre com o número de estabelecimentos

¹⁵ Os dados e informações referentes à expansão da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo no período posterior a 1985 serão apresentados no decorrer do presente capítulo.

situados entre os grupos de 500 a 1000 ha. O inverso acontece com o número de estabelecimentos com áreas inferiores a 100 ha, que apresentam redução desde 1960 até o final dos anos 1990, sendo gritante a diminuição dos estabelecimentos de menos de 10 ha, que totalizavam 145.770 em 1960 e em 1995/6, eram apenas 65.303¹⁶.

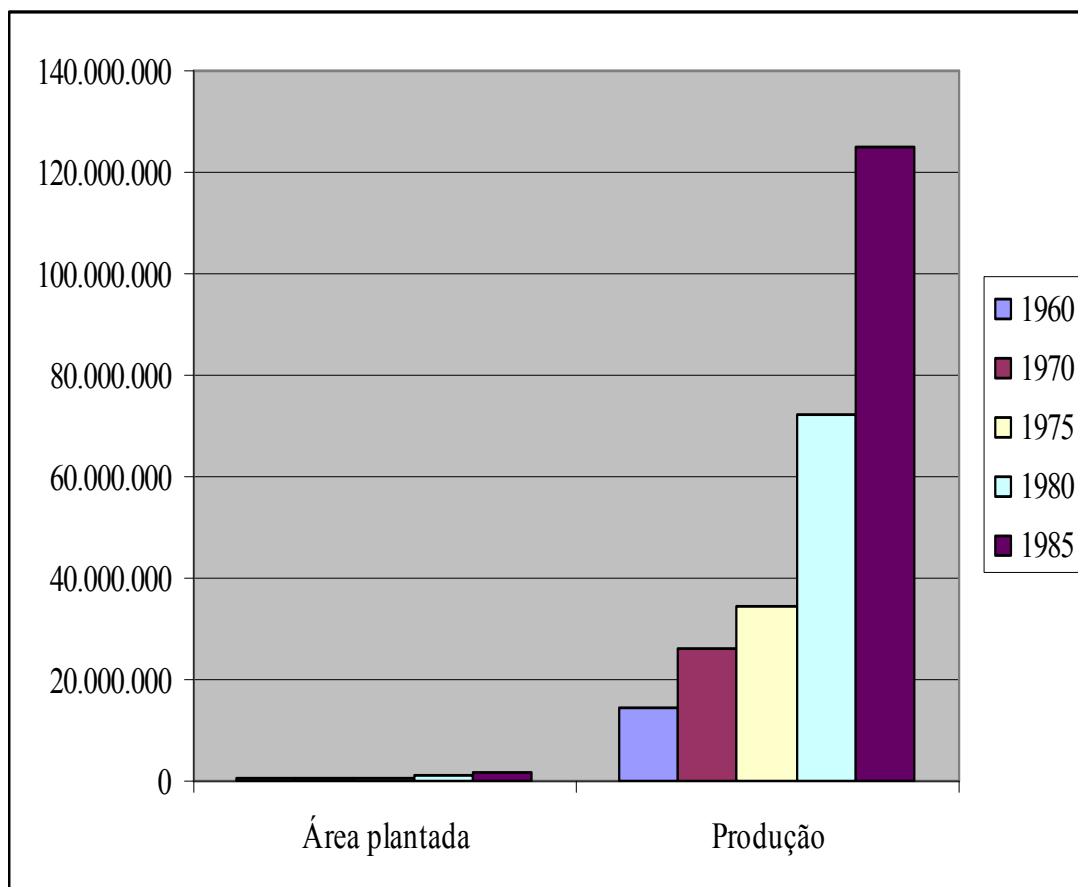


Gráfico 1 - Estado de São Paulo: evolução da área plantada (ha) e produção (toneladas) de cana-de-açúcar - 1960-1985

Fonte: IBGE: Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1960 a 1985.

Org.: Joelma C. Santos, 2007.

No período posterior a 1960, dentre as principais lavouras cultivadas no estado de São Paulo, o que incluía algodão, amendoim, cana-de-açúcar, milho em grão, feijão em grão e café em coco, com exceção da cana, que apresentou aumentos significativos tanto em produção, como em área colhida, as demais apresentaram redução ao longo do período que se estende de 1960 a 2006, conforme pode ser observado na tabela 1.

¹⁶ O nosso objetivo ao apresentar dados referentes à estrutura fundiária do Estado de São Paulo é apenas demonstrar a concentração de terras, o que obviamente não se dá apenas em decorrência da expansão da cana, embora no início do século XXI, constatamos o aumento da procura de terras para o plantio de cana.

Tabela 1 - Estado de São Paulo: produção das principais lavouras - 1960-2006

| Ano | ALGODÃO | | AMENDOIM | | CANA-DE-AÇÚCAR | | MILHO EM GRÃO | | FEIJÃO EM GRÃO | | CAFÉ EM COCO | |
|------|--------------------|--------------|--------------------|--------------|----------------|--------------|-------------------|--------------|-------------------|--------------|-------------------|--------------|
| | Quantida de (t) | Área (ha) | Quantida de (t) | Área (ha) | Quantidade (t) | Área (ha) | Quantidade (t) | Área (há) | Quantidade (t) | Área (há) | Quantidade (t) | Área (ha) |
| 1960 | 442.046 | 408.297 | - | - | 14.173.703 | 291.013 | 1.194.622 | 896.655 | 87.722 | 185.625 | 1.344.918 | 1.285.535 |
| 1970 | 610.222 | 531.099 | 415.528 | 322.548 | 30.340.214 | 580.487 | 2.124.791 | 1.262.089 | 65.688 | 130.179 | 466.757 | 650.877 |
| 1975 | 394.736 | 292.498 | 238.983 | 159.480 | 34.565.920 | 689.485 | 2.146.337 | 1.076.640 | 93.334 | 145.762 | 849.728 | 711.262 |
| 1980 | 433.338 | 236.687 | 257.292 | 149.423 | 72.257.080 | 1.073.120 | 2.218.031 | 1.006.103 | 193.225 | 306.219 | 793.870 | 821.046 |
| 1985 | 571.022 | 325.579 | 159.292 | 77.578 | 125.000.840 | 1.694.994 | 2.495.239 | 1.040.044 | 148.304 | 213.655 | 1.048.578 | 723.387 |
| 1996 | 181.200 | 91.315 | 135.000 | 18.662 | 153.768.067 | 2.124.499 | 3.544.100 | 851.764 | 173.600 | 63.772 | 340.937 | 214.733 |
| 2001 | 166.219 | 67.609 | 164.500 | 81.900 | 198.932.127 | 2.567.178 | 4.200.120 | 1.122.535 | 320.887 | 219.618 | - | - |
| 2002 | 154.200 | 63.030 | 157.400 | 74.000 | 212.707.367 | 2.660.950 | 3.943.470 | 1.063.900 | 301.820 | 216.320 | 280.134 | 224.800 |
| 2004 | 224.700 | 86.500 | 178.100 | 73.070 | 239.527.890 | 2.951.804 | 4.647.240 | 1.073.620 | 282.330 | 190.990 | 258.370 | 219.800 |
| 2005 | 231.330 | 108.310 | 226.100 | 89600 | 254.809.756 | 3.084.752 | 4.093.896 | 1.074.521 | 246.732 | 165.317 | 201.130 | 221.700 |
| 2006 | 144.370 | 55.400 | 205.050 | 78.060 | 266.071.407 | 3.284.681 | 4.378.380 | 1.049.400 | 296.270 | 191.670 | - | - |

Fonte: FIBGE: Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96 e Produção Agrícola Municipal 2001 -2006

Org. Joelma C. Santos, 2007.

Nas décadas de 1960 e 1970 segue-se um processo de centralização/concentração de capitais liderados pelos usineiros paulistas, sendo que na safra 1967/68, o estado de São Paulo possuía 97 usinas, tendo decaído para 92 na safra 1970/71, apresentando nova redução (1991).

Szmrecsányi (1979) destaca que, assim como no âmbito internacional, a distribuição espacial da cultura canavieira no Brasil, não necessariamente corresponde à produção açucareira, pois nem todos os maiores estados produtores de cana apresentavam a mesma participação no que se refere à produção de açúcar e álcool. O autor destaca também a produção de açúcar de São Paulo que entre 1970 e 1975 representava quase metade da produção brasileira, superando com evidência a produção das regiões Norte/Nordeste como um todo.

A ampliação das áreas canavieiras no estado de São Paulo deve ser analisada também sob a luz da criação do Programa Nacional do Álcool, implantado em 1975 pelo governo brasileiro, após várias crises internas e externas, que geraram quedas nas exportações brasileiras de açúcar. Outrossim, o PROÁLCOOL visava restabelecer o equilíbrio rompido pela crise do petróleo e o endividamento externo do país, sentido mais intensamente a partir do ano de 1974.

2.2 O Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL): primeiro capítulo das alternativas à crise energética

O modelo energético brasileiro e mundial deve ser entendido à luz do modelo de acumulação adotado. Dessa forma, conforme já destacado por Harvey (2008), o período que se estendeu de 1965 a 1973 revelou a incapacidade do fordismo e do keynesianismo em conter as contradições inerentes ao capitalismo. Assim, além do esgotamento do padrão de acumulação fordista e da crise do Estado do bem-estar social, a década de 1970 esteve associada a tendências decrescentes das taxas de lucros e à crise do petróleo, sendo que esta contribuiu sobremaneira para um redirecionamento do modo de regulação do regime de acumulação vigente até então.

A respeito da crise de 1973, Furtado (2003) tece a seguinte consideração:

A crise de 1973 [...] não foi causada porque a economia mundial havia esgotado sua base de recursos naturais. Essa crise foi provocada pelo novo quadro de oferta internacional de petróleo, no qual se alterou a relação de poder entre países exportadores de um lado, e grandes empresas do cartel internacional (as “sete irmãs”) e os países capitalistas desenvolvidos, por outro. (FURTADO, 1973, p. 6).

No Brasil, a saída encontrada foi a adoção de um novo modelo energético, baseado na produção de álcool combustível, subsidiado com recursos do PROÁLCOOL, como alternativa aos elevados preços do petróleo. No entanto, Szmrecsány; Moreira (1991) enfatizam que os incentivos à produção de álcool no Brasil, embora também estivessem relacionados a uma alternativa à crise energética, mais do que isso se constituíram uma resposta antecipada diante de uma previsível capacidade ociosa da agroindústria canavieira naquele momento.

Foi nesse contexto que o PROÁLCOOL foi gestado pelo Decreto n. 76.593, de 14/11/1975, motivado pelo primeiro choque do petróleo em 1973, com o objetivo de construir um modelo energético próprio que, na prática, fortaleceu a agroindústria canavieira, por meio de financiamento para a ampliação das usinas, implantação de novas destilarias, além de favorecimento dos fabricantes de equipamentos industriais do ramo e a entrada de novos grupos empresariais no setor. Havia grandes somas de dinheiro público para subsidiar esta empreitada, com prazos de pagamento bastante flexíveis. Tudo em nome da expansão rápida da produção do álcool que, a partir de então, deixaria de ser apenas um subproduto do açúcar, e seria usado como combustível, embora em sua primeira fase (1975/1979) estivesse voltado para a solução da crise da agroindústria açucareira.

Thomaz Jr (2002a) destaca que o conjunto de ações empreendidas pelo Estado, através do PROÁLCOOL consolidou o fortalecimento de uma relação histórica de manutenção de privilégios e protecionismo para o complexo canavieiro, que iam muito além dos objetivos oficiais do Programa.

Porém, não só de objetivos “oficiais” se estruturou o Programa, ou seja, não se limitou às questões ditas econômicas, como “livrar o país dos gastos crescentes com a importação de petróleo”. Pretextando apoio de outros setores da sociedade, “previa-se”, consoante à sua materialização, articulá-lo em torno de questões estruturais, tais como: diminuição das desigualdades regionais de renda, internalização do desenvolvimento com desconcentração da propriedade da terra, crescimento da renda interna, expansão da produção de bens de capital e geração de empregos. Previsões à parte, os baixos salários e o processo concentracionista de terra, renda e capital acabaram por ser os componentes estruturais de materialização do Programa Energético, como foi batizado pelo general Ernesto Geisel. (THOMAZ Jr, 2002a, p. 89).

Como se pode observar, estas questões estruturais não se materializaram ao longo dos anos e décadas seguintes desta forma, pois a concentração de renda e terras se intensificou e a geração de empregos se deu às custas de migrações internas, principalmente de nordestinos para o corte da cana no estado de São Paulo em condições degradantes o que, desde a década

de 1980, é motivo de embates entre os trabalhadores e suas entidades de representação, a exemplo da greve de Guariba em 1984, ocasião em que os trabalhadores reivindicavam a redução do corte de sete para cinco ruas.

Durante a primeira fase do PROÁLCOOL, que se estendeu de 1975 a 1979, haviam sido aprovados até março de 1979, 218 projetos de destilarias, correspondendo a um total de recursos de 23,7 bilhões de cruzeiros, destes 18,7 bilhões seriam financiados por agências financeiras governamentais, sendo que apenas 8 destas empresas não se interessaram em obter financiamentos.

Ainda nesta primeira fase do PROÁLCOOL, ao estado de São Paulo coube 40% dos financiamentos destinados às destilarias anexas e 23% destinado às destilarias autônomas¹⁷. Bray (1992) destaca que até o final do ano de 1979, dos 87 projetos aprovados para a implantação de destilarias autônomas e anexas no Estado de São Paulo, a maioria se concentrou em áreas canavieiras tradicionais, a saber: Piracicaba, Sertãozinho-Ribeirão Preto, Araraquara, Jaú e Vale do Paranapanema.

Cabe destacar que se situa em nossa área de estudo (atual Microrregião Geográfica de Presidente Prudente), a primeira destilaria aprovada pelo PROÁLCOOL, a Destilaria Alcídia, cuja configuração atual será abordada no Capítulo 4.

A segunda fase do PROÁLCOOL que se estende de 1980 a 1985 foi motivada pelo segundo choque do petróleo, ocorrido em 1979. Nesta segunda fase, as atenções se voltam para a produção de álcool hidratado como combustível para consumo direto, ocasionando um aumento do número de destilarias autônomas.

Neste período, foi criado o Programa denominado “Bases para um Plano de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, o PRO-OESTE” que, na prática, destinou os recursos do PROÁLCOOL ao Oeste Paulista, funcionando como braço direito do Programa de Expansão da Canavieira para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo (PROCANA), conforme destaca Thomaz Jr (2002a). Para o autor, o PRO-OESTE e o PROCANA tinham como objetivo conter a expansão desordenada da cana pelo estado, para evitar a ocupação de terras destinadas à produção de alimentos.

O PROCANA definiu algumas regiões do estado como prioritárias à implantação e expansão de novas destilarias autônomas e anexas, como Araçatuba, Bauru, oeste da região de São José do Rio Preto e Presidente Prudente (área de pesquisa). Assim, os projetos

¹⁷ Destilarias anexas: acopladas às fabricas de açúcar, assim produzem açúcar e álcool.
Destilarias autônomas: produzem exclusivamente álcool.

localizados nestas áreas prioritárias teriam maiores facilidades de aprovação. Porém, após 1985, ocorreu expansão da lavoura canavieira e instalação de novas destilarias em áreas não tradicionais do cultivo da cana.

Na safra 1980/81, havia no estado de São Paulo 87 unidades entre usinas e destilarias, esse número saltou para 147 na safra 1987/88, neste mesmo período o número de destilarias saltou de 14 para 73 e a cana moída para a produção de álcool saltou de 32,5% para 58,3%. Quanto ao rendimento agrícola, este passou de 72,45 t/ha para 75,52 t/ha. A produção total de álcool passou de 2.607.895 litros para 7.328.980 litros e, a de álcool hidratado aumentou de 1.062.795 litros para 5.816.424 litros¹⁸.

Outra característica que marcou este período foi a forte integração vertical, tendo se elevado a quantidade de cana própria moída pelas unidades do setor, acompanhando o movimento ocorrido em todo o país, conforme pode ser observado na tabela 2.

Tabela 2 – Brasil: cana moída própria, de fornecedores e total em toneladas - safra 1980/81-2005/2006

| Ano safra | Cana moída (t) | | | | | |
|-----------|----------------|-------|--------------|-------|-------------|--------|
| | Própria | % | Fornecedores | % | Total | % |
| 80/81 | 65.295.196 | 52,79 | 58.385.401 | 47,21 | 123.680.597 | 100,00 |
| 85/86 | 139.979.016 | 62,71 | 83.227.251 | 37,29 | 223.206.267 | 100,00 |
| 90/91 | 133.457.496 | 60,00 | 88.971.664 | 40,00 | 222.429.150 | 100,00 |
| 95/96 | 144.697.685 | 57,91 | 105.178.890 | 42,09 | 249.876.575 | 100,00 |
| 00/01 | 173.559.726 | 68,08 | 81.361.995 | 31,92 | 254.921.721 | 100,00 |
| 04/05 | 230.724.931 | 60,49 | 150.722.171 | 39,51 | 381.447.102 | 100,00 |
| 05/06 | 232.462.389 | 60,78 | 150.019.613 | 39,22 | 382.482.002 | 100,00 |

Fonte: Adaptado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): Balanço Nacional de Cana-De-Açúcar e Agroenergia - 2007
Org.: Joelma C. Santos, 2007.

Observamos que a quantidade de cana moída total desde a safra 1980/81 até a de 2005/06 foi crescente, assim como no que se refere à cana moída própria, porém no tocante à cana moída de fornecedores, houve aumento contínuo até a safra 95/96 e, a partir desse período até a safra 2000/01, ocorreu diminuição da quantidade da cana moída de fornecedores, tendo novamente aumentado em 2004/05.

A tabela 3 apresenta a relação de cana moída própria e de fornecedores no Estado de São Paulo, no período da safra que se estende de 1980/81 até a safra 2005/06.

¹⁸ De acordo com dados apresentados por Veiga Filho; Ramos (1996).

Tabela 3 - Estado de São Paulo: cana moída própria, de fornecedores e total em toneladas - safra 1980/81-2005/2006

| Ano safra | Cana moída | | | | | |
|-----------|-------------|-------|--------------|-------|-------------|--------|
| | Própria | % | Fornecedores | % | Total | % |
| 80/81 | 39.214.651 | 59,45 | 26.752.699 | 40,55 | 65.967.350 | 100,00 |
| 85/86 | 82.948.688 | 67,67 | 39.635.490 | 32,33 | 122.584.178 | 100,00 |
| 90/91 | 65.069.348 | 61,83 | 40.172.803 | 38,17 | 105.242.152 | 100,00 |
| 95/96 | 77.170.407 | 50,00 | 77.170.407 | 50,00 | 154.340.814 | 100,00 |
| 00/01 | 96.590.528 | 66,00 | 50.379.238 | 34,00 | 146.696.766 | 100,00 |
| 04/05 | 127.273.006 | 56,52 | 97.915.096 | 43,48 | 225.188.102 | 100,00 |
| 05/06 | 138.548.437 | 57,44 | 102.674.137 | 42,56 | 241.222.574 | 100,00 |

Fonte: Adaptado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): Balanço Nacional de Cana-De-Açúcar e Agroenergia - 2007.
Org.: Joelma C. Santos, 2007.

De acordo com Bray (1992, p. 24), “essa expansão das usinas e destilarias, foi acompanhada pelo monopólio das terras e da produção canavieira pelos grupos usineiros, seguido pela diminuição contínua dos fornecedores de cana”.

A expansão da cultura canavieira não foi contida e direcionada apenas para as áreas prioritárias, até porque o governo não objetivava contrariar os interesses dos empresários do setor e o avanço da cana, foi seguido por uma produção excedente de álcool, que levou o governo brasileiro a exportar, no período 1984/85, 1,2 bilhão de litros de álcool.

Em 1985 foi inaugurada a terceira etapa do PROÁLCOOL e, no ano seguinte, passaram a ocorrer cortes nos financiamentos e subsídios para este Programa em todo o país, justamente às vésperas do crescimento da demanda interna de álcool para o abastecimento do carro a álcool. Essa crise decorreu de três fatores: da crise fiscal do Estado Brasileiro, que acarretou na diminuição dos financiamentos subsidiados, do aumento dos preços internacionais do petróleo e, por fim, o final dos anos 1980 foi marcado pela crise de insuficiência de oferta do álcool e, conseqüentemente, do abastecimento do produto o que desestimulou o consumo e a produção dos carros movidos a álcool.

Thomaz Jr (2002a) destaca que os empresários do setor, movidos pela lucratividade esperada, dedicam-se ora a investimentos na produção de álcool e, em outros momentos, na produção de açúcar, tal como ocorreu na segunda metade dos anos 1980 com o

[...] aumento da cotação do açúcar no mercado internacional, o que direcionou os proprietários de destilarias anexas, fundamentalmente os paulistas, a desviarem o fluxo do caldo para a produção do açúcar, *invertendo a mão* do processo de produção inaugurado com o Proálcool. Ou seja, de acordo com a lucratividade esperada/almejada, os empresários dirigem o fluxo do processo ou para as dornas de destilação do álcool ou para o açúcar. (THOMAZ JR, 2002a, p. 99).

Dessa forma, o auge da produção de álcool no país estende-se de 1981 (3,7 bilhões de litros) a 1985, quando a produção saltou para 11,9 bilhões de litros (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2006), em decorrência do choque do petróleo, quando foram construídas muitas destilarias no país. Por sua vez, a crise do mercado do álcool hidratado reflete a própria crise do Estado brasileiro, que levou à redução dos financiamentos subsidiados aos empresários do setor e culminou na crise de abastecimento de 1989, quando faltou álcool hidratado nos postos de combustível, haja vista que a oferta não acompanhou a demanda e os usineiros optaram por aumentar as exportações de açúcar.

2.3 O setor sucroalcooleiro no período pós 1990 e início do século XXI

No setor sucroalcooleiro no Brasil, ocorreram algumas mudanças desde o início dos anos 1990 até este início de século. Para começar, a década de 1990 é marcada pela diminuição da intervenção estatal nas atividades produtivas e nas relações entre os agentes envolvidos no setor sucroalcooleiro no Brasil; o que fica mais evidente com a extinção do IAA em 1990.

A virada de século, por sua vez, é caracterizada pela valorização de um “novo” modelo energético, ou pela retomada de um modelo iniciado nos anos 1970, que se sustenta na produção de biocombustíveis. O etanol brasileiro passa a atrair as atenções em tempos de mundialização do capital, visto que se demonstra altamente competitivo internacionalmente. Isto tem implicações no tocante à soberania alimentar, pois se verificam aumentos nos preços dos produtos alimentícios e a produção do etanol segue sustentada pelo modelo do agronegócio e pela intensificação da precarização das relações de trabalho nas empresas do setor.

Dessa forma, torna-se importante, entender os cenários para a produção de açúcar nacional e sua relação com o mercado açucareiro internacional e, na sequência, trataremos o modelo energético sustentado na produção de biocombustíveis e, mais especificamente, a inserção do etanol brasileiro ao modelo energético que se propõe para os próximos anos.

2.3.1 A produção brasileira de açúcar e a relação com o mercado açucareiro mundial

Thomaz Jr (2002a) destaca que na década de 1990, intensificaram-se as disputas intercapitalistas entre os empresários do setor sucroalcooleiro do Norte-Nordeste e Centro-Sul, e só foram amenizadas pelos interesses de classe. As diferenças deixaram de ser

intrarregionais, passando a se dar mais no âmbito dos produtores mais tecnificados e com maior produtividade que aqueles com menor produtividade. Assim, as dívidas foram renegociadas em 100 meses em média, além de outros privilégios como

[...] no governo Itamar Franco, sob a direção do Ministro da Fazenda Eliseu Rezende, concretiza-se o esperado: a liberação de US\$ 1,17 bilhão para todo o país, a juros subsidiados, assim distribuídos: US\$ 500 milhões para custeio e renovação agrícola, US\$ 500 milhões para financiamento e estocagem e US\$ 170 milhões para a recomposição de estoques de segurança. (THOMAZ JR, 2002a, p. 104).

É neste contexto de reestruturação do setor sucroalcooleiro, territorializado diferencialmente, redefinido tecnologicamente e com o caráter protecionista que, na sequência, discutiremos os cenários dos anos 1990, para a produção de açúcar e, posteriormente, para a produção de álcool anidro e hidratado.

Neste período, foram encaminhadas propostas dos empresários ao governo, referentes a linhas de crédito para a produção de açúcar, devido ao mercado internacional favorável. Dessa forma, ocorreu um aumento expressivo das exportações brasileiras de açúcar, sendo que, no ano de 1990, foram exportadas 926 mil toneladas, equivalendo a mais de US\$ 325 milhões, a um preço médio de US\$ 267,84/tonelada. Em 1995, foram exportadas 4,8 milhões toneladas de açúcar, totalizando US\$ 1.450,65 milhões de dólares, tendo o preço médio por tonelada subido para US\$ 302,21. No ano 2000, foram exportados mais de 6 milhões de toneladas de açúcar, porém com um preço médio de US\$ 184,41/t, sendo o valor das exportações nesse ano de 1.199,11 milhão de dólares. Aumentos expressivos foram registrados nos anos de 2005 e 2006. Em 2005, o volume de exportações ultrapassou 18 milhões de toneladas de açúcar e, em 2006, chegou a 18.870.000 toneladas, o valor das exportações foi respectivamente 3.918.79 milhões de dólares e 6.166,00 milhões de dólares. Quanto ao preço médio da tonelada, em 2005 foi negociada a US\$ 215,95 e, em 2006 a US\$ 326,76 conforme pode ser observado no gráfico 2.

Durante os 1990, o Brasil expandiu as exportações de açúcar em função também da desarticulação da União Soviética e de seu mercado preferencial que era cubano até então, o que contribuiu para manter a instabilidade do preço do açúcar no mercado mundial, conforme destacam Veiga Filho e Ramos (2006).

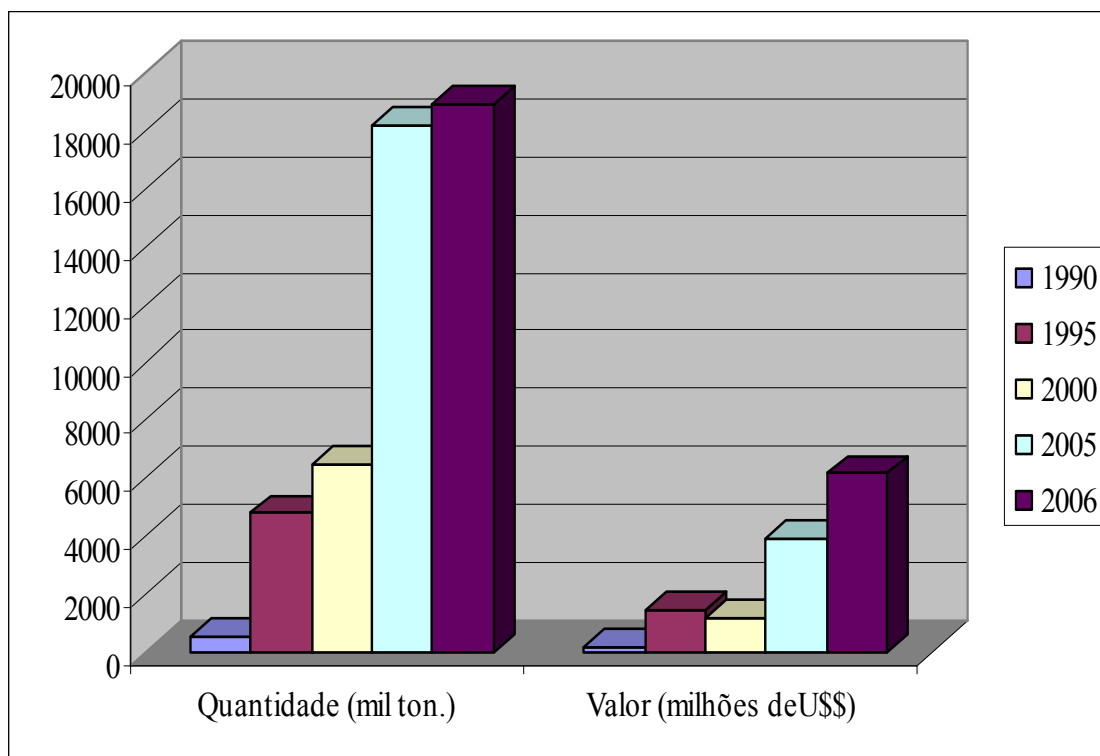


Gráfico 2 – Brasil: exportações de açúcar - 1990-2006

Fonte: Adaptado a partir de dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): Balanço Nacional de cana-de-açúcar e agroenergia (2007)

Org: Joelma C. Santos, 2007

A produção brasileira de açúcar passou de 7,3 milhões de toneladas na safra 90/91 para 12,6 milhões de toneladas na safra 95/96 e, dez anos depois, na safra 05/06, duplicou atingindo 25,8 milhões de toneladas, alcançando 29,6 milhões na safra 06/07. Internamente, o Norte-Nordeste foi responsável pela produção de 2,8 milhões de toneladas na safra 90/91, atingindo pouco mais de 4 milhões de toneladas na safra 06/07. O Centro-Sul duplicou sua produção de açúcar entre a safra 90/91 e 96/96, quando passou a produzir 9,3 milhões de toneladas. Dez anos depois atingiu mais de 22 milhões de toneladas, para na safra 06/07 a produção chegar a 25,5 milhões de toneladas, conforme demonstra o gráfico 3.

Cabe ressaltar que na safra 2007/08, a produção brasileira de açúcar subiu para 30.760.165 toneladas, sendo o Centro-Sul responsável pela produção de 26.171.148 toneladas e o Norte-Nordeste por 4.589.017 toneladas, conforme dados da UNICA.

Dessa forma, o Brasil é o maior produtor e exportador mundial de açúcar, sendo que as exportações de açúcar representaram cerca de 2,7% das exportações totais e cerca de 6,6% das exportações do agronegócio em 2004. Perez; Torquato (2006) destacam que entre 1996 e 2004, as exportações brasileiras de açúcar cresceram em média 10,8% ao ano e o volume das exportações apresentou, no mesmo período, crescimento de 194,1%, sendo que dos US\$ 3,2

bilhões das exportações da cadeia produtiva da cana-de-açúcar no ano de 2004, o álcool foi responsável por 1,5% do total do saldo da balança comercial de 9,8% alcançado pelo Brasil, com US\$ 465,3 milhões em 2004, ao passo que as exportações de açúcar atingiram US\$ 2,6 bilhão, contribuindo com 8,3% no total do saldo da balança comercial.

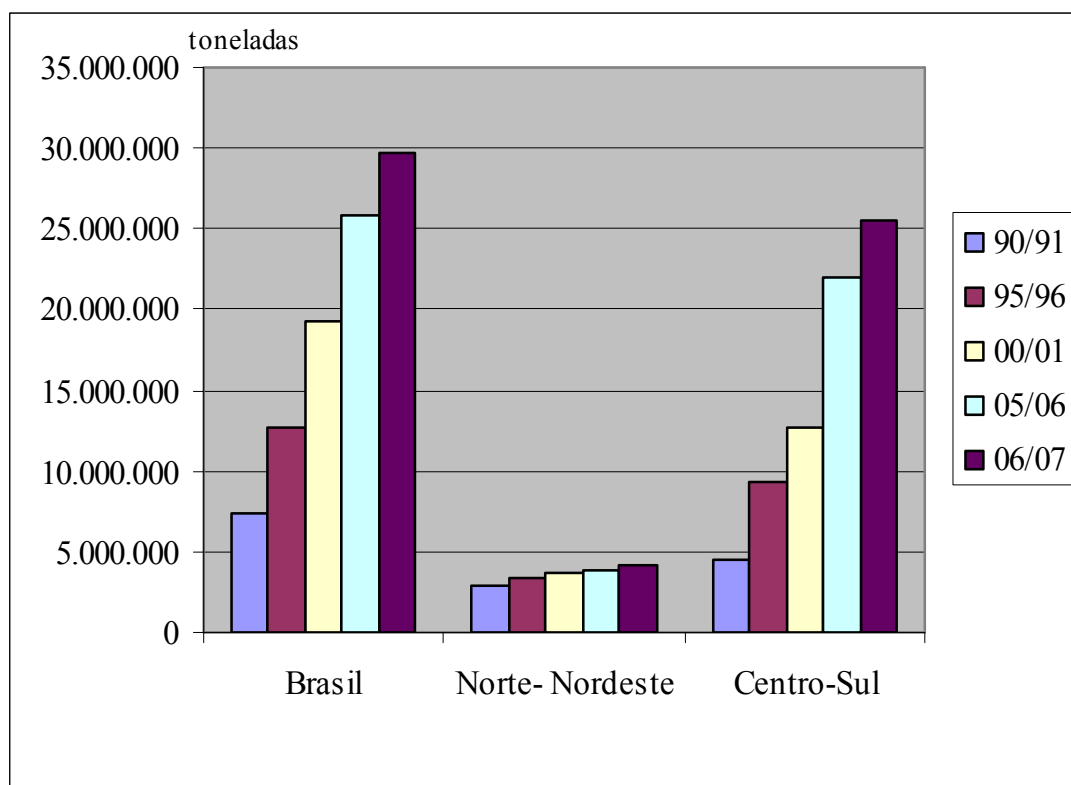


Gráfico 3 - Brasil, Norte-Nordeste e Centro-Sul¹⁹: evolução da produção de açúcar - Safra 90/91 - 06/07

Fonte: UNICA

Org.: Joelma C. Santos, 2007

Na tabela 4, apresentamos os principais países produtores, consumidores e exportadores de açúcar do mundo e podemos observar a posição ocupada pelo Brasil no cenário mundial da produção e comercialização do açúcar.

O principal destino do açúcar brasileiro de 1996 a julho de 2005 foi a África, exceto o Oriente Médio, com 31,9%, seguido pela Europa Oriental, com 28,8%, o Oriente Médio, com 17,6%, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), com 9,7% e a Ásia, com 9,5%, conforme destacam Torquato; Perez (2006).

¹⁹ De acordo com a UNICA, para os fins da pesquisa, a região Norte-Nordeste inclui os seguintes estados: Acre, Rondônia, Amazonas, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. O Centro-Sul, por sua vez, inclui os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Tabela 4 - Principais países produtores, consumidores e exportadores de açúcar* - 2005

| Principais países produtores* | | Principais países consumidores* | | Principais países exportadores* | |
|-------------------------------|----------------|---------------------------------|----------------|---------------------------------|---------------|
| Produção em 1.000 toneladas | | Consumo em 1.000 toneladas | | Exportação em 1.000 toneladas | |
| Brasil | 28.134 | Índia | 20.109 | Brasil | 18.399 |
| União Européia | 21.696 | União Européia | 16.764 | União Européia | 6.600 |
| Índia | 15.215 | Brasil | 10.949 | Austrália | 4.238 |
| China | 9.785 | Estados Unidos | 9.247 | Cuba | 769 |
| Estados Unidos | 6.783 | China | 11.785 | Tailândia | 3.305 |
| México | 5.619 | Federação Russa | 6.600 | Guatemala | 1.569 |
| Austrália | 5.393 | México | 4.876 | África do Sul | 1.136 |
| Tailândia | 4.588 | Paquistão | 4.075 | Colômbia | 1.179 |
| Paquistão | 2.838 | Indonésia | 4.052 | Turquia | 3 |
| Cuba | 1.300 | Japão | 2.397 | Índia | 39 |
| Outros Países | 39.962 | Outros Países | 26.551 | Outros Países | 10.592 |
| Total | 141.314 | Total | 147.405 | Total | 47.888 |

* Incluindo União Européia

Fonte: Adaptado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): Balanço Nacional de Cana-De-Açúcar e Agroenergia - 2007
Org. Joelma C. Santos, 2007

O maior importador mundial de açúcar, a Rússia foi também o maior comprador de açúcar do Brasil, seguida pela Nigéria, Emirados Árabes, Egito, Marrocos, Canadá e Irã. Dessa forma, estes são os 7 principais destinos do açúcar brasileiro, representando 63% do total das exportações do produto, conforme a Secretaria do Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDCI/SECEX). A Índia, embora seja o segundo maior produtor de açúcar de cana do mundo, utiliza-se das importações nos períodos de entressafra ou em casos de necessidade de reposição dos estoques. A participação do Brasil no total de açúcar exportado no mundo passou de 27,7% na safra 2001/02 para 38,9% na safra 2004/05, sendo que um dos principais concorrentes do produto brasileiro no mercado internacional é o açúcar extraído da beterraba, que tem na Europa a principal região produtora.

No Brasil, cinco estados concentram 90,45% de toda a produção nacional de açúcar, a saber: São Paulo, Alagoas, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco, que juntos são responsáveis pela produção de 23.711.301 toneladas de açúcar de um total de 26.214.391 toneladas produzidas no país na safra 2005/2006 (Tabela 5)²⁰.

²⁰ Os dados referentes à produção brasileira de açúcar diferem nas tabelas 4 e 5, devido às fontes diferenciadas. A tabela 4 foi adaptada de dados do MAPA, que utilizou dados da Organização Internacional do Açúcar (OIA) e Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). A tabela 5, por sua vez, tem como fonte dos dados o MAPA. Ao consultar a UNICA, constatamos que a produção brasileira de açúcar na safra 05/06 foi de 25.905.723 toneladas.

Tabela 5 - Brasil: Principais estados produtores de açúcar - Produção (t) - Safra 2005/06

| Estados | Açúcar (t) |
|---------------------|-------------------|
| São Paulo | 17.188.644 |
| Alagoas | 2.079.812 |
| Minas Gerais | 1.732.946 |
| Paraná | 1.483.136 |
| Pernambuco | 1.226.763 |
| Mato Grosso | 515.087 |
| Goiás | 749.839 |
| Mato Grosso do Sul | 400.857 |
| Rio de Janeiro | 287.733 |
| Rio Grande do Norte | 175.340 |
| Subtotal | 25.840.157 |
| Total Brasil | 26.214.391 |

Fonte: Fonte: Adaptado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): Balanço Nacional de Cana-De-Açúcar e Agroenergia - 2007
Org.: Joelma C. Santos, 2007

Além da produção de açúcar, o Brasil tem se destacado, nos últimos anos, principalmente, pela produção de álcool (ou etanol), em decorrência da demanda mundial por fontes de energia, que não sejam apenas aquelas originadas do petróleo, conforme veremos a seguir.

2.3.2 O novo modelo energético mundial e a demanda pelo etanol brasileiro

A discussão de um novo modelo energético está umbilicalmente relacionada à questão dos agrocombustíveis e implica (re)arranjos mundiais, pois a matriz energética que sustenta o atual modelo de sociedade, baseada nos combustíveis fósseis está em crise. Diante disso, a oferta de petróleo deve diminuir nos próximos anos e a demanda aumentar, acarretando consequentemente, preços altos.

Dessa forma, a tendência aponta para um novo eixo, o dos agrocombustíveis. Cabe ressaltar que a geopolítica do petróleo colocou o Oriente Médio em evidência, não só pela produção do combustível em si, mas o que ficou em evidência, nas últimas décadas do século XX, foram os conflitos relacionados ao controle da distribuição do produto, o que refletia as disputas pelo poder econômico, político e militar, principalmente com os Estados Unidos.

Há um (re)ordenamento territorial, quando se trata dos agrocombustíveis e, consequentemente, um (re)arranjo espacial, tanto do ponto de vista global, como

internamente. O Brasil é um país pioneiro na experiência de obter etanol da cana-de-açúcar, além de contar com outras fontes de resíduos vegetais, que constituem em matéria-prima para o etanol obtido com celulose.

Sachs (2005) afirma que estamos diante da “saída da civilização do petróleo” rumo a uma nova civilização da biomassa. Assim, o modelo sustentado pelo que o autor denomina de biocombustíveis (chamado mais apropriadamente pelos movimentos sociais de agrocombustíveis), deve-se basicamente a três fatores: 1) crise do petróleo, visto que o pico da produção mundial deve ocorrer nos próximos 10-20 anos, com os altos preços do barril²¹, 2) aos custos cada vez mais elevados dos EUA e aliados em manter as linhas de abastecimento a partir do Oriente Médio e, 3) à questão ambiental.

A respeito do problema geopolítico relacionado ao petróleo, Sachs (2005, p. 200) afirma: “[...] enquanto persistimos na geopolítica atual do petróleo, corremos o risco de ir de uma guerra a outra, com incertezas e custos enormes decorrentes da concorrência das grandes potências industriais pelo controle das fontes de petróleo”.

O autor destaca ainda que a forte alta do petróleo contribui para a competitividade dos biocombustíveis, sendo que a substituição dos derivados do petróleo por biocombustíveis é apenas parte de uma estratégia energética que poderia tornar o Brasil menos dependente em relação à geopolítica do petróleo.

O Brasil tem todas as condições para se impor como um grande produtor e, com tempo, exportador de biocombustíveis, reduzindo as emissões de gases de estufa, gerando oportunidades numerosas de trabalho decente para agricultores familiares e tornando-se menos dependente com relação à geopolítica do petróleo [...] a produção de biocombustíveis deve ser colocada no âmbito mais amplo da construção de uma civilização moderna de biomassa para a qual os países tropicais têm condições privilegiadas e que constituiria uma contribuição ao desenvolvimento incluyente e sustentável. (SACHS, 2005, p. 214).

Diante desse contexto, os agrocombustíveis surgem como importante alternativa para substituição ao petróleo, não apenas com o etanol obtido da cana-de-açúcar, pois o bagaço da cana também permite geração de energia térmica, mecânica e elétrica, capaz de suprir demanda das unidades produtoras e gerar excedentes para a rede elétrica. Além desse fato, a geração de energia também pode e vem sendo obtida com resíduos da agropecuária e

²¹ O barril do petróleo foi cotado a US\$ 52,17 em 9/4/2009 na Bolsa de Mercadorias de Nova York, conforme Jornal Gazeta Mercantil, de 10/4/2009.

biomassa florestal, pode-se considerar a lenha e o carvão vegetal e o biogás provenientes da produção de suínos e aves.

Nesse contexto, Dias (2007) coloca em pauta uma importante discussão: o biodiesel, como alternativa aos combustíveis fósseis deve ser introduzido por dentro do monopólio ou por fora? É um produto realmente competitivo? O autor enfatiza que os leilões de biodiesel são uma forma de limitar a entrada em um mercado monopolizado. Sobre os custos, ressalta que são muito elevados do ponto de vista da logística, quando a produção é distante das refinarias e, ainda, a respeito da matéria-prima utilizada na produção do biodiesel, afirma:

[...] mamona apresenta os custos mais elevados e o dendê, os mais baixos. Macaúba e pinho manso, entre os de maior rendimento, canola e girassol, numa faixa intermediária. A soja, sempre lembrada entre as opções viáveis produz quatro vezes mais farelo que o óleo; portanto, qualquer programa maior precisa levar em consideração que o preço de mercado do farelo pode cair e a remuneração do grão também [...] Muitas dessas plantas alternativas, em especial aquelas que não são usadas como alimento humano, ainda dependem de pesquisa e melhoramento para se encontrar a forma ideal de cultivo em grande escala. Matéria-prima para biodiesel competitivo com petróleo entre US\$ 60 e US\$ 70 o barril nem a palma de dendê o é, mesmo assim estaríamos desviando do consumo humano o óleo vegetal reconhecido como de menor custo. (DIAS, 2007, p. 181-182).

Em meio a essa discussão, cabe ressaltar que a prioridade brasileira na geração de energia ainda é a produção do etanol obtido da cana-de-açúcar, reforçando o modelo do agronegócio no país e não um modelo social e ambientalmente sustentável que possa incluir os camponeses na geração de energia, com o cultivo das matérias-primas mencionadas.

Paulino (2007) discute uma relevante premissa que evidencia a opção política brasileira na produção de energia.

Ora, a premissa de que os camponeses não existem, ou de que não possuem as condições materiais, técnicas ou culturais para recriarem-se como classe no contexto da economia mercantil, contém uma sentença tácita: a de que não podem ser protagonistas de um modelo alternativo de produção de energia vinculado à atividade agrícola. Esse é um convite à não política, porque o confronto entre alternativas produtivas sequer se anuncia, pavimentando o terreno para a expansão do agronegócio energético fundado na expropriação, na exploração extrema da força de trabalho e na depredação ambiental. (PAULINO, 2007, p. 102).

Assim, a autora reforça o que temos evidenciado ao longo da pesquisa, ou seja, é mesmo a cana-de-açúcar, o carro chefe do agronegócio energético no país, não obstante o

descumprimento da legislação ambiental e trabalhista, além da real ameaça à soberania alimentar decorrente do modelo de geração de energia sustentado no agronegócio.

Dessa forma, daremos continuidade à discussão da prioridade brasileira na geração de energia a partir do etanol, enfatizando o período pós-1990, que nos permitirá compreender o cenário atual.

2.3.3 O cenário da produção de etanol no Brasil no período pós-1990

Nos anos 1990, iniciou-se a quarta fase do PROÁLCOOL e o período que seguiu até 1999 foi marcado pela concentração industrial e retração da produção de álcool hidratado sob a desregulamentação parcial, haja vista que o Governo Collor inaugurou a diminuição da intervenção estatal nas atividades produtivas. Foi nesse contexto que os empresários do setor sucroalcooleiro reivindicaram a manutenção do PROÁLCOOL, mediante solicitação de novos recursos públicos, redução de impostos e renegociação das dívidas junto ao Estado, em um cenário marcado pelo neoliberalismo, competitividade e uma onda de privatizações em vários setores da economia.

Ainda, na década de 1990, teve início um discurso que ganhou força no século XXI - a produção do etanol sustentada pelo argumento da defesa do meio ambiente – o que obviamente não podemos concordar, pois a regulação da produção de etanol vai muito além da preservação do meio ambiente, representando a investida de um novo modelo energético, em decorrência da possibilidade de escassez de petróleo nos próximos 30 anos. O Brasil oferecerá energia barata e os canaviais crescerão em áreas que poderiam ser destinadas à produção de gêneros alimentícios, podendo comprometer futuramente as condições de ofertas destes alimentos à população.

Em meio ao prelúdio de um novo modelo energético, o setor sucroalcooleiro deixa de ser apenas produtor de açúcar ou álcool, e passa também a ser um produtor de energia, pois a queima do bagaço da cana pode abastecer as próprias unidades, ou ser comercializada, além da produção de ração animal, adubo orgânico, papel e celulose. Thomaz Jr (2002, p. 168) destaca que: “[...] materializa-se em um novo quadro diferencial capital-capital, que ultrapassa os limites dos produtos principais (açúcar e álcool). Assim, merece destaque a produção de plástico biodegradável, ácido axálico para indústria de cosméticos. Portanto, surge uma nova segmentação do mercado, com produção de alcoóis especiais (finos), farmacêuticos ou açúcar líquido de cana.

A expansão da produção de álcool no Brasil está ligada a uma conjuntura mundial voltada ao desenvolvimento de fontes renováveis de energia, devido à escassez das reservas de petróleo, além do argumento da preocupação com o efeito estufa e com o aquecimento global. Sobre o petróleo, é importante destacar que não estamos na iminência do seu desaparecimento imediato, “[...] mas que hoje, aparentemente, as novas reservas não compensam a extração, de modo que estamos instalados num período de esgotamento das reservas de petróleo que pode durar um século” (SACHS, 2005, p. 197).

Os combustíveis “limpos” estão entre as apostas para a diminuição da dependência do petróleo, uma vez que a queima dos combustíveis fósseis lançam dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera, aumentando a poluição e o efeito estufa.

O Protocolo de Kyoto, assinado no Japão em 1997, estabelece redução das emissões de dióxido de carbono (CO₂) pelos países industrializados. Pelo Tratado, firmou-se que os países que ratificaram o acordo devem diminuir a emissão de (CO₂) em 5,2% entre 2008 e 2012. Dessa forma, os países em desenvolvimento que emitirem pouco CO₂ e tiverem créditos de carbono não usados, podem vendê-los a países ricos que não reduzirem suas emissões. Esse mercado arrecada cerca de US\$ 25 bilhões por ano.

Para o cumprimento dessas metas, foram criados os “mecanismos de flexibilização”, a exemplo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), por meio do qual os países desenvolvidos compram créditos de carbono, em toneladas equivalentes de CO₂ de países em desenvolvimento, responsáveis por tais projetos. A tonelada de carbono dos projetos de MDL é vendida entre US\$ 5,00 e US\$ 6,00 para os países que obedeçam às normas do Protocolo de Kyoto.

Foi realizado no Brasil o primeiro leilão mundial de créditos de carbono no dia 26 de setembro de 2007, quando a Prefeitura de São Paulo ofertou os títulos que renderam R\$ 34 milhões à Prefeitura, com a venda dos certificados. Através da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) foram colocados à venda 800 mil certificados de emissão reduzida, provenientes da captura e queima de 808.450 toneladas de gás metano no Aterro Bandeirantes, em São Paulo, conforme aponta Vialli (2007). A Prefeitura de São Paulo pretende investir em melhorias ambientais nos bairros vizinhos ao aterro, a partir da arrecadação com o leilão de créditos de carbono.

Os títulos foram comprados pelo banco holandês Fortis Bank NV/AS, que foi responsável pelo lance mais alto: US\$ 16,20 por certificado, sendo que no mercado europeu, os títulos são comercializados em média a US\$ 10,00. Outros grupos financeiros fizeram ofertas, como os bancos ABN AMRO, Merrill Lynch e Goldman Sachs. A venda de créditos

na BM & F demonstra viabilidade financeira desse mercado que tem potencial para movimentar no Brasil US\$ 1,2 bilhão até 2012.

Os principais compradores de crédito de carbono entre janeiro de 2004 e abril de 2005 foram Japão (21%), Holanda (16%), Reino Unido (12%) e União Européia (32%). Quanto à oferta de créditos, a Índia lidera com 31%, Brasil (13%), Ásia, inclusive a China (14%) e o restante da América Latina (22%). Dos 23 projetos de MDL em todo o mundo, apenas 2 são brasileiros, ambos da queima de gases em aterros sanitários, portanto não vinculados ao agronegócio (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2006).

Carvalho (2007) faz importante ressalva, ao afirmar que é perigoso considerar como certo que os agrocombustíveis cumprirão relevante papel na luta contra o aquecimento global.

A política global de créditos de carbono evidencia que a intenção dos países mais industrializados é a de manter o padrão econômico historicamente estabelecido na sua industrialização, mesmo com esforços de melhoria do seu rendimento energético. Isso quer dizer que a pretensão dos governos desses países é a redução mínima da emissão de gases de efeito estufa (GEE) num nível apenas necessário para servir de base para a sua ideologia de pseudoparticipação no controle e redução do aquecimento global. Ao mesmo tempo, esses países ampliam os processos de transferência das suas indústrias eletrointensivas e aquelas ambientalmente poluidoras do meio ambiente para os países ditos em desenvolvimento. (CARVALHO, 2007, p.01-02).

É neste contexto que os investimentos para o aumento da produção do etanol brasileiro a partir da cana-de-açúcar ganham destaque, sustentados pelo discurso de que a vantagem do etanol em relação à gasolina e ao diesel ocorre devido ao fato de que o CO₂ liberado pela queima do álcool é reabsorvido pelo canavial e de que cerca de 2,3 t de CO₂ deixam de ser emitidos por tonelada de álcool combustível, utilizado em lugar dos combustíveis fósseis.

Em meio a este cenário, a questão energética toma novos rumos e o Brasil passa a ser o alvo preferido para a sustentação deste novo modelo. Desta forma, cabe-nos entender este processo desde o final dos anos 1980 até o início do século XXI.

2.3.4 A “etanolatria” propriamente dita

Diante do novo modelo energético que se configura hoje, podemos observar que Thomaz Jr (2002a) foi certeiro em suas “previsões” para o setor sucroalcooleiro no início do século XXI, ao fazer a seguinte afirmação:

[...] essa postura enraizada na formulação do desenvolvimento sustentado - girando em torno do referencial biotecnológico de desenvolvimento do capital - que lastrearia dinheiro novo pode roubar a cena nesta viragem para o século XXI. [...] Associada à noção de produtora de energia e não só de açúcar e álcool, às empresas sucro-alcooleiras é legado o papel de centrais energéticas [...]. (THOMAZ JR, 2002a, p. 110).

Estas transformações materializaram-se com a passagem das destilarias autônomas, que produziam apenas álcool, para as usinas anexas, que além do açúcar, passaram a produzir álcool também. No estado de São Paulo, na safra 87/88 havia 73 usinas, tendo este número saltado para 92 na safra 97/98, no mesmo período o número de usinas no Brasil salta de 196 para 200. Ocorreu, nessa época, a redução das destilarias autônomas em São Paulo de 77 para 42 e, no Brasil, de 216 para 136 e as usinas anexas passam de 67 para 87, em São Paulo, e de 158 para 183, conforme Veiga Filho e Ramos (2006). Para os autores, o aumento do número de usinas na década de 1990 representou a diminuição da concentração e, no caso das destilarias, a concentração e a heterogeneidade aumentaram.

Quanto à produção nacional de álcool, esta foi insuficiente para atender às demandas de consumo interno de 1990 a 1997, o que tornou obrigatória as importações do produto neste período. A partir de 1999, as exportações começaram a superar as importações, o que para Baccarin (2005) se explica pela diminuição da frota de carros a álcool e, conseqüentemente de seu consumo interno. No gráfico 4, temos a evolução das exportações brasileiras de álcool.

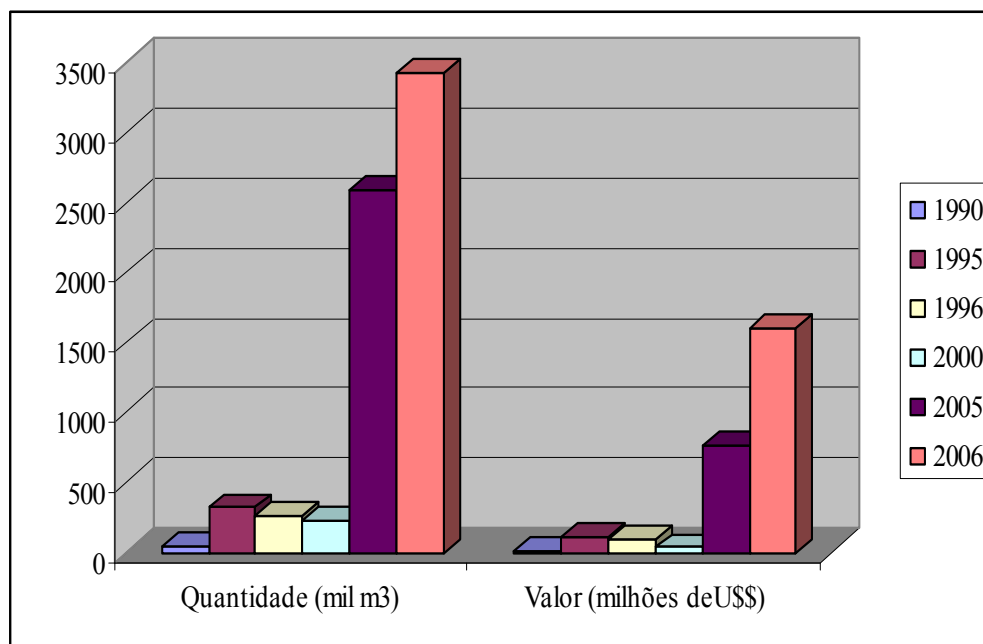


Gráfico 4 - Brasil: exportações de álcool - 1990-2006

Fonte: Adaptado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): Balanço Nacional de Cana-De-Açúcar e Agroenergia - 2007

Org: Joelma C. Santos, 2007

No ano de 1990, foram exportados 37 milhões de litros de álcool, ao passo que as importações totalizaram 847 milhões de litros; em 1996, o país exportou 261 milhões de litros e importou 926 milhões. Em 1998, iniciou-se a reviravolta que se estenderia pelo início do século XXI, quando foram exportados 118 milhões de litros e importados apenas 12 milhões. No ano 2000, as exportações totalizaram 407 milhões de litros e as importações, 64 milhões, por sua vez, em 2006, foram exportados 3,4 bilhões de litros de álcool e as importações não atingiram 1 milhão de litros. O preço médio mais baixo foi registrado no ano 2000, US\$ 153,07/m³ de álcool, e os mais elevados em 1996 - US\$ 456,46/m³ - e 2006, ano em que o m³ de álcool equivalia a US\$ 468,11.

A produção brasileira de álcool na safra 90/91 foi de 11,5 bilhões de litros, atingindo 12,5 bilhões na safra 95/96, apresentando queda na safra 00/01 quando a produção atingiu 10,6 bilhões. Os anos seguintes apresentam crescimento da produção de álcool, sendo que na safra 05/06 a produção atingiu 15,9 bilhões de litros, ficando o Centro-Sul responsável pela produção de 14,3 bilhões, e na safra 06/07, o país produziu 17,7 bilhões de litros, sendo o Centro-Sul responsável pela produção de mais de 16 bilhões, conforme pode ser observado no gráfico 5.

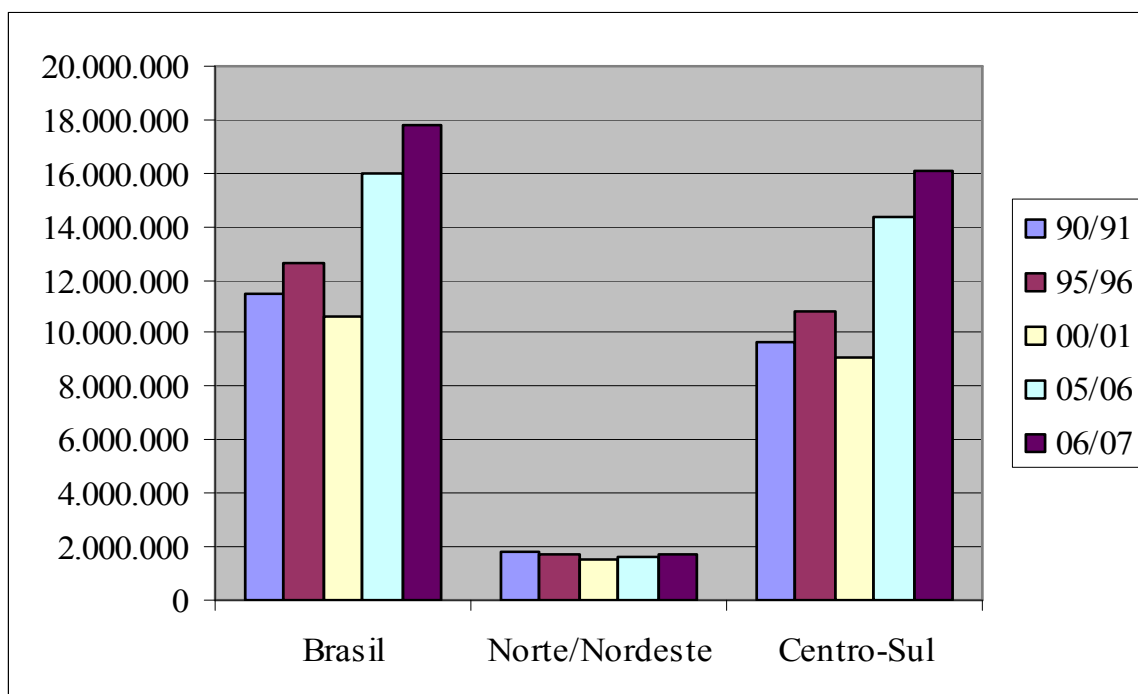


Gráfico 5 - Brasil, Norte-Nordeste e Centro-Sul: evolução da produção total de álcool (m³) - safra 90/91 - 06/07

Fonte: IBGE: UNICA

Org.: Joelma C. Santos, 2007

No tocante especificamente à produção de álcool anidro e hidratado²², cabe destacar que este último já vinha apresentando queda em seus preços desde 1985, o que se estendeu ao longo da década seguinte. Dessa forma, a sua produção foi afetada por preços desestimulantes e, ainda diante da redução de custos, não se tornou competitivo à gasolina, pois os preços ao consumidor foram mantidos em valores relativamente elevados se comparados ao preço da gasolina.

A esse respeito, Baccarin (2005) enfatiza que

[...] em 1999, quando o mercado do álcool carburante ficou totalmente liberado, ocorreu uma forte queda em seu preço. A partir de 2000, em decorrência do Governo Federal passar a adquirir álcool para formação de estoque no segundo semestre de 1999, e das ações da iniciativa privada através da Brasil Álcool S.A. e da Bolsa Brasileira de Álcool, o preço do álcool hidratado recuperou-se. É importante afirmar que o preço do álcool anidro teve evolução semelhante a do álcool hidratado e os preços de ambos evoluíram de forma muito parecida com os preços do açúcar e da cana-de-açúcar no mercado interno. (BACCARIN, 2005, p. 185).

É importante destacar que o álcool hidratado apresentou queda na produção desde a safra 90/91, período em que foram produzidos 10,2 bilhões de litros até a safra 00/01, cuja produção foi de 4,9 bilhões de litros. No ano de 1999, ocorreu a liberação do preço do álcool hidratado e houve uma pequena recuperação na venda de automóveis novos vendidos a álcool, assim, a partir da safra 01/02 passou a ocorrer um tímido aumento da produção, o que pode ser observado no gráfico 6.

Assim, podemos observar que o álcool anidro, apresentou crescimento da produção em todo o período, o que se justifica pela expansão da venda dos carros a gasolina, em substituição aos carros a álcool e também pela elevação da mistura de álcool anidro à gasolina, conforme aponta Baccarin (2005).

Na safra 90/91 foram produzidos 1,2 bilhão de litros de álcool anidro, saltando para 5,6 na safra 05/06 e atingindo 8,3 bilhões de litros na safra 06/07. O Centro-Sul manteve destaque tanto na produção de álcool anidro, quanto hidratado, pois na safra 90/91 a produção de 1,08 bilhões de litros de álcool anidro, representava 84,5% da produção total do país, além de 84,3% da produção de álcool hidratado, com 8,6 bilhões de litros. Na safra 06/07, a produção do Centro-Sul de 7,3 bilhões de litros de álcool anidro representou 88,5 % do total

²² A diferença entre álcool anidro e hidratado é que o anidro é praticamente isento de água, é o álcool misturado à gasolina, contém cerca de 99,3% de álcool, enquanto o hidratado contém aproximadamente 96% de álcool e o restante de água, é utilizado no abastecimento dos carros a álcool, uso doméstico, farmacêutico, dentre outros. O álcool anidro é derivado do hidratado e seu processo é mais complexo, pois utiliza produtos que aumentam os custos de produção.

de 8,3 bilhões produzidos no país. Quanto ao hidratado, o Centro-Sul foi responsável pela produção de 92 % de toda a produção nacional, que foi de 9,4 bilhões de litros.

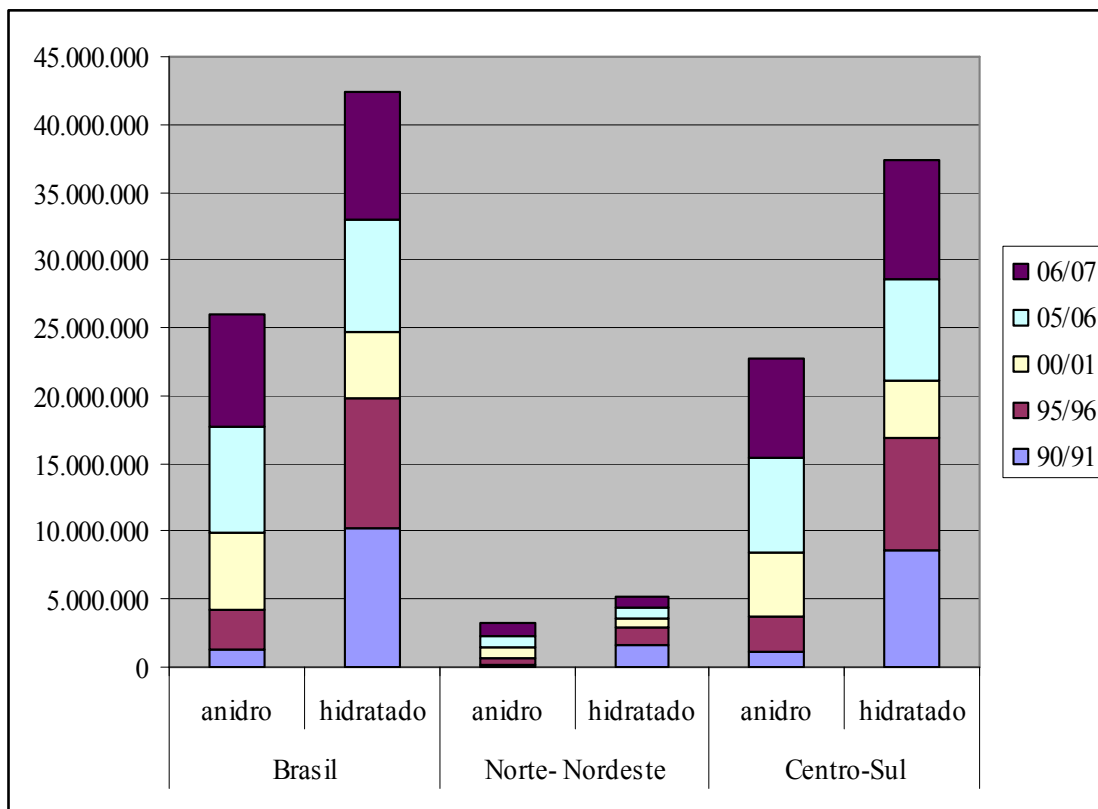


Gráfico 6 - Brasil, Norte-Nordeste e Centro-Sul: evolução da produção de álcool anidro e hidratado (m³) - Safra 90/91 - 06/07

Fonte: IBGE: UNICA

Org.: Joelma C. Santos, 2007

Passada a crise do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, período que as vendas dos carros a álcool despencaram 11,55% contra 52,5 % no ano de 1989, sinais de recuperação foram apresentados entre 1992 e 1993, porém novos padrões tecnológicos abalaram os projetos de carros a álcool e as pesquisas foram direcionadas para os carros movidos à gasolina.

Para evitar o colapso de toda a estrutura da produção de álcool montada no país, em 1993, o governo promulgou lei elevando para 22% o teor de álcool anidro na gasolina. As vendas de álcool ainda continuaram subindo até 1997. Daí até 2000, a redução do consumo de álcool hidratado superou o consumo de álcool anidro. A utilização total de álcool voltou a crescer a partir de meados de 2001, quando o uso do álcool anidro foi maior que a queda absoluta do consumo de álcool hidratado. (MINISTÉRIO DA

AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO: Plano Nacional de Agroenergia²³, 2006, p. 66).

Após o ano 2000, o consumo do álcool anidro esteve sempre acima do álcool hidratado, conforme pode ser observado na tabela 6. Nesse período, como as cotações do petróleo voltaram a subir, o álcool novamente passou a ser atrativo e, a indústria automobilística passou a investir em um novo padrão tecnológico, os carros bi-combustíveis, ou seja, movidos a álcool e à gasolina, também denominados *flex-fuel*.

Tabela 6 – Brasil: consumo de álcool combustível - 1990 - 2005

| Consumo de álcool | | | |
|-------------------|-------------------------------------|--|------------------------------------|
| Ano | Anidro (milhões de m ³) | Hidratado (milhões de m ³) | Total (milhões de m ³) |
| 1990 | 1.278 | 11.112 | 12.390 |
| 1995 | 3.491 | 11.021 | 14.512 |
| 2000 | 5.933 | 6.453 | 12.386 |
| 2001 | 6.139 | 5.444 | 11.583 |
| 2004 | 7.591 | 5.700 | 13.291 |
| 2005 | 7.775 | 6.214 | 13.989 |

Fonte: Adaptado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): Balanço Nacional de Cana-De-Açúcar e Agroenergia - 2007
Org.: Joelma C. Santos, 2007

A flexibilização do abastecimento destes veículos praticamente elimina riscos de desabastecimento e, combinados aos preços atrativos do álcool, em fins de 2005 circulavam, no país, 850 mil destes veículos, em 52 modelos, fabricados por 6 indústrias automobilísticas.

A frota de veículos flexíveis aumenta ano a ano no Brasil, sendo considerado um fato novo na economia sucroalcooleira no país:

[...] este fato novo é a frota de veículos flexíveis, que atingiu 2,63 milhão de veículos em dezembro de 2006, e que cresce no ritmo de 1,6 milhão de veículos por ano. A frota de veículos flexíveis se soma à frota de carros movidos exclusivamente a álcool, que está sendo sucateada ao ritmo de 26 mil carros por mês, mas ainda representa cerca de 900 mil veículos. É a capacidade de absorção de excedentes de álcool, e em última instância de cana, que faz da frota flex o grande fato novo, e “pulmão” do sistema de abastecimento. (PROCANA, 2007, p. 19-20).

O estado de São Paulo é o maior produtor de álcool do Brasil (Tabela 7) e também o maior exportador brasileiro, o preço médio obtido por São Paulo foi de US\$ 289/t, menor que a média brasileira de 309/t, fato explicado pelos custos médios de frete em relação aos portos

²³ O Plano Nacional de Agroenergia é de autoria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e reúne estratégias apontadas por este Ministério, a partir das diretrizes gerais de governo, particularmente no que se refere às Diretrizes de Políticas de Agroenergia.

exportadores, pois conta com o Porto de Santos, maior porto exportador do país. Os principais países importadores do álcool paulista de 1996 a 2005 foram, em primeiro lugar Japão, seguido por Índia, Estados Unidos, Coréia do Sul, Jamaica, Suécia, Holanda, Cosa Rica, Nigéria e México.

Tabela 7 - Brasil: principais estados produtores de álcool anidro, hidratado e total - m³ - Safra 2005/06

| Estados | Álcool (m³) | | Total |
|--------------------|-------------------------------|------------------|--------------|
| | Anidro | Hidratado | |
| São Paulo | 5.073.929 | 4.926.012 | 10.001.941 |
| Paraná | 346.610 | 674.169 | 1.020.779 |
| Minas Gerais | 397.135 | 549.707 | 946.842 |
| Mato Grosso | 295.718 | 475.321 | 771.039 |
| Goiás | 369.279 | 360.779 | 730.058 |
| Alagoas | 212.334 | 334.112 | 546.446 |
| Mato Grosso do Sul | 184.340 | 311.251 | 495.591 |
| Pernambuco | 206.110 | 119.469 | 325.579 |
| Paraíba | 111.571 | 156.077 | 267.648 |
| Espírito Santo | 159.962 | 41.071 | 201.033 |
| Subtotal | 7.356.988 | 7.947.968 | 15.306.956 |
| Total Brasil | 7.663.245 | 8.144.939 | 15.808.184 |

Fonte: Adaptado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): Balanço Nacional de Cana-De-Açúcar e Agroenergia - 2007
Org.: Joelma C. Santos, 2007

O Paraná, embora ocupe a segunda posição na produção de álcool no país, foi o quinto maior estado em volume de exportações na safra 2004/2005. É no estado da Paraíba, que ocupa a nona posição do *ranking* brasileiro referente à produção, que se situavam as principais empresas exportadoras de álcool do Brasil em 1996, sendo que de 1997 a 2001, as empresas deste estado ocuparam a segunda posição. Torquato e Perez (2006) apontam que as empresas paraibanas teriam conseguido cotações superiores à média nacional, pois a menor distância entre os portos nordestinos e os países de destino pode explicar, os melhores preços conseguidos pelas empresas dessa região, tanto no açúcar, quanto no álcool.

A respeito do consumo interno e das exportações brasileiras de álcool, Torquato e Perez (2006) enfatizam que no ano de 2004, a produção de álcool no Brasil foi de 15,2 bilhões de litros, dos quais grande parte dessa produção foi para o mercado interno, ou seja, 12,8 bilhões de litros. Sobre as exportações de álcool, os autores ressaltam:

[...] as exportações da cadeia produtiva da cana-de-açúcar ultrapassaram os US\$ 3,2 bilhões, proporcionando um saldo de US\$ 3,1 bilhões, ou seja, 9,8% do saldo comercial total alcançado pelo Brasil em 2004. As exportações brasileiras de álcool atingiram 2,4 bilhões de litros e US\$ 465,3 milhões, em 2004. (TORQUATO; PEREZ, 2006, p. 18).

O volume da produção e o valor das exportações confirmam a demanda mundial pelo etanol brasileiro, que pode ser obtido de outras fontes, mas apresenta competitividade quase imbatível, quando obtido da cana-de-açúcar, conforme o Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2006).

Cabe destacar que o etanol é misturado à gasolina no Brasil, Estados Unidos, União Européia, México, Índia, Argentina, Colômbia e, mais recentemente no Japão, porém seu uso exclusivo como combustível ocorre apenas no Brasil, conforme é destacado no Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011. Ainda de acordo com este Plano, nas décadas de 80 e 90 do século passado, ocorreu uma significativa redução dos custos de produção de álcool a preços compatíveis aos da gasolina, devido a inovações tecnológicas, modernas estratégias empresariais e ganhos de escala propiciados pelo PROÁLCOOL.

A produção mundial do etanol ultrapassa os 40 bilhões de litros, sendo cerca de 25 bilhões destinados a fins energéticos. A produção brasileira ultrapassa os 15 bilhões de litros, representando quase 40% da produção mundial, seguida pelos Estados Unidos, conforme pode ser verificado na tabela 8.

O aumento da demanda pelo etanol brasileiro é um fato, cabendo acrescentar que o governo brasileiro tem como meta, para os próximos 6-8 anos, a incorporação de aproximadamente 3 milhões de hectares de área de cana plantada, incorporando inclusive áreas do Cerrado, onde, de acordo com Mendonça (2004), a territorialização do capital ocorreu e está ocorrendo de forma diversa e altamente seletiva, configurando-se “ilhas de modernidade”, com as inovações técnicas e tecnológicas, introduzidas inicialmente pelos sulistas, portadores das “novas técnicas” e que, com o acesso ao capital industrial e financeiro, promoveram desajustes nas sociedades locais e regionais.

Tabela 8 - Principais países produtores de etanol - 1997-2005

| País | Produção mundial de etanol (em bilhões de litros) | | | | |
|----------------|---|-------|-------|-------|-------|
| | 1997 | 2000 | 2002 | 2004 | 2005 |
| Brasil | 15,49 | 10,61 | 12,62 | 15,10 | 16,00 |
| EUA | 5,89 | 6,47 | 8,43 | 13,38 | 16,14 |
| China | 2,69 | 2,97 | 3,15 | 3,65 | 3,80 |
| Índia | 1,65 | 1,72 | 1,80 | 1,75 | 1,70 |
| França | 0,77 | 0,81 | 0,84 | 0,83 | 0,91 |
| Rússia | 1,18 | 0,62 | 0,73 | 0,75 | 0,75 |
| África do Sul | 0,43 | 0,34 | 0,35 | 0,42 | 0,39 |
| Reino Unido | 0,41 | 0,44 | 0,40 | 0,40 | 0,35 |
| Arábia Saudita | 0,39 | 0,36 | 0,30 | 0,30 | 0,12 |
| Espanha | 0,14 | 0,15 | 0,26 | 0,30 | 0,35 |
| Total | 29,04 | 24,49 | 28,88 | 36,88 | 40,51 |
| Total Mundial | 32,96 | 29,79 | 35,61 | 40,76 | 45,89 |

Fonte: Adaptado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): Balanço Nacional de Cana-De-Açúcar e Agroenergia - 2007
Org.: Joelma C. Santos, 2007

Na virada do século XXI, o Cerrado é alvo não apenas da ocupação dos sulistas, mas também de grupos multinacionais, que investem na aquisição de usinas e terras para o plantio de cana voltado à produção do etanol, provocando alterações nas relações sociais. A este respeito, Mendonça (2004) destaca o papel que os geógrafos têm neste momento de (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho.

[...] Por isto, cabe aos geógrafos compreender a efetiva materialidade e subjetividade do capital e do trabalho, apontando por meio das leituras geográficas as possibilidades emancipatórias construídas no processo cada vez mais forte de controle do capital nas áreas de Cerrado. É necessário (des) construir os mitos acerca do progresso e dos estereótipos, ainda presentes no imaginário social e cultural dos *povos cerradeiros*. Ao se ideologizar a *improdutividade da terra* transfere-se diretamente para os trabalhadores/produtores a responsabilidade pela parca produção capitalista nessas áreas, fundamentando as teses do atraso, da preguiça e da brejeirice em que se encontravam os camponeses e os *trabalhadores da terra*, reforçando as teses para “modernizar” essas áreas. (MENDONÇA, 2004, p. 174, grifos do autor).

A incorporação de terras pelo capital nacional e transnacional para o plantio da cana é uma realidade não apenas no Cerrado, mas em todas as regiões brasileiras, inclusive na Amazônia, o que foi incentivado pelo então ministro da Agricultura Reinhold Stephanes (2007), em entrevista coletiva comentada por Dantas (2007), ao afirmar que “nada impede

que se plante cana-de-açúcar onde não se está derrubando mata, como em parte de Roraima”. Assim, o zoneamento agrícola da cana-de-açúcar previsto para 2008 deverá permitir e incentivar o plantio de cana em áreas já degradadas ou devastadas da Amazônia. Por outro lado, poderá impedir o plantio em algumas áreas e realizar a “recuperação” em outras, com o plantio da cana, com punições ainda não definidas para quem descumprir as normas do documento, cuja fiscalização será realizada pelos ministérios da Agricultura e Meio Ambiente.

O que se observa até o momento é a expansão desenfreada dos canaviais em todas as regiões brasileiras. Em todo o país, em 1990 a área colhida com cana-de-açúcar se aproximou dos 4,3 milhões de ha e em 2007, ultrapassou os 7 milhões de ha, sendo que em 2008, superou os 8 milhões de ha, de acordo com o levantamento sistemático de produção agrícola do IBGE, o que significa que, a cada ano o país incorpora uma média de 1 milhão de hectares colhidos de cana-de-açúcar. A previsão para o ano de 2009, de acordo com o IBGE, é que sejam colhidos aproximadamente 9,2 milhões de hectares de cana no Brasil.

A região Sudeste, maior região produtora de cana do país, apresentou crescimento da área colhida em todo o período, atingindo em 2006, mais de 3,9 milhões de ha colhidos e, em 2007, foram mais de 4,5 milhões de hectares colhidos nessa região, com destaque para o estado de São Paulo, que ocupa o primeiro lugar, em área colhida e produção de cana-de-açúcar no Brasil. Assim, a área colhida com cana nesse estado foi de quase 3,9 milhões de ha. Minas Gerais ocupa o terceiro lugar dentre os estados brasileiros com maior área colhida, foram 496,9 mil ha colhidos em 2007, com destaque para o Triângulo Mineiro, onde foram colhidos mais de 290 mil ha do total do estado.

Na região Sul, em 2006 foram colhidos mais de 483 mil ha de cana e, em 2007, foram mais de 592 mil ha colhidos de cana de açúcar, com destaque para o estado do Paraná, segundo estado brasileiro em produção e área colhida, que atingiu 538,9 mil ha em 2007. O Centro-Oeste também é alvo para a expansão da cana, tendo a área colhida saltado de 215.983 ha em 1990 para 591.622 ha em 2006, atingindo 689.362 ha no ano de 2007, com destaque para os estados de Goiás (278.000 ha colhidos em 2007), Mato Grosso (219.217 ha colhidos em 2007) e Mato Grosso do Sul (191.577 ha colhidos em 2007).

No gráfico 7, pode-se observar a evolução da área colhida com cana-de-açúcar, no Brasil, no período compreendido entre 1990 e 2006, considerando as cinco grandes regiões e no gráfico 8, os maiores estados com área colhida de cana-de-açúcar no Brasil, no período de 1990 a 2006.

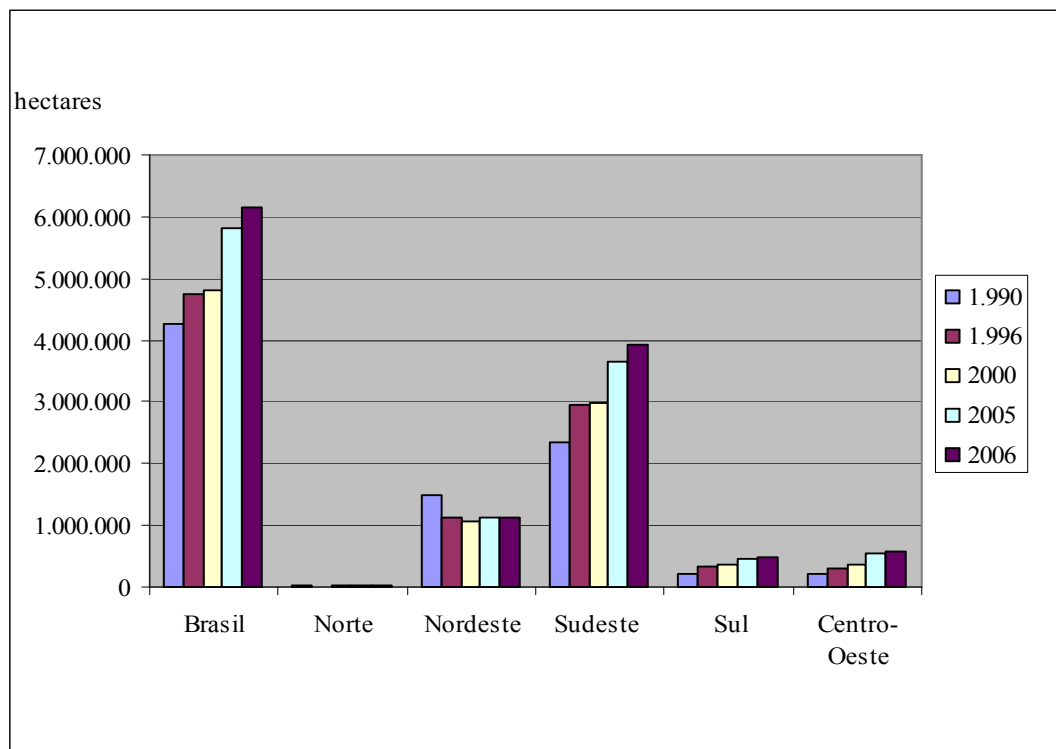


Gráfico 7 - Brasil e regiões geográficas: evolução da área colhida (ha) de cana-de-açúcar - 1990-2006

Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal - 1990-2006

Org.: Joelma C. Santos, 2007

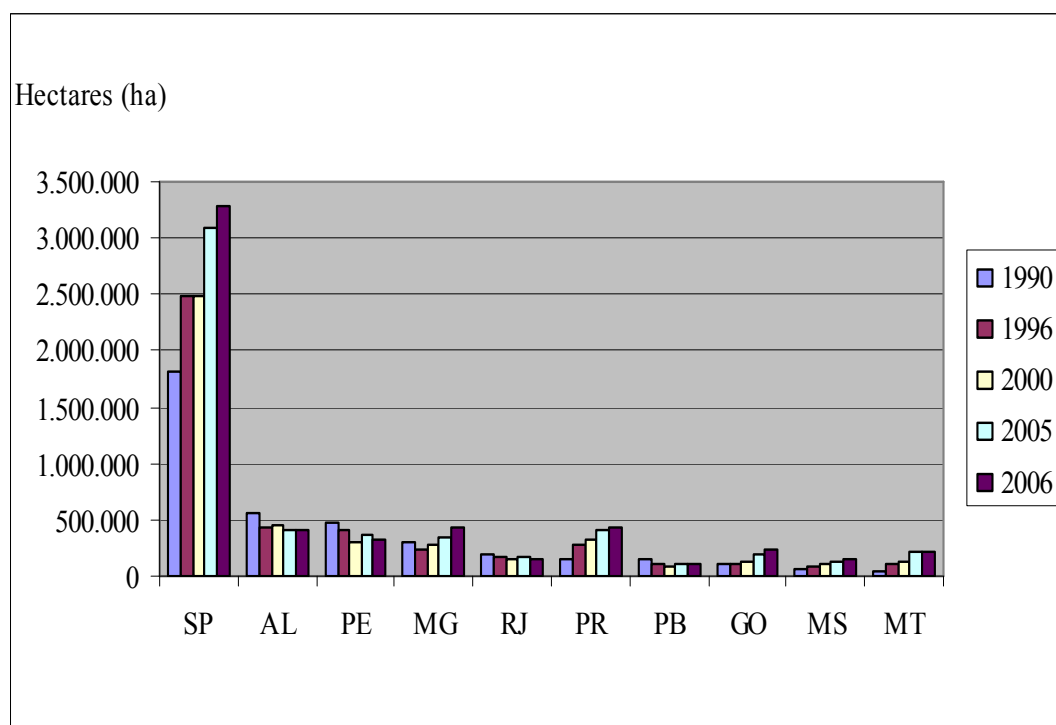


Gráfico 8 - Principais estados brasileiros em área colhida com cana-de-açúcar - 1990-2006

Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal - 1990-2006

Org.: Joelma C. Santos, 2007

A quantidade de cana produzida no Brasil saltou de 262.674.150 toneladas em 1990 para 549.707.314 toneladas em 2007. No ano de 2008, de acordo com o Levantamento Sistemático de Produção Agrícola do IBGE, a produção foi de 648.847.700 toneladas, com previsão de 677.659.345 toneladas para o ano de 2009.

No ano de 2007, a região Sudeste, por sua vez, liderou (posição já ocupada em 1990 com 162.444.052 toneladas) a produção com 378.238.530 toneladas, das quais o estado de São Paulo foi responsável pela produção de 329.095.578 toneladas de cana em 2007.

A segunda maior região produtora de cana, porém, em posição bem distante do Sudeste foi o Nordeste, que em 2007 produziu 68.841.282 toneladas de cana, com destaque para os estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. A região Centro-Oeste vem ganhando cada vez mais destaque no cenário canavieiro, cuja produção saltou de 14.126.298 toneladas em 1990 para 53.258.488 toneladas em 2007. Nesta região, o estado de Goiás foi responsável pela produção de mais de 22 milhões de toneladas, seguido pelos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ambos com produção de mais de 15 milhões de toneladas. A região Sul também vem expandindo a sua produção, tendo ultrapassado a marca dos 48 milhões de toneladas em 2007, com destaque para o estado do Paraná que produziu 45,8 milhões de toneladas.

Por fim, a região Norte, tende a expandir a área produzida de cana, pois o ministro da Agricultura incentiva o seu cultivo até em Roraima, produziu em 1990, 784.048 toneladas de cana em 1990, saltando em 2007 para 1.319.926 toneladas.

Os gráficos 9 e 10 ilustram a evolução da produção canavieira no Brasil, no período de 1990 a 2006.

Deve-se levar em conta que quando apresentamos a evolução da área colhida e da produção em toneladas de cana-de-açúcar no Brasil, estamos tratando do maior produtor mundial de cana, seguido pela Índia e China. A produção brasileira em 2005 de mais de 422 milhões de toneladas equivalia a mais de um terço da produção mundial, ou seja, exatamente 34,36% de toda a cana produzida no mundo era brasileira, e os 5,8 milhões de hectares colhidos de cana em 2005 no Brasil equivalem a 30,49% de toda a área colhida no mundo, que em 2005 totalizava mais de 19 milhões de hectares, conforme pode ser observado na tabela 9. Em 2006, conforme já verificado, a produção brasileira passou dos 455 milhões de toneladas e a área colhida ultrapassou os 6 milhões de hectares.

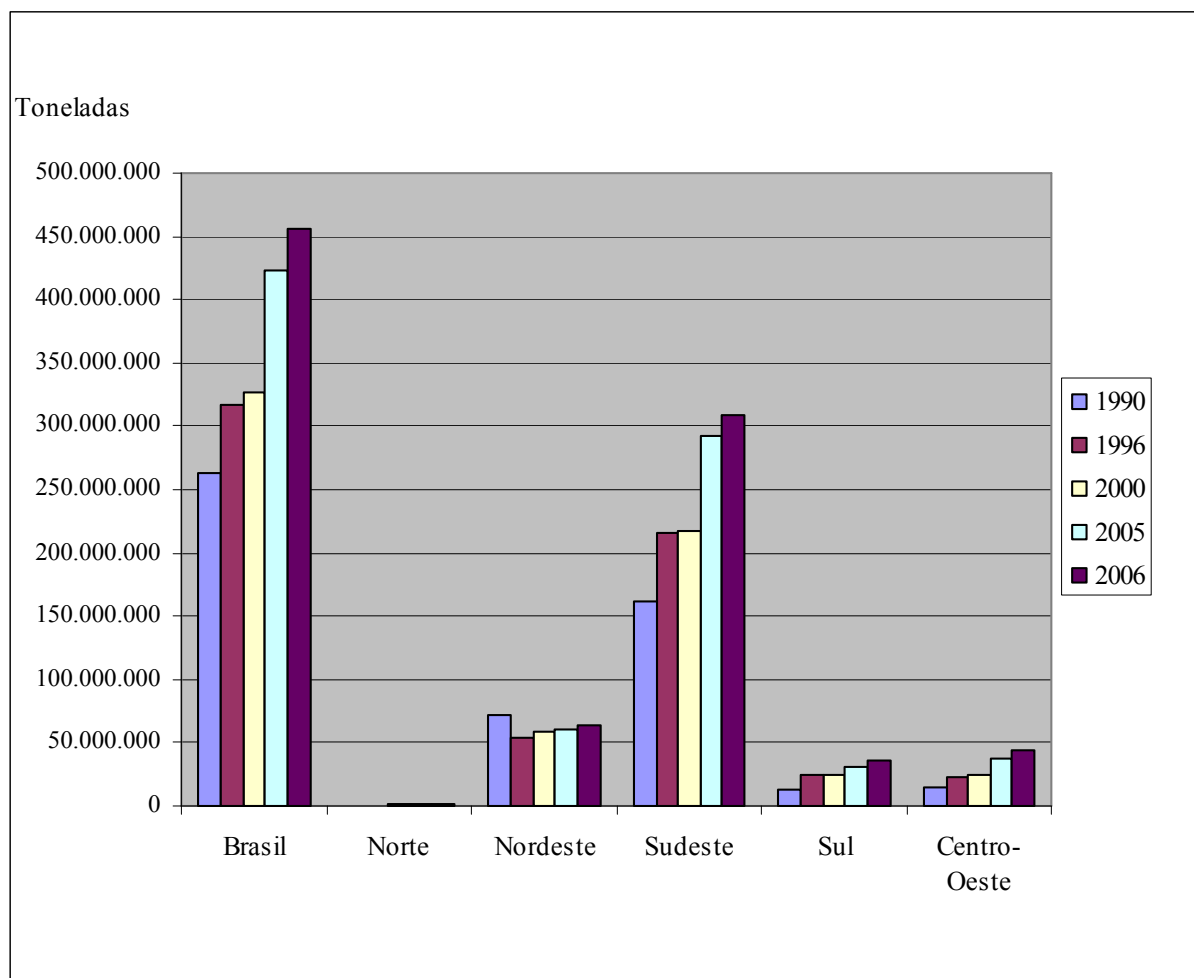


Gráfico 9 - Brasil e Regiões Geográficas: evolução da produção de cana-de-açúcar (toneladas) - 1990-2006

Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal

Org.: Joelma C. Santos, 2007

Tabela 9 – Principais países produtores de cana-de-açúcar – 2005

| País | Produção de cana-de-açúcar (mil ton) | Área colhida (mil ha) | Produtividade (ton cana/ha) |
|---------------|--------------------------------------|-----------------------|-----------------------------|
| Brasil | 422.957* | 5.805** | 72,99 |
| Índia | 232.300 | 3.602 | 64,49 |
| China | 87.768 | 1.361 | 64,49 |
| Paquistão | 47.244 | 967 | 48,86 |
| México | 45.195 | 636 | 71,06 |
| Tailândia | 43.665 | 1.097 | 39,80 |
| Colômbia | 39.849 | 426 | 93,54 |
| Austrália | 37.822 | 434 | 87,15 |
| Indonésia | 29.505 | 435 | 67,83 |
| EUA | 25.308 | 373 | 67,85 |
| Total | 1.011.613 | 15.136 | 67,81 |
| Total Mundial | 1.231.056 | 19.040 | 68,85 |

* A produção brasileira de cana-de-açúcar em 2005, segundo dados do IBGE foi de precisamente 422.956.646 toneladas

** 5.805.518 ha foram colhidos com cana-de-açúcar em 2005 (IBGE: Produção Agrícola Municipal)

Fonte: Adaptado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): Balanço Nacional de Cana-De-Açúcar e Agroenergia - 2007

Org. Joelma C. Santos, 2007.

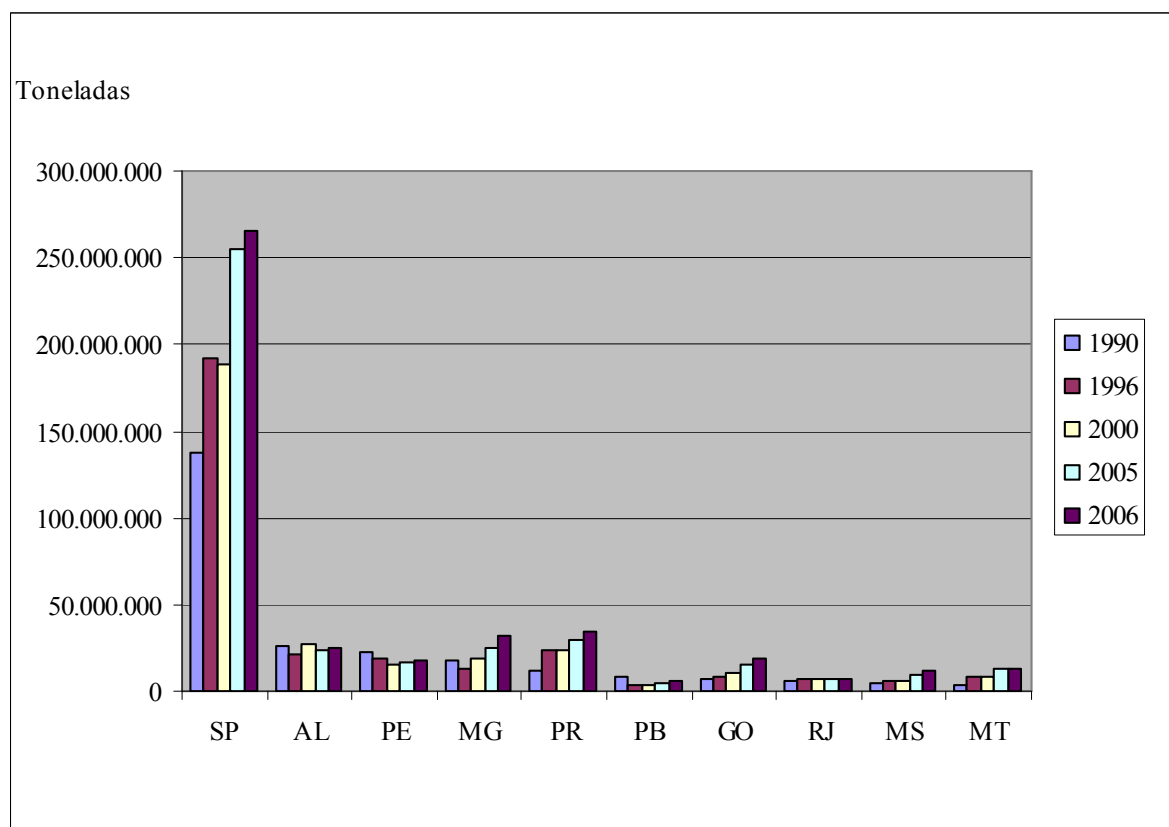


Gráfico 10 - Principais estados produtores de cana-de-açúcar: evolução da produção em toneladas - 1990-2006

Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal -1990-2006

Org: Joelma C. Santos, 2007

No caso brasileiro, a evolução da produção de cana-de-açúcar no início do século XXI ocorreu sustentada na concentração do setor sucroalcooleiro, com aumento das áreas próprias (somando-se as áreas de acionistas). Assim, a origem da cana esmagada concentra-se nas terras dos proprietários das usinas e/ou destilarias e o processamento da cana ocorre nas fábricas de maiores dimensões, situadas no estado de São Paulo. O próximo subitem abordará a distribuição canavieira neste estado e a inserção da região de Presidente Prudente na “efervescência” da demanda por terras para o plantio da cana.

2.4 A distribuição territorial da atividade canavieira em São Paulo e a expansão da cana-de-açúcar na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente - SP

De acordo com Thomaz Jr (2002a), as empresas estão concentradas nas porções do território onde a cana também se apresenta mais concentrada, o que inclui também municípios

canavieiros que não possuem unidades do setor. O autor atribui essa distribuição à “mancha da cana”, que não respeita as fronteiras da divisão municipal.

Assim, na tabela 10, temos a relação das 10 principais usinas brasileiras na safra 2006/07 por cana moída em toneladas e produção de açúcar (toneladas) e álcool (em litros). Por meio da tabela, é possível observar a distribuição territorial da produção de açúcar, álcool, cana moída, e constatar a concentração que se dá em São Paulo, pois dentre as 10 maiores empresas do país, no que diz respeito ao montante de cana moída, 9 estão localizadas em São Paulo. No tocante à produção de açúcar, dentre as 10 maiores, 8 se localizam em São Paulo e, no que diz respeito à produção de álcool, em São Paulo, estão 8 das 10 maiores, sendo que a Usina da Barra, no município de Barra Bonita e a São Martinho, em Pradópolis, lideram o ranking, sendo respectivamente primeira e segunda do país, tanto no que se refere ao montante de cana moída, como à produção de açúcar e álcool.

Tabela 10 - Brasil: principais usinas - cana moída, produção de açúcar e álcool - safra 2006/2007

| Ranking | Ranking de moagem | | | Ranking do açúcar | | | Ranking do álcool | | |
|---------|-------------------|----|-----------|-----------------------|----|----------|-------------------|----|-------------|
| | Unidade | UF | Moagem/t | Unidade | UF | Açúcar/t | Unidade | UF | Álcool/l |
| 1ª | Da Barra | SP | 7.018.366 | Da Barra | SP | 528.674 | Da Barra | SP | 289.268.000 |
| 2ª | São Martinho | SP | 6.735.073 | São Martinho | SP | 499.729 | São Martinho | SP | 286.340.000 |
| 3ª | Santa Elisa | SP | 5.960.328 | Colombo | SP | 383.292 | Santa Elisa | SP | 270.146.000 |
| 4ª | Vale do Rosário | SP | 5.493.267 | Vale do Rosário | SP | 373.790 | Vale do Rosário | SP | 230.590.000 |
| 5ª | Itamarati | MT | 5.076.429 | Santa Elisa | SP | 370.335 | Itamarati | MG | 230.001.000 |
| 6ª | Colorado | SP | 4.482.502 | Delta | MG | 368.203 | Da Pedra | SP | 216.771.000 |
| 7ª | Equipav | SP | 4.434.660 | Colorado | SP | 356.552 | Equipav | SP | 213.085.898 |
| 8ª | Colombo | SP | 4.412.311 | Cosan/Cos ta Pinto | SP | 320.700 | Catanduva | SP | 212.415.000 |
| 9ª | Moema | SP | 4.408.051 | Alta Mogiana | SP | 315.798 | Moema | SP | 198.281.000 |
| 10ª | Da Pedra | SP | 4.101.266 | Alto Alegre | PR | 314.254 | Colorado | SP | 181.254.000 |

Fonte: Procana - Anuário da Cana - 2007
Org.: Joelma C. Santos, 2007

Na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP, o montante de cana moída pela Usina Alto Alegre na safra 2006/07 foi de 1.744.000 toneladas, a produção de açúcar de 179.056 toneladas e a produção de álcool foi de 40.413.000 litros, sendo 30.774.000 litros de álcool hidratado e 9.939.000 de álcool anidro. A Destilaria Alcídia foi responsável por 1.131.000 toneladas de cana moída e 71.000 toneladas de açúcar, a produção de álcool, por sua vez foi de 52.787 litros, sendo 33.274 de álcool anidro e 19.513 de álcool hidratado. A Usina Alvorada d'Oeste moeu 367 toneladas de cana e produziu 31.979 litros de álcool, sendo toda a produção de álcool hidratado. Já a destilaria Paranapanema foi responsável pela moagem de 134 toneladas de cana e 6.120 litros de álcool hidratado.

A Usina Alto Alegre lidera a produção canavieira desta porção do território paulista e, no entanto, está bem distante da produção das principais empresas do estado apresentadas na tabela 13. No tocante à moagem total de cana, esta unidade ocupa posição inferior à Usina Santo Antonio de Alagoas, que de acordo com o Procana: Anuário da Cana (2007), ocupa a 52ª posição no ranking de moagem das empresas do setor, com 1.830.493 toneladas. Quanto à produção de açúcar, esta empresa ocupa a 45ª posição. E, quanto à produção de álcool, embora não citada pelo Procana: Anuário da Cana (2007), a sua posição estaria inferior novamente à Usina Santo Antonio de Alagoas, que na safra 2006/07 ocupou a 57ª posição, com uma produção de 45.952.676 litros de álcool.

A distribuição territorial da produção de cana no país expressa também uma profunda diferencialidade, já constatada por Thomaz Jr (2002a). O autor enfatiza que a busca desenfreada por matéria-prima acentua os conflitos capital-capital, intensificando as disputas por terras por várias empresas, comprometendo a participação dos fornecedores de cana no montante de cana moída.

Por conta da disputa por terra e por cana, várias empresas, fundamentalmente as destilarias anexas, estão assumindo parte ou totalidade do processo de produção da cana, restando aos fornecedores apenas a incumbência dos tratos culturais e às vezes o plantio, sendo as mudas (variedades de cana), cedidas pelas empresas agroindustriais. Assim, permanece apenas uma relação jurídico-contratual, que por sinal é benéfica ao capital agroindustrial porque senão se definiria pelo arrendamento e/ou aquisição das terras. (THOMAZ JR, 2002a, p. 75-76).

Veiga Filho e Ramos (2006), ao analisarem a evolução recente da estrutura de processamento de cana no Estado de São Paulo constataram que a maior parte da cana esmagada provém dos imóveis ou propriedades fundiárias dos próprios usineiros e que não há perspectivas de alterações nesta distribuição.

Ou seja, não tem sido apontada nenhuma tendência clara de melhor distribuição – mesmo apenas entre os diferentes proprietários/produtores – das oportunidades abertas e dos ganhos permitidos pela ampliação do mercado açucareiro e alcooleiro, seja no tocante às vendas internas, seja quanto às vendas externas. O traço aparentemente benéfico desse processo expansivo pode ser associado, sem dúvida, ao fato de que ele tem sido predominantemente extensivo, ou seja, tem permitido a incorporação – ou entrada de novos proprietários/produtores, principalmente em função da ampliação do mercado de álcool carburante, recentemente reforçado pelo otimismo em relação às possibilidades de exportação desse produto. (VEIGA FILHO; RAMOS, 2006, p. 58-59)

O estado de São Paulo, que lidera isoladamente a produção canavieira no país, foi responsável pela moagem de 241.222.574 toneladas de cana, sendo que desse total, 138.548.437 toneladas ou 54,44% era de cana própria e 102.674.137 toneladas de cana eram de fornecedores na safra 2005/2006, conforme a tabela 11.

Tabela 11 - Brasil: principais estados produtores de cana - cana moída própria, de fornecedores e total - Safra 2005/06

| Estado | Cana moída (t) | | |
|---------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Própria | Fornecedores | Total |
| São Paulo | 138.548.437 | 102.674.137 | 241.222.574 |
| Paraná | 20.989.676 | 3.532.697 | 24.522.773 |
| Minas Gerais | 14.881.151 | 9.443.387 | 24.324.538 |
| Alagoas | 15.166.742 | 7.087.453 | 22.254.195 |
| Goiás | 12.706.198 | 1.861.809 | 14.568.007 |
| Pernambuco | 8.016.424 | 5.781.425 | 13.797.850 |
| Mato Grosso | 8.916.753 | 3.426.176 | 12.342.929 |
| Mato Grosso do Sul | 4.052.169 | 4.985.747 | 9.037.916 |
| Rio de Janeiro | 1.563.128 | 3.160.255 | 4.723.384 |
| Paraíba | 1.229.579 | 2.979.164 | 4.208.743 |
| Subtotal | 224.820.678 | 141.953.086 | 358.659.980 |
| Total Brasil | 232.462.389 | 150.019.613 | 382.482.002 |

Fonte: Adaptado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): Balanço Nacional de Cana-De-Açúcar e Agroenergia - 2007
Org.: Joelma C. Santos, 2007

Na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, a área de colhida de cana-de-açúcar é relativamente pequena, se comparada à totalidade do estado, porém, vem aumentando nos últimos anos, em decorrência da abertura de novas unidades do setor, da aquisição das já existentes por empresas com forte expressão no ramo e, também, devido à

expansão da área plantada com cana no país como um todo; esta região transformou-se em alvo, devido à grande disponibilidade de terras para o plantio, inicialmente a preços baixos, mas que vêm sendo inflacionadas pelo aumento da demanda.

Dessa forma, em 1990, a área colhida com cana foi de 51.659 ha, o que representava 2,85% dos 1.811.980 ha colhidos no estado de São Paulo. Em 2005, a área colhida na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente aumentou para 83.718 ha, correspondendo a 2,71% dos 3.084.752 ha colhidos de cana-de-açúcar em todo o estado, conforme pode ser observado no gráfico 11. Em 2007, por sua vez, a área colhida na Microrregião em estudo, saltou para 120.098 ha de cana-de-açúcar.

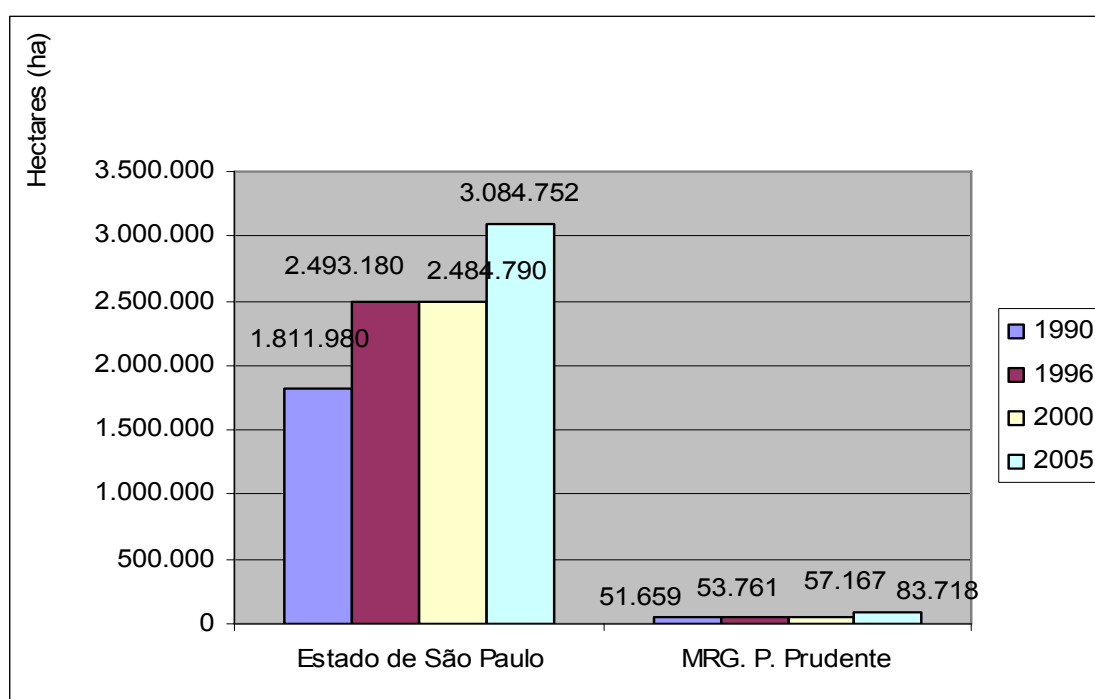


Gráfico 11 - Estado de São Paulo e Microrregião Geográfica de Presidente Prudente: evolução da área colhida (ha) de cana-de-açúcar - 1990-2005

Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal - 1990-2005

Org.: Joelma C. Santos, 2007

No que diz respeito à produção da cana-de-açúcar na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, esta aumentou significativamente de 1990 a 2005, pois em 1990, a produção foi de 3.223.657 toneladas, ou 1,67% da produção estadual. Em 2005, a produção saltou para 6.395.926 toneladas, equivalendo a 2,5% da produção total do estado, que foi de 254.809.576 toneladas (Gráfico 12).

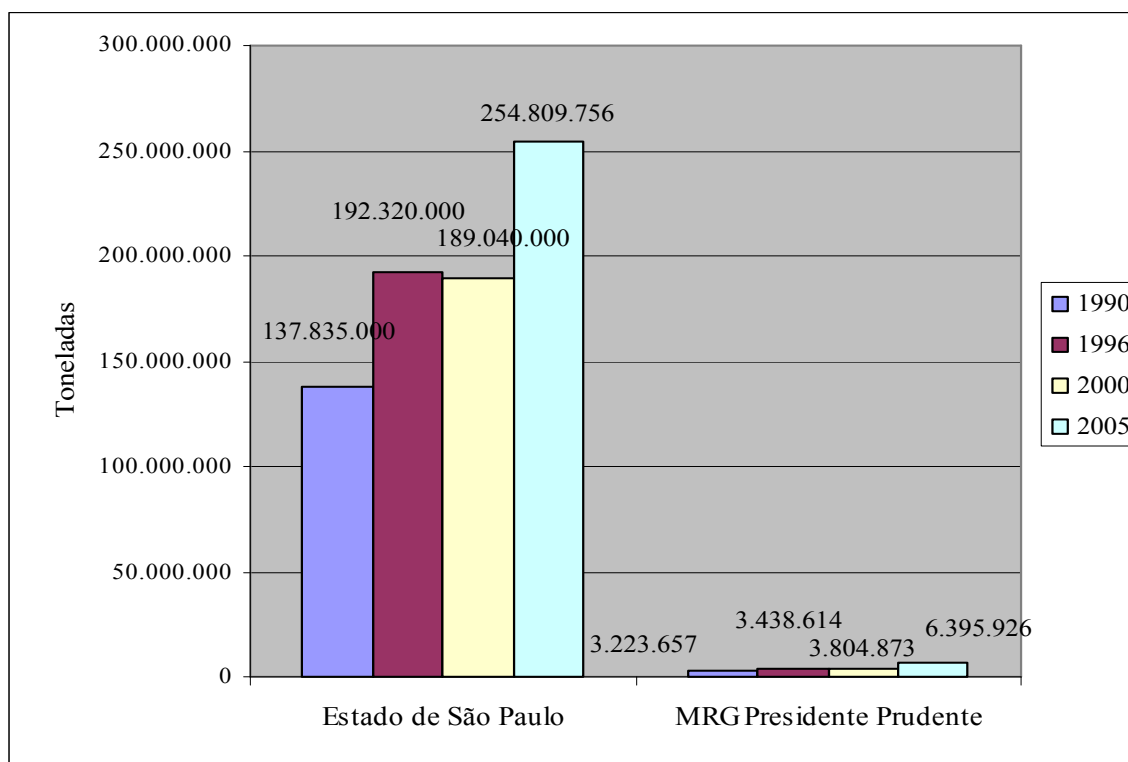


Gráfico 12 - Estado de São Paulo e Microrregião Geográfica de Presidente Prudente: evolução da produção (toneladas) de cana-de-açúcar - 1990-2005

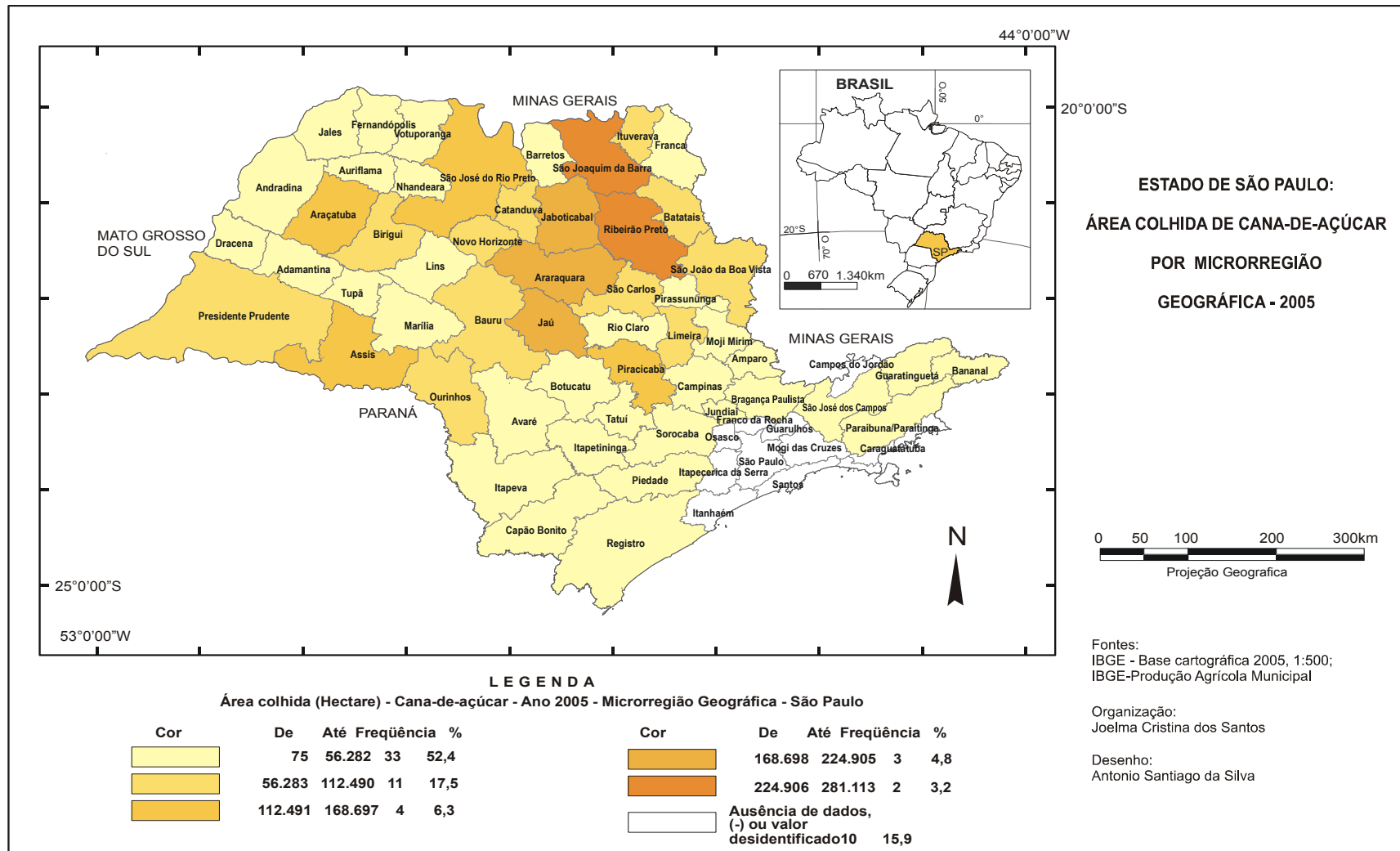
Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal - 1990-2005

Org.: Joelma C. Santos

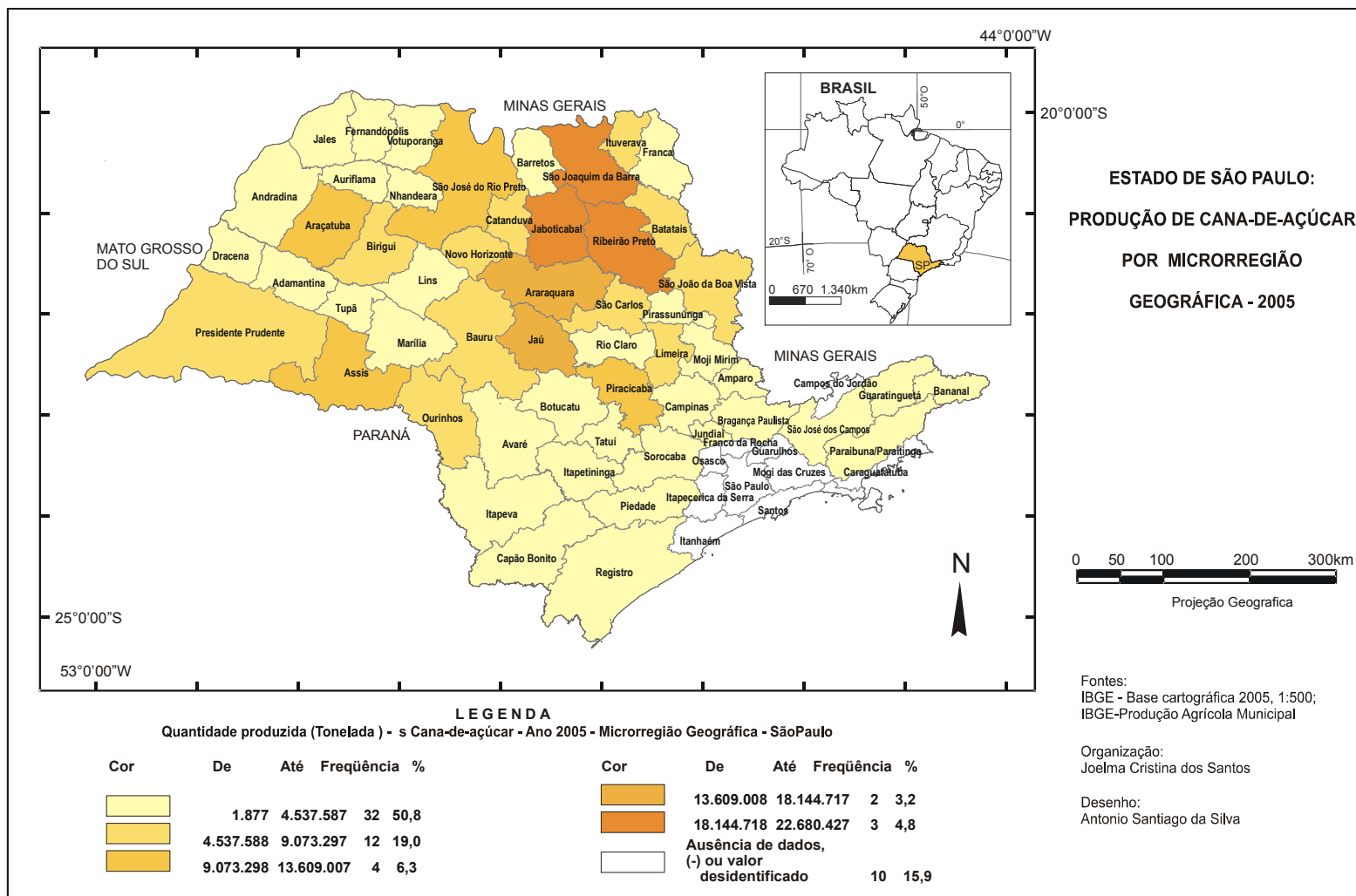
No mapa 1, apresentamos a diferencialidade da área colhida com cana-de-açúcar no ano de 2005 nas Microrregiões Paulistas e podemos constatar a posição ainda tímida ocupada pela Microrregião em estudo, porém à frente de Microrregiões como Votuporanga, Lins e Tupã, assim como podemos observar, posição de destaque das Microrregiões de Ribeirão Preto e São Joaquim da Barra, cuja área colhida supera os 224.000 hectares.

Dessa forma, o mapa 1 refere-se à área colhida de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo em 2005, porém, já de posse dos dados de 2006 e 2007, cabe ressaltar que a área colhida no estado saltou de 3.084.752 ha em 2005 para 3.284.061 ha em 2006, atingindo 3.890.414 ha em 2007.

O mapa 2 apresenta a diferencialidade da quantidade produzida de cana-de-açúcar no ano de 2005 nas microrregiões paulistas e podemos observar que também, nesse quesito, a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, ainda que venha aumentando a produção, fica bem atrás de outras microrregiões “tradicionais” na produção de cana. Este mapa também permite constatar a posição de destaque das Microrregiões de Ribeirão Preto, São Joaquim da Barra e Jaboticabal, cuja produção, em 2005, superou os 18 milhões de toneladas.



Mapa 1 - Estado de São Paulo: área colhida (ha) com cana-de-açúcar por Microrregião Geográfica - 2005
Org.: Joelma C. Santos, 2007



Mapa 2: Estado de São Paulo: produção de cana-de-açúcar (t) por Microrregião Geográfica – 2005

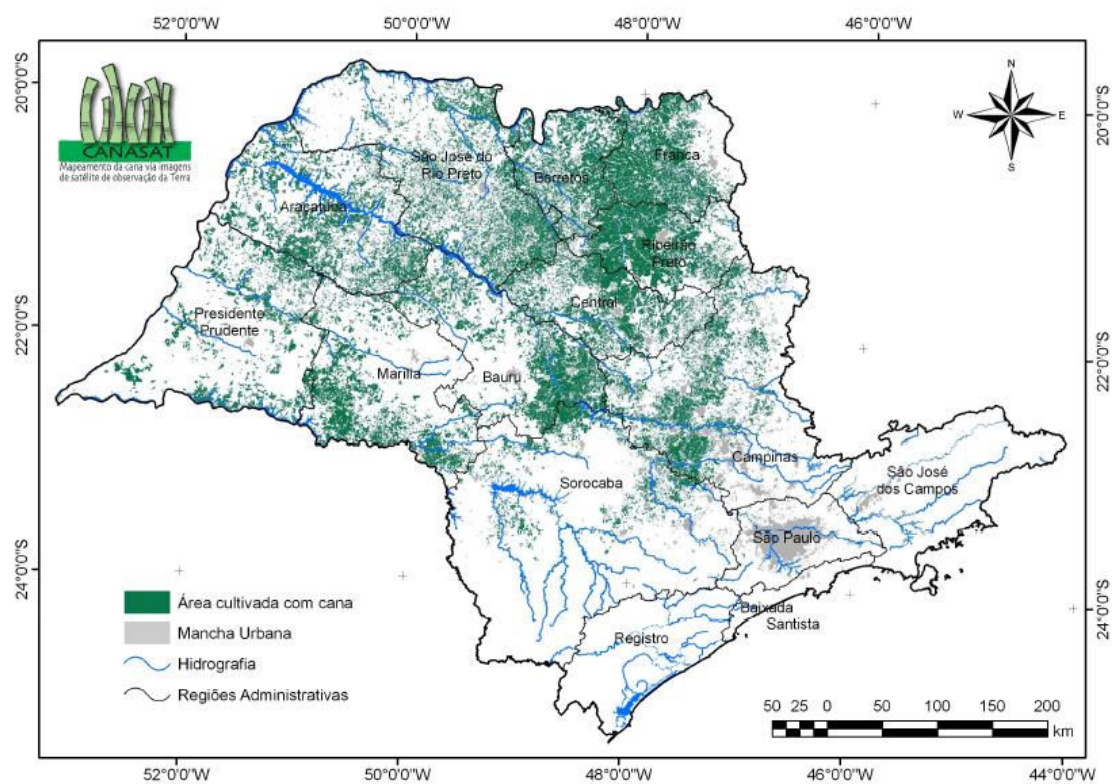
Org.:Joelma C. Santos.

Embora o mapa 2 represente a produção de cana-de-açúcar nas Microrregiões Paulistas no ano de 2005, cabe acrescentar que houve um salto na produção a partir deste período na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, pois naquele ano, a produção na referida Microrregião foi de 6.395.926 toneladas, saltando para 8.319.398 toneladas em 2006, atingindo 9.287.749 toneladas no ano de 2007.

A produção total do estado de São Paulo saltou de 254.809.576 toneladas, em 2005, para 269.134.237 toneladas em 2006, atingindo em 2007, 329.095.578 toneladas de cana-de-açúcar, de acordo com dados do IBGE.

Um outro olhar acerca da distribuição da cana-de-açúcar no estado de São Paulo pode ser conferido com a análise por regiões administrativas. Dessa forma, o estado de São Paulo é dividido em 15 Regiões Administrativas, doravante denominadas RAs.

Assim, no mapa 3, observamos que apenas 4 das 15 RAs não apresentavam cultivos significativos de cana-de-açúcar, sendo elas as RAs de São Paulo, Baixada Santista, São José dos Campos e Registro, devido a condições ambientais menos favoráveis, como altas taxas de pluviosidade e relevo acidentado.



Mapa 3 - Estado de São Paulo: distribuição, por região administrativa, das áreas cultivadas com cana-de-açúcar - safra 2008/2009

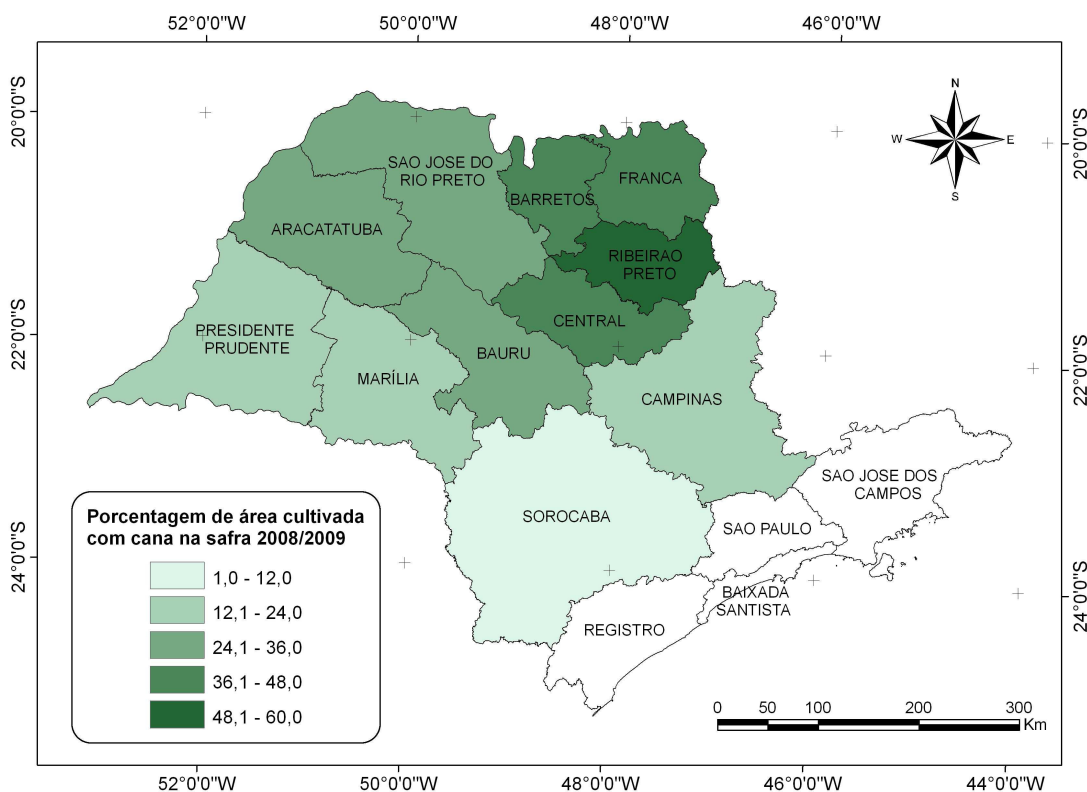
Fonte: AGUIAR et al., (2009, p. 13)

Pode-se observar que as maiores concentrações de cana-de-açúcar encontram-se nas RAs de Ribeirão Preto, Franca e Barretos. A RA de Presidente Prudente, área de estudo da pesquisa, apresenta uma menor concentração se comparada às citadas anteriormente.

Thomaz Jr (2002a), ao discutir a distribuição territorial das empresas sucroalcooleiras paulistas já atentava para o fato de que esta reflete a própria territorialidade da cana-de-açúcar.

Deve-se observar que nas porções do território onde a cana-de-açúcar se apresenta mais concentrada, conformando-se em manchas contínuas, é onde também se concentra o maior número de empresas, englobando, ainda, municípios canavieiros que não contam com unidades agroindustriais, já que tal distribuição está diretamente ligada à “mancha da cana” e, portanto, não respeita as fronteiras político-administrativas adotadas pela divisão municipal. (THOMAZ JR, 2002a, p. 67).

Dessa forma, no mapa 4, é possível examinar a porcentagem das RAs do Estado de São Paulo ocupadas com cana-de-açúcar na safra 2008/2009.



Mapa 4 - Estado de São Paulo: porcentagem da área das Regiões Administrativas ocupada pelo cultivo de cana-de-açúcar – safra 2008/2009

Fonte: AGUIAR, et al. (2009, p. 15).

A partir do mapa 4, verificamos que a maior porcentagem de área ocupada pelo cultivo da cana-de-açúcar ocorre na RA de Ribeirão Preto, seguida pelas RAs de Franca, Barretos e Central, cuja porcentagem de ocupação de áreas com cana-de-açúcar varia entre 36 e 48%. Posteriormente, com percentual de ocupação entre 24 e 36% tem-se as regiões de Bauru, Araçatuba e São José do Rio Preto.

Cumpramos enfatizar que, nas RAs de Presidente Prudente, Marília e Campinas, o percentual de ocupação não é tão elevado, variando entre 12 e 24%, sendo que nas duas primeiras RAs mencionadas, a cana ainda disputa espaço com a pecuária extensiva de gado de corte, que ocupa grandes extensões. Porém, esta atividade vem sendo reduzida, concomitantemente ao avanço dos canaviais e à territorialização de unidades do setor sucroalcooleiro. A RA de Sorocaba, por sua vez, apresenta a menor porcentagem de ocupação do estado (1 a 12%), por ser uma região predominantemente urbana industrial.

Contemplando nossa área de pesquisa, Aguiar et al. (2009), ao discutir a expansão da cana-de-açúcar no estado de São Paulo nas safras 2003/2004 a 2008/2009, ressalta que a RA de Presidente Prudente destaca-se entre as RAs do estado de São Paulo com potencial para a expansão da cana-de-açúcar.

[...] As regiões administrativas com maiores expansões foram a de Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Araçatuba que também apresentam umas das menores porcentagens de extensão territorial ocupada pelo cultivo da cana-de-açúcar, o que as tornam regiões com grande potencial de expansão. (AGUIAR et al., 2009, p. 16)

Internamente, na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, os maiores municípios, tanto em área colhida como em quantidade produzida no ano de 2007, são por ordem de importância os seguintes municípios: Teodoro Sampaio, Rancharia, Martinópolis e Narandiba, Presidente Prudente e Sandovalina, conforme pode ser observado na tabela 12. Assim, cabe enfatizar que, com exceção do município de Rancharia, todos os demais municípios que se destacam na produção canavieira na área de pesquisa, possuem instalações de agroindústrias canavieiras e, embora não seja o caso de Rancharia, este município produz cana que é processada pela unidade Atena, instalada no município de Martinópolis.

Tabela 12 – Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP) e principais municípios: área colhida (ha) e quantidade produzida (t) de cana-de-açúcar – 2007

| Principais municípios e Microrregião Geográfica | Área colhida (ha) | Quantidade produzida (t) |
|--|--------------------------|---------------------------------|
| Teodoro Sampaio | 19.040 | 1.351.840 |
| Rancharia | 13.500 | 1.080.000 |
| Martinópolis | 10.800 | 972.000 |
| Narandiba | 10.800 | 972.000 |
| Presidente Prudente | 10.000 | 800.000 |
| Sandovalina | 8.000 | 640.000 |
| MRG de Presidente Prudente | 120.098 | 9.287.749 |

Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal – 2007

Org.: Joelma C. Santos, 2009

Dessa forma, diante do aumento expressivo da área colhida com cana-de-açúcar na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, cuja área colhida mais que dobrou desde o ano 2000, passando de 57.167 ha para 120.098 no ano de 2007, bem como a produção que saltou de 3.804.873 toneladas em 2000 para 9.287.749 ha em 2007, crescem as disputas por terras para o plantio de cana-de-açúcar, em áreas anteriormente destinadas à pecuária e à produção de alimentos e, também em áreas que poderiam ser destinadas à Reforma Agrária. Tudo isto ocorre com o apoio, inclusive, do governo do estado, que parece não considerar os cerca de 20.000 acampados dos movimentos sociais de luta pela terra existentes na região e que participam das disputas por territórios.

Cabe reforçar que os territórios em disputa constituem-se importante referencial para análise dos processos sociais, pois os embates travados (re)significam o espaço e imprimem uma marca que não pode ser negada pelo poder público, ainda que nos casos dos conflitos de luta pela terra, as esferas do poder público sejam coniventes com a grilagem.

Fabrini (2008) ressalta que,

[...] a dimensão territorial tem importante sentido, não para potencializar o mundo da mercadoria como defendem os adeptos da agricultura familiar, mas reconhecer o território camponês como trincheira de resistência aos esquemas de dominação no modo de produção capitalista. O território vai além de um local que se constitui como palco e condição/possibilidade para inserção no mundo da mercadoria no processo de mundialização das relações sociais de produção. (FABRINI, 2008, p. 269).

Nesse contexto, ainda sobre a perspectiva territorial, Koga; Ramos; Nakano (2008) lançam mão do conceito de “territórios de sangue frio”, referindo-se às formas de tratamento, das políticas do Estado ao território, como se este não tivesse vida, e não lhe fosse conferido o

sentido a que Santos (2007) se referiu - “território usado” - e não o território em si. Os autores enfatizam:

[...] dessa forma, a perspectiva territorial das políticas sociais não se reduz a uma simples substituição ou transposição de uma divisão político-administrativa do território para uma localização estratégica dos espaços físicos públicos, que se aproximam mais de uma abordagem de tratamento dos territórios como se fossem “territórios de sangue frio”. Coloca-se aqui um dos desafios para se pensar a atuação das políticas sociais nos territórios em disputa: o (re)conhecimento dos territórios para além de suas aparentes características mas também pelas suas diferentes dinâmicas que os tornam “territórios de sangue quente”. (KOGA; RAMOS; NAKANO, 2008, p. 18).

Assim, nos apropriando do conceito utilizado pelos autores, somos levados a pensar os territórios em disputa, como “territórios de sangue quente”, pois as lutas políticas e a resistência imprimem suas marcas no território. Dessa forma, na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, as tramas se constroem nesse território, com um jogo de disputas entre capital sucroalcooleiro, poder público, latifundiários, movimentos sociais, sindicatos e trabalhadores. São as relações, ora de convivência e/ou alianças (a exemplo capital sucroalcooleiro x latifúndio; poder público x latifúndio; poder público x latifúndio x capital), ou na outra ponta, movimentos sociais x sindicatos x trabalhadores, e os conflitos entre essas esferas/sujeitos, que transformam estes territórios em disputa em “territórios de sangue quente”.

E acreditamos que é dever da Geografia pensar o território nesses termos, pois o território constitui-se um fundamento do trabalho, desde o trabalho como estruturador das relações humanas, na produção de valores de uso, até o grau a que se chegou hoje com a sua apropriação para a produção dos valores de troca. Assim, são as tramas vivenciadas no território, que criarão as condições para a superação do modelo de sociedade insustentável, para uma nova sociedade emancipada, uma sociedade do tempo livre, com sujeitos igualmente livres, com um modo livre de viver, que possam resgatar inclusive, as identidades territoriais que foram destruídas em vários momentos de sua existência.

Desta forma, no próximo capítulo, discutiremos o (re)ordenamento dos territórios em disputas pelo capital sucroalcooleiro na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente que, em seu movimento de concentração e centralização, materializado em fusões, aquisições e construção de novas unidades, insere novas relações de produção e trabalho nesta porção do território paulista, que é disputado também por grileiros e movimentos sociais nesta aurora de século.

**3 O (RE)ORDENAMENTO DOS “TERRITÓRIOS EM DISPUTA” NA
MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP)**

3 O (RE)ORDENAMENTO DOS “TERRITÓRIOS EM DISPUTA” NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP)

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A geografia passa a ser aquela disciplina tornada mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar. (SANTOS, 2007, p. 13).

3.1 “Leituras” do território para entender o (re) ordenamento territorial do capital e do trabalho

Para pensar a categoria território tomamos como ponto de partida a noção de que o espaço o antecede e, dessa forma, os territórios que constituem o espaço devem ser entendidos como territórios usados, em meio a uma imbricação de relações de poder que se estabelecem e das lutas, concretização espacial dos fenômenos, com a atuação de forças e interesses contraditoriamente convergentes e antagônicos.

É por meio do trabalho que os territórios são construídos, no sentido de que há uma finalidade para este território, que se altera com o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, à medida que se altera a relação homem x natureza - concebida por Moreira (2006) - como história - e os valores de troca, que cada vez mais assumem os papéis cabíveis aos valores de uso, as formas de apropriação do espaço evoluem. Torna-se evidente que a constituição dos territórios, bem como seu ordenamento deve ser entendido não apenas como unidade, mas como unidade e diversidade, pois se estamos falando em uso do território, isto implica diferentes formas de vivenciá-lo de dentro, pelos diferentes grupos ali inseridos, através das diversas formas de expressão da relação capital x trabalho.

O território envolve múltiplas formas de apropriação do espaço, nas diversas escalas espaço-temporais (HAESBAERT, 2002). A despeito das distintas formas de apropriação, Raffestin (1993) aponta que estas podem ser utilizadas em favor de determinados segmentos.

[...] Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Assim, constatamos que o conceito de território sempre esteve ligado à idéia de poder e controle sobre um segmento do espaço, seja o poder exercido pelo Estado ou o poder exercido pelas grandes empresas espalhadas por diferentes territórios, dada a necessidade de estas buscarem novos mercados.

Corrêa (1994, p. 251) afirma que o conceito de território “constitui-se, em realidade em um conceito subordinado a um outro mais abrangente, o espaço, isto é, à organização espacial. O território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva, ou ambas”. No que diz respeito à dimensão política, o autor destaca que o controle é legitimado por instituições ou grupos e, referente à dimensão afetiva, seria proveniente de práticas espacializadas de grupos distintos, seja referente à raça, à religião, ao sexo e a outros elementos. Sob o olhar de Santos (2007, p.14), “[...] o território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”.

Embora as noções de território utilizadas até o momento sejam “noções geográficas”, a partir de reflexões de geógrafos, cabe mencionar que estudar o território e desvendar o movimento que daí decorre, não é exclusividade da Geografia, pois outras áreas do conhecimento como a Antropologia, as Ciências Políticas, a Filosofia, também têm se dedicado ao seu entendimento. Assim, neste início de século XXI, cabe à Geografia debruçar-se ainda mais sobre tal categoria, além de outras temáticas que vêm à tona com força na atualidade, para que não ocorra, mais uma vez, na história da Geografia, a necessidade de buscar em outras áreas do conhecimento, o que pode e deve ser desenvolvido, por nós, geógrafos. Dessa forma, a Geografia, neste início de século, tem plenas condições de romper as fronteiras e ter a primazia de algumas discussões, superando a condição “humilde” que lhe foi relegada. E o estudo do território apresenta-se como uma categoria sobre a qual a Ciência Geográfica dispõe dos elementos necessários para melhor compreendê-la.

Pensando na dimensão espacial da sociedade, entendemos que há diferentes manifestações de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Há sim um território usado, no qual surgem diferentes manifestações e formas de organização sociais, permeadas pelas ações e objetos do capital, assim como do trabalho, sem o qual o capital não pode se reproduzir.

Haesbaert (2007) ressalta que os referenciais adotados para entender o território dependem da posição filosófica do pesquisador. Dentre as diversas concepções destacadas, existe o binômio materialismo e idealismo; e a historicidade do conceito, em duplo sentido, ou seja, tanto no que diz respeito à sua abrangência histórica, circunscrita a um período ou grupo social, quanto ao seu caráter mais absoluto ou relacional.

A concepção que temos a respeito da “classificação” do autor aproxima-se mais do que ele denomina de concepção de território de acordo com o materialismo histórico e dialético que, conforme com Haesbaert (2007) privilegia a dimensão material do território, estando historicamente situada, além de se definir por meio das relações sociais em que se encontra inserido.

E é justamente por conta das relações sociais, que são também relações de poder, e do desenvolvimento das forças produtivas, que ocorrem novos (re)ordenamentos no território, movimento constante no espaço, e por causa de novos fenômenos territorializados que se torna possível entender o processo de territorialização/desterritorialização/reterritorialização.

Para Raffestin (1993, p. 161), a “territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações [...]”. Portanto, seria a face vivida da face gestada do poder, mediatizada pelas relações humanas.

A desterritorialidade pode ser entendida como a perda do território apropriado e vivido que, de acordo com Corrêa (1994), ocorre em função de diferentes processos capazes de “desfazer” o território.

A desterritorialização pode ser compreendida como a superação de entraves locais, ou seja, a “deslocalização”, conforme afirma Haesbaert (2002). O autor destaca ainda que a mesma pode ser entendida como superação das distâncias; também, como domínio da imaterialidade, que prescinde as bases materiais. Outra perspectiva seria o esvaziamento das fronteiras e o fim dos territórios e, por fim, uma desterritorialização culturalista, em que o território como fonte de identificação cultural perde o sentido e transforma-se em não-lugar.

Por sua vez, a reterritorialização “[...] é a forma encontrada pelo grupo de excluídos de reconstruir sua história, de estabelecer novamente as relações sociais, econômicas, políticas e afetivas no espaço que ele (re) conquistou” (SILVA, 2002, p. 21).

Desta forma, compreender o processo de desterritorialização/reterritorialização implica apreender o redimensionamento da territorialização da sociedade e as novas formas de lutas de classes.

Ao serem expulsos de um território, sejam camponeses expropriados de suas terras, como os desempregados/subempregados, em condições/empregos precários, sujeitos a contratos terceirizados, temporários, ao se verem não apenas excluídos em parte, mas totalmente excluídos, participam de um contra-movimento, que os leva a se reterritorializar. A reterritorialização expressa-se em concretudes fenomênicas diferenciadas no tempo e no espaço, podendo ou não incluir o processo migratório, embora, muitas vezes, é por esse deslocamento no espaço que ocorre a reterritorialização, mas, esta, também, pode ser

entendida em outros contextos. O que deve ficar claro é que a desterritorialização implica perda de território, e a busca/reconquista de novos territórios pode se dar no mesmo ponto do espaço de quando o indivíduo se via como pertencente e/ou pertencedor de um território.

No universo da crise estrutural do capital e diante de sua reestruturação produtiva como resposta à crise, que culminou no modelo de acumulação flexível, é comum empresas em um ritmo toyotista divulgarem a propagação de idéias de que seus “colaboradores” são a própria empresa, como se também fossem pertencedores daquela instituição. Neste movimento, os trabalhadores apreendem a territorialidade do fenômeno como sua própria, como produto do entrelaçamento entre sujeitos de um mesmo lugar, o qual eles devem defender, quando na verdade é uma territorialidade do capital.

Dessa forma, para Saquet (2007, p. 115), “[...] a territorialidade é um fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território. Mediações que mudam no tempo e no espaço”.

É neste contexto que os trabalhadores, convencidos de que fazem parte da empresa, quando na verdade são vendedores de sua força de trabalho, realizam suas atividades de forma extenuante e, diante da captura de sua subjetividade, fazem a leitura de que “se dando”, se dedicando ainda mais à empresa, também seriam pertencedores da mesma, quando na verdade, contribuem para dar ainda mais poder ao “território da empresa”, visto que o território é uma construção coletiva, com múltiplas territorialidades.

Este movimento dos trabalhadores, capturados em sua subjetividade implica um caminho mais certo para sua desterritorialização, ao mesmo tempo em que aumenta os lucros do capitalista. Porém, não se trata de esses trabalhadores seguirem um caminho sem volta, pois é justamente por serem desterritorializados, que estão mais próximos de se reterritorializar de forma plena.

A respeito da forma espacial por excelência da mobilidade do trabalho e do capital, Moreira (2006) ressalta que um elemento comum que caracteriza o arranjo do espaço geográfico, em qualquer sociedade, é espelho da ordem interna que preside o arranjo, a estrutura real da sociedade.

Para o autor, cada criação do mercado se apoia na criação anterior, o que nos leva a crer que o capital também se desterritorializa, deixando para trás centenas, milhares de trabalhadores desterritorializados, com o fechamento de unidades produtivas, com as plantações de milhares de hectares de soja e cana, que com suas culturas mecanizadas eliminam milhares de postos de trabalho. É neste movimento que o capital desterritorializa a

força de trabalho, mas por constituir um movimento, a força de trabalho desterritorializada se reterritorializa em um ir e vir sem cessar. Moreira (2006) destaca que

[...] o que caracteriza a distribuição territorial das populações na ordem espacial do capitalismo avançado é a livre mobilidade do capital e do trabalho. Uma relação empurra a outra: a livre mobilidade territorial do capital só é possível com a cada vez mais plena mobilidade territorial do trabalho. Daí, a distribuição-redistribuição ser a constante da população. Hoje, um fato de escala mundial. E a causa disso é a mundialização do modo capitalista de produção. (MOREIRA, 2006, p. 98-99).

Assim, o ato de pertencer e o se sentir pertencedor/pertencente a um território pode ser tanto espontâneo - do ponto de vista cultural das relações sociais, o que não significa um ato expectante ou contemplativo, porque em sua relação com a natureza, o homem a traz para si, logo, a interação é constante - como condicionado, quando entendido a partir das relações sociais de produção. Ou seja, nascer em um lugar, a casa, a família, a escola, é um pertencer que faz parte de um enraizamento territorial que se aprofunda à medida que ocorre o contato com a diversidade. Aí está a geograficidade que, embora, a princípio, óbvia nas apreensões da Geografia, pode passar despercebida por geógrafos também despercebidos.

Saquet (2007) atenta para o fato de que “[...] o território é construído historicamente, inerente aos processos *co-evolutivos*, humanos e ambientais. A territorialidade é mediação, relação social, prática e cognitiva. (SAQUET, 2007, p. 116, grifos do autor).

E é a leitura realizada a partir do trabalho, visto de dentro como estruturador das relações sociais que permite a compreensão da geograficidade. Todo trabalho é um meio de criação humana, seja produzindo valores de uso ou valores de troca. Por meio do trabalho, o homem se territorializa e, no universo da sociedade capitalista, pelo capital é desterritorializado.

Como os territórios sempre comportam, dentro de si, vetores de desterritorialização e de reterritorialização (DELEUZE; GUATTARI, 1997), o ato de se reterritorializar é também o ato de construir territórios que, no nosso entendimento, pode se dar em condições de vida e trabalho ainda mais precárias, haja vista os trabalhadores nordestinos e mineiros que se dirigem para os territórios canavieiros do estado de São Paulo para trabalharem no corte da cana nos meses de safra, cortando 8, 12 e até extremos de 18, 20/ toneladas/dia, conforme registros do Instituto de Economia Agrícola (IEA) para as regiões de Franca e Votuporanga (SP).

Por outro lado, através da reterritorialização, o indivíduo re-conquista com diferentes formas de luta e de expressão de resistência, aquilo que lhe foi tirado em outro momento. Este fenômeno pode ser constatado por diversos movimentos de luta pela terra, que representam uma resposta contra o modelo expropriatório inerente ao capital. A expropriação é intensificada pela crise do sistema e como necessidade de deslocamento de suas contradições.

Esses homens, mulheres e crianças ao se reterritorializarem, estariam a princípio, mais próximos de construir uma vida dotada de mais sentido, porém, uma vez envoltos pelos mecanismos mais gerais que regem a sociedade capitalista, podem, mais uma vez, estar contidos no movimento de territorialização do capital à medida que estão sujeitos à subordinação.

Thomaz Jr (2006a) destaca que a desterritorialização dos camponeses, que vão viver experiências de proletarização e, posteriormente, retornam à terra por meio do arrendamento, compra ou ocupação, reflete a recriação do campesinato “[...] mas se recriam revitalizando os esquemas de sujeição e de subordinação, todavia, também negando sua submissão à transferência de renda e, à proletarização” (THOMAZ JR, 2006a, p. 21).

Todos os processos derivados da formação, constituição de novos territórios estão diretamente ligados à reprodução dos grupos sociais, sejam voltados à acumulação do capital, quando os processos de reprodução são ampliados, sejam para a (re) territorialização do trabalho, tanto para a venda da força de trabalho, como para a conquista dos territórios de luta.

A respeito da desterritorialização, Haesbaert (2001) ressalta que muitos indivíduos ou grupos poderiam estar envolvidos na confusão de redes e territórios ou estar totalmente excluídos e, assim, passariam a integrar, o que o autor denomina de desterritorialização mais radical, a dos aglomerados de exclusão.

Aglomerados de exclusão seriam marcados então pela desterritorialização extrema, uma certa fluidez marcada pela instabilidade e a insegurança constantes, principalmente em termos de condições materiais de sobrevivência, pela violência freqüente e pela mobilidade destruidora de identidades. Tratam-se, em síntese, de espaços sobre os quais os grupos sociais dispõem de menor controle e segurança, material e simbólica. A desterritorialização arrasadora dos aglomerados excludentes produz assim o anonimato, a acumulação de identidades e a ausência praticamente total de autonomia de seus habitantes. (HAESBAERT, 2001, p.193).

Em outro momento, Haesbaert (2002) discute o binômio território-rede, afirmando que as redes podem se constituir um elemento fortalecedor no interior dos territórios, a exemplo de redes viárias e de comunicações. Verifica-se uma aproximação com as idéias de Raffestin,

autor que defende as redes como constituintes do território, juntamente com os nós e as malhas. Porém, Haesbaert aponta também que as redes podem ser entendidas como elementos de fora do território que, promoveriam sua desestruturação, ocasionando um processo de desterritorialização.

Ainda em contato com as obras de Haesbaert, porém, agora, em 2007, o autor defende a desterritorialização como precarização territorial, que daria forma aos “aglomerados de exclusão”. Vejamos as considerações a respeito da precarização territorial.

A precarização (para alguns “exclusão”) social que lança de forma crescente milhões de pessoas na miséria faz com que eles revalorizem seus vínculos básicos com o ‘território’, mesmo no seu sentido mais elementar – como ‘terra’, ‘terreno’, base primeira da reprodução social, como abrigo e fonte de sobrevivência. Mas do mesmo modo como o ser humano, mesmo na condição econômica mais precária, não se reduz a um indivíduo biológico, podendo se tornar alvo fácil dos identitarismos mais radicais, o território também envolve sempre, em diferentes níveis uma dimensão simbólico-identitária. (HAESBAERT, 2007, p. 66-67).

Convém trazer para o debate algumas considerações sobre as questões discutidas acima. A precarização que o autor menciona acima, para nós, é decorrência da dinâmica do capital, à medida que o capital constante cresce com maior rapidez do que a outra parte destinada ao capital variável, ou seja, destinada à compra da força de trabalho. Assim, o que verificamos em diferentes territórios é uma superexploração da força de trabalho, em que se combinam elevação da mais-valia relativa e ampliação das mais diversas formas de extração da mais-valia absoluta, com a intensificação dos ritmos e aumento da jornada de trabalho²⁴.

Este processo é verificado de forma intensa no setor sucroalcooleiro, seja no corte manual nos canaviais – em que o processo é interiorizado pelos próprios trabalhadores, que intensificam o seu ritmo de trabalho, em condições que ameaçam suas próprias vidas, sendo que para cada tonelada cortada recebem em média R\$ 3,00 – situação que, combinada com aumento do corte mecanizado e com a automação na parte industrial, confirma a expansão das formas de extração da mais-valia no setor, conforme verificamos em trabalho de campo realizado na área de pesquisa.

E, quanto à relação com a precarização territorial discutida por Haesbaert (2007), cremos que o cerne da questão sobrepuja a revalorização dos vínculos básicos do território e da dimensão simbólico-identitária, pois do ponto de vista identitário o que deve ser reforçado e acrescentado ao debate é a identidade de classe, este é o caminho para emancipação.

²⁴ Para mais detalhes, ver: Marx, K. Livro Primeiro, v. I e II e Livro Segundo, v. III.

Não estamos negando que trabalhadores reterritorializados nos canaviais de São Paulo, sejam os migrantes ou mesmo aqueles já provenientes dos territórios canavieiros, outrora camponeses desterrados ou já tendo nascido nas periferias das cidades paulistas que possuem usinas instaladas nos arredores de seus municípios e que já transitaram por vários postos de trabalho nas cidades ou mesmo em outras atividades no campo não carreguem consigo elementos simbólicos, vinculados a territórios perdidos e/ou almejados, porém enfrentam situações de exploração, que transcendem a destruição identitária.

Ainda sobre a precarização territorial, Haesbaert (2007) aponta que junto ao movimento dos “agricultores sem terra”, a desterritorialização adquire um sentido, sobretudo, econômico e que a identidade do grupo, assim como os símbolos podem ser construídos durante a luta pela terra, quando cada um desenvolve uma “experiência total do espaço”.

Acreditamos que ocorre a construção de uma identidade de grupo, associada à consciência de classe trabalhadora, porém, esta consciência, em um momento de reestruturação produtiva, fica muito diluída, como em todos os momentos de “transição” de um regime de acumulação. Assim, quando pensamos nas perspectivas dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro para os próximos 10 anos e no movimento de desterritorialização/reterritorialização, devemos levar em conta que milhares de cortadores de cana serão substituídos por colheitadeiras, tratoristas por operadores de máquinas e, no interior da indústria, a automação aumenta a passos largos.

Dessa forma, a reterritorialização para estas pessoas, de forma a que realmente se sentissem pertencedores e pertencentes a um território, deveria passar pela Reforma Agrária, pelo acesso a terra, mas é justamente essa mesma terra que, ocupada de forma desregada pelos canaviais, ameaça a soberania alimentar e a conquista dos territórios por aqueles que sempre neles trabalharam, ainda que já tenham passado por diversas experiências de trabalho precarizado, não necessariamente em territórios “precarizados”.

Outro ponto apontado por Haesbaert (1997), deve estar presente nas preocupações daqueles que tentam compreender o território, principalmente visto como elemento importante no estudo da relação capital x trabalho, é aquele que refere-se a uma melhor definição do processo de desterritorialização/reterritorialização da espacialidade por ele produzida, ou seja, dos elementos do espaço geográfico.

O conjunto de elementos que estruturam o espaço geográfico, a princípio encarado em sua diversidade, em seus múltiplos sentidos, desde o território pensado pelo enraizamento, quando cada um carrega consigo o espaço percebido, vivido, até elementos mais “concretos” como localização, distribuição, hoje, possui fronteiras questionáveis, haja vista a forte

circulação e influência dos capitais voláteis no processo de acumulação. Mas é importante observar que o processo de territorialização/desterritorialização/ reterritorialização é marcado pela diversidade, mas, também, pela unidade.

Para Moreira (2006), é pela extensão que a diversidade vira unidade; o espaço é a resposta da Geografia à pergunta da unidade na diversidade, é pelo metabolismo do trabalho que o mundo aparece como construção do homem.

Um significado que só pode ser para o homem. Enquanto isto não acontece, a relação homem-espaço-mundo é uma duplicidade do de dentro e do de fora, até que a troca metabólica funde o homem e o mundo num mundo-do-homem.[...] E é isto a geograficidade. (MOREIRA, 2006, p. 169).

Se o espaço geográfico é a materialidade do processo de trabalho, ao mesmo tempo, o processo de trabalho é também produto do espaço geográfico. A crescente utilização do maquinismo altera a relação homem x natureza consequentemente, as relações daí decorrentes são alteradas, implicando inclusive a remodelação dos territórios e das formas de concebê-los/vivê-los. O homem passa a ter um cotidiano muito mais técnico e a natureza passa a ser vista como mais fácil de ser explorada pelo desenvolvimento das forças produtivas. Então, o olhar mecânico que se tem hoje não é mais o de outrora, assim como o uso do espaço e a constituição de novos territórios, pois até mesmo as identidades podem ser destruídas/substituídas por novas formas de ordenamento territorial.

Nos anos 1990, configurou-se uma nova ordem territorial do capitalismo, alterando a organização do processo produtivo, fruto das transformações na relação capital x trabalho. O trabalho a partir daquele momento sofreu intensificação em todas as suas formas de precarização. As atividades terceirizadas, subcontratadas, multifuncionais, polivalentes, temporárias passaram a fazer parte da (des) ordem instalada. E a dimensão socioterritorial destas ações nos interessa como geógrafos. Devemos considerar que essas transformações conformam-se com a convivência dos Estados Nacionais. Porém, Harvey (2005a) ressalta que:

A nação-Estado, embora seriamente ameaçada como poder autônomo, retém mesmo assim grande poder de disciplinar o trabalho e de intervir nos fluxos de mercados financeiros, enquanto se torna muito mais vulnerável a crises fiscais e à disciplina do dinheiro internacional. (HARVEY, 2005a, p. 181).

No caso brasileiro, a etanolatria deve ser motivo de preocupação para todos aqueles preocupados com a soberania alimentar, tema que Thomaz Jr (2007) desenvolve a seguinte reflexão:

[...] Eis um expediente interessante para colocarmos em discussão a Soberania Alimentar dos povos, como uma bandeira de todos os trabalhadores e trabalhadoras, ou em essência uma questão de classe, pois os camponeses têm a ilusão de que devem produzir para o mercado mundial, quando poderiam produzir para satisfazer suas próprias necessidades e abastecer os mercados locais. Por sua vez os demais trabalhadores acreditam que vivenciar um mundo globalizado requer a aceitação da prevalência da eficiência somente para aqueles que conseguem se manter no ambiente da concorrência e na amplitude dos grandes conglomerados, das grandes plantas de supermercados, etc. Seria responsável de nossa parte adiantar o fato de que o mercado internacional existe em função dos excedentes e está controlado pelos grandes conglomerados empresariais, em detrimento da produção camponesa e familiar. (THOMAZ JR, 2007, p. 3)

A preocupação se estende a questões como redistribuição de terras, reprodução do campesinato, futuro do trabalho, refere-se ao fato de o país ser alvo de uma disputa mundial pela dominação das fontes de energia, devido à crise do atual modelo energético, com o possível esgotamento do petróleo nos próximos 30 anos. Assim, a nova solução encontrada pelo governo estadunidense, tendo se transformado em uma febre mundial, é o incentivo à produção do etanol, que leva o presidente Lula a fazer acordos por todas as partes, entregar as terras a grandes grupos e grandes investidores do capitalismo mundial. Isso pode ser facilmente verificado nos estados de Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e, até mesmo na Amazônia, enfim, um novo “mar de cana e rio do álcool”²⁵ parece invadir o país com ondas gigantescas.

Nesse contexto, sendo a unidade espacial, unidade de contrários, verifica-se um (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho, não apenas como uma condição de reprodução do capital, ou uma forma de organização espacial nova e única que se imprime, haja vista o trabalho responder de forma diferenciada a estes arranjos, pois a organização dos trabalhadores varia no tempo e no espaço. Isso pode ser confirmado pelo grande número de trabalhadores nordestinos trabalhando nos canaviais de São Paulo, devido a condições de extrema miséria no Nordeste (situação reproduzida em alojamentos/moradias e condições de trabalho precárias em São Paulo), associada à preferência das usinas por eles, por serem

²⁵ Expressão emprestada de Maria Aparecida de Moraes Silva (1999).

considerados mais *dóceis*²⁶, também a utilização de mão-de-obra indígena já constatada em outros momentos na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP) e também no Estado do Mato Grosso do Sul²⁷. No entanto, outros momentos merecem destaque no conflito capital x trabalho no setor sucroalcooleiro, como a Greve de Guariba em 1984²⁸, greves isoladas mais recentes - por não terem tomado o destaque daquela - porém não menos importante, como forma de mobilização, organização e resistência. Essas situações diversas são expressões da complexidade e reordenamento do trabalho no território.

Dessa forma, Santos (2007), assim como Silva (2007) propõem o território, como território usado. Para Silva, o ordenamento territorial pressupõe o território usado, não apenas por um determinado grupo social, uma vez que aí ocorrem embates entre “territorialidades” conflitantes. É nestes termos que o autor faz a seguinte observação:

[...] se é uma realidade historicamente constituída, a análise do ordenamento territorial sugere uma periodização, a fim de desvelar usos diversos do território e ações particulares que obedecem a princípios gerais da acumulação capitalista, que se transformam e se renovam, apesar da resistência de determinados grupos sociais. Logo, o ordenamento territorial revela uma dinâmica inercial implícita nos processos de gênese, expansão e fim de territórios e reterritorialização. (SILVA, 2007, p. 298).

O autor destaca ainda que as transformações e conflitos que são próprias ao ordenamento territorial nos leva a entendê-lo além de um arranjo espacial, mas de desordenamento, pois, revela um movimento dialético das contradições do modelo de reprodução do capital na contemporaneidade.

Daí a importância de se pensar a espacialidade produzida pelo capital e pelo trabalho²⁹. Dessa forma, a apropriação do território remete às formas espaciais anteriores, expressas por meio da organização da sociedade, que possibilitam/garantem os fenômenos que se expressam territorialmente, imprimindo relações de poder, dominação e resistência.

Assim, há uma organização dos objetos no espaço, cuja lógica que permeia o ordenamento territorial representa o uso do território, juntamente com o arranjo dos objetos sociais, naturais e culturais historicamente construídos. A geograficidade deve aí ser

²⁶ Thomaz Jr (2002a) aponta os baixos índices de sindicalização, não aderência a greves, sob risco de não serem contratados na próxima safra.

²⁷ Para mais detalhes, consultar Ribeiro (2001).

²⁸ Sobre a Greve de Guariba, trataremos mais detalhadamente no capítulo 5. Para maiores informações consultar Gebara; Baccarin (1984), Oliveira (1984), Graziano da Silva (1987), Thomaz Jr (2002a), dentre outros.

²⁹ A preocupação do entendimento dos geógrafos sobre o que é espacialidade foi debatida no Boletim Informativo nº 3 do VII Encontro Nacional da ANPEGE (realizado em Niterói - RJ, de 24 a 27 de setembro de 2007) - ressaltando que mesmo entre os próprios geógrafos não há grande compreensão e consenso do que seja espacialidade.

percebida através da troca metabólica entre o homem e a natureza, ou seja, entre os recursos naturais e as necessidades humanas.

O capital, ao se materializar de forma fracionada no território, com todas as suas artimanhas transforma a natureza - a princípio como o próprio homem o fez e faz desde que se fez homem através do trabalho³⁰, porém, hoje isso se dá por meio de novas formas de interação e domínio sobre o território que lhe garantem as condições de sua reprodução e que são modificadas de acordo com as exigências do processo produtivo.

Ainda pensando a relação entre o capital e o território, Santos destaca que a existência do dinheiro no território não se processa da mesma forma, pois ainda que o comando seja do dinheiro global, há outras formas de dinheiro presentes nos territórios. Assim, para o autor,

O dinheiro aparece como uma arena de movimentos cada vez mais numerosos, fundados sob uma lei do valor que se deve tanto ao caráter da produção escolhida como à possibilidades da circulação. A circulação ganha sobre a produção o comando da explicação, porque ganha sobre a produção o comando da vida. E essa lei se estende aos lugares [...]. (SANTOS, 2007, p. 16).

Assim, podemos dizer que ainda existem territórios que lidam com outras formas de um equivalente geral ou onde o dinheiro circula de forma diferente, apenas como dinheiro-moeda e, dessa forma, de uma maneira menos densa, se comparada ao dinheiro global, fluido, invisível.

É primordial acrescentar à discussão o (re)ordenamento territorial da relação capital x trabalho; não é apenas o capital que se impõe de forma fracionada no território, mas, também, o trabalho se impõe no território, não sendo apenas expectador, embora subsumido no processo.

As relações capitalistas de produção, capital e trabalho (como efetivação de relações de compra e venda de força de trabalho) são necessários um ao outro. Os trabalhadores também imprimem suas marcas no território, pois carregam consigo experiências de proletarização, condições precárias de vida e trabalho.

Diante dessa conjuntura, seria inconcebível pensar apenas na territorialização do capital, porque o trabalho também se territorializa/reterritorializa à medida que é desterritorializado.

³⁰ Esta discussão já foi realizada no capítulo 1 deste trabalho e para maiores detalhes consultar Engels (2004).

Mendonça (2004) atenta para a importância da compreensão das tramas espaciais, em que se deve perceber o todo e não apenas um segmento dos atores envolvidos. Para o autor, são

[...] as tramas espaciais constituintes e constituidoras das mudanças globais no processo produtivo e a ação política desencadeada pelos trabalhadores que, ao *re-Existirem*, constroem diferentes perspectivas para os movimentos sociais. Acredita-se que a apropriação, de parte dos trabalhadores, da territorialização dos fenômenos e suas contradições, possa significar a possibilidade de realização de um novo espaço - o *contra-espaço* - hegemônico pelas forças sociais, historicamente, subsumidas aos interesses do capital. (MENDONÇA, 2004, p. 40, grifos do autor).

Dessa forma, ao se pensar na apropriação - ainda que de parte do universo dos trabalhadores - da materialização dos fenômenos, concomitante à territorialização do capital, deve-se levar em consideração a existência de um território fragmentado para os trabalhadores, mas ainda assim, essa apropriação se constitui um importante passo de ação emancipatória.

A dispersão e fragmentação do processo produtivo no espaço contribuem para a desmobilização do poder sindical e diferentes formas de organização da classe trabalhadora, assim como estímulo à competição entre os próprios trabalhadores, além de problemas de localismo e nacionalismo no interior dos movimentos dos trabalhadores. Para Harvey, “os movimentos dos trabalhadores têm sido mais bem-sucedidos em conseguir poder em lugares e territórios do que em controlar espacialidades, de que resulta o uso da classe capitalista de suas forças superiores de manobra espacial a fim de derrotar revoluções proletárias.” (HARVEY, 2006, p. 58).

O espaço contém a sociedade e é contido por ela. Dessa forma, aí se situam também os diversos sujeitos/grupos - a exemplo dos movimentos sociais e dos sindicatos que cumprem o papel de representar efetivamente a classe trabalhadora, além de outros sujeitos - que colocam em questão a ordem espacial hegemônica, apresentando potencial para gerar um novo arranjo espacial, ou seja, o *contraespaço*, discutido por Moreira (2002b).

E a sociedade civil responde mais às vezes que a ação do Estado pelas remodelações que a ordem espacial freqüentemente experimenta. Em grande parte, pela ação dos *contra-espacos*, o movimento das forças da sociedade civil jogadas para os interstícios da ordem, organizado a partir de um complexo de mapeamento nem sempre claro das territorialidades que nascem dentro e a contrapelo do arranjo disciplinar da ordem. E que intervêm nas regras e normas dos ordenamentos, alterando freqüentemente as formas da regulação e da

organização da ordem, quando não a própria ordem. (MOREIRA, 2002b, p. 65-66).

As tramas espaciais que envolvem a dinâmica da expansão do setor sucroalcooleiro na porção do território paulista por nós estudada, expressão da territorialização do capital, associada à existência de terras devolutas e aos movimentos de luta pela terra (territorialização do trabalho), das paralisações e mobilizações promovidas pelos trabalhadores diante da intensa precarização a que são submetidos, marcam a concreção dos territórios em disputa. Assim, Thomaz Jr (2008, p. 329) destaca que “[...] as mutações no universo do trabalho reavivam as disputas territoriais e complexificam a própria estrutura das classes sociais”.

Dessa forma, o território do Pontal do Paranapanema, que pode ser considerado um território em disputa, palco de terras griladas e conflitos de luta pela terra, convive com o poder latifundiário e agora com o capital usineiro - mais fortalecido, com a expansão e construção de novas unidades. Aliado a essas tramas, conta-se ainda com o apoio do Estado para a regularização das terras devolutas.

Fernandes (2008) destaca que as políticas públicas promovem o fortalecimento das relações capitalistas em detrimento das relações não capitalistas, familiares ou comunitárias,

[...] Intensifica-se, dessa forma, as políticas de expropriação das comunidades rurais, que perdem seus territórios para o capital que necessita se apropriar continuamente dos territórios camponeses para se expandir. Temos então uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, nas quais se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como diferentes formas de propriedades privadas disputam o território nacional. (FERNANDES, 2008, p. 280).

Assim, esse território em disputa - diante do fato de que o capital canavieiro procura novas áreas para a expansão da lavoura canavieira - vem sendo palco do fenômeno de valorização das terras, que de acordo com Carvalho (2007), sofreu aumento de 240% do início de 2002 a agosto de 2004, haja vista a corrida rumo à produção do etanol que tomou conta do país.

Neste momento, algumas particularidades surgem no interior da tecitura da territorialização da relação capital x trabalho. Territorialização e desterritorialização parecem confundir-se em um mesmo fenômeno, haja vista a conquista dos assentamentos que

representam a (re)territorialização dos trabalhadores na terra, porém, em alguns casos marcados pela submissão ao capital (sucroalcooleiro, especificamente nos referimos à Destilaria Alcídia - município de Teodoro Sampaio e aos contratos de arrendamento com áreas dos assentados). Os trabalhadores entram novamente em um esquema de sujeição e subordinação, quando não à proletarização, quando vão trabalhar nas usinas, o que buscam, no entanto, é o retorno à sua condição camponesa e, esta, nesses casos, se confunde com a trabalhadora³¹.

A construção de novas formas espaciais, novos arranjos, resulta nos territórios em disputa, seja entre capital x capital, capital x trabalho, trabalho x trabalho, e a possibilidade de realização de um contraespaço – arranjo espacial dos dominados - interviria nas normas do ordenamento já estabelecidas. À medida que o território vai sendo apropriado pelo capital, que destrói, fragmenta, divide e diferencia territórios do trabalho e trabalhadores, estratégias globalizantes de acumulação, em contrapartida, o trabalho também lança mão de formas territoriais de organização, só que ao contrário do capital, com táticas locais, regionais, nacionais.

O problema essencial no espectro de lutas é sair do local e chegar a uma alternativa universal do sistema social que constitui a fonte de suas dificuldades, conforme Harvey (2006). Assim, se o capital é capaz de produzir diferenciações espaciais, o trabalho também o é no sentido de que ele (o trabalho) é capaz de se mobilizar por meio de formas territoriais de organização, construindo “lealdades territorialmente delimitadas”. Isso é o que se verifica nas greves, nos acampamentos e assentamentos no campo e na cidade, no movimento sindical, embora esse também se expresse territorialmente fragmentado para os trabalhadores, a exemplo dos enfrentamentos políticos e disputas territoriais³² que ocorrem entre os “Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e os Sindicatos dos Empregados Rurais; expressa-se na duplicidade de representação dos trabalhadores ligados ao corte de cana que, por sua vez, assenta-se na dúplici territorialidade dos sindicatos nos municípios-sede” (OLIVEIRA, 2003, p. 06).

Dessa forma, a questão central que se propõe para o trabalho é apreender a territorialização dos fenômenos e suas contradições (MENDONÇA, 2004). Cabe dessa forma, à Geografia ir além de entender a espacialização do capital, pois uma vez comprometida com as transformações sociais deve ser capaz de apreender o (re)ordenamento territorial do

³¹ Referimo-nos a informações obtidas na própria Destilaria Alcídia e também nos Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Venceslau e Marabá Paulista, de que há assentados empregados nas usinas da região.

³² Este ponto será discutido de forma mais aprofundada no capítulo 4.

trabalho no espaço e contribuir para o entendimento e para a superação das dificuldades dos movimentos da classe trabalhadora. A esse respeito, Harvey (2006) destaca:

[...] enquanto não aprender a moldar uma nova geografia da produção das relações sociais, o movimento da classe trabalhadora sempre vai ser um ator em situação de fraqueza, em vez de força. Do mesmo modo, só quando aprender a lidar com as condições e diversidades geográficas e históricas de sua própria existência vai o movimento da classe trabalhadora poder ser capaz de definir, articular e defender uma alternativa [...] realista à dominação capitalista. (HARVEY, 2006, p. 72).

Conforme já destacamos, o grande desafio para a classe trabalhadora é universalizar a luta, porém, não significa que não ocorra a espacialização das lutas, pois é através dela que nos territórios, em disputa, materializam-se os *territórios de lutas*, reordenando o território. Cabe também ao trabalho apreender e avançar as lutas, à medida que o capital lança mão de novas formas de exercício do poder, à medida que a sua relação com a natureza é readequada de acordo com as necessidades do processo produtivo.

Thomaz Jr (2008, p. 343) ressalta sobre a compreensão do capitalismo na fase atual que pouco poderia ser acrescentado, “[...] se não considerássemos as formas de expressão do metabolismo do capital, os rearranjos espaciais e o aguçamento das disputas territoriais que se espalham por todo o planeta.”

Assim, também, o espaço adquire novas facetas, a espacialização adquire novos contornos e devemos estar atentos para as novas relações homem x natureza neste início de século. Moreira (2006 e 2007) chama a atenção dos geógrafos para o biopoder e o bioespaço, configurados com novos arranjos geográficos que se manifestam pelo crescente uso da bioengenharia e da biotecnologia, associadas aos conhecimentos tradicionais, onde capitalismo e não capitalismo convivem contraditoriamente.

Hoje, mais do que nunca na história da humanidade, os ordenamentos do território sobrepõem-se uns aos outros e, com base em Moreira (2007), entendemos que o bioespaço consolida o biopoder, a biopolítica, representando uma nova expressão de (re)ordenamento territorial do capital, com rebatimentos que implicam (re)ordenamentos no mundo do trabalho.

O intenso desenvolvimento da ciência, conforme já destacamos, não é a principal força produtiva e não se sobrepõe ao valor, por ser parte intrínseca de seu mecanismo (ANTUNES, 2005), associada ao desenvolvimento tecnológico e ao investimento em capital constante em praticamente todos os setores, avança sobre o território e tensiona ainda mais a

relação entre as classes, pois atinge diretamente a classe que sobrevive dos salários ou, que mesmo não sobrevivendo dos salários, não é proprietária dos meios de produção.

É em meio a esta tensão que os agrocombustíveis passam a ser valorizados, por meio do etanol e do biodiesel, desencadeando conflitos por domínio do espaço; onde o urbano e o rural se misturam, originando formas sociais que se relacionam à terra como categoria econômica e ao mesmo tempo política, conforme destaca Moreira (2007):

[...] a bioenergia é o fruto da terceira era técnica, em que estamos entrados, e da qual o biocombustível já aparece como símbolo, assim como o petróleo e o automóvel simbolizavam a era técnica da segunda revolução industrial. Mas é parte de um plano maior que a biorrevolução. É a expressão direta da bioengenharia, epicentro da terceira revolução industrial, e o veículo mais contundente do avanço da biorrevolução. Destarte, a bioenergia, o complexo agroindustrial, a bioindústria, o transporte movido a biocombustível são os elos mais conhecidos da biorrevolução, termo que traduz uma profunda reestruturação nas formas de organização da agricultura, da pecuária, das atividades industriais, do sistema de transporte e das fontes e formas de transmissão de energia, portanto das relações tecnoprodutivas e da arrumação do espaço no futuro-presente. (MOREIRA, 2007, p. 5).

Os conflitos de domínio no espaço, ou seja, nos territórios em disputa, podem ser constatados na área em estudo por meio do processo de concentração/centralização de capitais, a exemplo da aquisição de empresas como a Destilaria Alcídia, sediada no município de Teodoro Sampaio/SP, pelo grupo Odebrecht; do surgimento de novas unidades industriais, como a Atena no município de Martinópolis/SP; do Grupo Diana de Avanhandava; Cocal II e Paranapanema, esta última do Grupo Albertina, de Sertãozinho/SP, em parceria com a norueguesa Biofuel AS, no município de Nanduba/SP e a Odebrecht no município de Mirante do Paranapanema/SP. Além deste aspecto, as terras devolutas, já reivindicadas pelos movimentos sociais passaram, agora, a adquirir nova conotação, pois o capital se apropriou daquela porção do território paulista, produzindo/inserindo novos territórios, sobrevalorizando as terras, com a expansão da cana, o que é facilmente perceptível pelo “olhar da paisagem”, antes destinadas a pastagens, foram transformadas em canaviais.

As pequenas cidades são impactadas, pois percorrendo cidades como Caiabu, é como se estivéssemos em território da Usina Alto Alegre, pois pode também ser percebido como um território dos trabalhadores dessa usina, haja vista a quantidade de ônibus da empresa parados nas ruas da cidade e a quantidade de trabalhadores que para ela trabalham. Caiabu foi a única cidade, dentre as contempladas pela pesquisa, em que até o momento (2007), verificamos a presença de migrantes nordestinos, que para lá se mudaram para trabalhar no

corte da cana, porém residem em casas alugadas na periferia da cidade. De um modo geral, percorrendo a periferia das cidades da área em estudo foi muito comum encontrarmos ruas inteiras em que pelo menos 1 habitante das casas trabalhava e/ou tinha parentes e amigos trabalhando no corte da cana, ou em atividades industriais no interior da usina.

Antes de adentrarmos especificamente nesta discussão e, uma vez tendo levantado apontamentos para uma leitura do espaço a partir do (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho, contemplando as disputas territoriais, julgamos necessário entender a formação territorial da área de estudo.

Para que aprofundemos a análise da territorialização do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, objetivamos (des) velar a formação desta porção do território paulista, dos fenômenos antes territorializados que contribuíram para a conformação atual e para as tramas que lá se processam.

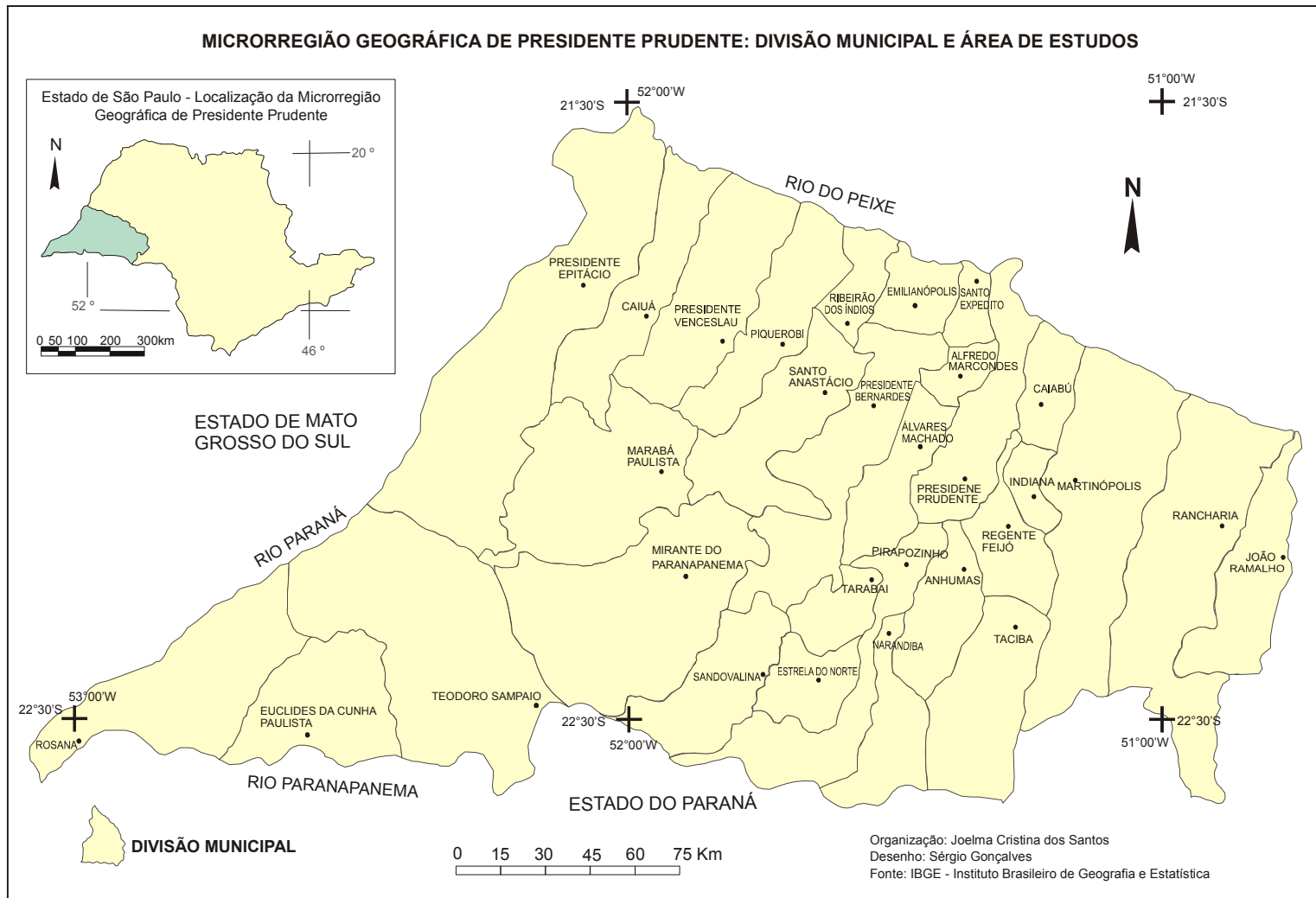
3.2 O processo de formação territorial da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente - SP

Compreender as tramas, os processos presentes na atual configuração da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente - SP, assim como de qualquer outro recorte territorial, implica entender a relação espaço-temporal que constitui o pilar de sustentação dos territórios em construção, pois não os consideramos acabados, visto que são formas em movimento, que estão em constante transformação.

Para iniciar a discussão referente à formação territorial da área de estudo, é necessário compreender que a relação espaço-tempo é que torna concreta qualquer formação econômico-social. Assim, Moreira esclarece:

Espaço-tempo: O que dá concretude à formação econômico-social é o espaço. Contudo, vimos que o espaço sem a dimensão tempo é um “espaço congelado”. Do mesmo modo, pensar um modo de produção apenas pelo prisma do tempo, a-espacialmente, é produzir uma história de generalidades, que esconde as diferenças das formações econômico-sociais. (MOREIRA, 1982, p.62, grifos do autor)

A atual Microrregião Geográfica de Presidente Prudente localiza-se no sudoeste do estado de São Paulo, e abrange uma área de 17.558 km², sendo constituída por 32 municípios (Mapa 5)



Mapa 5 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente: divisão municipal e localização no Estado de São Paulo
 Org.: Joelma C. Santos, 2007.

O período em que se iniciou a ocupação da área de estudo coincidiu com a criação da Lei de Terras ou Lei n.º 601 de 18 de setembro de 1850, por meio da qual ficava proibido o acesso às terras devolutas a não ser pela compra.

Martins (1981) ressalta que a Lei de Terras de 1850 representava um instrumento legal e jurídico para efetivar o monopólio de classe sobre a terra, com o Estado do lado do grande fazendeiro, o que dificultava o acesso à terra aos trabalhadores sem recursos.

Posterior a esta lei e sua regulamentação, surgiram outras leis que beneficiavam aqueles que já possuíam a terra por meio de posse, conforme demonstra Abreu (1972)

[...] em suma, todas elas permitiam a posse àqueles que a tivessem feito de maneira pacífica, proveniente de uma prioridade de instalação, isto é, que tivessem terras já cultivadas ou com um começo de cultura e habitação permanente do ocupador ou de algum preposto seu. (ABREU, 1972, p. 26).

De acordo com Antonio (1984), além dos fazendeiros, nessa fase foram importantes na ocupação da área os grileiros, os colonos, o coronel e a massa dos pioneiros. O início da grilagem das terras no Pontal do Paranapanema, ocorreu entre 1886 e 1890, conforme afirma Fernandes (1999). A presença dos grileiros marcou a ocupação da região, pois para Monbeig (1984), numa região pioneira, era muito difícil encontrar o primeiro ocupante, assim como atestar a titularidade das propriedades.

Dessa forma, as disputas por terras na região de Presidente Prudente constituem parte de um processo que se iniciou na segunda metade do século XIX, com a vinda de migrantes mineiros, passando pela marcha do café e pela implantação da Estrada de Ferro Sorocabana no início do século XX.

É importante observar que a marcha pioneira esteve longe de ser um acontecimento pacífico, pois os precursores mineiros depararam-se com alguns grupos, como a forte presença de indígenas, não ligados economicamente ao movimento de expansão, que ofereciam resistência, impedindo os primeiros de ocupar aquela porção do território paulista, sem que isto ocorresse sem confrontos.

Monbeig (1984) ressalta que os confrontos entre aqueles que moviam a marcha pioneira e os índios foram quase sempre sangrentos, e pouco se sabe sobre a localização dos principais grupos indígenas e seus respectivos gêneros de vida. Todavia, o autor enfatiza que os Xavantes, algumas vezes, se relacionavam e trabalhavam para os brancos, incorporando gradativamente a sua cultura.

Assim, houve dificuldades para a entrada dos migrantes mineiros, pois os índios, primeiros a desmatar as florestas e a aproveitar o solo, reagiam à dominação dos novos exploradores das zonas pioneiras.

Neste contexto, Abreu (1972) descreve o relacionamento entre mineiros e indígenas neste momento histórico da seguinte forma:

[...] as relações com índios eram em geral, inamistosas e sangrentas. A posse da terra fazia-se à custa de muitas lutas e mortes. [...] Além das mortes, os índios infringiam também outros danos, destruindo as plantações, furtando o gado, incendiando as fazendas, atacando os trabalhadores nas plantações ou promovendo emboscadas nas estradas, deixando o sertanejo em constante estado de sobressalto. (ABREU, 1972, p.22-23).

Os pioneiros, por sua vez, respondiam aos ataques indígenas com maior brutalidade. Dessa forma, eram organizadas as dadas – expedições de caça aos índios em que estes eram assassinados. As mulheres e os homens mais jovens eram levados como escravos para as fazendas dos novos habitantes do oeste paulista.

Para Monbeig (1984), a oposição indígena mostrou-se forte para frear o início do avanço pioneiro, entretanto, a superioridade numérica dos colonizadores aniquilou o pequeno grupo indígena.

Os migrantes, em sua maioria, fixaram-se em regiões onde o plantio do café já estava consolidado. Todavia, outros procuraram se estabelecer em regiões mais distantes, como o Oeste Paulista, por exemplo, uma região, que após a derrubada das matas, se adequaria perfeitamente à criação de gado, tal como estavam acostumados em Minas Gerais. Assim, as terras virgens foram ocupadas por meio da posse.

A região sudoeste do Estado de São Paulo era também chamada de Vale do Paranapanema ou Sertão do Paranapanema e, para atrair o povoamento, os itinerários de penetração converteram-se em pistas utilizáveis por cavaleiros e carros de boi. As densas florestas, em alguns lugares, e, em outros, o Cerrado, atraíam os novos colonizadores e, aos poucos foram se transformando em vegetação adequada à criação de gado.

Foi assim que se iniciou uma crescente valorização das terras, com as matas sendo destruídas, cedendo espaço para a agricultura, pecuária e criação de núcleos urbanos.

A pecuária é uma atividade importante na região de Presidente Prudente desde o início de seu povoamento, assim os mineiros foram atraídos, dentre outros fatores pelas pastagens nativas apropriadas à criação de gado, o que fez com que essa região ficasse conhecida como área de criação.

Dessa forma, vários fatores influíram para que fosse alcançada a expansão na criação de gado. Dentre estes fatores merece destaque a instalação da ferrovia, pois de acordo com Monbeig (1984) os fretes ferroviários tornaram-se mais vantajosos para transportar gado que o café. Acrescente-se, ainda, a alta do preço do gado; o aumento da população urbana – principalmente das grandes cidades – que passaram a demandar uma maior quantidade de carne e derivados lácteos; a facilidade de obtenção de crédito que se tornou mais acessível aos criadores do que aos lavradores (SANTOS, 2004). Outro fator que merece ser mencionado refere-se à mão-de-obra utilizada na criação de gado, que é inferior à utilizada nas lavouras de café e algodão.

A criação de gado era comum nas grandes fazendas, e também, era uma prática frequente dentre os pequenos proprietários, que a conciliavam com as plantações de algodão, café e árvores frutíferas, conforme destaca Monbeig (1984). A associação dessas diversas atividades garantia a reprodução social da família.

Aos poucos, a criação de gado constituiu-se uma atividade de grande expressão econômica, em virtude da área ocupada e dos capitais movimentados. Assim, ao lado do algodão, a criação bovina caracterizaria a economia da Alta Sorocabana desde os idos dos anos 1940. Cabe mencionar os contratos de meação e arrendamento, que contribuíram para a formação de pastagens e conseqüentemente para a criação de gado, num momento em que esta se encontrava em expansão.

Para Monbeig (1984), os fazendeiros lucravam com os arrendatários que se dedicavam ao cultivo do algodão, pois, geralmente, os contratos eram de três anos e, no final do segundo ano, estes arrendatários recebiam sementes de forrageiras dos proprietários, de modo que, no final do contrato, recebiam as pastagens preparadas para a criação de gado.

Um outro fator que marca a formação territorial desta porção do Oeste Paulista foi a doação de terras devolutas. Uma vez que os ocupantes e posseiros dificilmente possuíam títulos de propriedade, no movimento pioneiro, foram os grileiros que deram início à especulação sobre o preço das terras.

Neste contexto, Antonio (1984) ressalta sobre os grileiros que:

[...] eles não tinham intenção de ocupar e explorar a terra, mas apenas de especular com ela. Obtinham sobre águas vendidas ou não, com os proprietários de outras águas. Muitas estavam abandonadas por seus legítimos donos que pretendiam explorá-las mais tarde. (ANTONIO, 1984, p. 85).

Os grileiros falsificavam os títulos de compra e registravam-nos em cartório e, uma vez com o título de compra falsificado, apossavam-se da terra e iniciavam a cultura, a criação ou a venda das terras, a partir da especulação e da valorização trazida pelo café.

Neste primeiro momento de organização territorial, apareceram os primeiros conflitos entre a frente de expansão e a frente pioneira, uma vez que essa avança sobre a primeira, com o deslocamento da fronteira econômica. Assim, relações capitalistas de produção avançam e convivem com relações não-capitalistas.

A frente de expansão ocorre com os precursores, que avançam sobre as terras devolutas para o trabalho, no caso do Oeste Paulista, os índios e os mineiros, foram os primeiros a tomar a iniciativa da prática das roças e para tanto, utilizavam-se as queimadas. De um modo geral, a frente de expansão é representada pelo ocupante e o posseiro. Todavia, a frente pioneira é representada pelos fazendeiros, grileiros e companhias de terras. Nessa situação, ocorre um deslocamento da fronteira econômica, sendo a frente pioneira que atribui o trabalho social.

Para Martins (1997), a fronteira é onde se pode estabelecer uma população excedente de camponeses pobres, um grande excedente de mão-de-obra e, ao mesmo tempo pode ocorrer uma ascensão social do campesinato; é, também, onde se estabelece sua subordinação às relações capitalistas.

Antonio (1984, p. 89) enfatiza que: “a frente de expansão, embora sendo uma faixa povoada, não constituiu uma frente pioneira porque a sua vida econômica não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado”. Outrossim, este autor enfatiza que a frente pioneira caracteriza-se pela instalação de empreendimentos econômicos e, dessa forma, apresenta-se integrada à economia de mercado.

Assim, ocorreu a efetivação da conquista do Oeste Paulista e a vinda do café contribuiu para aumento da demanda e a valorização das terras.

A esse respeito, Abreu (1972) destaca:

[...] o café valorizou e povoou as terras “descobertas” pelos povoadores mineiros. Esta colonização foi feita de modo original, pois além dos proprietários das zonas cafeeiras mais antigas, que abriam novas fazendas aproveitando a boa situação do café, veio o negociante de terras para adquirir glebas com as quais pudesse especular com os que chegassem depois. Ambos utilizaram recursos legítimos e ilegítimos para obter terras e daí os “grilos”. (ABREU, 1972, p. 36).

O café provocou a especulação das terras, principalmente através dos loteamentos. De acordo com Abreu (1972), os especuladores retalhavam suas terras em pequenas propriedades e as vendiam a prazo para pessoas de “poucas posses”, incluindo os imigrantes. Este autor conclui que o sistema de loteamento foi rendoso. Os fazendeiros também se dedicaram a ele, com o intuito de financiar suas plantações. “Assim, o planalto ocidental conheceu ao lado do latifúndio cafeeiro, a pequena propriedade explorada pelo colono e sua família”. (ABREU, 1972, p. 37).

Todavia, além do café, realizava-se a plantação de outras culturas alimentícias. De acordo com Abreu (1972) “entre as ruas dos cafeeiros, plantavam-se culturas anuais de milho, feijão e arroz, tanto para a manutenção da família como para pagamento da propriedade” (ABREU, 1972, p. 100).

Desse modo, ocorreu o parcelamento de grandes fazendas para os imigrantes, sobretudo, para os estrangeiros, ao contrário do que ocorria nas áreas cafeeiras em que predominava a parceria e o colonato, conforme ressalta Antonio (1984).

A ferrovia, no caso, a Estrada de Ferro Sorocabana representava o transporte rápido e seguro do café até o Porto de Santos. A esse respeito Abreu (1972, p. 38) afirma que: “a ferrovia foi importante na economia cafeeira, sendo uma das vigas de sua infra-estrutura.” A estrada de ferro favoreceu a ocupação e o aproveitamento do solo e contribuiu para o surgimento de vários núcleos urbanos, além de facilitar a comunicação desses com os grandes centros.

O comércio de terras foi intenso na Alta Sorocabana na década de 1920. Todavia, os títulos de propriedade não eram seguros, por serem as terras devolutas, conforme enfatizam diversos autores, dentre eles Leite (1998) e Monbeig (1984). De acordo com Monbeig (1984) essa região interessou mais aos loteadores do que aos fazendeiros. Dessa forma, surgiram as empresas de colonização, que incentivaram o povoamento, por meio do comércio de terras até então inexploradas.

Dentre as companhias de colonização que se sobressaíram no comércio de terras, merece destaque a Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio fundada pelo Coronel José Soares Marcondes em 1920. Além desta companhia, outras empresas de colonização atuaram na região, como a Companhia Viação São Paulo - Mato Grosso, Companhia dos Fazendeiros de São Paulo; Colonização Martins; Companhia Antonio Mendes Campos Filho, dentre outras, conforme destaca Leite (1998); a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que atuou na região por meio da Companhia Agrícola de Imigração e Colonização (C.A.I.C).

Várias cidades da região originaram-se de antigos patrimônios fundados pelas Companhias como Rancharia, Pirapózinho, Presidente Prudente, Martinópolis, entre outras, conforme ressalta Leite (1972). Essas empresas beneficiaram-se da ferrovia e da valorização do café na década de 1920, pois, após o término da Primeira Guerra Mundial, aumentou a procura por terras para o plantio do café.

No final da década de 1920 ocorreu a crise de 1929 em todo o país, que dependia essencialmente das exportações de café. A região de Presidente Prudente apresentou reflexos decorrentes desta crise.

O café foi o principal produto da agricultura prudentina nas décadas de 1920 e 1930, sendo o grande responsável pela colonização da região e pela fundação da cidade de Presidente Prudente, conforme observa Abreu (1972). O autor destaca ainda que, na década de 1920 surgiram as primeiras levas de imigrantes e iniciou-se a estruturação econômica baseada fundamentalmente no café, cujo apogeu da produção se deu por volta dos primeiros anos da década de 1930, quando o oeste paulista contava com mais de 1 bilhão de pés de café.

Com as aquisições de terras realizadas por meio das companhias de colonização, os proprietários assim que entravam nas terras, passavam a ter na cultura cafeeira, a atividade econômica mais importante.

Cabe ressaltar que nesta nova fase de ocupação da região às propriedades vendidas a prestação pelas empresas de colonização, surgiu um número significativo de pequenas e médias propriedades. Dessa forma, passou a ocorrer, na região, a coexistência do latifúndio com a pequena e propriedade. Os pequenos proprietários eram numericamente superiores, porém os latifundiários passavam a desempenhar o papel de líderes políticos. Assim, se iniciava o coronelismo nesta porção do Oeste Paulista. Os coronéis manipulavam politicamente a população rural que, conforme destaca Abreu (1972), era incapaz de se fazer representar devido à sua fragilidade econômica.

O coronelismo vigorou por toda a década de 1920 e somente com a Revolução de 1930, os coronéis foram oficialmente substituídos na liderança política. Entretanto, surgiram novas práticas coronelistas que continuaram a exercer importância e domínio nas relações sociais.

Outro fato importante, neste período, que se refletiu na Alta Sorocabana foi a Crise da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. A crise repercutiu na Alta Sorocabana com contenção do avanço da expansão cafeeira, que até aquele momento se traduzia pela busca de

terra roxa³³ para o plantio de café. De acordo com Monbeig (1984), a queda dos preços atingiu os fazendeiros no momento em que pretendiam aumentar suas plantações. Isto levou a uma redução na vendas de terras na Alta Sorocabana, devido aos títulos de propriedade duvidosos, e em decorrência da queda dos preços do café. A decadência do café esteve ligada à grande crise que atingia o Estado em meados dos anos 1930, e ao empobrecimento dos solos, pois sendo de formação arenosa não eram apropriadas para a cultura cafeeira; aliado a esses problemas, às geadas destruíram lavouras novas e ao povoamento das terras roxas do Norte do Paraná, o governo passou a incentivar a produção de algodão, que foi a cultura substituidora do café, conforme enfatizam Abreu (1972) e Leite (1972).

Devido à decadência do café na região, outras lavouras passaram a ser cultivadas na região por volta de 1933, como implantação do algodão nas áreas antes cultivadas pelo café, além de ocorrer aumento na produção de milho, arroz e feijão. Outrossim, sucederam-se novas culturas, como a batata, a menta, o amendoim, a mandioca, a mamona, dentre outros produtos.

Nas décadas de 1930 e 1940, além dessas lavouras, grande parte das terras foi ocupada por pastagens, e mesmo diante do razoável aproveitamento para as lavouras, a maioria dos fazendeiros realmente passou a se dedicar à criação de gado bovino, principalmente para o corte.

O camponês sempre fugiu à regra, no que diz respeito à criação de gado bovino de linhagem para o corte – predominante na pecuária regional – pois se dedica principalmente à criação de gado leiteiro, cuja produção de leite, e de derivados é destinada, em sua maior parte, ao consumo da própria família (SANTOS, 2004).

A crise cafeeira propiciou também um ambiente favorável à implantação do algodão na Alta Sorocabana, cabendo ressaltar que, ao contrário do café, que ficava restrito às grandes propriedades, o algodão desenvolveu-se em pequenas e médias propriedades.

A produção de algodão, após ter atingido o seu auge no fim da Segunda Guerra Mundial, começou a declinar devido à concorrência das fibras artificiais e à queda do seu preço. Com o declínio da produção de algodão, as indústrias ligadas à extração do óleo deste produto incentivaram a produção de amendoim, produto que alcançou elevada produção nas décadas de 1950 e 1960.

³³ Terra roxa – tipo de solo bastante fértil, resultado de milhões de anos em decomposição de rochas de arenito basáltico. De aparência vermelho-roxeada devido à presença de minerais. Historicamente teve muita importância no Brasil, pois foi em seus domínios que a cultura cafeeira se expandiu no final do século XIX e início do século XX.

O milho substituiu o algodão em muitas propriedades rurais após os anos 1960, estando ligado à criação de gado. Entretanto, o amendoim ainda se constituía no principal substituto do algodão.

Cabe ressaltar que as indústrias que se desenvolveram até aquele momento na região tinham por finalidade processar matéria-prima proveniente do campo, uma vez que eram compostas basicamente por indústrias de beneficiamento de algodão e frigoríficos que foram implantados nos anos 1950, em decorrência da expressividade da criação de gado, sendo responsáveis pelo abate do gado da região, e dos estados do Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, conforme aponta Leite (1972).

Cabe ressaltar que a instalação de frigoríficos contribuiu para a ampliação das pastagens na região, aumentando ainda mais o interesse pela engorda de gado. A partir daquele período, a região passaria a ter a sua imagem intrinsecamente ligada à pecuária.

Hespanhol (2000) resalta que a expansão da pecuária na região ocorreu em áreas anteriormente ocupadas pelas lavouras, e por meio de incorporação de novas áreas, como o Pontal do Paranapanema, por grandes fazendas dedicadas à criação de gado.

Na década de 1950, foi concluído o asfaltamento da Rodovia Raposo Tavares até Presidente Epitácio, o que facilitou o transporte de carnes frigorificadas para os centros consumidores. A instalação dos frigoríficos representou o início das atividades agroindustriais na região, em meio ao processo de modernização da agricultura nas décadas de 1960 e 1970. Na região de Presidente Prudente, essas atividades agroindustriais se restringiram a alguns frigoríficos, máquinas de esmagamento de algodão e amendoim e alguns laticínios, sendo que muitos destes estabelecimentos encerraram suas atividades na região nas décadas de 1980 e 1990 (SANTOS, 2004).

A Fazenda Brasilândia, um grande empreendimento da Companhia Swift do Brasil, foi desmembrada na década de 1980 e adquirida por vários pecuaristas e a Fazenda Laranja Doce, por sua vez, adquirida pelo Grupo Azevedo Antunes. Essa última, tradicionalmente, dedicava-se à pecuária na região, porém, atualmente, suas terras, antes ocupadas pelas pastagens e criação de gado, estão sendo destinadas ao plantio da cana, por meio de contratos de arrendamento com a Usina Atena, de Martinópolis - SP.

Convém destacar ainda que nos anos 1980 houve redução na demanda por força de trabalho no campo e, desde a década anterior, já se verificava um forte êxodo rural. Dessa forma, muitos antigos arrendatários, assalariados, pequenos proprietários - venderam suas propriedades devido ao baixo rendimento das lavouras, degradação do solo e, de um modo geral, por dificuldades de sua reprodução social - entre outras categorias mudaram-se para as

idades, em sua maioria, para as periferias e passaram a ser empregados com baixa remuneração ou foram trabalhar como trabalhadores volantes. Cabe destacar que muitos, nas duas últimas décadas, principalmente na última, passam a fazer parte de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o intuito de resgatarem a dignidade perdida.

Assim, nesta porção do território paulista, ao mesmo tempo em que se verificou o desmembramento de grandes propriedades, também ocorreu uma diminuição das pequenas propriedades, o que pode ser observado na tabela 13, que apresenta a estrutura fundiária da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.

Tabela 13 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): estrutura fundiária - 1980-1996

| Anos Área (ha) | 1980 | | 1985 | | 1995/96 | |
|-------------------|-----------|-------|-----------|-------|-----------|-------|
| | Área (há) | % | Área (ha) | % | Área (ha) | % |
| Menos de 10 | 25.123 | 1,48 | 25.765 | 1,53 | 10.767 | 0,78 |
| 10-20 | 42.193 | 2,48 | 49.806 | 2,97 | 43.196 | 3,13 |
| 20-50 | 104.677 | 6,16 | 117.334 | 6,99 | 89.815 | 6,50 |
| 50-100 | 104.295 | 6,13 | 110.582 | 6,59 | 90.975 | 6,58 |
| 100-200 | 121.983 | 7,17 | 134.816 | 8,03 | 117.089 | 8,47 |
| 200-500 | 229.471 | 13,50 | 229.125 | 13,65 | 222.267 | 16,09 |
| 500-1000 | 204.015 | 12,00 | 218.320 | 13,00 | 211.069 | 15,28 |
| 1000 ha e mais | 868.207 | 51,07 | 793.008 | 47,24 | 596.428 | 43,17 |
| Total | 1.699.971 | 99,99 | 1.678.763 | 100 | 1.381.606 | 100 |

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo 1980, 1985, 1995/96.
Org.: Joelma C. Santos, 2007

Assim, observa-se a concentração da estrutura fundiária na microrregião em estudo, pois do total de área de 1.381.066 ha em 1996, 596.428 ha ou 43,17% eram áreas de 1000 ha e mais. Contabilizarmos as áreas de 500 ha e mais, estas totalizam 807.497 ha ou 58,42% do total de grupos de área. Por outro lado, as áreas com menos de 10 ha que, em 1980, somavam 25.123 ha, em 1995/96, este número foi reduzido para 10.767 ha, ou seja, menos de 1% de total de áreas da região e, mesmo contabilizando os estratos de área de até 100 ha, estes somavam em 1996, 234.753 ha, ou seja, menos de 17% do total de grupos de áreas da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.

É desta forma que indivíduos outrora pequenos proprietários vão trabalhar em lavouras, como trabalhadores volantes, populares boias-frias, outros tornam-se arrendatários, ou exercem atividades com baixa remuneração no campo. Há, também, aqueles que desejam retornar à terra e, para tanto, passam a integrar movimentos sociais como o MST e lutam pelo retorno ao campo e por uma nova política agrária e agrícola.

Mesmo diante dos assentamentos dos trabalhadores rurais no campo, que totalizavam 106 no ano de 2006, conforme apontam Silva; Fernandes; Valenciano (2006), a região de Presidente Prudente sempre se caracterizou como uma área que possui grandes propriedades, destinadas em sua maioria à criação de gado. A este respeito, Leite (1998) afirma:

[...] as formas de ocupação irregulares utilizadas [...] são responsáveis pela origem e manutenção da atual divisão fundiária. No Pontal estão situadas as mais vastas fazendas pecuárias do estado, como estigma de economia periférica dominante. (LEITE, 1998, p.197).

De um modo geral, na região de Presidente Prudente e, principalmente, no extremo sudoeste, a estrutura fundiária é muito concentrada e os fazendeiros utilizam a criação de gado para “mascarar” o caráter improdutivo das terras. O início do século XXI passou a ser marcado pela substituição destas áreas antes destinadas à pecuária extensiva pelo plantio de cana.

De acordo com Medeiros (1996), vem ocorrendo a diminuição da área ocupada por pastagem e o aumento da área ocupada pela cana-de-açúcar, e esse pode ser considerado um dos elementos que contribuiu para o avanço da fronteira agrícola.

A esse respeito, Stevanato (2002) ressalta que desde o início dos anos 1980 vem ocorrendo a expansão da cultura da cana-de-açúcar, visando ao abastecimento das destilarias que se instalaram na região entre 1974 e 1982. Stevanato afirma ainda que “muitos pecuaristas arrendaram suas terras (ou parte delas) para as usinas, diminuindo com isso a área de pastagens”. (STEVANATO, 2002, p. 45).

A redução da área ocupada por lavouras - com exceção das lavouras temporárias em descanso - e as oscilações nas áreas ocupadas por pastagens reflete-se em toda a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (Tabela 14).

É possível verificar que as lavouras permanentes apresentaram declínio em todo o período analisado, ao passo que as temporárias apresentaram algumas oscilações, pois em 1980 foram cultivados 191.060 ha e, em 1985, a área ocupada por estas lavouras saltou para 245.664 ha, o que pode ser explicado pela expansão de lavouras como o algodão, cujo cultivo foi expressivo nesse período.

Porém, nos dez anos seguintes, ocorreu uma redução significativa dessas lavouras, que passaram a ocupar em 1996 uma área de 137.224 ha. As lavouras temporárias em descanso apresentaram crescimento no período em análise, pois, em 1985, ocupavam uma área de 5.699 ha e, em 1996, passaram a ocupar 13.447 ha.

As matas e florestas naturais, assim como matas e florestas plantadas e terras em descanso e produtivas não utilizadas, apresentaram redução significativa. Quanto às pastagens, tanto as naturais como as plantadas tiveram sua área reduzida no período analisado, sendo que as pastagens naturais apresentaram declínio entre 1980 e 1985, e se recuperaram em 1996. As pastagens plantadas, ao contrário, apresentaram aumento entre 1980 e 1985, ano em que a área plantada atinge 1.172.051 ha, diminuindo para 1.129.264 ha em 1996.

Tabela 14 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): utilização das terras - 1980-1996

| Ano | Lavouras Permanentes | | Lavouras Temporárias | | Lavouras Temporárias em descanso | | Pastagens | | Matas e florestas plantadas | | Terras em descanso e terras não utilizadas | |
|------|----------------------|-----------|----------------------|-----------|----------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------------------------|-----------|--|-----------|
| | Estab. | Área (ha) | Estab. | Área (ha) | Estab. | Área (ha) | Estab. | Área (ha) | Estab. | Área (ha) | Estab. | Área (ha) |
| 1980 | 2.843 | 19.934 | 10.714 | 2.236 | 446 | 5.669 | 10.089 | 155.696 | 2.868 | 121.179 | 532 | 11.750 |
| 1985 | 2.442 | 13.551 | 11.601 | 1.575 | 511 | 11.168 | 10.407 | 88.955 | 2.416 | 108.288 | 795 | 7.929 |
| 1996 | 3.208 | 9.039 | 8.070 | 1.587 | 803 | 13.447 | 12.318 | 105.600 | 3.888 | 77.633 | 433 | 3.491 |

Fonte: FIBGE: Censo Agropecuário de 1980, 1985 e 1995/96.
Org. Joelma C. Santos, 2007.

A redução de pastagens se deve à expansão da cana-de-açúcar, além da retirada de alguns frigoríficos da região, e da extensão da área urbana, onde são construídos novos loteamentos.

Na tabela 15 temos as principais lavouras cultivadas na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente no período compreendido entre 1980 e 2006.

De um modo geral, as principais culturas apresentaram declínio, tanto em área colhida, como em quantidade produzida, o que pode ser observado com o amendoim em casca, o feijão em grão, o café em coco, todas igualmente importantes do ponto de vista dos empregos gerados, haja vista que estas culturas não são mecanizadas na região em estudo.

No período analisado, verificamos que o algodão em caroço apresentou aumento da área colhida entre 1980 e 1990, quando atinge seu auge tanto em quantidade produzida em 1985, como em área colhida em 1990. A colheita do algodão era uma atividade à qual se dedicavam muitos dos atuais cortadores de cana, porém, a partir dos anos 1990 esta cultura apresentou declínio da área plantada.

O milho em grão é uma cultura cuja produção cresceu muito até o ano de 2004, ano em que a quantidade produzida atingiu o recorde na região, alcançando 134.341 toneladas e a maior área plantada foi em 2005, com 50.881 ha. Porém, de 2005 para 2007, observamos redução que, a nosso ver, se deve à expansão da cana na região.

O declínio de lavouras como o algodão está igualmente relacionado à expansão da cana e à instabilidade de preços, sendo que o declínio da produção de algodão provocou o fechamento de máquinas de beneficiamento na região. Em contrapartida, a expansão de culturas como o milho em grão está ligada à posição ocupada pela pecuária na Microrregião em estudo.

Tabela 15 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP - produção das principais lavouras - 1980-2007

| Ano | Algodão em caroço | | amendoim em casca | | cana-de-açúcar | | Milho em grão | | Feijão em grão | | café em coco | |
|------|-------------------|-----------|-------------------|-----------|----------------|-----------|---------------|-----------|----------------|-----------|--------------|-----------|
| | Qde (t) | Área (ha) | Qde (t) | Área (ha) | Qde (t) | Área (ha) | Qde t | Área (ha) | Qde t | Área (ha) | Qde t | Área (ha) |
| 1980 | 37.698 | 3.579 | 48.005 | 34.490 | 841.113 | 15.198 | 47.282 | 31.546 | 11.084 | 23.789 | 14.651 | 14.103 |
| 1985 | 89.871 | 62.118 | 22.561 | 12.062 | 2.267.154 | 37.671 | 56.335 | 26.951 | 3.661 | 7.271 | 12.011 | 9.516 |
| 1990 | 82.119 | 69.229 | 5.455 | 3.340 | 3.223.657 | 51.659 | 64.749 | 34.760 | 23.831 | 42.971 | 3.911 | 6.319 |
| 1996 | 26.671 | 22.905 | 4.968 | 2.638 | 3.438.614 | 53.761 | 56.335 | 20.969 | 11.067 | 14.803 | 1.389 | 1.263 |
| 2000 | 13.019 | 8.554 | 7.155 | 4.462 | 3.804.873 | 57.167 | 62.624 | 27.858 | 12.149 | 14.984 | 2.909 | 1.418 |
| 2002 | 8.967 | 4.981 | 9.248 | 5.233 | 3.914.230 | 58.222 | 86.151 | 29.332 | 11.126 | 12.063 | 2.301 | 1.746 |
| 2004 | 16.627 | 9.259 | 15.626 | 6.833 | 5.228.895 | 66.728 | 134.341 | 48.186 | 8.296 | 9.091 | 2.006 | 1.770 |
| 2005 | 23.070 | 14.870 | 16.138 | 6.888 | 6.395.926 | 83.718 | 118.260 | 50.881 | 10.043 | 10.395 | 1.791 | 1.856 |
| 2006 | 10.887 | 6.346 | 28.202 | 10.288 | 9.422.347 | 121.220 | 92.495 | 40.920 | 7.849 | 8.287 | 1.789 | 1.768 |
| 2007 | 6.707 | 3.777 | 26.634 | 9.204 | 9.287.749 | 120.098 | 81.625 | 29.280 | 5.868 | 6.333 | 1.790 | 1.716 |

Fonte: FIBGE: Censo Agropecuário de 1980 e 1985

Produção Agrícola Municipal - Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA --1990 - 2007

Org.: Joelma C. Santos, 2009.

Quanto à cana-de-açúcar, observamos um crescimento contínuo que se estende de 1980 a 2006, tanto no que se refere à área colhida, como à quantidade produzida. Em 2006, foram produzidas 9.422.347 toneladas em 121.220 ha, sendo a principal lavoura da região, tanto em área colhida, como em quantidade produzida. Já em 2007, a produção foi de 9.287.749 toneladas e a área colhida foi de 120.098 ha, redução de 1.122 ha, conforme dados do IBGE.

Dessa forma, verifica-se a expansão da cana-de-açúcar, acompanhada de novas investidas do capital sucroalcooleiro, seja pela introdução de novas usinas, ou aquisição das já existentes, além da procura por terras para expansão dos canaviais. Assim, torna-se pertinente

compreender o (re) ordenamento territorial do capital no setor, para que possamos entender sua materialização na porção do território paulista em questão.

3.3 O (re)ordenamento territorial do capital no setor sucroalcooleiro: as fusões e aquisições

Entender o capital sucroalcooleiro no início do século XXI exige uma leitura das transformações espaciais, que nos tem permitido apreender um (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho no setor. No que diz respeito ao capital, cabe reforçar o interesse internacional pelo etanol coadunado com a disponibilidade de terras para o plantio da cana no Brasil. Essas terras poderiam ser destinadas a milhares de trabalhadores desterrados, por meio de Programas de Reforma Agrária; ao cultivo de alimentos, mas é com o apoio do governo brasileiro que se transformam em canaviais.

Dessa forma, alguns elementos são importantes para entender o (re)ordenamento do capital no setor, tais como o movimento de fusões, aquisições e parcerias dentre as empresas, inclusive por grupos não ligados a atividades canavieiras. Para Chesnais (1996),

[...] um dos principais objetivos industriais de uma aquisição/fusão consiste em pegar uma parcela do mercado, especialmente quando for acompanhada pela aquisição de marcas comerciais, de redes de distribuição e de clientes cativos. (CHESNAIS, 1996, p. 64).

As fusões e aquisições no setor sucroalcooleiro totalizaram 9 transações no ano de 2006, uma pequena quantidade, se comparada ao total das operações no país, que foi de 473 (SETOR..., 2007, não paginado). Este pequeno número deve-se ao fato de que boa parte das usinas envolve empresas familiares, com muitos acionistas e com disputas internas. Os 16 principais grupos do setor processam 138 milhões de toneladas de cana, ou seja, praticamente um terço dos 420 milhões de toneladas processadas no país.

A participação de grupos estrangeiros também vem crescendo no setor e, desde o ano 2000, os estrangeiros investiram US\$ 2,2 bilhões. Dentre as 10 maiores empresas do setor de açúcar e álcool do país, quatro possuem participação de capital estrangeiro: Cosan - que tem 85% de suas ações no mercado nas mãos de estrangeiros - o que equivale a 12,4 milhões de toneladas; Bonfim; LDC Bioenergia e Guarani. O interesse dos grupos estrangeiros foi despertado ainda antes da demanda interna de etanol devido ao êxito na comercialização dos carros flex, cujo primeiro modelo foi lançado no Brasil em 2003.

Os primeiros investidores estrangeiros a entrar no setor sucroalcooleiro foram os franceses Tereos (que controlam a Açúcar Guarani, com 11,3 milhões de toneladas) e Louis Dreyfus, esse com 10, 2 milhões de toneladas, sendo que ambos passaram a atuar no Brasil em 2000. O grupo francês Louis Dreyfus controla as usinas Luciânia, em Minas Gerais, Cresciunal e São Carlos em São Paulo, e adquiriu quatro empresas do grupo pernambucano Tavares de Melo, além de iniciar a construção de uma quinta usina no estado do Mato Grosso do Sul. O grupo Tereos tem participação de 6,3% na Cosan, 47,5% na Franco Brasileira de Açúcar (FBA) e 100% no açúcar Guarani (TAUTZ, 2007).

A americana Cargill é outra multinacional que está investindo no setor sucroalcooleiro no Brasil, já que adquiriu o controle acionário da Central Energética Vale do Rosário, no interior de São Paulo por R\$ 75 milhões. A Bunge também já opera como exportadora de açúcar e álcool no Brasil. “[...] quem quiser adquirir uma usina brasileira deve se dispor a pagar, hoje, mais que o dobro do valor médio registrado em 2005, que era de 40 dólares por tonelada de capacidade de moagem de cana” (TAUTZ, 2007, p. 3).

A demanda por etanol integra, conforme já relatamos no capítulo 2, parte da conjuntura mundial da crise energética e das metas estadunidenses de redução do consumo de combustíveis fósseis em 20% até 2017. O interesse pelo etanol brasileiro é motivado pelos seus custos de produção, US\$ 0,22 por litro, inferior ao custo estadunidense, de US\$ 0,30 e ao da União Européia, US\$ 0,53, conforme afirma Tautz (2007).

Enquanto isto, segue o domínio estrangeiro de terras e empresas brasileiras que poderíamos explicar por meio do que Harvey (2005c) denomina de “novo imperialismo”, ou seja, uma revisitação do antigo, em tempos e lugares distintos. A “coerção consentida”, a nosso ver explica a atual posição do Brasil no que se refere às negociações internacionais, envolvendo o etanol, que nos dizeres de Harvey (2005c) pode ser explicado da seguinte forma:

[...] a acumulação interminável do capital, por exemplo, produz crises periódicas no âmbito da lógica territorial devido à necessidade de criar uma acumulação paralela de poder político/militar. Quando o controle político se altera no âmbito da lógica territorial, os fluxos de capital também têm de se alterar para adaptar-se a isso. Os Estados regulam seus negócios segundo suas próprias regras e tradições peculiares, produzindo assim estilos específicos de governo. Cria-se aqui uma base para desenvolvimentos geográficos desiguais, lutas geopolíticas e diferentes formas de política imperialista. (HARVEY, 2005c, p. 149).

Dessa forma, o número de aquisições e parcerias vem aumentando, demonstrando as novas ações do capital no setor sucroalcooleiro. Assim, podemos citar, também, a asiática Noble Group, que adquiriu a Usina Petribu (SP) por US\$ 70 milhões e também a Meridiano, empresa proprietária de terras em Sebastianópolis do Sul (SP), conforme destaca Noel (2007).

Na busca por lucros rápidos, o cenário aponta para parcerias, uma vez que a construção de uma usina pode durar até quatro anos. Dessa forma, associar-se a quem já produz é a tendência que vem se configurando. Nesse contexto, a Petrobrás se uniu à japonesa Itoshu para produzir etanol e biodiesel e, também à Mitsui, porém neste último caso para participar da construção de usinas até 2011, num investimento de US\$ 8 bilhões, financiado pelo Japan Bank for International Cooperation (JBIC), conforme destaca Noel (2007). Outra participação japonesa no ocorreu com a união entre a Mitsubishi e a São Martinho, num contrato de exportação de etanol por 30 anos.

Assim, observamos na atual fase da mundialização do capital, que as fusões, aquisições e parcerias não ocorrem mais apenas entre empresas do mesmo ramo, o que pode ser constatado pelos exemplos acima, além de inúmeros outros, tais como os investimentos de George Soros e outros sócios brasileiros na construção de usinas no Mato Grosso do Sul, além dos fundos de investimentos que deverão se voltar ao setor sucroalcooleiro nacional.

Este processo pode ser explicado pelo que Chesnais (1996) denomina de novas estratégias tecno-financeiras utilizadas pelo “novo estilo” das multinacionais:

[...] o ‘objetivo’, mais do que nunca, é o lucro, ao qual se soma, em combinações variáveis de um capitalismo ‘nacional’ para outro, o objetivo é crescer e durar. Com efeito, no quadro da mundialização financeira, [...], o rendimento financeiro dos ativos é vigiado pelos detentores de carteiras de ações, e tanto mais de perto, na medida em que estes são, cada vez mais freqüentemente, grandes investidores institucionais (fundos de pensão, grupos de seguros gerindo carteiras de ativos importantes etc.), e que têm a possibilidade de comparar tal rendimento com o de ativos financeiros puros. O grupo multinacional, então, precisa ser eminentemente rentável, mas atualmente essa rentabilidade não pode mais ser baseada unicamente na produção e comercialização próprias do grupo e de suas filiais. (CHESNAIS, 1996, p. 77).

Dessa forma, o capital estrangeiro, até março de 2007 detinha o controle de 18 usinas e, até agosto de 2006 controlava 5,7% de toda a cana processada no país, sendo que, em agosto de 2007, esta porcentagem subiu para 12%. De acordo com Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro, “tendo como referência a safra 2006/07, o capital estrangeiro controla

atualmente 51,28 toneladas de cana das 428 milhões processadas para açúcar e álcool” (ESTRANGEIROS..., 2007, p.1).

Para Antonio de Pádua Rodrigues, diretor técnico da Unica, mencionado por Zafalon (2007), ocorrerá um aumento do controle do capital estrangeiro no setor sucroalcooleiro nacional que, daqui há cinco anos, deverá ser responsável pelo processamento de 70 milhões de toneladas.

Para facilitar o escoamento do etanol, a logística é importante. Assim, a Petrobrás encabeçou o projeto de um alcooduto de US\$ 232 milhões para escoar o produto de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e do Centro-Oeste em direção ao Porto de São Sebastião (SP). Noel (2007) ressalta que, além dos dutos, a Petrobrás pretende criar um sistema de transporte de etanol em barcaças na hidrovía Tietê-Paraná.

Ainda no âmbito nacional, as parcerias também se expandem, já que a Cosan, a São Martinho e a Usina Santa Cruz compraram juntas a Santa Luiza, de Motuca (SP), por R\$ 99,1 milhões. Cabe destacar que o Grupo Cosan conta hoje com 17 usinas, 37 mil trabalhadores nos períodos de safra e mói quase 30 milhões de toneladas de cana e já anunciou a construção de 3 usinas em Goiás, como parte dos investimentos que incluem outras unidades que somam US\$ 1,7 bilhão. A São Martinho é outra empresa que está investindo R\$ 343 milhões na construção de usinas em Goiás, conforme destaca Noel (2007).

As parcerias e aquisições no setor sucroalcooleiro também já fazem parte da realidade da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente - SP, considerando que a Odebrecht anunciou em 3/7/2007 a compra de 85% da Destilaria Alcídia, no município de Teodoro Sampaio (SP), um investimento de R\$ 290 milhões entre a aquisição e o aumento da moagem. A Odebrecht pretende atuar também em logística, transportes e comércio exterior do setor sucroalcooleiro. A Odebrecht tem como uma de suas metas, a de que até 2012, a Destilaria Alcídia atinja a capacidade de produção de 4,2 milhões de toneladas de cana processadas por ano. Isto revela o quanto o setor sucroalcooleiro tem se expandindo na região de Presidente Prudente, além de confirmar o (re) ordenamento territorial do capital no setor.

De acordo com informações da União das Destilarias do Oeste Paulista (UDOP), além do processamento de cana, a produção de açúcar e álcool e de energia elétrica, a Odebrecht deverá atuar na logística de transportes, comércio exterior do setor sucroalcooleiro. Além de atuar no estado de São Paulo, a empresa deverá se expandir para outros estados da região Sudeste e, também, para o Centro-Oeste do país.

O Grupo Albertina, de Sertãozinho (SP) também atua na região de Presidente Prudente, por meio da Destilaria Paranapanema, instalada no município de Narandiba (SP).

Porém, o Grupo Albertina associou-se à norueguesa Biofuel AS, primeira empresa de etanol da Noruega. De acordo com Gonçalves (2007), a Biofuel AS está investindo US\$ 170 milhões na expansão da Destilaria Paranapanema e, outro investimento de mesmo porte deverá ser feito na construção de uma segunda usina na região de Presidente Prudente, a Paranapanema 2, que deverá entrar em operação em 2010, no município de Sandovalina.

Ainda de acordo com Gonçalves (2007), a Destilaria Paranapanema está recebendo investimentos para processar 1,5 milhões de toneladas de cana na safra 2008/09 e, juntamente com o outro projeto da Biofuel AS, a Destilaria Paranapanema 2, tem previsões de processar cerca de 4,6 milhões de toneladas de cana.

Com todo este (re) ordenamento territorial do capital no setor e, com as tendências já confirmadas de expansão da produção e exportação de etanol brasileiro, crescem as fusões, aquisições e parcerias no setor sucroalcooleiro por todo o país. Além do mais surgem novas unidades, com destaque para os estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e, como não podia deixar de ser, o estado de São Paulo ocupa novamente posição privilegiada nesta investida. Assim, no mapa 6 apresentamos as unidades já instaladas e as novas unidades do setor no estado.

Com o interesse pelo etanol brasileiro, não são apenas as usinas e os equipamentos para novas unidades do setor sucroalcooleiro que se valorizam, também as terras passam a ser disputadas com os grãos, a pecuária, a produção de alimentos e os movimentos sociais. A disputa por terras gera especulação em diversas regiões do país, inclusive, na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente - SP, palco histórico de terras griladas, que passaram a ser disputadas por usineiros, pecuaristas e movimentos sociais que lutam pela terra. É sobre a análise do (re)ordenamento dos “territórios em disputa” pelo setor sucroalcooleiro que direcionaremos a discussão nesta parte do trabalho.

3.4 Territórios em disputa: a expansão dos canaviais

As transformações espaciais que se materializam no país em decorrência da expansão dos canaviais, visando, principalmente ao suprimento das demandas mundiais do etanol, devem ser apreendidas pelas diferentes formas de produção, e apropriação de terras e relações sociais de trabalho. A reestruturação produtiva do capital interessa-nos porque é promotora de fortes movimentos com significativos desdobramentos territoriais, que assumem formas “modernas” de “territórios em disputa”.

No tocante ao (re)ordenamento do território, há que se considerar formas de racionalidade, que não são as hegemônicas pelo capital e que há diferentes territórios e diferentes formas de produzir o espaço, conforme ressalta Mendonça (2004).

A identificação de perspectivas emancipatórias, considerando o direito à diferença, se coloca como um divisor de águas, entre a razão hegemônica pelo capital e as racionalidades que pululam e teimam em *re-Existir* pelos diversos territórios, configurando distintas territorialidades. Os movimentos sociais que lutaram e lutam pela terra no Brasil são legítimos produtores do espaço geográfico, denotando distintos territórios e diferentes formas de concreção espacial, ou seja, as territorialidades. (MENDONÇA, 2004, p. 50).

É importante observar que a raiz desse processo se encontra no início do processo de ocupação do território brasileiro. De acordo com Oliveira (1988),

[...] o território capitalista brasileiro foi produto da conquista e destruição do território indígena.[...] Talvez, estivesse aí o início da primeira luta entre desiguais. A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos “filhos do sol” em busca da manutenção do seu espaço de vida no território brasileiro. (OLIVEIRA, 1988, p. 14).

Ainda referente às formas de apropriação do território brasileiro, o autor destaca que desde os primórdios da colonização, a distribuição e o acesso à terra foi desigual, e as capitâneas hereditárias e as sesmarias deram início à maioria dos latifúndios do país. Assim, o caráter essencial da estrutura fundiária brasileira é marcado pela concentração da terra.

Dito isto, cabe-nos ressaltar que o avanço da cultura da cana-de-açúcar no país reforça a concentração de terras, (re) ordena a sua distribuição, assim como a da força de trabalho pelo território. O avanço da cultura da cana-de-açúcar não é um fenômeno isolado, pois vem acompanhado da valorização das usinas, conforme enfatizado no item 3.3., dos equipamentos e da valorização das terras, seja no que se refere ao preço das terras para a compra ou para o arrendamento.

No estado de São Paulo, que detém aproximadamente 60% da produção de cana-de-açúcar, as terras apropriadas para o plantio custam duas vezes mais que em 2002. Na região de Ribeirão Preto, o valor do hectare mais que dobrou em relação a 2002 e, de acordo com Noel (2007), subiu de R\$ 9 mil para R\$ 21 mil. Já na região de Araçatuba, com tradição na pecuária, o hectare passou de R\$ 4 mil para R\$ 8 mil e, na região de Presidente Prudente, o autor aponta salto de R\$ 3mil em 2002 para R\$ 6 mil em 2006.

De acordo com o Instituto de Economia Agrícola, os dados referentes à região de Presidente Prudente são outros, mas também apresentam forte valorização das terras no período referente a 2002 e 2006, considerando que para este Instituto, o valor da terra nua no Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Prudente em 2002 era de R\$ 295,00 (mínimo) e R\$ 2.852,00 (máximo), tendo saltado, respectivamente, para R\$ 826,00 e R\$ 3.719,00 no ano de 2006 (Gráfico 13).

Conforme já enfatizamos em outros momentos desta pesquisa, esta é uma região tradicionalmente ocupada pela pecuária, porém, com a expansão da cana-de-açúcar, a pecuária está sendo substituída pelos canaviais, a exemplo do que ocorre em outras regiões do país. Este processo acarreta uma pressão fundiária que faz com que mesmo áreas da Amazônia sofram as consequências da expansão da cana. A este respeito, o agrônomo Horácio Martins de Carvalho, citado no Jornal Brasil de Fato, por Lima (2007c, p. 4) destaca: “[...] se a cana e a soja expulsarem a pecuária é criada uma forte pressão sobre as terras em todo o país. Por isso que a soja e a pecuária se deslocam cada vez mais para a Floresta Amazônica”.

Sobre a valorização das terras devido à expansão da cana, a analista de mercado Bierhals (2007) destaca na reportagem de Noel (2007, p.4), que onde não há mais áreas disponíveis, o preço tende a se estabilizar, “a tendência é os preços continuarem subindo no

oeste paulista até chegar perto do valor da terra nas regiões tradicionais da cana, como as de Ribeirão Preto e Piracicaba. No Mato Grosso, no Triângulo Mineiro e em Goiás ainda deve ocorrer uma boa valorização”.

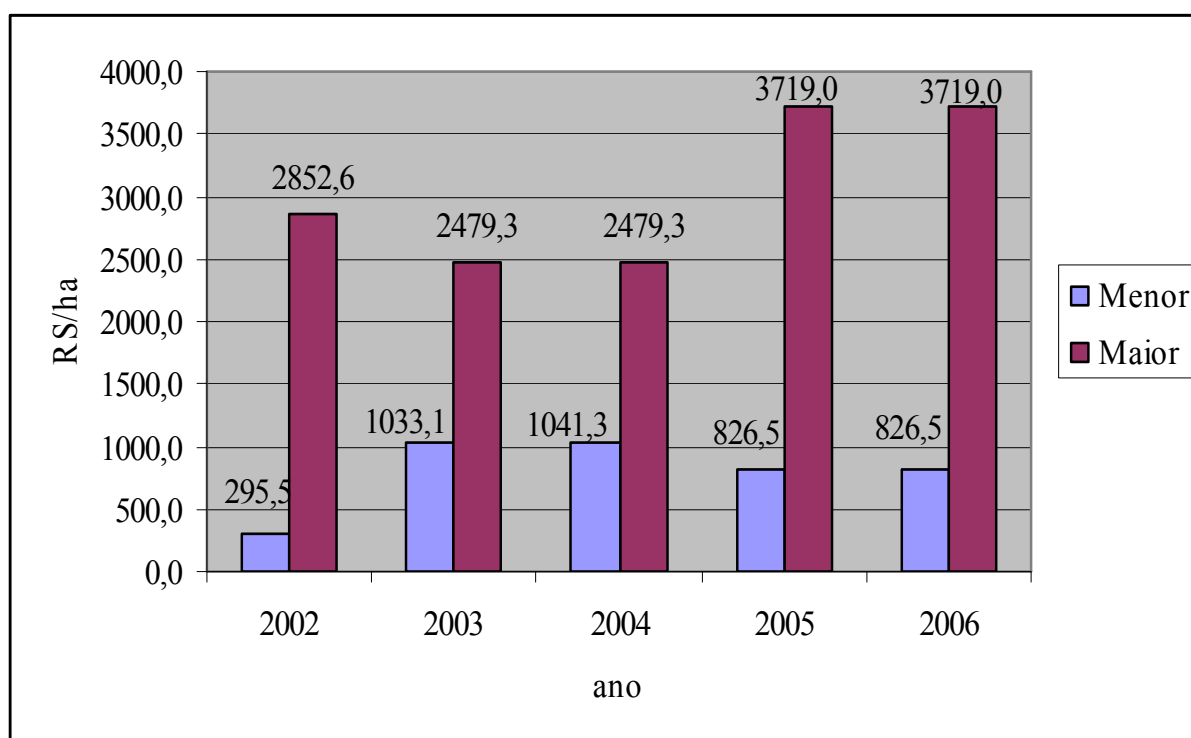


Gráfico 13 - EDR de Presidente Prudente³⁴: valor da terra nua (R\$/ha) - 2002 - 2006

Fonte: IEA

Org.: Joelma C. Santos, 2007

A valorização das terras na região de Presidente Prudente também vem se verificando através dos arrendamentos, quando comparados aos números retratados por Oliveira (1995). Em 1995, o autor destaca que o preço do arrendamento do hectare de terra, por ano, na região, custava em média R\$ 80,00.

³⁴ O EDR de Presidente Prudente é composto por 21 municípios, dos quais, 19 integram a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (Emilianópolis, Presidente Bernardes, Sandovalina, Pirapozinho, Estrela do Norte, Tarabai, Álvares Machado, Alfredo Marcondes, Santo Expedito, Presidente Prudente, Anhumas, Narandiba, Taciba, Regente Feijó, Indiana, Caiabu, Martinópolis, Rancharia e João Ramalho) e, dos 21 municípios do EDR de Presidente Prudente, apenas 2 não se encontram na divisão político-administrativa da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, a saber, Nantes e Iepê. A opção por utilizar informações do EDR deve-se ao fato de não encontrarmos tais informações disponíveis para a microrregião que compreende o nosso recorte e, no entanto, o EDR engloba a maioria destes municípios.

Com a expansão do cultivo da cana-de-açúcar e com as novas unidades do setor sucroalcooleiro que serão instaladas na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP, o arrendamento em dinheiro, no ano de 2006, chegou a quase R\$ 500,00 por hectare/ano, conforme pode ser observado no gráfico 14, a partir de dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA). Dessa forma, o arrendamento, em dinheiro, em 2006, foi superior a 6 vezes ao preço apresentado no ano de 1995, por Oliveira, que era de R\$ 80,00 hectare/ano.

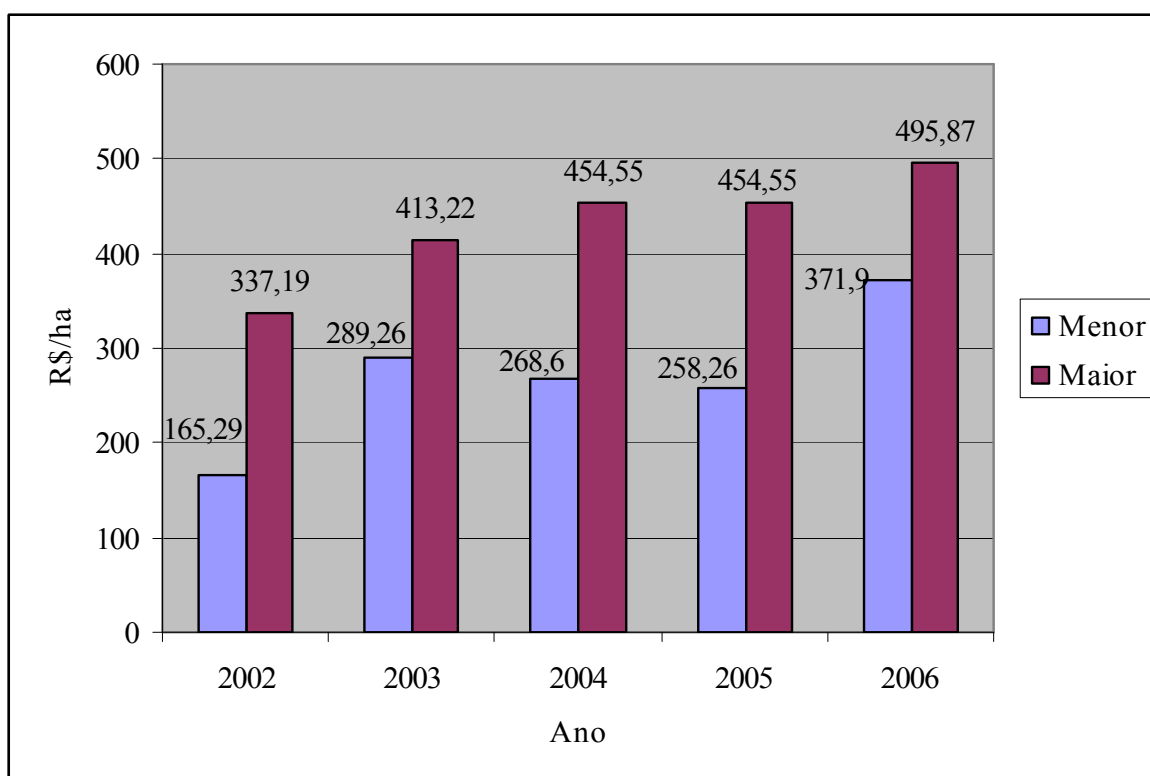


Gráfico 14 - EDR de Presidente Prudente³⁵ : arrendamento em dinheiro (R\$/ha/ano) -2002 - 2006

Fonte: IEA

Org.: Joelma C. Santos, 2007

O arrendamento em espécie segue a mesma tendência de valorização das terras na região da pesquisa, pois, de acordo com dados do IEA no ano de 2004, atingiu 21 toneladas de cana/hectare/ano e, em 2006, os dados deste Instituto revelam um decréscimo para aproximadamente 15 toneladas de cana/hectare/ano (Gráfico 15).

Porém, de acordo com Valmir Chaves, coordenador estadual do MST no Pontal, os preços da cana e do arrendamento caem na região, como medida para atrair as usinas (LIMA,

³⁵ A opção por utilizar informações do EDR deve-se ao fato mencionado no gráfico anterior, ou seja, não encontramos tais informações disponíveis para a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente e, no entanto, o EDR de Presidente Prudente compreende a maioria dos municípios da referida microrregião.

2007). A consequência é o prolongamento do julgamento das terras devolutas, devido à pressão do poder econômico pelo uso das terras. “É um negócio bem combinado porque lá, em Ribeirão Preto (SP), a tonelada de cana é R\$ 45; aqui é R\$ 27. Enquanto o arrendamento daqui de cana é R\$ 700, lá em São José do Rio Preto (SP) é R\$ 2 mil por alqueire” (LIMA, 2007, p.3).

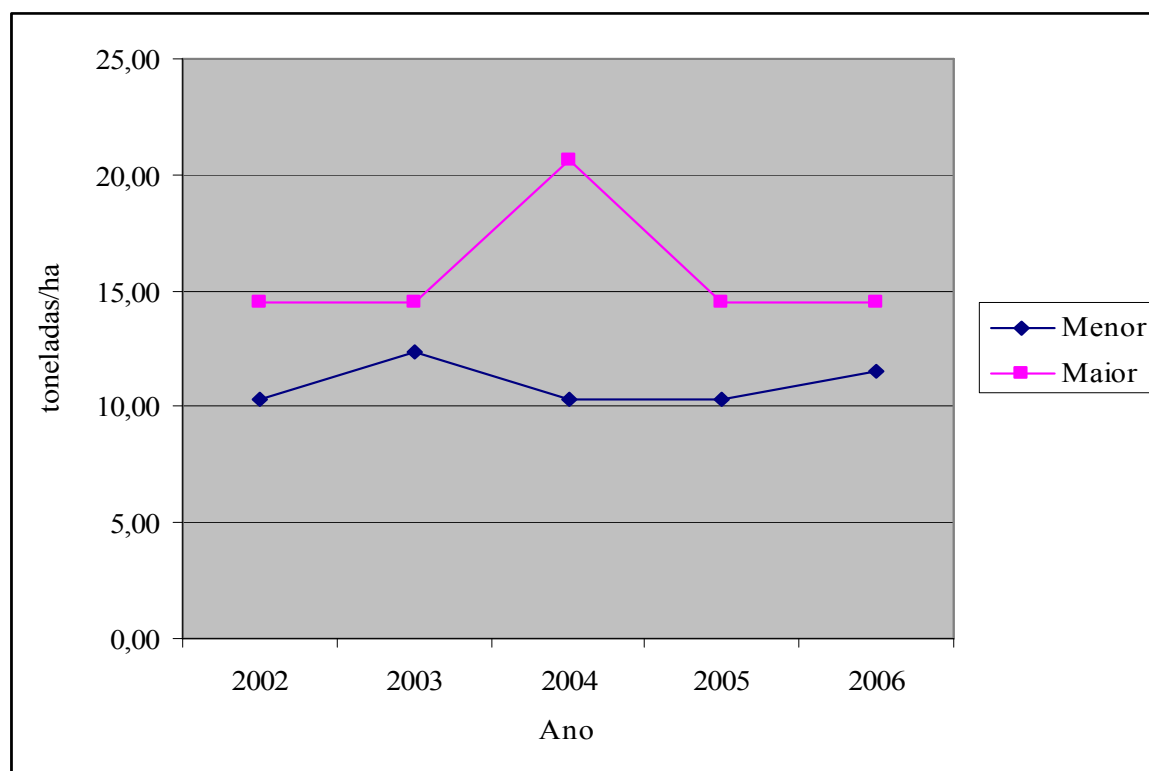


Gráfico15 - EDR de Presidente Prudente³⁶ - Arrendamento em espécie (toneladas/ha/ano) -2002 - 2006

Fonte: IEA

Org.: Joelma C. Santos, 2007.

Em entrevista realizada na Destilaria Alcídia (Município de Teodoro Sampaio - SP), em 30/05/2007, nos foi relatado que a empresa possui contratos de arrendamento por 5 anos, cujo preço estabelecido é de 25 toneladas cana/alqueire/ano, portanto, superior aos dados apresentados pelas fontes oficiais, como o IEA. Isso revela a importância da pesquisa de campo na Geografia, que, a nosso ver, é fundamental, de forma que os dados de fonte secundária são apenas complementares.

A respeito da importância da pesquisa de campo e da relação que se estabelece entre pesquisador e pesquisado, ou sujeito e objeto, Demo (1999) enfatiza que

[...] há também um modo próprio de ver o relacionamento entre sujeito e objeto derivado da concepção específica de realidade social, não apenas

³⁶ A opção pela utilização de dados por EDR deve-se aos mesmos motivos mencionados nos gráficos 13 e 14.

fisicamente dada, mas também construída na história. A consciência histórica e a possibilidade de intervenção humana são constituintes centrais deste processo. Entre sujeito e objeto não há mera observação por parte do primeiro, nem imposição evidente por parte do segundo, mas interação dinâmica e dialética. (DEMO, 1999, p. 115).

Foi, também, em trabalho de campo realizado na Destilaria Alcídia, que nos deparamos com a realidade dos contratos de arrendamento estabelecidos entre essa empresa e os assentados que possuem terras próximas à usina. Para o Departamento do Agronegócio Familiar da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP, o termo correto seria fornecedor e não arrendamento. O ITESP determina, através da Portaria 77/04, os limites do plantio de culturas agroindustriais - como é o caso da cana - 50% da área agricultável dos lotes de até 15 ha e 30% dos lotes acima de 15 ha.

Porém, de acordo com Silva; Fernandes; Valenciano (2006), como não há fiscalização da área plantada, a cana é plantada em toda a área agricultável dos lotes arrendados.

O entendimento dos autores acerca do arrendamento das terras dos assentados às usinas é de que esta é uma alternativa viável diante da insegurança gerada pela falta de expectativas no cultivo da terra.

A opção pelo arrendamento tem se apresentado às famílias assentadas como uma estratégia de resistência na terra, devido às dificuldades encontradas em se reproduzir com as políticas agrícolas em vigor. Tem se transformado em uma alternativa de renda mais segura quando comparado com as incertezas geradas pelo plantio de outros cultivos agrícolas. (SILVA; FERNANDES; VALENCIANO, 2006, p. 172).

É importante atentar para o fato de que quando falamos em território em disputa no Pontal do Paranapanema³⁷, estamos tratando da expansão da cana em uma região marcada por intensos conflitos fundiários, em que existem 6.468 famílias assentadas, distribuídas em 106 assentamentos em 14 municípios, conforme apontam Silva; Fernandes; Valenciano (2006). Para estes autores, a região do Pontal do Paranapanema, possuía no ano de 2005, 100 assentamentos, ocupando a terceira posição no país e a segunda, no estado de São Paulo, em número de assentamentos e de famílias assentadas.

Esta região, cuja utilização das terras sempre esteve atrelada às pastagens para o gado e monoculturas como café e algodão, possui áreas substituídas por canaviais que se estendem

³⁷ O Pontal do Paranapanema é composto por 32 municípios, sendo que desses, 30 compõem a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente e apenas 2 não, são eles: Nantes e Iepê.

desde grandes áreas arrendadas, com mais de 1000 hectares até às áreas dos lotes dos assentados com 15 hectares.

Silva; Fernandes; Valenciano (2006) constataram a presença de 16 principais produtos cultivados por 2.305 assentados e a cana já ocupa a quinta posição dentre as principais culturas, cultivada por 220 produtores, sendo que, em ordem de importância, as demais são: mandioca, banana, acerola e abacaxi, tradicionalmente cultivadas por camponeses, ao contrário da cana-de-açúcar. Assim, confirma-se que a expansão da cana-de-açúcar na região tem engendrado desdobramentos territoriais, inserindo novas relações sociais de produção.

Quanto ao valor bruto da produção agrícola, a cana ocupa a segunda posição no município de Teodoro Sampaio, onde se localiza a Destilaria Alcídia, com 28%, ficando atrás apenas da mandioca, com uma participação de 53% no valor bruto da produção agrícola deste município.

Esse ganho de posição da cana deve-se tanto à sua coexistência nos assentamentos, onde destina-se à ração animal, em áreas inferiores a uma quarta de hectare, quanto pelo seu plantio para venda à Destilaria Alcídia, com áreas maiores. Ou seja, a soma total da área ocupada pela cana forrageira e industrial traduz este ganho de produção. (SILVA; FERNANDES; VALENCIANO, 2006, p. 153).

No município de Teodoro Sampaio, existem 19 assentamentos. Na tabela 16, podemos observar esta distribuição no município, e os demais municípios que contam com assentamentos na área de pesquisa.

Como podemos observar a expansão da cana-de-açúcar tem provocado um (re) ordenamento territorial do capital e do trabalho na porção do território paulista, o que pode ser constatado pela aquisição de usinas, inclusive por capital estrangeiro, construção de novas unidades, valorização das terras e, até mesmo, arrendamento das terras dos lotes de assentados para a produção de cana voltada para empresas do setor sucroalcooleiro.

Tabela 16 – Pontal do Paranapanema: assentamentos rurais por município - 1983 - 2005

| Município | Nº Assentamentos | Nº Famílias | Área (ha) |
|----------------------------|-------------------------|--------------------|------------------|
| Caiuá | 7 | 384 | 10.248 |
| Euclides da Cunha Paulista | 11 | 697 | 14.803 |
| Marabá Paulista | 6 | 258 | 6.479 |
| Martinópolis | 2 | 124 | 2.357 |
| Mirante do Paranapanema | 30 | 1.360 | 31.674 |
| Piquerobi | 3 | 84 | 2.595 |
| Presidente Bernardes | 8 | 266 | 7.193 |
| Presidente Epitácio | 5 | 807 | 15.552 |
| Presidente Venceslau | 6 | 356 | 7.601 |
| Rancharia | 2 | 249 | 3.370 |
| Ribeirão dos Índios | 1 | 40 | 774 |
| Rosana | 3 | 727 | 17.242 |
| Sandovalina | 3 | 302 | 6.849 |
| Teodoro Sampaio | 19 | 814 | 22.326 |
| Total | 106 | 6.468 | 149.063 |

Fonte: SILVA; FERNANDES; VALENCIANO (2006).

Este último fato revela que os movimentos sociais no campo têm importância, tanto no que se refere ao (re) ordenamento do capital, como do trabalho, visto ser parte integrante deste, em seu conflito e resistência ao primeiro. Dessa forma, o próximo item trará uma breve abordagem dos movimentos sociais no campo no estado de São Paulo, especificamente sobre a sua atuação no Pontal do Paranapanema, dada a importância de suas ações, que (re)ordenam, por meio da luta pela terra e pela Reforma Agrária, os territórios do Pontal.

3.5 Territórios em disputa: os movimentos sociais no campo no Pontal do Paranapanema e a expansão da cana-de-açúcar

Há que se destacar a importância dos movimentos sociais no campo³⁸ para compreender o (re)ordenamento do território a partir do conflito capital x trabalho, partindo do princípio de que os camponeses *des-re-territorializados* são entendidos por nós como “integrantes” da nova classe trabalhadora - nova em sua complexidade e fragmentação e na intensificação de sua precarização, não na sua condição de vendedora de força de trabalho - ou da classe-que-vive-do-trabalho – denominação adotada por Antunes (2003 e 2005), em seus esforços nas leituras da nova morfologia e complexidade da classe trabalhadora hoje.

Mendonça (2004) destaca que ainda não é possível discorrer sobre uma *geografia dos movimentos sociais* e que existem *leituras geográficas dos movimentos sociais*. Concordamos com o autor quanto ao fato de que estas são fundamentais para compreendermos as tramas sociais, espaciais e territoriais e, sem estas, as pesquisas se tornam descrições de territórios inanimados, como se estes não revelassem *vida geográfica*. (grifos do autor)

A nosso ver, há um avanço das discussões realizadas pela Geografia, em eventos como III Simpósio Internacional de Geografia Agrária, realizado em Londrina – PR entre os dias 10 e 14 de outubro de 2007 e, também em discussões encabeçadas por aqueles que pretendem entender o território com base no trabalho, que colocam a ciência geográfica rumo a um melhor entendimento destes sujeitos que não são apenas (re)ordenados no território, mas que também o (re)ordenam, construindo novos territórios.

Negar estas transformações, seria negar a totalidade viva do trabalho, seria não reconhecer a realidade em movimento, as lutas que culminam na construção de novos territórios, uma vez que a luta de classes não acabou e não estamos diante do “fim da história”. Assim, julgamos necessário - respeitando o direito à diferença - que aqueles que se

³⁸ Os movimentos sociais urbanos possuem igual importância, a nosso ver, no entanto, não entraremos neste mérito, pois não faz parte dos nossos objetivos neste momento.

debruçam a realizar uma leitura geográfica no campo, “alarguem” os seus olhares para o papel central desempenhado pelos movimentos sociais, visto que o seu entendimento fortalece os estudos da sociedade vista a partir do trabalho, consolidando esta temática na Geografia.

É movido pela reflexão da temática sobre os movimentos sociais e seu papel na produção do espaço que Mendonça (2004) enfatiza:

[...] na sua gênese, os movimentos sociais são consequência das relações sociais capitalistas, que asseguram o controle social sobre as ações do capital e, ao fazê-lo espacializa as contradições. De um lado, a noção dos movimentos sociais como excrescências sociais, gênese da desagregação e degeneração moral e social do homem e, de outro, os movimentos sociais dos segmentos marginalizados pelo processo produtivo, ou seja, os excluídos da ordem societária. (MENDONÇA, 2004, p. 346).

Dessa forma, vários trabalhos poderiam ser citados como referências para compreender a luta pela terra, tais como Oliveira (1988), Grzybowski (1990), Martins (1985), Fabrini (2003), dentre outros. No entanto, como o nosso objetivo por ora é a sua contextualização no Pontal do Paranapanema, o trabalho de Fernandes (1999) apresentou relevante contribuição ao estudar a formação do MST no estado de São Paulo, embora conforme já destacado por Mendonça (2004), sua análise esteve centrada apenas no MST, o que dificulta avanços na consolidação dos movimentos sociais como categoria geográfica.

A respeito da formação e territorialização do MST em São Paulo, Fernandes (1999) aponta que em 1995, o Pontal do Paranapanema era uma das principais áreas de conflitos fundiários do país, tendo lá ocorrido o maior número de ocupações de terra naquele mesmo ano. O autor ressalta que em sua territorialização o “MST recebeu apoio de dez sindicatos de trabalhadores da região, das Comunidades Eclesiais de Base, do PT, da CPT, da CUT, da AGB e do Centro Acadêmico de Geografia da Unesp” (FERNANDES, 1999, p. 204). As conquistas na luta pela terra puderam ser observadas na tabela 15, que demonstra que, de 1983 a 2005, foram assentadas 6.468 famílias.

Cabe destacar que o MST não foi o único movimento atuante no estado de São Paulo e no Pontal nesse período, embora tenha apresentado maior repercussão. Outros movimentos sociais no campo também foram importantes na luta pela terra no Pontal do Paranapanema.

Mitidiero Jr (2002) afirma que, até os primeiros seis meses de 1998, existiam no estado de São Paulo 14 movimentos sociais no campo criados em 1995 e, desse número, 12 surgiram no Pontal do Paranapanema. O autor destaca também o envolvimento de outras instituições na luta pela terra, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os Sindicatos de

Trabalhadores Rurais e as Centrais dos Trabalhadores. Dessa forma, além do MST, os demais movimentos sociais com atuação no Pontal do Paranapanema são elencados no quadro 1.

A respeito do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), Mitidiero Jr (2002), ressalta que a sua história é considerada uma apropriação da história do MSTR,

[...] a espacialização deste movimento (MAST) mostra as contradições de parte das histórias recentes das lutas sociais no campo. Os sucessivos rachas e fragmentações nos movimentos sociais representam um complexo contexto no qual o conflito interno está sempre presente. Não estou aqui querendo penalizar os movimentos sociais por terem opiniões diversas, diferentes concepções e posições ou por não chegarem a um consenso, estou sim querendo frisar que estes conflitos internos causam, muito facilmente, rupturas e disjunções para a formação de novos movimentos, causando, por conseguinte, um inevitável enfraquecimento no poder de contestação e de união das classes subalternas em luta por seus direitos. (MITIDIERO JR, 2002, p.88).

Dito isto, está posto que o Pontal do Paranapanema é palco de intensas disputas por terras. Em 2007, de acordo com dados da CPT, foram registradas 24 ocupações nessa região, envolvendo 1.935 famílias, contra 75 ocupações em todo o Estado, envolvendo 7.737 famílias e 364 no país, envolvendo 49.158 famílias. Até abril de 2007, havia no Pontal, cerca de 20 mil acampados e, em todo o país, neste mesmo período, havia cerca de 140 mil famílias.

Em todo o país, houve uma diminuição do número de movimentos sociais de luta de pela terra. Bernardo Mançano, citado na reportagem “Invasores de terra diminuem com o avanço do Bolsa Família” (BEGUOCI, 2007, p. A4), afirma que, em 2003, eram 28 movimentos e, em 2006, 17 movimentos. A reportagem aponta que o Programa Bolsa Família foi o principal responsável pela redução dos movimentos. Para Plínio de Arruda Sampaio, há indícios de que estes programas tiram a combatividade. Dom Tomás Balduino alerta que o assistencialismo é a solução mais fácil. Porém, para Ariovaldo Umbelino, “esta redução deve ser buscada no conjunto das ações dos movimentos sociais e sindicais que colocaram-se ao lado da defesa do mandato de Lula desde os acontecimentos políticos de 2005 [mensalão].” (BEGUOCI, 2007, p. A6).

| Movimento | Ano de criação | Histórico |
|--|-----------------------|---|
| Movimento Sem Terra de Rosana (MSTR) | 1995 | criado no município de Rosana (SP), por trabalhadores rurais e desempregados da Companhia Elétrica de São Paulo (CESP), surgiu devido a um racha com o MST, desapareceu em 1999, se unificado ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST). |
| Movimento Esperança Viva (MEV) | 1996 | criado a partir de dissidências no MST, desaparece em 1999, também ligando-se ao MAST. |
| Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra (BUQT) | 1996 | surgiu movido por um racha na Força Sindical no município de Presidente Epitácio, representava a principal oposição à Central Única dos Trabalhadores (CUT). |
| Movimento Terra Brasil (MTB) | 1997 | criado devido a um racha no BUQT, formou-se no município de Presidente Venceslau – SP. |
| Movimento Unidos pela Paz (MUP) | 1997 | criado no município de Tarabai – SP, a partir de dissidências com o MST, se desfez em 1999, ligando-se ao MAST |
| Movimento da Paz (MP) | 1997 | surgiu no município de Regente Feijó – SP, em função de dissidências com o MST, pois seus integrantes se negavam a ocupar terras, em 1999 ligou-se ao MAST. |
| Movimento Paz Sem Terra (MPST) | 1997 | surgiu no município de Taciba – SP, devido a rachas entre lideranças do MST e no Movimento de Paz, sendo contra a ocupação, em 1999 aliou-se ao MAST. |
| Movimento Terra e Pão (MTP) | 1997 | Surgiu no município de Santo Anastácio – SP, devido a divergências internas do MST, em 1999 aliou-se ao MAST. |
| Movimento Terra e Cidadania (MTC) | 1997 | Criado devido a divergências com o MST, atuou no município de Tarabai – SP e, em 1999, ligou-se ao MAST. |
| Movimento Sem Terra do Pontal (MSTP) | 1998 | Criado no município de Teodoro Sampaio – SP, devido a diferenças entre as lideranças do MST, em 1999 une-se ao MAST. |
| Movimento Terra da Esperança (TEM) | 1998 | Surgiu no município de Presidente Bernardes – SP, nesse mesmo ano se desfez e uniu-se ao MAST. |
| Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST) | 1998 | Criado no Pontal do Paranapanema. A sua formação ocorreu por meio de articulação com uma central sindical urbana, a Social Democracia Sindical (SDS) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosana. |

Quadro 1 – Pontal do Paranapanema: movimentos sociais no campo criados a partir de 1995

Fonte: Mitidiero Jr (2002)

Org.: Joelma C. Santos

De acordo com dados da CPT, no ano de 2006, o número de acampamentos no Brasil totalizou 67, sendo que, desse total, 14 localizavam-se no estado de São Paulo. Quanto aos dados referentes ao número de ocupações, bem como ao número de famílias envolvidas em ocupações de terra no Brasil, no estado de São Paulo e na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, encontram-se no quadro 2.

| Ano | Ocupações de terras e número de famílias envolvidas | | | | | |
|------|---|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------------|---------------------|
| | Brasil | | Estado de São Paulo | | MRG de Presidente Prudente | |
| | ocupações | famílias envolvidas | ocupações | famílias envolvidas | ocupações | Famílias envolvidas |
| 2003 | 391 | 65.522 | 33 | 6.329 | 3 | 415 |
| 2006 | 384 | 44.364 | 71 | 5.311 | 45 | 2.003 |
| 2008 | 252 | 25.559 | 49 | 3.022 | 30 | 751 |

Quadro 2 - Brasil, Estado de São Paulo e Microrregião Geográfica de Presidente Prudente: ocupações e número de famílias envolvidas – 2003-2006

Fonte: CPT

Org.: Joelma C. Santos

É possível observar que, nos últimos 6 anos, houve uma diminuição, tanto no número de ocupações de terras, como no que se refere às famílias envolvidas em todo o país, embora no estado de São Paulo, tenha ocorrido uma oscilação, uma vez que o maior número de ocupações ocorreu em 2006, assim como na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, que, neste mesmo ano, apresentou o maior número de famílias (2003), em todo o período analisado.

No que diz respeito ao maior número de conflitos no campo, este fato se deu no ano de 2006, tanto no Brasil, como no estado de São Paulo e na área de pesquisa. No entanto, o número maior de famílias envolvidas pode ser verificado em 2003; nos anos seguintes, ocorreu redução significativa de famílias envolvidas em conflitos de luta pela terra nos 3 níveis analisados, conforme pode ser verificado no quadro 3.

Em todo o estado de São Paulo, estima-se que há pelo menos 1 milhão de hectares de terras devolutas, a mesma área que se encontra cultivada com cana apenas por pessoas físicas no estado. Do restante dos 3,6 milhões de hectares cultivados com cana em São Paulo, 1 milhão de hectares pertence às próprias usinas e 1,6 milhão de hectares são referentes a parcerias ou arrendamentos.

| Ano | Ocorrência de conflitos no campo e número de famílias envolvidas | | | | | |
|------|--|---------------------|-------------------------|---------------------|----------------------------|---------------------|
| | Brasil | | Estado de São Paulo | | MRG de Presidente Prudente | |
| | ocorrência de conflitos | famílias envolvidas | ocorrência de conflitos | famílias envolvidas | ocorrência de conflitos | famílias envolvidas |
| 2003 | 929 | 171.633 | 73 | 19.354 | 19 | 9.545 |
| 2006 | 1.212 | 140.650 | 134 | 10.898 | 47 | 2.494 |
| 2008 | 459 | 42.531 | 15 | 1.759 | 6 | 297 |

Quadro 3: Brasil, Estado de São Paulo e Microrregião Geográfica de Presidente Prudente: ocorrência de conflitos no campo e número de famílias envolvidas – 2003-2006

Fonte: CPT

Org.: Joelma C. Santos

Com a expansão da cana, as disputas por terras intensificam-se, pois a sua expansão oculta o histórico do problema da grilagem de terras no Pontal, além de ameaçar a produção de alimentos, inclusive, pelos assentados, visto que de acordo com dados apresentados por Silva; Fernandes; Valenciano (2006), o número de assentados que cultivam a cana já é maior que aqueles que cultivam arroz, feijão e abóbora, por exemplo.

A cana tem disputado espaço, também, com a pecuária, atividade tradicional na região e, com a soja, porém, ao contrário deste grão, que se expandiu na região, desde 2000, quando a área colhida foi de 9.788 ha, atingindo o auge no ano de 2005, com 89.591 ha e, em 2006, teve sua área colhida reduzida para 51.473 ha, a cana tem se expandido ano a ano. No ano 2000, foram colhidos 57.167 ha de cana-de-açúcar, atingindo 83.718 ha em 2005, saltando em 2006, para 108.009 ha de área colhida e atingindo em 2007 uma produção de 9.287.749 toneladas numa área colhida de 120.98 ha (IBGE: Produção Agrícola Municipal, 2000-2006).

No estado de São Paulo, o movimento foi o mesmo, pois no ano 2000, a área colhida com soja foi de 535.010 ha, ao passo que, neste mesmo ano, foram colhidos 2.484.790 ha com cana-de-açúcar. No ano de 2005, a soja atinge o auge em área colhida (781.210 ha) e a cana já foi colhida em 3.084.752 ha. O ano de 2006 foi marcado pela redução em área colhida de soja (656.600 ha), e ampliação da área colhida com cana-de-açúcar (3.284.681 ha). Por sua vez, no ano de 2007, foram colhidas 329.095.578 toneladas em 3.890.414 ha (IBGE: Produção Agrícola Municipal, 2000-2006). O gráfico 16 apresenta a evolução da área colhida com soja no Estado de São Paulo e na Microrregião de Presidente Prudente – SP no período compreendido entre 2000 e 2006.

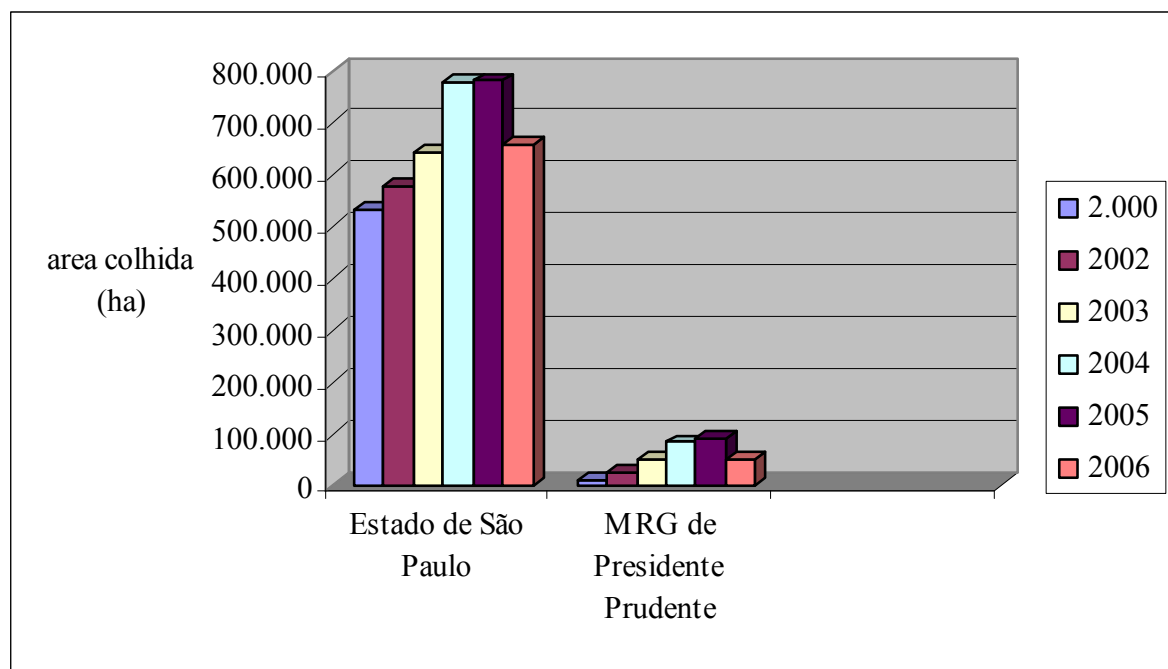


Gráfico16 - Estado de São Paulo e Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): evolução da área colhida com soja (em ha) -2000 - 2006

Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal - 2000- 2006

Org.: Joelma C. Santos, 2007

Dessa forma, a pecuária e os grãos disputam áreas para o plantio de cana, juntamente com famílias acampadas, algumas, inclusive, há mais de 10 anos, em suas tentativas de (re) territorializar-se no campo.

É, neste território em disputa, que ocorre a expansão da cana, conforme podemos observar na tabela 17, que apresenta a evolução da área colhida com cana-de-açúcar, tanto na região como um todo, como nos principais municípios

Os principais municípios da região que apresentam expansão da cana-de-açúcar são: Teodoro Sampaio, Rancharia, Martinópolis e Presidente Prudente, sendo que em Teodoro Sampaio encontra-se instalada a Destilaria Alcídia e, no município de Presidente Prudente, a Usina Alto Alegre. Acreditamos que a expansão da área colhida com cana nos municípios de Martinópolis e Rancharia seja decorrente da instalação da Usina Atena no município de Martinópolis, nas proximidades do município de Rancharia.

Outro município que vem apresentando expansão da área colhida com cana-de-açúcar é Nandubara, porém não foi mencionado na tabela 16 devido ao fato de que, nos anos anteriores, teve área colhida inexpressiva se comparados aos demais. De acordo com dados do IBGE, nos anos de 1996 e 1998, a área colhida com cana neste município foi de apenas 100 hectares e, entre 1999 e 2000 sequer houve registros de área colhida. Porém, em 2004, foram colhidos 1.370 hectares, no ano seguinte, 2.100 hectares, saltando para 4.700 hectares em

2006, atingindo 10.800 hectares em 2007, dividindo nesse ano, com o município de Martinópolis, a terceira posição em área colhida com cana-de-açúcar dentre os 30 municípios da região. Atribuímos esta expansão à instalação das Usinas Cocal II e Paranapanema no município.

Tabela 17 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP) e principais municípios: área colhida (ha) com cana-de-açúcar - 1990-2007

| Microrregião Geográfica e principais municípios | Área colhida (ha) | | | | | | |
|---|-------------------|--------|--------|--------|--------|---------|---------|
| | 1990 | 1996 | 2000 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
| MRG. Presidente Prudente | 51.659 | 53.761 | 57.167 | 66.728 | 83.718 | 108.009 | 120.098 |
| Teodoro Sampaio | 15.539 | 17.022 | 16.000 | 14.178 | 16.650 | 19.752 | 19.040 |
| Rancharia | 4.831 | 6.000 | 6.000 | 10.008 | 10.507 | 16.000 | 13.500 |
| Caiuá | 4.795 | 3.011 | 2.945 | 1.774 | 4.410 | 4.500 | 6.310 |
| João Ramalho | 4.500 | 4.000 | 3.000 | 1.775 | 3.447 | 4.525 | 4.525 |
| Martinópolis | 4.000 | 4.000 | 4.000 | 7.950 | 8.399 | 12.000 | 10.800 |
| Marabá Paulista | 3.288 | 2.499 | 2.200 | 1.362 | 840 | 2.811 | 6.693 |
| Taciba | 2.370 | 3.150 | 3.650 | 3.650 | 3.832 | 3.650 | - |
| Caiabu | 2.200 | 2.362 | 4.612 | 4.612 | 4.842 | 4.612 | 4.612 |
| Presidente Bernardes | 2.000 | 1.518 | 800 | 600 | 945 | 1.700 | - |
| Regente Feijó | 1.900 | 1.900 | 2.000 | 2.000 | 2.100 | 2.000 | 2.000 |
| Presidente Prudente | - | - | 7.000 | 10.000 | 13.649 | 13.000 | 10.000 |

Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal - 1990 - 2007
Org.: Joelma C. Santos, 2009

Cabe destacar que, dos 30 municípios que compõem a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, em apenas 5, não houve registros de área colhida com cana-de-açúcar no ano de 2006. De acordo com o IBGE, são eles: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Indiana, Sandovalina e Tarabai.

Na tabela 18, apresentamos a quantidade de cana-de-açúcar produzida na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente e nos principais municípios, considerando a produção em toneladas. É possível observar que os municípios que apresentam a maior produção de cana são os mesmos que apresentam maior área colhida, ou seja, Teodoro Sampaio, Rancharia, Martinópolis e Presidente Prudente.

Tabela 18 – Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP) e principais municípios: quantidade produzida de cana-de-açúcar (toneladas) - 1990-2007

| Microrregião Geográfica e principais municípios | Quantidade produzida de cana-de-açúcar (toneladas) | | | | | | |
|---|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | 1990 | 1996 | 2000 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
| MRG. Presidente Prudente | 3.223.657 | 3.438.614 | 3.804.873 | 5.228.895 | 6.395.926 | 8.319.398 | 9.287.749 |
| Teodoro Sampaio | 892.359 | 936.595 | 1.120.000 | 992.560 | 1.025.874 | 1.382.640 | 1.351.840 |
| Rancharia | 400.150 | 360.000 | 360.000 | 811.309 | 845.473 | 1.280.000 | 1.080.000 |
| Caiuá | 388.415 | 216.790 | 206.150 | 124.180 | 350.434 | 346.500 | 384.910 |
| João Ramalho | 270.000 | 351.000 | 180.000 | 181.674 | 304.122 | 216.447 | 316.750 |
| Martinópolis | 280.000 | 280.000 | 240.000 | 795.000 | 750.931 | 1.080.000 | 972.000 |
| Taciba | 142.000 | 189.000 | 219.000 | 219.000 | 228.409 | 219.000 | - |
| Caiabu | 159.800 | 180.000 | 345.923 | 346.000 | 360.760 | 345.900 | 384.910 |
| Regente Feijó | 95.000 | 125.000 | 130.000 | 130.000 | 135.000 | 130.000 | 130.000 |
| Presidente Prudente | - | - | 490.000 | 800.000 | 1.084.678 | 1.040.000 | 800.000 |

Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal - 1990 - 2006
Org.: Joelma C. Santos, 2007

Outro fato que julgamos importante mencionar é que dentre os 11 municípios mencionados na tabela 17, apresentam a maior expansão da área colhida com cana-de-açúcar na região, 6 deles contam com assentamentos rurais, a saber, Teodoro Sampaio, com 19 assentamentos, Rancharia e Martinópolis (2), Marabá Paulista (6), Presidente Bernardes (8) e Caiuá, com 7 assentamentos rurais.

É nesta porção do território paulista disputado por canaviais/usineiros, pecuaristas, e movimentos sociais, que o atual governador do Estado de São Paulo, José Serra pretende regularizar a grilagem, com o Projeto de Lei 578/2007. Este projeto aspira à regularização da posse de áreas com mais de 500 hectares no Pontal do Paranapanema e já foi aprovado em todas as comissões da Assembléia Legislativa de São Paulo (STRAUBE, 2007, p.6).

De acordo com esse projeto, após regularizada a posse, o “proprietário” legal, deverá repassar ao Estado de 15 a 25% da área regularizada, para fins de reforma agrária. Porém, o grileiro poderá readquiri-la por meio da compra, com pagamento que pode ser efetuado em até 6 anos (STRAUBE, 2007, p.6).

Para o deputado estadual por São Paulo, Raul Marcelo (Psol-SP), coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Agrária, mencionado na reportagem de Straube (2007, p.6), este projeto representa uma tentativa de inviabilizar a reforma agrária na região, já que “serão 300 mil hectares regularizados, o suficiente para assentar 15 mil famílias”.

O deputado traz à tona uma preocupação que também é nossa, a de que para o grileiro não seria vantajoso ceder parte da área regularizada ao Estado, em decorrência da valorização das terras devido à expansão da cana-de-açúcar na região. É a mesma preocupação do MST, a de que a regularização atraia ainda mais empresários do setor sucroalcooleiro para plantar cana na região voltada à produção de etanol.

Dessa forma, na região na qual estamos desenvolvendo a pesquisa, as disputas territoriais que se iniciaram desde o final do século XIX, quando os primeiros grileiros chegaram na região expropriando e dizimando os índios, intensificaram-se por todo o século XX, embora com avanços na redistribuição das terras no final deste século e início do século XXI. Devido às pressões dos movimentos sociais de luta pela terra, mais de 100 mil hectares já foram desapropriados para fins de reforma agrária.

Com o avanço da cultura da cana-de-açúcar em todo o país, cuja produção no ano de 2007 foi de 549.707.314 toneladas em 7.080.920 hectares de área colhida e, em 2008 atingiu, de acordo com o Levantamento Sistemático de Produção Agrícola/IBGE, 648.973.981 toneladas, numa área colhida de 8.411.228 hectares e a previsão para 2009 é de que a produção seja de 690.352.131 toneladas em 8.597.450 hectares de área colhida e, com o avanço da cana para o oeste de São Paulo, estado que produziu no ano de 2007³⁹, 329.095.578 toneladas em 3.890.414 hectares de área colhida (IBGE: Produção Agrícola Municipal, 2007), as disputas, por terras, no Pontal, devem se intensificar ainda mais.

Há um agravante que é o apoio do Estado aos grileiros do Pontal, que não é recente, pois desde o mandato do governador do Estado de São Paulo, Ademar de Barros (1947-1951), já foram verificadas outras formas de favorecimento a eles.

Num segundo momento, o governo federal incentiva o agronegócio, acrescido de um aspecto particular que é o apoio do atual presidente aos usineiros e ao aumento da produção de etanol para exportação, o que tira o foco da reforma agrária.

Assim, com a expansão da cana no Oeste Paulista, intensificam-se as disputas territoriais entre os grileiros, que podem se beneficiar do avanço da cana e dos movimentos sociais. Este território é (re) ordenado, ocorrendo uma reestruturação espacial e produtiva, que alteram as relações sociais de produção e de trabalho.

Desta forma, no próximo capítulo, trataremos da territorialização das agroindústrias sucroalcooleiras na região de Presidente Prudente, visando compreender como este território é (re)ordenado, tanto do ponto de vista do capital sucroalcooleiro, como do trabalho, haja vista

³⁹ Ainda não se encontram disponibilizados pelo IBGE os dados para os estados, incluindo o estado de São Paulo, assim como também para as Microrregiões Geográficas, referentes ao ano 2008.

as novas relações sociais inseridas nesta porção do território paulista, ou melhor, neste “território em disputa”, com atenção especial para o (re)ordenamento do trabalho no referido setor.

**4 O (RE) ORDENAMENTO TERRITORIAL DO CAPITAL E DO
TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA: a Microrregião
Geográfica de Presidente Prudente – SP**

4 O (RE) ORDENAMENTO TERRITORIAL DO CAPITAL E DO TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA: a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP

[...] Mas, subitamente levanta-se a voz de um trabalhador que estava emudecida no turbilhão do processo produtivo: [...] **Pertence-te assim a utilização de minha força diária de trabalho. Mas por meio de seu preço diário de venda, tenho de reproduzi-la diariamente para poder vendê-la de novo. Pondo de lado o desgaste natural da idade etc., preciso ter amanhã, para trabalhar, a força, saúde e disposição normais que possuo hoje. [...] Quando prolongas desmesuradamente o dia de trabalho, podes num dia gastar, de minha força de trabalho, uma quantidade maior do que a posso recuperar em três dias. O que ganhas em trabalho, perco em substância.** (MARX, 1979, p. 263-264, grifo nosso).

4.1 Usineiros: de bandidos a heróis⁴⁰ ou bandidos que matam heróis? a territorialização das usinas de açúcar e álcool na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP)

A instalação das primeiras usinas na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente ocorreu no final dos anos 1970 com recursos do PROÁLCOOL. Conforme já enfatizado no capítulo 2, a partir do PROÁLCOOL, foi criado o PRÓ-OESTE (Plano de Desenvolvimento para o Oeste de São Paulo). Este plano, na verdade, visava evitar a concentração das destilarias autônomas nas áreas canavieiras tradicionais do Estado de São Paulo.

Dessa forma, Santos (2007) ressalta que

[...] a necessidade de acumulação de capital [...] leva a uma expansão geográfica dos capitais produtivo, mercantil e financeiro. Para tanto, emerge uma territorialização do capital adequada às demandas da base técnico-produtiva ali introduzida. (SANTOS, 2007, p. 295).

Por sua vez, o PRÓ-OESTE derivou o PROCANA (Programa de Expansão da Canavieira para a produção de combustíveis do Estado de São Paulo). Assim, de acordo com Bray e Ferreira (1983), foram definidas as novas áreas canavieiras no estado, o Vale do Paranapanema e o Oeste Paulista.

⁴⁰ Referência ao comentário do presidente Lula de que os usineiros brasileiros estão virando heróis mundiais. (VALENTE, 2007)

Estes Programas tinham, também, como objetivo evitar a expansão desordenada da cana pelo Estado, para que isto não acarretasse na ocupação de áreas destinadas à produção de alimentos, o que, três décadas depois volta a ser preocupação não só no território paulista, mas em todo o país, com a expansão desordenada da cana.

Com os Programas mencionados previa-se a instalação de 29 unidades do setor sucroalcooleiro para a região de Presidente Prudente, o que, de fato, não se concretizou. Assim, com os subsídios do PROÁLCOOL, foram instaladas as primeiras unidades do setor na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, a saber: Destilaria Alcídia, no município de Teodoro Sampaio, Dalva em Santo Anastácio e Decasa (Caiuá). Posteriormente, instalaram-se a Alta Floresta, no município de Caiabu, que se realocou para o município de Presidente Prudente, tendo alterado sua razão social para Alto Alegre; a Bela Vista, no município de Narandiba e a Laranja Doce, hoje Destilaria Santa Fany, em Regente Feijó.

Desde a implantação das primeiras unidades na década de 1970 até 2007, ocorreram alguns (re)ordenamentos do capital sucroalcooleiro nesta Microrregião, como por exemplo, o fechamento de algumas unidades, com ou sem a sua (re) abertura, a construção de novas unidades, as fusões e aquisições por outros grupos, além de alianças com outros setores da sociedade.

Atualmente encontram-se instaladas as seguintes agroindústrias canavieiras na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (Quadro 4).

Cabe ressaltar que o capital estrangeiro também está se apropriando desta porção do território paulista, contribuindo para novos arranjos espaciais, tanto no campo, interferindo indiretamente na atuação dos movimentos sociais, como na cidade.

Dessa forma, podemos observar o (re)ordenamento do setor sucroalcooleiro nesta região que, além das fusões/aquisições, construções de novas unidades, também implica a construção de alianças entre latifundiários/grileiros, capitalistas e Estado, conforme destacam Oliveira e Thomaz Jr (2007):

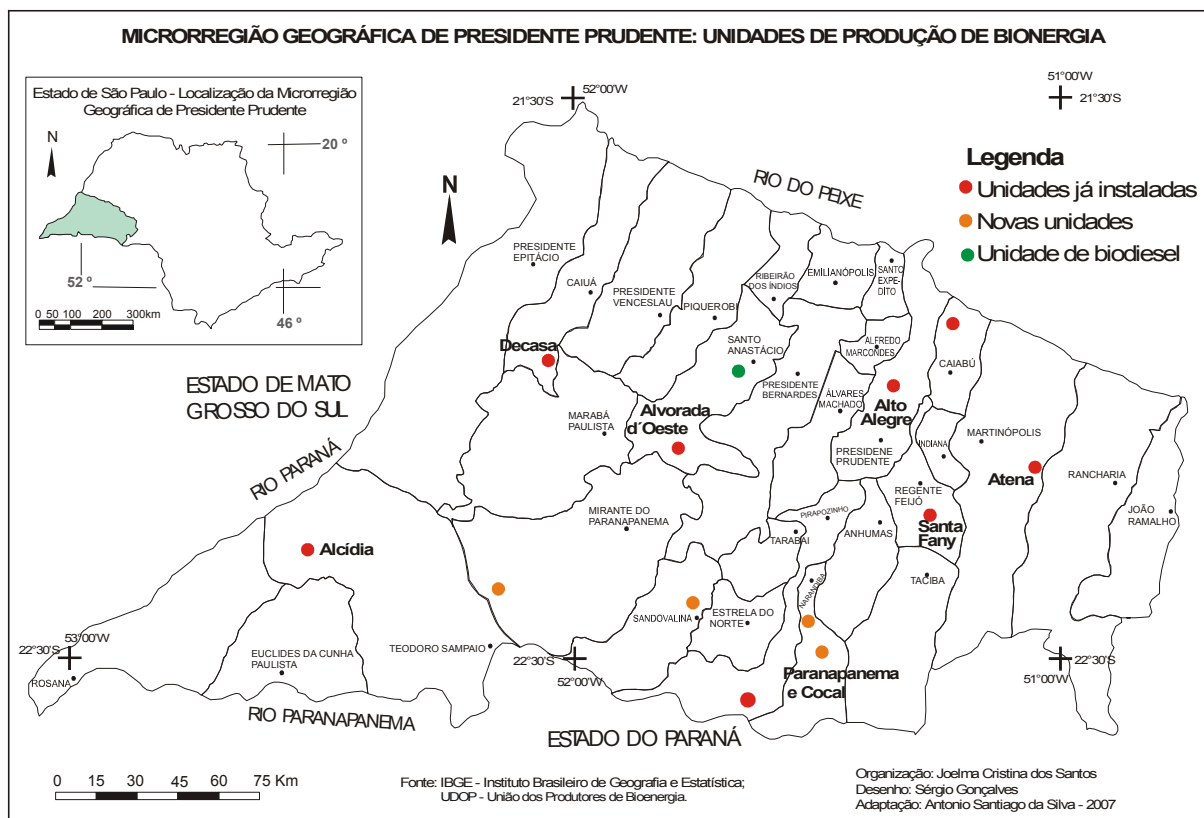
[...] sob essa perspectiva, capitalistas e produtores estão arrendando terras griladas e devolutas para plantarem cana-de-açúcar e, assim, legitimarem a posse das terras públicas em nome dos grileiros e se garantem à frente dos negócios, se beneficiando com a renda da terra [...] O usineiro, para implantar uma planta fabril na região e fazê-la funcionar precisa de antemão ter a garantia da terra e, por conseguinte da cana (não necessariamente própria). Desse modo, para viabilizar e garantir sua produção, que é legal, o capitalista faz aliança com o latifúndio para legitimar a terra ilegal. (OLIVEIRA; THOMAZ JR, 2007, p. 13-14).

| Agroindústrias canavieiras | Município | Caracterização |
|------------------------------------|-------------------------|---|
| Destilaria Alcídia | Teodoro Sampaio | Primeira destilaria aprovada pelo PROÁLCOOL, instalada em município com grande concentração de assentamentos rurais e irregularidades referentes à posse da terra |
| Destilaria Paranapanema Unidade I | Narandiba | Antiga Destilaria Bela Vista, que havia paralisado suas atividades, com posterior (re) abertura, após a aquisição pelo Grupo Albertina, da região de Sertãozinho. Atualmente, participação do Grupo Norueguês Biofuel Energy Group. |
| Destilaria Paranapanema Unidade II | Sandovalina | Unidade instalada pelo mesmo grupo da Unidade I. |
| Destilaria Decasa | Caiuá | Adquirida pelo Grupo Olival Tenório, de Alagoas |
| Destilaria Alvorada D'Oeste | Santo Anastácio | Antiga Destilaria Dalva, atualmente pertence ao Grupo Alvorada, de Minas Gerais |
| Destilaria Santa Fany | Regente Feijó | Antiga Destilaria Laranja Doce |
| Usina Atena | Martinópolis | Pertence ao Grupo Diana de Avanhandava – SP |
| Usina Cocal II | Narandiba | Do grupo Cocal, de Paraguaçu Paulista |
| Usina Alto Alegre | Presidente Prudente | Instalada no distrito de Ameliópolis, antiga Destilaria Alta Floresta |
| Usina Conquista do Pontal | Mirante do Paranapanema | Nova unidade - Odebrecht |

Quadro 4 – Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – agroindústrias canavieiras
Org.: Joelma C. Santos, 2007

É a partir destas novas alianças, que se consolidam, no início do século XXI, na região de Presidente Prudente, que a expansão da cana vem ocorrendo, substituindo áreas antes destinadas às pastagens e à produção de alimentos.

No mapa 7, apresenta-se a localização das unidades agroindustriais canavieiras já instaladas e das novas unidades a serem instaladas na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.



Mapa 7 – Microrregião Geográfica de Presidente Prudente: unidades de produção de bionergia

Fonte: UDOP

Org.: Joelma C. Santos, 2007

Dessa forma, torna-se importante conhecer as formas de atuação das empresas sucroalcooleiras instaladas nesta porção do território paulista e suas estratégias de reprodução do capital.

4.1.1 A Destilaria Alcídia S/A

A Destilaria Alcídia foi a primeira empresa a ser aprovada pelo Proálcool no Brasil e a primeira a ser instalada na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente/SP, sendo fundada em 1976, porém iniciou a produção de álcool em 1978.

A primeira destilaria aprovada pelo Proálcool e que se encontra em funcionamento é a destilaria autônoma de cana-de-açúcar Alcídia, localizada no município de Teodoro Sampaio, SP. Iniciando a produção em fins de 78, com a capacidade de 240.000 litros por dia, a destilaria Alcídia [...] alcançará em breve sua capacidade instalada de 330.000 litros diários, necessitando, para isso, de uma área de 13.500 hectares cultivados com a matéria-prima. Com a metade dessa área já plantada, espera-se, na safra 79/80, uma produção de 25 milhões de álcool anidro. (MENEZES, 1980, p. 53-54).

Na época de sua criação, a Destilaria Alcídia dedicava-se apenas à produção de álcool, e, no ano de 1994, passou a se dedicar também à fabricação de açúcar. Atualmente (2007), a empresa tem capacidade de moer 1,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, e a produção anual gira em torno de 65 milhões de litros de álcool e, aproximadamente 75 mil toneladas de açúcar.

De acordo com o Sr. Paulo Sérgio Néspulo, controler da Destilaria Alcídia, entrevistado por nós em 30/5/2007, o volume médio processado pela empresa é de 7.000 toneladas por dia, 210.000 toneladas por mês e, na última safra, registrou um volume de cana moída de 1,5 milhões de toneladas. Este volume torna-se pequeno, se comparado às mais de 7 milhões de toneladas processadas pela Usina da Barra (ANUÁRIO DA CANA, 2007), primeira do país, em moagem de cana – mas que vem crescendo ano após ano, já que na safra 2002/2003 foram processados na Destilaria Alcídia, pouco mais da metade do registrado nesta última safra, ou seja, apenas 800.000 toneladas de cana.

Na foto 1, apresentamos uma imagem atual da Destilaria Alcídia, decorridos mais de 30 anos da sua fundação.



Foto 1 - Teodoro Sampaio (SP): Destilaria Alcídia, 2007
Autor: Joelma C. Santos, maio/2007

A empresa dedica-se à produção de açúcar VHP⁴¹, bagaço hidrolisado, etanol etílico anidro combustível, etanol hidratado combustível e óleo fúsel. Em entrevista realizada na empresa, em 30/5/07, nos foi relatado que a empresa produz cerca de 9.000 sacas de açúcar/dia e 400.000 litros de álcool/dia, por trabalhadores que se dividem em 3 turnos diários.

Em julho de 2007, foi anunciada a compra de 85% da Destilaria Alcídia pela Odebrecht, porém, Lamartine Navarro Neto, herdeiro de Lamartine Navarro, fundador da companhia e considerado um dos pais do PROÁLCOOL, ainda continua como acionista. Com a aquisição da Odebrecht, a capacidade de moagem deve aumentar de 1,5 milhão de toneladas para 2,1 milhões de toneladas até 2009 e, até 2012 pretende-se chegar a 4,2 milhões de toneladas processadas por ano.

De acordo com Eduardo Carvalho, ex-presidente da UNICA, “o investimento na usina potencializará a produção de cana-de-açúcar, para a ordem de 12 a 15 toneladas, com três ou quatro unidades industriais instaladas, dentro de oito a dez anos” (ODEBRECHT..., 2007, não paginada).

Na data da entrevista junto a esta empresa (30/5/2007), a área de cultivo de cana-de-açúcar necessária para abastecer a destilaria era de 13.000 ha, sendo que deste total, 50% era área própria e 50% arrendada. A partir da compra da Destilaria Alcídia pela Odebrecht, confirma-se o movimento do capital, que Stédile (2004), aponta como terceiro movimento do capital no campo, após a acumulação e a concentração, a centralização.

[...] Além de ter outras propriedades que ele comprou na fase da concentração, ele começa a atuar em vários setores, não só na agricultura, mas no comércio, na indústria, no capital financeiro. Esse movimento do capital em que o capitalista controla vários setores de atividades chama-se movimento de centralização. E hoje, como consequência disso, nós não temos mais uma burguesia agrária típica que vive só do trabalho que explora na lavoura. Hoje as grandes propriedades rurais brasileiras estão nas mãos de grandes grupos econômicos que operam em várias áreas, com banco, comércio, indústria [...] (STÉDILE, 2004, p. 314).

Outra questão relatada na visita à empresa refere-se aos contratos de arrendamentos estabelecidos, que vão desde grandes áreas, até áreas de 30 e 20 ha, com os assentados do município. Esta questão foi contraditória, pois Sr. Paulo Sérgio Néspulo, responsável pela parte de controladoria da empresa, assumiu a existência dos contratos entre a empresa e os

⁴¹ Açúcar VHP (Very High Polarization): trata-se de um açúcar bruto, desenvolvido em 1993, é destinado ao mercado externo e permite aos clientes transformá-lo em diferentes tipos de açúcar.

assentados, ao mesmo tempo em que o Sr. Lamartine Navarro Neto, informou-nos que os assentados eram apenas fornecedores e que a usina não arrendava terras dos assentamentos.

Acreditamos que a contradição se deva à Portaria 77/04 do ITESP, a qual limita o plantio de culturas agroindustriais - como é o caso da cana-de-açúcar - nos assentamentos, proibindo os arrendamentos. Assim, para esta portaria, o que é permitido é que as agroindústrias ofereçam aos produtores os insumos necessários e a garantia da compra na safra.

Dessa forma, observamos que a apropriação das terras, por parte das usinas, traz à tona uma preocupação já salientada por Oliveira e Thomaz Jr. (2007), a de que ocorra o desmonte do território de luta pela terra e pela Reforma Agrária nesta porção do estado, e

[...] a retomada do poder político de classe da burguesia e do capital, que está se renovando e se fortalecendo a partir de algumas ações, bem como da cooptação dos assentados, que se vêem sem perspectiva de viabilização da produção na terra e, conseqüentemente de permanência nela. (OLIVEIRA; THOMAZ Jr, 2007, p. 14).

Assim, era por meio do arrendamento das terras dos assentados e também dos latifundiários, que, em ambos os casos eram fixados contratos de 5 anos, em espécie, ou seja, 25 toneladas/alqueire/ano, além da parcela que cultivada em terras próprias, que a empresa obtinha a cana para moagem, destinada à produção de açúcar e álcool.

No caso da Destilaria Alcídia, a procedência da cana é de 100% do município de Teodoro Sampaio, sendo que 100% da produção do açúcar desta empresa é destinada ao mercado externo e, quanto à produção de álcool é toda destinada ao mercado interno, até o momento.

Quanto aos equipamentos, caminhões e tratores, a empresa não utiliza frota própria, sendo terceirizados 30 caminhões e 15 tratores. Até o momento, a empresa ainda não utiliza colheitadeiras para o corte da cana, e este é realizado totalmente de forma manual.

A empresa emprega 1.300 safristas, e destes, 1.100 são cortadores de cana, que cortam em média 7 toneladas por dia, segundo a empresa. Cabe destacar que essa quantidade de cana cortada por trabalhador foi a menor registrada pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) para os Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Prudente, no ano de 2006, já que a média na região é de 8,57 toneladas/homem/dia, sendo que a quantidade máxima constatada pelo mesmo Instituto foi de 12 toneladas cana/homem/dia nesta mesma região.

Dentre os 36 EDRs do estado de São Paulo, os que registraram os maiores volumes de cana cortada por dia por trabalhador no ano de 2006 estão elencados no quadro 5.

| EDRs | Toneladas/cana/dia/trabalhador |
|---|--------------------------------|
| Franca e Votuporanga | 18 |
| Mogi-Mirim | 17 |
| Pindamonhangaba, General Salgado, Bauru, São José do Rio Preto e Limeira | 15 |
| Tupã | 14 |
| Presidente Prudente, Barretos, Araraquara, Dracena, Avaré, Araçatuba, Piracicaba, São João da Boa Vista, Fernandópolis, Assis, Ribeirão Preto, Andradina e Sorocaba | 12 |

Quadro 5 - Estado de São Paulo: Escritórios de Desenvolvimento Agrícola (EDRs): volume de cana cortada/dia/trabalhador

Fonte: IEA

Org.: Joelma C. Santos (2007)

Assim, verificamos que os EDRs de Franca e Votuporanga apresentavam a maior produtividade por trabalhador/dia, ou seja 18 toneladas cana/dia/trabalhador, ao passo que o EDR de nossa área de pesquisa a média era de 12 toneladas/cana dia/trabalhador.

Cabe destacar que tanto na Destilaria Alcídia, que pretende adotar o corte mecanizado, como nas demais áreas canavieiras do estado, o número de cortadores de cana deverá ser reduzido drasticamente nos próximos anos, já que uma colheitadeira pode substituir 100 homens. Considerando que os trabalhadores desta empresa cortam em média 7 toneladas de cana por dia e uma máquina pode atingir 800 toneladas por dia ou mais, há um jogo desigual, que faz com que os trabalhadores sejam forçados a intensificar o seu ritmo de trabalho.

Dessa forma, Marx (1979) já atentava para o fato de que a máquina, ao se apoderar pouco a pouco de um ramo da produção, produz miséria crônica entre os trabalhadores que com ela concorrem. É o que estamos verificando com a mecanização do corte da cana. Neste contexto, o autor enfatiza:

[...] o instrumento de trabalho, ao tomar a forma de máquina, logo se torna concorrente do próprio trabalhador. A auto-expansão do capital através da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. [...] Quando a máquina passa a manejar a ferramenta, o valor-de-troca da força de trabalho desaparece ao desvanecer seu valor-de-uso. O trabalhador é posto no mercado como papel moeda retirado da circulação. (MARX, 1979, p. 492-493).

Dessa forma, em todo o país, a colheita mecanizada divide espaço com quase meio milhão de cortadores de cana em condições de existência extremamente degradantes. Cabe destacar que, além da mecanização do corte, outras atividades no interior da planta fabril também passam a ser automatizadas levando, conseqüentemente, estes trabalhadores ao desemprego, subemprego e a outras formas de sujeição da venda da sua força de trabalho, em condições de extrema precariedade.

No que diz respeito à Destilaria Alcídia, entre a planta fabril e os canaviais há cerca de 2.000 funcionários, que conforme já destacamos são 1.300 safristas, dos quais 1.100 são cortadores de cana e, de acordo com a empresa todos, recebem os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), e outros 700 funcionários permanentes. Ainda de acordo com a empresa, 100% dos trabalhadores são registrados e têm direito a férias, 13º salário e seguro-desemprego e são denominados pela empresa de funcionários, independente da função que exercem.

Destes 2.000 funcionários, 100 são terceirizados, pois de acordo com a empresa, os custos com a terceirização são reduzidos, o que na prática se constitui um novo tipo de controle capitalista da produção, pois fragmenta a dimensão política, à medida que debilita a organização da classe trabalhadora.

A este respeito, Alves (2000) ressalta que

[...] o mundo do trabalho precário é decorrente de uma das motivações indutoras da terceirização. Por trás da lógica da precarização do trabalho, que atinge parcelas das firmas de subcontratação da cadeia produtiva está a necessidade das grandes empresas – de seus fornecedores de primeira, segunda e terceira linha – de descentralizar a produção, com o objetivo de reduzir custos, repassando os riscos dos negócios para as pequenas empresas e, por conseguinte, para as condições de trabalho, emprego e salário. (ALVES, 2000, p. 265).

A Destilaria Alcídia ou as *personas* do capital que a representam têm consciência das relações de poder que exercem. Isto fica explicitado na fala do Sr. Paulo Sérgio Nespulo: “*O município e a região vivem em função da usina*” e, também ficou claro na entrevista o entendimento de que a usina trouxe benefícios para a região, o progresso e que as transformações ocorridas foram positivas desde o início de sua implantação.

As relações de poder são componentes intrínsecos na efetivação de um território. Neste caso, materializam-se através do controle sobre a força de trabalho, em muitos casos provenientes dos assentamentos. Do total de 427 famílias, 87 delas, ou 20% possuem um ou mais membros da família trabalhando como assalariados, sendo a sua maioria na Destilaria

Alcídia, principalmente nas épocas de plantio e corte da cana (SILVA; FERNANDES; VALENCIANO, 2006).

Assim, este controle estende-se a um território que está perdendo o seu controle, ou seja, a partir do momento que os assentados estão arrendando suas terras para a usina e, se submetendo ao assalariamento, questionamos até que ponto este território constituído a partir das lutas, tem a sua autonomia e até onde conseguirá sustentá-la, pois os assentados voltam novamente à sua antiga condição de subordinação.

Este processo verificado na região desde o início do novo século, pensado a longo prazo pode trazer sérios desdobramentos para os projetos de luta e construção dos territórios de resistência, já que esta resistência tem desembocado na incapacidade dos assentados de se reproduzirem exclusivamente a partir do cultivo da terra, o que, por sua vez, é consequência de um desamparo por parte do Estado, no tocante à efetivação de políticas públicas com tais objetivos.

Assim, Estado e capital, para não fugir às regras, principalmente na época de crise em que se encontra o capitalismo, selam as mãos, há muito tempo unidas, a favor do capital e contra o trabalho, entendido como já deixamos claro, em vários momentos desta pesquisa, não apenas como assalariados, mas, também, incluindo os desempregados, os empregados precariamente e os camponeses.

Ainda a respeito da aliança Capital x Estado, o começo de século é marcado por esta relação também no que diz respeito à produção de energia, ou dos agrocombustíveis, com o Estado incentivando a construção de novas unidades, uma vez que para o presidente Lula, conforme reportagem de Valente (2007), os usineiros estão se transformando em heróis mundiais.

A respeito da relação estabelecida entre o capital e o Estado, Mézáros (2002), destaca que o Estado é a única estrutura compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico.

Isso significa que o Estado se afirma como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, em seu microcosmo e nas interações das unidades particulares de produção entre si, afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais imediato e abrangente. (MÉSZÁROS, 2002, p. 109).

Como os territórios se estruturam por meio das relações de poder, a produção de energia hoje, mais do que nunca, representa também um importante instrumento de (re)

ordenamento dos territórios, já que há incentivos, inclusive, para os assentamentos produzirem agrocombustíveis. Embora possa ser utilizado e concebido pelos assentados como estratégia de reprodução, e, realmente o é, isso reforça contraditoriamente o domínio do capital sobre os seus territórios.

A capacidade que as usinas têm hoje de gerar energia com o bagaço da cana, é uma estratégia interessante, do ponto de vista econômico, pois lhes poupa a utilização de energia externa, e, além do mais, podem comercializar o excedente, além de reutilizar o bagaço da cana. Assim, a Destilaria Alcídia utiliza o bagaço da cana para geração de energia, voltada apenas ao consumo próprio.

Sobre a avaliação das políticas para o setor, o Sr. Paulo Sérgio Néspulo demonstrou certo descontentamento com o governo federal, no que tange à sua relação com os usineiros, afirmando que: *“O Governo Lula poderia ter feito mais [...] Os Estados Unidos subsidiam, o Brasil penaliza”*. O mesmo entrevistado não enxerga incentivos do governo para a produção de etanol e de agrocombustíveis, de um modo geral.

A respeito do potencial da região de Presidente Prudente, o entrevistado afirma que há terras disponíveis para o plantio da cana, mas de baixa qualidade, porém mais baratas, quando comparadas às terras de Goiás e Mato Grosso do Sul.

O Sr. Paulo Sérgio Néspulo também revelou descontentamento com o Ministério do Trabalho e suas “visitas surpresas”, pois a usina já foi multada, algumas vezes, por irregularidades que, de acordo com o entrevistado, são de responsabilidade dos próprios trabalhadores, pois a empresa fornece-lhes os equipamentos de segurança e como não estariam acostumados a utilizar, algumas vezes, se esquecem.

Outras multas deveram-se ao fato de os trabalhadores almoçarem expostos ao sol e não nas estruturas cobertas, nos canaviais, destinadas a este fim. O entrevistado relata que a empresa disponibiliza essas estruturas, mas que, muitas vezes, o trabalhador está cortando a cana longe e não *“quer perder tempo vindo almoçar na sombra”*.

Ainda foi destacado na entrevista que os trabalhadores têm direito a parar 10 minutos por hora para descansar, o que também é observado pelo Ministério do Trabalho, e gera multas, mas que *“é o cortador de cana que não quer parar”*. Todas as multas são aplicadas não apenas sobre os trabalhadores averiguados em irregularidades, mas sobre a sua totalidade, ou seja, multiplica-se pelo número total de trabalhadores na mesma atividade.

Esta questão de que é o trabalhador que não quer parar, significa que ele ganha por produtividade e já incorporou as tentativas de superação dos seus limites, para que possa continuar na empresa e garantir o seu sustento.

Marx (1979) destaca:

[...] mas, no modo de produção capitalista, o trabalho necessário só pode constituir uma parte da jornada de trabalho, e a jornada de trabalho, portanto, nunca pode reduzir-se a esse mínimo. Em compensação, possui a jornada de trabalho um limite máximo. Não pode ser prolongada além de certo ponto. Esse limite máximo é determinado duplamente. Há primeiro, o limite físico da força de trabalho. [...] Além de encontrar esse limite puramente físico, o prolongamento da jornada de trabalho esbarra em fronteiras morais.[...] (MARX, 1979, p. 262).

Dessa forma, é no limiar de ultrapassar as fronteiras físicas e morais, que boa parte dos trabalhadores das agroindústrias canavieiras da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, bem como das demais áreas canavieiras do estado de São Paulo e do país se encontram. Estas questões serão melhor discutidas a partir do item 4.2. Por ora, na sequência, apontaremos a configuração da usina Atena, que iniciou recentemente suas atividades na região de Presidente Prudente.

4.1.2 A Usina Atena de Açúcar e Alcool

A Atena Tecnologia em energia natural está situada no município de Martinópolis – SP e pertence ao Grupo Diana de Avanhandava - SP. Suas instalações, neste município, iniciaram-se no ano de 2005 e o funcionamento da planta fabril estava previsto para agosto de 2007. Houve, porém, um atraso na implantação final e sua produção industrial iniciou-se em 2008.

A vinda de novas agroindústrias do setor e a ampliação das já existentes está ligada às facilidades de crédito e à combinação de interesses de grupos que atuam em diversos setores produtivos, podendo ser citado o caso da Atena que atua em segmentos como pecuária, produção de álcool e setor de comunicações, sendo este último setor na região de origem do grupo, município de Avanhandava (SP).

Em entrevista realizada na empresa em 13/5/2006 nos foi ressaltado que a mesma recebeu incentivos, por parte da Prefeitura do Município de Martinópolis, no que diz respeito à terraplanagem, além de ter sido motivada pela disponibilidade de terras na região, arrendando inicialmente uma área de 6.000 ha para o plantio de cana. Isso confirma o que discutimos no Capítulo 3, ou seja, ocorre um (re)ordenamento do território, a partir da apropriação de terras por grupos de outras regiões, revelando a aliança capital, Estado e latifundiários, empenhados na expansão da cultura canavieira, voltada principalmente, no

momento atual, para a produção de álcool. Até o momento da entrevista, a empresa não havia utilizado nenhum tipo de financiamento para a produção do álcool.

A empresa possui capacidade de processamento de 110 mil m³ ou 110 milhões de litros de álcool, produção que pretende ser atingida, no máximo, em 5 anos. Cabe destacar que o volume que a empresa pretende atingir é superior ao processado por empresas tradicionais do setor na região, pois a Usina Alto Alegre processou na safra 2006/07, pouco mais que 40 milhões de litros de álcool e a Alcídia, como já ressaltamos, produziu 65 milhões de litros de álcool.

Dessa forma, observa-se que as novas empresas instaladas na região, realmente, vêm com a intenção de se expandir e ocupar posições de destaque no setor, já que a produção pretendida pela unidade Atena é semelhante à atingida pelo ranking das 30 maiores do setor do país, no que diz respeito à produção de álcool, conforme pode ser verificado no PROCANA: Anuário da Cana (2007).

Quanto ao destino da produção de açúcar, o gerente Adílson Nogueira Barros, entrevistado em 13/5/2006, ressaltou que toda a produção deveria ser voltada para exportação, ou seja, cerca de 160.000 sacas por safra, processadas em 3 turnos diários. No retorno à empresa, em 29/9/2008, confirmou-se que de fato 100% da produção de açúcar é voltada à exportação.

No que se refere à moagem da cana, a empresa pretende atingir 1 milhão e 200 mil toneladas por safra. Em visita à empresa em 29/9/2008, verificou-se que a capacidade de processamento é de 4.000 toneladas/cana/dia e a produtividade média da lavoura de cana-de-açúcar era de 90 a 95 toneladas/há. Em 2010, a empresa pretende processar mais de 6.000 toneladas por dia.

Para a implantação da usina, foram investidos cerca de R\$ 25 milhões, sendo R\$ 15 milhões na área industrial e R\$ 10 milhões na fundação do canavial e plantio, na área rural.

A área plantada de cana para abastecer a usina é de 14.000 hectares. É com esta quantidade de terras que a empresa pretende abastecer a unidade fabril nos próximos 5 anos. No ato da entrevista, em maio de 2006, a empresa era proprietária de apenas 500 hectares, adquiridos da Fazenda Bartira, mas foi ressaltado pelo gerente agrícola da usina, Adílson Nogueira Barros, que essa área própria deve ser ampliada, já que dos 14.000 hectares que a empresa pretende plantar com cana nos próximos 5 anos, a idéia é de que sejam 7.000 hectares de área própria e 7.000 hectares de área arrendada.

A luta pela terra, também, se faz presente nesse Município, pois possui 2 assentamentos, com 124 famílias assentadas em 2.357 hectares. Verifica-se que também no

Município há uma “disputa por territórios”, no tocante aos movimentos sociais no campo e há uma agroindústria canavieira que se sente atraída pela disponibilidade de terras, a baixo preço, já que o gerente de produção da empresa Atena ressaltou na entrevista realizada por nós em maio de 2006: “*A região (de Presidente Prudente) tende a se igualar à região de Ribeirão Preto na produção da cana, só que lá (em Ribeirão Preto), o alqueire é R\$ 50.000 e aqui é R\$ 15.000*”. Logo observa-se o quanto as terras baratas são um incentivo ao capital sucroalcooleiro em sua expansão.

A empresa possuía em setembro de 2006, 3,5 mil hectares plantados e já havia iniciado neste mesmo mês, o plantio de mais 4 mil hectares. A área arrendada (6.000 hectares) foi firmada em um único contrato com a fazenda Bartira, mas compreende 5 fazendas deste mesmo grupo. A idéia é de que a cana a ser moída pela agroindústria tenha procedência de 60% do próprio município e 40% de outros municípios da região. Na foto 2 é possível visualizar os trabalhadores no plantio da cana em área próxima à usina.



Foto 2 - Martinópolis (SP): Usina Atena de Açúcar e Álcool: trabalhadores no plantio da cana
Autor: Joelma C. Santos, maio/2006

Quanto ao quadro funcional, a empresa possuía um total de 500 funcionários, sendo 250 permanentes e 250 temporários. Cabe destacar que a terceirização chegou junto com a usina, pois a empresa nem havia iniciado a moagem e já contava com 100 funcionários terceirizados trabalhando na parte da montagem industrial. Assim, observamos que nesta

empresa, ainda em fase inicial de operação, são visíveis as mutações no universo da classe trabalhadora, a que se refere Antunes (2003):

[...] *desqualificação* de inúmeros setores operários, atingidos por uma gama diversa de transformações que levaram, de um lado, à *desespecialização* do operário industrial oriundo do fordismo e, por outro, à massa de trabalhadores que oscila entre os **temporários (que não têm nenhuma garantia no emprego)**, aos parciais, (integrados precariamente às empresas), aos subcontratados, **terceirizados (embora se saiba que há, também, terceirização em segmentos ultraqualificados)** [...]. (ANTUNES, 2003 p. 60, grifos do autor em itálico; grifos nossos-negrito).

Dessa forma, observamos que as novas agroindústrias canavieiras que se instalam na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, trazem com elas características do *novo* e precário universo do trabalho, conforme as apontadas por Antunes (2003).

De acordo com previsões do gerente da usina Atena, Adílson Nogueira Barros, até agosto de 2007, a usina deveria contar com 1.500 postos de trabalho, embora, na fase inicial, contaria, com 400 empregados no parque industrial e 500 na área rural. Na fase de implantação, a usina contou em período de pico, com 500 homens trabalhando na área rural. Porém, da previsão de 1.500 postos de trabalho, o que verificamos em setembro de 2008 - pois retornamos à empresa - é que totalizavam 830 e, desse total, 600 eram cortadores de cana, os demais, parte industrial e administrativa. Sobre a possibilidade de empregos para a população, Barros enfatiza: “procurem qualificar-se, fazendo cursos, buscando aproveitar as oportunidades. Entendo que os cursos voltados para a engenharia da automação, mecânica industrial, computação, entre outros, são muito interessantes”. (BARROS, 2006, p. 5).

A fala do gerente da usina em entrevista ao Jornal Folha da Cidade, nos remete a Mézáros (2002), ao tratar da estrutura de comando do capital, sob a dimensão vertical, cuja função é salvaguardar os interesses vitais do sistema dominante.

[...] os interesses em assegurar a expansão contínua da mais-valia com base na máxima *exploração* praticável da totalidade do trabalho (embora, claro, em conjunção com as *taxas diferenciais* de exploração em diferentes países e indústrias através dos tempos, conforme se tornem possíveis pelas relações de força prevaletentes na estrutura global do capital). Tais interesses devem ser assegurados graças ao funcionamento adequado da estrutura de comando do capital, qualquer que seja o escopo e a complexidade da organização horizontal (a fragmentação/divisão e simultânea reunificação funcional) do total das jornadas de trabalho capitalisticamente *utilizáveis*. (MÉSZÁROS, 2002, p. 623, grifos do autor).

A substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto é um processo em andamento na Usina Atena, no que diz respeito à colheita da cana, acarretando um aumento da intensidade do trabalho, juntamente com o aumento da produtividade do trabalho.

Na data da entrevista nesta empresa (13/5/2006), a empresa ainda não dispunha de colheitadeiras, apenas de 2 caminhões e 8 tratores, pois a usina se encontrava em fase intermediária de construção. No entanto, a mesma pretende adotar o corte mecanizado, assim que iniciar o funcionamento do segmento industrial. De acordo com previsões da empresa, se ela dispõe de 1000 trabalhadores rurais, com a adoção da mecanização esse número deve ser reduzido para 150 trabalhadores. Na foto 3, apresenta-se o corte da cana no canavial da usina.



Foto 3 - Martinópolis (SP): Usina Atena de Açúcar e Álcool - corte manual nos canaviais: cortador de cana (de boné) à frente, e fiscal da usina ao fundo
Autor: Joelma C. Santos, maio/2006.

Isto significa, na prática, a relação mecanização x desemprego, visto que este é iminente para centenas de trabalhadores desta usina, uma vez que a mecanização implicará uma redução de aproximadamente 85% dos trabalhadores, que serão substituídos pelas máquinas. Dessa forma, a intensificação do trabalho morto produz, na mesma escala, uma agudização da precarização do trabalho.

Em entrevista junto à empresa (13/5/2006), nos foi relatado que, inicialmente, 30% do corte de cana será mecanizado e, até 2015, a mecanização do corte deve chegar a 90%. Dessa

forma, o gerente agrícola da usina ressalta à reportagem “Usina Atena quer girar moendas até agosto de 2007”: “em beiras de curvas, baixadas ou terrenos com declives acentuados, a colhedora não chega e há muita perda. A perda invisível, que não dá pra mensurar, é grande com o uso de colhedoras” (BARROS, 2006, p. 5).

Assim, verificamos que a mecanização afeta diretamente a organicidade do trabalho, o que não confirma o fim do trabalho, pois o que ocorre é a diminuição do emprego, porém, o trabalho ocupa posição central no mundo da produção e, por sua vez, a subproletarização é intensificada pelo desenvolvimento técnico-científico.

À medida que se intensificam a evolução das técnicas, das tecnologias, a relação sociedade x natureza sofre novas determinações, uma vez que o espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através de seu trabalho (SANTOS, 1978).

O que pudemos verificar nas usinas, tanto na Alcídia, como na Atena e, também nas entrevistas com trabalhadores destas e de outras usinas da região, é que com o desenvolvimento técnico-científico, ocorreu a ampliação dos elementos de dominação do capital sobre o trabalho, num cenário marcado pela transformação dos meios de produção e da adequação dos trabalhadores a esses.

Com a redefinição do modelo de desenvolvimento das forças produtivas, ocorre uma intensificação da exploração do trabalho vivo, ao mesmo tempo em que se intensifica a utilização do trabalho morto.

Sobre a utilização do bagaço da cana, a empresa pretende utilizá-lo para hidrolização (confinamento) e como fonte de geração de energia, com a finalidade de alimentar as caldeiras.

A co-geração de energia compromete o discurso que coloca a necessidade a qualquer custo das hidrelétricas. Nas usinas de açúcar e álcool, o bagaço é a principal fonte de energia, sendo autossuficientes do ponto de vista energético para a produção de açúcar e álcool, com possibilidade de se vender o excedente. Porém, Lora; Arrieta; Carpio (2001) atentam que para a energia excedente gerada nas usinas chegar ao consumidor final é necessário que primeiro seja vendida às concessionárias e, alguns fatores têm incidem negativamente na compra e comercialização, pelas concessionárias, da eletricidade gerada nas usinas, são eles:

- [...] - carência de políticas energéticas que tivessem estimulado a geração descentralizada de excedentes elétricos no passado.
- existência de políticas de centralização do setor elétrico.
- tarifas de venda da eletricidade excessivamente baixas, não remunerando adequadamente os produtores autônomos.

- falta de incentivos fiscais e financeiros para a geração independente de eletricidade.
- sazonalidade da colheita da cana-de-açúcar e dificuldades para garantir a geração todo o ano. (LORA; ARRIETA; CARPIO, 2001, p. 61).

Dessa forma, as políticas energéticas não priorizam a geração independente e descentralizada de eletricidade, sendo que a agroindústria canavieira tem grande potencial na produção de energia, dada a disponibilidade de grandes quantidades de resíduos na forma de bagaço e palha da cana. Assim, a Usina Atena utiliza a energia proveniente do bagaço da cana apenas internamente.

Nesta empresa, foram entrevistados 42 cortadores de cana, e foi possível constatar que seus rendimentos mensais variavam de aproximadamente R\$ 300,00, chegando a R\$ 941,00, uma vez que recebem por produtividade e não um salário fixo. Outro elemento importante é que ao serem questionados se aceitariam oportunidade de emprego em outro local, 32 trabalhadores (76,19%) tiveram resposta afirmativa, contra 7 trabalhadores (16,67%) que destacaram preferir o corte da cana e, outros 4 (9,52%) não opinaram.

Observamos, dentre os entrevistados desta e de outras usinas da região, que a maioria já trabalhou em outras usinas antes de trabalhar na atual. No caso da Atena, quase 79% já trabalharam em outras usinas antes, sendo que a maioria destaca que a Santa Fany foi a pior empresa em que trabalharam, pois, segundo os trabalhadores, “*não paga direito*” e, a Alto Alegre, foi considerada a melhor. No caso desta, os trabalhadores se referem às cestas básicas fornecidas e à assistência médica, em caso de necessidade.

Ainda relativo à precarização do trabalho, constatamos a existência de pessoas que trabalham sem carteira assinada. Há trabalhadores contratados que possuem registro em carteira assinada e todos possuem os equipamentos de segurança. No entanto, dentre os que não possuem registro em carteira, encontramos vários casos que relataram não receber equipamento de segurança, ou seja, sendo temporários, a usina entende que não necessita dispor dessa preocupação e desses equipamentos para com eles.

Do total de 42 entrevistados nesta usina, ao serem questionados sobre a organização, 19 trabalhadores (45,24%) declararam que reconhecem o sindicato como instância que os representam, contra outros 20 (47,62%) que não sabem sequer se há algum sindicato com o qual poderiam ter vínculos na região e, outros 3 (7,14%), não sabem ou não opinaram. Semelhante questionamento refere-se sobre outro tipo de organização dos trabalhadores, do total de 12 entrevistados (28,57%) declararam que nada há além do sindicato e outros 30 trabalhadores (71,43%) não sabem, ou não opinaram.

Estas informações apresentadas com base em parte de nossa pesquisa de campo revelam algumas contradições, pois a maioria dos entrevistados, ao considerar as condições de trabalho adequadas, revelaram que nem todos recebem equipamentos de segurança, além de perceber o máximo de R\$ 900,00 e considerar suficiente para sustentar famílias, em sua maioria numerosas. Além disso, a maioria revela que, se fosse possível, exerceria outras atividades, que não aquela exercida nos canaviais, demonstrando que a satisfação não é tão plena como a demonstrada em um primeiro momento.

A falta de mobilização é gritante, pois os trabalhadores quase nada têm a dizer sobre o sindicato ou sobre outras formas de organização do trabalho, mas entendem que podem ser punidos por envolvimento em movimentos grevistas, de reivindicação ou outras formas que possam organizar o trabalho e desestabilizar as estratégias do capital.

Esta falta de organização e de entendimento como classe, observada com os trabalhadores entrevistados reflete parte da debilitação do poder sindical no Brasil. Porém, dentre os trabalhadores da Atena, também há aqueles que acreditam no poder de manifestações como greves e também na atuação dos sindicatos. Assim, um cortador de cana ressalta: *“o sindicato é bom, porque veio aqui e falou que tinha que registrar a gente”*. Porém, outro ressaltou: *“Quem comanda hoje são as usinas”*. Isto representa a consciência que eles têm da influência do capital sucroalcooleiro, em expansão, na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.

No pouco tempo de atuação da empresa na região, entre 2006 e 2007, ocorreram paralisações de um dia, que os trabalhadores chamaram de greve. Dentre os que participaram, foi ressaltado que o objetivo foi atingido, ou seja, o aumento do preço da cana.

Essa reivindicação referente ao aumento do preço da cana foi a principal apontada pelos 42 entrevistados, ao serem questionados sobre suas aspirações, sobre o que deveria ser feito para que houvesse uma melhora em suas condições de trabalho, conforme pode ser observado na tabela 19.

Tabela 19 - Usina Atena (Martinópolis - SP): medidas apontadas por cortadores de cana da visando à melhoria de suas condições de vida e trabalho

| Medidas apontadas | Nº de respostas | % |
|---|-----------------|---------------|
| Aumentar o preço da cana (metragem) | 08 | 19,06 |
| Fornecer equipamentos de segurança | 07 | 16,67 |
| Fornecer cesta básica | 04 | 9,52 |
| As condições são boas | 03 | 7,14 |
| Fiscalização do Ministério do Trabalho | 02 | 4,76 |
| Assistência médica/ambulância no canavial | 01 | 2,38 |
| Fornecer café da manhã e almoço | 01 | 2,38 |
| Trazer tabela de preços pela manhã | 01 | 2,38 |
| Não opinaram | 15 | 35,71 |
| Total | 42 | 100,00 |

Fonte: Trabalho de campo: maio/out/2006 e maio/2007

Org.: Joelma C. Santos

Assim, observamos que as 3 principais reivindicações dos trabalhadores da Usina Atena referem-se ao aumento do preço da cana, seguido pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual, que incluem botina com bico de aço, caneleira, óculos e boné e também, o fornecimento de cesta básica por parte da empresa. Na sequência, trataremos da Usina Alto Alegre.

4.1.3 A Usina Alto Alegre – Unidade Floresta

A Usina Alto Alegre foi fundada em 1982 no município de Caiabu e, a partir de 1995, a unidade produtiva foi transferida para o distrito de Ameliópolis, município de Presidente Prudente, onde se encontram suas instalações atuais (Foto 4). Esta usina faz parte do Grupo Alto Alegre, que possui ainda outras duas unidades, ambas no estado do Paraná. São elas: Junqueira, no município de Colorado (PR) e Santo Inácio, no município de mesmo nome no estado do Paraná.

A unidade que nos interessa (Floresta) foi a última unidade produtiva a ser instalada na região de Presidente Prudente na década de 1980. De acordo com entrevista realizada em 29/09/2008, os fatores motivadores para sua instalação foram os recursos provenientes do Proálcool e a logística, referente à proximidade das fazendas para a produção de cana-de-açúcar.

A área atual do plantio de cana-de-açúcar desta empresa é de 40.000 ha, sendo 1.200 ha de área própria e o restante proveniente de arrendamento, através de contratos de no mínimo 10 anos. A previsão é de que a área plantada com cana-de-açúcar pela usina tenha

expansão de 6.000 ha/ano. São 20 municípios cobertos com área de cana-de-açúcar por esta usina.



Foto 4 - Presidente Prudente (SP): Usina Alto Alegre
Autor: Joelma C. Santos, setembro/2008.

A Usina em questão dispõe de 30 caminhões próprios e 9 colheitadeiras e cada uma dessas, alcança a mesma produtividade que cerca de 80 homens. Esta situação se torna preocupante, à medida que a mecanização caminha para atingir 100% das lavouras. No caso da usina Atena, esta tem a vantagem de se localizar em áreas bastante planas, o que favorece a mecanização, que a partir de 2009 deve atingir 30% de toda a lavoura.

Tanto a Usina Alto Alegre, como a Atena, apresentam atividades diversificadas. Além do açúcar, ambas produzem álcool e ainda energia elétrica, proveniente da queima do bagaço moído da cana. No caso da usina Alto Alegre foram produzidos no ano de 2007, 242.103 MW/h de energia, o suficiente para abastecer uma cidade de aproximadamente 200.000 habitantes. A produção da referida usina abastece a empresa, na movimentação de motores e na iluminação da área de produção e administrativa, o excedente é vendido às concessionárias de energia locais. A Usina Atena tem a intenção de começar a vender sua energia elétrica excedente a partir do próximo ano.

A Usina Alto Alegre produz álcool e açúcar, porém o seu destaque é a produção de açúcar, uma vez que 70% da cana moída é destinada à produção deste produto,

comercializado com a logomarca “Alto Alegre”, líder de mercado na região Sul do país. A empresa produz o açúcar cristal e o refinado, sendo produzidos 2 sacos de açúcar/tonelada de cana moída e, na última safra foram produzidas 4,5 milhões sacas de açúcar cristal. No momento da visita à empresa, o saco de 50 kg de açúcar era comercializado a R\$ 30,00. Quanto ao álcool, são produzidos cerca de 110.000 litros/álcool/turno e, 350.000 litros/dia. Na safra 2007/08 foram produzidos 108.000.000 litros de álcool, sendo 65.009.072 de álcool anidro. No que se refere à moagem, são processadas 350 a 500 toneladas/cana/hora e, na safra 2007/08, esta empresa moeu 4.273.000 toneladas de cana-de-açúcar.

Foi destacado em visita à Usina Alto Alegre que toda a produção é controlada por computadores, e testes são realizados em cada setor da produção. Os funcionários da parte da indústria são mais de 700 na época da safra e necessitam ter formação técnica ou superior para desempenharem suas funções, configurando em uma divisão e especialização técnica do trabalho. Os trabalhadores do campo, os cultivadores e cortadores são contratados temporariamente, existindo ainda a presença do “gato”, que é o responsável pelas contratações; porém, a empresa faz todos os exames e acompanhamentos dos funcionários, destacando cumprir as leis trabalhistas do campo. Ao todo, a Alto Alegre-Unidade Floresta, na época da safra, chega a contar com 3 mil funcionários e, desse total, 1.200 são cortadores de cana, incluindo, além dos trabalhadores das cidades vizinhas, migrantes nordestinos, provenientes dos estados da Bahia e Maranhão. Estes trabalhadores cortam em média 7 a 8 toneladas/cana/dia, semelhante a outras usinas visitadas na região.

4.1.4 Destilaria Paranapanema S/A – Unidade I

A Destilaria Paranapanema S/A – Unidade I localiza-se no município de Narandiba. Foi fundada em 1984 como Destilaria Bela Vista e, após paralisação, foi adquirida pelo Grupo Albertina, conforme apontado por Azevedo (2005).

Em entrevista realizada em 16/01/2008, ocasião em que conversamos com o engenheiro agrônomo, Matheus Vigo Vercesi Almada Nogueira, foi ressaltado que a empresa possui 49% de participação de capital estrangeiro, através do Grupo norueguês Biofuel Energy Group, que atua também na produção de petróleo.

Dessa forma, além da unidade I da Destilaria Paranapanema, está em construção a unidade II da mesma empresa no município de Sandovalina. Esta segunda unidade se constituirá, de acordo com Matheus Nogueira, na maior unidade do Grupo na região, com capacidade de moagem de 5.000.000 de toneladas por safra e, deverá operar a parte industrial

a partir de 2012. Foi ressaltado pelo entrevistado que os principais fatores para a instalação da empresa no município é o fato de que a região de Presidente Prudente se constitui em área de expansão canavieira, além dos investimentos da empresa norueguesa. Igualmente foi ressaltado que não houve incentivos por parte do poder público municipal.

A unidade I da Destilaria Paranapanema encerrou a safra 2007 em 13/12/2007, com 80.000 toneladas de cana moída. A previsão era de iniciar a safra 2008, moendo 800.000 toneladas de cana, aumentando a capacidade para 1.000.000 de toneladas. A produtividade média atingida foi de 76 a 80 toneladas/ha que, de acordo com o engenheiro agrônomo entrevistado, é baixa, se comparada à região de Ribeirão Preto, que chega a 96/97 toneladas/cana/ha.

Quanto à área de cultivo com cana-de-açúcar para abastecer a destilaria, no início de 2008, era de 2.000 ha, sendo 1.000 ha para a própria destilaria e 1.000 ha destinados a outras usinas, atuando esta como fornecedora. Todavia, ainda no início deste mesmo ano, já estavam arrendados para o plantio de cana pela empresa, 35.000 ha e, até 2012 a previsão é de que a empresa tenha 75.000 hectares plantados com cana-de-açúcar. A empresa pretende ampliar sua área de plantio de cana com 12.000 a 13.000 hectares por ano.

A produção prevista para 2008 era, em sua maior parte, voltada para a produção de álcool e apenas pequena parte destinada à produção de açúcar, sendo que no momento da entrevista, o entrevistado não soube precisar a quantidade exata a ser produzida, devido ao início de funcionamento da empresa.

Embora em início de funcionamento, a usina já operava com corte manual e mecanizado, este último introduzido no ano de 2007 e o total de funcionários da empresa era de 1.300, não sendo precisados quantos da parte agrícola, industrial e/ou administrativa.

Ao ser questionado sobre as transformações provocadas pela implantação da empresa no município e na região, o engenheiro agrônomo Matheus Nogueira ressalta a migração, tanto de trabalhadores para o corte da cana, como parte industrial e administrativa, como era inclusive o seu caso, sendo procedente de Ribeirão Preto (SP). Ainda ao ser interpelado sobre os impactos sociais e ambientais da produção da cana-de-açúcar na região, o entrevistado não pode deixar de afirmar, *“toda monocultura é prejudicial”*.

4.1.5 Destilaria Alvorada do Oeste

A Usina Alvorada do Oeste (Foto 5) encontra-se instalada no município de Santo Anastácio e trata-se da antiga Destilaria de Álcool Vale do Anastácio (DALVA) fundada em 1979, conforme apontado por Azevedo (2005).



Foto 5- Santo Anastácio (SP): Usina Alvorada do Oeste
Autor: Joelma C. Santos, janeiro/2008.

Em visita à empresa em janeiro de 2008, entrevistamos o gerente agrícola José Henrique Montagnini. Ele ressaltou que a antiga Destilaria Dalva foi criada a partir de incentivos do Proálcool e que, devido a dificuldades financeiras, a empresa foi a leilão e, posteriormente, foi adquirida pelo Grupo Alvorada, de Bebedouro (MG). No ano de 2004, sua denominação passa para Usina Alvorada do Oeste e, durante este ano e o ano de 2005, a moagem foi paralisada.

Atualmente, a empresa produz álcool hidratado. São 400.000 litros/álcool/dia e, na penúltima safra encerrada em 11 de dezembro de 2007 foram produzidos 60 milhões de litros de álcool. São processadas em média 3.000 toneladas por dia e, na safra mencionada foram produzidas 717.000 toneladas. A produtividade na lavoura canavieira é, de acordo com Montagnini, de 80 a 140 toneladas/hectare.

A área necessária para abastecer a destilaria é de 9.500 ha. Porém, em janeiro de 2008, a empresa contava com 14.000 ha plantados com cana-de-açúcar, sendo a maior parte

proveniente de contratos de arrendamento, com prazo mínimo de 5 anos, negociados em toneladas por alqueire, ou seja, os contratos variam de 20 a 28 toneladas cana/alqueire/ano e, foi ressaltado que a área cultivada com cana tem aumentado consideravelmente nos últimos anos. A menor área arrendada pela destilaria é de 20 alqueires e a maior, por sua vez, de 2.000 alqueires. Em janeiro de 2008, a empresa possuía 45 contratos de arrendamento e 8 com fornecedores, estes dos municípios de Presidente Venceslau, Presidente Bernardes, Tarabai, Caiuá, Marabá Paulista e Mirante do Paranapanema. José Henrique Montagnini destacou que 20% da cana processada advém do próprio município e 80% de outros municípios da região.

A Destilaria Alvorada do Oeste opera com 30 caminhões, 6 tratores, 6 carregadores, todos terceirizados. Para a safra 2008, foi ressaltado, em entrevista junto à empresa, que a mesma pretendia adotar o corte mecanizado, inicialmente com 2 ou 3 colheitadeiras.

Quanto aos trabalhadores, estes são chamados de colaboradores pela empresa e compreendem um total de 800 trabalhadores permanentes, entre a parte industrial e a agrícola. Quanto aos temporários, somavam 1.400, desse número, 1.200 eram empregados no corte da cana, cortando em média 8 toneladas/cana/dia. E, quanto aos trabalhadores do setor industrial, eram 240 terceirizados. A empresa se utiliza de 24 ônibus para transportar trabalhadores de vários municípios da região.

O bagaço da cana, assim como em outras agroindústrias canavieiras da região, é reutilizado para a produção de energia e também é comercializado como ração voltada para a alimentação do gado em regime de confinamento.

As transformações provocadas pela instalação da destilaria na região, de acordo com José Henrique Montagnini, se referem à melhoria da qualidade de vida, maior número de empregos a vinda de migrantes, cerca de 10% dos trabalhadores da empresa em discussão são migrantes.

A empresa pretende aumentar a capacidade de processamento de cana-de-açúcar, objetivando atingir a moagem de 2 milhões de toneladas, ou seja, as metas são para praticamente triplicar a produção da safra 2007, conforme já mencionada de 717 mil toneladas. A Destilaria Alvorada do Oeste pretende ainda que até 2014, 100% da colheita seja mecanizada, o que nos leva novamente à preocupação com os trabalhadores empregados no corte da cana.

4.1.6 Destilaria Decasa

A Destilaria Decasa, ou Decasa Açúcar e Álcool (Foto 6) está localizada no município de Caiuá (SP). A mesma foi fundada em 1982, porém, ficou fechada entre os anos de 1999 a 2003, quando foi adquirida pelo Grupo Olival Tenório, de Alagoas, proprietário de outras duas usinas neste estado do Nordeste, a usina Porto Rico e a Porto Alegre.



Foto 6 - Caiuá (SP): Destilaria Decasa – vista externa à portaria
Autor: Joelma C. Santos, janeiro/2008.

Em visita à empresa, no mês de janeiro de 2008, entrevistamos o engenheiro agrônomo Gean Gerônimo. Ele destacou que o principal fator que atraiu a empresa é a expansão da cana por todo o país, inclusive na região de Presidente Prudente.

Até janeiro de 2008, a empresa se dedicava apenas à produção de álcool, porém havia projetos de produzir também o açúcar a partir de maio de 2008. Na safra 2007, foram produzidas em média, 250 toneladas/hora e, 165.000 toneladas por dia, com previsão para safra 2008 de 175.000 toneladas. Em toda a safra 2007 foram produzidas 923.000 toneladas.

A produtividade média na lavoura canavieira nesta empresa é de 70 toneladas/hectare. A área necessária para abastecer a destilaria é de 17.500 toneladas, sendo toda esta área arrendada, uma vez que própria é apenas a área do parque industrial da empresa. Foi

ressaltado que ainda em 2008, a área plantada de cana pela usina deveria atingir 21.000 hectares, com previsão de chegar a 40.000 ha até o ano de 2012.

O engenheiro agrônomo entrevistado destacou havia no momento da entrevista (jan/2008), 50 fazendas arrendadas por parte da empresa, a menor com área de 56 hectares e a maior com 1.200 hectares. A porcentagem de cana moída proveniente do próprio município de Teodoro Sampaio é de 30%, o restante provém dos municípios de Caiuá, Santo Anastácio, Marabá Paulista e Presidente Epitácio.

Ao contrário de outras empresas, que via de regra terceiriza caminhões, tratores e colheitadeiras, a Destilaria Alvorada do Oeste possui 8 caminhões, 3 colheitadeiras e 32 tratores próprios. A empresa pretende aumentar a mecanização das atividades, porém, segundo o entrevistado Gean Gerônimo, a redução de custos não é tão significativa ao substituir os trabalhadores por máquinas.

Quanto ao quadro funcional, em janeiro de 2008, a empresa contava com 1.125 trabalhadores, sendo 926 da parte agrícola, dos quais 750 eram cortadores de cana, 146 na indústria e 53 no setor administrativo. No corte da cana, a presença dos migrantes também foi destacada em visita à Destilaria Alvorada do Oeste. Estes, em sua maioria, provém dos estados do Paraná e Ceará, além de Alagoas, de onde são transferidos para o estado de São Paulo, alguns trabalhadores das unidades alagoanas do Grupo Olival Tenório. Foi destacado que nesta empresa não há a presença de empreiteiros para arregimentar mão-de-obra.

O transporte dos trabalhadores é realizado por 22 ônibus que provém dos municípios de Rosana, Ouro Verde, Presidente Epitácio, Teodoro Sampaio, Marabá Paulista, Presidente Venceslau e Caiuá.

A empresa pretende ampliar a capacidade de processamento de cana-de-açúcar, para que sejam processadas 4.000.000 toneladas por safra. O agrônomo Gean Gerônimo avalia que a região de Presidente Prudente tem grande potencial para a expansão da lavoura canavieira, devido à disponibilidade de terras para o plantio, afirma: *“aqui é do pasto para a cana.”* O mesmo ainda comenta que o pessoal empregado no corte manual da cana deve ser reduzido em 450 a 500 pessoas e que vai ocorrer uma mudança: *“o pai que era cortador de cana não vai mais ter o filho cortando cana”*. Fica a nossa pergunta: e vai ter o filho fazendo o quê?

4.1.7 Destilaria Santa Fany

A Destilaria Santa Fany foi fundada em 1 de fevereiro de 1980 e o início da primeira safra se deu em 23/07/1982. Inicialmente era denominada de Destilaria Laranja Doce e, somente a partir de 1998 passa a ter a atual denominação.

Esta empresa apresenta muitos problemas no que diz respeito à segurança do trabalho, direitos trabalhistas e exploração do trabalho na lavoura canavieira. Isto ficou evidente em entrevistas realizadas com vários trabalhadores, pois, mesmo dentre os que trabalham em outras usinas, muitos já passaram pela Santa Fany e é unânime dizerem: *“a Santa Fany é a pior usina que já trabalhei.”* Isto fica evidenciado também em entrevista realizada junto ao STR de Regente Feijó, que será enfatizado no capítulo 5 e também já foi discutido por Azevedo (2005).

Inclusive, cabe aqui ressaltar que em trabalho de campo realizado junto a esta empresa em 10/01/2008, no momento que chegávamos à usina vimos um ônibus que transportava trabalhadores rurais ser apreendido pela polícia civil, devido às péssimas condições e ao transporte de trabalhadores em pé, sem a mínima segurança. No mesmo dia, encontramos trabalhadores que vieram à usina em busca de seus direitos, ou salários não pagos, sendo tratados sem a menor consideração.

A empresa no final dos anos 1990 também apresentou problemas de exploração de mão-de-obra indígena procedente do Mato Grosso do Sul, além de trabalhadores migrantes de outros estados, que viviam em alojamentos precários. A foto 7 representa uma vista distante dos antigos alojamentos, pois não nos foi permitido ir até o local, apenas avistá-lo de longe.

Os trabalhadores são organizados em turmas, que provêm de vários municípios da região, como Taciba, Martinópolis, Rancharia, Presidente Prudente, Pirapozinho, Indiana, Regente Feijó e também de Porecatu, estado do Paraná.

Azevedo (2005) chama a atenção para a mobilidade das categorias profissionais no conjunto das unidades produtivas. A esse respeito, o autor afirma:

[...] contudo, enxergamos esta facilidade de mobilidade nesta empresa, como artimanha do seu proprietário para contemplar as diferentes fases do processo produtivo, uma vez que tem apresentado uma série de problemas quanto: a) ao grau de especialização dos funcionários; b) a equalização das relações capital x trabalho; c) aos problemas no âmbito da gestão da empresa. (AZEVEDO, 2005, p. 64).



Foto 7 – Regente Feijó (SP): Destilaria Santa Fany: alojamentos de trabalhadores rurais
Autor: Joelma C. Santos, janeiro/2008.

É importante observar na Destilaria Santa Fany, a presença do “gato” ou arregimentador de mão-de-obra, que as agroindústrias canavieiras preferem chamar de empreiteiros. Ele não está presente apenas nesta empresa, mas também em outras da região. Em entrevista com o técnico de Segurança do Trabalho, Sérgio Souza de Oliveira, foi destacado que o gato recebe por porcentagem, ou por produtividade da turma transportada.

Este empreiteiro, ou “gato”, em muitos casos é também o fiscal da empresa, que pode receber de 5% a 30% da produção da turma transportada por ele, como é o caso da Destilaria Alvorada do Oeste. Cícero Alves, 55 anos destaca que esta é sua profissão há 30 anos, *“sempre levei pessoas para a roça: cana, feijão, algodão, mandioca...o que vier a gente leva, porque a gente conhece muita gente aqui [...]mas sempre tem um que dá trabalho, igual tem usina que dá trabalho, eu me dou bem com todas, mas a Santa Fany é difícil ali”*. Este enfatizou que seus rendimentos mensais variam entre R\$ 7.000,00 mensais a R\$ 8.000,00 bruto, porém daí se deduz combustível, manutenção com o ônibus, dentre outras despesas. Cícero Alves ressalta: *“Isso varia conforme a usina, como combina, tem usina que paga salário fixo, outras paga porcentagem por turma”*. Outro empreiteiro, Adriano, 25 anos,

afirma, “*Na Santa Fany, a comissão é de 28%, dá em média de R\$ 2.200,00 a R\$ 4.800,00 por mês [...]a usina fornece o combustível...*”.

Assim, contextualizamos como é que a mão-de-obra chega aos canaviais da região e, mais especificamente sobre os trabalhadores da Destilaria Santa Fany, voltaremos a discutir no item 4.3.3 e no capítulo 5, item 5.5.1.

Cabe destacar, que estas foram as empresas onde realizamos trabalho de campo. As usinas Cocal II e Conquista do Pontal não foram visitadas, pois ainda não estavam em funcionamento no momento que realizamos trabalho de campo na região. Porém, as empresas visitadas nos possibilitaram ter uma visão global de como o capital canavieiro se territorializou e se (re)ordenou na área de estudo e, como o trabalho, complemento do primeiro, se (re)ordena no mesmo movimento.

Antes de nos aprofundarmos especificamente na discussão do trabalho precário na agroindústria canvieira da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, julgamos pertinente trazer algumas considerações sobre a degradação das condições de trabalho no campo brasileiro, visto que o ocorrido no setor canavieiro é parte integrante de um contexto mais amplo, que se reproduz em outras atividades no campo por diferentes partes do território brasileiro.

4.2 A degradação das condições de trabalho no campo brasileiro: superexploração, trabalho escravo e desrespeito trabalhistas

Com a ampliação e reestruturação do capital sucroalcooleiro nos últimos anos, os empresários do setor apostam na mecanização do corte da cana-de-açúcar e das demais atividades no interior das usinas como forma de garantir o total controle do processo de trabalho.

Estas transformações intensificaram-se no início do século XXI, em meio ao decréscimo relativo da parte variável do capital, pois de acordo com Marx (2006), com o emprego das máquinas, transformam-se mais material e quantidades maiores de matérias primas e de materiais acessórios que entram no processo de trabalho, como consequência da produtividade crescente do trabalho e, por outro lado, a maquinaria e os demais elementos empregados são condições para o aumento da produtividade do trabalho.

Essa mudança na composição técnica do capital, o aumento da massa nos meios de produção, comparada com a massa da força de trabalho que os vivifica, reflete-se na composição do capital variável. [...] Esta lei do aumento crescente do capital constante em relação ao variável se confirma a cada passo, conforme já vimos, pela análise comparativa dos preços das mercadorias, não importando que se tomem diferentes épocas econômicas de um país ou diferentes nações de uma mesma época. No preço, a magnitude relativa do componente que representa o valor dos meios de produção consumidos ou a parte constante do capital está na razão direta, e a magnitude relativa do outro componente que paga o trabalho ou representa a parte variável do capital está geralmente na razão inversa do progresso de acumulação. (MARX, 2006, p. 726).

Por essas leis mais gerais podemos entender o aumento da mecanização do corte da cana, pois as máquinas intensificam a produção e substituem o pagamento da mão-de-obra. Isto explica as leis criadas com o objetivo último de extinguir a colheita manual, a exemplo do estado de São Paulo, cujo prazo firmado entre usineiros e a Secretaria do Meio Ambiente para eliminar gradativamente as queimadas, foi antecipado de 2031 para 2017.

De acordo com Cossi (2007), houve queda de 20,9% no número de trabalhadores rurais no setor sucroalcooleiro. Em contraste com esta queda, houve um aumento da produção no mesmo período, de 153,78 milhões de toneladas para 416,26 milhões de toneladas em 2004. No estado de São Paulo, cerca de 42% a 45% da produção de cana já é colhida por máquinas, índice acima do nacional, que se situa entre 35% e 37%.

Para Faria e Faria (2007), o embate entre a colheita manual e mecanizada da cana, é o custo do corte, carregamento e transporte, que é cerca de 25% menor quando a cana é crua e colhida mecanicamente e, 37% menor quando é queimada e colhida mecanicamente, comparada ao corte manual.

Dessa forma, em 1981, havia 625 mil trabalhadores empregados no setor sucroalcooleiro, houve uma redução para 493.162 em 2004, sendo que eram 251.480 empregados permanentes e 493.162 trabalhadores temporários, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Em 2005, dos 519 mil trabalhadores da cana, 150 mil eram analfabetos, sendo 30 mil em São Paulo.

Silva (2007) enfatiza que os trabalhadores empregados no corte da cana, em sua maioria, são migrantes provenientes do Nordeste e do norte de Minas Gerais. A autora aponta que os trabalhadores migrantes em função do corte da cana em São Paulo são em torno de 200 mil, de acordo com a Pastoral do Migrante e são homens jovens entre 16 e 35 anos de idade.

Divididos em turmas nos atuais 4,8 milhões de hectares dos canaviais paulistas, são invisíveis aos olhos da grande maioria da população, exceto pelos viajantes das estradas que os vêem enegrecidos pela fuligem da cana queimada, chegando, até mesmo a ser confundidos com elas. (SILVA, 2007, p.1).

A autora enfatiza que os trabalhadores são submetidos a duro controle da jornada de trabalho e que a resposta a qualquer tipo de resistência ou greve é a dispensa. Diante das condições de exploração-dominação, a vida útil de um cortador de cana é inferior a 15 anos.

Essa conjuntura nos remete a Martins (2002).

No limite, a superexploração se manifesta sob a forma de escravidão, em particular, quando os mecanismos culturais e ideológicos do auto-engano, da ilusão igualitária nas relações de trabalho, são corroídos pela realidade crua da superexploração, da exploração do trabalho como extorsão e privação. Nesse momento, o trabalhador pode tomar consciência de que é escravo e se rebelar contra sua condição [...] Já não tem força coativa o capataz ideológico e invisível que o trabalhador regular, no processo racional de produção e de trabalho, carrega em sua consciência. Esse capataz precisa, então, ser personificado por alguém que torne a coação visível, a repressão dolorosa, alguém que personifique o medo. (MARTINS, 2002, p. 156-157).

Dessa forma, ocorreram 21 mortes de cortadores de cana, entre 2004 e 2007 por esforço de trabalho. São diversos os acidentes e os problemas de saúde apresentados por estes trabalhadores, responsáveis diretos com seu esforço, pelo aumento da produção do açúcar e do etanol. Este último tão divulgado pelo atual Presidente da República em suas visitas ao exterior, sem obviamente mencionar as mortes e o esforço físico dos trabalhadores que o produzem, através do plantio e corte da matéria-prima essencial para a transformação em álcool.

[...] as informações do INSS para o conjunto do Estado de São Paulo, no período de 1999 a 2005 são: - o total de trabalhadores rurais acidentados por motivo típico nas atividades na cana-de-açúcar foi de 39.433; por motivo relacionado ao trajeto, o total correspondeu a 312 ocorrências; - quanto às conseqüências, os números totais para o período são: - assistência médica: 1.453 casos; - incapacidade inferior a 15 dias: 30.465 casos; - incapacidade superior a 15 dias: 8.747 casos; - incapacidade permanente: 408 casos; - óbitos: 72 casos. (SILVA, 2007, p. 2).

Cabe destacar que não é apenas nas agroindústrias canavieiras que se verificam ocorrências de superexploração do trabalho, pois, de acordo com dados da CPT (2007), referentes ao ano de 2006, foram constatadas no Brasil, 262 ocorrências de trabalho escravo,

com a denúncia de 6.930 trabalhadores e, desse total, 100 eram menores de idade. Foram libertos 3.633 trabalhadores submetidos a condições de escravidão.

Quanto à superexploração, foram 109 casos em todo o país, envolvendo 7.078 pessoas e, em São Paulo, 7 casos envolvendo 681 pessoas. Referente a casos de desrespeito trabalhista, em 2006, em todo o país foram 27 ocorrências, com 932 pessoas, sendo 8 ocorrências em São Paulo, envolvendo 221 pessoas. Os feridos em acidentes de trabalho totalizaram 22 em todo o país e, as mortes em acidentes de trabalho, 14, sendo 6 em São Paulo.

No que diz respeito às ações de resistência, foram 9 em todo o país, sendo 1 em São Paulo, envolvendo 200 pessoas, ao passo que no Brasil, estas ações totalizaram 5.123.

De acordo com a CPT, em 2006, 136 áreas de ocorrência de trabalho escravo foram fiscalizadas. Foram assassinados 4 trabalhadores, todos no estado do Pará e, no total dos conflitos trabalhistas, 33 trabalhadores foram ameaçados de morte.

Nesse contexto, Martins (2002) destaca que havendo excedentes de mão-de-obra e tarefas que podem ser cumpridas em regime de trabalho intensivo, o mercado encarrega-se de deprimir o valor da força de trabalho e também de viabilizar a servidão.

Em nosso caso, a escravização ocorre sobretudo em estabelecimentos econômicos com características de enclaves territoriais, em que o trabalho se realiza em regime de confinamento do trabalhador, o que o priva de referências sociais e espaciais para concretizar seu direito à liberdade e sua liberdade de decisão quanto ao que é aceitável e o que não é. Não raro, a consciência patronal da violência que está sendo praticada se materializa num corpo de segurança, uma força de pistoleiros e jagunços que, por viverem numa cultura de crime e transgressão, com mais facilidade e eficiência podem concretizar um componente essencial da escravidão: a privação de direitos sobre o próprio corpo por parte do trabalhador. (MARTINS, 2002, p. 160-161).

Esta afirmativa demonstra um pouco do processo de acumulação não-capitalista no campo brasileiro e, também, parte da realidade capitalista. Estes elementos misturam-se, no caso dos trabalhadores no corte da cana, em São Paulo que, por contraírem dívidas, relativas à venda, à compra de alimentos, por morarem em alojamentos precários, longe das cidades, acabam se escravizando devido a tais dívidas.

Outras formas, verificadas na área de estudo, foram relativas ao trabalhador não saber quanto vai receber no final do dia por metro da cana colhida. Em alguns casos, relatados por trabalhadores da Destilaria Santa Fany, no município de Regente Feijó, há dias em que nem mesmo ao final do dia sabem quanto colheram e quanto receberão por isto. Considerando que

há contrato de compra e venda da força de trabalho, o mínimo que estes trabalhadores têm direito é de saber por quanto estão vendendo a sua mercadoria, ou seja, a força de trabalho, para que possam comprar as mercadorias de que necessitam para sobreviver.

Dessa forma, estas e outras situações de intensificação da precarização do trabalho foram encontradas nas entrevistas realizadas com 113 trabalhadores de diferentes empresas do setor sucroalcooleiro, as quais nos remeteremos no item 4.3.

Assim, na sequência da pesquisa, trataremos do (re) ordenamento do trabalho, não especificamente em uma única usina, mas levando em conta o total de 113 entrevistados, sendo 42 trabalhadores da Usina Atena, 51 da Usina Alto Alegre, 16 da Destilaria Santa Fany e 4 da Usina Alvorada d'Oeste, visando a compreender melhor quem são os exploradores e quais as formas de exploração a que estão sujeitos os trabalhadores do setor sucroalcooleiro, hoje, na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.

4.3 O (re) ordenamento do trabalho no setor sucroalcooleiro: a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP

Nos últimos anos, verifica-se um (re) ordenamento territorial do capital no setor sucroalcooleiro, que, ocasiona um (re)ordenamento territorial do trabalho, pois já vimos, que o aumento da produtividade do trabalho acarreta o aumento da quantidade produzida, e, resultando no barateamento do trabalhador.

Assim, ocorre um deslocamento espacial desses trabalhadores, tanto no que se refere àqueles que efetivamente migraram de seus locais de origem, quanto àqueles que “migraram” de atividades, como um cortador entrevistado que disse *“cortar cana só em último caso”*. Pois bem, para milhares de trabalhadores no Brasil, o último caso chegou e se está na iminência de se ultrapassar o “último caso”.

É partindo deste pressuposto que nos debruçaremos a compreender a força de trabalho nos canaviais e as diversas formas de exploração a que estão submetidos, esses trabalhadores dividido à intensificação do trabalho precário.

4.3.1 A força de trabalho nos canaviais: entre a sua “forma de ser” e a exploração do seu “ser”

Para Brandão (1995), não é apenas uma variação remota ou próxima no tempo que atinge a história de um sujeito, ou de uma família, aquilo que provoca a imagem coletiva de

que tudo está sempre mudando, a partir da ordem das trocas entre os homens e a natureza. Assim, quando pensamos nos cortadores de cana, nas atividades que já exerceram, em sua origem camponesa, em alguns casos, em outros não... devemos nos atentar que, por mínima ou nenhuma escolaridade que possuam, ou mesmo que possuam ensino médio completo, sim, porque encontramos rapazes e moças com pouco menos e pouco mais de 20 anos, com ensino médio completo, cortando cana. Estes indivíduos se vêem como sujeitos dotados de sonhos, angústias e, se entendem como indivíduos inseridos no universo do trabalho, com suas trajetórias de vida, que se misturam entre sua “forma de ser” e a exploração do seu “ser”.

Em muitos casos, não têm estas idéias sistematizadas, devido à baixa escolaridade e, em outros casos, ainda que pronunciem verbos e palavras não tão bem conjugados, expressam consciência de sua exploração, mais do que muitos outros trabalhadores que, em empregos também precários, na cidade ou no campo, porém não se reconhecem como classe, como um cortador de cana.

Dessa forma, julgamos pertinente questionar os trabalhadores empregados no corte da cana, sobre como se percebem a partir do trabalho que executam. Não se trata de classificá-los, mas apenas de compreender como se entendem os principais sujeitos da nossa pesquisa. Dessa forma, no gráfico 17 estão presentes os nomes apresentados pelos trabalhadores sobre eles mesmos, a partir de uma questão aberta que apresentamos. Esta pergunta foi feita a 34 entrevistados, pois embora no total fossem 113 entrevistas, esta refere-se a uma última etapa do trabalho de campo, em que incorporamos algumas questões, que anteriormente não havíamos nos atentado sobre sua importância.

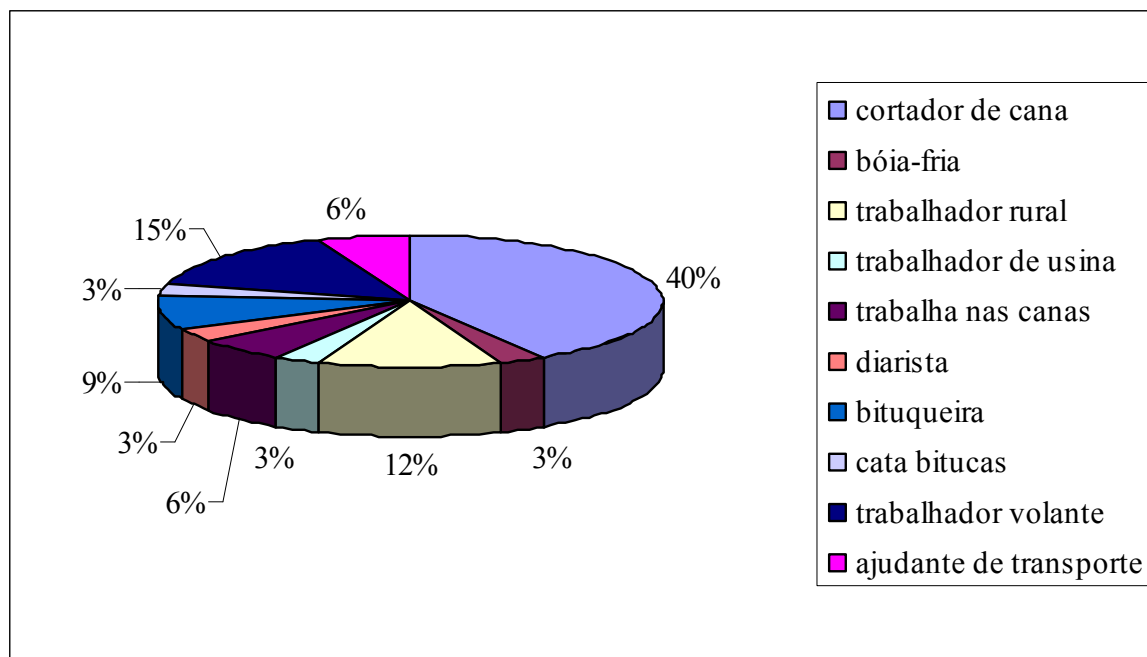


Gráfico 17 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): denominação apresentada pelos entrevistados sobre como se identificam e se reconhecem a partir de suas atividades laborativas

Fonte: Trabalho de campo – out/2006 e maio/2007

Org.: Joelma C. Santos

Assim, verificamos que a maioria (40,0%) se percebe como cortador de cana, seguido por trabalhador volante, apenas 1 trabalhador disse ser um bóia-fria. Sobre os termos bituqueira e cata bitucas, eram todas mulheres, cuja função é “catar as bitucas”, ou seja, os tocos da cana, que a colheitadeira deixa para trás. Estas mulheres, geralmente trabalham à noite e o trator vai iluminando para que possam realizar suas tarefas.

É interessante observar que Silva (1999), ao tratar do “laboratório secreto do eito”, visando a entender a exploração e dominação dos processos de trabalho nas diferentes culturas: cana, algodão, laranja, carpa etc, aponta que a desqualificação e segmentação destes trabalhadores os “habilita” a fazer todos os serviços. Sendo assim, observamos em trabalho de campo, que os cortadores de cana da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, já trabalharam “apanhando” algodão (cultura em decadência na região, em virtude da expansão da cana) e, mesmo hoje, quando não estão cortando cana e termina a safra, trabalham no plantio de grama, ou plantio da cana ou mesmo algodão, apanham café e, como eles dizem “*o que aparecer de serviço na roça a gente vai*”.

Para Silva (1999), é dessa forma que

[...] produz-se a figura do trabalhador volante, trabalhador livre no seu estilo mais puro. A concepção de que ele pode vender sua força de trabalho a

quem lhe aprouver assume aqui o ponto mais extremado: vários padrões durante o ano. Cria-se o paradoxo, para a maioria deles, de trabalharem o ano todo e serem considerados temporários volantes. (SILVA, 1999, p. 83-84).

No interior desta categoria, surge também, o que a autora denomina de dialética da diferenciação-indiferenciação, que cumpre a função de mascarar as relações de exploração. As diferenças são sociais, étnico-raciais, entre os sexos e, no caso específico do corte da cana, o bom cortador de cana, o que é “obediente”, pois conforme nos foi relatado por um cortador da Usina Alto Alegre, *“a usina não gosta de tatuagem, de falta, de gente desobediente, que faz greve não”*.

Porém, há algo que os une, ainda que se diferenciem ou se sintam diferenciados, conforme é apontado por Antunes (2003, p.119), **“a classe é a mediação que particulariza os seres sociais que vivenciam condições de similitude** em sua existência concreta, no mundo da produção e reprodução social” (grifos nossos).

Dessa forma, pensando nas diferenciações que ocorrem no interior do processo produtivo nos canaviais, nos gráficos 18 e 19 apresenta-se uma forma de representação de uma divisão entre uma mesma categoria de trabalhadores, porém diferenciados por idade e sexo, referentes aos 113 entrevistados.

Dessa forma, é possível observar através do gráfico 18 que a maioria dos cortadores de cana entrevistados, ou seja, 68 trabalhadores (ou 60%) são pessoas de até 35 anos, sendo que 29 deles possuem entre 19 e 25 anos e 39 trabalhadores têm entre 26 e 35 anos.

Esta predominância de trabalhadores jovens pode ser explicada pela cobrança da produtividade, já que de acordo com o IEA, a média no EDR de Presidente Prudente no ano de 2006, foi de 8,57 toneladas/dia/homem e, que houve um aumento de 27% das toneladas cortadas de 2004 a 2007. Para a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), a média na região chega a 12 toneladas/dia. Como o trabalho é extremamente degradante e exige muito esforço, trabalhadores mais jovens conseguem atingir estas metas com mais facilidade. De acordo com a imprensa sindical, a FERAESP informa que os 16 mil trabalhadores do corte, recebem em média R\$ 2,80 por tonelada cortada.

Para o Diretor Regional da FERAESP, Rubens Germano, os cortadores de cana da região de Presidente Prudente vêm do Nordeste para serem contratados e são homens com até 30 anos de idade, pois lhe são exigidos o corte de até 16 toneladas por dia. Assim, para Silva (1999, p. 17), “o valor da força de trabalho é definido não somente pelas necessidades de reprodução física e biológica como também pelas necessidades históricas”.

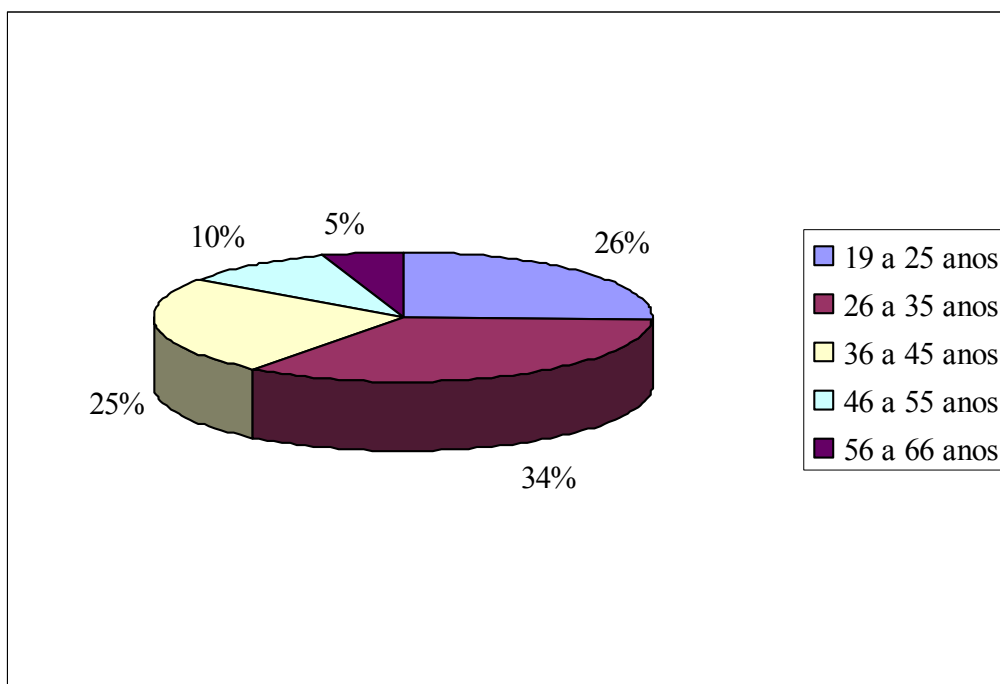


Gráfico 18 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): idade dos cortadores de cana entrevistados empregados pelas usinas

Fonte: Trabalho de campo – maio/out/2006 e maio/2007

Org.: Joelma C. Santos

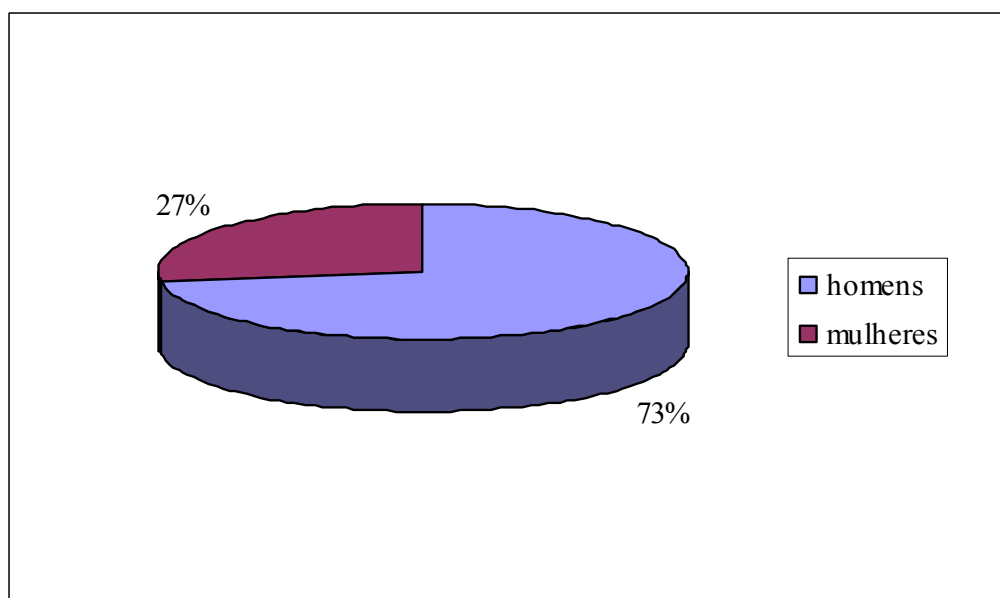


Gráfico 19 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): divisão por sexo dos trabalhadores entrevistados empregados no corte de cana pelas usinas

Fonte: Trabalho de campo – maio/out/2006 e maio/2007

Org.: Joelma C. Santos

Quanto à divisão por sexo, dentre os 113 entrevistados, conversamos com 82 homens e 31 mulheres. Dentre as mulheres entrevistadas, quase todas ressaltavam que *“preferem cortar cana do que trabalhar de doméstica, com a patroa em cima, dando ordem”*, muito embora esta patroa seja substituída por um fiscal, que em algumas usinas *“ficam em cima pra gente cortar mais”* e, em outros *“a gente é que sabe, porque é a gente que vai ganhá, quanto mais a gente cortar”*.

Outra questão destacada pelas mulheres é que, ao contratá-las, a usina não pensa nelas como mulheres, mas apenas como mais um trabalhador. Uma cortadora de cana da usina Atena frisa: *“A usina não vê que mulher não é igual homem, pra gente ir no banheiro é difícil, a gente precisa de absorvente, a gente é mulher”*. A cortadora se referia ao fato de que no canal não havia instalações sanitárias.

São diversos relatos e reclamações que variam desde as condições de trabalho, até queixas das outras colegas, assim uma enfatizou: *“a usina não devia contratar essas mulher fácil, que vem pra roça dar em cima do marido da gente, o fiscal invece de vigia a gente, se tá cortano se paro um minuto, devia é ir vigia isto, eu não gosto disso não”*. É interessante observar que logo pela manhã – mais especificamente às 4 horas e 30 minutos, madrugada para alguns - quando entrevistamos alguns trabalhadores - nos pontos onde os ônibus das usinas passam para levar os trabalhadores até os canaviais, muitas não dispensam algumas “ vaidades femininas”, levam batom e passam antes de entrar no ônibus, arrumam o cabelo e, em seguida, o facão, instrumento de trabalho de um dia todo, sob um sol escaldante. Quando retornam, ao final do dia, o batom já se foi há muito, as mãos limpas da manhã também, é tudo cinza, o cansaço e ainda chegar em casa e cumprir as tarefas domésticas, cuidar dos filhos etc.

Foi verificado também, em entrevista com um universo de 34 cortadores de cana - pois trata-se do último roteiro aplicado na derradeira etapa da pesquisa - que 23 destes ou 67,5%, tinham pelos menos mais um membro da família trabalhando na mesma usina ou em outra usina da região, sendo a maioria na mesma empresa e apenas 11 trabalhadores não tinham membros da família trabalhando em atividades canavieiras. O grau de parentesco variava de irmão, esposo (a), mãe e, mesmo parentes, como primos etc. Dessa forma, Silva (1999) ressalta que

[...] a passagem do sistema de colonato ao de “bóia-fria” caracterizou-se, fundamentalmente, pela dissolução do trabalho familiar, com o desaparecimento da roça de subsistência e da indústria doméstica; a reprodução da força de trabalho passa a ser inteiramente monetarizada nas

idades [...]. O trabalho se individualiza e todos os membros da família passam a ser contratados sob valores diferentes pelo capital. Ao capital não interessa mais o trabalho familiar, no qual o chefe da família assumia as funções de patrão e o trabalho da mulher aparecia sob o envelope do trabalho do marido. Interessa-lhe, sim, o trabalho individualizado, cooperativo, hierarquizado e controlado por outros que não mais o chefe da família. (SILVA, 1999, p. 101).

Assim, julgamos pertinente entender a procedência destas famílias nos canaviais, e também dos trabalhadores, cujos membros da família estão trabalhando em outras atividades, enfim, (des) velar, o que levou estes indivíduos ao desgaste dos canaviais.

4.3.2 A nova morfologia da classe trabalhadora no eito: de camponês a trabalhador ou camponês trabalhador? De onde vieram e onde estão os trabalhadores explorados no corte da cana-de-açúcar

A expropriação da população rural cria imediatamente grandes proprietários de terras, conforme aponta Marx (2006). Assim, pensando no caso brasileiro nos anos 1950 e 1960, a modernização da agricultura resultou na concentração de 85 milhões de hectares, nas mãos de 4.236 titulares, o que dá uma média de 20.000 hectares para cada, conforme aponta Thomaz Jr (2006b). Isto significa que milhares de famílias foram expulsas do campo e,

[...] se processou a criação violenta dos proletários sem direitos, a disciplina sanguinária que os transformou em assalariados, a ação grotesca e sórdida que aumenta o grau de exploração do trabalho por métodos policiais a fim de acelerar a acumulação do capital. (MARX, 2006, p. 856).

Assim, se explica também parte das metamorfoses que ocorreram no interior da constituição da classe trabalhadora com o êxodo rural, ou seja, os trabalhadores chegam às cidades sem perspectivas e qualificação necessárias para as novas atividades no meio urbano e, dessa forma, agrava-se o quadro de segregação sócio-espacial. Essas transformações intensificaram-se nos 1990 no Brasil, em decorrência do processo de reestruturação produtiva do capital iniciado nos anos 1970.

Dessa forma, uma vez expulsos do campo, estes sujeitos não possuem mais o meio de produção que lhes garantia o sustento, a terra, e a eles restava vender a força de trabalho ao capital, o que se dava, na maioria das vezes, por meio de contratos de trabalho e empregos precários.

Thomaz Jr (2006b) traz à cena uma importante discussão para entender a classe trabalhadora hoje, que é entender o camponês no universo do trabalho e da classe trabalhadora. O autor destaca a pequenês teórica, não apenas semântica, mas ideológica e política, com que se trata no Brasil a composição do movimento operário, que é integrado por “setores tradicionais do proletariado urbano e rural, por frações subproletárias (diaristas, domiciliários, camelôs, autônomos, temporários), valendo também para os trabalhadores rurais (arrendatários, parceiros, camponeses pobres)” (THOMAZ JR, 2006b, p. 147).

Almeida (2006), por sua vez, ao tratar da ambigüidade do camponês, revela que,

A dupla e contraditória situação do campesinato em relação ao processo produtivo gera conseqüentemente uma consciência de classe ambígua – expressão social dessa contradição. Logo, como proprietário, pensa na terra e nos frutos dela, mas, como trabalhador, também pensa, o que, em última análise, gera conflito em relação ao conhecimento claro de sua situação de classe, portanto de sua consciência de classe. (ALMEIDA, 2006, p. 353).

Inclusive, no interior da ciência geográfica observamos, que não se dá ênfase ao camponês, como elemento que compõe a classe trabalhadora. Nos últimos eventos de Geografia Agrária, observamos que se prioriza discutir esta ou aquela definição conceitual, porém, acreditamos que a discussão atravanca se não lhe são inseridas as novas manifestações da realidade.

Mészáros (2004) destaca que as exigências próprias às estruturas sociais objetivas favorecem reajustes ideológicos, desde que não sejam “disfuncionais” para o sistema.

Assim sendo, as estranhas “conversões” e retratações de intelectuais “inatacavelmente independentes” dizem pelo menos tanto sobre o mecanismo social dominante, altamente econômico e orientado para a estabilidade, destinado a assegurar a continuidade da reprodução cultural-ideológica, quanto sobre as motivações e iluminações estritamente pessoais em cujos termos tais acontecimentos são geralmente apresentados pelas partes interessadas. (MÉSZÁROS, 2004, p. 104).

Dessa forma, tentando compreender a morfologia da classe trabalhadora nos canaviais, é importante observar o processo de construção de identidades, pois esta construção pode sinalizar para a emancipação social, a partir de uma (re)significação, como forma de (re)existência. Assim, Carmo Cruz (2007) afirma que,

[...] a construção das identidades são estratégicas e posicionais, pois estão estrategicamente ligadas às relações de poder. O jogo de poder para a

definição de uma determinada identidade está em conexão com as modalidades mais amplas do exercício do poder na sociedade, e isso implica em compreender as identidades como produtos e produtoras das lutas e conflitos sociais, políticos e culturais. (CARMO CRUZ, 2007, p. 121).

É nesse contexto que buscamos conhecer as origens dos trabalhadores, ou seja, se sempre viveram nas cidades ou se têm a sua origem no campo e quais as suas ocupações anteriores. Assim, o gráfico 20 demonstra a origem dos cortadores de cana da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, se urbana ou rural.

É possível observar pelo gráfico mencionado, que dentre os 113 entrevistados, 87 deles sempre moraram nas cidades, alguns, inclusive, migrantes da Grande São Paulo que, por estarem desempregados na capital paulista ou em seus arredores, decidiram migrar para municípios da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, por terem familiares nesta região. Além da Grande São Paulo, provêm também de outras cidades paulistas, do estado do Paraná e também de estados do Nordeste. Quanto àqueles que já moravam no campo, 26 trabalhadores, em sua maioria, residiam em pequenas propriedades na região de Presidente Prudente mesmo ou no estado de Minas Gerais, em sua maioria norte de Minas ou, ainda, em estados do Nordeste, como Bahia, Paraíba, Alagoas, Pernambuco.

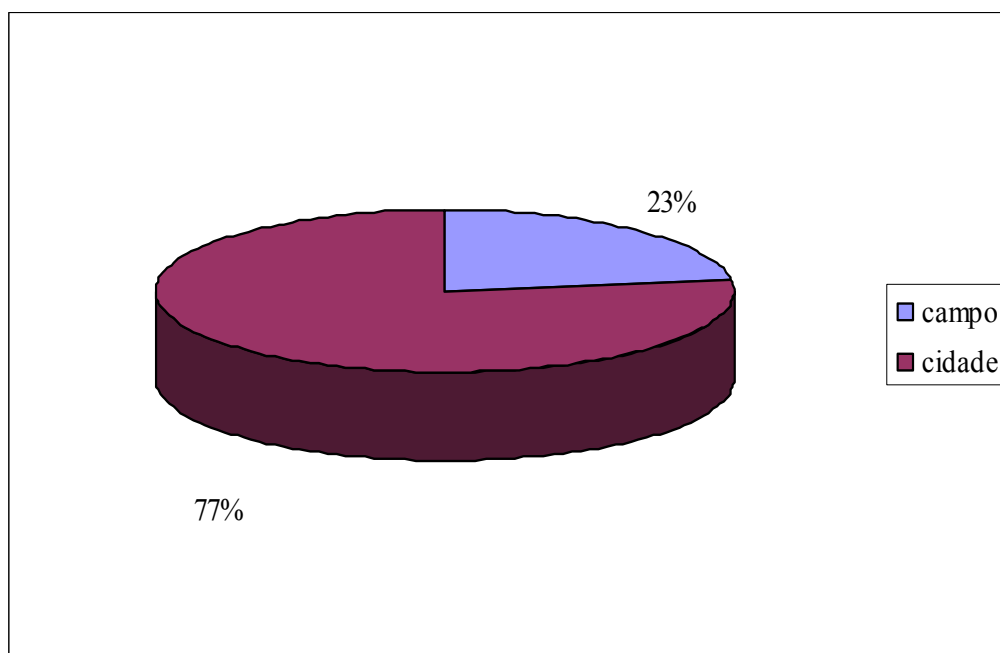


Gráfico 20 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): procedência anterior dos entrevistados ao trabalho nas usinas (campo/cidade)

Fonte: Trabalho de campo – maio/out/2006 e maio/2007

Org.: Joelma C. Santos

No gráfico 21, há uma representação dos 26 trabalhadores, ou 23% de um total de 113 entrevistados, que já moraram no campo. Demonstrando-se quem eram os proprietários das terras em que viviam e, como se reproduziam socialmente antes de migrarem para a cidade.

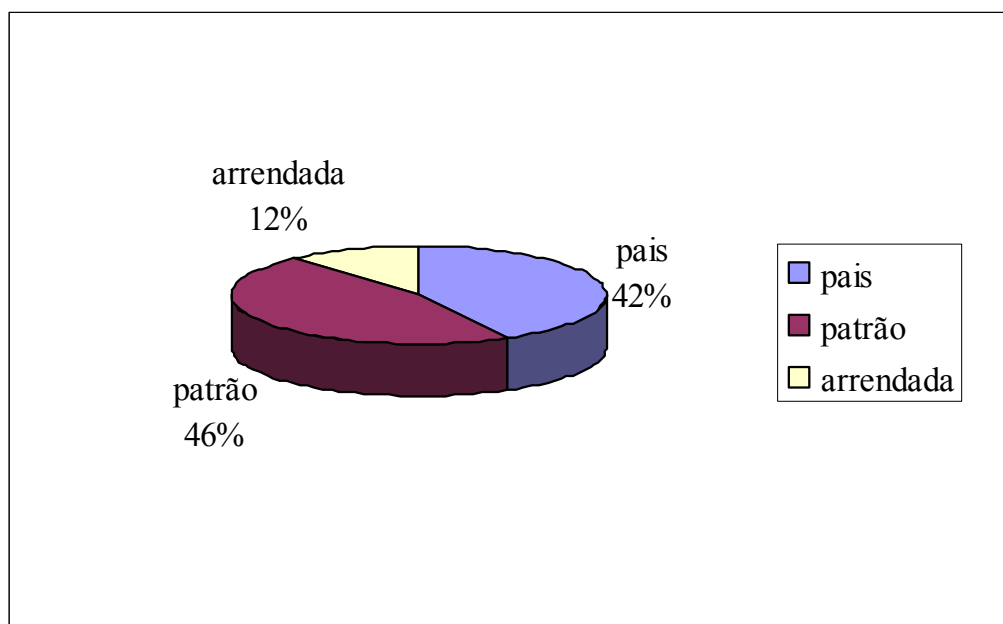


Gráfico 21 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): procedência das terras dos entrevistados que moraram no campo

Fonte: Trabalho de campo – maio/out./2006 e maio/2007

Org.: Joelma C. Santos

Foi possível constatar nas entrevistas que dentre os 26 cortadores de cana que já viveram no campo, no caso de 11 deles, a terra pertencia aos pais, sendo que alguns migraram ainda crianças ou bem jovens para a cidade. Outros 12 cortadores de cana afirmaram que as terras eram do patrão e eles trabalhavam como peões, caseiros, retireiros - expressão utilizada para expressar que ordenhavam, ou seja, tiravam leite e outros 3, afirmaram que já foram pequenos arrendatários; esses destacaram que se tornou inviável o arrendamento, já que sequer conseguiam cobrir os custos da produção.

Para aqueles que moraram no campo, nas terras do patrão, relataram assertivamente que ainda assim era melhor que trabalhar no corte da cana, pois alguns podiam plantar e as atividades não eram tão pesadas, já que um enfatiza: ***“corte de cana é serviço que desgraça a pessoa, judia demais do peão”*** (grifo nosso).

Um cortador de cana, de 37 anos, cujo pai era proprietário destacou: *“Nós vendemo a terra, porque não tava dando pra sobreviver, as coisa fracassaram”*. Um outro contou uma longa história que relataremos apenas um trecho: *“Um irmão meu enganô meu pai, que não sabia lê, meu pai dexô ele tomá conta de tudo, ele vendeu nossas terra e se mando, aí nós*

tivemo que vim embora pra cidade.” São vários os motivos que levaram estes trabalhadores a se mudarem para as cidades, mas dentre aqueles cujos pais eram proprietários, predomina a impossibilidade de se reproduzirem no campo.

Assim, Brandão (1995) apresenta interessante reflexão, ainda que não norteadada pela compreensão do camponês como parte integrante da classe trabalhadora:

[...] mas me persegue a idéia de que o camponês tradicional vive – mesmo quando não confesse – uma difícil divisão visível demais para não ser sentida e partilhada. Os que foram os seus ancestrais e ele é, acaba nele; acaba-se com ele. Os seus filhos já não são mais a imagem com que ele se acostumou, de tanto conviver com as suas pessoas, nos seus velhos outros e nele mesmo. (BRANDÃO, 1995, p. 116).

Podemos observar que, ao serem expulsos do campo, além das portas para a exploração e superexploração estarem diante de si, ainda carregam consigo elementos simbólicos que tendem a se perder, já que os seus filhos não carregam mais a mesma lógica dos pais, adaptando-se desde cedo “às regras do jogo” da cidade.

Assim, quanto aos cortadores de cana entrevistados, foi possível constatar que, em sua maioria, não estão se dedicando a esta atividade pela primeira vez e, de forma geral, já trabalharam em outras usinas da região e, também de outras regiões do estado de São Paulo, como São José do Rio Preto e Ribeirão Preto, além de usinas do estado do Paraná.

No gráfico 22, tem-se a porcentagem dos trabalhadores que já haviam trabalhado com o corte da cana, antes da usina atual. Constatou-se que 60%, o que equivale a 68 dos 113 entrevistados já trabalharam antes em outras usinas, contra 45 trabalhadores, ou 40%, cuja usina em que estão trabalhando é a primeira. Dentre estes, a maioria está na primeira safra de sua vida e, em geral, são rapazes muito jovens, de até 25 anos, além de mulheres, desde as muito jovens, até àquelas na faixa de 40 anos que, também estão no corte da cana pela primeira vez. Dentre os homens, a maioria já tem longa experiência no corte da cana, de 5 a 10 anos e, alguns entre 10 e 15 anos e, também, 3 casos que entre cortar cana, trabalhar na cidade, trabalhar em outras atividades no campo e voltar ao corte já totalizam quase 20 anos envolvidos de alguma forma na atividade canavieira.

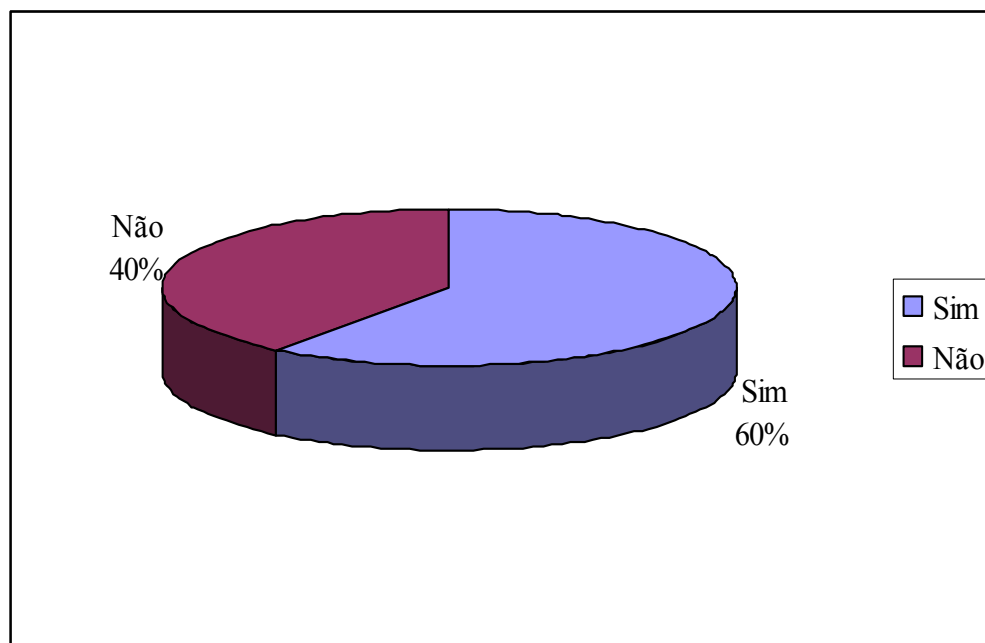


Gráfico 22 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): trabalhadores entrevistados que já trabalharam anteriormente em uma ou mais usinas

Fonte: Trabalho de campo – maio/out./2006 e maio/2007

Org.: Joelma C. Santos

A apreensão desse movimento de ir e vir ajuda no entendimento da discussão do camponês como classe trabalhadora, pois o sujeito não fica estacionado, estático. Pensemos em um trabalhador, cujo pai era pequeno proprietário e se reproduzia, praticamente, exclusivamente, com mão-de-obra familiar. Esta família é expulsa do campo nos anos 1960 ou 1970. Ela chega à cidade, o pai trabalha de servente de pedreiro, como em vários casos relatados nas entrevistas, depois em uma usina, em outro momento na colheita do algodão, volta em outra safra para os canaviais, findada a safra, volta a trabalhar na cidade - alguns entrevistados, como veremos no item 4.3.4, já participam de movimentos de luta pela terra - vai novamente trabalhar em uma usina, pensando na terra que ele pretendia como meio de produção e subsistência e não onde ele tem que vender sua força de trabalho com um facão de sol a sol nas mãos. Assim, entendemos que este exemplo didático, confirma o campesinato como elemento da classe trabalhadora, dada as mutações ocorridas em seu interior nas últimas décadas. Estamos defendendo, pois, o (re) ordenamento territorial do capital, que provoca um (re) ordenamento territorial do trabalho. É neste contexto que Thomaz Jr (2006b) destaca:

todavia, estamos seguros de que a classe trabalhadora nesse início do século XXI, só poderá ser entendida se formos capazes de enxergar o movimento de (des) realização do trabalho que (re) qualifica a plasticidade constantemente refeitada, e toda ordem de fetiches que lhe é intrínseca, por

exemplo, **ser operário e ser camponês, nessa ou naquela condição, tempo e lugar.** (THOMAZ JR, 2006b, p. 164, grifos nossos).

Dessa forma, foi possível constatar a presença de trabalhadores empregados no corte da cana-de-açúcar nas agroindústrias canavieiras da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, que também fazem parte do movimento entre ser camponês e operário, dependendo das condições, do tempo e do lugar. Cabe agora, entender o controle do capital neste setor e intensificação das formas de precarização do trabalho.

4.3.3 O controle do capital sucroalcooleiro e a intensificação do trabalho precário

O pagamento por produtividade expressa uma das formas mais terríveis de controle sobre o trabalho, pois o próprio trabalhador interioriza esta cobrança em relação ao aumento da produtividade. Silva (2005) ressalta que, ao se incorporar o aumento da produtividade, há uma elevação da taxa de exploração, sem a necessidade de investir em máquinas e equipamentos.

É justamente ao tentar superar os limites da força física, que o físico reage. Dessa forma, questões de saúde são relatadas pelos trabalhadores, tais como desmaios, as câibras que ocorrem nos canaviais, quando não foram com eles, já viram ocorrer com alguém. Para minimizar, as usinas oferecem, então, uma solução de soro fisiológico, além de que segundo os entrevistados, é comum “a coluna travar” no meio do canavial.

Trabalhadores da Usina Alto Alegre revelaram que câibras e problemas na coluna, não costumam ser socorridos, já que para os mesmos, “*a usina socorre a gente só em caso de acidente grave*”. Nesta empresa, encontramos trabalhadores que chegam a cortar de 7 a 10 ruas de cana por dia.

Os acidentes mais ocorridos com os entrevistados são os cortes com o facão. Um trabalhador destaca: “*já cortei os 2 tendões, a perna e to aqui*”, de forma que cortes nos dedos, eles até se esquecem de mencionar, pois para eles é algo muito comum. Os entrevistados relatam que, embora não tenha ocorrido com eles, durante anos no corte, já viram muitos colegas sofrerem perfuração nos olhos.

Dessa forma, entre 71 trabalhadores questionados se já sofreram acidentes de trabalho, 30 disseram que sim, outros 41 nunca se acidentaram. A porcentagem dos trabalhadores que já sofreram acidentes de trabalho pode ser observada no gráfico 23.

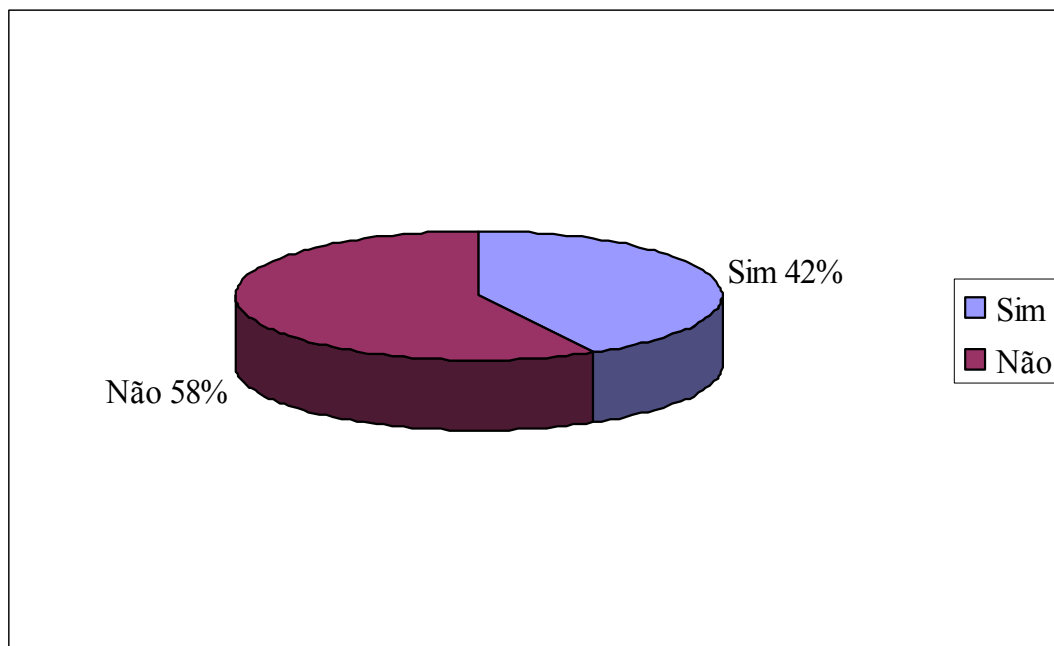


Gráfico 23 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): trabalhadores entrevistados que já sofreram acidente de trabalho.

Fonte: Trabalho de campo – maio/out./2006 e maio/2007

Org.: Joelma C. Santos

Alguns acidentes ocorridos no corte podem ser evitados com os Equipamentos de Proteção Individual para o corte, os EPIs. Entretanto, não são todos que recebem esses equipamentos. Observamos casos em que equipamentos são descontados ao final do mês de trabalho. No gráfico 24, apresentamos a representação daqueles que recebem os EPIs e aqueles, aos quais a usina não disponibilizou.

Dentre os 34 questionados se recebem ou não os equipamentos de proteção individual para o corte, 23 manifestaram resposta afirmativa e, outros 11 afirmaram não receber, desses, 6 trabalhadores da Destilaria Santa Fany e os outros 5 trabalham na Usina Atena.

Nesta mesma Usina Atena, encontramos casos de trabalhadores que relataram não receber qualquer assistência por parte da usina, ao se acidentarem. Um trabalhador destacou que mesmo machucado teve que andar quilômetros a pé para pegar carona e ir ao médico. Um outro, servente de pedreiro, trabalhando na construção das instalações da usina, sofreu lesões nas mãos, pernas e colunas, devido ao excesso de peso que era obrigado a carregar, não aguentando mais trabalhar saiu da usina. Ao questionar o gerente, ouviu que ele havia se machucado porque estava descumprindo ordens, que carregou muito peso “*porque quis*”. O trabalhador ressaltou que seu chefe tinha sido transferido da Unidade de Avanhandava e era mais “*bravo*” que o anterior, da região de Presidente Prudente.

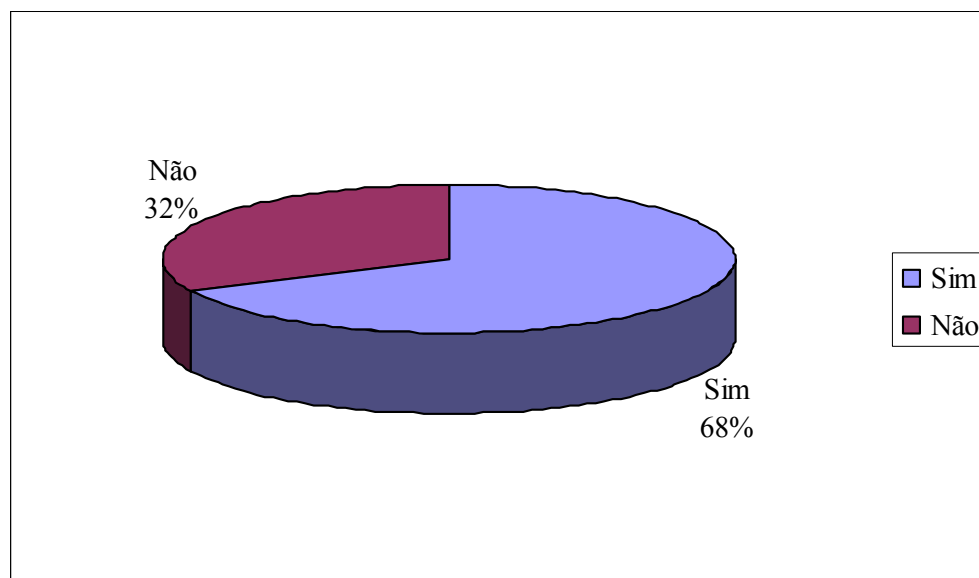


Gráfico 24 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): trabalhadores entrevistados que receberam ou não equipamentos de proteção individual para o corte

Fonte: Trabalho de campo – maio/out./2006 e maio/2007

Org.: Joelma C. Santos

Podemos observar esta questão junto a outros trabalhadores, um deles relatou: *“Agora tá vindo uns gerente, uns fiscal lá da região de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto e eles ficam em cima, parece uns animal falando com a gente, quando era otros daqui era melhor pra gente.”*

Acreditamos que estes funcionários já venham “treinados” de grandes usinas a coagirem os trabalhadores, a partir das determinações do capital. Silva (1999) destaca que no caso dos “gatos”, são colocados em uma função contrária aos trabalhadores, exercendo funções relativas ao controle e à dominação.

Os entrevistados recebem R\$ 0,07 por metro (ou US\$ 0,04)⁴², dependendo da cana, podendo chegar a R\$ 0,70, equivalente a US\$ 0,40, (recebido por um cortador que trabalha para uma empreiteira que mantém contratos com a Usinas Atena), porém a maioria apontou respostas entre R\$ 0,11 ou (US\$ 0,06) e R\$ 0,20, equivalente a US\$ 0,11 ou ainda R\$ 0,30 o metro (US\$ 0,17). Trabalhadores da Usina Alto Alegre apontam resposta de R\$ 0,11 e 47 milésimos e, inclusive os mesmos não entendem os cálculos.

Dessa forma, um trabalhador que recebe R\$ 0,11 por metro e corta 250 m/dia, receberá por este dia o equivalente a R\$ 27,50/dia, ou US\$ 15,63. Cabe destacar que esse preço pago pela cana não é fixo, ou seja, vai depender da cana que estiverem cortando. Uma

⁴² A conversão de R\$ para US\$ apresentada nesta página e seguintes considera a cotação do dia 21/11/07, ocasião em que o dólar paralelo foi cotado a R\$ 1,76, conforme o BANCO CENTRAL DO BRASIL.

das estratégias que usinas como a Santa Fany e a Alto Alegre utilizam é não informar no início do dia qual o preço da cana. Dessa forma, os trabalhadores reclamam, afirmando que se soubessem que o preço seria baixo trabalhariam mais para recuperar e, se fosse um “preço bom” poderiam optar por “*trabalhar mais e receber mais*”, ou saber “*que pode descansar um pouco*” que o “*preço da cana é bom*”.

Alguns trabalhadores destacaram também que quanto mais cana cortam, menos recebem por isto. A esse respeito, Graziano da Silva (1997) destaca:

[...] no caso dos bons cortadores, a sua produção individual é “ajustada para baixo para não fugir muito da média, e aqueles que não conseguem atingir um valor mínimo são logo dispensados, permitindo ao patrão manter um rendimento médio elevado e estimular a competição entre os cortadores”. (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 166).

Dessa forma, no gráfico 25, podemos observar os rendimentos mensais dos cortadores de cana, que variavam entre R\$ 180,00 e acima de R\$ 900,00 - equivalentes em dólar, entre US\$ 102,31 e US\$ 511,57. No gráfico 26, temos os trabalhadores registrados e não registrados pelas usinas.

Constatamos, dentre os 113 entrevistados, que a maioria ou 47 trabalhadores têm rendimentos mensais entre R\$ 400,00 e R\$ 500,00, ou US\$ 227,36 e US\$284,2, seguido por outros 26 que recebem entre R\$ 501,00 e R\$ 600,00 (US\$ 341,04) e outros 15, com rendimentos entre R\$ 301,00 e R\$ 400,00, outros 3 trabalhadores, com rendimentos abaixo de R\$ 300,00, ou seja, abaixo de US\$ 170,52. Outros 7 trabalhadores recebiam entre R\$ 600,00 e R\$ 700,00 (US\$ 397,89), e de R\$ 701,00 a R\$ 900,00 foram 7 trabalhadores, acima de R\$ 900,00 (US\$ 511,57), encontramos apenas 1 cortador de cana. Estas informações referem-se a 107 trabalhadores, já que os outros 6 desconheciam seus rendimentos no momento da entrevista, por não terem ainda completado 1 mês na usina.

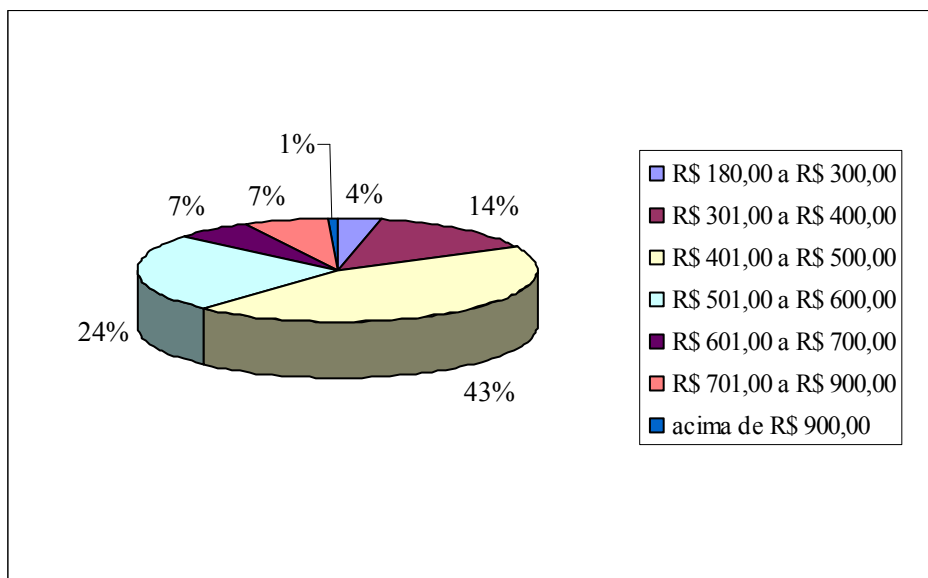


Gráfico 25 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): rendimentos mensais dos cortadores de cana entrevistados

Fonte: Trabalho de campo – maio/out./2006 e maio/2007

Org.: Joelma C. Santos

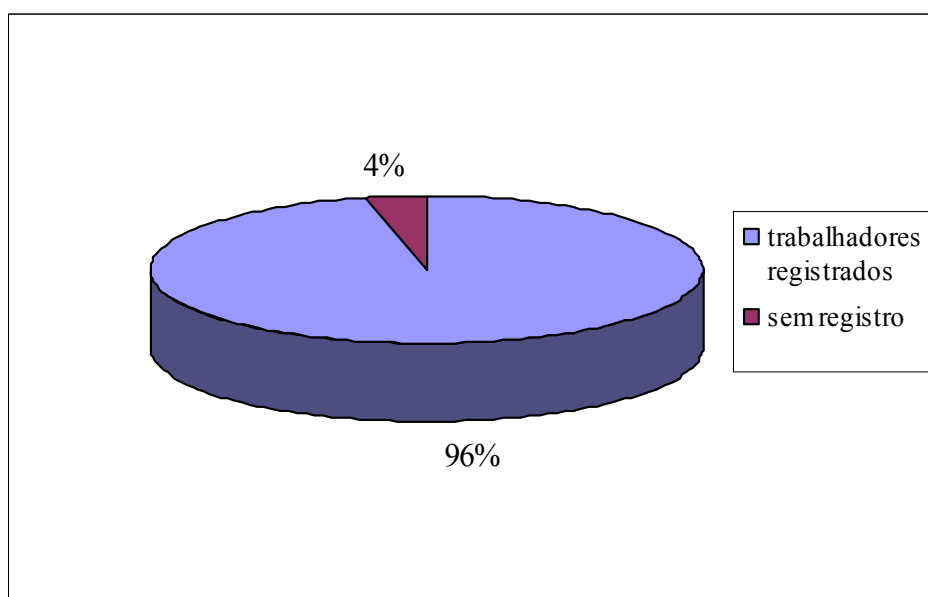


Gráfico 26 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): cortadores de cana registrados e não registrados pelas usinas

Fonte: Trabalho de campo – maio/out./2006 e maio/2007

Org.: Joelma C. Santos

Sobre o preço da cana “ser puxado para baixo”, um trabalhador explicou-nos de forma bem didática que, se num mesmo dia e com a mesma cana ele corta 150 m recebe R\$ 0,11 e 44 milésimos, por 200 m recebe R\$ 0,12, 300 metros o equivalente a R\$ 0,08 e 120 m, R\$

0,22. O trabalhador enfatiza, “*quanto mais corta, mais baixa o valor*”. Outros afirmaram que nem eles, não entendem como é feito o cálculo.

Quanto aos trabalhadores não registrados, encontramos 4, sendo todos da Usina Atena e, inclusive, alguns dentre os registrados ressaltaram que o registro foi obtido devido à pressão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cabendo destacar que a discussão referente à atuação dos sindicatos será realizada no capítulo quinto deste trabalho.

Uma outra forma de controle do capital sobre os trabalhadores, foi verificada na Usina Alto Alegre, onde um trabalhador destacou que quando o faturamento da empresa ultrapassa a meta, os trabalhadores recebem, além do 13º salário, o 14º salário, equivalente a R\$ 382,00. Este fato estimula o aumento da produtividade dos trabalhadores, principalmente, à medida que se aproxima o final da safra. É justamente quando eles se esforçam por cortar mais cana, pensando no 14º salário.

Quanto à jornada de trabalho, cabe destacar que para cumpri-la, os trabalhadores acordam às 3h30min da manhã, pois dependendo da localidade e da usina onde trabalham, os ônibus começam a parar nos pontos às 4h45min e, o mais tardar que encontramos foi às 06h40min da manhã, quando a distância é pequena. Eles vão dormir às 20 horas, o mais tardar até às 22 horas, pois como eles dizem: “*se não aguenta o baque no outro dia*”, enquanto um outro destaca: “*varia da conservação da pessoa pra trabalhar num serviço desse*”.

Os trabalhadores da Usina Alvorada d’Oeste entram às 7 horas e trabalham até às 16 horas, de segunda a sábado, ou seja, 9 horas de trabalho diário, o que totaliza 54 horas semanais. Estes têm 1 hora de almoço, ½ hora de café e direitos a pausa de 10 minutos, além de toldos (coberturas) para almoçar e destacaram que em breve teriam direito a água gelada no canavial fornecida pela usina.

Encontramos trabalhadores que viajam de 50 a 90 km até o local de trabalho, sendo transportados em ônibus, onde passam de 1 a 2 horas por dia pela manhã e ao final da tarde. Os trabalhadores desta empresa entrevistados que já trabalharam em outras usinas, dizem preferi-la a outras, como a Santa Fany, que afirmam ser desorganizada. Para eles, a Usina Alvorada é mais rígida em atender o cumprimento dos direitos trabalhistas.

Foi destacado por trabalhadores desta empresa que o sindicato está sempre presente, além do Ministério do Trabalho fazer visitas. Também destacaram que passaram a ter 40 minutos de alongamentos e ginástica pela manhã, ou seja, das 7 às 7h40min, quando, então, começam o corte da cana.

Cabe destacar que entrevistamos 4 trabalhadores da Usina Alvorada d'Oeste e os questionamos a respeito de suas principais reivindicações, visando à melhoria das condições de trabalho e as respostas podem ser observadas na tabela 20.

Tabela 20 - Usina Alvorada d' Oeste (Santo Anastácio - SP): medidas apontadas por cortadores de cana da visando à melhoria de suas condições de vida e trabalho

| Medidas apontadas | Nº de respostas | % |
|--------------------------|------------------------|----------|
| Aumentar o preço da cana | 02 | 50,0 |
| Nada, está bom assim | 02 | 50,0 |
| Total | 04 | 100,0 |

Fonte: Trabalho de campo: maio/2007

Org.: Joelma C. Santos

Quanto à empresa Alto Alegre, em trabalho de campo realizado em 2005, verificamos que os cortadores de cana trabalhavam das 7h às 16h50min, de segunda a sábado, ou seja, 9 horas e 30 minutos por dia, com 1 hora de almoço e ½ hora de café. Já em 2006, os cortadores de cana trabalhavam das 7h às 15h50min, ou seja, 8 horas e 30 minutos por dia e 51 horas semanais. Alguns trabalhadores apontaram que estes 10 minutos que faltavam para completar a hora exata, em alguns dias eles trabalham até às 16 horas, quando em 2005 o horário deveria ser até às 15h50min e, em 2006, até às 17 horas, quando deveriam trabalhar até às 16h50min.

Sobre a avidez do trabalho excedente, Marx (1979) destaca que o capitalista afirma seu direito como comprador, quando procura prolongar o máximo possível a jornada de trabalho.

Não foi o capital quem inventou o trabalho excedente. Toda vez que uma parte da sociedade possui o monopólio dos meios de produção, tem o trabalhador, livre ou não, de acrescentar ao tempo de trabalho necessário à sua própria manutenção um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção. (MARX, 1979, p. 265).

Questionamos estes trabalhadores da Usina Alto Alegre, que foram 51 entrevistados entre 2005 e 2006, sobre como as suas condições de trabalho poderiam se tornar melhores, o que traria mais satisfação a eles e, a maioria, 26 trabalhadores (51%) destacaram que o preço da cana, a metragem, deveria aumentar. Outros 3 disseram que deveria haver assistência médica e, principalmente, ambulância próxima ao canavial, já que é comum as pessoas se acidentarem. As respostas foram diversas e estão apresentadas na tabela 21, logo abaixo.

Chamou-nos atenção a fala de um cortador de cana, que disse que a usina deveria pagar o preço da cana “certo”, já que ele aponta “roubos”, no final do dia.

Tabela 21 - Usina Alto Alegre (Presidente Prudente - SP): medidas apontadas por cortadores de cana objetivando a melhoria de suas condições de trabalho

| Medidas apontadas | Nº de respostas | % |
|--|------------------------|---------------|
| Aumentar o preço da cana (metragem) | 26 | 50,98 |
| Assistência médica/ambulância no canavial | 03 | 5,98 |
| Pagar seguro desemprego | 02 | 3,92 |
| Não precisa melhorar | 02 | 3,92 |
| Pagar o preço da cana “certo” | 01 | 1,96 |
| Pagar separado “cana deitada” e “cana em pé” | 01 | 1,96 |
| Melhorar a cesta básica | 01 | 1,96 |
| Não trabalhar aos sábados | 01 | 1,96 |
| Receber desde a hora que entra no ônibus até o retorno | 01 | 1,96 |
| Reduzir o sistema de corte de 7 para 5 ruas | 01 | 1,96 |
| Não vê possibilidade de melhorias, “usinas são todas iguais” | 01 | 1,96 |
| Não opinaram | 11 | 21,57 |
| Total | 51 | 100,00 |

Fonte: Trabalho de campo: maio/out./2006 e maio/2007

Org.: Joelma C. Santos

Quanto aos 16 trabalhadores entrevistados que trabalham na Destilaria Santa Fany, foram apresentados 3 regimes de trabalho diferentes, já que as entrevistas ocorreram em períodos diferentes, maio e outubro de 2006 e maio de 2007. Dessa forma, em maio de 2006, os entrevistados afirmaram que trabalhavam das 7h às 16h30min, em outubro do mesmo ano, das 7h às 15h50min e em maio de 2007, trabalhavam das 7h às 16h10min. A distância de suas casas aos canaviais varia de 20 a 90 km e, levam de meia hora até 2 horas de casa ao local de trabalho.

Foi nesta empresa que encontramos 3 trabalhadores cujos rendimentos mensais são de R\$ 180,00 a R\$ 300,00. Os trabalhadores desta empresa que já trabalharam em outras usinas antes, bem como aqueles que estão em outra e, no momento da entrevista trabalhavam na Santa Fany foram unânimes em apontá-la como a pior que já trabalharam, pois a empresa não paga os direitos trabalhistas, atrasa o pagamento, às vezes, eles trabalham de 10 a 20 minutos a mais que o estabelecido e não recebem por isto, além da inexistência de instalações sanitárias e cobertura para almoçar. Também vimos casos de trabalhadores que esperam um “acerto final” com a empresa a mais de 5 e, até mais de 10 anos.

Um trabalhador destacou que, em mais de 20 anos no corte da cana, em várias usinas diferentes, a Santa Fany foi a única que, *“tinha vez que pra receber, tinha que fazer greve”*.

Na tabela 22, podemos observar as reivindicações dos trabalhadores, objetivando a melhoria de suas condições de vida e trabalho.

Tabela 22 - Usina Santa Fany (Regente Feijó - SP): medidas apontadas por cortadores de cana da visando à melhoria de suas condições de vida e trabalho

| Medidas apontadas | Nº de respostas | % |
|---|------------------------|---------------|
| Aumentar o preço da cana | 04 | 25,0 |
| Divulgar o preço da cana no início do dia | 02 | 12,5 |
| Pagar em dia, pois a empresa paga “fora do dia” | 02 | 12,5 |
| Nada, está bom assim | 02 | 12,5 |
| Fornecer equipamentos de segurança | 01 | 6,25 |
| Mudar tudo, pois está tudo errado | 01 | 6,25 |
| Trabalhar aos sábados até às 14 horas e não até às 16 h | 01 | 6,25 |
| Assistência médica | 01 | 6,25 |
| Melhorar as condições dos ônibus | 01 | 6,25 |
| Não opinou | 01 | 6,25 |
| Total | 16 | 100,00 |

Fonte: Trabalho de campo: maio/out./2006 e maio/2007

Org.: Joelma C. Santos

Observamos que a resposta predominante refere-se ao aumento do preço da cana, seguida pela divulgação do preço a ser pago no início do dia, bem como pagamento em dias pré-estabelecidos, além de respostas que demonstram contentamento com a atual situação.

No item seguinte, objetivamos observar o potencial de luta destes trabalhadores tão explorados e o seu entendimento e possível participação em movimentos sociais de luta pela terra.

4.3.4 O potencial de luta dos trabalhadores explorados/precarizados e o sonho com um pedaço de “chão”

Para Antunes (2003), embora o mundo do trabalho encontre-se heterogeneizado, complexificado e fragmentado, as possibilidades de emancipação humana podem tornar-se concretas a partir das revoltas e rebeliões que surgem centralmente no mundo do trabalho.

Em outro momento, Antunes (2005) destaca que as recentes ações de resistência dos trabalhadores sinalizam as formas contemporâneas assumidas entre o capital social total e a totalidade do trabalho. Dessa forma, o autor cita algumas dessas ações manifestadas,

[...] na rebelião de Chiapas no México ou na eclosão do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) no Brasil, além das inúmeras greves (gerais e parciais), mas freqüentemente com caráter de confrontação, que vêm ocorrendo na Argentina, Equador, México, Brasil etc., entre tantas formas de rebeldia que se tem presenciado no mundo contemporâneo. Esses exemplos não são evidências de um cenário de integração, de *pacificação dos conflitos sociais* [...], mas revelam o quadro de crescente instabilidade e confrontação social entre capital e trabalho. (ANTUNES, 2005, p. 165).

Dessa forma, no que diz respeito ao conflito capital x trabalho no setor sucroalcooleiro, um fato de grande relevância na luta do trabalho contra o capital que merece ser destacado por nós são as greves de Guariba em 1984, quando as usinas de açúcar e álcool da região de Ribeirão Preto alteraram o sistema de corte da cana de cinco para sete ruas.

A região de Ribeirão Preto, na época da greve, era a principal responsável pela produção de açúcar e a principal região produtora de laranja do país, o que se constituía em fonte de emprego para boias-frias dessa região, além dos migrantes nordestinos e do norte do estado de Minas Gerais.

No quadro da greve, aos poucos, somavam-se 100 mil trabalhadores volantes na luta, sendo que um boia-fria morreu e vários ficaram feridos. A greve estendeu-se de Guariba a outros canaviais e laranjais do estado de São Paulo e os noticiários citados por Oliveira (1984) apontam que 200 mil trabalhadores rurais lutavam contra 8 mil patrões, entre usineiros de açúcar e de álcool e fornecedores de cana.

Os trabalhadores saíram vitoriosos, com o Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 17/5/1984, cuja vitória maior foi a fixação do sistema de corte de cinco ruas, ou cinco fileiras de cana.

Até mesmo em Teodoro Sampaio, município localizado na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, e parte de nossa área de estudo, os trabalhadores, após a greve, reiniciaram a colheita, depois de acordo com empresários, certos de que teriam descanso semanal, 13º salário, férias e outras vantagens.

Em janeiro de 1985, iniciou-se novamente em Guariba, a segunda greve dos canavieiros paulistas e, em 1986, outra greve que se iniciava foi impedida pela FETAESP, na região de Guariba, conforme aponta Graziano da Silva (1997),

[...] sob o argumento de que uma greve naquele momento “só beneficiaria os usineiros, interessados em antecipar as negociações salariais da próxima safra para um momento em que os trabalhadores estão desorganizados e sem poder de barganha”. (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 117).

Esses são apenas alguns exemplos das ações de resistência dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro frente ao capital. Na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, esse conflito não era tão latente, já que o setor contava com poucas unidades, não era uma área canavieira tradicional. Como já discutimos, anteriormente, a expansão da área canavieira e a introdução de novas unidades tiveram início na virada do século XXI.

Mas, observamos que como reflexo de Guariba, houve greve entre trabalhadores da Destilaria Alcídia no ano de 1984. Posteriormente, já em 1997, outra greve ocorreu entre trabalhadores desta empresa, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

E, já no ano de 2007, outra forma de resistência, inclusive, à expansão da cana-de-açúcar ocorreu durante o “Abril Vermelho”, quando ocorreu uma série de manifestações do MST por todo o país e algumas grandes propriedades ocupadas por canaviais foram ocupadas na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, devido ao descontentamento pela distribuição da estrutura fundiária, concomitante ao avanço da cana-de-açúcar na região.

Em trabalho de campo, realizado em 2007, cortadores de cana, entrevistados da Usina Alto Alegre, afirmaram que em 2002, participaram de uma tentativa de greve, porém, relataram que a empresa despede os trabalhadores envolvidos em movimentos grevistas. Relataram que um amigo que liderou uma greve, *“nunca mais arrumou emprego em usina nenhuma”*.

Um trabalhador da Usina Alto Alegre relatou em entrevista realizada em maio de 2006: *“a usina quer 4 e meio de aumento (4,5%), o sindicato quer mais...para, parar tem que parar a maioria, se parar um só a usina manda embora.”* O trabalhador destacou que a empresa chamou a polícia em 16/5/2006, para impedir a entrada do sindicato na usina. Uma das exigências desta empresa para renovar o contrato de trabalho, para a próxima safra é que estes não tenham envolvimento com os sindicatos.

Assim, dentre os 20 trabalhadores questionados se já participaram de greves, as respostas apresentadas estão no gráfico 27.

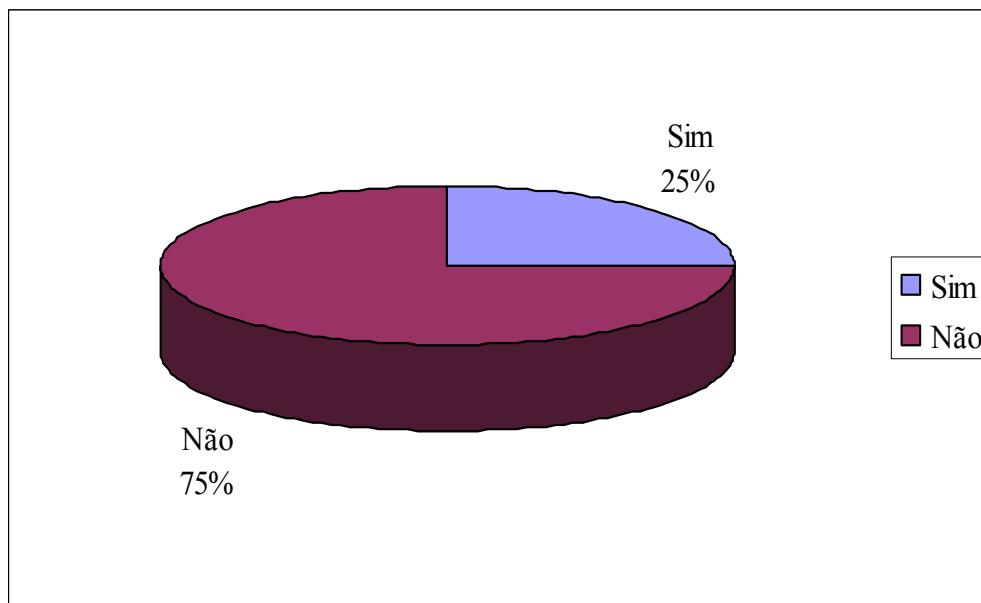


Gráfico 27 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): cortadores de cana entrevistados que já participaram de greves ou paralisações

Fonte: Trabalho de campo – maio/2007

Org.: Joelma C. Santos

O principal receio dos trabalhadores entrevistados de todas as usinas quanto à participação em greves é a repressão por parte das usinas, o medo de ficarem desempregados, ou seja, mais uma forma de coação do capital sobre o trabalho.

Outro elemento importante referente à resistência, à não aceitação de um modelo único imposto, está ligado ao fato de que encontramos cortadores de cana, trabalhadores que em sua existência, entre ser camponês e ser operário, de acordo com condições de tempo, trabalho e lugar, conforme já citamos em Thomaz Jr (2006b), já participaram de movimentos de luta pela terra, como o MST.

Assim, de 20 entrevistas com esta questão, encontramos 8 trabalhadores que já passaram pela experiência de um acampamento, já tendo participado do MST. Um trabalhador relatou: *“eu tenho um sonho, eu sonho com um pedaço de chão, plantar mandioca, ter minhas criações, não ser empregado de ninguém, a gente não pode aceitar como querem pra gente, a gente tem que ir atrás do que a gente quer.”* Outro trabalhador saiu revoltado com uma liderança do movimento, destacando que, sempre fora defensor do movimento, mas após a sua participação, não acredita no movimento, mas na luta e avalia o movimento, *“se continuar desse jeito que tá, só piora”*.

No gráfico 28, temos a representação dos trabalhadores que já foram integrantes do MST, ou tiveram alguém da família, como irmãos no movimento.

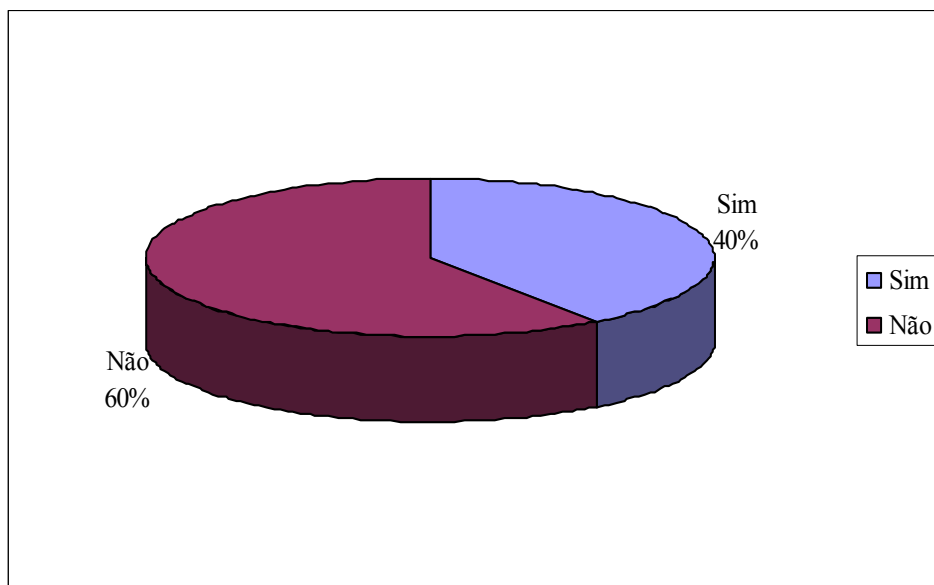


Gráfico 28 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): entrevistado ou alguém da família já foi integrante do MST

Fonte: Trabalho de campo – maio/2007

Org.: Joelma C. Santos

Dito isto, identificamos a reflexão de Antunes (2003), sobre a possibilidade de emancipação do e pelo trabalho, uma vez que para o autor,

[...] sua condição de despossuído e excluído o coloca potencialmente como um sujeito social capaz de assumir ações mais ousadas, *uma vez que estes segmentos sociais não têm mais nada a perder* no universo da sociabilidade do capital. Sua subjetividade poderia ser, portanto, mais propensa à rebeldia. (ANTUNES, 2003, p. 98).

Outra constatação que consideramos interessante, é que mesmo dentre os trabalhadores que nunca tiveram participação em movimentos sociais, a maioria os apóia, pois de 20 entrevistados, 13 são favoráveis aos movimentos sociais de luta pela terra, 3 são contrários e 4 não souberam responder ou não opinaram, um desses respondeu: “*sim, para quem pega e trabalha na terra*”. No gráfico 29, temos a posição dos trabalhadores a respeito dos movimentos sociais no campo.

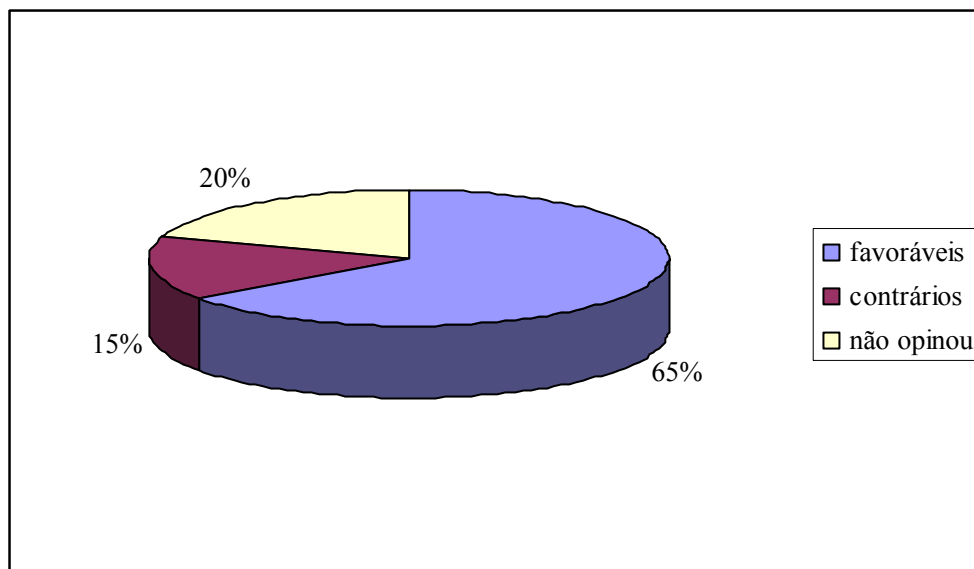


Gráfico 29 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): Posição dos trabalhadores entrevistados sobre os movimentos de luta pela terra

Fonte: Trabalho de campo – maio/2007

Org.: Joelma C. Santos

Dessa forma, o potencial emancipatório dos trabalhadores confirma-se também, dentre os cortadores de cana entrevistados, porém, esbarra nas formas de coerção que o capital lhes impõe e, aí está, justamente, o ponto que os trabalhadores têm que superar em suas formas de organização.

Sendo assim, no quinto capítulo trataremos da organização dos trabalhadores em sindicatos, tentando analisar de que forma estas entidades que, teoricamente, representam os trabalhadores têm reagido às novas investidas do capital sucroalcooleiro.

Terminamos este capítulo com uma frase de um cortador de cana da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente: ***“O povo fala que a escravidão acabou, mas não acabou não”!***

**5 A RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO E OS SINDICATOS NA
AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DA MICRORREGIÃO
GEOGRÁFICA DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP**

5 A RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO E OS SINDICATOS NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP

O movimento sindical não é aquele que se reflete na ilusão, compreensível, porém irracional, de uma minoria de dirigentes sindicais, mas aquele que vive na consciência de milhares de proletários que foram conquistados pela luta de classes. [...] “E aquilo que é, deve ter a ousadia de parecer que é.” (LUXEMBURGO, 2005, p. 337, grifos da autora)

5.1 Problematizando a discussão: o papel dos sindicatos na relação capital x trabalho

Partindo do pressuposto de que o capital é poder social concentrado, é importante destacar o papel dos sindicatos no conflito capital x trabalho, visto que os sindicatos não são apenas organizações puramente econômicas, mas também e, principalmente, uma forma de organização política a atuar contra as investidas do capital.

Dessa forma, a emancipação econômica da classe operária deve considerar a atividade política, que é um meio para alcançar o objetivo máximo da emancipação do trabalho. Losovsky (1989) nos esclarece que

Quando nos referimos à supremacia da política sobre a economia, não o fazemos com o intuito de dizer que os sindicatos devem transformar-se num partido político, ou que devem adotar um programa puramente político, ou ainda, que há necessidade de igualar os sindicatos ao Partido [...], e sim a importância dos sindicatos como centros organizadores das massas proletárias. (LOSOVSKY, 1989, p. 16-17).

Os sindicatos, dessa forma, deveriam representar a luta contra o poder político dos exploradores do proletariado - poder que é construído e se sustenta justamente pela dominação econômica do capital sobre o trabalho. As conquistas com as lutas políticas representam um caminho à emancipação econômica dos trabalhadores.

É evidente que a luta econômica do proletariado e dos sindicatos ocupa importante significação, porém, é a supremacia da luta política sobre a econômica, que garante esta emancipação à classe trabalhadora, haja vista que a luta econômica não encerra a luta política de classe.

Os sindicatos se constituem um instrumento de luta contra a exploração do capital, porém, não têm condições de garantir aos operários a influência no processo de produção, seja

no que se refere à parte técnica desse processo, seja no que se refere às dimensões da produção.

Para Luxemburgo (2005), os sindicatos teriam a tarefa de possibilitar a luta da classe trabalhadora contra a taxa de lucro, transformando-o por etapas em taxa de salário, porém, estes não dispõem de instrumentos para dirigirem uma política ofensiva econômica contra o lucro porque representam tão somente a defesa organizada da força de trabalho contra os ataques do lucro.

A autora ressalta que, mesmo sendo expressão de resistência da classe operária, os sindicatos não conseguem lutar contra as taxas de lucro devido a dois fatores abaixo relacionados:

Primeiro: os sindicatos têm por tarefa influenciar, pela sua organização, a situação do mercado da mercadoria força-trabalho mas esta organização transborda constantemente em virtude do processo de proletarização das classes médias, que traz continuamente novos contingentes daquela mercadoria ao mercado do trabalho. Segundo: os sindicatos propõem-se a melhorar as condições de existência da classe operária, a aumentar a parte da riqueza social que lhe cabe mas, com a fatalidade de um processo da natureza, esta parte é constantemente reduzida pelo aumento da produtividade do trabalho. (LUXEMBURGO, 2005, p. 84).

Assim, partilhamos desta concepção de que os sindicatos são incapazes de transformar o modo de produção capitalista. Nesse sentido, a atividade sindical reduz-se a lutar pelo aumento dos salários e pela redução do tempo de trabalho, já que a redução dos salários é um dos principais meios para impedir a diminuição da taxa de lucro.

Um aumento geral dos salários acarretaria em queda na taxa de lucros, mas, de um modo geral, não afetaria os preços das mercadorias. Para Marx (2004d, 76), “[...] os salários dos trabalhadores não podem exceder os valores das mercadorias por eles produzidas, não podem ser maiores do que eles; mas podem, sim, ser menores em todos os graus possíveis”. Nesse contexto, deve-se ter em mente que a regra geral da produção capitalista não é elevar, mas sim reduzir os salários.

Os sindicatos não podem suprimir a lei dos salários, apenas negociar a venda da força de trabalho, conforme as condições históricas de um determinado momento, com base na conjuntura do mercado.

Todavia, algumas conjunturas escapam à esfera de influência dos sindicatos em dado momento, tais como: “[...] a procura da força-trabalho determinada pelo estado da produção, e do outro a oferta de força-trabalho criada pela proletarização das classes médias e natural

reprodução da classe proletária, enfim o grau de produtividade do trabalho”, conforme destaca Luxemburgo (2005, p. 42). De acordo com esta concepção, os sindicatos apenas imporiam limites, mas não teriam condições de suprimir a exploração, visto que esta é inerente à economia capitalista.

Outra limitação dos sindicatos refere-se ao fato de que concentram seus esforços em atacar o que já é próprio do capitalismo, ou seja, dedicam-se a lutar contra os efeitos, contra os abusos do capital e não contra as causas destes efeitos. Dessa forma, não dão conta de engendrar condições e contribuir para formas sociais essenciais capazes de transformar e reconstruir a sociedade.

Para debater sobre tal temática não poderíamos deixar de enfatizar o posicionamento de Marx a respeito dos sindicatos, pois o autor reconhecia a grande importância dos sindicatos. Foi ele mesmo, no entanto, que denunciou os limites do sindicalismo e confirmou o que já ressaltamos, anteriormente, sobre a importância de ir além da luta meramente econômica, pois seria importante ir além da luta puramente política, que manteria-se tal como a luta econômica, vinculada a questões do trabalho assalariado e à reprodução do capital.

Em sua obra *Salário, Preço e Lucro* publicada em 1865, em pleno período da institucionalização política dos sindicatos, que foi de 1864 a 1870, Marx destaca que os limites do sindicalismo estão expressos na perspectiva do movimento do capital. É neste contexto, que o autor enfatiza:

Os sindicatos trabalham bem como centros de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de, ao mesmo tempo, se esforçarem para transformá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado. (MARX, 2004d, p. 123).

Há que se considerar que os sindicatos podem intervir apenas no preço da força de trabalho, no entanto, não intimidam a precariedade crescente da força de trabalho, devido ao incremento da composição orgânica do capital, visto que a tendência própria de sua acumulação é de aumento muito mais rápido do capital constante, em relação ao capital variável, transformado em salários.

Seguindo esse raciocínio, a luta dos sindicatos é encarcerada no interior do processo ontológico do movimento do capital, pois estes apenas reagem a uma imposição prévia do capital, visto que este se comporta como senhor do processo. Dessa forma, os grandes limites

da ação dos sindicatos, referem-se ao fato de suas ações e estratégias estarem dentro da relação assalariada e vinculam-se a acordos privados entre operários e capitalistas, conforme destaca Alves (2003). A isto chamamos de luta puramente econômica dos sindicatos que, aliada a uma luta política defensiva, conduziria às transformações evidenciadas pelo movimento sindical nas últimas décadas do século XX e início do século XXI.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a luta econômica não avança para a luta política, assim como o contrário também não é válido, pois que uma ação política desencadeia, como consequência, uma série de lutas econômicas e, em uma luta puramente econômica, o capital se constitui na parte mais forte.

O antagonismo existente entre os dirigentes sindicais e os trabalhadores organizados nos sindicatos engendra sérios problemas a estes últimos, visto que os primeiros, via de regra, se concentram na luta econômica, levando os trabalhadores a sobrevalorizarem qualquer conquista econômica, qualquer aumento salarial ou redução da jornada de trabalho, elementos que se constituem conquistas, mas que, em primeira e última instância, estão dentro do movimento do capital.

Luxemburgo (2005) resalta que a grande independência dos sindicatos, associada à especialização de seus métodos de luta e à formação de toda uma direção sindical são produtos históricos naturais, mas que poderiam se transformar em obstáculos numa determinada etapa de sua organização ou em certo grau de amadurecimento das condições. A esse respeito a autora observa que:

A especialização de sua atividade profissional como dirigentes sindicais, assim como o horizonte, naturalmente estreito, das lutas isoladas de uma etapa pacífica, fortalece a tendência dos funcionários sindicais para a burocracia e para a estreiteza de objetivos, que se manifestam em toda uma série de tendências que podem ser fatais para o futuro da organização sindical. Em primeiro lugar, existe a supervalorização da organização, que se transforma gradualmente de meio em fim, uma coisa preciosa à qual os interesses da luta devem estar subordinados. (LUXEMBURGO, 2005, p. 331)

A estrutura sindical exerce o papel de mediadora da relação capital x trabalho e, dessa forma, ora atende aos interesses do capitalista e, ora atende às reivindicações dos trabalhadores, visto que ela existe no interior do próprio movimento do capital, onde o capitalista tem as leis do mercado a seu favor.

Dessa forma, a própria lei da acumulação impõe limites à ação sindical, haja vista que “a luta sindical é tão somente uma reação operária a uma modificação anterior posta pelo

capital. Enfim, é intrinsecamente defensiva, sujeita, portanto, às condições objetivas dadas pela acumulação do capital” (ALVES, 2003, p. 275).

Dito isto, cabe ressaltar que a organização sindical é defensiva, pois ela não caminha para a superação da condição do trabalho assalariado, uma vez que esta condição é própria do sistema capitalista. Ela pode lutar por melhores salários, mas ainda neste momento, confirma-se a condição de exploração e dependência da classe trabalhadora para com o capital.

O desenvolvimento das forças produtivas que conduz ao aumento da produtividade do trabalho contribui para a criação de um exército de reserva que, favorece os capitalistas. Dentro dessa estrutura, os sindicatos têm dificuldade de elevar o valor da força de trabalho. É nesse contexto que Alves esclarece:

[...] mesmo havendo uma taxa de salários relativamente alta, a acumulação do capital, sob o efeito do incremento das forças produtivas, tenderia a acelerar-se bastante. Entretanto, nada poderia garantir que a taxa de salários relativamente alta se manteria (ou até cresceria ainda mais, se supormos que a acumulação acelerada de capital fizesse crescer, de forma permanente, a procura pelo trabalho operário. (ALVES, 2003, p. 228).

A própria lei da oferta e da procura exerce peso determinante na fixação dos salários, o que debilita o poder de ação dos sindicatos nesse aspecto, que se limita a negociar o preço da mercadoria - força de trabalho - que obviamente não é negociada a preços justos, o que não põe em questão o regime do salariedade, pois o aumento dos salários não liberta os trabalhadores da condição submissa e explorada no movimento do capital.

É relevante comparar as ações do ponto de vista individual e coletivo, uma vez que o trabalhador sozinho nada consegue ao tentar negociar com o capitalista, ao contrário de quando se organiza e se associa com outros, aumenta o seu poder de negociação, a exemplo dos contratos coletivos de trabalho. Ou seja, é através dessa associação, que os trabalhadores podem lutar pela conquista de sua individualidade.

Marx (2004d) defendia que a luta dos trabalhadores não deveria se resumir apenas à conquista de um salário justo, por uma jornada de trabalho justa, mas que deveria ir além, ou seja, estes deveriam ter como objetivo maior a abolição do sistema de trabalho assalariado. Já em Marx (2006), o autor destaca que a força de trabalho só é vendável quando conserva os meios de produção como capital, reproduzindo seu próprio valor como capital e, dessa forma, proporcionando com o trabalho não pago, uma fonte de capital adicional.

Elevação do preço do trabalho, em virtude da acumulação do capital, significa que a extensão e o peso dos grilhões de ouro que o assalariado forjou para si mesmo apenas permitem que fique menos rigidamente acorrentado. [...] As condições de sua venda, mais favoráveis ou menos favoráveis ao trabalhador, implicam, portanto, a necessidade de sua revenda contínua e a reprodução constantemente ampliada da riqueza como capital. O salário, conforme vimos, pressupõe sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinada quantidade de trabalho não-pago por parte do trabalhador. Pondo-se de lado a elevação de salário associada a menor preço de trabalho etc., um acréscimo salarial significa, na melhor hipótese, apenas a redução quantitativa do trabalho gratuito que o trabalhador tem de realizar. (MARX, 2006, p. 721-722).

Marx, porém, acreditava que com o desenvolvimento do movimento operário, os sindicatos e sua difusão entre os trabalhadores assalariados, a generalização das lutas em nível nacional engendraria uma consciência de classe, que não se resumisse a uma consciência corporativista comum à prática sindical, mas sim, que pudesse dissolver a ordem burguesa por dentro.

No entanto, desde 1850, a atuação dos sindicatos não caminhou para uma luta contra o sistema de trabalho assalariado e contra a dominação do capital, tendo se integrado, cada vez mais, à ordem burguesa.

No caso brasileiro, foi Getúlio Vargas que trouxe as classes trabalhadoras para a agenda do Estado, criando uma legislação social e trabalhista no início dos anos 1930, pois ele precisava da classe operária urbana “para manter seu poder num momento de fortes dissensões entre as frações agrário-exportadora-cafeeira, a agrário não-exportadora e os emergentes setores industriais” (ANTUNES, 2006, p 84-85).

Foi, também, obra do Governo Vargas, a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) em 1943. No entanto, sob o Getulismo, houve repressão brutal contra as lideranças operárias e sindicais de esquerda, a exemplo da legislação sindical, sob a qual Antunes (2006) aponta:

[...] em 1931, criou a chamada “Lei de Sindicalização” onde o *controle e repressão* impediam a participação dos estrangeiros nas direções, controlava-se as finanças dos sindicatos, além de proibir suas atividades políticas e ideológicas. Mas, contraditoriamente, a “Lei de Sindicalização” que reprimia os sindicatos autônomos existentes, permitiu a outras categorias o “direito de organizarem-se em sindicatos.[...] E o sindicato da Era Vargas, como era proibido de exercer a luta de classes, tornou-se um órgão assistencialista, com centros de saúde, serviços, advogados, lazer etc. Com a criação do imposto sindical, consolidou-se o domínio do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. (ANTUNES, 2006, p. 85-86).

Muitas mudanças ocorreram, desde o início da organização sindical na Europa, no século XIX, e, no Brasil, no início do século XX. A organização sindical no início do século XXI, no país, levou também a um (re) ordenamento do trabalho e, os sindicatos aderiram a uma postura ainda mais defensiva, revelando um neocorporativismo, conforme veremos o item a seguir.

5.2 A crise do sindicalismo contemporâneo

A crise do movimento sindical sob a mundialização do capital configura-se devido à substituição de um sindicalismo de classe, que passa a ceder lugar a um sindicalismo que assume estratégias, cada vez, mais voltadas à lógica do capital, portanto, não é apenas uma crise socioinstitucional, mas, também, político-ideológica.

Este novo desenho do sindicalismo moderno demonstra, de certa forma, um compromisso para com a reprodução da acumulação do capital, por meio de uma articulação entre os interesses das grandes empresas com o aval do Estado - também capitalista.

As estratégias sindicais atuais revelam um neocorporativismo, que não se caracteriza apenas pelo declínio da sindicalização, mas, principalmente, por ações que visam apenas à preservação de interesses de determinados segmentos organizados, que estão longe de cumprir os fins para os quais os sindicatos foram criados, de superar a concorrência que há entre os trabalhadores ou, pelo menos, atenuá-la.

No que diz respeito à crise do sindicalismo sob a égide da mundialização do capital, Alves (2000) esclarece:

[...] o declínio lento ou acelerado do poder sindical é tão somente um aspecto contingente - embora não menos essencial - do processo de crise do sindicalismo moderno. Vincula-se à lógica estrutural do desenvolvimento capitalista e à nova ofensiva do capital na produção, com o complexo de reestruturação produtiva tendendo a debilitar, cada vez mais, o mundo do trabalho assalariado. (ALVES, 2000, p. 88).

Dessa forma, as entidades sindicais, estão cada vez mais, promovendo articulações verticais, de determinadas categorias organizadas e fortes, mas por outro lado, associadas a interesses da indústria ou a setores aos quais estas estejam vinculadas. Assim, para Alves (2000, p. 90), “a estratégia do neocorporativismo de cariz setorial tende a se ampliar no período da crise do capital, privilegiando a fragmentação da classe trabalhadora por empresas, o fracionamento horizontal da sociedade do trabalho, a debilitação da sociedade de classe.”

Essas transformações atingem o universo da consciência e da subjetividade do trabalho, pois os sindicatos passam a aderir uma postura defensiva, ocorrida em poucos momentos da história, seguindo o caminho da institucionalização e do crescente distanciamento dos movimentos autônomos de classe, traçando seus movimentos pela lógica da sociabilidade do mercado e do capital, representando severos retrocessos da ação sindical.

A reestruturação produtiva no Brasil, reflexo deste processo global, recria um precário mundo do trabalho e, também, a crise do sindicalismo no país. As práticas neoliberais acirram este processo, particularmente, nos anos 1990. A década de 1980 pouco presenciou este processo, que já era vivenciado em países centrais do capitalismo mundial.

Para Santos (2003), essas mudanças impactaram os sindicatos e os trabalhadores foram pressionados a aceitar a moderação salarial em troca da preservação dos empregos temporários.

Nesse contexto, podemos observar que o universo contemporâneo do trabalho é muito complexo e, com a mundialização do capital, a flexibilização atinge um alcance mundial, sendo uma imposição à força de trabalho para que aceitem salários mais baixos e, em piores condições.

A partir dos anos 1990, os serviços passaram a absorver mais postos de trabalho, e houve um enxugamento da força de trabalho, revelando mudanças na organização social do trabalho. As grandes empresas nacionais e multinacionais exigiram força de trabalho qualificada, porém os salários eram inferiores, se comparados com os países capitalistas centrais.

O processo de reconversão industrial, que a princípio cria a possibilidade de homogeneização, por meio da equivalência, implica no ocultamento das diferenças. Diante desta questão, o movimento sindical enfrenta um dilema, pois reconhecendo o direito à diferença, corre-se o risco de perder a afirmação da igualdade. É neste contexto que Martins (1994, p.28) afirma que “o discurso do capitalista em alguns momentos revela a diferença entre os trabalhadores como forma de separá-los politicamente e em outros acentua a necessidade da parceria”.

Verifica-se uma reconfiguração das relações de trabalho, em que se tem trabalho temporário, subcontratado, domiciliar, infantil, além de uma nova situação já mencionada, de desemprego estrutural. Esta nova realidade revela a fragmentação da classe trabalhadora e a desregulamentação dos direitos trabalhistas.

O custo do trabalho no Brasil apresenta forte diferenciação, conforme destaca Pochmann (2001), ao avaliar os custos do trabalho no segmento organizado, bem como no segmento não organizado.

No segmento organizado, o custo do trabalho para o empregador é muito diferente do verificado nos países capitalistas centrais. No caso brasileiro, o custo do trabalho apoia-se basicamente na legislação social e trabalhista, sendo que o salário bruto recebido pelo trabalhador não representa o único custo para a empresa, pois há outras despesas, como o décimo terceiro salário, um terço de férias, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), multa de 40% sobre depósitos do FGTS para casos de ruptura do contrato de trabalho por parte da empresa sem justa causa.

Concernente ao segmento não organizado, estas ocupações possuem custo inferior ao segmento organizado por não incorporar todas as despesas salariais e não salariais. Em geral, o salário bruto representa o único encargo para o empregador. Não se leva em conta o risco de a empresa operar à margem da legislação trabalhista, e conseqüentemente, se desconsidera a possibilidade de se incorporarem multas pelo uso de mão-de-obra em condições identificadas como ilegais.

Diante disso, o custo do trabalho no setor não organizado do mercado de trabalho tende a ser 35,04% inferior, em média, ao custo total do trabalho no contrato por tempo indeterminado no setor organizado (28,51% para contrato por tempo determinado). O menor custo do trabalho no segmento não organizado deve-se a 18,7% no custo salarial e de 30,9% no custo não salarial. (POCHMANN, 2001, p. 119).

Cabe ressaltar que as novas formas do segmento não organizado resultam das novas formas de gestão e organização do trabalho, com elevação na subcontratação de mão-de-obra e terceirização de ocupações.

Diante da terceirização, os sindicatos adotaram uma postura na década de 1990 de que esta seria inevitável, mas defendendo a possibilidade de que a pressão sindical pudesse atingir um tipo de terceirização não-predatória. Porém, na prática, procurou negociar a dimensão das perdas ou a substituição dos postos de trabalho.

De forma geral, a política salarial no Brasil optou por contenção nos rendimentos dos trabalhadores como forma de combater elevação dos custos das empresas. Assim, predominam extensas jornadas de trabalho, praticadas intensivamente pelos trabalhadores.

Quanto à ação sindical, nos anos 1980, as negociações coletivas estiveram associadas à possibilidade de ampliação das cláusulas trabalhistas, principalmente, voltadas para a

proteção dos salários e à organização e luta dos trabalhadores durante à redemocratização do país.

No que diz respeito à década de 1990, diante da redução do emprego e da nova organização do trabalho, houve uma segmentação maior entre os trabalhadores, tanto entre os estáveis, configurando um núcleo mais enxuto, escolarizado, com baixa rotatividade, como entre os terceirizados e desempregados, com baixa escolaridade, alta rotatividade e baixos salários.

Nesse contexto, os sindicatos multiplicaram-se e como afirma Pochmann (2001) isso se deve à incorporação de funcionários públicos à estrutura corporativa, à fragmentação das negociações e à polarização da cúpula sindical.

Dessa forma, o sindicalismo de participação substituiu o sindicalismo de classe. Antunes (2003) destaca que se pode participar de tudo, desde que não se questione o mercado, o lucro, a produtividade, a propriedade privada.

Todo esse movimento ocorre por dentro da reestruturação produtiva do capital, que tende a engendrar uma nova hegemonia do capital na produção, levando à captura da subjetividade operária pela lógica do capital, afetando a consciência de classe, movimento que se inicia pelos seus organismos de representação, a exemplo dos sindicatos.

Para Alves (2000), isto contribui para que os sindicatos adotem posturas neocorporativas, com tendências de representação de interesses setoriais e não mais de classe, conforme observamos nas afirmações do autor:

[...] a própria capacidade de negociação que o sindicato adquire, principalmente no campo da reestruturação produtiva, pressupõe o abandono de estratégias sindicais de classe e da crítica do controle do capital na produção, assumindo, ao contrário, estratégias sindicais pró-ativas à lógica do capital, compatível com o espírito do toyotismo, que incentiva o operário a pensar “pró-ativamente”, a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam. (ALVES, 2000, p. 83).

Há um declínio nos índices de sindicalização, o que demonstra uma crise de representação de classe, além de que a luta parece resumir-se à conquista de melhores salários, ou seja, melhor preço da força de trabalho. As práticas sindicais atuais revelam um neocorporativismo, que objetiva apenas a defesa de interesses de segmentos organizados.

Com o aumento do trabalho precarizado, constituído por trabalhadores parciais, temporários, da economia informal, há uma diminuição do poder sindical, que historicamente esteve vinculado aos trabalhadores estáveis. Assim, a constituição deste universo do trabalho

fragmentado, heterogêneo dificulta uma aglutinação de forças necessárias para uma ação política transformadora, pois reforça o caráter da natureza individual do trabalhador, fruto de uma maior especialização, como consequência da nova divisão social e técnica do trabalho.

Dessa forma, o capital ao se universalizar dificulta ainda mais a consolidação de uma consciência de classe, por parte dos trabalhadores, pois estes, com suas atividades segmentadas, pelo surgimento de novas funções e, com a incapacidade do movimento sindical dar conta dessas novas transformações, ao invés de pensarem coletivamente, eliminando a concorrência entre si, são obrigados a reforçá-la no seu cotidiano.

Assim, Antunes (2003) destaca que o movimento sindical tem se mostrado impossibilitado de lidar com estas mudanças, pois o sindicalismo vertical, herança do fordismo, é mais corporativo e está vinculado à categoria profissional, daí a necessidade de um sindicalismo mais horizontalizado, que possa aglutinar o conjunto dos trabalhadores, não apenas os “estáveis”, mas, também, os precários.

Com a emergência do trabalho parcial, precário, subcontratado, terceirizado, que não se enquadra à lógica dos trabalhadores do fordismo, percebe-se a necessidade de que o movimento sindical dê conta desse novo universo do trabalho e, no entanto, tal como está estruturado dificulta a organização dos novos segmentos que passam a incorporar a classe que vive da venda da força de trabalho.

O que se observa no Brasil é um sindicalismo defensivo, imerso em um horizonte corporativo, submetido à lógica do capital. Para Alves (2006b), este fenômeno demonstra uma crise estrutural do sindicalismo, que possui vínculos com a lógica do novo regime de acumulação do capital. “Essa nova cultura neocorporativa é não apenas expressão de uma *crise do sindicalismo*, mas explicita o surgimento de um *sindicalismo de crise*, uma forma de prática política e sindical incapaz de ir além da lógica do capital” (ALVES, 2006b, p. 465).

É nessa contextualidade que se verifica que diante da crise estrutural do capital, o sindicalismo não consegue ir além deste. Na prática, isto se manifesta no declínio nas taxas de sindicalização e na diminuição de eficácia da ação sindical, o que também foi verificado na área de pesquisa e será discutido no item 5.5.

Cabe destacar que a crise do sindicalismo no Brasil é reflexo da posição subalterna adotada pelo capitalismo brasileiro na mundialização do capital, principalmente, com a introdução dos novos padrões organizacionais-tecnológicos inspirados no toyotismo.

Nos anos 1980, começaram a vigorar, no Brasil, novas técnicas de administração da produção, uma nova lógica de racionalização e controle do trabalho, que já objetivava a conquista da subjetividade operária pela lógica do capital.

Aos poucos surgiu um novo padrão de flexibilidade vinculado ao toyotismo, porém ainda tímido, era o “toyotismo restrito” (ALVES, 2000), que dava origem a um novo complexo de reestruturação produtiva que tomaria maior impulso na década de 1990, constituindo o “toyotismo sistêmico”, que pela captura da subjetividade operária, moderna forma de controle do trabalho, levou a uma nova hegemonia do capital na produção.

O toyotismo sistêmico constituiu um novo modelo produtivo adequado à crise do sistema sociometabólico do capital. Contou com uma nova ideologia que passou a ser predominante no movimento sindical, estabelecendo parcerias com o capital, demonstrando, dentre outros fatores, que as entidades sindicais, de um modo geral, não eram mais capazes de potencializar uma ação política dos trabalhadores, reflexo também de uma derrota política da esquerda diante do neoliberalismo.

Para Alves (2000, p. 307), “a utilização da reestruturação produtiva é um recurso importante na luta do capital contra o trabalho organizado na produção, principalmente nos setores industriais, nos quais a organização operária é maior”.

O processo de reestruturação produtiva possui um agravante muito forte para os trabalhadores, que é o poder de desmobilizá-los sob a perspectiva de classe, o que se torna possível, pela captura da subjetividade operária. Assim, esse processo “tende a (des) construir os espaços da efetividade do trabalho organizado, subsumindo-o, principalmente no plano ideológico, à necessidade da valorização do capital (ALVES, 2000, p. 304).

É, justamente, o complexo de reestruturação produtiva, o grande responsável pela debilitação do poder sindical no Brasil, o que ficou evidente com a constituição de um precário mundo do trabalho.

Diante desse novo contexto, é importante entender que o processo de reestruturação produtiva ocorre em uma sociedade de classes, porém, sob uma nova forma de luta de classes, já que as instâncias de representação dos trabalhadores assumem novas posturas, pois há uma manipulação da subjetividade operária, em um contexto de dissolução de uma perspectiva classista. A esse respeito, Alves (2000) destaca:

Dessa forma, o processo de reestruturação produtiva é decorrente não apenas de alterações no padrão de concorrência intercapitalista, mas, principalmente, do processo de lutas de classes na produção. É, portanto, um componente importante na luta de classes, da constituição de uma nova hegemonia do capital na produção, indispensável - apesar de não suficiente - para recompor o padrão de acumulação capitalista no país. (ALVES, 2000, p. 304).

Este processo é dinamizado pelo neoliberalismo, tendo como consequências para o mundo do trabalho, o desemprego estrutural, a precarização dos empregos e dos salários, a introdução de um novo padrão de flexibilidade da produção, a descentralização produtiva e a flexibilização dos contratos de trabalho.

Com a introdução de novas tecnologias da microeletrônica na produção, várias profissões desapareceram, como ferramenteiros, soldadores. Dessa forma, a destreza manual perde importância e passa-se a valorizar a capacidade de raciocínio abstrato, para operar máquinas computadorizadas, além de aumentarem-se as exigências referentes a maior escolaridade.

A introdução dessas novas estratégias tecnológicas e organizacionais impunha a necessidade de criação de um novo tipo de operário, que fosse polivalente. Dessa forma, o capital também ganhava a vantagem de poder deslocar este operário de um setor para outro.

Diante desse contexto, de uma nova rotina do trabalho, o sindicalismo brasileiro, nos anos 1980, conseguiu se impor na luta política contra o capital, mas, no entanto, não conseguiu intervir nas estratégias de organização da produção e do trabalho.

Cabe ressaltar que a década de 1980 foi considerada como um período de explosão do sindicalismo no Brasil, ao contrário do que ocorria nos países do centro do capitalismo mundializado, como EUA, Japão, França, Itália, Alemanha, Suíça, Reino Unido, dentre outros. Antunes (2003) ressalta que nesses países ocorreu redução do número de greves, aumento do corporativismo, xenofobia, racismo, diminuição das taxas de sindicalização.

No Brasil, ao contrário dos países do centro, a contabilização da década de 1980, para o movimento sindical brasileiro, teve saldo positivo, pois ocorreram significativas transformações, conforme enfatiza Antunes (2003).

Houve um enorme movimento grevista; ocorreu uma expressiva expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços; deu-se continuidade ao avanço do sindicalismo rural, em ascenso desde os anos 70; houve o nascimento das centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983; procurou-se, ainda que de maneira insuficiente, avançar nas tentativas de organização nos locais de trabalho, debilidade crônica do nosso movimento sindical; efetuou-se um avanço na luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado; verificou-se um aumento do número de sindicatos, onde se sobressai a presença organizacional dos funcionários públicos; houve aumento dos níveis de sindicalização. (ANTUNES, 2003, p. 153).

Paralelamente, porém, a estas transformações que obviamente foram positivas para o movimento sindical, no Brasil, na década de 1980, não podemos deixar de mencionar o

corporativismo presente no movimento nesta mesma década que, diante do complexo de reestruturação produtiva mais pronunciado, na década seguinte, forneceria as bases para um neocorporativismo sindical.

Assim, surgiu o sindicalismo de participação, disposto a negociações, ou melhor, parcerias com o capital, diante do seu processo de reestruturação produtiva, em contraposição a um “sindicalismo de confronto”. Dessa forma, o final da década de 1980 presencia a derrota do sindicalismo classista.

Na década de 1990, sob a reestruturação produtiva, predomina o “sindicalismo de resultados”, que passava a privilegiar as greves por empresas e não mais as greves gerais por categorias, tal como ocorria em um “sindicalismo de confronto”.

O neocorporativismo propositivo trouxe significados ideológicos e políticos, que impulsionaram a ofensiva do capital na produção. Antunes (2003) aponta que era necessário um movimento sindical dotado de elementos necessários para combater a “acomodação social-democrática”, que aumentava seus laços político-ideológicos com o movimento sindical no Brasil, apresentando-se como única alternativa ao neoliberalismo.

O modelo do movimento sindical que se tinha no Brasil até os anos 1980 e início dos anos 1990 era herança da Era Vargas, com uma estrutura corporativa de Estado. Porém, após a Constituição de 1988, desapareceu a tutela do Estado sobre os sindicatos e o corporativismo de Estado originou um corporativismo de mercado, principalmente, setorial com a reestruturação produtiva.

Assim, em 1991 foi criada a Força Sindical - a partir de dissensos no interior da própria CUT - representando a manutenção da ordem e a sintonia com o capital (ANTUNES, 2003). No entanto, mesmo o sindicalismo mais combativo representado pela CUT passou a adotar uma postura de acomodação dentro da ordem.

Dessa forma, a prática sindical vigente nos anos 1990, não era mais de confronto e as estratégias sindicais para tratarem dos contratos de trabalho entre capital e trabalho assalariado, considerando a reestruturação produtiva, concentrou-se na prática da “concertação social”. De acordo com Alves (2000, p. 314), “na perspectiva da ‘concertação social’, o campo da produção perde o estatuto de antagonismo de classe, constituindo, deste modo, o *lócus* da convergência possível entre os interesses do capital e do trabalho”.

Tomando como exemplo a indústria automobilística no ABC paulista, onde desde os anos 1980 já se verificava o novo complexo de reestruturação produtiva, pode-se dizer que o movimento sindical passou por algumas fases, ou seja, já foi de resistência e também, de

“influência defensiva”, chegando a um sindicalismo marcado pelo neocorporativismo e participação. Nesse contexto, Alves (2006b) aponta

A adoção de um sindicalismo concertante, mais disposto a dialogar com o capital, nesses anos de “desertificação neoliberal”, decorreu da amplitude da crise objetiva do mundo do trabalho. O desemprego e a terceirização avassaladora abateram-se sobre a dinâmica (e estrutura burocrática) dos sindicatos. No momento em que a sociedade brasileira submergia na irracionalidade social do capitalismo neoliberal, com a ampliação do trabalho precário não-organizado e das formas diversas de irracionalidade social, o sindicalismo tendeu a se fechar em si, buscando, antes de tudo, se preservar como corporação social (o que explicaria de imediato a prática neocorporativa, o incremento do *setorialismo* sindical). (ALVES, 2006b, p. 463).

É nessa conjuntura que os sindicatos adotam uma postura de que a garantia do emprego, salários e condições de trabalho podem ser alcançados pela melhoria da produtividade, o que, por sua vez, poderia ser obtido com a “valorização” do trabalhador como parceiro do capital, em um contexto de captura da subjetividade operária. Assim, passa a vigorar a prática da participação dos trabalhadores em lucros ou resultados, de acordo com os seus esforços para aumentar a produção.

O sindicalismo propositivo caracteriza-se pela negociação antecipada, visando a discutir como quer trabalhar com o processo de reestruturação produtiva e não “como não quer”, o que seria uma atitude adequada em um sindicalismo de confronto. Ao adotar uma postura de parceria com o capital, ele nega a exploração, negando a exploração, nega o sujeito. Se não há sujeito da exploração, não há exploração, logo não se justifica as divergências entre classes.

Dessa forma, essa estratégia sindical tem como lógica “ilógica” estabelecer uma relação em que ambos - capital e trabalho - saem ganhando, pois as empresas ganhariam em aumento da produtividade e qualidade e os trabalhadores teriam mais liberdade nas negociações salariais. Essa nova prática sindical representou uma sujeição política e ideológica do trabalho ao capital, capturando e dissolvendo a consciência de classe contestadora à lógica do capital.

Além dessas novas estratégias sindicais, a década de 1990 também foi marcada por uma escassez de greves gerais por categoria, o que representa um sintoma da dificuldade de mobilização sindical, revelando uma debilidade da classe trabalhadora no embate contra o capital.

O neocorporativismo sindical, que prima pela defesa “isolada” de categorias e setores, passou a atuar também com políticas de participação nas câmaras setoriais - regulamentadas pelo decreto n. 96.056, de 19/05/1988, com o objetivo de se obter diagnósticos de competitividade por setor, identificar distorções e indicar estratégias de incremento econômico para o setor em que estão vinculados. Assim, as negociações deveriam ocorrer entre empresários, governos e representantes dos trabalhadores. Cada um defenderia sua categoria, com uma perspectiva de parceria entre os agentes envolvidos. Na prática, o que ocorreu foram disputas mascaradas entre os sindicatos, inclusive, entre os de uma mesma categoria, lutando por verbas específicas para o seu setor.

A Câmara Paulista do Setor Sucroalcooleiro foi criada em 1/11/1994 , visando a promover diagnósticos sobre diversos aspectos que envolvem a atividade, propor soluções para aprimoramento da atividade, considerando geração de emprego, renda e bem-estar social e acompanhar, junto aos órgãos competentes, a implementação das propostas emanadas da respectiva Câmara Setorial (TAKAGI, 2004).

Este autor aponta algumas discussões propostas pela Câmara Setorial do açúcar e do álcool, tais como:

compromisso da proibição da contratação de mão-de-obra infantil (Pacto dos Bandeirantes), a instituição da frota verde (obrigatoriedade do uso de motores a álcool para toda frota de carros do governo estadual), a discussão sobre a proibição das queimadas da cana-de-açúcar e a formulação e assinatura do Pacto pelo Emprego no Agronegócio Sucroalcooleiro, em 17/8/99. (TAKAGI, 2004, p. 45).

A respeito do Pacto do Emprego é importante ressaltar que este resultou de uma discussão entre os governos federal e estadual, produtores rurais, empresários do setor sucroalcooleiro e automobilístico e entidades de representação dos trabalhadores que, na verdade, visava a um acordo para solucionar a crise de excesso de ofertas e baixos preços. Dessa forma, o objetivo principal era recuperar o preço. O cenário que estava colocado em 1997 era a suspensão da produção de álcool. Assim, a intervenção do Estado ocorreu de forma que atendeu à reivindicação dos empresários do setor e, em contrapartida, negociou a garantia do emprego.

Este é um exemplo de negociação em que há um fórum tripartite (governo, trabalhadores e empresários), tal como o “Acordo das Montadoras” vigente de 1992 a 1995, uma forma de negociação com a ofensiva do capital na produção. Para Alves (2000), essas estratégias expressam a crise do sindicalismo no Brasil, que se manifesta pela incapacidade

dos sindicatos se contrapõem à lógica do capital ou de irem além de um comportamento protecionista, pois o neocorporativismo instalou-se no movimento, desde a última década do século XX. Nesse contexto, a criação das câmaras setoriais no Brasil “reconhece ao capitalista o direito de existir, e de explorar, contanto que pague um reajuste mensal [...]. Desse modo, reconhece o dever de os trabalhadores serem explorados pelos capitalistas, contanto que estes se obriguem a respeitar algumas condições” (ALVES, 2000, p. 341).

A respeito dos sindicatos compartilharem com os pactos sociais, Carvalhal (2000) faz a seguinte reflexão:

A participação do movimento sindical nos pactos sociais significa a unificação das metas das empresas às metas dos trabalhadores, cabendo aos sindicatos o papel de reivindicar menos para não prejudicar a competitividade das empresas, dessa forma, para o Capital melhor do que acabar com os sindicatos é transformá-los em escolas de neoliberalismo. (CARVALHAL, 2000, p. 92).

Dessa forma, o que está explicitado é que as estratégias sindicais adotam como horizonte não apenas o local de trabalho, mas a empresa, com tendências de constituição de um sindicalismo por empresa, ocorrendo a incorporação do comprometimento com ideais corporativos. Os trabalhadores submetem-se às estratégias do capital, com postura sindical defensiva de negociação por setores. O perigo dessa prática é que ela pode levar o movimento sindical a perder, aos poucos, sua capacidade de intervenção e de criar estratégias para com o mundo do trabalho como um todo.

Essa nova conjuntura que marca o movimento sindical, na virada do século XXI, revela um problema ideológico no tocante à luta de classes, pois há uma subordinação política e ideológica do trabalho à lógica do capital. Essa é a nova postura sindical diante da mundialização do capital.

O destino do sindicalismo, diante da mundialização do capital e da hegemonia do capital financeiro, vai depender da capacidade política e ideológica do mundo do trabalho. Nesses termos, Alves (2006, p. 474) enfatiza “[...] apenas um novo Estado e bloco de poder político hegemônico poderá dar sentido progressivo à luta sindical - e resistência de classe - do mundo do trabalho. É algo que transcende o mero aspecto econômico corporativo”.

A crise do sindicalismo no Brasil, que se estende por este início de século, revela que o sindicalismo, por meio da prática defensiva, encontrou seus limites estruturais, diante dos limites da crise estrutural do capital, carecendo de utopia social (ALVES, 2006), tal como no final dos anos 1970 e década de 1980. Para o autor, o sindicalismo necessita também de um

partido de classe, capaz de representar os interesses dos trabalhadores, já que a crise do sindicalismo na década de 1990 era também uma crise do partido de classe.

Dessa forma, a prática sindical defensiva e neocorporativa engendrada, ao longo dos anos 1990, e que vem se estendendo, neste início de século, revela que o sindicalismo brasileiro, tal como tem reagido - entenda-se se defendido – às ofensivas do capital, tende a um esvaziamento de sua dimensão política, ao afastamento da luta de classes, já que até participa com o capital, através da negociação por segmentos. Assim, compromete seu caráter de instrumento social e político de contestação à ordem capitalista, mais por questões político-ideológicas do que por sua organização em si.

Como fizemos considerações mais amplas sobre o movimento sindical, no próximo item, trataremos mais especificamente a estrutura e a organização sindical no Governo Lula (Primeiro Mandato: 2003-2006; Segundo Mandato: 2007-2010), observando as mudanças na legislação sindical e trabalhista que implicam diversos desdobramentos para a classe trabalhadora, a partir da legitimidade de práticas cupulistas que, por exemplo, transferem, para as centrais sindicais, o poder de negociação dos trabalhadores, com um novo pacto, o da adesão à flexibilização/precarização do trabalho.

5.3 Novos rumos do sindicalismo e da precarização do trabalho no Governo Lula - 2003-2010

A estrutura sindical vigente nos dias atuais resulta da sistematização de uma vasta legislação trabalhista implantada por Getúlio Vargas no período de 1934 a 1943, com poucas modificações. Assim, torna-se importante mencionar a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, criada com o Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, que passou a vigorar a partir de 10 de novembro de 1943. Com a CLT definiu-se a estrutura da organização sindical no Brasil.

As principais conquistas posteriores à CLT não são muito numerosas, entre elas as mais importantes referem-se à extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, por meio da Lei 4.214 de 2 de março de 1963.

De acordo com Constituição Federal de 1988, Artigo 8º, parágrafo III, ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas. A partir do artigo 7º da Constituição, os trabalhadores

rurais foram equiparados aos urbanos. Cabe ressaltar, também, que a Constituição de 1988 resultou na fundação de milhares de sindicatos por todo o país.

A estrutura da organização sindical oficial no Brasil baseia-se no princípio da unicidade sindical. Dessa forma, em termos práticos, só pode haver um único sindicato da mesma categoria para uma mesma base territorial, sendo a base mínima o município, porém, pode haver mais de um município, até mesmo todo um estado da federação ou, ainda, uma base nacional.

Nesse contexto, cabe ressaltar que a estrutura sindical brasileira é formada em primeira instância pelos sindicatos, em segundo pelas federações - visto que a filiação de, no mínimo, 5 sindicatos permite a constituição de uma federação - e a confederação, por sua vez, pode ser constituída por no mínimo 3 federações. As centrais sindicais constituem a maior unidade representativa na organização sindical.

Além dos limites estruturais do sindicalismo corporativo, é necessário ainda atentar para o fato de que, embora a estrutura sindical brasileira tenha a conformação descrita acima, são os sindicatos que, na sua base territorial, têm proximidade com os problemas dos trabalhadores e não as federações ou confederações, já que estas estão distantes e, muitas vezes, isoladas dos trabalhadores da base. A esse respeito, Coletti (1996) destaca que

[...] são os sindicatos de trabalhadores – e não as federações, nem tampouco a confederação – as entidades que devem (e podem efetivamente) conduzir a organização e luta dos trabalhadores, tendo em vista sua proximidade com problemas cotidianos do mundo do trabalho. Se os sindicatos têm de ser substituídos nessas tarefas pelas federações e/ou pela confederação, alguma coisa está errada no que diz respeito à representatividade real tanto de uma como da outra entidade. (COLETTI, 1996, p. 60-61).

Diante do exposto, é necessário acrescentar à discussão o fato de que a conformação da estrutura sindical no Brasil ganha novos e negativos contornos com a flexibilização sindical e trabalhista implementada pelo Governo Lula. Torna-se importante mencionar o reconhecimento das centrais sindicais, com a aprovação do Projeto de Lei 1990/2007, que originou a Lei 11.648/2008, alterando a CLT. Assim, no parágrafo único do artigo primeiro da referida lei, “considera-se central sindical, para os efeitos do disposto nesta Lei, a entidade associativa de direito privado composta por organizações sindicais de trabalhadores”.

A partir de então, as centrais sindicais deverão cumprir os seguintes requisitos: filiação de, no mínimo, 100 sindicatos distribuídos nas 5 regiões do País; filiação em pelo menos 3 regiões do país, com no mínimo, 20 sindicatos em cada uma;

filiação de sindicatos em, pelo menos 5 setores de atividade econômica; e filiação de sindicatos que representem, no mínimo, 7% do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional.

Outra mudança merece ser destacada. Essa altera o artigo 589 da CLT que dispõe sobre o financiamento das entidades sindicais. O imposto sindical passa a ter a seguinte distribuição nas entidades de trabalhadores: 5% para a confederação, 10% para a central sindical, 15% para a federação, 60% para o sindicato de base e 10% para a “Conta Especial de Emprego e Salário”, cuja destinação na antiga redação da CLT era de 20%, uma vez que as centrais não tinham direito ao imposto sindical recolhido.

Existem hoje no Brasil 18 centrais sindicais cadastradas, porém, 12 não foram reconhecidas pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, a princípio por não atenderem aos requisitos. As centrais sindicais reconhecidas pelo Ministério foram: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Nova Central Única dos Trabalhadores (NCUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

Com o sancionamento da lei 11.648/08, que garante às centrais participação na distribuição do imposto sindical, uma previsão que se pode fazer é de que ocorra uma proliferação de centrais sindicais, já que em 2008, mais de R\$ 55 milhões foram rateados entre as 6 centrais reconhecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Assim há uma tendência de que mais centrais lutem pelo seu reconhecimento já objetivando sua participação neste rateio. A interferência do Ministério na organização sindical poderá resultar em uma fragmentação ainda maior à base de representação dos trabalhadores

A CUT é a central que conta com o maior número de sindicatos filiados. São 1634 sindicatos com registro ativo. Em segundo lugar, vem a Força Sindical, com 940 sindicatos filiados com registro ativo no Cadastro Nacional das Entidades Sindicais do Ministério do Trabalho e do Emprego, até 10/2/2009.

Até esta mesma data, constatou-se, que existem no Brasil 12.167 sindicatos com registro ativo no cadastro supracitado, sendo 3.920 sindicatos de empregadores e 8.247 sindicatos de trabalhadores⁴³. A respeito dos sindicatos dos trabalhadores, vale lembrar que

⁴³ Cabe destacar que este número varia quase que diariamente, o que é possível verificar por meio do acesso ao Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, painel de acompanhamento da atualização sindical do Ministério do Trabalho e Emprego, disponível em http://www.mte.gov.br/cnes/painel_atualizacao.asp. De acordo com esta fonte, em 19/2/2009 o número de sindicatos de empregadores já totalizava de 3.928 e o de trabalhadores totalizava 8.256 sindicatos, perfazendo um total de 12.184 sindicatos no Brasil, 17 sindicatos a mais que 9 dias antes (10/2/2009).

4.393 sindicatos são filiados a centrais sindicais e 3.854 não são filiados. Ainda a respeito dos sindicatos dos trabalhadores, são 5.985 sindicatos que representam trabalhadores urbanos e, 2.262 sindicatos, em todo o país, que representam trabalhadores rurais. Quanto aos sindicatos dos empregadores, encontram-se com registro ativo 2.865 sindicatos que representam empregadores urbanos e 1.055 representando empregadores rurais, conforme informações disponíveis no Cadastro Nacional das Entidades Sindicais do Ministério do Trabalho e do Emprego.

Essas diversas alterações nas leis trabalhistas debilitam a classe trabalhadora em suas múltiplas formas de organização, pois pensando no tripé Capital x Trabalho x Estado, assiste-se ao Estado brasileiro fortalecer os diversos atores ligados ao capital. A classe trabalhadora, por sua vez, tem seus direitos cada vez mais restritos, restando-lhes como garantia perante a lei 11.648/2008, participar de fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, de acordo com o foco da discussão se referir aos interesses dessa classe. Dessa forma, o que está posto é que numa relação de suposta democracia, a classe trabalhadora, pode manifestar-se, desde que cumpra os acordos com o capital, salvaguardados pelo Estado.

Alves (2006b, p. 464) salienta que “a crise do mundo do trabalho não se resolve por meio de qualquer reforma sindical. Na verdade, em si, ela tende a iludir o movimento sindical sobre suas perspectivas no contexto da crise do capital no século XXI”.

Nesse contexto, Antunes (2006) destaca que a flexibilização da legislação do trabalho no Brasil, significa aumentar ainda mais a precarização e a destruição dos direitos sociais duramente conquistados pela classe trabalhadora. Assim, a respeito da reforma sindical, o autor enfatiza:

Trata-se, portanto, de uma “reforma” que preserva e intensifica o verticalismo, o cupulismo, o burocratismo das centrais sindicais, tolhendo o nascimento de novos organismos de base e restringindo ainda mais a ação autônoma dos trabalhadores. Se cabe ao Governo Lula fazer mais esta (contra) reforma, devemos acrescentar: triste o país em que um governo burguês (Vargas) criou, sob pressão operária, a nossa legislação social e um governo de origem operária (Lula), sob pressão burguesa, parece servilmente disposto a destruí-la). (ANTUNES, 2006, p. 47).

Outra medida do governo Lula foi a publicação da Medida Provisória 410/2007 que originou a Lei 11.718/2008. Essa MP de 28/12/2007 alterou o conteúdo da lei 5.889/1973, determinando que o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo, num período que superar dois meses um ano fica convertido em contrato de trabalho por prazo indeterminado. Dessa

forma, o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo não necessita ser anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social ou em Livro ou Ficha de Registro de Empregados.

Azevedo (2008) faz a seguinte análise a respeito MP 410, destacando que a mesma:

[...] permite ao empresariado rural a flexibilização da lei, uma vez que amortiza a corrida contra o trabalho escravo, assim como a regularização das relações de trabalho no campo, pois fica fácil para os patrões alegarem que o trabalho é de curta duração, não se comprometendo com as obrigações trabalhistas, o que, fato, já acontecia antes da MP, fica agora amparado judicialmente. Tal aspecto é particularmente interessante, em especial no caso da atividade canavieira, em que temos safras sazonais, quando significativa parte dos trabalhadores estão dispensados temporariamente. Nessas circunstâncias, as agroindústrias poderão intensificar a contratação de trabalhadores em regime de curta duração e reduzir o número de trabalhadores fixos na entressafra. (AZEVEDO, 2008, p. 169).

Convém destacar que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, (CONTAG) foi favorável a esta medida, no entanto, foi contestada pelos movimentos sociais, como a Via Campesina e, também, pela FERAESP. Esta medida agravaria a precarização das relações de trabalho no campo, além de dificultar a fiscalização do trabalho escravo.

Nesse contexto, a MP 410 foi convertida na lei 11.718 de 10/6/2008 que, por sua vez, foi considerada pela FETAESP como benéfica para os trabalhadores na agricultura, entendendo que os trabalhadores não têm prejuízo em seus direitos. Na verdade, a lei apenas abrandou a questão da dispensa em carteira assinada, conforme previra a medida provisória que a originou.

Assim, a Lei 11.718/2008 confirma a criação do contrato de trabalho por pequeno prazo (superior a 2 meses, dentro do período de 1 ano), sendo de competência do empregador a inclusão do trabalhador na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP. Assim, o contrato de trabalho deverá ser formalizado mediante a anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social e em Livro ou Ficha de Registro de Empregados ou mediante contrato escrito, onde conste expressa autorização em acordo coletivo ou convenção coletiva. Além destas questões, a lei ainda cria normas transitórias para a aposentadoria do trabalhador rural e prorroga o prazo dos contratos de financiamentos rurais.

Podemos constatar pela menção a estas medidas provisórias e leis – algumas, inclusive, alteram a própria CLT – que, devido a um movimento mais amplo de globalização da economia, o capital exige uma adequação às exigências de seu sistema global, implicando

a destruição dos direitos dos trabalhadores. Assim, no Brasil, o que se iniciou no governo Collor (16/3/1990-30/9/1992), seguiu no Governo FHC (1/1/1995 – 1/1/2003) e está se consolidando no Governo Lula (desde 1/1/2003) é um verdadeiro desmonte de todos os direitos conquistados arduamente pelos trabalhadores em suas lutas, o que se confirma com a flexibilização da legislação social e trabalhista, na prática, significa intensificação da precarização do trabalho.

Dito isto, para que se tivesse clareza de quão precarizadas estão as relações de trabalho no Brasil, com o aval das leis que a legitimam e, considerando a questão sindical central para se entender as relações de trabalho, antes de adentrarmos especificamente nas entidades sindicais que representam os trabalhadores envolvidos na atividade canavieira na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, discutiremos, no próximo item, a constituição do movimento sindical no campo no Brasil e mais, especificamente, a formação e o conflito existentes entre as duas federações que representam os trabalhadores no campo paulista, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP), que congrega os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), que congrega os Sindicatos de Empregados Rurais (SERs).

5.4. O sindicalismo rural no Brasil: o conflito FETAESP x FERAESP e a (des)representabilidade dos trabalhadores no campo paulista

Partindo do pressuposto de que a estrutura sindical brasileira é hierárquica, conforme já destacado no item anterior, e de que os sindicatos são entidades de primeiro grau, e de que as federações, assim como as confederações são entidades de grau superior e, de que agora contam também com o reconhecimento das centrais sindicais, cabe ressaltar que os sindicatos que representam trabalhadores rurais, na nossa área de estudo, bem como em todo o estado de São Paulo, estão representados por federações.

Dessa forma, as entidades de trabalhadores rurais no Estado de São Paulo devem ser compreendidas no âmbito de duas federações de trabalhadores, a saber: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP) e a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP). É importante observar a atuação dessas entidades junto às categorias de trabalhadores do setor sucroalcooleiro, as práticas corporativas e quais os reflexos das divergências político-ideológicas para a organização dos trabalhadores deste setor.

Para se constituir uma federação é necessária a filiação de, no mínimo, 5 sindicatos do mesmo grupo e, normalmente tem base estadual, podendo, excepcionalmente, ser de base nacional. É de competência das federações representar, coletivamente, os interesses dos sindicatos do seu grupo, colaborando com o Estado no estudo e solução dos problemas com eles relacionados; arrecadar parcela que lhes cabe no imposto sindical (quinze por cento do valor arrecadado); celebrar contratos coletivos e instaurar dissídios coletivos, na falta de sindicatos representativos das categorias interessadas.

Cabe destacar que o movimento sindical no campo no Brasil ganhou forças na década de 1960 em um momento conturbado da história política no Brasil, com o Golpe Militar de 1964, concomitantemente ao avanço da penetração do capitalismo no campo, com o processo de modernização da agricultura.

Dessa forma, a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), juntamente com as Ligas Camponesas, desde meados da década de 1950 participaram de movimentos em defesa dos direitos dos trabalhadores. As Ligas Camponesas surgiram em 1955 no Engenho da Galiléia em Pernambuco, com 140 famílias e são consideradas uma das organizações precursoras do MST, ao defender a reforma agrária e os direitos dos trabalhadores rurais. De forma geral, as ligas contestavam a estrutura fundiária concentrada e a monocultura.

No início da década de 1960, a ULTAB era ligada ao Partido Comunista e Franco Montoro, Ministro do Trabalho e Previdência Social de 1961 a 1962, membro do Partido Democrata Cristão, promoveu a decolagem do sindicalismo rural no Brasil e, em particular em São Paulo. Cabe ressaltar, que Franco Montoro estimulou a criação de sindicatos de corrente católica. Antes de 1964, as tentativas de criação de sindicatos rurais ocorreram em função dos interesses da Igreja e de partidos políticos que desejavam se contrapor à organização das Ligas Camponesas, conforme destaca Graziano da Silva (1997).

Julião (1962) destaca que a maior parte das tentativas das organizações camponesas ocorreu para constituir os sindicatos rurais pois, segundo o autor, eles eram os instrumentos mais eficazes para os trabalhadores se comparados às ligas camponesas. Nesse contexto, o autor enfatiza na *Carta de Alforria ao Camponês* que um dos caminhos para que o trabalhador rural tivesse direito à liberdade, cujo significado seria o direito a terra, pão, escola, enfim, dignidade, seria o sindicato. Ao referir-se aos trabalhadores rurais o autor diz que

[...] O teu caminho é o sindicato. O operário já tem. Mas tu ainda não tens. E quando tens não voga. Porque o latifúndio não quer. E o Governo não deixa. Quando se funda um, o latifúndio mostra os dentes. Põe a polícia junto. Amedronta o padre. Porque para o padre o Sindicato Rural é comunismo. [...] Surge então uma barreira maior: o Ministério do Trabalho. O tempo se fecha. Há sempre um deputado ou um senador na porta do Ministro. É um espoleta do latifúndio. [...] O sindicato só sai se tu te unires ao teu irmão. Se aprenderes a votar. Ou se fizeres a greve. Largando a enxada. Arriando a foice. Deixando o trabalho. Marchando para a cidade. Cem. Mil. Dez mil. Todos. Gritando para o juiz, o Prefeito, o Delegado, o Padre: “QUEREMOS O SINDICATO”. Esta é a receita para ganhares o Sindicato. E o Sindicato é o guia que te ensina o caminho da liberdade. (JULIANO, 1962, p. 73-74, grifos do autor).

Desse modo, devido aos empecilhos políticos, até 1960 não existiam mais que 8 sindicatos rurais reconhecidos no Brasil, conforme destaca Thomaz Jr (1998). Porém, em 1962, foi regulamentado o sindicalismo rural no Brasil, ano que marca, também, a oficialização do surgimento da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP).

Thomaz Jr (1998) ressalta que nesse quadro de divergências político-ideológica-organizativas, o Estado institucionalizou a sindicalização rural e as mudanças se fizeram sentir, uma vez que

a partir de então, cresceu rapidamente o número de sindicatos, sendo que, entre 1962 até meados de 1963, já existiam 800 entidades sindicais e cerca de 500.000 camponeses organizados nas Ligas em 10 Estados. Às vésperas do golpe militar de 1964, o número de sindicatos chegava a 1.200 e 42 Federações. (THOMAZ JR, 1998, p. 03).

Em dezembro de 1963 foi constituída a CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), por meio das Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) existentes na época. O movimento sindical rural estava se organizando neste período, porém o Golpe Militar de 1964, com a deposição do então presidente João Goulart, representou uma derrota para a organização do movimento sindical.

Thomaz Jr (1998) destaca que ainda em 1962, com a institucionalização da sindicalização rural, reduziu-se para quatro o número de categorias profissionais rurais para enquadramento: assalariados (trabalhadores na lavoura); pequenos produtores autônomos (arrendatários, meeiros, parceiros, foreiros); pequenos proprietários e posseiros, o que se instituiu de forma plena com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963. Porém, em 1965, o governo militar unificou todas as categorias, por meio dos Sindicatos dos

Trabalhadores Rurais (STR), que em nível estadual deveriam ser representados pela Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (FETAG's).

Com a institucionalização da estrutura sindical rural houve uma expansão do número de sindicatos no campo, mesmo havendo repressão do regime militar. Como destaca Coletti (1996), porém, esse crescimento foi meramente burocrático e desvinculado da luta dos trabalhadores.

O assistencialismo utilizado como pretexto para trazer os trabalhadores para a luta converteu-se em prática sindical no meio rural. Nestes termos, Coletti (1996) faz a seguinte observação:

[...] **a prática do sindicalismo oficial rural** - sindicatos, federações, confederação – constituída sobretudo após abril de 1964 e na década de 70, tendo em vista, suas características fundamentais – legalismo, prudência, imobilismo, clientelismo e assistencialismo, convertido num fim em si mesmo – **caracteriza-se por ser, embora não exclusiva, mas hegemonicamente conservadora.** (COLETTI, 1996, p. 60, grifos nossos).

Nesse contexto, os dirigentes sindicais rurais, na prática, defendiam seus próprios interesses e os STRs lidavam com a problemática de representarem interesses diversos das duas principais categorias que representavam, os assalariados rurais e os pequenos produtores, um dos argumentos utilizados na década de 1980, durante a fundação dos SERs e da FERAESP.

Após março de 1964, a maioria dos sindicatos mais combativos foram fechados com objetivo de não serem reabertos, vários dirigentes foram presos, alguns permaneceram foragidos ou ocultos no anonimato; prevaleceram entidades ligadas à Igreja com atividades eminentemente assistenciais, conforme destaca Graziano da Silva (1997).

Ainda baseado nesse autor, a primeira diretoria da FETAESP, após o Golpe Militar, tomou posse em 17/5/65, com José Rotta na presidência, defensor de ações conciliatórias e do não enfrentamento trabalho x capital, defendendo também os princípios da Igreja. Em 1972, o presidente da FETAESP era Roberto Horiguti, oriundo do STR de Presidente Prudente, manteve-se na gestão de 1975/78 - quando houve o primeiro dissídio coletivo⁴⁴ para trabalhadores rurais do Estado de São Paulo - e na sua terceira gestão de 1978/81, a federação

⁴⁴ Dissídio coletivo trata-se de um processo instaurado junto ao Tribunal Regional do Trabalho que deverá analisar e julgar cláusulas celebradas na convenção coletiva, podendo anular algumas e homologar parcialmente outras. O pressuposto do dissídio coletivo é o esgotamento das negociações entre as partes. (CARNEIRO JR, 2008). Para maiores informações, consultar artigo 114 da Constituição Federal e artigos 856 a 871 e 873 a 875 da CLT e sobre convenções coletivas de trabalho, artigos 611 a 625 da CLT e artigo 7, XXVI da CF.

enfrentou severas transformações que marcariam a atuação dos STRs paulistas, pois além do dissídio, a previdência começou a ser rediscutida pelo movimento sindical rural e, em 1980, incorporou a questão da luta pela terra, considerando os conflitos de terras, como os já existentes no Pontal do Paranapanema. Graziano da Silva (1997, p. 31) enfatiza que, em 1979, com a divisão dos STRs em grupos regionais, o grupo regional da Alta Sorocabana (Presidente Prudente) passou a agir mais na questão da terra: “várias manifestações em Presidente Prudente e Teodoro Sampaio, tanto de pequenos produtores, como de posseiros foram realizadas com o apoio físico e material da diretoria da FETAESP⁴⁵.”

No início dos anos 1980, a FETAESP já demonstrava dificuldades em lidar com suas principais frentes de luta, o que ficou evidente na oposição que surgiu para a disputa da 8ª diretoria da FETAESP (1981/84). Embora Horiguti tenha sido reeleito, em sua quarta gestão ficaram claras as dificuldades desta federação de trabalhadores na agricultura para lidar com questões como reforma agrária, luta dos assalariados pelo cumprimento dos direitos trabalhistas e dos pequenos produtores. Isto ocorreu mesmo com a integração da FETAESP à CONTAG, que representou uma postura mais ativa frente a estas questões, com um cunho mais progressista. Porém, como destaca Coletti (1996, p. 174), “pouco adiantaria uma federação com perfil progressista e combativo, se assentado sobre um conjunto de sindicatos retrógrados e apáticos”.

Ainda no início desta década, surgiu uma preocupação do movimento sindical com os trabalhadores volantes, por um grupo de oposição, despontando o nome de Élio Neves, atual presidente da FERAESP. Esse grupo criticava a omissão da FETAESP e dos STRs em relação às condições de transporte dos bóias-frias no Estado de São Paulo.

Em 1983 a luta sindical rural adquiriu novos contornos, pois os usineiros da região de Ribeirão Preto alteraram o sistema de corte de 5 para 7 ruas, proposta interessante para aqueles, porém para os trabalhadores exigia um esforço físico muito maior. Como esse sistema se mantivesse na safra seguinte, a insatisfação dos trabalhadores gerou a Greve de Guariba⁴⁶, em 14/5/1984, considerado o principal levante urbano de trabalhadores no campo no Estado de São Paulo. Em 17/7/1984 foi celebrado o acordo coletivo de trabalho, que

⁴⁵ A linha mais progressista da FETAESP nessa época era composta por ex-dirigentes sindicais, a exemplo de Inácio Albertini, um dos fundadores do STR de Regente Feijó e da FETAESP, entrevistado por nós durante trabalho de campo e, cujas reflexões a respeito da relação capital x trabalho no setor sucroalcooleiro na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, traremos no item 5.5.1 deste trabalho.

⁴⁶ Para maiores informações sobre a Greve de Guariba consultar Gebara; Baccarin (1984), Oliveira (1984), Graziano da Silva (1997), Thomaz Jr (2002a), dentre outros. Cabe destacar que durante o conflito ocorreram protestos violentos com repressões mais violentas ainda, com incêndios a canavial, saque a supermercado, destruição de prédios, da SABESP e houve intervenção da tropa de choque, resultando na morte de um trabalhador e vários feridos.

restabelecia o sistema de corte novamente para 5 ruas, fornecimento de EPIs e de ferramentas de trabalho gratuitamente ao empregado, transporte gratuito, dentre uma série de outras cláusulas, sendo que várias não foram cumpridas. Nesse contexto, para Graziano da Silva (1997, p.154), “a importância maior do Acordo de Guariba está na sua forma de implantação: ele foi assinado no epicentro da greve por pessoas diretamente envolvidas nela [...] O acordo de Guariba representou [...] a semente de um novo sindicalismo rural que estava emergindo”.

A greve de Guariba, além de outras movimentações de trabalhadores - tanto de apanhadores de laranja, como dos próprios canavieiros - que ocorreram em outros municípios do Estado de São Paulo - inclusive em Teodoro Sampaio, município de nossa área de estudo, onde se encontra instalada a Destilaria Alcídia - demonstraram extraordinária capacidade de mobilização e luta dos trabalhadores rurais, além da necessidade de criação de novos sindicatos ou desmembramentos da base, como formas de conter dirigentes “pelegos”. Thomaz Jr (2002a) destaca que a própria FETAESP passou a estimular a ascensão de oposições sindicais, porque acuada temia perder o “comando”, além de territórios para a CUT. O sindicato de Guariba ficou conhecido como o primeiro sindicato rural cutista e esta central acreditava que este sindicato abriria as portas para um novo modelo de sindicalismo no campo paulista.

Coletti (1996), ao discutir a estrutura sindical no campo, mais especificamente a organização dos empregados rurais na região de Ribeirão Preto, ressalta que a greve de Guariba, bem como outras que se seguiram tiveram um importante significado político-ideológico, por terem surgido por fora da estrutura sindical oficial, independente dos STRs e de seus dirigentes, pois não houve nenhuma organização político organizativa-prévia por parte do movimento sindical e, somente após deflagrada a greve, ocorreu a tentativa de trazê-la para o interior do sindicalismo rural oficial. Nesses termos, o autor destaca:

Se, por um lado, as conquistas econômicas decorrentes dessa cadeia de mobilizações de assalariados rurais temporários paulistas durante o ano de 1984 foram rapidamente pulverizadas pela inflação e pelo descumprimento dos acordos assinados, por outro, essas greves tiveram um importante significado político-ideológico. Em primeiro lugar porque representaram para os trabalhadores a redescoberta da greve como instrumento efetivo por melhores condições de vida e trabalho. Em segundo lugar porque foram capazes de revelar a incapacidade político-organizativa e a predominância do assistencialismo e do peleguismo no interior do sindicalismo oficial rural do Estado de São Paulo, não obstante a boa vontade de alguns dirigentes isolados. Novas lideranças surgidas no bojo do movimento darão origem às oposições sindicais e algumas destas sairão vitoriosas nas disputas das direções dos sindicatos oficiais com os velhos dirigentes pelegos. (COLETTI, 1996, p. 157).

Diante dos conflitos na relação capital x trabalho no campo paulista nos anos que se seguiram e tendo em vista as dificuldades que as lideranças sindicais mais combativas enfrentavam com o peleguismo que marcava a estrutura oficial do sindicalismo rural paulista, e da promulgação da Constituição Federal em 1988 que, em seu artigo 8, inciso I declara: “É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical”, aumentaram as facilidades para a criação de novos sindicatos, o que não necessariamente, implica a mesma facilidade para seu reconhecimento oficial.

Dessa forma, a promulgação da constituição, aliada à discussão de algumas lideranças sindicais rurais que defendiam a criação de sindicatos exclusivos de assalariados rurais no estado de São Paulo, dadas as distintas reivindicações de trabalhadores assalariados e pequenos produtores, foram criadas as condições para o surgimento dos SERs e da FERAESP, em abril de 1989.

Os SERs surgiram, a princípio, para eliminar o conflito existente na estrutura dos STRs entre pequenos produtores e trabalhadores assalariados rurais. Porém, muitos pequenos produtores passaram também a ter em suas propriedades, trabalhadores assalariados rurais, o que demonstrava contradição de seus interesses que eram igualmente defendidos pela FETAESP, tanto quanto deveriam ser os dos trabalhadores.

Nesses termos, Coletti (1996) destaca que o argumento para a criação dos novos sindicatos, bem como uma nova federação que os representasse não se sustenta justamente na sua área de criação, ou seja, na região de Ribeirão Preto. Dessa forma, para o autor, o surgimento dos SERs e da FERAESP teria um sentido mais profundo, inclusive ideológico, representando uma manobra promovida pelas lideranças mais combativas do sindicalismo rural paulista para fugir da lógica da FETAESP e de suas ações embebidas pelo peleguismo, um efeito da dependência da estrutura sindical oficial do Estado.

Naquela conjuntura, foi declarado o conflito entre a FERAESP e a FETAESP; de um lado, as lideranças mais combativas ligadas à CUT e, de outro, as diretorias caracterizadas pelo peleguismo da FETAESP.

Foi nesse contexto que surgiram os sindicatos de empregados rurais, alguns em função da alteração do estatuto dos sindicatos de trabalhadores rurais; outros, foram fundados em municípios onde inexistiam sindicatos, visto ser proibido por lei a existência de mais de um sindicato da mesma categoria em um mesmo município; além de outros que foram fundados a partir de desmembramentos na base dos próprios SERs. Dessa forma, os SERs deveriam ser

representados por sua respectiva federação, ou seja, a FERAESP, porém, por problemas jurídicos quanto ao reconhecimento legal, vários sindicatos que se transformaram em SERs passaram novamente à condição de STRs.

O número de sindicatos representados pela FETAESP e FERAESP passou por muitas alterações ao longo dos anos. Assim, a FETAESP, já chegou a ter 230 sindicatos filiados conforme apontou Rubens Germano, presidente do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Venceslau e Marabá Paulista⁴⁷. De acordo com o Jornal *Força On line* (de 27/12/2008), a FETAESP conta com 150 sindicatos filiados no estado de São Paulo, representando 200.000 agricultores familiares e 800.000 trabalhadores assalariados, dos quais 300.000 seriam assalariados da cana.

Porém, estes dados são divergentes dos apresentados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através do Sistema Integrado de Relações do Trabalho, pois de acordo com esta fonte, há um total de 152 sindicatos rurais reconhecidos pelo MTE em todo o Estado de São Paulo, entre STRs e SERs, sendo que desse total, 116 são filiados à FETAESP (SIS/MTE, 22/7/2007).

Cabe destacar que, de acordo com informações do Sistema de Informações Sindicais do Ministério do Trabalho (SIS/MTE), em 22/5/07, dos 152 sindicatos ligados ao campo entre STRs, SERs, Sindicatos dos Trabalhadores e Empregados Rurais (STER) e Sindicatos dos Empregados Assalariados (SEARs), 13 eram cutistas e desses, 7 SERs e 6 STRs. Os outros 32 sindicatos eram ligados à Força Sindical.

A FERAESP, por sua vez, possui 70 sindicatos de empregados rurais a ela filiados, de acordo com Rubens Germano (2008). Acrescente-se que, segundo Hélio Neves (2009), presidente da FERAESP, são 70 sindicatos filiados à FERAESP em 200 municípios, além de que a federação presta assistência a 3.000 famílias assentadas no Estado de São Paulo, distribuídas em 50 núcleos de assentamentos.

Há um conflito declarado entre essas duas entidades de representação dos trabalhadores que prejudica o rumo das negociações, em que os maiores interessados são os próprios trabalhadores, representados por elas (as federações), por meio dos sindicatos rurais a que são filiados.

Nesse contexto, Azevedo (2005), ao estudar a atividade canavieira e as relações de trabalho nas regiões do Pontal do Paranapanema e Nova Alta Paulista (SP) reafirma:

⁴⁷ Entrevista realizada em janeiro de 2008.

Dessa forma, evidencia-se um conflito “declarado” entre as entidades de representação dos trabalhadores: FETAESP x FERAESP, as quais lutam por garantir sua institucionalidade e representabilidade junto à classe trabalhadora. Logo, temos, condições de afirmar que não há consenso entre os sindicatos vinculados as respectivas federações, fato este que prejudica as negociações, bem como, trava o avanço das conquistas sociais, sobretudo, quanto as melhores condições de trabalho no campo, o cumprimento dos direitos trabalhistas e das obrigações produtivas para com os trabalhadores. Esta situação, agrava ainda mais a situação dos trabalhadores que simplesmente não entendem o que acontece, isto é, qual entidade está comprometida com seus interesses. (AZEVEDO, 2005, p. 36).

Em meio a essa conjuntura, nos debruçaremos a entender o movimento sindical rural na porção do território paulista que compreende a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, analisando o SERs e os STRs, permeados pelos conflitos FERAESP x FETAESP, cujos desdobramentos são negativos para os trabalhadores, à medida que as respectivas federações são responsáveis por ações que se identificam com a busca de seus próprios interesses, se distanciando, dos interesses da base e, principalmente, dos trabalhadores que são por elas representados.

5.5 A ação dos Sindicatos na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP

Nesta parte da pesquisa, pretende-se discutir a ação sindical das entidades sindicais que representam os trabalhadores do setor sucroalcooleiro na Microrregião de Presidente Prudente. Dessa forma, a discussão analisará a atuação dos diversos sindicatos envolvidos na atividade canavieira nessa microrregião. O debate torna-se possível com a utilização das entrevistas realizadas junto a estes sindicatos.

A representação dos trabalhadores da agroindústria canavieira por meio de entidades diferenciadas é explicada por seu enquadramento na atividade que exercem na agroindústria. Essa atividade foi legitimada pelo artigo 577 da CLT, que dispõe sobre o enquadramento sindical⁴⁸.

Thomaz Jr (2002a) destaca que ordenamento territorial dos sindicatos tem por base uma herança vertical, com regulações diferenciadas, de forma que a organização corporativa dos sindicatos dos trabalhadores da agroindústria sucroalcooleira não representa apenas os trabalhadores deste setor, pois congrega diversos outros segmentos que se enquadram na

⁴⁸ Só a título de informação, pois não é nosso objetivo discutir esta questão: o enquadramento sindical - não necessariamente em categorias ligadas ao setor sucroalcooleiro - não corresponde mais à realidade atual, pois surgiram inúmeras novas categorias, bem como sindicatos, que antes não eram previstas no quadro de atividades e profissões do MTE.

mesma categoria profissional, porém ligados a um conjunto diversificado de atividades econômicas. É o que ocorre, por exemplo, com os trabalhadores empregados na produção do açúcar e que estão vinculados aos sindicatos das indústrias de alimentação, que por sua vez, congrega trabalhadores de outras indústrias alimentícias, tais como de fabricação de bebidas, laticínios etc. Este fato dificulta a construção de políticas específicas para os trabalhadores do setor sucroalcooleiro, visto que o sindicato representa também trabalhadores de outros segmentos. Sobre esse aspecto, Thomaz Jr (2002a) ressalta:

A composição de diferentes segmentos de trabalhadores ligados a diferentes atividades (similares e/ou conexas) de uma categoria profissional abre um conjunto diferenciado de demandas específicas com referência à estrutura e organização dos sindicatos, como se fundassem subcorporações. Evidencia-se assim, a síntese extrema da alienação do trabalho, consumada nesse patamar num (re)fracionamento corporativo/profissional de multiatividades que inviabiliza, na maioria dos casos, a representação e o trabalho político-organizativo integral das corporações, com repercussões internas e externas às entidades de base. (THOMAZ JR, 2002a, p.242).

Nesse contexto, os trabalhadores do setor sucroalcooleiro estão vinculados, de acordo com a atividade exercida, a sindicatos dos trabalhadores da indústria da alimentação, quando lidam com a fabricação do açúcar ou, com a fabricação do álcool; a sindicatos dos trabalhadores da indústria química, farmacêutica e de fabricação do álcool, ou ainda ligados a entidades de representação de trabalhadores rurais, a exemplo dos STRs ou de empregados rurais (SERs), ou mesmo de condutores de veículos rodoviários.

Os sindicatos se constituem em importantes entidades de representação dos trabalhadores que têm papel de grande relevância nas lutas que se configuram no território e na emancipação social. Porém, estes trabalhadores organizam-se de forma diferenciada, conforme as categorias a que se adequam e, na prática, esta organização ou, mais precisamente, a forma como é conduzida, em muitos casos, marcados pelo assistencialismo, um poderoso instrumento de controle político social e, em escala mais ampla, o peleguismo, como efeito da estrutura sindical oficial, dificultam a construção de ações emancipadoras.

Dessa forma, Mendonça (2004) destaca que o desafio maior para os partidos e sindicatos é organizar o *neoproletariado tardio* (trabalhadores estáveis e trabalhadores precários), o que só se torna possível com o conhecimento de sua estrutura interna e com a discussão da organização política e cultural da nova forma de ser da classe trabalhadora. Nestes termos o autor ressalta:

Há um descompasso entre a *leitura do capital* sobre o território e aquela realizada pelos trabalhadores e suas representações que não “conseguem ver com clarividência” as transformações do trabalho - e na sua natureza - e se perdem, reivindicando reformas pontuais e de categorias específicas e não percebem o movimento da estrutura macrosocietal. Milhares de trabalhadores foram empurrados para a informalidade, outros milhares estão subempregados, terceirizados, subcontratados e desempregados, não sendo aceitos na estrutura sindical existente. (MENDONÇA, 2004, p. 357)

É nessa perspectiva que buscamos entender a relação capital x trabalho na agroindústria canavieira na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente sob o ponto de vista sindical, nos interessando apreender os desdobramentos das novas imposições do capital para os trabalhadores e de que forma o movimento sindical tem reagido a essas novas investidas do capital canavieiro, atentando para o (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho neste setor, nesta porção do território paulista.

Dessa forma, estão envolvidos na representatividade dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, diferentes sindicatos, a saber: Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), Sindicato de Empregados Rurais (SERs), Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química, Farmacêutica e Fabricação de Álcool de Presidente Prudente; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação; Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Presidente Prudente.

Inicialmente, direcionaremos nosso olhar para o sindicalismo rural nesta porção do território paulista, visando apreender os conflitos tomando por base as ações territorializadas, que ora assumem traços meramente assistencialistas, predominantes na estrutura dos STRs ora submissas e até de concordância com as ações do capital, mas, por vezes, assumem ações combativas, a exemplo do SER, que devem ser apuradas com acuidade, pois, muitas vezes, se restringem ao âmbito de disputas no interior do próprio movimento sindical. Dessa forma, o olhar deve ser centrado no trabalho, observando os reais impactos para os trabalhadores, no bojo das contradições estruturais da relação capital x trabalho.

5.5.1 A atuação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) na Microrregião de Presidente Prudente: os STRs de Presidente Prudente, Regente Feijó e Santo Anastácio

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Presidente Prudente foi fundado em 1962, assim como a FETAESP, federação à qual este sindicato é filiado, justamente no bojo do processo de regulamentação do sindicalismo rural no Brasil. O presidente atual é o senhor

João Altino Cremonezzi⁴⁹, presidente há 6 anos, porém sua participação no sindicato já perfaz um total de 30 anos.

O STR de Presidente Prudente congrega 9 municípios da região, a saber: Álvares Machado, Alfredo Marcondes, Santo Expedito, Pirapozinho, Presidente Prudente (sede do sindicato), Tarabai, Estrela do Norte, Narandiba e Sandovalina. Cabe destacar que há outras 2 sedes com diretores, uma, no município de Álvares Machado, que congrega também o município de Santo Expedito e outra, no município de Pirapozinho, congregando Pirapozinho, Narandiba, Estrela do Norte, Tarabai e Sandovalina. As usinas situadas na base do sindicato são: Alto Alegre, Cocal II e Paranapanema.

No STR de Regente Feijó, que congrega, além deste município, os municípios de Taciba, Anhumas, Indiana, Caiabu, Martinópolis e Teçainda, distrito deste município, realizamos entrevista em janeiro de 2008 com o atual presidente Marcelino Sotocorno (presidente desta entidade desde 6/11/2007) e, com o presidente anterior, o senhor Inácio Albertini, um dos fundadores desse sindicato e da FETAESP. As usinas situadas na base territorial deste sindicato são a Atena e a Santa Fany, mas há trabalhadores da base em todas as usinas da região, conforme destaca Inácio Albertini.

Este STR foi fundado em 1963, mas o seu reconhecimento como entidade sindical pelo Ministério do Trabalho ocorreu em 1966 e, durante os 3 anos anteriores, este se constituía em uma associação que pretendia transformar-se em sindicato, embora já tivesse essa denominação, conforme destacou o senhor Inácio Albertini, enfatizando, também, que o STR de Regente Feijó foi um dos sindicatos fundadores da FETAESP, juntamente, com os STRs de Jujuiá, Jales e Monte Alto (este último já não existe mais).

Concernente ao STR de Santo Anastácio, realizamos entrevista em 7/1/2008, com o presidente Abdum Manoel de Oliveira, de 71 anos. Este sindicato foi fundado em 1986 e, atualmente, congrega também os municípios de Ribeirão dos Índios e Piquerobi. Junto a este sindicato, obtivemos poucas informações, devido a dificuldades de comunicação com o atual presidente. Este destacou que as empresas do setor sucroalcooleiro situadas na base de atuação do sindicato são: Decasa, Alvorada (ele informou que o sindicato não pode intervir junto a esta empresa) e Cocal II (embora localizada na base regional do STR de Presidente Prudente).

Cabe ressaltar que todos os presidentes dos STRs entrevistados destacaram que a cana é a principal lavoura e principal atividade produtiva no campo, para o emprego de

⁴⁹ Entrevistado em 3/1/2008.

trabalhadores rurais na região de Presidente Prudente, o presidente do STR de Santo Anastácio lembrou que, também, a importância da pecuária, porém, reconheceu a predominância da cana-de-açúcar.

Ao ser questionado a respeito dos principais problemas enfrentados pelos cortadores de cana da região, Marcelino Sotocorno, presidente do STR de Regente Feijó, afirmou que este é um “trabalho árduo, mas bem remunerado”. Vejamos o seu posicionamento a respeito dessa questão a seguir:

O principal problema que o cortador de cana (pausa), o trabalho dele não é assim um trabalho muito fácil, trabalha num solão, num sol bem quente, mas de certa forma está sendo bem remunerado hoje, devido ao grande esforço que ele faz. Eu acho que o grande problema do trabalhador é ele querer usar demais o seu próprio, a sua própria resistência, dar o mais dele pra ele ganhar mais. Não é que ele né...que ele ficaria satisfeito com um salário (pausa). Talvez as outras atividades estão oferecendo aí pra...um cara trabalha como administrador de fazenda está ganhando menos do que um cortador de cana, só que o esforço é menor. Realmente eles fazem, quando eles (os cortadores de cana) começam a ganhar parece que eles, é aquela história querem tomar até uma droga para ver se ele produz mais pra poder ganhar mais. (Marcelino Sotocorno, 51 anos, presidente do STR de Regente Feijó, 2008), (grifos nossos)

O dirigente sindical mencionou também o fato de que os cortadores de cana “*querem tomar até uma droga para ver se produz mais para ganhar mais*”, embora não foi realizada pelo mesmo, menção alguma a casos específicos na base do sindicato, apenas uma observação geral.

Em entrevistas realizadas com trabalhadores da usina Atena, no município de Martinópolis, constatamos que há uso de drogas nos canaviais⁵⁰, desde a maconha até o craque, pois este daria disposição e um rendimento maior. Um entrevistado ressaltou “*o cara que usa aí trabalha que nem um doido*”. Já a maconha teria um efeito relaxante às dores musculares resultantes dos aproximados 10.000 golpes de facão desferidos por dia e das longas distâncias percorridas no mesmo “*solão*” - o que significa para eles sol muito quente e calor - muitos quilômetros percorridos, podem chegar a 10 quilômetros ou mais, variando de acordo o eito e a agilidade dos trabalhadores.

⁵⁰ Optamos por não mencionar nomes, para evitar constrangimento a estes trabalhadores, que mencionaram este fato de forma acuada, com receio de que isto pudesse lhes causar problemas. Esta revelação foi obtida por se ganhar a confiança de alguns entrevistados, que não disseram número exato de usuários, mas deram a entender ser um fato comum, porém, não generalizado. Ao passo, que outros preferiam não comentar esta questão e demonstravam até um certo preconceito contra aqueles que adotam esta prática.

Outro ponto a ser destacado, é a visão do presidente do STR de Regente Feijó, de que os cortadores de cana são bem remunerados, fato não procedente na área de pesquisa no momento do trabalho de campo (maio/out./2006 e maio 2007), onde constatamos, conforme já discutido no capítulo 4 e representado no gráfico 25, que apenas 1% dos 113 entrevistados, o que corresponde a apenas 1 trabalhador, percebia rendimentos mensais acima de R\$ 900,00. Dessa forma, a visão transmitida é de que não há problemas com os cortadores de cana e que a culpa de seu grande esforço seria deles próprios. Marx (1979) já destacava que o próprio trabalhador incorpora para si o aumento da produtividade, mas há limites determinados, como o limite físico da força de trabalho - cujas tentativas de superação, provoca mortes nos canaviais ano a ano - além do que o autor denomina de *fronteiras morais*, que são nitidamente rompidas ao se observar as condições de trabalho dos cortadores de cana.

Cabe ainda mencionar, com base em Marx (1988), que o trabalhador, ao labutar além dos limites do trabalho necessário (lei intrínseca ao processo de trabalho), isto lhe custa dispêndio de força de trabalho, porém não cria para ele nenhum valor.

[...] o capital atropela não os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho. Usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção sadia do corpo. Rouba o tempo necessário para o consumo de ar puro e luz solar. Escamoteia tempo destinado às refeições para incorporá-lo onde possível ao próprio processo de produção [...]. Reduz sono saudável para a concentração, renovação e restauração da força vital a tantas horas de torpor quanto a reanimação de um organismo absolutamente esgotado torna indispensáveis. Em vez da conservação normal da força de trabalho determinar aqui o limite da jornada de trabalho, é, ao contrário, o maior dispêndio possível diário da força de trabalho que determina, por mais penoso e doentamente violento, o limite do tempo de descanso do trabalhador. (MARX, 1988, p. 202-203).

A respeito do número de trabalhadores sindicalizados nas bases regionais, o presidente do STR de Santo Anastácio não soube precisar o número de trabalhadores sindicalizados, destacando que *“há muito tempo já foi 3.000 trabalhadores”*, mas não dispunha de dados atualizados. Já o STR de Regente Feijó informou que há 1.500 trabalhadores sindicalizados ligados à atividade canavieira. O presidente do STR de Presidente Prudente informou a existência de 2.500 trabalhadores sindicalizados, e enfatizou que nos últimos anos ocorreu uma diminuição no número de trabalhadores sindicalizados, *“reduziu, um exemplo, em 1974, Presidente Prudente tinha 13.500 trabalhadores rurais, hoje o município de Prudente [...] nós tenhamos mais ou menos 700 trabalhadores rurais, que congrega os trabalhadores assalariados e os agricultores familiares”* (João Altino Cremonezzi).

Foi possível observar nas entrevistas realizadas com os dirigentes sindicais dos STRs da região, que permanece, nos sindicatos, uma prática assistencialista, o que ficou evidente principalmente na fala de João Altino Cremonuzzi, presidente do STR de Presidente Prudente, *“tudo que você pensar do setor da agricultura para os agricultores e os assalariados nós oferecemos aqui.[...] Nós fazemos tudo que você pensar em termos de burocracia”*. A partir desse momento enumerou o que o sindicato “oferece” aos trabalhadores sindicalizados: inscrição no Posto Fiscal e na Receita Federal; fornecimento de declaração para aberturas de contas; contratos de locação, além de registrar empregados, orientar empregadores e empregados sobre a obrigatoriedade do registro em carteira de trabalho, orientações de recolhimentos previdenciários e bancários, orientações trabalhistas, como a respeito de férias, 13º salário, além de prestar serviços de assistência judiciária, agrária e criminal, serviços de despachante e também assistência odontológica. De acordo com Cremonuzzi *“tudo gratuitamente à troca de 5 reais por mês, e é estendido à família. [...] sindicatos por aí cobra 30% do serviço odontológico, nós é gratuitamente”*, ressaltando que tudo isto é feito sem qualquer convênio com prefeitura ou SUS.

Thomaz Jr (2002a, p. 273) diz que as entidades sindicais apresentam particularidades, *“se transformam, via de regra, em balcão da previdência social, daí a necessidade e consultórios médico-dentários, advogados trabalhistas, barbearia, etc., para garantir a perpetuação [...] da estrutura e organização oficial como algo dado/consolidado e imutável”*.

No STR de Regente Feijó, a contribuição de R\$ 7,00 por mês e os benefícios aos sócios do sindicato se referem a convênios médicos, além de ser destacado pelo senhor Inácio Albertini que o trabalhador pode votar, pode ser candidato e participar das chapas.

Nesse contexto, Coletti (1996) enfatiza ser o assistencialismo um efeito da estrutura sindical oficial, principalmente, dos impostos sindicais, além de destacar, que a prática assistencialista, diante da precariedade das condições de vida da classe trabalhadora no Brasil tornou-se o mais poderoso instrumento utilizado pelo Estado para desviar os sindicatos de seus principais objetivos: a organização e a luta dos trabalhadores. É nessa conjuntura, que a desorganização político-sindical permite a expansão do peleguismo no movimento sindical brasileiro.

[...] O sindicalista, uma vez investido no cargo de dirigente sindical oficial, mesmo que não o queira, é obrigado a manter em seu sindicato determinados serviços assistenciais, principalmente por se tratar de uma imposição do Estado. É claro que esse assistencialismo pode ser utilizado como um meio de arregimentação dos trabalhadores para as entidades sindicais e para a luta reivindicatória. Contudo, quando administrado por

dirigentes conservadores, acomodados e não comprometidos com a organização e mobilização dos trabalhadores, tende a converter-se num fim em si mesmo, tornando-se a principal, ou mesmo a única atividade desenvolvida pelo sindicato oficial. [...] Ou seja, através do assistencialismo, os sindicalistas, conscientes ou não do papel que lhes foi atribuído, muitas vezes acabam se transformando em agentes portadores de interesses governamentais no movimento sindical. (COLETTI, 1996, p. 69-70).

De forma geral, verificamos nos STRs pesquisados, o caráter assistencialista dos sindicatos, questão já constatada na região de Ribeirão Preto (SP) por Coletti (1996); Azevedo (2008) no Mato Grosso do Sul e Thomaz Jr (2002a) na esfera sindical paulista de modo geral. Portanto, os denominados *vícios sindicais*, destacados por Thomaz Jr (2002a) foram igualmente observados na área de pesquisa, além do assistencialismo, o presidencialismo, apego à base territorial como instância imediata do *território de ação política* e a necessidade de lidar com interesses distintos; de um lado, interesses dos trabalhadores assalariados e de outro, dos pequenos produtores; o velho dilema que contribuiu para a formação dos SERs e da FERAESP. Diante desses interesses antagônicos, ficou explícito, no decorrer da fala do senhor João Altino Cremonuzzi, uma preocupação com os pequenos produtores, que tinham “mais espaço” em sua fala do que os trabalhadores assalariados.

Diante da ofensiva do capital na produção, o movimento sindical rural na região de Presidente Prudente, assim como o movimento sindical como um todo e a classe trabalhadora, parecem estar de mãos atadas para construção de ações políticas transformadoras, rumo à emancipação. Nesse contexto, Thomaz Jr (2002a, p. 357) destaca que os trabalhadores e seus elos de representação, os sindicatos, não conseguem formular respostas à altura do capital: “diante do capital que se territorializa hegemонizando o controle integral da produção agroindustrial sucro-alcooleira [...] não conseguem formular respostas à altura, tendo em vista que permanecem presos ao corporativismo e à fragmentação da estrutura sindical reinante”.

Além destas questões, as disputas dentro do próprio movimento sindical dificultam a construção política de ações emancipatórias. Verificamos que os STRs da região de Presidente Prudente resistem a novas formas e estratégias de organização dos trabalhadores, o que já foi constatado por Azevedo (2005).

Referimos-nos a discordâncias dos STRs em relação às ações empreendidas pelo SER e pela FERAESP, que ficaram evidentes nos posicionamentos dos sindicalistas Marcelino Sotocorno e Inácio Albertini⁵¹, do STR de Regente Feijó. Assim, ao serem questionados sobre a ocorrência de greves e paralisações nas empresas do setor sucroalcooleiro na região e sobre

⁵¹ Entrevista realizada em janeiro de 2008.

a postura e atuação do sindicato em questão frente a essas manifestações, o senhor Inácio Albertini destacou: “eles (FERAESP) chegam fazem um auê e vão embora, e tem uns sindicalistas metidos a bom, mas eles não pensam, não tem responsabilidade, uma tal de CUT (em voz baixa)”. No mesmo momento, o presidente deste STR, Marcelino Sotocorno complementa:

Foi o que aconteceu com o pessoal da FERAESP, fizeram com a Alvorada (usina), mandou 600 trabalhadores embora, fizeram com a Cocal (usina), 170 trabalhadores mandados embora. Se o meu sindicato vai lá, faz uma greve, eles mandam embora e a usina continua funcionando normalmente. Teve uma paralisação aí, mas todos os trabalhadores sofreram conseqüências, todos os trabalhadores foram mandados embora.[...] Que motivo tem o pessoal adversário para fazer greve? Não pensou nenhum pouco no trabalhador, e ainda trabalha contra a gente. [...] Não adianta querer brigar, a gente orienta a fazer acordo. (MARCELINO SOTOCORNO, jan/2008).

O presidente do STR de Santo Anastácio, Abdum Manoel de Oliveira destacou que não mantém relações com a Usina Alvorada, instalada nas proximidades do município. Entretanto, mantém uma boa relação com a Usina Decasa, embora seja de seu conhecimento que o fundo de garantia dos trabalhadores não está sendo depositado. O entrevistado ressaltou também que ocorreu uma paralisação no início da safra 2007 e “o sindicato foi lá para acertar preços”. Este sindicato, dentre os 3 STRs visitados na região, e mostrou-se, para nós, o mais omissivo e apático diante dos problemas enfrentados pelos trabalhadores empregados no setor sucroalcooleiro da região.

Verificamos, tanto na postura dos sindicalistas de Regente Feijó, como de Santo Anastácio, uma postura conciliatória no embate capital x trabalho. Já o STR de Presidente Prudente, apesar de apresentar claramente uma postura assistencialista, presente na fala do presidente, desde 1968, senhor João Altino Cremonuzzi, este ressaltou que o sindicato cumpre bem sua função de representação dos trabalhadores.

Cabe ressaltar que essa postura conciliatória, por parte desses sindicatos, vai além da incapacidade de ações mais combativas apenas por parte dos mesmos, pois estas ações fazem parte de um movimento geral dentro da estrutura sindical no Brasil. Estamos diante de um Estado capitalista, em uma fase de forte ofensiva neoliberal, o que não significa que os trabalhadores e os sindicatos devam cruzar seus braços e esperar de mãos e pés atados, serem devorados pelo capital, sem qualquer reação.

O que se observa, porém, desde os anos 1990 e neste início de século, é uma escassez de greves, o que se expressa na diminuição da média de grevistas por categoria, questão estudada com mais acuidade por Alves (2006b). Este autor nos fornece elementos que contribuem para o entendimento da ocorrência de poucas greves ou mesmo paralisações de trabalhadores na área de estudo. Assim, ao refletir sobre o sindicalismo no Brasil neste início de século, salienta:

A escassez de greves gerais por categoria [...], além de demonstrar um sintoma das dificuldades de mobilização sindical nas condições adversas de um precário mundo do trabalho, significou o esgotamento relativo do instrumento político de generalização das lutas da classe num contexto de política neoliberal, ofensiva do capital na produção e da constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho. Além disso, representa, é claro, uma debilidade política (e ideológica) das organizações sindicais e da sua capacidade de reagir à ofensiva do capital sob as condições objetivas de um novo regime de acumulação capitalista. (ALVES, 2006b, p. 466).

Algumas informações apresentados pelo senhor Inácio Albertini, um dos fundadores do sindicato de Regente Feijó e presidente deste STR até novembro de 2007, vem de encontro a essa discussão proposta por Alves (2006b), ao salientar que no Brasil inteiro estão ocorrendo poucas paralisações e no que se referem às usinas da região de Presidente Prudente, as paralisações são apenas de algumas horas e algumas turmas. O sindicalista destaca ainda que o fato das usinas empregarem turmas de diferentes municípios - a exemplo da usina Alto Alegre que emprega trabalhadores de 35 municípios, fato comum também a outras usinas - constitui um empecilho para uma organização mais efetiva por parte dos trabalhadores, uma vez que os mesmos não têm uma convivência mais próxima e, ao final do dia, cada um se dirige para suas residências em cidades diferentes. Ainda ressalta que é o gato, o motorista e o fiscal que têm contato com o trabalhador o dia inteiro.

Assim, o senhor Inácio Albertini salienta que o sindicato reconhece que há motivos para as mobilizações dos trabalhadores, no tocante a paralisações e outras ações e que o sindicato apoia estas ações, no entanto, estas esbarram em situações que fogem ao controle do sindicato. O sindicalista enfatiza: ***“então há motivo para mobilizar os trabalhadores, a gente tem, existem motivos, acontece que ninguém consegue unir esses trabalhadores, os trabalhadores não se conhecem, os trabalhadores pouco se relacionam”*** (grifos nossos).

O sindicalista tocou em um ponto crucial para se repensar o movimento sindical no início do século XXI, ou seja, é necessário criar urgentemente estratégias de unificação dos trabalhadores.

De posse das informações obtidas em trabalho de campo nos sindicatos da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, juntamente com o referencial bibliográfico consultado, que foi de encontro ao que verificamos empiricamente na área de pesquisa, principalmente, nas diversas obras de Alves, Antunes, Thomaz Jr, Mendonça, Coletti, dentre outras, ficou evidente que urge uma redefinição por parte do movimento sindical, quanto a seu projeto de intervenção junto aos trabalhadores. A esse respeito, Thomaz Jr (2003) já destacava a necessidade do movimento sindical se guiar visando à unificação dos trabalhadores do campo e da cidade. O autor ainda salienta a premência de se restabelecer a aliança operário-camponesa, com o objetivo de redefinir as estratégias de libertação das classes dominadas, o que para nós é muito claro, visto que as estratégias utilizadas pelos sindicatos, ainda que os mais combativos não se caracterizam em ações construídas que possibilitem uma ação política transformadora.

Não poderíamos deixar de ressaltar que o conflito capital x trabalho na área de pesquisa e as ações ora omissas, ora, submissas; outrossim, “as ações de boas intenções” e, mesmo as ações mais combativas, situam-se num contexto de limites do sindicalismo, diante da crise estrutural do capital. Sob essa ótica, Alves (2006b) oportunamente ressalta:

O que se coloca hoje é a necessidade de uma intervenção global, de que o sindicalismo demonstra ser incapaz, não apenas no plano político-organizativo, mas também no sociocultural. A instituição-sindicato tornou-se incapaz de servir como *centro de organização de classe*. Pelo menos é o que se verifica no sindicalismo hegemônico. Na medida em que ele perde esse referencial de classe antagônica diante do capital, encontra-se diante de seus próprios limites irremediáveis. (ALVES, 2006b, p. 464).

Nesse contexto, na área de pesquisa, foi possível verificar que o sindicato atua inclusive na contratação/seleção de cortadores de cana, o que foi constatado no STR de Regente Feijó. O presidente desse sindicato, Marcelino Sotocorno salienta: “*as usinas vem no sindicato para nós ajudarmos elas a contratar gente*”. Por exemplo, os exames médicos são realizados no próprio sindicato, além de que as usinas visam aos “bons cortadores de cana”, não querem “os fracos”, “puxam a ficha” e trabalhadores com atestados médicos não são bem vistos. Sobre a relação/proximidade dos trabalhadores com o sindicato foi destacado “*o trabalhador vem no sindicato porque ganha por tarefa, de vez em quando dá erro*” e aí o sindicato intervém. Inácio Albertini destaca “*ele (o trabalhador) não é obrigado a se filiar, o sindicato é obrigado a dar assistência para ele, independente de se filiar ou não [...] ele não se filiando não tem direito de chegar aqui e reclamar*”. O mesmo se verifica com os

trabalhadores da base de Santo Anastácio, de acordo com o presidente, “*o trabalhador só vem ao sindicato quando tem problemas*”.

Como já foi destacado, este STR, de acordo com a postura do atual presidente, incentiva os acordos, evitando maiores embates, porém, há uma postura de intervenção em defesa dos direitos dos trabalhadores, o que pode ser constatado pelas diversas intervenções realizadas por este sindicato, nas usinas situadas na sua base territorial (Atena e Santa Fany), principalmente junto a esta última, campeã em problemas de pagamento dos direitos trabalhistas, de segurança do trabalho, recusa ao pagamento do piso salarial da categoria, não pagamento de impostos, além do mais, no final dos anos 1990 e início deste século, foi constatada, nessa empresa, a exploração da mão-de-obra indígena⁵². Essa situação de trabalho servil, extremamente desgastante foi superada com intervenção sindical e atuação do Ministério do Trabalho.

Há uma posição unânime, tanto dentre os trabalhadores entrevistados, como também de todos os STRs visitados e SER, de que a Destilaria Santa Fany é considerada por todos, como a pior empresa no tocante ao desrespeito para com os trabalhadores, baseado em uma série de arbitrariedades cometidas por ela. Foi-nos relatado, em entrevista no STR de Regente Feijó, que esta empresa já chegou a ficar “*sem gente para trabalhar*”, uma forma de recusa dos trabalhadores à exploração por eles conhecida de perto, visto que estes preferem trabalhar em qualquer outra.

Esses posicionamentos ficaram evidentes, tanto em entrevistas realizadas junto a trabalhadores, como também sindicalistas. Assim, Inácio Albertini relatou que muitos somente trabalham para esta empresa, caso não sejam selecionados para trabalharem em outras empresas do setor sucroalcooleiro da região. Inclusive, também por este motivo, foi a última empresa a encerrar a safra 2007 e, em janeiro de 2008, não havia encerrado o corte e a moagem.

Inácio Albertino, ainda frisou “*esta empresa não paga impostos*”, também acrescentou “[...] *a Santa Fany já respondeu por 594 processos, entre processos administrativos e judiciários, incluindo crimes. Uma vez um trabalhador caiu da beliche (de um alojamento) e morreu. Será que caiu mesmo da beliche?*”. E, mais uma vez, sobre processos judiciários o sindicalista nos explica:

⁵² Quanto à exploração do trabalho indígena, nos referimos à contratação de índios Caiuás da Reserva Indígena de Amambaí (MS) nos anos 1999-2000, que ocorreu com a conivência da FUNAI, quando os trabalhadores ao contrário de receberem salários mensais ficavam devendo a empresa, pois alojados em péssimas condições eram incentivados a comprar mercadorias, debitadas em seu salário mensal.

*O trabalhador entra na justiça. Pode ser feito acordo ou não⁵³.[...] O juiz dá a sentença, um prazo de 15 dias para pagar, o seu advogado entra com processo de execução da dívida, o oficial de justiça faz o levantamento de bens a serem leiloados. Ai faz este levantamento, eles (Destilaria Santa Fany) oferecem grade de trator, está precisando de uma? (ironizando), caminhão velho, coisas desse tipo. O juiz determina não sei depois de quanto tempo, que seja feito o leilão, se aparecer alguém e der lance, se aparecer alguém e der lance, eles pagam, se não eles deixam correr... **Outras vezes, eles oferecem álcool, mas o que um trabalhador vai fazer com 10.000 litros de álcool? [...] No fundo, isto também é cumprir lei, a lei brasileira permite que eles façam isto, mas é a forma mais escabrosa possível, só vai pagar depois de ir a leilão, anos e anos para fazer isto.** (Inácio Albertini, jan/2008, grifos nossos)*

A respeito da mecanização do corte da cana esta é uma questão que preocupa a todos os sindicalistas entrevistados, assim como a expansão da cana-de-açúcar. A esse respeito, o STR de Regente Feijó, por intermédio de seus dirigentes, enfatizou que as usinas invadem área de preservação permanente, já o presidente do STR de Santo Anastácio, conformado diz “não tem outra alternativa”. Por sua vez, o presidente do STR de Presidente Prudente demonstrou preocupações com o avanço da cana na região, porém, destacou que do ponto de vista da economia regional, a vinda de novas usinas seria positivo.

Todos os dirigentes sindicais entrevistados demonstraram preocupação com a eliminação dos postos de trabalho com a vinda da mecanização na lavoura canavieira, porém o presidente do STR de Santo Anastácio, ao ser questionado sobre o seu posicionamento a respeito da eliminação da queima da cana, respondeu, um tanto desatualizado, que “*isso não vai acabar nunca*”, sua fala mais politizada, embora descontextualizada da questão proposta foi “*aqui no Brasil a gente ta tentando acabar com o trabalho escravo e próprio Ministério Público trazendo de volta*”. Por sua vez, o presidente do STR de Regente Feijó salientou “*a mecanização vai entrar e é nossa grande preocupação futura. A máquina vai entrar, queria ou não, a Atena não vai mais contratar trabalhador, e vai acontecer da seguinte forma, vem vindo gente de tudo quanto é lado (trabalhadores migrantes), o que vai sobrar pra gente aqui é cuidar da educação e saúde de um povo sem salário e sem emprego futuramente*”.

São estas as preocupações e dificuldades apresentadas pelos dirigentes sindicais entrevistados na área de pesquisa, cabendo ressaltar que todos são pequenos produtores, fato corriqueiro nos cargos de presidente dos STRs em todo o estado de São Paulo (Thomaz Jr, 2002a), em consonância com as disputas políticas internas na própria FETAESP, que tem que

⁵³ Neste momento, o presidente Marcelino Sotocorno interfere e relata que ultimamente a usina está pagando os direitos trabalhistas, mas, destaca que, por exemplo, se os direitos correspondem a R\$ 10.000,00, a empresa oferece R\$ 2.000,00.

gerenciar interesses antagônicos, ou seja, dos pequenos produtores, bem como dos assalariados.

Dessa forma, antes de nos debruçarmos para a compreensão das políticas do SER para os empregados assalariados na área de pesquisa, nos apropriaremos de Thomaz Jr (2002a) para esclarecer:

Nesse cenário, ser trabalhador rural (nos STRs) ou empregado rural assalariado (nos SERs), não é apenas uma mera questão semântica e conceitual mas, sobretudo, envolve denominações que expressam propostas diferentes da estrutura e organização sindical. Nos SERs, a predisposição para o confronto com o capital é tendencialmente iminente. De todo modo, o cerne do conflito é a disputa por território e por hegemonia política. (THOMAZ JR, 2002a, p. 285).

Dessa forma, no próximo item, direcionaremos nosso olhar para a atuação do SER e da FERAESP junto aos trabalhadores empregados nas empresas do setor sucroalcooleiro na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, com intuito de refletir sobre a possibilidade de suas ações construídas levarem a uma ação política transformadora.

5.5.2 O STR de Presidente Venceslau e Marabá Paulista

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Venceslau e Marabá Paulista foi fundado no ano de 1985 e filiado à FETAESP na época. Porém, em entrevista realizada em janeiro de 2008, o presidente, Rubens Germano destacou que ocorrerá a mudança na denominação oficial, o que não se deu ainda em virtude de não ter sido realizada a alteração estatutária. Assim, na denominação oficial constará como Sindicato dos Empregados Rurais de Presidente Venceslau e Marabá Paulista, pois desde setembro de 2006, o sindicato se desvinculou da FETAESP e filiou-se à FERAESP, logo, se transformou em um SER.

O sindicalista entrevistado fez questão de destacar que sua trajetória como trabalhador rural do setor sucroalcooleiro, de cortador de cana a outras funções, foi de grande relevância para seu entendimento do conflito capital x trabalho nesse setor e falou sobre a necessidade de se pensar em outra proposta de sindicato na região, que viesse a atender especificamente aos trabalhadores rurais, ao contrário da proposta da FETAESP que representa tanto trabalhadores rurais, como pequenos produtores, com as divergências de interesses no interior desta federação, já destacadas por nós nesse trabalho. Nesse contexto, Rubens Germano enfatiza:

Eu sou da cana desde oitenta e dois (1982). Eu sou cortador de cana com 12 anos de idade que eu comecei cortar cana na Decasa. Ai depois eu tenho toda uma trajetória na parte agrícola. Fui cortador de cana, fui fiscal, fui vigia de usina, recrutador de mão-de-obra rural, ai depois voltei cortar cana de novo. Ai em noventa e seis (1996), nós começamos a discutir no meio da roça o movimento sindical [...]. Os patrão já não pagava o equivalente, não tinha condições [...]. Ai os trabalhadores começam a fazer um levante. Em noventa e seis (1996) começamos a discutir o sindicato. A gente veio discutir isso no campo da CUT e acabamos conhecendo o departamento rural da CUT, e onde o pessoal avaliava que era necessário discutir essa estrutura sindical. [...] Ai começa nossa história. (Rubens Germano, jan/2008).

Dessa forma, o presidente do sindicato, senhor Rubens Germano destacou que o sindicato em questão faz oposição à FETAESP desde 1997. Devido a essa oposição, fundou o Sindicato dos Empregados Rurais de Presidente Prudente (SERPRU), primeiro SER da região Oeste do Estado de São Paulo a ser fundado, e nono SER do Estado de São Paulo. A base territorial deste sindicato abrange 30 municípios.

O conflito FETAESP x FERAESP ficou muito evidente na fala de Rubens Germano, pois esse sindicato era um STR que se transformou em um SER. Assim, Germano destaca:

Esse sindicato aqui de Venceslau tinha ficado acho que dois anos sem fazer eleição. [...] Eu fui fundador desse sindicato em oitenta e cinco (1985) quando eu tinha quinze anos. [...] Ai em 2006, a FETAESP ia fazer intervenção para trocar diretoria. E a gente conseguiu negociar com o presidente, colocando uma junta governativa por seis meses e depois a gente fez eleição, no qual eu não era desse sindicato, era do sindicato de Prudente (município de Presidente Prudente), oposição a nove sindicatos da região, que nós fazemos oposição, isso no Pontal, na nossa região. (Rubens Germano, jan/2008).

As entidades sindicais a que este sindicato faz oposição são os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Rosana, Euclides da Cunha, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Presidente Epitácio, Santo Anastácio, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Regente Feijó, além de Rancharia e Quatá.

Os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores de acordo com o dirigente sindical entrevistado referem-se ao não cumprimento dos acordos coletivos, falta de EPIs, além de problemas de saúde decorrentes do esforço físico e das condições de trabalho e de problemas com os transportes.

Germano destacou que, no ano de 1997, foram registradas 2 milhões de multas, envolvendo todas as usinas da região, sendo que o recorde foi batido pela empresa Santa Fany, enfatizando que a Usina Alvorada vem alcançando a Santa Fany em problemas

trabalhistas. O sindicalista relatou dificuldades de acesso à usina Alto Alegre e que a Decasa tem ação civil pública na área de legislação trabalhista e segurança do trabalho e que a mesma não fornecia EPIs e, devido à intervenção sindical, a empresa melhorou neste quesito, mesmo problema verificado na Atena de fornecimento de EPIs aos trabalhadores.

Quanto à vinda de novas empresas do setor sucroalcooleiro para a região, Germano avalia com preocupação o (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho nesse setor, além de pôr em pauta a preocupação com a produção de alimentos, que foi ameaçada, enfatizando que *“a cana é a praga da região”*. Nesse contexto, foi mencionado a falta de interesse do Estado em realizar a reforma agrária na região, devido à prioridade ao incentivo da lavoura canavieira.

Ainda quanto à questão da reforma agrária, o referido entrevistado trouxe à tona uma discussão já realizada por nós, referente à dupla função dos entrevistados, no arrendamento de terras dos assentados no município de Teodoro Sampaio, além de sua sujeição como assalariados: *“de manhã, ele (o assentado) tira o leite e depois vai ser escravo como assalariado, se sujeita a uma condição de trabalho pior que um assalariado da cidade”*. Dessa forma, entende que só uma mudança de consciência pode reverter esse quadro.

Ao contrário dos demais STRs visitados, esta entidade sindical participou de intervenções em várias paralisações ocorridas nos últimos anos, foram 5 no ano de 2005, 14 no ano de 2006 e 3 no ano de 2007. Rubens Germano também destacou que o maior número de greves no Estado de São Paulo foi coordenado pela FERAESP, sendo 30 em 2005 e 35 em 2006.

Quanto ao número de sócios, estes somam 1.300, no entanto, a maioria não está em dia com o pagamento das contribuições. Especificamente no que se refere aos trabalhadores, estes totalizam 550, dos quais 300 são assalariados da cana. O sindicato ainda congrega pequenos produtores rurais. Germano destaca que *“de carteirinha são apenas uns 50 sócios que estão em dia”*. O sindicalista destacou o problema do sindicato ainda ser composto por assalariados e pequenos produtores, afirmando que há interesses divergentes entre estas duas categorias, visto que os interesses dos pequenos produtores referem-se a linhas de crédito, comercialização e escoamento de seus produtos, melhoramento genético, linhas para habitação dentre outros.

As diferentes categorias de assalariados possuem reivindicações diferentes, pois querem melhores salários, segurança no trabalho, melhores jornadas de trabalho, dentre outros interesses que não condizem com os dos pequenos produtores. Dessa forma, foi destacado o

projeto de desmembrar pequenos produtores e assalariados, pois a atual diretoria ainda divide-se entre pequenos produtores e assalariados.

Assim, como o STR de Presidente Prudente, este sindicato também verificou, nos últimos anos, diminuição no número de filiados, devido a mudanças ocorridas no campo, como diminuição da produção de grãos, dentre outros cultivos. Com a expulsão dos trabalhadores do campo para a cidade, houve a diminuição dos arrendatários, parceiros, empregados rurais de fazendas, além da diminuição do número de pequenos agricultores de um modo geral.

A respeito da estrutura sindical brasileira, o presidente deste sindicato destaca que há muitos problemas, inclusive quanto a determinadas políticas no interior das próprias centrais sindicais. Sob esse contexto, destaca:

Eu sou da direção da CUT Estadual e não concordo com a política da CUT, que tenha feito as alianças que fez com o partido. Se você pega a CUT na época do Fernando Henrique, se tinha uma atuação, se pega a CUT hoje, ela tem mais um braço do partido do que uma atuação mais firme [...] Era a única central da América Latina que não era vinculada ao governo e hoje a gente vê isso acontecendo. (Rubens Germano, jan/2008).

Sobre o reconhecimento das centrais sindicais, o presidente do STR de Presidente Venceslau e Marabá Paulista demonstra algumas preocupações com o futuro das centrais sindicais: “eu acho que depois de 2010, 2011 ela (a CUT) pode querer voltar a mudar, embora se o caixa não tiver gordo, o que também pode acontecer, com a questão do repasse, reconhecimento das centrais, poder que as centrais podem ter com o reconhecimento delas”.

Dessa forma, o sindicalista entende que há muitos problemas e desafios para o movimento sindical, levando-se em conta o poder que o Estado ainda tem sobre os sindicatos. Nesse contexto, Rubens Germano é contrário à Carta Sindical, ou seja, o fato de que os sindicatos só existirem juridicamente à medida que são autorizados pelo Estado, assim como também é favorável à eliminação das contribuições compulsórias. Germano defende o que denomina de “autonomia sindical do trabalhador”, a partir de uma mudança de mentalidade, que os trabalhadores pudessem optar se querem ou não os descontos.

Outra questão colocada em pauta é que as empresas do setor sucroalcooleiro se beneficiam de algumas medidas propostas pelo Estado, como a Emenda Constitucional 45, que representa parte da reforma do Judiciário. Assim, os sindicatos só podem ingressar com dissídios coletivos, com a concordância patronal, e, além do mais é a Justiça do Trabalho que julgará se uma greve é legal ou não.

Cabe ressaltar que a Emenda Constitucional 45 não é a única garantia legal que favorece as agroindústrias canavieiras, o Interdito Proibitório também as favorece, visto que constitui-se uma ação jurídica, relacionada a situações de ameaça à posse ou à propriedade, conforme consta no artigo 932 do Código Civil Brasileiro. Alega-se ser de natureza preventiva, utilizado em manifestações grevistas, pois alguns interditos podem impedir a aproximação dos sindicatos, com multas em caso de descumprimento, assim acabam impedindo as greves e dificultando a atuação dos sindicatos.

Outra dificuldade encontrada no interior da própria organização dos trabalhadores, é que estes não têm identidade no que se refere às federações, ou seja, não se identificam como FERAESP ou FETAESP: *“o trabalhador não tem identidade, eles têm identidade enquanto CUT no meio rural, mas não com federação”*.

Ainda no que concerne a dificuldades de intervenção sindical, foram relatadas pelo presidente da entidade sindical em questão, perseguições sofridas por parte das usinas. Segundo Germano, *“as usinas falam assim para os trabalhadores: se vocês se filiarem a FERAESP nós despedimos vocês.”*

Este fato já foi discutido por Thomaz Jr (2002a), ao debater as lacunas entre a proposta de organização e estrutura sindical da FERAESP e a territorialidade dos SERs. Concernente ao baixo índice de sindicalização dos trabalhadores, Thomaz Jr (2002a, p. 285) salienta que: *“[...] o baixo índice de sindicalização, somente explicado pelos dirigentes, tomando por base os ‘problemas da legalidade’, que se prendem à pendências jurídicas e à perseguição dos filiados, culminando na perda do emprego”* (grifos do autor).

Rubens Germano, em sua fala destaca que as perseguições não param por aí, pois o sindicalista responde a processos, o sindicato sofre com freqüência, repressão da polícia militar, multas aos carros, além de já ter sido vítima de tentativa de enquadramento por formação de quadrilha. Esses relatos, juntamente com os apresentados por dirigentes dos STRs da região, contrários à FERAESP - já discutidos no item anterior - vão de encontro a um debate apresentado por Thomaz Jr (2002a):

Importante notar que a luta pela nova proposta de estrutura e organização sindical colocou os SERs e principalmente a FERAESP no *front* das lutas e demandas judiciais. *Pari passu* ao trabalho sindical, os sindicalistas se consomem nos tribunais, no enfrentamento de ações que vertem, fundamentalmente em torno da argüição por parte da FETAESP sobre: a) a legalidade dos novos sindicatos; b) ações trabalhistas; c) recursos dos empresários para não depositarem as “contribuições sindicais”. (THOMAZ JR, 2002a, p. 284, grifos do autor).

Thomaz Jr (2002a) destaca ainda as dificuldades no interior da FERAESP, com alguns dirigentes, que a exemplo das lideranças de outras categorias e sindicatos não aceitam perder os postos de dirigentes sindicais, ao contrário de pensarem em uma proposta alternativa para os trabalhadores. Assim, há uma estrutura sindical viciada, que ficou evidente no relato de Rubens Germano: *“A permanência da estrutura sindical do jeito que tá, de garantir um monte de senhorzinho, que não tem condição de fazer o debate, porque isto favorece o cabresto, é isto que a gente tem visto, o sindicato fala mais mal do trabalhador que a usina”*.

Germano destacou também que a expansão da cana e os reflexos para os trabalhadores se constituem um problema para toda a sociedade, e não apenas para o movimento sindical, *“o problema da cana não é nosso só, o problema é que em 5-10 anos, 70% da categoria será excluída. O problema não é nosso, é de toda a comunidade”*. O dirigente sindical finaliza destacando a dificuldade do movimento sindical, diante da expansão do setor sucroalcooleiro e da mecanização da atividade: *“vai acabar os cortadores de cana e nós não atingimos os cortadores de cana que é nosso objetivo.”* (grifos nossos).

Dessa forma, foi possível observar que o sindicato em questão tem uma disposição para a luta, no entanto, esbarra em muitas dificuldades para sua atuação. Essas dificuldades são impostas pelo capital representado pelas usinas, com amparo legal do Estado, e pelas leis, medidas provisórias e outros.

As dificuldades também refletem problemas no interior da própria federação (FERAESP) e dentro do próprio sindicato que se reconstrói, lidando ainda com uma composição que engloba assalariados e proprietários rurais. Apesar de buscas estratégicas e táticas para bater de frente com o capital, esses órgãos não evitam as demissões dos trabalhadores. Diante disso, é necessário um (re) pensar as suas estratégias de luta, perante a ofensiva do capital na produção.

É em torno dessa discussão, que Thomaz Jr (2002a) nos apresenta uma reflexão que resume as ações da FERAESP e dos SERs, e que comungamos com o autor, tendo em vista o que foi observado por nós, empiricamente, com o (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro:

Dessa forma, tem-se uma categoria disposta a lutar, a organizar os trabalhadores da base, lançando-se até ao despojo das imposições legais quanto a categoria sindical e base territorial (ainda que não hegemônicas internamente), porém, despreparada para avançar nas lutas e no enfrentamento com o capital por desconhecer seu movimento, seus projetos, suas contradições. Aqui cabendo a boa máxima do enigma da esfinge: *“Decifra-me ou devoro-te!”* (THOMAZ JR, 2002a, p. 287, grifos do autor)

Nesse contexto, cabe destacar que, na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, o movimento sindical enfrenta grandes desafios. Cabe enfatizar, também, os entraves impostos pelas características que impregnam o movimento sindical rural, como o assistencialismo, presidencialismo, omissão. Esses entraves dificultam a construção de ações políticas alternativas e, mesmo os sindicatos mais combativos, enfrentam problemas, pois o capital faz valer a sua força e, somente um repensar de todo o movimento sindical, poderia resultar em práticas emancipatórias para os trabalhadores.

Na sequência, apresentamos, o movimento sindical relacionado a outras de trabalhadores na agroindústria sucroalcooleira, visto que ela não se compõe somente de trabalhadores rurais.

No próximo item, apresentaremos a atuação do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química, Farmacêutica e de Fabricação do Álcool de Presidente Prudente.

Dessa forma, na sequência, atentaremos para entender esse movimento no contexto da relação sindical a partir de outras categorias de trabalhadores na agroindústria sucroalcooleira, visto que esta não se compõe apenas de trabalhadores rurais, estes são apenas o elo mais ameaçado a curto prazo. Assim, no próximo item trataremos de discutir a atuação do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química, Farmacêutica e de Fabricação do Álcool e Presidente Prudente⁵⁴.

5.5.3 Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química, Farmacêutica e de Fabricação do Álcool e Presidente Prudente e Região

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química, Farmacêutica e de Fabricação do Álcool em Presidente Prudente e região (SINDIQUÍMICOS) é filiado à Federação dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo (FEQUIMFAR), que, por sua vez, é filiada à Força Sindical.

De acordo com Thomaz Jr (2002a), este sindicato, bem como os de Araçatuba, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto podem ser considerados sindicatos “novos”, pois foram criados a partir do princípio de categoria específica permitido pela CLT, “utilizando-se, pois da prerrogativa de categoria/atividades conexas e similares à abrangência dos químicos” (THOMAZ JR, 2002a, p. 249). A criação desses novos sindicatos está relacionada à implantação das destilarias autônomas, em 1979, na segunda fase do Proálcool.

⁵⁴ Conforme informações disponíveis no site oficial da federação: www.fequimfar.org.br/. Acesso em 26/03/2009.

A FEQUIMFAR representa mais de 25.000 trabalhadores no setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo, cujo piso salarial da categoria varia entre R\$ 664,00 a R\$ 811,00. As principais bandeiras de luta relacionadas à campanha salarial 2009/2010 referem-se, além do reajuste salarial, a um aumento real, PLR (participação nos lucros e resultados), redução da jornada de trabalho, igualdade de oportunidades, melhorias nas condições de saúde e segurança, unificação dos pisos salariais do Estado de São Paulo e avanços nas cláusulas sociais.

Na região de Presidente Prudente, as propostas patronais recebidas pelo sindicato estão abaixo das expectativas da categoria. São aproximadamente 4.000 trabalhadores distribuídos nas usinas e destilarias da região.

Pudemos constatar em entrevista realizada em outubro de 2008, com o presidente do SINDIQUÍMICOS de Presidente Prudente e região, Antonio Mendes Neto, que a base territorial do sindicato abrange 53 municípios da região Oeste do Estado de São Paulo, representando trabalhadores do setor sucroalcooleiro de 16 empresas do setor, entre usinas e destilarias. O entrevistado relata que são 3.200 trabalhadores representados, porém apenas 1.800 sócios com as contribuições em dia.

O presidente do sindicato destacou que as empresas do setor sucroalcooleiro têm procurado se adequar à demanda dos trabalhadores. Porém, Azevedo (2005, p. 37) já ressaltava que: “esta faceta faz parte das estratégias de cooptação do trabalho pelo capital e, deste modo, do estabelecimento do controle social”.

Azevedo (2005), ao discutir a atuação do SINDIQUIMICOS de Presidente Prudente e região, ressalta que os trabalhadores organizam-se de forma crescente, porém, os empresários do setor também o fazem, porém, sem entrar em conflito direto com os trabalhadores.

[...] os trabalhadores, elementos centrais do processo social, têm se organizado de forma crescente na busca de suas necessidades econômicas e sociais, partindo para tanto, de ações conjuntas com os diversos pilares de sustentação do pacto social no contexto das relações de trabalho e de produção empreendidas a nível da agroindústria processadora de cana-de-açúcar. Por outro lado, enquanto elemento homogeneizador das relações de poder assiste-se a organização do empresariado em bases de representação e, portanto, de sustentação de seus interesses, sem com isto, entrar em franco conflito com os trabalhadores. (AZEVEDO, 2005, p. 36-37).

O presidente do SINDQUÍMICOS ressaltou que, nos últimos anos, ocorreram greves no setor na região de Presidente Prudente, apenas esparsas paralisações. Este fenômeno já foi debatido ao longo deste capítulo, ou seja, a diminuição das greves e paralisações diante da

pressão do capital. A resposta do movimento sindical, é apresentada na forma de um sindicalismo concertante e de participação, discutido por Alves (2006b), embora Mendes Neto tenha destacado que o sindicato é “*um fiel defensor e escudeiro dos trabalhadores*”.

No que diz respeito ao posicionamento do sindicato quanto à mecanização do corte da cana, Mendes Neto, posiciona-se de forma favorável, pois segundo ele, “*a mecanização tira as pessoas de um trabalho forçado e desgastante*”. Ainda na temática, ao ser questionado sobre a relação mecanização x desemprego, o presidente do SINDQUÍMICOS ressaltou que não houve desemprego no campo, nos últimos anos, na região e, que esta nem possui mão-de-obra suficiente, referindo-se aos trabalhadores nordestinos que se destinam à região para trabalhar nas lavouras canavieiras.

Quanto às empresas do setor sucroalcooleiro consideradas mais problemáticas na região, a Destilaria Santa Fany também foi considerada campeã pelo presidente do SINDQUÍMICOS. Dessa forma, pode-se ter a dimensão da problemática gerada por esta empresa, visto que ela também foi considerada a pior pela maioria dos trabalhadores empregados no corte da cana, assim como dentre os trabalhadores da indústria e os presidentes dos sindicatos dos trabalhadores rurais entrevistados.

De acordo com Mendes Neto, os principais problemas verificados nessa empresa são praticamente os mesmos constatados pelos dirigentes dos STRs, além dos trabalhadores, ou seja, descumprimento da legislação trabalhista, atraso dos salários, problemas quanto ao pagamento do fundo de garantia e problemas referentes aos transportes dos trabalhadores. O dirigente sindical ressaltou que o sindicato tem desempenhado um papel positivo na resolução destas questões, além de outras demandas que surgem. Mendes Neto ainda frisou que as principais reivindicações dos trabalhadores referem-se a melhorias na segurança e aumentos salariais. Sobre esta questão, o entrevistado destacou que o salário mínimo percebido pelos trabalhadores do setor sucroalcooleiro na região é de R\$ 667,00, chegando a R\$ 1.100,00, embora a média percebida seja de R\$ 980,00.

Thomaz Jr (2002a) ao analisar os SINDQUÍMICOS faz referência à estrutura sindical oficial ser seguida à risca. Assim, há um fracionamento da categoria, de forma que nas destilarias anexas, o produto preponderante é o açúcar, logo, os operários são considerados trabalhadores da alimentação, vinculados a sindicatos da alimentação. Já nas destilarias autônomas, cujo produto final é o álcool, os trabalhadores são considerados químicos ou do álcool, logo, estão vinculados a esses sindicatos que, “tendo no álcool o balizador da identificação operária” (THOMAZ JR, 2002a, p. 253), ainda encontra obstáculos para

envolver os trabalhadores ligados ao açúcar, às discussões da categoria. Nesses termos, Thomaz Jr (2002a) complementa:

Tal *fetichização* induz os operários das destilarias autônomas a não se verem como industriários, mas como trabalhadores do álcool, e os operários das destilarias anexas, como trabalhadores da alimentação, alegando-se em muitos casos observados “ser a existência dos sindicatos do álcool a maior prova de divisionismo da categoria e dificuldades para fortalecer a organização dos trabalhadores”. (THOMAZ JR, 2002a, p. 252).

O autor supracitado já destacava que, na planta fabril, no momento da produção do caldo verde, havia uma integração/unificação das duas categorias que terminava assim que se direcionasse o produto para a fabricação do açúcar ou do álcool.

Este fato constitui uma das dificuldades de organização da classe trabalhadora nesse setor, pois, num mesmo espaço, os trabalhadores pertencem a categorias diferenciadas, cujos interesses serão também diferenciados e a estrutura sindical brasileira tal como se mantém dificulta a construção de ações políticas emancipatórias, pois fica presa a um engessamento e imobilismo que domina a hierarquia sindical no Brasil.

É importante entender as demais entidades sindicais de representação dos trabalhadores no interior da agroindústria sucroalcooleira na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. Dessa forma, no próximo item discutiremos a atuação do sindicato dos trabalhadores nas indústrias de alimentação.

5.5.4 O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Presidente Prudente e região

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Presidente Prudente e região é filiado à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado de São Paulo, que, por sua vez, é filiado à Força Sindical.

A elaboração deste item foi possível por intermédio de informações obtidas em entrevista com o presidente do sindicato em questão⁵⁵, o senhor Carlúcio Gomes da Rocha, associado a este sindicato desde 1967 e presidente do sindicato em seu terceiro mandato.

De posse da convenção coletiva de trabalho do setor sucroalcooleiro, constatamos que, em 1/5/2008, o piso salarial passou a ser de R\$ 480,60 por mês, R\$ 16,0200 por dia e R\$ 2,

⁵⁵ Entrevista realizada em outubro de 2008.

1845 por hora. No que diz respeito à indústria, o piso salarial, a partir desta data, passou a ser de R\$ 567,00 por mês, R\$ 18,9000 por dia e R\$ 2,5773 por hora.

Quanto aos preços da tonelada da cana ficou determinado em 1/5/2008 que o preço para o corte da tonelada de cana de 18 meses passou a vigorar a R\$ 2,8637 e para outros cortes R\$ 2,7180 a tonelada, respeitando-se as condições regionais.

Os preços da cana devem ser comunicados aos trabalhadores no início do corte de cada talhão. Assim, os trabalhadores devem receber o preço provisório para o corte do metro linear da cana no início do dia e, posteriormente, ocorre a conversão do preço da tonelada para o preço correspondente do metro linear. As empresas são obrigadas a fornecer, diariamente, o comprovante de produção com nomes da empresa e do trabalhador, a quantidade de cana cortada e o valor correspondente em dinheiro.

No que se refere às horas extras, estas passam a ser remuneradas com acréscimo de 70% em relação às horas normais e, as horas trabalhadas em feriados ou dias em repouso semanal remuneradas com acréscimo de 100%. A hora noturna passa a ser remunerada com adicional de 35% sobre a hora normal. Em caso de morte, a empresa fica obrigada a pagar a seus beneficiários legais o equivalente a oito salários mínimos.

As empresas devem pagar diárias aos trabalhadores, nos dias em que não houver trabalho em virtude de chuvas, falta de cana queimada ou outros fatores alheios à vontade do trabalhador.

Cabe ressaltar que as empresas devem oferecer transportes seguros e higiênicos aos trabalhadores, além de que, no eito, devem ser oferecidas barracas sanitárias, abrigos contra chuvas e água potável e os instrumentos de trabalho devem ser fornecidos gratuitamente.

A convenção coletiva de trabalho mencionada dispõe de 50 cláusulas, das quais abordamos apenas alguns dos pontos que julgamos importantes. Cabe ressaltar que a mesma representa os trabalhadores, independente de serem sindicalizados ou não, cabendo a representação dos empregados envolvidos ao sindicato de base territorial de registro de cada trabalhador.

Para encerrar sobre a convenção coletiva de trabalho iniciada em 1/5/2008, esta estabelece a fixação de multas de 5% do salário normativo por infração e por empregado, no caso de violação das condições acordadas, com reversão à parte prejudicada. Todos os termos poderão ser executados perante a Justiça do Trabalho, pelos sindicatos suscitantes, mesmo em favor dos trabalhadores não sindicalizados. Esta convenção vigorou até 30/4/2009.

Durante a entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Presidente Prudente e Região, obtivemos a informação de que este

sindicato conta com 2.300 trabalhadores associados, dos quais 400 são trabalhadores das usinas da região. Cabe ressaltar que este sindicato não representa apenas trabalhadores das usinas (produtoras de alimentos - o açúcar, no caso), visto que é um Sindicato da Alimentação, representa também trabalhadores de outras empresas do setor alimentício.

A respeito da discussão dos sindicatos dos trabalhadores nas indústrias de alimentação, Thomaz Jr (2002a) destaca que

Na corporação da alimentação o cenário é organizado com vistas a manter uma certa coesão na condução política das entidades sindicais, mas, sobretudo, encimada nos parâmetros e concepções da estrutura e organização sindical das cartilhas oficiais. (THOMAZ JR, 2002a, p. 265).

O enquadramento dos trabalhadores deve se amparar na atividade preponderante, no caso o açúcar. No entanto, foi discutido por Azevedo (2005, p. 39) o fato de que: “travou-se [...] uma certa ‘crise de representabilidade’ entre a usina Alto Alegre e os SINDQUÍMICOS, os quais eram responsáveis pela referida agroindústria” (grifos do autor). Dessa forma, no momento em que se inicia a produção de açúcar ocorre a mudança de filiação por parte da empresa. Isto vai de encontro ao que Thomaz Jr (2002a) já discutiu, o trabalhador “muda” de categoria sindical, mas continua exercendo a mesma função.

Entendemos que isso se deve à questão salarial, visto que o piso salarial dos trabalhadores ligados à fabricação do álcool, filiados aos SINDQUÍMICOS é de R\$ 664,00, ao passo que a mudança de categoria para trabalhadores na indústria da alimentação, significa um piso salarial de R\$ 567,00 a ser pago pelas usinas, uma economia de R\$ 97,00 por trabalhador.

Isto representa uma manobra do capital, respaldada pelo Sindicato da Alimentação que contemplou a demanda da usina na época. Thomaz Jr (2002a, p. 263) ressalta que:

[...] sair de uma corporação e simplesmente ir para outra em nome da similaridade da atividade profissional e não mais pelo critério do produto preponderante, o açúcar, faz pensar numa outra dimensão, a disputa por território intercorporações sindicais. Como já se viu, essa disputa se dá num cenário, todo ele, dominado pelo capital, ou no território do capital, com a presença mediadora do Estado, que conjuga interesses de categorias profissionais diametralmente opostas.

O senhor Carlúcio optou por não comentar a questão, destacando que o sindicato realiza um trabalho eficaz nas usinas, principalmente na luta por melhores salários,

negociações referentes ao fornecimento das cestas básicas aos trabalhadores, além de segurança e medicina do trabalho.

Outra questão em pauta é que a exemplo dos demais sindicatos visitados, ocorreu uma diminuição dos trabalhadores sindicalizados nos anos 1980, como consequência das novas estratégias lançadas pelo capital e da postura defensiva adotada pelos sindicatos. O senhor Carlúcio Gomes da Rocha ressaltou que os trabalhadores valorizam o trabalho do sindicato, mas que ***“o medo de perder emprego na porta da fábrica afasta qualquer possibilidade de luta”*** (grifos nossos).

Ao ser questionado sobre a ocorrência de greves ou paralisações pelos trabalhadores do setor, o presidente do sindicato em questão, salientou que há muitos anos não ocorrem greves, apenas paralisações “relâmpagos”, de algumas horas e que, nesses momentos, o trabalho do sindicato é realizado fora da fábrica, “na porta”, visto que algumas empresas dificultam a entrada dos sindicatos. Sobre o posicionamento dos trabalhadores nesses momentos, o senhor Carlúcio destacou que ***“a barriga fala mais alto que a cabeça”***, referindo-se ao receio dos trabalhadores de perderem seus empregos ao se manifestarem.

Verificamos que os fatos se repetem, independente do sindicato pesquisado, pois neste sindicato também foi constatado que o presidente já foi alvo de boletim de ocorrência por parte de usinas, além de ameaças e, quanto aos trabalhadores, verificaram-se demissões por liderarem paralisações. As dificuldades de adentrar as empresas também ficaram evidentes.

As empresas do setor sucroalcooleiro representadas por este sindicato, são a Usina Alto Alegre, situada no município de Presidente Prudente e a Diana, no município de Martinópolis. Foi ressaltado que a Usina Alto Alegre é a mais moderna e que as queixas dos trabalhadores da Diana são maiores, pois os trabalhadores queixam-se constantemente de falta de segurança e falta de medicina do trabalho, sendo que, muitas vezes, a empresa não fornece EPIs aos trabalhadores. Segundo o senhor Carlúcio Gomes da Rocha, na empresa Diana verifica-se ***“resquícios de senhor de engenho”***.

Ao ser questionado sobre as condições de trabalho a que são expostos os trabalhadores das usinas da região, o presidente do sindicato da Alimentação destacou que são péssimas e ***“quando o sindicato vai melhora”***. Quanto à relação com as empresas, o representante sindical ressaltou que houve evolução, pois ***“antes não recebiam dirigentes, as negociações eram mais truncadas”***. Porém foi mencionado o fato de que o sindicato atua à medida que surge algum problema, ou seja, para resolver às respostas dadas pelo capital e não como questionador, para evitar tais problemas.

Sobre a expansão da cana na região, o presidente do sindicato afirma que para a economia regional é interessante, do ponto de vista do dinamismo trazido pelo setor. Sobre a mecanização do corte, o dirigente sindical afirmou que esta *“tira oitenta empregos, mas que tipo de emprego?”*, referindo-se às condições a que são expostos os cortadores de cana.

As principais reivindicações dos trabalhadores representados por esse sindicato referem-se a melhores salários, segurança e medicina do trabalho e, na empresa Diana em particular, a reivindicação se estende à participação nos resultados, que no momento da entrevista, esta questão estava em negociação com a empresa.

Podemos constatar que, via de regra, as reivindicações dos trabalhadores filiados aos diversos sindicatos são muito próximas, praticamente as mesmas, principalmente no que se refere à questão dos salários. O que poderia ser uma mola propulsora rumo à unificação dos trabalhadores na agroindústria sucroalcooleira, no entanto, esbarra em uma série de disputas, como já foi discutido por Thomaz Jr (2002a) implicaria perda da “base”, da “contribuição sindical”. Assim, esse é o alvo dos discursos sindicais que supera a discussão das condições de trabalho, salário e emprego.

Assim, no próximo item apresentamos como se dá a representação dos trabalhadores vinculados aos Sindicatos dos Condutores de Veículos de Presidente Prudente.

5.5.5 Sindicato dos Condutores de Veículos de Presidente Prudente

O Sindicato dos Condutores de Veículos de Presidente Prudente e região é filiado à Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo, além de ser filiado à CUT desde 2003, conforme destacado por Waldir Nole Schiavão, presidente do sindicato há 8 anos⁵⁶.

Thomaz Jr (2002a) ressalta que nos sindicatos dos condutores há trabalhadores envolvidos na condução de máquinas agrícolas, tratores, colheitadeiras, motoristas de caminhão no transporte da matéria-prima da lavoura até a planta fabril, além das demais atividades afins. Porém, o autor salienta que:

Por outro lado, esses sindicatos abrigam diversos outros segmentos de trabalhadores da mesma atividade profissional, engajados em outros setores da atividade econômica – aliás, como se viu, condição geral para as demais categorias sindicais envolvidas na agroindústria sucro-alcooleira em São

⁵⁶ Entrevista realizada em outubro de 2008.

Paulo –, tais como motoristas de empresas de ônibus (intermunicipal, coletivo, turismo) etc. (THOMAZ JR, 2002a, p. 243).

Cabe destacar que independente do ramo ou setor da economia que os profissionais exerçam a atividade, não importando a preponderância caracterizadora da unidade do produto final, são considerados condutores.

Ainda nos reportando a Thomaz Jr (2002a), o autor menciona o caso dos tratoristas rurais, que não podem ser enquadrados como condutores, pois não são considerados categoria diferenciada de acordo com o artigo 577 da CLT, mas, ainda assim, são enquadrados “pelo capital como tal, a partir do momento que suas ‘contribuições’ são direcionadas na maioria dos casos, para os sindicatos dos condutores, enquanto os STRs ficam com a parte restante, o que, aliás, é motivo de inúmeras disputas judiciais entre os sindicatos”. (THOMAZ JR, 2002a, p. 245).

O presidente do sindicato de Presidente Prudente revelou que o sindicato não interfere, especificamente, nos interesses dos condutores de veículos do setor sucroalcooleiro, e sim em toda a categoria dos condutores composta por 4.000 trabalhadores condutores no total, na região de Presidente Prudente, de acordo com Waldir Nole Schiavão, que não precisou no ato da entrevista, o número de condutores envolvidos nas agroindústrias canavieiras da região.

Quanto aos principais problemas enfrentados pelos condutores das agroindústrias do setor sucroalcooleiro, Waldir Nole Schiavão destacou a jornada de trabalho excessiva, que chega a 10-12 horas/dia. O presidente do sindicato em questão ainda afirmou que os condutores de uma maneira geral, procuram os sindicatos e demonstram ter consciência dos seus direitos, embora exista uma pressão por parte das empresas para que os trabalhadores não o façam.

As agroindústrias canavieiras situadas na base regional do sindicato são Paranapanema I e II, Santa Fany, Alto Alegre, Cocal II e Atena. A usina Alto Alegre foi considerada problemática pelo presidente do Sindicato dos Condutores de Presidente Prudente, visto que, de acordo com Waldir Nole Schiavão “*muitos motoristas não recebem os direitos conforme a lei*”. Além deste fato, há problemas nesta empresa com registros em carteira e, de forma geral, o não cumprimento dos direitos trabalhistas. Na avaliação de Schiavão, a usina Alto Alegre divide posição com a Destilaria Santa Fany, no ranking das empresas mais problemáticas do setor sucroalcooleiro regional.

Ao ser questionado sobre o seu posicionamento a respeito da mecanização do corte da cana, Waldir Nole Schiavão como um fator positivo do ponto de vista ambiental, adotando o

mesmo raciocínio no que diz respeito à eliminação da queima da cana, afirmando ainda que “dá para reaproveitar a mão-de-obra”. No entanto, demonstrou preocupação com a expansão da cana-de-açúcar na região, principalmente com o que ele denominou de “*agricultura familiar*”, destacando as dificuldades de reprodução social destes produtores, diante dos incentivos à produção do etanol.

Waldir Nole Schiavão destacou que as principais conquistas do sindicato não se voltaram aos condutores do setor sucroalcooleiro, pois conforme já destacamos estes não são tratados de forma diferenciada. Dessa forma, as principais conquistas do sindicato referem-se a melhorias no transporte urbano de Presidente Prudente, com redução de jornada de trabalho para os motoristas, que antes trabalharam 2 turnos e atualmente são 3 turnos, além da conquista das cestas básicas, dentre outras, destacando que isto se deu em consequência de muitas paralisações e negociações entre capital e trabalho.

O piso salarial da categoria é de R\$ 800,00, de acordo com o presidente do sindicato dos condutores entrevistado. Nesse contexto, Waldir Nole Schiavão mencionou o fato de que muitas agroindústrias utilizam transportes e condutores terceirizados, o que, na prática, segundo o entrevistado, implica problemas no recebimento dos direitos trabalhistas. Por outro lado, foi destacado que há empresas em que o transporte é próprio, a exemplo da Destilaria Paranapanema.

Azevedo (2005), ao abordar a questão dos condutores, constatou o que viemos a verificar nos anos subsequentes, o transporte realizado pelas próprias agroindústrias, além da terceirização, sem qualquer representação junto à entidade sindical. O autor menciona ainda que poucas agroindústrias canavieiras investem no desenvolvimento de mecanismos viáveis de circulação de mercadorias, principalmente, no que se refere à logística. Assim, “neste caso, podemos citar o exemplo da Usina Alto Alegre que tem investido na construção de rodovias internas a sua área de domínio, o que de fato, permite à empresa, usar maior número de vagões no trajeto da matéria-prima do campo até a planta fabril”. (AZEVEDO, 2005, p. 40).

Cabe ressaltar, como não foi mencionado pelo presidente do sindicato dos condutores de Presidente Prudente, a existência de nenhuma agroindústria canavieira associada. Infere-se, pois, que há um imobilismo dos dirigentes no tocante a estes trabalhadores, que também dificulta uma avaliação das condições e da segurança do transporte da cana-de-açúcar e dos trabalhadores rurais, visto que muitos são transportados em ônibus precários pertencentes aos arregimentadores de mão-de-obra.

Thomaz Jr (2002a) enfatiza que

Enquanto o capital se fortalece tecnicamente, com a mecanização do corte da cana e, politicamente com mecanismos mais ágeis de organização e representação de classe, os condutores, que despontam e se fortalecem como corporação, não fundamentaram isso até o momento. Ao contrário do capital, os condutores não encaminharam ações redefinidoras da sua estrutura e organização interna e na combatitividade (mesmo que somente no sentido corporativo), nem sem sequer formularam, internamente às suas entidades sindicais, políticas abrangentes às demais categorias, questionando a ‘estrutura sufocante e divisionista dos trabalhadores’. (THOMAZ JR, 2002a, p. 246-247).

Esses são os apontamentos que puderam ser efetivados no tocante à questão do Sindicato dos Condutores de Veículos de Presidente Prudente, que de modo geral, com suas especificidades, foram de encontro ao que verificamos nos demais sindicatos da região, ou seja, as dificuldades de representação, as pressões e ameaças a dirigentes sindicais, bem como aos trabalhadores, principalmente, a questão da demissão, como preço a ser pago pelos trabalhadores que se mobilizam e lutam pelo cumprimento dos seus direitos.

Podemos concluir, que de um modo geral, o conservadorismo, o assistencialismo e a omissão marcam os sindicatos dos trabalhadores ligados ao setor sucroalcooleiro da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. Este fato, todavia, não é generalizado, exclusivo e absoluto, pois em um mesmo sindicato podemos verificar ações ora combativas ora defensivas, como o STR de Regente Feijó e o assistencialismo do STR de Presidente Prudente contrasta com uma ação mais combativa do STR de Presidente Venceslau e Marabá Paulista, a presença de “*senhorzinhos*”⁵⁷ por vários mandatos seguidos na presidência dos sindicatos da região, parece dificultar uma renovação do movimento sindical e, mesmo dentre os combativos – nos referimos ao STR de Presidente Venceslau e Marabá Paulista e a ligação com a FERAESP – estes parecem se perder nos momentos em que o preço por sua postura é pago pelos próprios trabalhadores, com suas demissões, diante do fato de que o capital faz valer a sua força

É necessária e urgente, uma releitura do novo cenário por parte do movimento sindical, interpretando as novas tramas espaciais, momentaneamente sob a hegemonia do capital (MENDONÇA, 2004). Diante do exposto, ao longo do capítulo e de toda a presente pesquisa, entendemos que urge a idéia e a prática da *consciência possível*. A esse respeito, Mendonça (2004, p. 426) afirma, “esse processo ainda precisa ser viabilizado e potencializado pela ação política dos sindicatos, partidos, movimentos populares, movimentos sociais com ações emancipatórias”.

⁵⁷ Estamos nos apropriando de um termo utilizado por Rubens Germano, presidente do STR de Presidente Venceslau e Marabá Paulista, ao se referir a alguns presidentes dos STRs da região de Presidente Prudente.

Nesse contexto, um (re)pensar e um novo agir por parte do movimento sindical apresentam-se como alternativas que urgem, perante a intensa precarização a que são submetidos os trabalhadores neste início de século, especialmente, nesse caso dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro.

Considerações Finais

O estudo do (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente implicou em considerar que o objeto de estudo desta pesquisa está inserido em um contexto mais amplo, visto que o local, a parte, engendra rebatimentos do global, do todo, considerando que a discussão perpassou pela compreensão do capitalismo como categoria de interpretação histórica e do trabalho, como categoria de interpretação geográfica da realidade.

Isso posto, para entender nosso objeto de estudo foi preciso compreender que o capital encontra-se diante de uma crise estrutural, que não se origina por si só em alguma região misteriosa, mas reside dentro e emana de suas três dimensões internas: produção, consumo e circulação/distribuição/realização. A preocupação reside no fato de que pode haver qualquer tipo de crise até que o obstáculo seja removido, no entanto, uma crise estrutural não pode manifestar-se como mecanismo vital de autoexpansão, visto que ela representa os *limites últimos* do sistema global.

É em meio a estas contradições que hoje nos defrontamos com o poder de destrutibilidade do sistema do capital, que mesmo diante de sua expansão, está muito longe de gerar desenvolvimento social, pois o capital apenas consegue promover o deslocamento de suas contradições.

Considerando que o sistema sociometabólico do capital é composto pelo tripé Capital, Trabalho e Estado, o que está colocado é que é impossível emancipar o trabalho, sem superar o capital e o Estado. Assim, diante das crises dos modelos técnicos, são criados novos paradigmas como resposta às crises, que representam a própria incapacidade do capitalismo de se autogerir.

É nesse contexto, que a aliança entre o fordismo e o keynesianismo resultou em um surto de expansões internacionalistas que criaram condições para a acumulação capitalista e, conseqüentemente, para a expansão do mercado. Por sua vez, a crise do modelo fordista, que foi marcada por uma força de trabalho especializada, criou-se um ambiente propício para o surgimento do modelo de acumulação flexível, que é marcado por um confronto direto com a rigidez do fordismo, apoiando-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

Cabe destacar que a acumulação flexível é uma das características do capitalismo, tanto no tocante à flexibilização da produção, como no que diz respeito à força de trabalho. Sendo assim, não se trata de um fato novo, mas sim da incorporação de elementos que surgem

para suprir as necessidades do processo de reestruturação produtiva do capitalismo, ou seja, a precarização e as novas especializações impostas aos trabalhadores, principalmente nos anos 1970 e 1980.

Dessa forma, a flexibilização contribui para o aprofundamento de uma relação que se propaga desde o surgimento do trabalho assalariado, ou seja, com a separação do trabalhador dos meios de produção. Assim, a alienação como elemento fundante e intrínseco na venda da força de trabalho é reforçada com a flexibilização que se instala na Terceira Revolução Tecnológica. Nesse contexto, o toyotismo pode ser considerado o momento áureo da reestruturação produtiva na era da mundialização do capital.

O impacto direto sobre o universo do trabalho é a produção do trabalho temporário, parcial, subcontratado e terceirizado. Este último atende à necessidade das empresas de descentralizarem a produção, reduzindo custos, por meio da precarização do trabalho, do emprego e do salário. Esses elementos justificam a última face da flexibilidade do trabalho, que assume novas dimensões, visto que esse processo resulta da capacidade do capital tornar domável e submissa a força de trabalho, além de que sob a mundialização do capital, a flexibilidade é condição ideológica e política que enfraquece os movimentos da classe trabalhadora.

Dessa forma, a mundialização do capital acentua a flexibilidade dos processos de trabalho e dos mercados de trabalho, além dos produtos e padrões de consumo. Assim, verificam-se aquisições, incorporações e participações acionárias nos mais diversos segmentos.

Assim, a atual fase de reestruturação produtiva do capital implica a construção de um novo universo do trabalho, que é complexificado, multifacetado, fragmentado e onde se intensificam todos os níveis de precarização, o que reflete em um aumento de trabalhadores temporários, parciais, subcontratados, terceirizados, além da intensificação do desemprego estrutural.

Como resposta à sua crise estrutural, o capital entra em cena por meio da reestruturação produtiva, processo que acarretou em desdobramentos espaciais, repercutindo na criação de um “novo” mundo do trabalho, em que a precarização predomina nos mais diversos setores. Assim, é sobre a égide do capitalismo financeiro, que se dá a reestruturação produtiva do capital e acentua-se a ofensiva sobre o trabalho assalariado e as empresas expandem suas atividades.

No campo brasileiro, e mais especificamente no setor sucroalcooleiro, este fenômeno expande-se e várias empresas do setor são adquiridas por grupos de diferentes regiões e

países. A reflexão das novas estratégias do capital sucroalcooleiro implica a compreensão das diferentes formas de aprisionamento do trabalho.

Sobre o processo de aprisionamento do trabalho, uma das formas de manifestação se dá através do trabalho por produção, como é o caso do corte da cana, onde o próprio trabalhador incorpora o aumento da produtividade durante o ato produtivo, elevando a taxa de exploração, sem a necessidade de investimentos em capitais, em máquinas e equipamentos. Assim, há um elemento mascarador, devido à imobilização da força de trabalho e da coerção física ou moral, em que trabalhadores assalariados, contratados ou não e as usinas, aparentemente, realizam apenas relações livres de compra e venda da força de trabalho.

Na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, tradicionalmente, ocupada pela pecuária, ocorre a expansão do setor sucroalcooleiro, em decorrência da grande disponibilidade de terras que, anteriormente eram aproveitadas pela pecuária extensiva e que vem cedendo espaço aos canaviais. Outrossim, ocorre a incorporação de unidades agroindustriais por grupos empresariais provenientes de outras regiões que, num movimento de concentração e centralização de capitais, engendram um (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho.

As transformações ocorridas no interior das relações que mediatizam a produção de açúcar e álcool na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente contêm elementos e reflexos do cenário mundial.

Dessa forma, a precarização do trabalho ocorrida no interior do setor sucroalcooleiro é decorrência da intensificação das forças produtivas e da própria dinâmica do capital, que adota a reestruturação produtiva como uma alternativa provisória para a manutenção dos padrões de acumulação.

Isso posto, cumpre ressaltar que as transformações socioespaciais retratadas ao longo dessa pesquisa, condizem com a fase de acumulação do capitalismo industrial-financeiro, que reordena o território, a partir de uma reestruturação espacial.

Na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, de um lado, há o poder latifundiário, que atualmente se alia ou passa a fazer parte do capital agroindustrial, por outro lado, há trabalhadores sem-terra, divididos entre os que tentam se reterritorializar na terra e outros que, vendem força de trabalho às usinas, seja como cortadores de cana, soldadores, motoristas, operadores de colheitadeiras e outras categorias, na maioria dos casos por meio de contratos de safra, geralmente precários.

É nesse contexto que a territorialização do capital e do trabalho na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente se expressam por meio das tramas que se desenvolvem

neste território em disputa, com rearranjos produtivos que acarretam rebatimentos diretos para os trabalhadores. Essas tramas são marcadas por disputas entre o capital sucroalcooleiro, o poder público, os latifundiários, os movimentos sociais de luta pela terra, sindicatos e trabalhadores. No interior dessas esferas, ora se desenvolvem relações de alianças ou de embates, dependendo do jogo de forças e dos interesses predominantes.

A territorialização das agroindústrias canavieiras na Microrregião de Presidente Prudente teve início no final dos anos 1970, com recursos provenientes do PROÁLCOOL. Todavia, é no início do século XXI, se consolida a expansão do setor sucroalcooleiro na área de pesquisa, motivado por um cenário mundial, que assistimos a redução dos combustíveis fósseis, abrindo espaço para uma *commodity* - o etanol - produzido em monoculturas que visam essencialmente à eficiência econômica do processo, não se levando em conta o problema social daí decorrente, principalmente, no que se refere à precarização e exploração a que são submetidos os trabalhadores nesse setor.

As novas unidades do setor sucroalcooleiro são atraídas pela disponibilidade de terras existentes nesta região, e a produção da cana-de-açúcar passa se a ocorrer em terras próprias e/ou arrendadas, em substituição à presença dos fornecedores. Este processo este que caracteriza um novo reordenamento territorial no uso/posse da terra pelas agroindústrias do setor.

Esse (re)ordenamento territorial revela um novo cenário numa região que, além de marcada pela expansão da cultura canavieira, tem na sua história a concentração fundiária, eclodindo em conflitos na luta pela terra. Assim, a expansão da lavoura canavieira ocorre nessas mesmas terras, que agora são compradas ou arrendadas pelos empresários do setor.

Dessa forma, a expansão da atividade canavieira na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente acompanha a lógica da mecanização e de insumos químicos genéticos, e o que já se observa é a ampliação das unidades agroindustriais do setor já existentes e a instalação de outras novas, em um cenário marcado pela concentração e centralização de capitais. A intensificação das aquisições e incorporações foi favorecida pela desregulamentação do setor, por meio da liberação dos preços da cana-de-açúcar, do açúcar e do álcool, que implicaram a descapitalização de algumas empresas, favorecendo as fusões e aquisições.

A mecanização da agroindústria canavieira surge aliada a novas formas de gestão do controle do processo de trabalho e da automação microeletrônica na planta fabril, esta última associada à necessidade de aumentar a velocidade de processamento das informações, gerando um controle maior e a criação de mecanismos de regulação que facilitam a tomada de

decisões e a precisão e eficiência do processo produtivo. Para os trabalhadores, isto se traduz em exigências no que se refere à qualificação, desenvolvimento de novas habilidades e desempenho de novas funções e envolvimento nas diferentes etapas do processo produtivo.

Assim, pensar a territorialização do capital agroindustrial canavieiro na área de pesquisa, implica uma preocupação central para nós que é o trabalho. O capital agroindustrial canavieiro se (re)territorializa, se (re)ordena, (re)ordenando o espaço e, por sua vez, o trabalho também é (re)ordenado. Há também rebatimentos para os camponeses, percebidos como classe trabalhadora, que também sofrem as consequências da expansão da cana, seja como proprietários por herança, compra ou assentados - também passam por um processo de (re)ordenamento, que pode se dar por meio de diferentes formas de (re)territorialização.

Dessa forma, ao pesquisar o universo dos trabalhadores empregados nas agroindústrias canavieiras da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, encontramos trabalhadores migrantes, do norte de Minas Gerais, estados do Nordeste, como Bahia e Maranhão, além daqueles provenientes do estado do Paraná e de outras cidades paulistas e, também, trabalhadores da própria região, alguns camponeses expulsos da terra, outros provenientes das cidades que já enfrentaram várias experiências de precarização, seja no campo ou na cidade.

Dito isto, cabe reforçar que a expansão do capital canavieiro, na área de estudo, reforça a precarização, além provocar um (re)ordenamento no território, no sentido de que as terras que poderiam ser destinadas para a Reforma Agrária passam a ser ocupadas de forma desregrada pelos canaviais, ameaçando a soberania alimentar e o acesso à terra pelos que nela trabalham.

Outro aspecto a ser considerado, são as relações de poder, o controle que as agroindústrias canavieiras passam a ter neste território, a partir do momento em que assentados arrendam terras para as usinas e/ou se submetem ao assalariamento, ou seja, territórios construídos pelas lutas, como os assentamentos, ficam, de certa forma, subordinados ao capital canavieiro.

Ainda sobre a expansão do capital canavieiro, cabe ressaltar que as tramas ocorridas na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, seguem um movimento mais amplo, ocorrido no setor sucroalcooleiro em todo o país, porém com suas especificidades, visto que o movimento do capital canavieiro está imerso no movimento geral de reprodução ampliada do capital que, mesmo no deslocamento de suas contradições, produz “modernas” formas de superexploração e aprisionamento do trabalho, a exemplo das novas formas de trabalho

escravo, pela imobilização da força de trabalho, com repressão física ou moral, o que é facilmente verificável em canaviais de todo o Brasil.

Na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, a ofensiva do capital sobre o trabalho, engendra a precarização, que se manifesta com a terceirização, subcontratação, desemprego e, mesmo dentre os empregados, há falta de equipamentos de segurança, piso salarial inferior ao da categoria e medidas punitivas contra aqueles que buscam empreender uma mínima superação da captura de sua subjetividade, como o risco de não serem contratados em uma próxima safra.

Ainda relativo à precarização do trabalho, constatamos a existência de pessoas que trabalham sem carteira assinada e, dentre os que não possuem registro em carteira encontramos vários casos que relataram não receber EPIs, ou seja, as agroindústrias entendem que não necessita dispor dessa preocupação e desses equipamentos, além de casos em que esses equipamentos são descontados dos salários dos trabalhadores.

O aumento do preço da cana é a principal reivindicação dos trabalhadores entrevistados e o desrespeito das agroindústrias canavieiras inicia-se pela manhã, pois, muitas vezes, os trabalhadores sequer são informados de quanto receberão por metro de cana cortado, e/ou, ao final do dia, os preços divulgados são diferentes do que foi comunicado pela manhã.

Cabe ressaltar que problemas de saúde e acidentes são corriqueiros, o que se dá pela cobrança do próprio trabalhador à incorporação do aumento da produtividade do trabalho, pois seu maior ou menor rendimento salarial vai depender de quanto mais ele produzir. Assim, a média de vida útil de um trabalhador é inferior a 15 anos e, como já destacamos no decorrer da pesquisa, mortes ocorrem nos canaviais, por esforço físico, ou seja, o indivíduo morre de tanto trabalhar.

De um modo geral, estes trabalhadores estão sujeitos a mecanismos culturais e ideológicos, entendendo que as relações e condições de trabalho são boas e igualitárias. Entra em cena ainda, a questão que o trabalhador, quando do sexo masculino vê-se como provedor, logo tem a obrigação de tal esforço ou, ainda, discursos como o de que não há o que fazer, “*fazer o que Deus quer*”, além da sedução dos imperativos do consumo.

A transformação de tudo em mercadoria estende-se da força de trabalho aos valores humanos, da substituição do ser pelo ter em uma sociedade cada vez mais marcada pelo individualismo, que é incorporado também pela classe trabalhadora. Assim, o trabalhador não percebe o outro trabalhador como igual, mas sim como superior, inferior, ou quando se aproxima da possibilidade de igualdade o vê como um competidor em potencial. É aí que reside o grande desafio da classe trabalhadora rumo ao desestranhamento.

É nesse contexto, que os trabalhadores são submetidos a diversas formas de superexploração, trabalho escravo e a diversas formas de desrespeitos trabalhistas. Diante dessa conjuntura, de superexploração, aliada a mecanismos sociopsicológicos, o que se observa é que o consumo, o fetiche da mercadoria e dos salários, em sintonia com a captura da subjetividade operária desvia a atenção da maioria dos trabalhadores de questões centrais, como a precarização a que são submetidos, além de lhes tirar o foco de sua organização, a partir das lutas, rumo a uma emancipação do trabalho e pelo trabalho

Do ponto de vista do desenvolvimento do ser genérico do homem, este parece estar cada vez mais comprometido, principalmente diante da crise estrutural do capital e de sua reestruturação produtiva como resposta à crise. Assim, podemos observar que vários são os mecanismos de aprisionamento do trabalho. Podemos citar a captura da subjetividade operária, que surge como instrumento ideológico voltado para a valorização do capital, pois ao operário de hoje, não basta vestir a camisa da empresa, como até fase recente, mas sim pensar como a empresa, é-lhe inculcado a idéia de que ele é a própria empresa. Assim, o processo de reestruturação produtiva produziu a precarização do emprego e do salário, além de fragilizar o sindicalismo, com o consentimento operário.

O fulcro central para se pensar/repensar o movimento sindical, no início do século XXI, é a criação urgente de estratégias de unificação dos trabalhadores. Esta questão foi inclusive reconhecida e destacada em entrevista ao STR de Regente Feijó (SP), município de nossa área de estudo.

Porém, esta unificação não parece tão próxima, pois o que se tem de um modo geral, internamente no movimento sindical como um todo e que se reflete na área pesquisada, são sindicatos com práticas corporativas e divergências político-ideológicas, ao defender os interesses de uma mesma classe.

O assistencialismo é uma prática muito comum há décadas como recurso utilizado para se trazer o trabalhador para os sindicatos, assim como a defesa dos próprios interesses de seus dirigentes. O conservadorismo predomina, além da própria fragmentação da estrutura sindical como um todo, dificultando que as lideranças mais combativas realizem ações político-organizativas para efetivamente tornar a realidade diferente para os trabalhadores.

Assim, a opção por ações políticas conciliatórias na área de pesquisa refletem um movimento mais amplo que se dá na estrutura sindical de todo o país. Por isto, as greves tornam-se mais escassas, as paralisações são “relâmpago”, o medo do desemprego por participarem destes movimentos ficou latente na fala de grande parte dos entrevistados.

Dessa forma, de um modo geral, considerando todos os sindicatos de trabalhadores visitados na área de pesquisa e as respectivas entrevistas realizadas, somos levados a concluir ou apresentar no debate, o fato de que esses sindicatos são marcados, como reflexo da postura do atual movimento sindical no Brasil por uma série de ‘ismos’ – imobilismo, assistencialismo, burocratismo, conservadorismo.

Há uma urgência na redefinição do modelo sindical para que se possa pensar em ações políticas emancipatórias e a unificação dos trabalhadores, seja por meio do movimento sindical ou não. Ela deverá ser focada na relação cidade x campo, visto que a burguesia agrária e urbana historicamente realizam alianças/pactos em favor de seus interesses.

Mas, deve-se considerar que há uma dificuldade dos trabalhadores neste início de século, devido à captura de sua subjetividade e as complexas formas de precarização a que são submetidos, de viabilizarem essas ações inclusive no plano ideológico, pois é necessário a consciência de que há uma necessidade, um motivo e um potencial de/e para a luta. Os movimentos sociais têm cumprido este papel, o que faz crer que a classe trabalhadora tem este potencial de luta contra o capital e, considerando um território em disputa, só se disputa algo que se pode ganhar ou perder, se a derrota é clara, não há um porquê para a disputa e, estamos lidando com a premissa de que há possibilidades de vitória e não apenas de derrota para os trabalhadores.

Dessa forma, a compreensão do (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro passou pelo entendimento de uma complexa teia de relações e, fica claro que a expansão do capital canavieiro na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente /SP, (re)ordena o território, (re)ordena o trabalho que, também se (re)ordena, pois se trata de um movimento, não de uma realidade inerte. O entendimento das transformações espaciais resultantes do embate da relação capital x trabalho, deve ser realizado à luz da Geografia do Trabalho, visto que a autorrealização da humanidade deu-se por meio do trabalho, logo, aprisionado, é impedido de cumprir suas possibilidades realizadoras e se contém em si mesmo as condições que o levaram a historicamente a ser subjugado no modo de produção vigente, contém em si também, o potencial emancipador para além do capital. Assim, ficam aqui registrados os desafios para a Geografia, que deve cada vez mais “ler” o território, a partir da categoria trabalho, pois o aumento da capacidade de luta dos trabalhadores faz com que mesmo diante da diminuição dos empregos, o trabalho se reafirme e a sua centralidade está garantida teórica e empiricamente.

REFERÊNCIAS

ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**. Presidente Prudente: Publicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Presidente Prudente, 1972.

AGUIAR, D.A. et al. Expansão da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo: safras 2003/2004 a 2008/2009. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 14., 2009, Natal. **Anais...Natal:INPE**, 2009. p. 9-16.

AJZENBERG, A. As classes sociais e suas formas modernas de luta. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 17, p.9-19, 2005.

ALMEIDA, R.A. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: UNESP, 2006.

ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital**: a degradação do trabalho no capitalismo global. Londrina: Práxis, 1999.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Limites do sindicalismo**. Bauru: Práxis, 2003.

_____. Crise estrutural do capital, trabalho imaterial e modelos de competência: novas dialéticas. In: ALVES, G. et al. (Org.). **Trabalho e educação**: contradições do capitalismo global. Maringá: Práxis, 2006a. p. 47-81.

_____. Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000: dilemas da era neoliberal. In: ANTUNES, R.(Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006b. p.461-474.

_____. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Práxis, 2007.

ANDRADE, M.C. **Modernização e pobreza**: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico social. São Paulo: USP/FFLCH – GEO, 2004.

ANSEMI, R. Belgas investirão na produção de álcool e biodiesel em Goiás. **ProCana**. Ribeirão Preto, 7 dez. 2006. Disponível em: <www.procana.com>. Acesso em: 10 dez. 2007.

ANTONIO, A.P. A ação estatal no processo de organização agrária no município de Teodoro Sampaio. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 9, p. 25-34, 1987.

ANTUNES. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. (Org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho**. Disponível em: <www.fundacentro.gov.br/dominios/CNT/anexos/Mesa%201%20%20Ricardo%Antunes%20texto.pdf>. Acesso em: 02 fev.2009.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA. **Boletim Informativo**. Niterói-UFF, n. 3, p.1-18, jul. 2007.

AZEVEDO, J.R.N. **Configuração metabólica do capital canavieiro no Oeste Paulista**. 2005. 72 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - FCT-UNESP, Presidente Prudente, 2005.

_____. **Expansão da agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul: relação capital x trabalho e reconfiguração espacial**. 2008. 234 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - FCH – UFGD, Dourados/MS, 2008.

AZEVEDO, J. R. N.; THOMAZ JÚNIOR, A. Elementos para discussão da configuração da agroindústria canavieira no Oeste Paulista e da relação capital x trabalho. **Pegada**, Presidente Prudente, v.6, n.1, p. 59-65, jun/2005.

BACCARIN, J. G. **A constituição da nova regulamentação sucroalcooleira**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Agrários; São Paulo: Editora UNESP. v. 5, n. 22, 2005.

BARROS, A. N. Usina Atena quer girar moendas até agosto de 2007. **Folha da Cidade**, Martinópolis, 29 set. 2006. p.5. Entrevista concedida ao Jornal Folha da Cidade.

BEGUOCI, L. Invasores de terra diminuem com o avanço do Bolsa Família. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 nov. 2007, p. A4.

_____. Bolsa família esvazia MST, dizem analistas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 nov. 2007, p. A6.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BERNARDO, J. Mesa de abertura: Trabalho e lutas sociais. **I Seminário Internacional Trabalho, Política e Sociedade**. Uberlândia, 24 de abril de 2007.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento europeu em crise**. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

BORCHARDT, J. **O capital: resumo dos 3 volumes – edição resumida**. Tradução de Ronaldo Alves Schmidt. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

BRANDÃO, C.R. **A partilha da vida**. São Paulo: Cabral Editora, 1995.

_____. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASILINO, L. Submissão às transnacionais. **Brasil de Fato**, São Paulo, 29 mar. a 4 abr. 2007. Nacional: Meio Ambiente. p. 4.

BRAY, S.; FERREIRA, E.R. O PROÁLCOOL e o PROESTE, e as transformações nas áreas canavieiras do Estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 1983, Uberlândia. **Anais...**Uberlândia: UFU, 1983. p.46-52.

_____. A política do Instituto do Açúcar e do Alcool na década de 70 e seus reflexos na área canavieira do Vale do Paranapanema (SP). **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 61, p. 105-117, 1984.

_____. O PROÁLCOOL e as transformações nas áreas canavieiras do Estado de São Paulo. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 22, n. 43-44, p. 21-26, 1992.

CARMO CRUZ, V. Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAÚJO, F.G.B.; HAESBAERT, R. **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 93-122.

CARNEIRO JR, O. **Acordo coletivo, convenção coletiva, dissídio**. Disponível em: <<http://direitostrabalhistas.blogspot.com/2008/08/acordo-coletivo-convenocoletiva.html>> Acesso em: 20 jan. 2008.

CARVALHAL, M.D. **A comunicação sindical em Presidente Prudente/SP: uma leitura geográfica**. 2006. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCT-UNESP, Presidente Prudente, 2006.

CARVALHO, H. M. **Impactos econômicos, sociais e ambientais devido à expansão da oferta do etanol no Brasil**. Disponível em: <www.landaction.org/spip/spip.php?article190>. Acesso em: 29 jul. 2007.

CARVALHO, M. **O que é natureza**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. Tradução: Majer Roseneide Venâncio. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: _____. **A finança mundializada**. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 35-67.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Síntese dos conflitos trabalhistas**. Disponível em: <www.cptnac.com.br>. Acesso em: 2 fev. 2009.

COLETTI, C. **A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto**. 1996. 278 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas)-IFCH-UNICAMP, Campinas, 1996.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 251-256.

COSSI, J. Trabalho no corte da cana tem dias contados, diz estudo. **Folha News**, São Paulo, 11 set. 2007. Disponível em: <<http://www.uai.com.br>>. Acesso em: 14 set. 2007.

CRUZ, N.N.D. **A reprodução do lugar e o desafio da permanência nos lotes da reforma agrária**: Assentamento Divisa – Ituiutaba – MG. 2008. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

DANTAS, I. Governo libera cana na Amazônia em áreas desmatadas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 set. 2007. Dinheiro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 29 set. 2007.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Peter Pál Pesbart e Janice Caiafa. v. 5. Rio de Janeiro: Editora 34 LTDA, 1997.

DEMO, P. Elementos metodológicos da pesquisa participante In: BRANDÃO, C.R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 131-137.

DIAS, G.L.S. Um desafio novo: o biodiesel. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 21, n. 59, p. 179-183, 2007.

D'INCAO E MELO, M.C. **O “Bóia-Fria”**: acumulação e miséria. Petrópolis: Vozes, 1976.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. Tradução de Manuel do Rego Braga. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: Antunes, R. (Org). **A dialética do trabalho**: Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 14-34.

ESTRANGEIROS avançam no álcool. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 25 set. 2007. Investimentos. Disponível em: <<http://www.uai.com.br>>. Acesso em: 01 out. 2007.

FABRINI, J.E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

_____. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: Paulino, E.T.; Fabrini, J.E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 239-271.

FARIA, R.C.; FARIA, M.R.M. Cana: mecanizar ou humanizar? **Estado de Minas**. 01 out. 2007. Agropecuário. Disponível em: <www.uai.com.br>. Acesso em: 5 out. 2007.

FERNANDES, B.M. **MST- Movimento dos trabalhadores rurais sem terra**: formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: HUCITEC, 1999.

FERNANDES, B.M. Entrando nos territórios do Território. In: Paulino, E.T.; Fabrini, J.E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

FERREIRA, C.B; GRACIOLLI, E.J. **O processo de precarização do trabalho dos técnicos-administrativos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)**. Disponível em:<www.estudosdotrabalho.org6seminariodotrabalho/carlaferreiraedilsongracioli.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agrícola de 1960**. Rio de Janeiro, 1960.

FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 1970**. Rio de Janeiro, 1970.

FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 1975**. Rio de Janeiro, 1975.

FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 1980**. Rio de Janeiro, 1980.

FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 1985**. Rio de Janeiro, 1985.

FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 1995/96**. Rio de Janeiro, 1996/96.

FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal: 1990-2008**. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 fev. 2009.

FURTADO, A. Crise energética e trajetória de desenvolvimento tecnológico. In: CICLO DE SEMINÁRIOS, 2003. Rio de Janeiro. **Brasil em desenvolvimento**. Disponível em:<www.ie.ufrj.br/desenvolvimento/odf5/crise_energetica_e_trajetorias_de_desenvolvimento_tecnologico.pdf> Acesso em: 9 abr.2009.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

GAZETA MERCANTIL. Petróleo: alta nas bolsas mundiais impulsiona barril. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 10 mar. 2009. Disponível em:<http://www.gazetamercantil.com.br/gzm_news.aspx?parms=2440460,36,11>. Acesso em: 20 mar. 2009.

GEBARA, J.J.;BACCARIN, J.G. Alteração no sistema de corte de cana, de 5 para 7 ruas: implicações para produtores e trabalhadores. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 60, p. 47-55, 1984.

GONÇALVES, A. Com Albertina, noruegueses estréiam no álcool. **Valor Econômico**. Disponível em: <www.fiorde.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2007.

GONÇALVES, C.W.P. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica da Associação de Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas – MS, Três Lagoas, v.1, n. 3, ano 3, maio 2006. Disponível em:< www.ceul.ufms.br/revista-geo/carloswalter.pdf.br>. Acesso em: 4 abr. 2009.

_____. A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas. In: SANTOS, M.; B, BECKER. et al (Org). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p.375-409.

GONÇALVES, C.W.P; ALENTEJANO, P. **Geografia agrária da crise de alimentos no Brasil**. Disponível em: <www.latinoamericanos_posgrado.unam.mx/EVENTOS/EVENTOS2008/geografia/geografiabloque2_3.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2009.

GORZ, A. A crise e o êxodo da sociedade salarial: entrevista com André Górz. In: SILVA, J. P; Rodrigues, I. J. **André Gorz e seus críticos**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 47-63.

GRAZIANO DA SILVA, J. **De bóias-frias a empregados rurais: as greves dos canavieiros paulistas de Guariba e Leme**. Maceió: EDUFAL, 1997.

GRUPO francês leva 4 usinas brasileiras. **Jornal ProCana**, Ribeirão Preto, 16 fev. 2007. Disponível em: <www.procana.com>. Acesso em: 18 fev. 2007.

GRZYBOWSKY, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 1987.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I.E., GOMES, P.C.C., CORRÊA, R.L. (Org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 165-205.

_____. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; B, BECKER. et al (Org). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p.43-71.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005a.

_____. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005b.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005c.

_____. **Espaços de esperança**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. **A condição pós-moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HESPANHOL, R.A.M. **Produção familiar**: perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP. 2000. 354 f. Tese (Doutorado em Geografia) - IGCE – UNESP, Rio Claro, 2000.

HOBSBAWM, E.J. **Mundos do trabalho**. Tradução: Wander Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

JULIÃO, F. **Que são as ligas camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 1962.

JÚLIO, M. Crise do capital, reestruturação produtiva e qualificação profissional. In: BATISTA, R. L.; ARAÚJO, R (Org.). **Desafios do trabalho**: capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003. p. 115-141.

KAUTSKY, K. A ditadura do proletariado (Extratos). In: COGGIOLA, O. (Org.). **Escritos sobre a Comuna de Paris**. Seleção de textos de Osvaldo Coggiola. São Paulo: Xamã, 2002. p. 125-127.

KAYSER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p.93-104, 2006.

KOGA, O.; RAMOS, F.; NAKANO, K. A disputa territorial redesenhando relações sociais nas cidades brasileiras. **Serviço Social & Sociedade**, n. 94, ano 29, São Paulo: Cortez. 2008. Disponível em: <www.polis.org.br/utilitarios/editor2.0/userfile/File/%20disputa%20territorial%20redesenhando/20%as%20relações%20sociais%20nas%20cidades%20brasileiras.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2009.

KURZ, R. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Tradução de Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LACOSTE, I. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadão. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p.77-92, 2006

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Travail imatériel et subjectivité**. 1991. Disponível em: <<http://biblioweb.samizadat.net/article60.html>>. Acesso em: 01 abr. 2007.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, J.F. **A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente**. FFCL - Presidente Prudente, 1972.

_____. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

LEITE LOPES, J.S. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIMA, E.S. Visita de Bush: de olho no etanol latino-americano. **Brasil de Fato**. São Paulo, 1 a 7 mar. de 2007a. Internacional, p.7.

_____. A verdade grilada no Pontal. **Brasil de Fato**. São Paulo, 1 a 7 mar. 2007b. Nacional: Questão Agrária, p.3.

_____. O desafio de garantir a soberania alimentar e o modelo energético. **Brasil de Fato**. São Paulo, 23 a 29 ago. 2007c. Brasil, p. 4.

LORA, E.S; ARRIETA, F.P.; CARPIO, R.C. Eletricidade a partir do bagaço da cana. In: MELLO, M.G (Org.). **BIOMASSA: energia dos trópicos em Minas Gerais**. Belo Horizonte: LabMídia/FAFICH, 2001. p. 59-81.

LOSOVSKY, K. **Marx e os sindicatos**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. Tradução de Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURGO, R. Greve de massas, partido e sindicatos. In: BOGO, A. (Org.). **Teoria da organização política**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 241-337.

MARINI, R. M. Desenvolvimento e dependência. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J.P. (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p.220-235.

MARTINS, H.S. Os dilemas do movimento sindical em face da terceirização. In: MARTINS, H. S.; RAMALHO, J. R (Org.). **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: HUCITEC: CEDI/NETS, 1994. p. 13-40.

MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política – O processo de circulação do capital.** Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Livro Segundo, v. 3, 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980a.

_____. **O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital.** Tradução de Reginaldo Sant’Anna. v. 1, 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980b.

_____. **O dezoito brumário de Louis Bonaparte.** Tradução de Sérgio Donizete Chagas. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

_____. **O capital: crítica da economia política.** Tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. v. 1, 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. O que foi a Comuna de Paris? **Escritos sobre a Comuna de Paris.** Seleção de textos de Osvaldo Coggiola. São Paulo: Xamã, 2002, p. 41-58.

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital.** Tradução de Klaus Von Puchen. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2004a.

_____. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: ANTUNES, R. (Org). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels.** São Paulo: Expressão Popular, 2004b. p. 173-195.

_____. Crítica ao Programa de Gotha. In: ANTUNES, R. (Org). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels.** São Paulo: Expressão Popular, 2004c. p. 125-153.

_____. Salário, preço e lucro. In: ANTUNES, R. (Org). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels.** São Paulo: Expressão Popular, 2004d. p. 71-123.

_____. **O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital.** Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Livro 1, v. 2, 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, K; ENGELS, F. **O manifesto comunista.** Tradução de Maria Lúcia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **A ideologia alemã.** Tradução de Frank Muller. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MEDEIROS, C. M. S. **O tradicional e o moderno na pecuária de corte: produtores rurais pecuaristas residentes em Presidente Prudente.** 1996. 211 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - FCT/UNESP, Presidente Prudente, 1996.

MENDONÇA, M.R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste Goiano.** 2004. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) FCT – UNESP, 2004, Presidente Prudente, 2004.

MENEZES, T.J.B. **ETANOL, o combustível do Brasil.** São Paulo: Ed. Agronômica Ceres, 1980.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** Tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. Tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie**. Tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/Secretaria de Produção e Agroenergia. **Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011**. 2 ed. rev. Brasília : Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

_____. **Balanco Nacional de Cana-de-Açúcar e Agroenergia 2007**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2007.

MITIDIERO JR, M.A. **O movimento de libertação dos sem-terra (MLST) e as contradições da luta pela terra no Brasil**. 2002. 315 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) FFLCH – USP, São Paulo, 2002.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1984.

MONDARDO, M.L. **O corpo enquanto “primeiro” território de dominação: o biopoder e a sociedade de controle**. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/mondardo-marcos-o-corpo.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2009.

MORAIS, A.C.R. Em busca da ontologia do espaço. In: MOREIRA, R. (Org). **Geografia: teoria e crítica - o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 65-74.

MOREIRA, R. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, R. (Org). **Geografia: teoria e crítica - o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982a. p. 33-63.

_____. Geografia, ecologia, ideologia: a “totalidade homem x meio” hoje (espaço e processo de trabalho). In: MOREIRA, R. (Org). **Geografia: teoria e crítica - o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982b. p. 197-214.

_____. Inovações tecnológicas e novas formas de gestão do trabalho. **Trabalho e Tecnologia**. São Paulo: UNITRABALHO, 1998. p. 116-130.

_____. A diferença e a Geografia: o ardil da identidade e a representação da diferença na Geografia. **GEOgraphia**, Niterói-UFF, n. 1, p.41-58, jan/jun. 1999.

_____. Assim se passaram dez anos (A renovação da Geografia no Brasil no período 1978-1998). **GEOgraphia**, Niterói-UFF, n. 3, p.27-49, jan/jun. 2000.

_____. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. **GEOgraphia**, Niterói-UFF, n. 5, p.1-18, jul/dez. 2001.

_____. Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação. **GEOgraphia**, Niterói-UFF, n. 7, p.1-15, jan/jun. 2002a.

MOREIRA, R. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. **Território, territórios**, Niterói: PPGeo-UFF/AGB, 2002b. p.49-67.

_____. Trabalho e Movimentos Sociais no Brasil: um diálogo possível no âmbito da luta emancipatória? **Pegada**, v. 4, n.1, p.41-62, jun. 2003.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto: 2006.

_____. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

NOEL, F. L. Etanol: o desafio do combustível verde. **Problemas brasileiros**. Disponível em: <www.sesesp.org.br>. Acesso em: 06 out. 2007.

NOVATOS têm um terço das novas usinas. **ProCana**. Ribeirão Preto, 5 abr. 2007. Disponível em: <www.procana.com>. Acesso em: 14 abr. 2007.

ODEBRECHT compra usina Alcídia por R\$ 290 mil. **Agência Estado**. 03 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.agenciaestado.com.br>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental? **Trabalho & Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. v.1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p.13-42.

OLIVEIRA, A.M.S. **A relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado: gestão do trabalho e certificação ambiental**. 2003. 219 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - FCT – UNESP, Presidente Prudente, 2003.

OLIVEIRA, A.M.S.; THOMAZ JR, A. O processo de expansão da monocultura da cana-de-açúcar no Brasil: um novo desenho no campo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2007, Londrina. **Anais...**Londrina: UEL, 2007, p. 1-24.

OLIVEIRA, A.U. “Aos trabalhadores nem o bagaço” ou a revolta dos trabalhadores dos canaviais e dos laranjais. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 60, p. 153-226, 1984.

_____. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. As (in)justiças no Pontal do Paranapanema. **AGB informa**. São Paulo, n. 59, 1995. p. 5-19.

OLIVEIRA, A.U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PAULINO, E.T. O campo brasileiro no cenário da matriz energética renovável: notas para um debate. **Terra Livre**. Presidente Prudente, v. 2, n. 29, p. 95-114, ago/dez. 2007.

_____. Territórios em disputa e agricultura. In: Paulino, E.T.; Fabrini, J.E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 213-238.

PEREZ, L.H.; TORQUATO, S.A. Evolução das exportações brasileiras de açúcar, 1996 a 2004. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 36, n. 1, p.43-60, jan. 2006.

PESSÔA, V.L.S. **Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG**. 1988. 239 f. Tese (Doutorado em Geografia) – IGCE – UNESP, Rio Claro, 1988.

_____. **Noções básicas sobre metodologia do trabalho científico**. 2005. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 135 p. Apostila.

POCHMANN, M. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

PROCANA . **ANUÁRIO DA CANA**. Ribeirão Preto:PROCANA, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, P. A propriedade fundiária e a agroindústria canavieira no Brasil. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 3, n. 3, p. 35-52, set/dez. 1991.

SACHS, I. Da civilização do petróleo a uma nova civilização verde. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 19, n. 55, p. 197-214, set/dez.2005. Disponível em:<[HTTP:www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/13pdf](http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/13pdf)>. Acesso em 5 abr. 2008.

SANTOS, A. Redução de jornada e sindicalismo: nos limites do propositivo. In: BATISTA, R. L.; ARAÚJO, R (Org.). **Desafios do trabalho**: capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003. p. 203-222.

SANTOS, J.C. **O sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente – SP**. 2004. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - FCT – UNESP, Presidente Prudente, 2004.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. In: SEABRA, O.; CARVALHO, M.; LEITE, J.C. (Org.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000a.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000b.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e espaço, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M.; B, BECKER. et al. (Org.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p.13-21.

SANTOS, R. J. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, n. 21 e 22, p. 111-125, jan./dez. 1999.

SAQUET, M.A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SETOR sucroalcooleiro: fusões e aquisições continuarão aquecidas. **ProCana**. Ribeirão Preto, 26 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.procana.com>>. Acesso em: 01 abr. 2007.

SILVA, A.A.; FERNANDES, B.M.; VALENCIANO, R.C (Coord.). **RIST – Relatório de Impactos socioterritoriais**. Presidente Prudente: [s.n.], 2006.

SILVA, C.A.F. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, M.; B, BECKER. et al. (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p.282-312.

SILVA, M.A.M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. Se eu pudesse eu quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, R.; SILVA, M.A.M. (Org.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 29-77.

_____. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 2, p.2-39, 2005.

_____. Atrás das cortinas no teatro do etanol. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 02 out. 2007. Tendências/debates. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 5 out. 2007.

SILVA, P. J. **Entre as lavouras cafeeiras a conquista da terra: a territorialidade do Assentamento Nova Bom Jardim em Tapira – Alto Paranaíba – MG**. 2002. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense e CEBRAP, 1977.

_____. **Curso de introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996, p. 74-88.

SOTELO VALENCIA, A. **La reestructuración del mundo del trabajo: superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo**. México, D.F.: Editorial Itaca, 2003.

SPÓSITO, M.E.B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1994.

STÉDILE, J.P. A questão agrária e o socialismo. In: STÉDILE, J.P. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.298-322.

STEVANATO, A. S. **A produção de leite na região de Presidente Prudente - SP: o caso da Cooperativa de Laticínios Vale do Paranapanema (COOLVAP)**. 2002. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - FCT/UNESP - Presidente Prudente, 2002.

STRAUBE, A.M. Serra quer regularizar grilagem no Pontal. **Brasil de Fato**, São Paulo, 6 a 12 set. 2007, p. 6.

SZMRECSANYI, T. **O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil. (1930-1975)**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1979.

SZMRECSANYI, T., MOREIRA, E.P. O desemprego da agroindústria canvieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.11, n.5, p.57-79, 1991. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a06.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2009.

TAKAGI, M. **Câmaras agroindustriais , representação de interesses e políticas públicas**. São Paulo, Anablume:FETAESP, 2004.

TAUTZ, C. A corrida estrangeira pelo álcool brasileiro. Disponível em: <www.outraglobalização.blogspot.com/2007/06/corrida-estrangeira-pelo-lcool.html>. Acesso em: 06 out. 2007.

THOMAZ JR, A. “Barracão”, forma de controle da mão-de-obra recriada pelo capital: os mineiros da região de Jaboticabal. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 60, p. 141-151, 1984.

_____. O sindicalismo rural no Brasil no rastro dos antecedentes. **Scripta Nova**. Barcelona, n. 15, p. 1-11, jan. 1998.

_____. **Por trás dos canaviais os nós da cana**: a relação capital-trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canvieira paulista. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002a.

_____. Por uma geografia do trabalho. **Pegada**, Presidente Prudente, v.3, p.1-21, outono de 2002b. Número Especial.

_____. O metabolismo do capital no campo, em São Paulo: fragmentação e alienação do trabalho. In: BATISTA, R. L; ARAÚJO, R. (Org.). **Desafios do trabalho**: capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003. p. 83-114.

_____. Os limites da teoria, e a plasticidade do trabalho (repensar auto-crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil). **Pegada**, Presidente Prudente, v.7, n.1, p.7-40, jun/2006a.

_____. Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JÚNIOR, A. et al (Org.). **Geografia e trabalho no século XXI**: volume 2. Santa Cruz do Rio Pardo: Editora Viena, 2006b, p.130-167.

_____. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9, 2007, Porto Alegre. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/9porto/Thomaz.htm> Acesso em 03 fev. 2009.

_____. Trabalho e territórios em disputa: algumas considerações. In: Paulino, E.T.; Fabrini, J.E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 327-352.

TORQUATO, S. A.; PEREZ, L.H. Evolução das exportações brasileiras de álcool, período de 1996 a julho de 2005. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 36, n. 3, p.18-32, mar. 2006.

TRABALHADORES da região cortam 8,74 toneladas/dia. **Imprensa Sindical**. 24 mar. 2007. Disponível em: <www.imprensasindical.blogspot.com>. Acesso em: 28 out. 2007.

TURATO, E.R. Decidindo quais indivíduos estudar. In: _____. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 351-368.

VALENTE, R. Usineiros estão virando ‘heróis mundiais’, diz Lula. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 mar. 2007. Dinheiro, p. 3.

VEIGA FILHO, A.A.; RAMOS, P. Proálcool e evidências de concentração na produção e processamento de cana-de-açúcar. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 36, n. 7, p.48-61, jul. 2006.

VENÂNCIO, M. **Território de esperança**: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO). 2008. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

VIALLI, A. Iniciativa inédita no mundo rendeu R\$ 34 milhões à Prefeitura paulistana. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 set. 2007. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>>. Acesso em: 28 set. 2007.

WHITAKER, D.M. **Sociologia rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem, 2002.

ZAFALON, M. Boom do álcool dobra valor de terra e usina. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 mar. 2007. Disponível em: <<http://www1.folhauol.com.br>>. Acesso em: 20 mar. 2007.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/ MESTRADO E
DOUTORADO

Tese de Doutorado: DOS CANAVIAIS À “ETANOLATRIA”: o (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP

Anexo A: Roteiro de entrevista – Agroindústrias canavieiras da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP)

Elaborado por: Joelma Cristina dos Santos

Data: ___/___/___

Entrevistado: _____

I. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

1.1.Nome da Empresa:

1.2.Município onde se localiza a Unidade Industrial: _____

1.3.Nome do Proprietário ou do maior acionista: _____

1.4.Função: _____

1.5. Escolaridade: _____

II. HISTÓRICO DA EMPRESA

2.1.Ano de Fundação: _____

2.2.Quais os fatores que motivaram à instalação da destilaria/usina no município?

2.3.A empresa recebeu algum tipo de incentivo da prefeitura para se instalar no município?

() Sim () Não

Se sim, de que tipo?

2.4. A empresa utilizou-se das linhas de financiamento especiais destinadas a Produção de álcool? () Sim () Não

Em caso afirmativo, qual foi o valor do financiamento?

III. CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

3.1. Tipo de produção realizada () Álcool () Açúcar () Álcool e açúcar () outros. Quais?

3.2. Capacidade de processamento/Dia: _____

Mês: _____

Safra: _____

3.3. Volume médio processado: _____

3.4. Quantos turnos a empresa utiliza para alcançar estes resultados?

3.5. Qual é a produtividade média da empresa na lavoura de cana-de-açúcar?

3.6. Área de cultivo de cana-de-açúcar necessária para abastecer a destilaria?

_____ Ha..

Área produtiva própria: _____ Ha.

Área tomada em arrendamentos/parceria _____ Ha.

A área de cultivo aumentou ou diminuiu? Por quê?

3.7. Existe por parte da empresa área contratada? () sim () não. Se sim qual é o número de contratos?

3.8. Procedência da cana? _____% do próprio município, _____% de municípios da região, _____% de outros locais (de onde?) _____

3.9. Destino da produção: próprio município _____%, região _____%, para outras regiões. _____.%

3.10. Existe algum tipo de doença que atinge a lavoura de cana da empresa?

() sim () não. Se sim qual(is) doença(s)?

3.11. A usina/destilaria dispõe de caminhões, tratores, colheitadeiras próprias?() sim () não

Se sim, quantos? _____ caminhões _____ tratores _____ colheitadeiras.

3.12. A empresa pretende aumentar o número de colheitadeiras? Pretende aumentar a mecanização? () sim () não. Em termos de custos, a mecanização reduz os custos da empresa em relação à mão-de-obra, ou seja, os cortadores de cana?

IV- Sobre os funcionários:

4.1. Número de funcionários permanentes da destilaria: _____

4.2. Número de empregados temporários da empresa: _____

4.3. Número de trabalhadores registrados: _____

4.4. A empresa trabalha com funcionários terceirizados? () sim () não. Se sim qual o número:

4.5. A empresa emprega menores de idade: () sim () não

4.6. A opção pela terceirização é mais vantajosa? () sim () não. Por quê?

4.7. Como a empresa denomina os trabalhadores em geral:

- funcionários
 colaboradores
 empregados
 outro. Qual? Justifique.

4.8. Quais trabalhadores têm direito a férias, 13º salário e seguro desemprego?

- apenas os permanentes
 permanentes e temporários
 apenas os registrados
 todos
 outra resposta. Especificar.

4.9. Qual é o meio de transporte utilizado pela Destilaria para o transporte dos cortadores de cana?

4.10. Estes trabalhadores dispõem de equipamentos de segurança? sim não
Quais os equipamentos disponíveis?

4.11. Já ocorreu alguma greve por parte dos trabalhadores? sim não

Se sim, que ano? E quem a liderou:

- sindicato
 os próprios trabalhadores

4.11.1. Qual foi o desfecho?

V. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA:

5.1. Qual é o tipo de assistência técnica utilizada pelos fornecedores (sócios e não sócios)?

- particular, oficial, técnicos da usina outros. Quais? _____

5.2. O que mudou na destinação dada ao vinhoto?

5.3. A empresa utiliza o bagaço da cana? sim não. Se sim, para qual finalidade?

5.4. A empresa atua em outros ramos de atividade? sim não. Se sim, quais?

5.5. Na sua opinião, quais foram as principais transformações provocadas a partir da implantação da usina para a economia do município e da região?

VI. PERSPECTIVAS DA EMPRESA

6.1. A empresa possui projetos para ampliar a capacidade de processamento de cana-de-açúcar ou projetos de outra natureza?

6.2. Como o senhor avalia os incentivos à produção de etanol?

6.3. Como o senhor avalia os incentivos à produção de biocombustíveis?

6.4. Como a empresa avalia o potencial da região para as atividades de processamento da cana?

6.5. Como a empresa avalia o processo de desregulamentação do setor sucroalcooleiro?

6.6. Como as medidas implantadas pelo governo federal interferem na cadeia produtiva da empresa? (como, por exemplo, o restabelecimento da proporção de 25% da mistura de álcool anidro na gasolina, de acordo com a Resolução CIMA nº 30 de 15/05/2003).

6.7. Se questiona muito a produção de cana em relação à questão ambiental. Qual a sua opinião sobre o assunto?

Observações:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/ MESTRADO E
DOUTORADO

Tese de Doutorado: DOS CANAVIAIS À “ETANOLATRIA”: o (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP

Anexo B: Roteiro de entrevista – Trabalhadores das agroindústrias canavieiras da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP)

Elaborado por: Joelma Cristina dos Santos

Data: ___/___/___

1-Nome do entrevistado: _____

1.1- Qual a sua idade? _____

2- Qual o seu estado civil?

Solteiro () Casado () Outro () Especificar. _____

3- Tem filhos? Sim () Não () Quantos? _____

4- Escolaridade: _____

5- Local de residência: _____

6- A moradia é: própria () Alugada () Outra () Especificar _____

7- Nome da usina onde trabalha atualmente? _____

8- Antes de trabalhar na usina, o senhor:

a) vivia no campo () Onde: _____

b) vivia na cidade () Onde: _____

9- O senhor já havia trabalhado em outras usinas?

() Sim () Não

Em caso afirmativo:

9.1. Qual (is) atividade (s): _____

9.2. Qual (is) usinas: _____

10- Há quanto tempo trabalha nesta usina? _____

11- Por que veio trabalhar nesta usina? _____

12- Que atividade (s) exerce na usina?

13- Qual é o seu regime de trabalho:

() 40 horas () 45 horas () Outro

14- Quantos dias trabalha por semana?

() 6 dias () 7 dias () Outro _____

15- Quantas horas trabalha por dia?

() 8 horas () 9 horas () 9 horas e meia () 10 horas () 12 horas () Outro

16- Qual é o seu rendimento mensal?

17- É registrado, com carteira assinada:

() Sim () Não Por quê? _____

18- O que o senhor ganha com salários é suficiente para as despesas?

() Sim () Não Por quê?

19- As condições de trabalho são adequadas?

() Sim () Não Por quê?

20- Na sua visão, como a empresa poderia propiciar melhores condições de trabalho?

21- O senhor é filiado ao sindicato?

() Sim Qual? _____

() Não Por quê? _____

21.1- Como o senhor avalia a atuação do sindicato:

() Muito boa () Boa () Fraca

Por quê? _____

22- Há outro tipo de organização além do sindicato? Qual? _____

Como o senhor avalia a atuação desta organização:

() Muito boa () Boa () Fraca

Por quê? _____

23- Se tivesse oportunidade de emprego em outro local aceitaria?

() Sim () Não Por quê? _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/ MESTRADO E
DOUTORADO

Tese de Doutorado: DOS CANAVIAIS À “ETANOLATRIA”: o (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP

Anexo C: Roteiro de entrevista – Trabalhadores das agroindústrias canavieiras da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP)

Elaborado por: Joelma Cristina dos Santos

Data: ___/___/___

1-Nome do entrevistado: _____

1.1- Qual a sua idade? _____

2- Qual o seu estado civil?

Solteiro () Casado () Outro () Especificar. _____

3- Tem filhos? Sim () Não () Quantos? _____

4- Escolaridade: _____

5- Local de residência: _____

6- A moradia é: própria () Alugada () Outra () Especificar _____

7- Nome da usina onde trabalha atualmente? _____

8- Antes de trabalhar na usina, o senhor:

a) vivia no campo () Onde: _____

b) vivia na cidade () Onde: _____

9- O senhor já havia trabalhado em outras usinas?

() Sim () Não

Em caso afirmativo:

9.1. Qual (is) atividade (s): _____

9.2. Qual (is) usinas: _____

9.3. Há quantos anos no total o senhor trabalha em usinas? _____

9.4. No que diz respeito às condições de trabalho, qual a melhor usina que o senhor trabalhou? Por quê?

9.5. E a que o senhor não gostou? Por quê?

10- Há quanto tempo trabalha nesta usina?

11- Por que veio trabalhar nesta usina?

12- Que atividade (s) exerce na usina?

13- Qual é o seu regime de trabalho:
() 40 horas () 45 horas () Outro

14- Quantos dias trabalha por semana?

() 6 dias () 7 dias () Outro _____

15- Quantas horas trabalha por dia?

() 8 horas () 9 horas () 9 horas e meia () 10 horas () 12 horas () Outro

16- Qual é o seu rendimento mensal?

17- É registrado, com carteira assinada:

() Sim () Não Por quê? _____

18- O que o senhor ganha com salários é suficiente para as despesas?

() Sim () Não Por quê?

19- As condições de trabalho são adequadas?

() Sim () Não Por quê?

20- Recebe cesta básica?

() Sim () Não

21- Recebe equipamentos de segurança? () Sim () Não

Em caso afirmativo, quais?

22- Já sofreu algum acidente de trabalho? () Sim () Não

Em caso afirmativo teve assistência médica por parte da empresa? () Sim () Não

23- Já viu alguém se acidentar? () Sim () Não

Foi falta de proteção de equipamento para o corte? Sim Não

24- Quais os acidentes de trabalho mais comuns?

25- A empresa faz alguma exigência para contratar mão-de-obra? Sim Não

Em caso afirmativo, qual (is) exigência (s)?

26. E para renovar o contrato? Sim Não

Em caso afirmativo, qual (is) exigência (s)?

27- Como se auto-denomina, quando perguntam: “O que o senhor faz, qual a sua profissão?”

28- Há outras pessoas da família que trabalham na usina? Sim Quantas: _____ Não

Em caso afirmativo, qual o grau de parentesco? _____

29- Há mulheres da família trabalhando na usina? Não Sim, quantas? _____

30- A usina oferece cursos de capacitação/palestras? Se sim, tratam de que assuntos?

31- Na sua visão, como a empresa poderia propiciar melhores condições de trabalho?

32- O senhor é filiado ao sindicato?

Sim Qual? _____

Não Porque? _____

33- O que o senhor pensa do sindicato?

33.1- Como o senhor avalia a atuação do sindicato:

Muito boa Boa Fraca

Por quê? _____

34- Antes de trabalhar nesta usina era filiado a algum sindicato?

não sim Se sim, qual?

35- Há outro tipo de organização além do sindicato? Qual? _____

Como o senhor avalia a atuação desta organização:

Muito boa Boa Fraca

Por quê? _____

36- Se tivesse oportunidade de emprego em outro local aceitaria?

Sim Não Por quê? _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/ MESTRADO E
DOUTORADO

Tese de Doutorado: DOS CANAVIAIS À “ETANOLATRIA”: o (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP

Anexo D: Roteiro de entrevista – Cortadores de cana das agroindústrias canavieiras da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP)

Elaborado por: Joelma Cristina dos Santos

Data: ___/___/___

1- Nome do entrevistado: _____

1.1- Qual a sua idade? _____

2- Qual o seu estado civil?

Solteiro () Casado () Outro () Especificar. _____

3- Tem filhos? Sim () Não () Quantos? _____

4- Escolaridade: _____

5- Local de residência: _____

6- A moradia é: própria () Alugada () Outra () Especificar _____

7- Nome da usina onde trabalha atualmente?

8- Antes de trabalhar na usina, o senhor:

a) vivia no campo () Onde: _____

b) vivia na cidade () Onde: _____

8.1- Se viveu no campo, a terra em que trabalhava era:

() própria () dos pais () do patrão () outro, especificar

Quantos alqueires? _____

8.2. Se tinha terra, que fim levou ela?

() foi vendida () Sim () Não

8.2.1. Em caso afirmativo, com qual finalidade:

() para pagar dívidas

() a produção era insuficiente para a sobrevivência

() outros, especificar: _____

8.3- Seus pais tiveram quantos filhos? _____

8.3.1- Destes, quantos são bóias-frias hoje? _____

8.4- Há pessoas da família que trabalham na usina? () Sim Quantas: _____ () Não

Em caso afirmativo, qual o grau de parentesco? _____

8.5- Há mulheres da família trabalhando na usina? () Não () Sim, quantas? _____

9- O senhor já havia trabalhado em atividades ligadas à cana-de-açúcar?

() Sim () Não

9.1. Qual (is) atividade (s): _____

9.2. Qual (is) usina (s): _____

9.3. Há quantos anos no total o senhor trabalha em usinas? _____

9.4. No que diz respeito às condições de trabalho, qual a melhor usina que o senhor trabalhou? Por quê?

9.5. E a que o senhor não gostou? Por quê?

10- Há quanto tempo trabalha nesta usina? _____

11- Por que veio trabalhar nesta usina? _____

12- Que atividade (s) exerce na usina? _____

13- Qual é o seu regime de trabalho:

() 40 horas () 45 horas () Outro _____

14- Quantos dias trabalha por semana?

() 6 dias () 7 dias () Outro _____

15- Quantas horas trabalha por dia?

() 8 horas () 9 horas () 9 horas e meia () 10 horas () 12 horas () Outro

15.1. O tempo de trabalho (o relógio) é respeitado?

() sim () não

- às vezes passa do horário
 quase sempre passa do horário

15.2. Quando passa do horário são pagas as horas-extras:
 sim não são pagas em parte

15.3. Quem fiscaliza o trabalho:
 o patrão o "gato" fiscal da empresa
 não tem fiscal outros não se aplica

15.4- Qual a distância aproximada entre a sua cidade e o local de trabalho:
a. até 5 km b. entre 5 e 20 km c. entre 20 e 50 km
d. entre 50 e 90 km e. outros, especificar

15.5. Quanto tempo leva da sua cidade ao local de trabalho:
a. até 30 minutos b. entre 30 minutos e 1 hora c. entre 1 h e 1 hora e meia
d. entre 1:30 h e 2 horas entre 2 e 30min f. outros

15.6. Qual o horário que você:

- a) se levanta: _____
b) retorna do trabalho: _____

16. Em termos de regime de trabalho, o senhor recebe como:
 diarista por empreita por produção com salário fixo
 salário fixo mais produção outros
Em caso de produção, como é feito o cálculo:

16.1- O senhor sabe quantos metros de cana ou toneladas corta por dia?

- Sim Não

Em caso afirmativo, quanto: _____

16.2. O senhor ganha por:

- metros
 ruas
 toneladas

E quanto ganha por isto: _____

16.3- Quantas ruas de cana o senhor corta por dia?

16.4- Há dias que o senhor é pressionado para cortar mais? Por quem?

16.5- O corte é de cana: crua queimada crua e queimada
Qual é mais fácil o corte? Por quê? E mais difícil? Por quê?

17- Qual é o seu rendimento mensal?

18- É registrado, com carteira assinada:

() Sim () Não Por quê? _____

19. O senhor tem férias, 13º salário e seguro desemprego?

() sim () não

() férias e 13º sim, seguro desemprego não, pois é contrato

() outras respostas

20- O que o senhor recebe é suficiente para as despesas?

() Sim () Não Por quê?

21- As condições de trabalho são adequadas?

() Sim

() Não

Por
quê? _____

22- Recebe cesta básica?

() Sim () Não

23- Recebe equipamentos de segurança? () Sim () Não

Em caso afirmativo, quais?

24- Já sofreu algum acidente de trabalho? () Sim () Não

Em caso afirmativo teve assistência médica por parte da empresa? () Sim () Não

24.1- Já viu alguém se acidentar? () Sim () Não

Foi falta de proteção de equipamento para o corte? () Sim () Não

25- Quais os acidentes de trabalho mais comuns no canavial?

26- Em caso de contrato temporário, o contrato de trabalho é por quanto tempo?

27- A empresa faz alguma exigência para contratar mão-de-obra? () Sim () Não

Em caso afirmativo, qual (is) exigência (s)?

27.1. E para renovar o contrato? () Sim () Não

Em caso afirmativo, qual (is) exigência (s)?

28- Como se auto-denomina, quando perguntam: “O que o senhor faz, qual a sua profissão?”

() cortador de cana

() bóia-fria

() trabalhador rural

() outro, qual? _____

29- A usina oferece cursos de capacitação/palestras? Se sim, tratam de que assuntos?

30- O senhor gostaria de trabalhar em outra atividade na usina? () Não () Sim

Em caso afirmativo em qual atividade? _____

31- Na sua visão, como a empresa poderia propiciar melhores condições de trabalho?

32- O senhor é filiado ao sindicato?

() Sim Qual? _____

() Não Por quê? _____

33- O que o senhor pensa do sindicato?

33.1- Como o senhor avalia a atuação do sindicato:

() Muito boa () Boa () Fraca

Por quê? _____

34- Antes de trabalhar nesta usina era filiado a algum sindicato?

() não () sim Se sim, qual?

35- Há outro tipo de organização além do sindicato? Qual? _____

Como o senhor avalia a atuação desta organização:

() Muito boa () Boa () Fraca

Por quê? _____

36- Se tivesse oportunidade de emprego em outro local aceitaria?

() Sim () Não Por quê? _____

37- Já fez greve para melhorar as condições de trabalho? () Sim () Não

38.- Quem a liderou:

() O sindicato Qual? _____

() os próprios trabalhadores

() outros _____

38.1 A greve atingiu os objetivos:

() sim () não () em partes

39- Você ou alguém de sua família é ou já foi membro do Movimento Sem-terra?

() não () sim () eu já fui

() eu sou

() já fui mas desisti

() alguém da família

40- Você é favorável à luta do movimento?

() sim () não

41- Você acha que se houvesse reforma agrária, a situação para os bóias-frias melhoraria?

42- Se houvesse reforma agrária, com redistribuição de terra e condições para plantar no campo, você iria para o campo?

() sim () não

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/ MESTRADO E
DOUTORADO

Tese de Doutorado: DOS CANAVIAIS À “ETANOLATRIA”: o (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP

Anexo E: Roteiro de entrevista – Sindicatos dos Trabalhadores da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP)

Elaborado por: Joelma Cristina dos Santos

Data: ___/___/___

1- Nome do entrevistado: _____

1.1- Qual a sua idade? _____

2- Nome do sindicato: _____

2.1- Município onde se localiza o sindicato: _____

3- Qual o número de trabalhadores sindicalizados na base regional?

4- Quais as lavouras que mais empregam na região, e quais os meses em que é contratado o maior contingente de trabalhadores?

5- Quais os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores das agroindústrias canavieiras da região, e o que o sindicato tem feito para resolvê-los?

6- O que representa para os trabalhadores e o sindicato, as diversas formas de contratação da mão-de-obra, entre elas, as cooperativas de trabalhadores?

7- Nos últimos anos, qual é a posição dos trabalhadores em relação à sindicalização?

8- O sindicato tem interferido nas últimas paralizações e greves nas agroindústrias canavieiras da região? Como?

9- Como está a relação entre os trabalhadores das agroindústrias canavieiras da região e o sindicato?

10- Como está a relação entre os sindicatos e as agroindústrias canavieiras da região?

11- Qual (is) agroindústrias canavieiras estão situadas na atuação da base regional deste sindicato?

11.1- Qual (is) a (s) empresa (s) que os trabalhadores enfrentam maiores problemas? Quais são os problemas enfrentados?

12- Qual a posição do sindicato a respeito da mecanização do corte da cana e a conseqüente diminuição/eliminação dos postos de trabalho?

13- Qual a posição do sindicato sobre a eliminação da queima da cana?

14- Houve mudanças do ponto de vista das relações de trabalho com a intensificação da mecanização nas atividades canavieiras na região?

15- Qual a relação entre mecanização e desemprego rural nos últimos 5 anos na região?

16- Qual o papel do sindicato quanto à mobilização dos trabalhadores? E quais as principais reivindicações?

17- Como o sindicato analisa a expansão da cana na região? E qual o reflexo para os trabalhadores?

18- Quais as principais reivindicações dos trabalhadores?

19- Quais os principais problemas que os trabalhadores enfrentam no que diz respeito à sua relação com as agroindústrias canavieiras da região?
